









Os Nossos Almirantes

PELO

Contra Almirante

Henrique Boitara

Socio correspondente dos Institutos Historicos e Geographicos do Ceará,
de Sergipe, da Bahia, de S. Paulo, de Paraná e de Santa Catharina

Rever lucros de passado glorioso para que se não esqueçam e fiquem esquecidos dos embates e vicissitudes da vida, quando se cuidar da segurança do futuro. Esta missão compete, antes de tudo, aos mestres de escola, como aos militares, em tempo de guerra, o principal dever de preparar a educação moral do povo, e, em tempo de paz, a da força armada da Nação.

Os governos que se desdobram de preparar os seus cidadãos para a vida e de repressão ao nível das paixões inferiores, e de educação para a vida, que os possam amparar, possuem. Com o tempo, os seus cidadãos, com as virtudes militares, são a base da sua existência.

Simão de Sá, 1911.

SEGUNDO VOLUME



IMPRESSA NAVA

Rio de Janeiro

1911

Os Nossos Almirantes

PELO

Contra Almirante

Henrique Boileux

Socio correspondente dos Institutos Historicos e Geographicos do Ceará,
de Sergipe, da Bahia, de S. Paulo, do Paraná e de Santa Catharina

Reviver factos de passado glorioso para que se não gastem
e fiquem esquecidos dos embates e estrepitos de vida quotidiana
é cuidar da segurança do futuro. Esta missão compete não só-
mente aos mestres de escola, como aos officinaes: uns têm o im-
prescindivel dever de preparar a educação moral do povo, os
outros a da força armada da Nação.

H. B.

..

Os governos que se descuidam de preparar os meios de de-
fesa e de repressão ao nível dos perigos exteriores e interiores
que os possam ameaçar, perecem. Uma nação que perde suas
virtudes militares, fica á mercê dos seus inimigos.

Shutzemberger, publ. francez

SEGUNDO VOLUME



IMPRENSA NAVAL

Rio de Janeiro

1917

7014

993.581

8486m

12

INDICE

Rodrigo Pinto Guedes.....	3
Miguel José de Oliveira Pinto.....	57
Manoel Antonio Farinha.....	67
Diogo José de Brito.....	75
Braz Cardoso Barreto Pinentel.....	91
José Maria de Almeida.....	95
Paulo José da Silva Gama.....	99
Francisco Antonio da Silva Pacheco.....	107
Tristão Pio dos Santos.....	111
David Jewett.....	131
João Taylor.....	159
Jacintho Roque de Senna Pereira.....	207
David Jewett (Addenda).....	249

Publicações do mesmo autor

Anita Garibaldi (A heroína brasileira).

Descrição e uso de um Escaphandro Photographico.

Instrucções nauticas para a entrada da bahia de Guaratuba.

Madeiras de construcção do E. de Santa Catharina.

Descrição e uso de uma Regoa Cryphographica.

Quadros muraes contendo as ephenierides navaes (24 quadros).

Santa Catharina na Marinha.

27 fasciculos contendo as biographias.

- I — O capitão de mar e guerra João Nepomuceno de Menezes.
- II — O capitão-tenente Francisco Pereira Machado.
- III — O almirante Jesuino Lamego Costa (Barão da Laguna).
- IV — O capitão-tenente José Lamego Costa.
- V — O capitão de mar e guerra Manoel de Oliveira Paes.
- VI — O capitão-tenente Trajano Augusto de Carvalho.
- VII — O almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim (Barão de Igualtemy).
- VIII — O almirante José Marques Guimarães.
- IX — O primeiro tenente Alvaro Augusto de Carvalho.
- X — O coronel de engenheiros João de Souza Mello e Alvim.
- XI — O primeiro tenente Miguel de Souza Mello e Alvim.
- XII — O capitão de mar e guerra José Maximiano de Mello e Alvim.
- XIII — O primeiro tenente Emilio Augusto de Mello e Alvim.
- XIV — O primeiro tenente José Ignacio da Silveira.
- XV — O capitão-tenente Hyppolito de Simas Bittencourt.
- XVI — O segundo tenente honorario José Francisco Alves Serpã.
- XVII — O segundo tenente Damaso Pinto de Araujo Corrêa.
- XVIII — O segundo tenente Domingos Moreira da Silva.
- XIX — O segundo tenente Antonio José da Silva.
- XX — O segundo tenente João da Silva Fernandes.
- XXI — O piloto Francisco de Salles Cardoso.
- XXII — O almirante José Pinto da Luz.
- XXIII — O segundo tenente José de Jesus.
- XXIV — O piloto José Poluxeno da Silva.
- XXV — O segundo tenente Luiz Antonio de Andrade Costa.
- XXVI — O capitão de mar e guerra Quintino Francisco da Costa.
- XXVII — O capitão de corveta João Velloso de Oliveira.

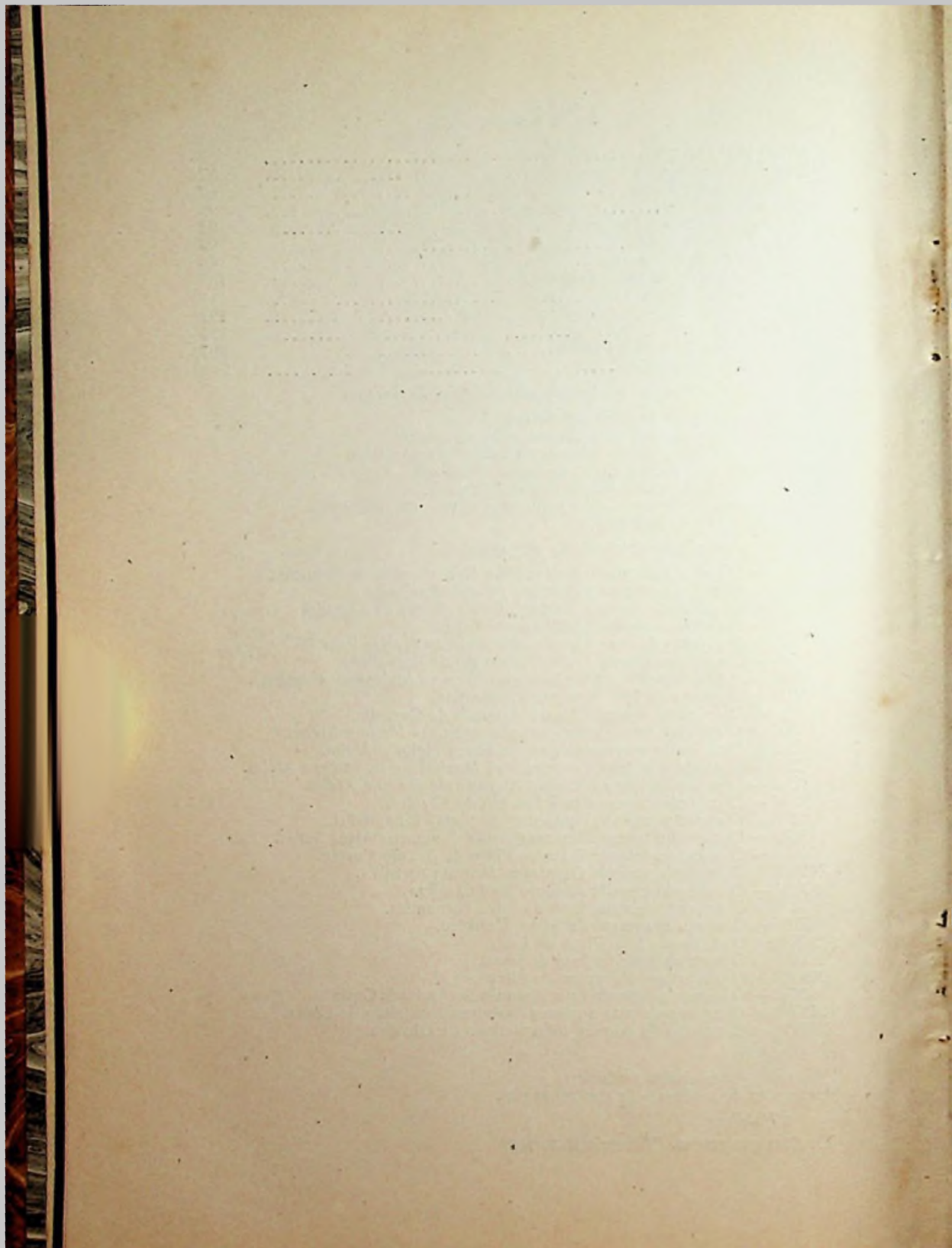
Ineditos

Manual do marinheiro artilheiro.

Evoluções de artilharia de desembarque.

a Publicar

Os Barrigas verdes. (Memoria historica)



OS NOSSOS ALMIRANTES

PELO

CONTRA ALMIRANTE

Henrique Boiteux

SEGUNDO VOLUME

OS. 103.02. REMARKS

1. 10. 1904

10

10. 10. 1904

OPINIÕES DA IMPRENSA

“Os nossos Almirantes”

Num sympathico volume de 265 paginas in 8.º, impresso na « Imprensa Naval », do Rio de Janeiro, acaba o sr. almirante Henrique Boiteux de reunir sete biographias de nossos velhos e grandes lobos do mar. E, como sempre se deve começar pelo começo, tratando-se de uma obra que constará de varios tomos, o sr. almirante Boiteux, estudando as vidas dos nossos principaes almirantes, do Brasil Reino e do Brasil Primeiro Imperio, antepoz a essa serie de biographias a de um marujo illustre das nossas épocas coloniaes : Salvador Corrêa de Sá, o restaurador de Angola. Os demais biographados são : Rodrigo Antonio de Moraes Lamare, Lord Cochrane, marquez do Maranhão, Theodoro de Beaurepaire, Luiz da Cunha Moreira, visconde do Cabo Frio, Rodrigo José Ferreira Lobo e John Pascoe Greenfell.

Poucas familias brasileiras ha como essa de catharinenses illustres como os Boiteux, em que tantos membros existam com a continua e elevadissima preocupação do engrandecimento de seu Estado natal, e do Brasil, pelo cultivo da historia nacional e a exaltação das memorias dos grandes servidores do paiz. A ella pertencem, além do almirante Henrique Boiteux, — autor de numerosissimas monographias, entre as quaes citaremos, sobretudo, 27 excellentes estudos biographicos de officiaes da armada, catharinenses de Santa Catharina na Marinha », as « Madeiras de construcção do Estado de S. Catharina », além de varios estudos technicos de hydrographia — a ella pertencem, diziamos, o commandante Lucas Boiteux, uão menos operoso de que seu irmão mais velho, e esse indefesso batalhador que é o dr. José Arthur Boiteux, alma da benemerita « Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro », incansavel organizador de congresso de geographia nacional, verdadeiro paladino da nossa chorographia e das nossas questões nacionaes em geral, é autor de grande numero de obras e memorias que todos quantos estudam as coisas brasileiras fazem mais do que bem as conhecer, pois as apreciam como merece o seu valor real.

Voltemos, porém, ao livro do almirante Boiteux: representa elle uma somma de trabalho extraordinario pela riqueza e fidelidade documentaria. E' a mais eloquente prova de quanto o ex-bibliotecario e conservador do Museu da Marinha utilise-se dos elementos documentaes que estavam ao seu dispôr. Bem sabiamos, quando lhe devem estas instituições; quanto enri-

queceu as suas collecções de retratos e quadros de toda e especie, de lembranças paeciosas da nossa velha Marinha quanto se esforçara para enriquecer o Museu e a Biblioteca que lhe eram mais caros do que fossem realmente seus. A publicação d'«Os nossos almirantes» dá-nos nova prova de quanto soube aproveitar, para mais uma obra patriótica, o tempo em que exerceu as funcções a que alludimos.

Só a um leigo em materia de pesquisas historicas poderá escapar o que representa esse livro de esforços estremados e trabalhosos. E' desses em que o leitor entendido no assumpto, termina a sua leitura com a impressão do cansaço que lhe vem com o reflexo da trabalhadeira immensa a que se impôz o autor e de que das paginas de sua obra se destaca inconfundivel impressão.

Escripto elegantemente o novo livro do almirante Boiteux merece a maior divulgação. E' animado e vivo, sereno e imparcial e lembra tanta cousa bella que nos pertence em plena propriedade e que por ali anda esquecida!

Digamos com o duque de Orléans: «Tudo o que é nacional é nosso!» A vida desses grandes marujos correu ao serviço do Brasil cheia de dedicações e de riscos continuados. Pertence-nos a sua historia. Aprendamos aquillo que foi delles e hoje é nosso atravez das paginas dessa bella e inspi-rada obra do almirante Boiteux, que tanto lhe accresce aos grandes serviços prestados ao nosso paiz.

E. T.

(Do *Commercio de S. Paulo.*)

*Biographias dos nossos homens do mar
pelo almirante Boiteux — 1º volume
— Imprensa Naval — Rio — 1915.*

Não ha negar que o autor do livro que acabamos de receber, graças á sua fidalga e proverbial affabilidade para nol-o offerter pessoalmente, é, d'entre os officiaes da nossa marinha de guerra, um dos que mais afervoradamente se empenham em realçar os feitos dos que tombaram no serviço da Patria, trazendo aos punhos o galão, symbolo da nobre profissão que abraçaram.

E' tamanho o carinho com que o almirante Henrique Boiteux procura levantar do nosso glorioso passado os vultos dos que tanto se esforçaram em embates contra o oceano e nas nossas lutas navaes, para erguer o nome do nosso paiz, que é dever nosso e de todos que se interessam pelo que nos vem de outras épocas, como padrão do nosso antigo valor, realçar a sua personalidade como real e justa homenagem não só ao seu merito como ao afan patriótico com que tem dado conta da nobre missão que a si mesmo impoz.

Os seus trabalhos sobre os homens da marinha, nascidos em Santa Catharina, terra de seu berço, por si sós bastariam para lhe dar o merecido destaque entre aquelles de sua digna classe que se dedicam ás lettras em prol da illustre corporação a que pertence.

O 1º volume d'*Os nossos almirantes* contem as biographias de Salvador Corrêa e Benevides, almirante do mar do Sul (1634), Rodrigo Antonio de Moraes de Lamare (vice-almirante), lord Alexandre Thomaz Cochrane (conde de Dundonald e marquez do Maranhão), Rodrigo José Ferreira Lobo, Luiz da Cunha Moreira (visconde de Cabo Frio), Theodoro Alexandre de Beaurepaire (vice-almirante), e João Pascoe Grenfell.

Não só as considerações feitas sobre as personalidades desses almirantes, como o desenvolvimento dado aos factos e actos de suas vidas, provam a saciedade que o autor do livro, ora em manuseio, não se cança em pesquisar e em cultivar o convívio quasi diario com os archivos e as bibliothecas, no intuito tão proveitoso para a nossa marinha e para nossa patria, e não menos ainda para os seus já tão avantajados meritos de escriptor e principalmente do consciante biographo de seus illustres e saudosos pares.

Esta revista desvanecese sobremodo com o cavalheirismo e gentileza da offerta, prestando aqui, com a singeleza destas poucas linhas, o culto de nossa admiração pelos reaes serviços que, com publicações da natureza d'*Os nossos almirantes*, presta ás nossas letras patrias e á sua nobre classe o almirante Henrique Boiteux.

Liga Maritima Brasileira.

“Os nossos almirantes”

Recebemos um exemplar do primeiro volume intitulado. «Os nossos Almirantes» que vem de ser publicado, no Rio de Janeiro, pelo nosso illustrado conterraneo almirante Henrique Boiteux, socio correspondente dos Institutos Historicos e Geographicos do Ceará, de Sergipe, de S. Paulo, do Paraná e de Santa Catharina.

E' uma obra de valor alevantado bem digna de figurar nas mais elegantes bibliothecas, pois representa um cabedal inestimavel de conhecimentos historicos de nossa gloriosa marinha de guerra, ennobrecida pelos feitos ardorosamente patrioticos que muito lhe dignificam aos olhos das demais nações civilisadas.

Nessa obra primorosa descreve seu auctor, com o raro talento, a vida e os feitos dos nossos generaes de mar que prestaram á nossa Patria assignalados serviços, para que nenhum ficasse no olvido ao festejarmos o «Primeiro Centenario da Nossa Emancipação Política».

Assim é que vê-se, além das competentes photographias, as biographias minuciosas dos seguintes vultos immortaes que tanto brilham em nossa cara historia para modelo de todo o bom brasileiro: — Salvador Corrêa de Sá e Benevides, (que, pelos seus extraordinarios feitos, nomeado foi almirante do mar do Sul) — Rodrigo Antonio de Moraes de Lamare, (vice-almirante); — Lord Alexandre Thomaz Cochrane, (Conde de Dundonald e Marquez do Maranhão); — Rodrigo José Ferreira Lobo, (Almirante); Luiz da Cunha Moreira, (Visconde de Cabo Frio); Theodoro Alexandre de Beaurepaire, (Vice-Almirante) e João Pascoe Grenfell, (Almirante).

Gratos pela gentileza da offerta de tão optima producção — Os nossos Almirantes—na qual se nota unicamente muito talento e muito amor pelos factos honrosos de nossa patria, fazemos votos pela continuação de sua publicação para honra de seu competente auctor e gloria do Brazil.

Opinião (Florianopolis).



Rodrigo Pinto Lucdes



Rodrigo Pinto Guedes

(BARÃO DO RIO DA PRATA)

Almirante

Segundo filho de Rodrigo Pinto Guedes e de D. Maria da Silva Perelra, nasceu em Gradiz, districto da Guarda, Portugal a 17 de Julho de 1762.

A rotina do tempo exigia que nas familias nobres fosse o segundo filho destinado á carreira ecclesiastica; n'esse sentido não hesitaram os paes de Rodrigo Pinto Guedes em dar-lhe semelhante destino, apelar de absolutamente não propender para ella. Enviado, no entretanto para o noviciado em Lisboa, ali, depois de quatro mezes de permanencia, tão proposital falta de vocação demonstrou para o sacerdocio, que, foi, com intima satisfação, obrigado a abandonar o estabelecimento.

Attrahia-o a carreira militar; contente foi alistar-se no Regimento commandado pelo marquez de Minas, onde assentou praça, sendo recebido cadete a 17 de Setembro de 1781, contando 19 annos.

O anhelos porém, do ex-noviço era seguir a vida maritima, realisado com a organização da Companhia de Guardas Marinhas, para a qual pediu transferencia, em 14 de Dezembro de 1782.

Nomeado guarda marinha, em 8 de fevereiro, depois de um curso feito com muito aproveitamento, embarcou na não *N. S. do Bom Successo*, em 25 de abril do anno seguinte, navio esse construido na Bahia em 1764 e que depois do fabrico em 1799, passou a chamar-se *D. João de Castro*. Até 27 de Abril de 1787 n'ella se conservou embarcado, tendo antes sido promovido, a 24 de agosto de 1786, a tenente de mar. Passou a servir na não *Trilão* em 6 de Agosto de 1788 e na *Cysne* em 27 de novembro de 1790; desta passou para a não *Meduza* em 22 de abril de 1791.

Promovido ao posto de capitão-tenente em 16 de agosto, teve embarque na fragata *S. Raphael* em 11 de junho de 1792 e em 23 de março do anno seguinte na não *Vasco da Gama*, donde passou para a não *Rainha*. Regressou á fragata *S. Raphael* em 23 de outubro do mesmo anno. Nesse navio foi promovido á Capitão de Fragata, em 16 de dezembro, donde desembarcou para servir á bordo da não *Rainha*, desde 4 de abril de 1794.

Na esquadra commandada pelo capitão de mar e guerra Manoel da Cunha, composta da não *D. Pedro* e fragatas *Minerva* e *Venus* que deveria transportar a Portugal o ouro arrancado aos habitantes de Minas

Geraes pelo execravel systema dos *Quintos*, foi nomeado Pinto Guedes, commandante da *Venus*, em 25 de abril de 1795. Vinha n'essa esquadra o alvará de 20 de dezembro de 1794 que concedia terceiro premio a Joaquim Silverio dos Reis pela denuncia que dera em 1789 contra os *inconfidentes mineiros*, sendo-lhe por decreto deste dia conferido o titulo de «fidalgo da casa real em fôro e moradia» e nomeado thesoureiro da *bullá*, de Minas Geraes, Goyaz e Rio de Janeiro.!!

A 1 de agosto entrou no Rio de Janeiro, e enquanto o vice-rei, o conde de Rezende andava ás voltas com o commandante da esquadra, que havia abandonado o commando d'ella, até lhe ser dada satisfacção sobre o facto da prisão de um marinheiro, seu creado e com o procedimento do commandante Douglas, da *D. Pedro*, preso por se achar em terra, durante a noute, com uma casaca de chita, e um tanto alcoolisado, Pinto Guedes, em companhia de outro official Mr. d'Allemand, francez, ao serviço de Portugal, obtinham permissão para visitar a fazenda de Santa Cruz, onde se demoraram seis dias.

Por ter sabido bruscamente a esquadra, depois dos concertos da *Minerva*, sem a minima consideração ao vice-rei, deixou este, conforme se queixou, de participar por aquella oportunidade que havia feito seguir em 8 de junho para a ilha da Trindade a fragata *Príncipe da Beira* e um bergantim para transportar a tropa, artilharia e tudo o mais que ali existia, como propuzera em 1 de junho do anno anterior e que taes navios haviam regressado no dia 8 de outubro com o pessoal e material. Desde então ficou desguarnecida aquella ilha, que só hoje, graças a visão patriótica do Exm. Sr. Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, acha-se materialmente occupada, dilatando assim os nossos mares territoriaes.

Promovido a capitão de mar e guerra em 2 de outubro de 1796 passou Pinto Guedes para a não *Príncipe Real* no cargo de Major General, em 20 de janeiro de 1797. Em 1 de agosto desse mesmo anno foi promovido a Chefe de Divisão, contando apenas trinta e cinco annos. Pouco tempo depois foi nomeado Chefe da 2ª Divisão da Brigada Real de Marinha, isto é, em 17 de outubro, em cujo cargo se conservou até 16 de agosto de 1802, quando foi nomeado Inspector de ambas as Divisões da mesma Brigada. Commandou, como Chefe de divisão, a esquadra do Mediterraneo, demonstrando conhecimentos; pelos serviços prestados com distincção foi galardoado com uma pensão de 500\$000 annuaes. Nesse commando servio diversas vezes sob ás ordens de Lord Nelson.

Escreveo por essa occasião um Regimento de Signaes para a Marinha Portugueza.

Tres annos depois de sua promoção, a 15 de Agosto de 1805 foi graduado no posto de Chefe da Esquadra, cuja effectividade a teve em 24 de junho de 1807, e conjunctamente a nomeação de Conselheiro Supranumerario do Conselho do Almirantado.

Recusou ser nomeado governador da Capitania do Pará, antes de ser nomeado o conde de Arcos.

Em 19 de outubro do mesmo anno foi nomeado para exercer o cargo de Major General da Armada, correspondente hoje ao de Chefe do Estado Maior.

Na desorganizada esquadra que sob o commando do vice-almirante Manoel da Cunha Souto-Maior, largára do Porto de Lisboa a 29 de Novembro de 1807, e em cujo bojo atropeladamente se havia mandado

embarcar os archivos, o thesouro, toda a real bibliotheca da Ajuda e os *effeitos mais preciosos da corôa*, e por ultimo atarantadamente se alojou a familia real, seguida de interminavel comitiva, fugida ás ameaças francezas, no mesmo exercicio do cargo continuou Rodrigo Pinto Guedes.

Vinha a apavorada familia real portugueza em busca de abrigo na vasta e inexgotavel colonia americana que por tres seculos alimentara a metropole e realizar as previsões de Mr. de Pradt, capellão de Napoleão.

« Se a passagem do Rei não se verificasse, Portugal perdia o Brazil por dous modos: o primeiro por ataques que fariam os inglezes, com o pretexto de guerra com Portugal submettido aos francezes; o segundo, pela independencia que infallivelmente este grande paiz, separado da metropole pela guerra, proclamaria, como fizeram as Americas Hespanholas com a mesma razão e com o mesmo successo. E' pois bem evidente que, se algum dia o Soberano estabelecido no Brazil voltar para Portugal deixará apoz si a independencia firmada em todas as feitorias do Rio de Janeiro».

A colonia era farta no entender dos homens que a tinham levado a a mais extremada miseria moral, industrial e commercial. Aos quinze mil fidalgos, magistrados e dependentes da fugitiva côrte, teve ordem o Erario Publico de attender, na forma de pensões, soldos e empregos e na proporção da gananciosa imaginação suggerida dos afeitos ao gozo sem trabalho. Estancaram-se os recursos para os serviços publicos afim de serem attendidos os particulares e ainda para attender ao pagamento das tropas inglezas que iam defender Portugal. Era a sangria transfusoria que acabaria com as forças do nosso paiz e da qual até hoje não se restabeleceo.

Da sua estadia sob ás ordens de Lord Nelson, apprehendeo Pinto Guedes que em outros moldes se deveria enquadrar a legislação naval portugueza. O problema porém era por demais arduo para os acanhados conhecimentos do infante D. Carlos, elevado ao alto posto de Almirante General da Armada e escolhido para pô-lo em pratica.

Julgou este que transplantando de um meio muito differente e de principios muito oppostos, poderia fazer nascer algo de prestavel. Veio a anarchia que sempre reinou, servir de norma, principalmente depois da morte d'aquelle infante.

No Conselho do Almirantado se achava Pinto Guedes, quando se sentiram as primeiras lufadas do espirito liberal, que em ultimo lugar, em agosto de 1820, haviam avassallado Portugal, depois que os hespanhões se proclamaram constitucioaes.

Por este systema começaram, por seu turno, a manifestar-se as tropas existentes no Brazil; do Pará para o Sul, veio se avolumando até chegar á côrte, obrigando o rei a submeter-se á vontade popular.

Postos em armas os corpos da guarnição, exigiram o juramento da constituição e a demissão do ministerio. O partido da independencia, aproveitando-se desses successos, agitou-se e começou a tomar vulto, querendo mesmo, muitos de seus partidarios levar mais longe as suas aspirações quanto á forma politica.

No meio do turbilhão revolucionario em que se agitavam tão desconcontrados principios, appareceo o almirante Rodrigo Pinto Guedes, extremado adversario á partida do Rei, que em companhia de João

Severiano Maciel da Costa, o futuro marquez de Queluz e Luiz José de Carvalho e Mello, accusados de promoverem revoltas, tiveram que se refugiar em Magé, onde foram presos e recolhidos á fortaleza da ilha das Cobras, por 17 dias.

D. Pedro nomeado regente, com a partida de D. João para Portugal, no intuito de chamar a si toda a popularidade, entre outros actos, mandou soltar-os, allegando que os mandára pôr em custódia para não serem victimas dos furores dos facciosos que ameaçavam arrancar-lhes a vida, achar-se restabelecida a ordem e suffocadas as machinações dos perturbadores do socego publico, como se lê no Decreto de 16 de março de 1821, assim concebido: Chegando ao meu real conhecimento que homens perversos e amotinadores do publico socego, abusando do entusiasmo que em todas as classes dos habitantes dessa capital havia excitado o memoravel dia 26 de fevereiro proximo do passado, andavam suscitando por via de obscuras machinações, odios populares contra varias pessoas; assignalando-se já, como primeiras e immediatas victimas do seu desenfreado furor, os desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa e o almirante Rodrigo Pinto Guedes. Mas, não sendo possivel averiguar pela estreiteza do tempo, em que se denunciava dever-se executar tão horroroso attentado, quaes fossem os meios premeditados para o pôr em execução; não sendo por isso possivel tomarem-se respectivamente as necessarias cautelas para com certeza prevenir um acontecimento, que por isso não podia deixar de comprometter a publica tranquillidade ainda quando se não achasse ligado a um mais vasto plano de assassinos; houve por bem ordenar instantemente por meu real decreto de tres do corrente mez, dirigido immediatamente ao general governador das armas da cõrte e provincia, que fizesse pôr em custódia as tres acima mencionadas pessoas, assim de que subtrahidas por este modo a qualquer sinistro e inopinado projecto de seus inimigos, perturbadores do socego desta capital, se podesse averiguar e acautelar pelas providencias, a que immediatamente fui servido mandar proceder as intentadas machinações, tanto contra a vida d'aquelles meus fieis vassallos, como contra a publica tranquillidade. Tendo-se porem conseguido descobrir e mallograr os occultos tramas, com que ameaçavam as vidas dos cidadãos e a segurança do Estado; e não existindo mais o justo receio de que os tres mencionados detidos sejam inopinadamente atacados antes que a força publica possa acudir em seu soccorro e previnir as incalculaveis consequencias de um motim: Sou servido ordenar, que os referidos desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello, João Severiano Maciel da Costa, bem como o almirante Rodrigo Pinto Guedes, possam voltar para o seio de suas familias, e entrar no exercicio de seus empregos, não tendo sido d'elles removidos por crimes, erro, suspeita ou accusação alguma, porém sim, e tão sómente por effeito d'aquella paternal e previdente protecção, em que lhe cumpre acautelar pelos meios mais promptos e efficazes, quanto de algum modo pôde comprometter o publico socego, e a segurança de cada um dos habitantes do meu reino. Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de março de 1821.

Constituida a nossa nacionalidade abraçou, sem reboços a maioria dos officiaes da marinha portugueza a causa brasiliense e entre elles contou-se o almirante Rodrigo Pinto Guedes, que continuou no Supremo Tribunal Militar. Tendo a Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa de 19 de julho de 1823, nomeado uma commissão mixta extra-parlamentar, para coadjuval-a na organização dos serviços navaes, não

foi esquecido o almirante Pinto Guedes e conjunctamente o Primeiro Almirante Lord Cochrane e o capitão de mar e guerra Diogo Jorge de Brito.

A 12 de outubro recebeu a commenda da gran-cruz da ordem de Aviz. Apontado como chefe de uma revolução, foi a causa de vir S. M. I. a precipitadas jornadas de Minas Geraes, para acudir-lhe e suspendel-a, advertindo porém que da devassa a que por esse facto procedeo Nabuco não se achou crime.

Veio o anno de 1826 liral-o dos estudos de gabinete e do tribunal de presas, constituido, devido ás reclamações de Lord Cochrane, onde, de accordo com a maioria composta de portuguezes, se manifestou sempre contrario ao que exigia o illustre marinheiro, que fundado em decretos e promessas escriptas, depois burladas com desfaçatez, pelo interesse politico, se batia pelo cumprimento d'ellas. Exigiam as clausulas para reconhecimento de nossa independencia que se desgostassem os officiaes que haviam acudido ao nosso apello para expulsão dos portuguezes de nossas plagas; dominavam estes agora com aquiescencia do imperador na alta administração com o afastamento de José Bonifacio e outros que não admittiam a menor concessão; a nossa fraqueza dependeria da primeira.

Adeante veremos que os falsos principios invocados pelo Tribunal de Presas, constituido por nove officiaes portuguezes adhesistas, dos quatorze nomeados, para condemnar o proceder do almirante Cochrane, de Taylor e de Grenfell, serviram para amargurar o proprio almirante quando commandante em chefe da nossa esquadra no Rio da Prata e nos trazer desdouros.

A pessima direcção que dera ás operações navaes no Rio da Prata, o vice-almirante Rodrigo Lobo e ainda peiores as terrestres, o barão de Laguna, na Cisplatina, obrigaram o nosso governo a dar-lhes substitutos. Para aquelle almirante que só decepções trazia ás nossas esperanças, foi lembrada a pessoa de Rodrido Pinto Guedes, cuja nomeação foi acolhida com verdadeira sympathia. O *Diario Fluminense* assim se manifestou «os bem conhecidos talentos deste galante e bravo official, sua intrepidez e firmeza de caracter tem tornado a sua escolha de nomeação popular».

Nomeado a 6 de abril, commandante em chefe das operações navaes no Rio da Prata contra a Confederação Argentina, dezoito dias depois fazia-se de vela á bordo da fragata *Ipiranga*, levando consigo a fragata *Paraguassu* e o brigue *Pirajá*, e no dia 12 de Maio dava fundo em Montevideó.

No dia seguinte á sua chegada assumio o comimando das nossas forças navaes e desde logo começou a pôr em pratica os seus talentos na organização da esquadra, de accordo com os ensinamentos e pratica adquiridos sob o commando de Lord Nelson; assim é que destribuio os navios em quatro divisões, compondo-as do seguinte modo :

1ª Divisão — Capitanea a fragata *Ipyranga* de 52 canhões; fragata *Imperatriz*, de 62 canhões; *D. Paula*, de 36 canhões, corveta *Carioca*, de 18 canhões, brigue *Real João*, de 18 canhões e *Rio da Prata*, de 10 canhões.

2ª Divisão, -- Capitanea a fragata *Nietheroy*, de 38 canhões, commandante, o capitão de fragata James Norton; corvetas *Maria da Gloria* de 30 canhões; *Liberal*, de 24, *Itaparica*, de 20, *Maceió*, de 18; brigues *Pirajá* e *Caboclo* a 29 de Agosto, de 18 canhões cada um; *Independencia* ou *Morte* de 14; *D. Januaria*, de 12; escunas *Providencia*, de 3, *Itaparica*, *Conceição* e *Sete de Março*, de 1 canhão.

3ª Divisão — Capitanea, escuna *Oriental*, de 11 canhões, commandada pelo capitão de fragata Jacintho Roque de Senna Pereira; escuna *Bertioga*, de 8 canhões; *Leal Paulistana* e *D. Paula*, de 4 canhões; *Liberdade do Sul* e *Itapoan*, de um canhão; hiaes *Nove de Janeiro*, *Sete de Setembro*, *Doze de Outubro* e *Primeiro de Dezembro*.

4ª Divisão — Formada com os navios que se achavam em reparos e que servia de reserva.

Coube á primeira divisão, constituida pelos navios mais fortes formar a linha exterior do bloqueio; á segunda a linha interior, que se estendia desde a Colonia do Sacramento, Buenos Ayres á Ensenada; a terceira encarregada da policia dos rios Uruguay e Paraná, tinha tambem que attender á defesa da Colonia e Martim Garcia; a quarta se conservava em Montevideo.

Dois dias depois da chegada do almirante Pinto Guedes estavam já á postos todos os navios e segundo as ordens recebidas para dar todo o vigor ás operações navaes, procurou elle, desde logo obrigar os navios inimigos a combater.

Entregue a esquadra a mãos mais habeis, começou desde logo o nosso paiz a colher fructos gloriosos para suas armas.

A 23 de Maio deu-se o primeiro encontro entre os navios da nossa 2ª divisão naval com a esquadra inimiga que havia suspendido do porto e se approximado, como de costume dos bancos. Perseguidos, pela *Maria da Gloria* e *Itaparica*, embora arrastando-se estas pelos bancos que se estendem pelo esturio do Prata, e pelo *Caboclo* e *Independencia ou Morte*, de menor calado, foram os navios inimigos recolher-se ao porto acossados pelo fogo dos nossos e com a perda de 6 mortos e 22 feridos, tendo nós dous mortos e dous feridos.

Veio o dia 25 de Maio e pretendendo nesse dia o almirante Brown contribuir para que o anniversario da independencia argentina, fosse festejado por uma victoria de sua esquadra, suspendeo com ella ao encontro da nossa 2ª divisão. Ao largo do porto, depois de manobrar para se collocar em posição, Brown, que não perdoava a Norton as consecutivas refregas que lhe havia infligido, abriu fogo contra a *Nitherohy* onde flammejava a insignia do denodado official. Virou a capitanea brasiliense em roda despejando sobre a 25 de Mayo, capitanea inimiga uma banda inteira, em vista do que arriharam logo os brigues *Independencia*, *Congresso* e escuna *Rio de la Plata* que vinham secundal-a no seu ataque. Ao signal de Norton para que seguissem sua manobra, com rapidez o executaram o brigue *Caboclo*, corveta *Itaparica*, *Indedendencia ou Morte* e a escuna *Itaparica* e sobre o navio almirante inimigo, durante meia hora, despejaram seus fogos, obrigando-o a uma retirada, seguido apenas da *Batcarce* e da *Sarandi*, levando a perda de um piloto e seis marinheiros mortos e sete feridos.

A nossa artilharia, de menor alcance, e o grande calado dos nossos navios impediram no dia 11 de junho de 1826 fosse o inimigo aniquillado deante mesmo da população de Buenos Ayres que assombrada do nosso arrojio, acudio ás praias para contemplar a gallardia dos navios que até proximo chegaram em perseguição dos fugitivos.

Depois deste facto, quarenta e oito dias deixou-se Brown ficar no porto. A desafia-o veio o ardoroso capitão de mar e guerra Norton no dia 29 de julho, dando fundo nas Balias interiores. Resolveo-se por fim o almirante argentino acceitar o cartel. Para isso reunio á bordo de sua capitanea um conselho no qual expôz aos commandantes o seu

plano de acção que não era mais do que o de Napoleão, posto em pratica, no mar por Nelson, isto é, cortar a nossa linha, separando as barcas canhoneiras da nossa 3.^a divisão, batendo-a por partes, antes que podessem ser soccorridas pelos navios mais poderosos que se achavam fazendo a segunda linha.

Para animar o inimigo havia propositalmente o almirante brasileiro mandado enfraquecer a divisão bloqueadora, com a retirada de alguns navios; constava ella de quatorze, dez da segunda e quatro da terceira divisão.

No dia 30 de julho em Punta Lara teve a nossa esquadra para illuminar a nossa historia mais uma brilhante pagina, escripta pelos officiaes ás ordens de Norton, sempre prompto a affrontar perigos na conquista de louros para si e para o seu paiz de adopção.

Ao governo imperial participou o almirante Pinto Guedes do seguinte modo o brilhante successo:

Ilm.^o. e Exm.^o Snr. Enquanto não recebo parte do capitão de mar e guerra Norton, commandante da Divisão sobre Buenos Ayres e dos commandantes das embarcações alli empregadas para dar a V. Ex.^a miuda conta do combate que teve lugar entre a nossa Divisão e a Esquadra daquella Republica na noite de 29 de junho e na manhã seguinte; posso adiantar a certeza de se haverem batido com forças eguaes, ou com pouca differença, porque eu as tinha posto assim, para baldar qualquer invenção, visto que o inimigo não desferrava do porto, não obstante á vista da cidade, onde a nossa Divisão foi ancorar em frente da barra.

«Brown vio-se assim obrigado a acceitar a luva; e sahio a noute, fazendo e recebendo algum fogo; na manhã seguinte bateram-se sempre correndo e fugindo com força de vela, sem admittir combate regular em distancia propria de quem sustenta o lugar e ponto de honra, e sempre perto dos Bancos para fugir em se vendo posto em aperto e sem lhe importar o pundonor, que anda annexo aos officiaes das Marinhaes regulares, toma sempre a vereda de *guerrilheiro*, ou *salteador*».

«Assim mesmo nestas escaramuças, ficaram em tal estado, que elle por fim apenas respondia, ás bandas que lhe davam os nossos, com tiros interpollados, o que annunciava grande numero de mortos; a corveta parecia um crivo e a sua mastreação e velame consistia no mastro grande, sem vergas nem mastarços, e na gata, velaxo e traquete; com estes restos dando a pôpa com vento forte aproou á barra tão precipitadamente, e em tal confusão encalhou na entrada».

«Todos assim mais ou menos fatigados fugiram com o favor do vento, que se augmentou e fez tão forte pampeiro que a nossa Divisão não o podendo supportar á vela deu fundo em frente do porto, e alli se conservou, á excepção do *Caboclo* que passada a força do vento veio a Montevideo trazer o Commandante».

«Nós tivemos grande perda. Como o Bergantim *Caboclo* por mandar menos agua podia chegar-se mais á barra, ia acossando a Corveta na fuga, e passando um dos Bergantins do inimigo que seguia os outros, a precipitada fugida da sua Almirante, disparou alguns tiros e vieram as balas de uma piramide matar um marinheiro do Bergantim *Caboclo*, e ferir cinco pessoas, mas entre estas achava-se o valeroso e emprehendedor Grenfell, que ainda vive porém mal prognosticado, e desta fórma nos fica um vacuo que se não encherá facilmente».

«O Tenente Taylor tambem foi passado no ventre pelo lado direito com offensa de intestinos e suppõe-se ferida mortal»

«O Primeiro Tenente Raphael José de Carvalho, Commandante do Bergantim *Vinte e nove de Agosto* foi ferido com metralha no braço esquerdo. Ha mais feridos e alguns mortos de classe da marinhagem, de que ainda não tenho informações exactas».

«Em outro meu officio disse a V. Exc. a razão porque o Inimigo navega com menos agua que os nossos navios. Para poderem fugir e metter-se para dentro dos Bancos, andam á tona de agua; e como saem com escolha de tempo, sem se affastarem dos Bancos, não receiam fazel-o, e mettem artilharia maior do que fariam se tivessem de guardar o mar. Os que devem sustentar-se á vela e fazer o bloqueio desde a Colonia até a Ensenada se fizessem o mesmo correriam grande risco. Bordo da Fragata *Piranga*, 3 de Agosto de 1826. Illm. e Exm. Snr. Visconde de Paranaguá. *Rodrigo Pinto Guedes*».

Illm.º Snr. — Acabo de receber as partes dos navios da minha Divisão e pouco terei que accrescentar ao meu officio n. 50, sobre o meu combate de 30 do passado, o que não faço pelo paquete inglez, por estar a partir».

«As gazetas de Buenos Ayres só confessam dezoito mortos e trinta e tantos feridos; quando se sabe por cartas particulares que os entrados no hospital andam por mais de noventa; mas ainda ninguem pôde calcular o numero de mortos pelo cuidado com que os occultam, só passando mais dias se poderá saber».

«Em toda a nossa Divisão tivemos seis mortos e vinte e quatro feridos, deste crê-se que nenhum mortalmente, porque o Grenfell vae bem e o Tenente Taylor que chegou hontem a Montevidéu, tambem vae salvo, porque a metralha que lhe offendeu os intestinos, não chegou a rompê-los como julgava o cirurgião».

«Por cartas particulares sabe-se que o Chile está na maior desordem; está quasi geralmente declarado o partido a favor de *O' Higgins*. Dizem as mesmas cartas que os navios comprados por Buenos Ayres, deveriam sahir de Valparaizo a 18 ou 20 de Julho, não diz quantos; e por isso creio que serão só os da primeira venda».

«O corsario *Lavallega* teve a sorte que lhe prognostiquei, pelo máo estado em que se achava. Veio demandar o cabo de Santo Antonio, mas ainda ter feito alguma presa, com tenção de entrar no rio Salado para alli receber mais gente e mantimentos, sobreveio-lhe um pampiro que evitou ser tomado pelas embarcações que eu tinha sobre o Salado, mas abriu agua a ponto de ir encalhar para salvar a gente, que já chegou a Buenos Ayres por terra».

«Por ora está o mar livre, até que em alguma noute escura possa escapar-se o de Buenos Ayres, donde, dizem cartas pretende o Brown sahir em noute, ou dia de nevoeiro, para ir ao encontro dos navios do Chile, o que me não dá cuidado; porque se elle se evadir, mais embarcações posso tirar da segunda Divisão para esta».

«Pela copia junta verá V. Ex.º o que Norton me diz a respeito dos Paquetes. Se se convencionar que as malas sejam mandadas e recebidas por parlamentarios nossos, evitaremos estes males, e as pretensões das outras potencias em quererem tambem mandar alli as suas embarcações».

«V. Ex.^a já viu o que se passou com o Almirante inglez Rosamel, e ouço que em chegando algumas Fragatas que se esperam dos Estados Unidos hão de ter pretenções semelhantes; e que talvez ali se podesse prevenir pelo Encarregado dos Negocios daquelle Republica, por que os militares pela maior parte são dirigidos pelos Consules, e este aqui não tem reputação de probidade».

«A Fragata *Paula*, que chegou hontem do seu cruzeiro, para onde mandei o Lugar e duas Escunas, fallou á *Thethys*, tres dias antes, vinha com um transporte. Ainda não entrou, mas por ter entrado outro, ha dias já a *Gazeta* de Buenos Ayres trata d'elle estar no Rio da Prata».

«Não admira por ter Brown um irmão em Montevideo, que o avisa de tudo, e que talvez fosse a causa de elle não ser apanhado quando eu cheguei e elle bloqueava a Colonia, porque se sabe que o irmão o mandou avisar por uma embarcação á remos a quem deu grande somma de dinheiro para ir. E conservam este homem, por ser aqui mettido com carga que ia para Buenos Ayres no principio do bloqueio, e não dar fiança de não ir para porto algum daquelle Republica, quando elle é mais prejudicial estando aqui, do que se lá entrasse com dois ou tres navios como o seu. Creio que este caso tem carencia de remedio, eu não lh'o posso dar, e já disse a minha opinião sem fructo».

«Estou sem gente e sem Officiaes; já não estava bem antes do desfalque que tive com as presas, que ninguem aqui queria julgar. Agora veio ordem para que as julgasse o desembargador Oliveira, mas como só falla em presa, e não servir de Auditor de Marinha, não ha quem tire uma devassa. Bordo da Fragata *Piranga*, 9 de Agosto de 1829. Illm. e Exm. Snr. Visconde de Paranaguá. — *Rodrigo Pinto Guedes*».

Pelas presas feitas pelo almirante Rodrigo Pinto Guedes, as legações, dos Estados Unidos e depois a da Inglaterra e a da França, mórmente as das primeiras, levaram reclamações ao nosso Governo, fundados em principios admittidos pelo Tribunal de Presas para julgar das feitas pelo almirante Cochrane, na nossa guerra contra Portugal.

Apezar de ter sido notificado o bloqueio dos portos de Buenos Ayres, os Estados Unidos escudando-se na falta da applicação do principio, não acceito, de previa intimação ás embarcações neutras reclamou a restituição de presas feitas.

Havia de facto o nosso governo expedido instrucções a Rodrigo Lobo, em 17 e 24 de dezembro de 1825, que sómente empregasse a força contra aquellas embarcações neutras, que não annuindo á intimação official, que se lhes deveria fazer, quizessem por qualquer fórma romper o bloqueio. Era isto comprehensivel, pois havendo decorrido pouco espaço depois da declaração do bloqueio, indispensavel se tornava a intimação.

Tanto isto era reconhecido que sendo arrestado o brigue inglez *Monarch* por ter entrado no Rio da Prata, tendo sahido de Liverpool onde já era conhecida a intimação do bloqueio, o almirante inglez Rosamel reclamou contra elle, apezar de estar de accordo com a doutrina posta em pratica e que depois, em vista de cega condescendencia nossa negou-as o seu governo.

A contestação havida entre o nosso almirante e o inglez, foi levada ao conhecimento do Imperador que approvou seu proceder, como discreto e energico, como lhe communicou o visconde de Paranaguá em 26 de junho.

Reclamavam os negociantes interessados no brigue *Monarch* levando ao conhecimento de Canning o caso; respondeu-lhes W. Huskisson «que se achando M. Canning ausente era impossível antecipar de que maneira encararia elle a questão; que não duvidaria que fosse no sentido de reclamar para as propriedades dos subditos de S. M. B. qualquer protecção que não fosse contraria aos direitos reconhecidos que o estado de guerra maritima dá a um belligerante a respeito de Direitos neutraes, que a Grã Bretanha sempre tem decretado não pôde negar a qualquer outra Potencia».

Enquanto isto se dava, communicava em detalhe ao ministro da Marinha o que se havia passado relativamente ás operações em officio de 20 de agosto assim concebido:

«Ilm.^o e Exm.^o Snr. Pouco posso acrescentar ao que já escrevi a V. Ex.^a no meu officio nº 50 sobre os successos do dia 30 de julho, em que a nossa divisão e as forças navaes de Buenos Ayres se bateram; para intelligencia, porém do motivo que as occasionou, permitta V. Ex.^a que eu faça narração de uma historieta, que anda com alguma alteração da verdade, no *Correio de Buenos Ayres* de 14 de Julho».

«No dia 3 de julho, uma senhora de Buenos Ayres chamada D. Maria de Mendeville, Secretaria da Sociedade de Beneficencia offereceu a Brown, no meio de grande ajuntamento, convidado para isso na casa das sessões, uma bandeira da Republica, feita de seda e bordada, acompanhada a dadiva com um discurso analogo ao sujeito.

«Brown agradecendo, respondeu com outro (creio de igual eloquencia e penhorou a sua palavra de que dentro de dous mezes o commercio de Buenos Ayres estaria livre, e que vinha a ser equivalente a não se ver mais Bandeira Imperial no Rio da Prata».

«Grandes vivas e applausos teve esta deliberação, tomada á noite, porém o gazeleiro mudou esta insustentavel ufanía em — que a bandeira jámais cahiria nas mãos do Inimigo — tornou disto motivo para trazer a memoria os grandes feitos dos heroes Romanos, enxovalhados pela comparação, e acrescentou que esta scena arrancára lagrimas de todos os espectadores, fez elogio aos dous actores, e tributou a Brown o alcunha de — Heroe de 11 de julho — aquelle dia para elle de maior vergonha como V. Ex.^a veria pelos meus officios ns. 21 e 23, em que soffreu ser desafiado desde a manhã até a noite, recebendo balas que só lhe podiam chegar por elevação, mas que assim mesmo lhe fizeram o estrago, que relatava a carta de Buenos Ayres, cuja cópia tambem enviei a V. Ex.^a n'aquella occasião; em que o Bergantim *Caboclo*, por ser o que demanda menos agua, correu a linha Inimiga na distancia a que pode chegar por cima da borda de fóra do banco, dando uma banda de artilharia a cada navio Inimigo, que nem incitado desta fórma se resolveu a sahir, foi o dia escolhido para o titulo de Heroe de 11 de Julho !—

«Com os dados acima referidos, extrahido do periodico sobremencionado, havia eu esperanças de que Brown sahisse dos Poços para cumprir sua palavra; porém, tendo-se passado uma boa parte do praso marcado por elle para a conclusão do projecto, sem dar a menor demonstração de aggreder, receei que a força da Divisão que havia posto defronte de Buenos Ayres, lhe servisse de desculpa e se perdesse a boa occasião que elle affiançava por aquella asserção».

«Antes que expirasse o tempo assignalado tratei de lhe aplanar as difficuldades pondo a Divisão quasi na mesma força de sua Esquadra,

confiando muito na disciplina da nossa, e mui pouco na sua composta de officiaes sem disciplina nem pericia militar, que só vão para diante enquanto não acham estorvo e difficuldades a vencer»

«Tirei da Divisão e empreguei fóra dos Bancos para — E — a corveta *Maria da Gloria*, o Bergantim *Independência ou Morte*, e Bergantim Escuna *Januaria* e as escunas *Maria Thereza* e *Providência*. Ficou a *Nietheroy* que andava com pouca differença pela força da Corveta *Vinte e cinco de Maio*, onde Brown tinha a sua bandeira e que montava vinte e duas peças de calibre doze na bateria corrida do convez e doze de calibre vinte e quatro na coberla, onde para esse fim abriu seis portas por banda; tinhamos mais treis Corvetas: *Liberal* que foi Bergantim, *Itaparica* e *Maceió* de menor porte; tres Bergantins, *Pirajá*, *Caboclo* e *Vinte e Nove de Agosto*; e os inimigos cinco; (a embarcação que elles denominam *Barca*, é de força de um Bergantim e só differe na mastreação); tinhamos tres Escunas, *D. Paula*, *Conceição* e *Itaparica*; os inimigos tinham tambem tres: *Sarandy*, *Pepa* e *Rio*, tinhamos apenas quatro Barcas armando-as com a gente de todas, deixando só um numero sufficiente para os remos das que ficaram na Colonia; e os inimigos tinham oito.

«Desta fôrma fica evidente que as forças estavam equilibradas ou por ventura a favor dos inimigos que ficaram com mais quatro Barcas e uma Escuna pelo que abaixo direi».

«Nem se diga que seus navios são fracos por terem sido do commercio, pois muitos dos nossos tiveram esse exercicio: por exemplo: a *Nietheroy*, *Pirajá*, *Vinte e nove de Agosto*, *Independência ou Morte*, e outros que não estavam alli como a *Carioca*, *Gentil Americana*, *Beaurepaire*, etc.»

«Por uma casualidade tinha alli chegado na vespera a Corveta *Maria da Gloria* com setenta e quatro praças á disposição do Capitão de Fragata Jacintho Roque de Senna Pereira, para o fim que participei a V. Ex.^a no meu officio nº 15, mas para que essa differença não pareça extraordinaria deve entrar em linha de conta montar um dos Bergantins dos inimigos, além da bateria corrida, quatro peças de calibre vinte e quatro na coberla, onde para isso se abriram portas, ao que deu occasião ser muito alteroso e armado desta fôrma não deverá ser reputado muito inferior a aquella Corveta».

«Eis aqui o estado das forças que entraram em acção no dia 30 de Julho proximo».

«A nossa divisão reduzida como fica expellido foi ancorar á vista dos navios inimigos, que vendo-se assim desaffiados começaram a lançar foguetes ao ar, e foi tal a algazarra, que se ouvia a grande distancia».

«Continuarei a narrar os successos do dia, fazendo ao mesmo tempo uso do que vim a saber depois».

«Julgou Brown que sahindo de noute, como estava escura, podesse abordar a *Nietheroy*, para o que dizem metteram mais de quinhentos marinheiros na Corveta; porém Norton tinha posto as Escunas *D. Paula* e *Conceição*, na boca do canal, para darem parte da sahida, se esta se effectuasse».

«Depois das dez horas sahio Brown; abalroou a Escuna *D. Paula*, desarvorando-a de um mastro, e por tanto ficou impossibilitada de entrar em acção, mas a *Conceição* fez immediatamente o signal ordenado».

«Estando por este modo todos prevenidos, Brown não pode pôr em pratica o seu projecto, e depois de alguns tiros de parte a parte os inimigos afastaram-se até que o dia os fez descobrir e foram obrigados a combater, porém com a vantagem da proximidade da barra para a fuga em caso de aperto, como é sempre seu costume, bem que nesta occasião Brown por se achar separado não o pôde fazer a seu salvo».

«Foi a sua Corveta denominada *Vinte e cinco de Maio* atacada pela *Nietheroy* e diz Norton que recebeu na acção toda a assistencia possível dos Capitães de Fragatas Grenfell, Commandante do *Saboclo*, Jacintho Roque de Senna Pereira, que nesse dia embarcára a bordo da *Leal Paulistana*, que não podendo a *Nietheroy* entrar mais dentro, porque tocou, e esteve alguns minutos encalhada, não podendo a Corveta *Maria da Gloria* Commandada pelo Capitão de Fragata Theodoro de Beaurepaire, que segundou a *Nietheroy* continuar o vivissimo fogo que lhe havia feito pela mesma razão de demandar muita agua, e tendo desarmado do mastaréu do velaxo a Corveta *Itaparica*, commandada pelo Capitão Tenente Guilherme Eyre, que nesse estado foi atacado pelos Bergantins que iam fugindo para dentro dos quaes se defendem com uma bravura extraordinaria, fez signal á *Liberal* commandada pelo Capitão de Fragata Bartholomeu Hayden, por se achar a esse tempo mais proximo que se approximasse ao navio desamparado para acabar de destrui-lo; não foi esse signal executado, dando o Commandante por motivo não ter achado agua para se approximar a ponto de o poder fazer. A *Maria da Gloria* e outras tinham estado a perseguir os Bergantins inimigos que sustentavam barlavento e nem se quer se approximaram a tiro regular de canhão assim mesmo na fuga reccheram damno e um perdeo o mastaréu do joanete de prôa».

«Para se reconhecer o estado em que ficou a Corveta *Vinte e cinco de Maio* que fugindo á pôpa com a gata, velacho e traquete, quando chegou a encalhar, apenas tinha os masts roaes muito maltratados e a verga e vela de traquete, bastará transcrever aqui a conta official que Brown deu ao Ministro de Estado da Guerra e Marinha, e como se segue :

—«Ex.^a Snr. *Provocados* para sahir temos batido mas não rendido aos inimigos : permitta V. Ex.^a que o informe que os navios da Nação estão livres. E'me sensivel assegurar que são muitos os mortos e feridos ; e entre os ultimos o meu bravo Capitão Espora».

—«A *Vinte e Cinco de Maio* está completamente destroçada faz-se ha uma lista dos mortos e feridos e se enviará com a promptidão possível. Sou Exm.^o Snr. De V. Ex.^a obediente e humilde servidor — *Guilherme Brown*».

«Vem sem data na gazeta *Mercantil* de Buenos Ayres de 1 de Agosto tendo dito na vespera milhares de improperios e mentiras, e no *Correio Nacional* da mesma data, onde omittiram a expressão por onde o officio começa — *Provocados para sahir*»—

«Depois desta confissão official de Brown, publicaram serem só vinte os mortos e trinta os feridos, acharam contas certas e mais acertadas em dezenas! Ainda que se não soubesse que tinham entrado no hospital para cima de noventa, o que não deve admirar pela numerosa tripolação da Corveta, onde a bateria de cima estava callada mais de uma hora antes de encalhar; fazendo fogo só com a da coberta, bem se vê que a mentira está mais calculada».

«Não é natural que havendo vinte mortos houvesse só trinta feridos; ou mais feridos ou menos mortos; isto, é o que tem mostrado a

experiencia em todos os combates. Os que d'alli sahirem dirão dos mortos, passado mais algum tempo, assim como já disseram dos feridos».

«As expressões de Brown que talvez não sejam exactas dão uma idéa do resultado do dia».

«Tem desafojado os gazeteiros em nos chamar — escravos — e até fracos; o que sendo opposto aos seus relatorios, mostra que a dôr ainda os afflige e que a lição foi com rigor».

«Dão por certo que as nossas embarcações eram vinte e tres, nem contando o Brigue *Real João*, que não estava, e sim perto da Colonia, a Escuna *D. Paula* que não entrou pelo successo referido, e as Barcas e duas Lanchas que sahiram da Colonia, e que não entraram no fogo nem estiveram ao alcance disto, e só appareceram para rebocarem alguma embarcação se fosse necessario, e mesmo para isso só chegaram a ponto de o poderem fazer, muito depois de estar o inimigo batido e refugiado nos Poços, se poderia contar aquelle numero».

«Não me julguei habilitado a fazer uso da autoridade, que me foi concedida pela carta Imperial de 10 de Abril deste anno e mesmo alguns dos officiaes que se distinguiram estão em patentes de Capitães de Fragata, cujo accesso não comprehende a minha possibilidade; julgo contudo um dever de justiça propôr o Capitão de Mar e Guerra graduado Norton, os Capitães de Fragata Theodoro de Beaurepaire, Pascoe Grenfell, Jacintho Roque de Senna Pereira, o Capitão Tenente Guilherme Eyre e Primeiro Tenente Antonio Carlos Ferreira (que conduziu a *Leal Paulistana* com o mesmo valor com que o havia antes feito o Capitão de Fragata, Jacintho Roque de Senna Pereira, quando este passou para o Bergantim *Vinte e Nove de Agosto*, depois da ferida que o Commandante recebeu) e o Segundo Tenente Thomaz Tompson, Commandante da Escuna *Conceição* para que Sua Magestade o Imperador, haja por bem conceder-lhe alguma mercê honorifica. Bordo da Fragata *Piranga*, 11 de Agosto de 1826. Illm.º e Exm.º Snr. Visconde de Paranaguá — *Rodrigo Pinto Guedes*.»

«Pouco depois officiaei novamente nos seguintes termos: Illm.º e Exm.º Snr. Chegou mais cedo do que eu esperava a carta de Buenos Ayres, do correspondente de outras cópias que tenho mandado a V. Ex.ª transcreverei alguns paragraphos. Buenos Ayres 7 de Agosto de 1826. Presume-se e passa quasi por certo, que Alvear se aprompta para ir tomar o commando do exercito, rendendo Martins Rodrigues. Estão no projecto de formar um regimento de cavallaria, e um batalhão de civicos pretos e pardos, mas tudo isto vae devagar. O resto da Esquadra de Brown está no costumado lugar, nos poços. A Corveta *Vinte e Cinco de Maio*, em que elle tinha a sua Bandeira ficou arruinadissima. Os mortos passam muito além de cem, mas de tal fórma occultam o numero, que ainda não se pôde saber ao certo do grande numero de feridos entrados no hospital; estão pela maior parte em estado de morrer; de feridas leves foram poucos os que escaparam. Não houve embarcação da esquadra que não houvesse gente morta, ferida e avariada. O Bergantim que veio da Ensenada unir-se á Esquadra, está para entrar no Riacho, ainda se lhe não pôde esgotar de todo a agua, e parece que será necessario metter-lhe nova quilha».

«Corre como certo que Brown foi hontem por terra e levou grande numero de marinheiros para tomar o commando da Esquadra que vem do Chili, á um porto que chamam Bahia Branca, creio que n'esta nossa costa para o sul da Patagonia».

«O Capitão Espôra, commandante da Corveta *Vinte e Cinco de Maio*, já falleceu, (*) porque a bala lhe deu tão alto na perna que não havia lugar para fazer amputação».

«Não lhe resta outro recurso se não o corso, mas esse, havendo cautella, por dous ou tres mezes, acaba-se, e nem pôde dar para sustentar navios grandes armados em guerra, que são os unicos que lhe restam, e vem do Chili, d'onde deviam sahir a 20 de Julho, para o Rio Negro, e para ali partio a 6 deste, Brown escoltado por cincoenta soldados a esperar a sua chegada».

«Eu reforcei o bloqueio com a Fragata *Thetis*, commandada por Offical que nesta occasião não fosse tirar o commando ao Norton, o que faria muito máo vêr, e passei João Baptista Lourenço da Silva, para a *Paraguassu* sem tirar o commando ao Welsh, bem que sempre na ordem do serviço executará as de João Baptista Lourenço da Silva, se este as der; e ambos conservam os seus vencimentos. Foi medida indispensavel, obrigada pelas circumstancias; e tive a delicadeza de o não fazer por ordem cêga».

«Chamei João Baptista Lourenço da Silva e Welsh, disse-lhes a necessidade que tinha de metter a *Thetys* em cima, e quanto seria affrontoso para Norton, que no momento de esperar premio se lhe tirasse o commado, que eu mesmo se agora fosse tomar o commando da divisão, causaria certo desar, de que os malevolos se aproveitariam para desacreditar e desgostar Norton, que se lembrava daquella medida e esperava que com franqueza me dissessem seus sentimentos».

«Ambos convieram de bom grado; logo ajustaram dividir a camara e eu fiquei contentissimo, porque deixo o bloqueio com força de resistir as que vieram de fóra, e estão dentro, sendo estas apenas quatro Brigues, Escunas e Barcas, e vou com as quatro Fragatas *Piranga*, *Paula*, *Imperatriz* e *Paraguassu*, e algum pequeno descobridor».

«Dei então o commando da Fragata *Tethys* interinamente ao Mariath que tinha dado parte de prompto».

«Se não tiverem ainda chegado ao Rio Negro esperal-os-hei, e se tiverem sahido navegarei até ao parallelo do Rio de Janeiro. E estou muito descansado de que a *Não*, com alguma Corveta possa já sahir para eu não ter de me demorar tanto no Norte; mas creio que não chegam antes de mim, que só espero que a *Paula* se aprompte, por lhe ter um raio feito em pedaços os mastaréos de gavea e joanete grandes, pois deixou o mastro, o certo em estado de concerto; matou sete marinheiros e ferio treze».

«As que sahem de Valparaíso são unicamente a *Izabel* de 50, a *Independencia*, de 24, e a *Chacabuco* de 24 peças».

«Tem-me lembrado se o projecto de sahida de Brown com esta pouca força será para ir unir-se em algum porto, ou lugar de ajuntamento no Norte com força maiores, ou com as que V. Exa^a diz estavam em ajuste, ou com duas Fragatas grandes, que dizem ter o Governo comprado nos Estados Unidos e terem sido feitas por encommenda dos Gregos, que as não levaram por falta de dinheiro; não sei se isto será inventado, porém a sua sahida tem fim que não pôde ser o vir com tão poucas forças ao Rio da Prata, d'onde tinha amudadas noticias pelo Irmão (que ainda aqui se conserva) do que ha, e do que se faz».

(*) Não é exacto, o correspondente engana-se.

«Em qualquer dos casos, ainda que eu quizesse augmentar as forças com que vou, não poderia levando a *Tethys*, que me retardaria todas as operações. Com vento fortissimo quasi á pópa apenas deitava sete milhas com differença de alguns decimos. Com um vento forte que a obrigou a capear antes de entrar no Rio da Prata, começou a fazer de 8 a 10 pollegadas de agua por hora. Finalmente apenas pôde ser considerada como uma Fortaleza, e como tal só onde a puz poderá servir».

«Descobrio-se finalmente, que todos os escravos, que vinham á bordo do Brigue retomado pertenciam a brasileiros, os que se venderam aqui eram de um Brigue que vinha da Costa d'Africa (nem sabem dizer de que porto), e foram apreçados em janeiro passado e foi o unico de escravatura que o *Lavallega* tomou, por isso será facil saber o nome e dono do Brigue».

«Para se conhecerem os senhores mandei examinar as marcas que irão agora, ou quando estiver esse esclarecimento prompto, e aqui mandarão receber na Intendencia a importancia que será maior do que no Rio de Janeiro: Vende-se aqui por preço alto: bem que a razão de venda foi primeiro porque morreu um, e não havia bom commodo para ler os outros, e segundo, por correr o principio pelos passageiros que tinham sido de uma preza feita sobre os hespanhões, á excepção dos seis que já mandei, e dos que vão agora, e se descobrio tambem mais tarde terem senhor, o que elles raras vezes confessam.»

«Hontem me escreveu o Physico Mór do Exercito José Pedro de Oliveira uma carta, que passo a transcrever: Illm.^o Exm.^o Snr. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a que examinando hontem as feridas de Grenfell encontrei o osso humero fraccassado até a sua cabeça articular, cujo estrago era maior do que pensava quando o membro existia volumoso por causa da inflamação. Por isto, e porque o enfermo já se ia affectando de debilidade proveniente de muita suppuração complicada com espasmos parciaes dos musculos offendidos, determinei praticar quanto antes a amputação a retalho o que teve lugar hoje pelas 11 horas da manhã, por ser o meio unico de salvar a vida a tão benemerito official, que até no acto da operação mostrou espirito, coragem e valor.— Seu etc.»

«Ahi verá V. Ex.^a o duvidoso estado em que se acha a vida deste digno Official. Todavia não perco as esperanças, porque o director é bom; e é assistido de dia e de noite por professores. Bordo da Fragata *Piranga* 20 de Agosto de 1826. Illm.^o Ex. Sr. Visconde de Paranaguá — *Rodrigo Pinto Guedes*».

Sobre a vinda dos navios adquiridos pelo governo de Buenos Ayres dava o *Patriota Chileno*, a seguinte noticia:

«Santiago, Junio 7 de 1826».

ESCUADRA — Alfin hemos visto cumplido nuestros votos de que los hermosos briques de guerra que no tienen en esta republica se empleen contra el Emperador del Brasil, en la injusta lucha que sostiene con nuestros hermanos del Rio de la Plata.»

«Sabemos que un particular ha comprado la magnifica fragata *Maria Isabel* de 50 canones, y las corbetas *Independencia* y *Chacabuco*, denominada hoy *Buenos Ayres*, *Montevideo* y *Chacabuco* y dedusimos por los preparativos (aun que lentos) que se estan praticando, que su objeto es doblar el Cabo bajo una convinaçion bien meditada. — Las ultimas noticias del Perú nos anuncian que la fragata *Prueba* las cor-

betas *Pichincha* y *Peruana* y el bergantín *Congreso*, se alistaban en el puerto del Callao para una expedición secreta, y el rumor público hace suponer que ambas escuadras se dirigirán á bloquear las costas del Grande Imperio — Sentimos solo que los aprestos sean tan numerosos, como lo indica una carta de Lima que tenemos presente: ella anuncia entre otras cosas, que los referidos buques no podrían zarpar hasta mediados de julio con dirección á Valdivia, por tener que carenarse en Guayaquil los dos últimos, y anado, que en el referido puerto de Valdivia se obraría la reconcentración de tan poderosas fuerzas qui quizá sean aumentadas con el navio *Asia*, hoy *Congreso Mejicano* que según las noticias conducidas por la goleta *Montesuma* procedente de Acapulco deve arribar á Valparaíso en todo el corriente mes, y quiseramos verlo empleado en tan digna empresa, ahora que con la rendición del Castillo de San Juan de Ulua no es de gran necesidad en el mar del Norte; es de suponer que a su llegada se entable alguna negociación por la mediación del señor ministro plenipotenciario residente en las Provincias Unidas — Deducimos por todo esto un harto desgusto nuestro que en tales manobras a empleare el largo espacio de tres meses, es decir, que no operarán hasta la primavera. Quisieramos hacer correr el tiempo con maior velocidad para registrar in nuestras páginas las victorias con que van á coronarlos generosos esfuerzos de los hombres libres para arrancar al opresor del Brasil la Provincia de Montevideo, y lanzarlo al otro lado de los mares, á fin de identificar á todo el continente americano, bajo el beneficio influjo de repúblicas tan bien organizadas, como la patria del immortal Washington.»

Os navios apresados desde 12 de Maio até 27 de Julho de 1826 pela esquadra Imperial, por serem despachadas para Buenos Ayres, com carregamento por conta de pessoas ali estabelecidas, eram as seguintes

Inglezes vindos de Inglaterra depois de publicado ali oficialmente o bloqueio com carga para Buenos Ayres.	<i>Monarch</i> avaliado em Lbs. Est.....	50.000
	<i>William</i>	50.000
	<i>Anna</i>	30.000
	<i>Stag</i>	20.000
	<i>Atlantic</i>	70.000
Americano.....	— <i>Leonidas</i> , vindo de Canton, com carga para Buenos Ayres.....	80.000
Francezes, sahidos d'ali depois da publicação do bloqueio.	<i>Junon</i>	30.000
	<i>Le Courier</i>	30.000
Dinamarquez.....	— <i>Fortuna</i> , apresado em Maldonado, onde tinha dado entrada na alfandega e deixado parte de seus papeis.....	9.500
Balandra.....	— <i>Inimiga</i> , apresada com bandeira inimiga a entrada de Buenos Ayres.....	4.000
Brasileiro.....	— <i>Bem vindo</i> , represado com bandeira inimiga depois de ser capturado pelo corsario <i>Lavallega</i> ha uns mezes....	8.000
		395.000

Estando a libra para Buenos Ayres a 5\$00

1.973.000.000

Era este o valor das presas.

Segundo as ordens em vigor, desde que foi noticiado o bloqueio continuavam os apresamentos de navios que tentavam forçá-lo e levados à Montevideó; assim no dia 26 de Setembro áquelle porto chegaram a galera *S. Salvador*, o brigue *Carolina* e a escuna *Dickens* e no dia 26 entraram no porto aprisionados na Colonia, seis navios de diferentes portes.

O ministro americano Condý Raguet, insistindo no Rio de Janeiro, sobre suas reclamações, dirigio em 14 de novembro ao marquez de Inhambupe, ministro do exterior, uma nota relativamente aos navios capturados pela esquadra e não tendo obtido resposta, em 30 do mesmo mez enviou segunda, dizendo que: «chamava a attenção do Ministro para tal negocio, afim de que o Governo dos Estados Unidos possa quanto antes ser informado da intenção do Governo de S. M. I. a respeito dos navios neutros capturados por infringirem o bloqueio, sem previa advertencia. Faz-se muito preciso que o abaixo assignado exponha que *este ponto é considerado pelo Governo Americano como uma importancia vital para a paz e prosperidade de todos os Estados d'este Continente e que o Presidente saberá com a maior satisfação que o governo do Brasil com este fito assim o decidio em conformidade dos votos emprasados em sua nota de 13 de Dezembro passado, votos que se acha autorisado a asseverar serão os que o seu Governo hade manter*».

Aproveitava-se o ministro americano da lucta politica levada a extremo (e que tantas amarguras nos tem trazido), e que na imprensa e no parlamento violentamente se manifestava. Que importavam aos partidos politicos que dias sombrios sobreviessem á nossa patria, contando que suas ambições fossem satisfeitas? No intuito de impopularisar o Imperador faziam crêr que a guerra que sustentavamos com as Provincias Unidas do Prata, não tinha outro fim senão a satisfação de um capricho imperial.

Confundida entre nós, em todas as circumstancias, a politica externa com a administração dos negocios internos, o resultado dessa má comprehensão nos tem sempre sido funesto. São espheras independentes, cada qual gyrando na sua orbita, que não pôdem de modo algum ter influencia estranha, pois de qualquer interferencia de uma sobre outra virá a fraqueza na sua orientação. Disse Bismarck que nenhum governo é tão prejudicial a um paiz como um governo fraco. A primeira qualidade de um governo é ser forte, isto é, ser firme e energico e disposto a agir com severidade, sempre que fôr necessario. Esta condição é indispensavel tanto para o bem estar interno do paiz, como para a manutenção da sua posição internacional. Um governo que quer evitar conflictos, que não tem coragem de enfrentar as lutas necessarias e que está sempre a transigir com as potencias estrangeiras é um governo condemnado a ruina. Isto applica-se á politica interna. As concessões constantes vão gradualmente enfraquecendo o prestigio do governo, até que nada lhe reste de sua autoridade constitucional. E' o que vamos ver.

A paixão partidaria havia avassallado a politica internacional, dahi trazida para a imprensa e para o parlamento a discussão dos fins da guerra que mantinhamos para a conservação da Provincia Cisplatina; entre os nossos homens encontrou apoio a acção argentina e portanto o enfraquecimento do nosso ideal internacional. Profligava-se, com paixão desmandos e má direcção na guerra; exigia-se a terminação da mesma pela negativa de meios para levá-la a termo, e depois accusava-se almirantes e generaes por não contarem victorias succes-

sivas. O ideal era desgostar o chefe da nação, que certamente havia desmerecido do conceito della pela sua retrocessão aos principios que tão duramente havia repudiado. Resolveo então o Imperador ir pessoalmente ao theatro da guerra que se desenvolvia no territorio de da Cisplatina, alimentada pelos recursos de toda a especie fornecidos pelos argentinos. Partio elle a 23 de novembro com destino a Santa Catharina, na não *Pedro I*, acompanhado pela fragata *Isabel*, escuna *1º de Dezembro* e sete transportes.

Dessa viagem teve conhecimento o almirante já elevado ao baronato, pelo officio de 18 de novembro de 1826 assim concebido: Illm.^a e Exm.^o Sr. — O Capitão da Galera Portugueza — *Nova Piedade* — que entrou neste porto no dia 13 do corrente deu as noticias constantes da Parte inclusa. Além disto me informão o mesmo Capitão e o Piloto que a Corveta que se menciona na dita Parte he salsa prôa, e de onze peças por banda. Parece-me porém que tal embarcação e as outras que a acompanhão serão antes as do Chili que de Buenos Ayres. No mesmo dia 13, e posteriormente no dia 16 recebi igualmente da Provincia de S. Paulo e da Ilha Grande os officios que por cópia transmitti a V. Ex.^a contando noticias dos insultos, e tomadias ali praticadas por Corsarios. Outrosim communico a V. Ex.^a que Tendo Sua Magestade Imperial Resolvido ir a Provincia do Rio Grande, partindo daqui dentro em poucos dias com a Não *Pedro I*, a qual acompanhão a Fragata *Isabel* e a Corveta *Duqueza de Goyaz*, justamente com os Transportes e a Escuna *1º de Dezembro* que destinão ao Rio Grande, e com o navio fretado para conduzir a Montevideo alguns dos objectos por V. Ex.^a pedidos para a Esquadra deverão a Não e a Fragata, logo que S. M. I. desembarque, e os Transportes entrem no Rio Grande, voltar para o Norte á cruzar sobre a côsta até a altura da Bahia ou Pernambuco; proseguindo a Corveta com o Navio fretado para Montevideo. As sobre-ditas embarcações de guerra vão debaixo do Commando do Vice-Almirante Conde de Souzel, de que he immediato o Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito, indo a Fragata commandada pelo Capitão de Fragata — Beaurepaire — e a Corveta pelo 1º Tenente Carlos Watson. Para que esta communicação chegue a conveniente brevidade ao conhecimento de V. Ex.^a, para a sua intelligencia e governo, tem se fretado o Brigue Inglez *St John* na forma constante do termo de freamento junto por cópia, o que na larga deste Porto levando a seu bordo o Voluntario João Nepomuceno de Menezes, que apresentará a V. Ex.^a este officio. — Deus Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1826. — *Marquez de Paranaguá*. Sr. Barão do Rio da Prata.

Depois da derrota soffrida em Lara Quilmes, conservaram-se os argentinos immoveis no Porto de Buenos Ayres a espera dos navios que haviam mandado adquirir no Chile e que eram a fragata *Isabel* de 62 portas, com 500 homens de guarnição, a corveta *Independência*, de 28 peças e a *Chacabuco* de 20 peças de bateria e uma de rodizio. Dizia-se que com estes navios pretendia Brown ir bloquear o porto do Rio de Janeiro, fazendo assim a nossa esquadra levantar o do Rio da Prata. Este plano era bem entendido, pois sabia Brown que a não *Pedro I* estava em concertos e que as fragatas *Isabel*, *Principe Imperial* e *D. Francisca* ainda não navegavam, muitos navios estavam no norte e os demais no Rio da Prata.

Tendo denuncia o almirante Pinto Guedes da sahida dos navios do Chile em Agosto, reforçou o bloqueio com as fragatas *Thetis* e com *Ipyranga*, *Paraguassu*, *Imperatriz* e *D. Paula* fez-se ao mar, foi até a al-

tura do Cabo Frio, de onde voltou em Outubro ao saber da arribada dos navios platinos, receioso que atacassem o bloqueio. Em chegando a Montevideó mandou regressar a *Paraguassú*, a *Thetis* e o brigue *Independencia* ou *Morte*.

Pensamos que esta cautela relacionava-se com a viagem do Imperador ao sul, para que não soffresse nenhum insulto dos navios inimigos que pirateavam pela nossa costa. Aproveitou-se no entretanto Brown, embora se desse o desastre soffrido pelos navios que esperava do Chile, para com o *Congresso* e *Sarandi* e outros corsarios fazer uma arriada pelas costas do Brasil e que tanto mal fez ao nosso commercio.

Esse facto servio para com accrimonia ser censurada a acção de Pinto Guedes. A estrella que acompanhava o nosso almirante, teve desde então empanado o seu brilho, pois outros factos vieram trazer-lhe acerbos desgostos.

Para satisfazer o pedido do marquez de Barbacena, commandante em chefe das nossas forças em campanha, ordenou a 3ª divisão da nossa esquadra, sob o commando do capitão de fragata Senna Pereira que fosse operar no Rio Uruguay, afin de nullificar os movimentos do exercito argentino nas provincias de Entre-Rios e Corrientes que procurava estabelecer communicações com as forças orientaes, no intuito de invadir o Rio Grande.

De desesete pequenas embarcações se compunha ella, mal armadas, mal tripuladas e pessimamente commandadas, algumas por sargentos de mar, salvo raras excepções. Era o rebulhallo das embarcações mandadas comprar por D. João VI para servirem na expedição que ás ordens do conde de Tancos havia atacado Maldonado, e outras que serviram de vigias aduaneiros nos portos. Não julgou o almirante que semelhante força, assim organizada, ter-se-ia de bater com outros navios, por essa razão deixou de attender as ponderações de seu commandante, conhecedor perfeito do lugar em que ia operar. Assim seguiu a expedição, composta como dissemos de vellos hiates vindos do Rio Grande e construidos em 1817 e saveiros de alfandega, pomposamente christmados com o nome canhoneiras, largando da Colonia do Sacramento.

Sabedor Brown, illudindo a vigilancia dos outros navios bloqueadores, seguiu no encalço, nos primeiros dias de Dezembro, indo se fazer forte em Martin Garcia, criminosamente mandada abandonar pelo almirante Rodrigo Lobo e não restabelecida a sua guarnição, apesar de insistentes pedidos do almirante Barão do Rio da Prata.

Para parar a qualquer eventualidade, mui pensadamente, ordenou o almirante que o capitão de fragata Frederico Mariath, com alguns navios seguisse em protecção a Senna Pereira, quando aquelle regressasse de sua commissão. Razão tinha, porque Brown, para levar a effeito o seu plano, começou por atacar a *Maceió*, capitanea dessa divisão. Com inaudito valor se defendeo Mariath, dos navios inimigos.

Escreveo, elle, nesse dia, uma brilhante pagina de nossa historia naval. Mostrou-se valente na defeza, porém fraco no ataque, porque deixou que Senna Pereira fosse vencido e com elle esmagada a 3ª divisão naval a 9 de fevereiro, pelo receio de affrontar as baterias de Martin Garcia. O desastre do Juncal, assim conhecido, foi completo, apesar do heroico proceder de Senna Pereira e de alguns poucos de seus companheiros.

Reforçado Brown com seis dos pequenos navios tomados no Juncal, fez-se de vela em direcção a Conchillas. Nossa divisão ao mando

do capitão de mar e guerra João Carlos Pedro Plitz achava-se fundeada então em Quilmes. Com ella empenhou combate Brown, porém vio-se obrigado a retirar-se com a perda de oito mortos e sete feridos.

Antes, tendo conhecimento o almirante Barão do Rio da Prata que no Rio Negro de Patagones se achavam em reparo varios corsarios inimigos e que era ali o centro receptor de todas as presas feitas na nossa costa e entreposto de commercio interlope, resolveo mandar uma expedição para destruil-os. A necessidade da tomada daquelle ponto e ali fazer-se uma base de operações, logo ao iniciar-se a guerra, demonstrou-a com clara visão, o capitão tenente Falcão da Frota, quando nosso agente diplomatico em 1825.

Não foram infelizmente acceitos, nem tomados em consideração os ponderados conselhos offerrecidos por aquelle illustre official que desde logo previo as consequencias futuras para a guerra, da não occupação de semelhante ponto.

Sob o commando do capitão de fragata Shepheard, largaram as corvetas *Duqueza de Goyaz*, *Itaparica* e brigues escunas *Escudera* e *Constança*, dispondo de 51 canhões e de 754 praças de guarnição. Ali se achavam protegidos por um pequeno forte os corsarios inimigos *Chacabuco*, *Hijo de Julio*, *Hijo de Maio*, *Oriental-Argentino* e sumacas *Bella Flor*, *Chiquinha*, apreçadas em Santa Catharina e *Imperatriz*.

No dia 27, deu-se a investida; infelizmente o naufragio da *Duqueza de Goyaz*, ao enfrentar o passo, impedio a passagem. Pelos auxilios prestados pela *Constança* são salvos 280 homens, perdendo-se no entretanto 38. Nove dias depois, um grande temporal, desfez por completo o navio.

Forçada embora a entrada pelos demais navios, retiraram-se os argentinos para o interior, para a villa del Carmen. Em vez do commandante Shepheard proceder á destruição dos navios, resolveo, em má hora, levar ataque á villa, para o que preparou uma expedição de 300 homens, deixando os navios quasi que desguarnecidos.

Atacada a villa a 7 de março, pereceo na refrega o commandante Shephead; substituido pelo capitão tenente Eyre, que reconheceu o erro de seu superior, procurou salvar a expedição, fazendo uma retirada em ordem. Atacados, porém, por todos os lados e suffocados pelo fumo desprehendido dos campos, propositamente incendiados, embora procurando abrir passagem, quaes verdadeiras viboras no meio das chaminas, batendo-se com indomita valentia foram os nossos vencidos, porém, pelo cansaço e sede. Renderam-se com a perda de 41 homens.

O desastre infelizmente não estava completo. Enquanto em terra dava-se aquelle desenlace, no mar, os navios quasi desguarnecidos eram atacados pelos corsarios, que um a um, apezar de prodigios de valentia de uns e cobardia de outros foram cahindo em suas mãos.

Assim nessa expedição perdemos quatro navios, um d'elles naufragado, 29 canhões, 7 bandeiras, 38 homens afogados, 43 mortos em combate e 579 prisioneiros, entre estes 20 officiaes.

Desses prisioneiros duzentos eram marujos estrangeiros que accetaram o serviço nos navios argentinos, os demais brasileiros foram encarcerados e mettidos nos porões de dous navios, que fizeram rumo ao rio Salado, comboiados pela *Chacabuco* e *Itaparica*; já baptisada *Itzaingó*. Ao sahirem a barra no dia 16 de Agosto, um dos navios, o *Anna*, em que se acham 93 brasileiros chefiados pelo intrepido 2º tenente Joa-

quim Marques Lisboa o futuro marquez de Tamandaré, revoltaram-se e apossaram-se do navio que á força de vela, e desafiando os tiros dos perseguidores chegou a Montevideo no dia 29.

A mudança ministerial que se havia operado no Brasil em 16 de janeiro, chamára á pasta da marinha o capitão de fragata D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, visconde e depois marquez de Maceió. Ordenou esse ministro em 14 de fevereiro ao almirante que levasse ao maior apuro as operações marítimas, ficando autorizado a tomar e executar todas as medidas que lhe parecessem proprias para alcançar o fim almejado. Lembra-va entulhar todos os pontos que davam lugar, não só ás repetidas saídas das suas embarcações de guerra como as mercantes que illudiam o bloqueio. Dava-lhe plenos poderes para executar esta medida em todo e qualquer ponto da costa do sul, quer das passagens entre os Bancos, com excepção do canal do meio, entre o Banco Ortiz e Chico, e uma entrada em frente á cidade de Buenos Ayres, pontos estes que S. M. o Imperador não queria que fechassem, mal que não se lhe daria de fechal-a, se o governo de Buenos Ayres não viesse a termos razoaveis.

Para compensar o revez soffrido em Patagones teve o barão do Rio da Prata uma grande victoria que abateo o animo de seus inimigos. Encontrava apoio no governo que se achava a testa dos negocios publicos e que era favoravel a continuacão da guerra.

Sabedor do triumpho de Patagones ordenou o governo argentino que Brown reunisse todos os navios apresados, formando assim uma forte esquadra, para atacar a nossa e depredar o nosso commercio.

No dia 6 de Abril sahio Brown dos Pozos com o *Republica*, capitanea, *Congresso*, *Independencia* e *Sarandi* no intuito de reunir-se aos demais.

Presentidas ás 11 horas da noite pela nossa divisão bloqueadora, teve esta ordem do almirante que se achava á bordo da *Ipiranga* para perseguil-os. Fustigados pelos nossos o *Republica* e *Independencia*, foram encalhar no banco do Monte de Santiago, enquanto o *Congresso* refugiu-se na Ensenada; a *Sarandi* procurou collocar-se junto aos navios encalhados. Não podendo os nossos avisinhar-se delles pelo muito calado, contentaram-se em bombardeal-os até ás 4 1/2 do dia 7. Com a chegada da divisão que estava ao mando do almirante, composta de navios de menor calado e da chegada de Norton na *Liberal* para dirigir a acção, iam ter os inimigos o castigo merecido.

Havendo no entretanto pouca agua e muito mar, para qualquer operação ordenou ás 5 horas o almirante cessar o fogo e vigiar de perto os movimentos do inimigo.

Com ardor durante a noite trabalharam os navios inimigos para safarem sem contudo o conseguirem; ás 5 h. da manhã começaram os preparativos para o combate. Havendo abonancado o mar seguiram as escunas *D. Paula*, *Conceição*, *Itaparica*, *Maria Thereza* e *Rios* a tomar posição, a tiro de pistola do inimigo, em duas columnas, nos pontos determinados por Norton.

Ao largo ficaram os navios de maior porte e mais fóra a *Ipiranga* onde se achava o almirante.

A's 11 horas empenhou-se o combate, com verdadeira furia. Diz o capitão tenente Lucas Boiteux, no seu livro *A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I, (1807-1831)*: O 29 de Agosto aproximou-se do inimigo e começou a canhoneal-o com ardor. O seu

bravo commandante cheio de nobreza e patriotismo, dava a seus commandados um bellissimo exemplo de heroismo, mostrando-lhes o caminho da honra e do dever. E o bravo brigue vibrava aos estampidos seccos de seus canhões e aos vivas festivos ao Brazil e ao Imperador. Eram 11 1/2 horas. Num repente o lenho brasileiro emmudeceu. Tombára mal ferido o seu bravo commandante, com o ventre rasgado e o braço esquerdo arrancado por uma bala inimiga. Correram a sustelo varios marujos... *Isto não é nada vão continuando o fogo* «disse aos que o cercaram, e expirou. Meia hora apóz, retirava-se da acção a *Liberal* por falta de munições e estar fazendo muita agua». As duas o *Rio da Prata*, estando no mesmo caso, foi chamado pelo Almirante, fundeando a grande distancia. Com a enchente da maré a fragata *Paula* (Guilherme Parker), seguiu rebocada para o lugar da acção, mas, chegando a distancia de tiro, encalhou ás 2 h. e só poudo fazer trabalhar as peças de prôa». Vendo os nossos que os navios inimigos já estavam muito avariados, resolveram abordeal-os.

Os escaleres dos navios foram arriados e guarnecidos e avançaram celeres á abordagem. Não se descreve o entusiasmo da nossa gente, vogando ao encontro do inimigo, sobre uma abobada de ferro e metralha. O secretario do almirante, Primeiro tenente Victor Santiago Subrá, foi um dos primeiros a dar o exemplo, approximando-se do inimigo. Uma bala argentina levou-lhe a prôa de sua pequena canoa. Ás 4 horas da tarde o *Republica* cahia aprisionado e o tenente Subrá, arriando a bandeira do inimigo, a substituiu pelo do Brasil, debaixo de entusiasticos vivas de nossos bravos marujos.

A guarnição desse navio, acutilada pelos nossos atirou-se ao mar, salvando-se, parte d'ella, a bordo da *Sarandi*.

O *Independencia* se rendia pouco depois, sendo immediatamente incendiado pelos nossos. A *Sarandi* poudo escapar-se muito avariada, levando Brown ferido em uma perna, ferimento este que o fez coxear toda a vida.

. . . «E o auri-verde pendão
sobre os lenhos de Brown o firma Norton».

Infelizmente, nem todos os navios da 2ª divisão puderam tomar parte neste glorioso combate, pelo muito calado que tinham.

A nossa perda constou de 8 mortos e 22 feridos e algumas avarias na mastreação e no costado. A perda do inimigo foi enorme apezar de propositalmente reduzida; no *Republica* tiveram, além da perda do navio, que era armado com 18 peças, 3 mortos e 14 feridos, entre estes Brown e o Capitão Grainville; no *Sarandi*, 5 mortos e 12 feridos; no *Independencia*, armado com 24 canhões que foi incendiada, tiveram 17 mortos entre estes o traidor Henrique Drummond e 26 feridos; total 25 mortos e 52 feridos. Cahiram prisioneiros dos nossos 98 pessoas, entre os quaes 2 Tenentes, 3 guardas marinhas, 1 Cirurgião e 1 Commissario, cujos nomes são: Robert H. Ford, Prudencio Morguiondo, William Atwell, William Hall, Dr. Phillips, Patricio Druy e José Celedonio Elordi.

O brigue *Congresso* que se refugiára na Ensenada, pôde escapar-se graças á escuridão da noute.

Um escriptor portenho, não podendo encobrir o grande desastre de sua esquadra, consolou-se dizendo — *«La gloria marítima de la Republica no quedó sepultada com los restos de su escuadra en el banco funesto del monte Santiago»*.

Esse tremendo desbarato soffrido pela esquadra argentina fez estremecer o governo d'aquella nação.

As noticias que chegaram a Buenos Ayres das ideias do governo brasileiro não estar disposto a dar fim a guerra, arrostando as iras do partido contrario a ella, que mais mal causava a sua patria do que a que se combatia, abateo os ardores dos portenhos. Resolveo então o governo argentino, coagido pela população *propôr a paz ao nosso governo*, enviando ao Rio de Janeiro como negociador do tratado, ao dr. Manoel José Garcia, um dos estadistas mais sensatos d'aquella epoca revolucionaria e que sempre se havia manifestado contra a guerra.

Levava o illustre diplomata instrucções que rezavam ser o objecto principal, conseguir do governo por meio da missão que lhe era confiada junto a côrte do Rio de Janeiro, *acelerar a terminação da guerra*.

Em 8 de Maio accusava o ministro da marinha a recepção dos officios em que o almirante relatava a perda da expedição da Patagonia, como da acção do dia 8 de Abril, nesse officio recommendava a conveniencia de ser Buenos Ayres o unico ponto a ser atacado ainda mesmo que nelle se perdessem gente e navios, mas que de tal fôrma se empenhassem esforços, não só para que aquella Republica fosse obrigada a pedir a paz, mas que ainda conservasse a lembrança por muitos annos os prejuizos e males que lhe causavamos para socego nosso e credito da Marinha, «parecendo que já isto começa a verificar-se porque posteriormente á mencionada acção do dia oito os inimigos enviaram D. Manoel Garcia pedindo a Paz». Convinha portanto apertar o mais possivel com as hostilidades contra Buenos Ayres não os deixando respirar, afim de mais facilmente estarem por tudo quanto propuzermos e quizermos.

Isto no entretanto não se fez.

Em 28 de Maio recebia o almirante o seguinte officio :

«Nesta data regressa para Buenos Ayres D. Manoel Garcia levando o tratado da Paz que negociára com o Governo Imperial o qual deve ser ratificado em Montevideo.

Segundo a sua letra cessarão as hostilidades depois da ratificação.

Logo que esta se verifique V. Ex. deverá communicar-me, expedindo para esta Côrte a noticia pela embarcação mais veleira da Esquadra sem que nem o Commandante mesmo saiba o objecto de sua vinda.

O mesmo praticará V. Ex. quando não se effectue a ratificação ; e neste caso V. Ex. levará ao maior apuro as hostilidades contra Buenos Ayres, na fôrma ordenada.

Com maior vagar se expedirão a V. Ex. as precisas ordens sobre o destino das Forças de seu commando, no caso de realizar-se a Paz: entretanto fique V. Ex. na intelligencia de que tendo a mesma lugar poderá a pouco a pouco diminuil-as, enviando para aqui alguns navios que a compoem. Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1827. *Marquez de Maceio*.

O tratado de paz cujas bases levadas por Garcia não agradou ao partido contrario ao governo argentino, provocou em Buenos Ayres manifestações desagradaveis, assim relatadas pelo nosso almirante: Como sahe uma embarcação franceza antes de chegar a corveta que levou Garcia a Buenos Ayres, adianto a V. Ex. as noticias. Os Clubs, aqularão o povo contra a paz; Garcia foi obrigado a retirar-se de sua casa; Rivadavia demittio-se da Presidencia; dizem que a casa de Lord Ponsomby foi insultada com pedradas, e o têm sido todos os Ingleses; Ponsomby

pedio os seus passaportes, e pedio que fosse acima a fragata Ingleza *Forte* que aqui estava, a qual foi logo com hum pratico, que lhe mandei. Nada mais sei por ora; mas alguns crêm que a demissão de Rivadavia, desgosto de Garcia e retirada de Ponsomby, serão capazes de fazer outra revolução politica a favor da paz. Se não fôr agora, não tardará pelo estado de desgraça em que se acha ali tudo.

Antecipo a V. Ex. o que houve lugar até agora sendo impossivel prever o futuro em tão desorganizadas circumstancias.

Nem *Paraguassú*, nem *Nitherohy*, nem Brigues, pois o mesmo *Maranhão* não tem apparecido; e ainda que a paz se fizesse, seria bom virem todos maior força que facilmente se retiraria.

Embarcações de menos de 7 ou 8 peças por banda não as dezejo, porque andão Corsarios dessa força; hum de oito peças por banda, tomou-nos há dias a Escuna *Isabel*, no cabo de Sta. Maria, talvez por culpa do 1º Tte. Antonio José da França Ribeiro que commanda o Lugar, que por ordem minha ião juntos, e estando perto arribou com força de vela e fugio! vai entrar em conselho de guerra. Que desgraça commandar gente assim. (*Este maganão não faz senão descompôr os outros.* Nota á margem do referido officio, posto por que authoridade?), para ser depois insultado pelos periodicos e andar o meu nome rediculariado, correndo o Mundo como se se podesse ser responsavel por taes indignidades. Nem sequer o commando foi dado por mim; bem que isso poderia ter acontecido. Bordo da Fragata *Piranga*, 6 de julho de 1827. Illmo. Exm. Snr. Marquez de Macció. *Barão do Rio da Prata.*

Não sómente as difficuldades materiaes alligiam o almirante, nem tão pouco as politicas e burocraticas; a todas ellas reunia-se a de falta de numerario para attender aos pagamentos do pessoal da esquadra.

Disso deu conhecimento ao ministro e das mas consequencias que poderiam resultar. Fez sciente de que a guarnição do brigue *Independencia* ou *Morte* (os que eram estrangeiros) não quiz trabalhar por lhe ser devido alguns mezes, divida trazida do Rio de Janeiro, onde se lhe disse que ao chegar ao Rio da Prata seria paga.

Não se julgou o almirante com o direito de castigar-a porque só poderiam os reclamantes serem constringidos durante o tempo de seus contractos, não lhes faltando a elles. Pagou-se-lhes com dinheiro emprestado. O exemplo foi seguido pelas guarnições do brigue *29 de Agosto* e escuna *Maria Thereza*; como nestes entrassem nacionaes mandou castigar os cabeças á bordo da *Piranga*. Reconhecia no entretanto o almirante que esta desigualdade, ainda que pudesse ser fundada, desagradaria naturalmente, e produziria sentimentos perigosos se continuassem; apenas seria remedio de momento.

Se por demais resumida era a paga que o nosso governo dava aos engajados estrangeiros e esses mesmos já escarmentados pelo que acontecera com as vantagens que poderiam ter nas presas, durante a campanha da independencia, que lhes foram negadas, é de imaginar ao que se dava aos filhos do paiz, resignados e obrigados a trabalhar pela patria.

Dizia Cunha Mattos, na Camara em 1827: «Olhar para um marinheiro é o mesmo que olhar para um ente desgraçado, indigno do nome de marujo dos navios de guerra do Imperio do Brasil.»

Não tendo o governo de Buenos Ayres acceito as condições de paz levadas por D. Garcia, recbeo do Almirante o officio de 1 de Agosto que dizia: Devendo continuar a Guerra com a Republica de Buenos

Ayres em consequencia de se não ter realisado a Paz: previno a V. Ex.^a de que providenciarei sobre o supprimento dessa esquadra com Força e dinheiro e mantimentos que precisar para o melhor desempenho da commissão em que se acha empregada; e aproveitando esta occasião remetto a V. Ex.^a as 2.^{as} Vias das Ordens mais importantes que lhe foram ultimamente dirigidas por esta Secretaria de Estado á cerca das hostilidades que convém praticar-se contra o inimigo, pois que não tendo ainda tido noticia da sua recepção suppondo-as perdidas; significando a V. Ex.^a que Sua Magestade o Imperador Ampliando o que elles contém. Ordena que V. Ex.^a prohiba rigorosamente toda a communicação com aquella Republica, seja por que titulo fôr, ainda que pelo de espionagem nossa, fazendo queimar todas as embarcações que se mostrassem empenhados neste serviço quando mesmo nos pertençam, autorizando outro sim a V. Ex.^a a metter a pique uma ou duas embarcações carregadas de pedras na barra de Buenos Ayres e em todos os portos da Republica por onde possam entrar as referidas embarcações e onde V. Ex.^a tem julgado necessario o bloqueio, conforme me referio em officio de 11 de junho ultimo, devendo porém antes de assim praticar tentar com embarcações pequenas e bem armadas deitar fogo nas do Inimigo, que estiverem dentro de Buenos Ayres, escolhendo para esse effeito officiaes e gente de confiança, e enfim dar um golpe sobre aquella porto seja de que modo fôr.

Julgo conveniente lembrar a V. Ex.^a que ponha em actividade o capitão de fragata Mariath, embora elle queira a isso subtrahir-se e bem assim o tenente Souza que acho ser bravo e intelligente.

Deus guarde a V. Ex.^a. Em 1 de Agosto de 1827. — *Marquez de Maceió*.

No entretanto a guerra se arrastava mantida pelos corsarios acobertados pela bandeira de Buenos Ayres; infestavam os ribusteiros a nossa costa, obrigando o nosso governo a estabelecer cruzeiros para defeza do nosso importante commercio maritimo. Cada vez mais atrevidos, chegaram mesmo a empenhar combates com os nossos navios de guerra. Serviam estes actos de pirataria para maior grita contra o governo, principalmente das provincias do norte que menos expostas, menos concorriam para a defeza do paiz, no entretanto mais clamavam pela paz. Fitos os olhos nas terras europeas, seus principaes armadores, olhando o interesse proprio, não se preoccupavam com o da collectividade que jazia em estado de torpôr, devido ainda a ascendencia dos ex-metropolitanos.

No estuario do Prata, sempre com a vantagem de terem a retaguarda garantida, pois seus pontos de apoio estavam a solavento, além disso esses mesmos pontos de apoio protegidos pelos bancos que se antepunham e antepõem como muralhas de defeza, seccionadas apenas por bocas de canaes, os poucos navios de guerra argentinos escapos á destruição tinham a missão de proteger os corsarios que procurassem entrar no porto trazendo no bojo o producto de suas rapinagens e obstar que os nossos impedissem a entrada dos mercantes que na linha do bloqueio vinham *ingenosamente* saber se o mesmo ainda continuava, pois isso lhes haviam facultado os nossos dirigentes.

Em 1 de junho aventurou-se Brown sahir na *Ocho de Febrero*) ex-*D. Januaria*) para reunir-se ao major Espôra que se achava junto á Martin Garcia com a *Balcarae* ex-*Paulistana*, *Nueve de Febrero*, *Once de Junio*, *30 de Julio*, *18 Enero*, naturalmente as ex-*Oriental*, *Bertioga*, *Brocoiô* e *19 de Outubro*, tomadas em Juncal, Sarandi e tres outras ca-

nhoneiras. Tendo esta divisão avistado no dia 3 o brigue *Pirajá* que fazia parte da nossa 2ª divisão ao mando do capitão de mar e guerra João das Bottas, contra elle investio. Teve, porém que fugir dos tiros das corvetas *Carioca* e *Liberal* e de duas escunas que acudiram e perseguiram o inimigo até o anoitecer, quando então fundearam perto da Ensenada, continuando porém o combate até às 10 horas da noite.

Pela madrugada do dia seguinte, recomeçou elle, sendo pouco depois suspenso por ter encalhado a *Carioca*. Continuou depois com intermittencia até que se separaram. No dia 14 recolheu-se a esquadra argentina perseguida e fustigada pelo fogo dos nossos, ancorando em Buenos Ayres. Enquanto isto se dava no estuario do Prata, a fragata *Izabel*, na altura do cabo de Santa Maria capturava o atrevido corsario *Hijo de Julio*, commandado pelo inglez Harris. A mesma divisão, no dia 15, represou a escuna *Maria Thereza*, cahida em poder do inimigo, depois de valorosa resistencia, obrigando os navios inimigos que vieram em seo soccorro a entrarem no porto.

Avariada a *Maria Thereza* pelo combate, foi transformada em deposito de prisioneiros e mandada com diminuta guarnição estacionar em Montevideo, tendo por commandante Roberto Mackintosh. Este de accordo com os prisioneiros, revoltaram-se uma noite, mataram os que não quizeram adherir e velejaram para Buenos Ayres, onde foi vendido o navio ao governo. Mackintosh ali casou-se e com o producto do premio recebido de sua traição, estabeleceu uma mercearia.

As condições de paz impostas pelo Brazil foram repellidas pelos bonairenses. Dissolvido o Congresso das Provincias Unidas do Prata em principios de Agosto, elegeo a Assembléa Provincial de Buenos Ayres para governador, ao General Dorrego, «na esperanza de que, pela sua influencia que se suppunha consideravel nas provincias, promovesse a união de todas ellas». Não foi no entretanto o que se realisou.

Quasi inactivos estavam os nossos navios no Rio da Prata; desenvolviam-se acções isoladas nas nossas costas na perseguição de corsarios que as infestavam em busca de presas. A espera que o novo governo se chegasse a razão, o nosso, por sua vez, não positivava a sua acção.

O Barão do Rio da Prata em resposta ao officio de 1 de agosto dizia ao ministro da Marinha: V. Exª diz-me que empregue Mariath e Tenente Souza; este está commandando e bem o Brigue *Pirajá*, porém aquelle está na Colonia, como por vezes pedio, e deixou o commando da *Maceió* por dar decisiva parte de doente no momento em que Brown, tendo descido triumphante do Uruguay, se apresentou na boca da barra com 27 caravelas incapazes, a maior parte das quaes já foram tomadas ou fugiram para nós, e outras foram condemnadas e queimadas.

«Mariath estava então como agora, nutridissimo e com cores de invejar; nem se queixou mais de doença depois que foi para a Colonia.

«Mariath, quanto a mim, não lóje se fôr atacado, (bem que a gente de Brown já tinha o pé em terra da Colonia, e mal iria o negocio se o Governador não sahisse, como sahio, com duas companhias), mas não vae atacar tenho provas disso e bem desgraçadas.

Quando o mandei entrar para dentro do Martim Garcia, dando-lhe para isso a *Maceió*, *Caboclo*, *Rio da Prata*, *Rio da Prata*, *Real João*, *Maria Thereza*, *Providencia*, *Primeiro de Dezembro* e outras, disse-lhe o

prático (confessou-me a mim e o disse a toda a gente) que o levava para cima pelo Canal do Inferno: não o quiz!

« E se tivesse subido, ficava Brown entre as duas divisões e não se perdia a de Jacintho Roque.

« O Prático ainda está na *Macció* e passa pelo melhor, tanto do Rio da Prata como do Uruguay. Esta aneddotica foi publicada em Montevideo e muito desacredita Mariath».

Tendo conhecimento o almirante Barão do Rio da Prata, pelos prisioneiros que se haviam escapado no brigue *Anna*, vindo da Patagonia, de que haviam na Bahia de S. Blas, alguns navios em reparo, entre elles a galera portugueza *Condessa da Ponte*, tomada em Novembro de 1826, por um corsario, fez seguir em setembro uma divisão naval commandada pelo capitão de fragata Guilherme Eyre, composta da Corveta *Macció*, brigues *Independencia* ou *Morte* e *Caboclo*.

Por essa mesma occasião remettia para o Rio de Janeiro alguns dos officiaes que se haviam apresentado em Montevideo, fazendo-os acompanhar de officios e notas que muito os desabonavam.

Sobre elles assim se exprimia: « Além do Capitão Tenente Raphael Wright, mando tambem esses indignos cobardes da corveta *Itaparica* e da Escuna *Constança*, donde o Shepherd tinha tirado o Lisboa sem razão. Sobre elles escreverei mais miudamente: são indignos.

« O Carter embebedou-se (e em que occasião!) Já se tinha comportado mal em 30 de Julho do anno proximo passado: tem muita força, será bom para carregar; os outros são ainda mais criminosos, porque não estavam bebados, foram fraquissimos. O Pecurario deu-se por ferido e mettu-se no camarote, com uma biliscadura no braço! Joaquim José Ignacio deu tres ou quatro tiros e fugio com a *Constança* desamparando a *Escudera*, cujo commandante é o odio dos inimigos; ninguém mais valoroso. De raiva elles o tem incommunicavel; é o 1.º Tenente Poutier, que senão fugisse aquelle 2º Tenente (dos tres nomes proprios)! não o tomavam e tudo estaria salvo.

« Que differença destes fracos aos da Barca *Greenfell*! Estes fizeram o seu dever no encontro que tiveram com o Corsario.»

Nas notas que acompanharam os ditos officios, lê-se:

« Officiaes que vieram da Patagonia e mando para o Rio de Janeiro por não ter meios de os metter em Conselho de Guerra, parecendo não obstante que as suas conductas os faz indignos de entrarem em promoção em quanto não derem provas *Que a isso os habilite*».

Da Corveta *Itaparica*: 1º Tenente Joaquim Agostinho Pecurario. Quando Eyre foi destruir a bateria ficou commandando e por ter uma biliscadura em um braço deu-se por doente e foi metter-se no camarote! O 1º Tenente David Carter, dizem que se embebedou e nada fez, era o Immediato do Pecurario.

2º Tenente Gore Ouzely, fez o mesmo que o antecedente, está arruinado destes e d'outros vícios, a vista inculca pouca duração. Pelos motivos expostos acima é que a Corveta não se defendeu.

Escuna *Constança*: Sheperd tirou della o 2º tenente Lisboa, e tanto este como o Piloto inglez mereciam o conceito de bons. Metteu o 2º Tenente Joaquim José Ignacio, que estando com o Brigue-Escuna *Escudera*, quando foram atacados apenas fez tres ou quatro tiros e fugio, querendo abrigar-se á *Itaparica*, que ainda a esse tempo estava traba-

lhando para desencalhar, mas encalhando antes de chegar á ella foi tomada e foi causa de o ser o Brigue-Escuna *Escudera*.

Bordo da Fragata *Piranga*, 2 de Setembro de 1827. — *Barão do Rio da Prata*.

Em resposta enviou o Marquez de Macció, ministro da Marinha o seguinte: Sua Magestade o Imperador, Inteirado pela Relação que V. Ex.^a me remetteu em data de 2 do mez proximo findo, do indigno comportamento dos Primeiros Tenentes Joaquim Agostinho Pecurario e David Carter e dos Segundos Tenentes Gore Ouseley e Joaquim José Ignacio que ficaram prisioneiros na Patagonia donde vieram ultimamente para essa Esquadra.

«Ha por bem que V. Ex.^a faça publicar na mesma, não só que estes officiaes e todos os outros que se acharem em identicas circumstancias, estão na Sua Imperial presença reputados como fracos e covardes, devendo portanto procurar meios de desfazer tão desfavoravel conceito, mas tambem que aquelles cuja conducta briosa tem chegado ao Imperial conhecimento, merecem o maior elogio, e se tem tornado dignos da Imperial consideração.

«O que participe a V. Ex.^a para sua intelligencia e execução. Deus Guarde a V. Ex.^a — Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1827.

Em 18 de outubro teve uma pequena divisão de nossa esquadra composta dos brigues *Maranhão* e *Pirajá* e quatro escunas um encontro com a *Sarandi* e *Juncal*, sob o mando de Brown e Côe, ambos em protecção ao brigue neutro *Assumpta* que pretendia forçar o bloqueio. Levados de vencida até os Pozos, como trophéo foi o *Assumpta* incorporado á nossa esquadra com o nome de *Constança*.

Em 16 de novembro a nossa divisão bloqueadora do rio Salado divisou tres navios suspeitos, reconhecidos depois, como sendo o corsario *Presidente*, comboiando as presas, brigue *Ururão* e galera *Santista*, aprisionadas a 21 de outubro, depois de serio combate, no qual perderam a vida o commandante do *Ururão*, e 17 tripolantes. Perseguidos, passaram os argentinos para uma pequena sumaca, afim de ganharem a costa. Incendiada esta bem como a galera *Santista*, pelo fogo dos nossos, foi perseguido o *Ururão*, sendo tambem incendiado no dia seguinte.

Pretendendo escapar-se o *Presidente*, depois de se ter batido valentemente, foi afinal abicar sob a protecção da bateria Brown, onde não alcançavam os canhões dos nossos maiores navios, porém os dos pequenos que passaram por sobre os bancos, o destruíram por completo, apezar do fogo do forte.

Tendo sahido com sua divisão no dia 6 de dezembro o bravo commandante Norton, a comboiar dezoito embarcações mercantes deu tremenda lição ao inimigo. Com a fragata *Príncipe Imperial*, escunas *Grenfell*, *D. Paula*, *Bella Maria*, canhoneiras *Victoria da Colonia*, 1.^o de *Dezembro* e *Esperança* de um canhão, avistou nas proximidades de Punta de Lara, duas embarcações: eram o brigue-barca *Congresso*, de 20 canhões, o melhor navio argentino, commandado pelo atrevido e valente francez Cezar Fournier e o brigue *Harmonia dos Anjos*, tomado pelo mesmo na altura de Santa Catharina, já armado com 6 peças de grosso calibre, commandada pelo americano J. B. Thurner.

Deixando o bravo Commandante Norton os navios mercantes sob a guarda da sua capitanea e da escuna *Rios*, passou-se para a escuna

Grenfell, começando então porfiada caça. Batidos até a noite pelos certos tiros do navio nacional, foram encalhar nas proximidades de Punta Lara, em frente a casa de Wright, com o fim de salvar os despojos de sua rapinagem pela nossa costa. Ao amanhecer recomeçou o ataque. Não podendo mais resistir, ás 11 horas da manhã abandonou-o o seu commandante com os sobreviventes, pois cheio de avarias estava o navio e contava 35 praças feridas das quaes 24 mortalmente; nada mais podia fazer. A bordo deixou ficar os feridos acompanhados pelo cirurgião.

Depois de recolhidos os feridos pelos nossos escaleres, foram incendiados os cascos inimigos. As bandeiras inimigas e o pavilhão de Fournier «que era um guião formado com cores argentinas tendo na facha central branca o nome do commandante, foram trazidos como trophéos.

Infelizmente até hoje não foram recolhidos ao nosso Museu Naval esses emblemas demonstrativos de nossas victorias para figurarem ao lado do oculo de alcance de Brown, e demais recordações do nosso valor. Esse combate, que é conhecido pelo da *Ensenada* destruiu um dos mais audazes corsarios argentinos.

Quando Brown chegou para soccorrel-o já era tarde.

Regressava o corsario *General Mancilla* de sua proveitosa arriada ás nossas costas, trazendo como presas os patachos nacional *Sol Dourado*, sueco *Seralan*, e o francez *General Foy*, quando foi presentido pela nossa divisão. Em pouco tempo foi batido e retomadas as presas, isto no dia 25 de dezembro e cinco dias mais tarde, era feito encalhar e incendiado outro brigue inimigo de seis portas por banda, que protegia a escuna americana *Shillelah*, que conduzia um canhão e grande copia de munições de guerra para Buenos Ayres. Tomada a embarcação foi denominada, *Rio da Prata*.

Mais preocupados os homens de governo com a politica interna, ou melhor com os preceitos politicos ensinados pelos capitães-môres, deixavam que a guerra se arrastasse com real descaso. Esperando que algum acontecimento imprevisto viesse trazer fim a ella, nenhuma solução davam a assumpto de tão grande monta, qual as bases em que na America do Sul, deveria repousar o nosso valor como potencia.

Succediam-se os ministerios, cada qual em ponto differente encerrava o assumpto; só enxergando as suas conveniencias e não as nationaes, disso se aproveitavam os interessados, mantendo nos mares corsarios, que, á custa do nosso commercio maritimo, de sobra lhes pagavam os riscos.

A activa correspondencia que mantinha o almirante com o governo, demasiadamente prolixa, pouco adiantava. Em um dos officios, propunha o almirante uma nova bandeira para os navios nacionaes, visto como a adoptada, depois de algum tempo de uso, perder totalmente a côr, tornando-se por essa razão, quasi impossivel distinguir-se a nacionalidade. Propunha então uma de fachas horizontaes, alternadamente brancas e encarnadas, tendo no centro uma corôa de ouro.

Em 3 de dezembro officiava o ministro da Marinha ao Almirante, nos seguintes termos: Sua Magestade o Imperador desejando de um golpe de vista conhecer o verdadeiro estado das Forças Navaes ao mando de V. Ex.^a, Ordena que pela 1.^a via que se offerecer envie V. Ex.^a a esta Secretaria de Estado um relatorio mencionando o numero de embarcações, sua qualidade e seu estado de serviço, se necessita ou

não de urgente fabrico, a força ou artilharia, a agua que demandam, a gente com que actualmente se acham tripuladas, se forradas ou não de cobre, fazendo igualmente menção (quanto a embarcações menores) da respectiva boca, a fim de se remetterem os competentes e necessarios remios, cujo uso é tão essencial e vantajoso em bonança e calma.

« Sua Magestade o Imperador está cabalmente persuadido não ser possivel dirigir ou indicar daqui as operações da guerra, e por esta razão ali conserva a V. Ex.^a como o 1º homem da Marinha nesse emprego que ora repula de maxima ponderação á vista de que Ordena o mesmo Augusto Senhor que V. Ex.^a responda com o criterio que tanto o distingue, o projecto de operações contra o inimigo, que julgar apropriado as actuaes circumstancias e a força permanente que julgar necessaria, para que possa ir a effeito, ficando por este modo o Governo ao facto das suas despesas nessa Estação, e de poder com effeito fazer periodicas remessas do material e pessoal para mantença da Força Naval determinada.

« Sua Magestade o Imperador, com a sua natural perspicacia adverte a este respeito que mais vale um limitado numero de embarcações bem guarnecidas e tripuladas, que um avultado numero dellas ineffectivas, concorrendo a reforçar esta opinião a difficuldade de achar commandantes habeis para todos os navios.

« Sua Magestade o Imperador, Approva de antemão todas as disposições de V. Ex.^a quer na organização e reforma, quer no uso da Força Naval de seu commando. Declarou mais que cumpre ao Governo manter em effectivo estado a Força que V. Ex.^a designar, como absolutamente necessaria, e cumpre a V. Ex.^a fazer della o convinavel emprego para satisfazer aos fins, que Sua Magestade Imperial se propoz (isto é o mais rigoroso bloqueio sem quebra das ordens anteriores) fazer ao Inimigo as possiveis hostilidades tendo-o em continuo alarma.

« Sua Magestade o Imperador á vista dos officios de V. Ex.^a, Ficou summamente penalizado notando a fatal infelicidade com que se hão emprehendido, e confiado ao mando de outrem, e por esta occasião recommenda o Mesmo Augusto Senhor toda a circumspecção nas operações da guerra, pois não permite o nosso Estado, que tenhamos mais perda sem occasionar damno maior ao menos igual ao inimigo.

« Do officio que V. Ex.^a observa pequena a Força que tem o Inimigo, parece possivel com a Bombardeira que ha pouco foi protegida por outras embarcações fazer alguma empreza sobre Buenos Aires, não ataque formal porém lançar algumas Bombas na Cidade, e ameaçar amiudadas vezes com estes falsos ataques, para inquietar e cançar o Inimigo.

« Recommenda porém Sua Magestade o Imperador que em laes operações tenha-se sempre em vista a segura retirada dos nossos navios.

« Isto não é mais do que uma lembrança de Sua Magestade o Imperador que não obstante deixa á boa critica e habilidade de V. Ex.^a a total direcção e emprego das forças coherentemente a causar o maximo damno ao Inimigo.

Na certeza de que esta correspondencia ache a V. Ex.^a em Montevideo, dirijo ao Chefe de Divisão Pedro Antonio Nunes o officio da copia inclusa. Deus Guarde a V. Ex.^a.

Palacio do Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1827. *Diogo Jorge de Brito.*

A este officio respondeo o almirante:

« Ilm.^o Exm.^o Snr. Não me considero credor dos elogios honrosos que Sua Magestade Imperial Houve por bem Fazer-me e V. Ex.^a teve a bondade de Escrever nos Avisos de 3 do corrente, pelo que beijo as mãos de Sua Magestade Imperial, e dou a V. Ex.^a agradecimentos; todavia não me ficará mal suppor-me habilitado para operações de um emprego a que me destinei e sigo a 48 annos; e por isso afunto-me a assegurar que não haverá risco nas operações que intentar contra os inimigos dentro do Rio da Prata, pois, ou as dirigirei pessoalmente, ou dentro de horas darei as providencias necessarias; e fóra do Rio, se o caso pedir que alguma vá, hei de ir nella; sem isso não sahe mais alguma.

« O medo dos habitantes de Buenos Ayres de que lhes vá bombear a Cidade é a conversa geral do tempo. Elles têm tido os seus navios batidos dentro do porto, e encalhados debaixo das baterias de terra, para escapar aos nossos; têm recebido na cidade balas das nossas Escunas; têm visto tirar presas do porto, não obstante a defesa que Brown lhes quiz dar; estão vendo os nossos navios ancorados onde algum dia formavam a linha com os seus; e se alguns (bem poucos) entram; quem pôde evita-o em canal de 8 milhas de largura, de noute, com vento de feição, sem lhe importar receber algumas balas; assim mesmo tem encalhado alguns que foram queimados. Só o Rabula Bivar assevera que as presas não podiam ter tenção de ir a Buenos Ayres porque demandavam 15 pés d'agua, e o canal só dá entrada até 12. Lá tenho tido a *Carioca*, que anda em 18 pés; e a *Corveta* que destruímos aos inimigos denominada *Vinte e Cinco de Maio* nunca andou em menos de 17; sei pelo Pratico que andou nella; ha marés em que a agua vae mais de tres braças e meia.

« E' sempre um dever de nações civilisadas, quando se quer bombear um lugar, que não é praça de armas regular, e principalmente sendo capital onde reside corpo diplomatico fazer aviso antecipadamente, assim o farei: que bastará para aterrar e depois mandar-lhe-hei uma amostra da sorte que devem esperar para o futuro; se forem pertinazes. Elles têm armado quanto pôdem para se arrastarem á Bombardeira, mas de certo não evitam o danino, e muito os faria esmorecer a perda do seu brigue-barca *Congresso*, do que levava aprezado e estava armado, do *Ururáu* e do Corsario queimado no Salado, porque tudo isso lhe servia para a defeza do porto.

Um proprio que hontem chegou por terra, diz que tudo está alterado em Buenos Ayres, e que Fournier fora muito mal recebido e desembareára ferido na cabeça.

Bordo da fragata *Principe Imperial*, 16 de Dezembro de 1827.
Ilm.^o Exm.^o Snr. Diogo Jorge de Brito — *Barão do Rio da Prata*.

Por partes ia respondendo o officio de Diogo Jorge de Brito. Assim é que cinco dias depois enviava-lhe o seguinte:

« Ilm.^o e Exm.^o Snr. Com razão diz V. Ex.^a no Aviso de 3 do corrente, que Sua Magestade Imperial ficára summamente penalisado, notando a fatal infelicidade, com que se haviam mallogrado quantas expedições eu tenhoprehendido, e confiado ao mando de outrem. Desses successos só posso ser encrepado, ou por não ter ido nas expedições, ou por tel-as mandado sem motivo justo ou conveniente. Antes dos acontecimentos, ninguem diria que eu devesse deixar a Esquadra e o serviço mais importante della para ir commandar as Escunas no

Uruguay, duas Corvetas e duas Escunas á Patagonia, ou uma Corveta e dois Brigues á Bahia de S. Braz. Suppôrdante mão esta necessidade, seria ideia annexa á de commandar só marinheiros mãos com patente de grandes gradações, e a maior parte por escolha em paizes estrangeiros.

«Vejamos a segunda parte, e só por ella deverei ser arguido. Cartas do Visconde de Laguna e do Barão da Villa Bella exigindo a ida de pequenas embarcações ao Uruguay estão em meu poder. Recusações de ambas as minhas exigencias de tropa, quer para melhor armar as embarcações pedidas, quer para guarnecer a Ilha de Martin Garcia estão em meo poder.

«Da recusação de se me restituir a tropa tirada da Ilha em que se diz serem apenas cento e vinte e tantos homens, instancias minhas contentando-me com esses que tendo ali força sufficiente para impedir que os inimigos la fossem, era de pouca importancia onde havia mais de mil; mais que nem assim o consegui; tenho documentos.

«Ficam expostas as circumstancias da expedição do Uruguay; mandei uma força superior á dos inimigos e commandada a Divisão pelo valoroso e honradissimo Capitão de Fragata Jacintho Roque de Senna Pereira; os inimigos aproveitando-se da nossa inação foram tomar e guarnecer a Ilha, e metteram ao abrigo das baterias as suas embarcações.

«Para as metter entre duas Divisões mandei Mariath com a corveta *Macció*, os Brigues *Caboclo* e *Rio da Prata*, a Escuna *Maria Thereza* (de 7 canhões por banda) e as Escunas *Providencia* e *Dois de Dezembro*; o pratico da *Macció* offereceu-se a entrar com a corveta pelo canal do Inferno, do lado opposto ás baterias, o que equivalia a entrarem todas as outras que demandavam menos agua; porém Mariath não passou; e o resultado é tão sabido, como vergonhoso o motivo. Entrará aqui culpa minha, á vista de todo este processo? Pois as provas estão promptas.

De Buenos Ayres veio-me certeza de estar a Corveta *Chacabuco* em querena, com a artilharia em terra, e que apenas havia alli um pequeno Corsario. O capitão de Fragata Sheperd foi escolhido para ir a essa expedição, como hom official; (e o era como commandante de navio) levou os melhores Praticos que o Presidente informou como taes; dei-lhe duas Corvetas e duas Escunas de força; homens escolhidos para desembarque para tomarem ou destruirer a bateria da entrada, e poderem retirar-se a salvo depois de queimarem o *Chacabuco* e tirarem ou queimarem as embarcações mercantes.

Eyre desembarcou, tomou a bateria, engravou as peças e queimou as carretas; porém Sheperd em lugar de ir para as tres embarcações que ainda tinhamos, por ter perdido a corveta *Duqueza de Goyaz* na barra; mataram-o antes de lá chegar, e como se distanciaram, quando quizeram recolher-se a bordo acharam entre si e praia o pasto todo a arder e viram-se obrigados a renderem-se prisioneiros.

Este processo poz os do mar em tal estado que a *Itaparica* nem se defendeu; o Tenente Pecurario deu-se por doente, por uma leve ferida em um braço, recebida na entrada, e Carter que o substituiu, ficou expectador.

Poutier valente como as armas defendeu-se enquanto pôde, e se não quebrasse o rodizio da peça, não o tomariam; nem tambem se o soccorre a Escuna *Constança*, onde Sheperd tinha posto o 2º tenente

Joaquim José Ignacio, em lugar de Joaquim Marques Lisboa, que a commandou sempre bem.

Se Sheperd cumprisse as instrucções que lhe dei, e cuidasse das operações do mar, tinha bom resultado, apesar da perda da Corveta fez o que não devia, e tudo se perdeu.

Quem dirá que a expedição não foi bem mandada, ou que não devia ir?

Fogem 90 presos do Rio Negro, entre elles vem Eyre, que me deu certeza de estarem os inimigos armando o navio *Condessa do Porto*, na Bahia de S. Braz, onde poderia estar mais um Brigue que haviam tomado aos Ingleses.

Foi Eyre a terra informar-se dos melhores Praticos, trouxe os nomes, solicitei pelo Presidente o seu embarque, dexei passar o equinocio (fiz demorar a expedição para o Sul até 28 de Setembro, nada me esqueceu, mas nem tudo bastou) mandei uma Corveta, e dois Brigues, além dos Praticos, levava optima carta; a barra tem ordinariamente de 5 a 6 braças d'agua, e a bahia de 15 a 18; dei ordem a Eyre, (está vivo não pôde negal-o que desconfiasse dos Praticos, (sei agora que um delles até tem a familia na Patagonia, e são Montevideanos!) ou do máo exito por qualquer motivo, se retirasse a Montevideo; o resultado já é sabido.

Que fatalidade! Ou melhor direi que desgraça commandar mãos pilotos e contramestres! Isto é que é verdadeiro, porque esta expedição só dependia de conhecimentos de homem de mar. Todavia os commandantes que tenho actualmente tem a melhor qualidade para o serviço dentro do Rio da Prata; são valorosos, os inimigos já os reconhecem como taes, e não se lhes atrevem como tão facilmente faziam em outro tempo; a força de escolha, cheguei ao acerto, porém ignoram o que é ser official de marinha de guerra, porque nunca tiveram tal escola; os estrangeiros eram do commercio, e os nossos não tem servido senão em navios separados, ou nesta Esquadra sempre dividida.

Em esquadra regular nenhum destes que conheço saberá executar a mais simples evolução, todavia estas reflexões não induzem a suppôr que d'alli venha o máo resultado das expedições, e não entrar a falta de cumprimento das ordens nas duas ultimas; a primeira é da natureza mais vergonhosa, como constará pelos meus officios de então.

Quem seria capaz de me defender bem se fosse accusado por não mandar alguma das tres expedições referidas? Não obstante estou prompto a confessar, e confesso, o que talvez ninguém ignore, que estou velho, que me faltam as forças e energia necessarias (e por ventura também conhecimentos sufficientes) para o bom desempenho de commissão de tamanha importancia. Bordo da Fragata *Príncipe Imperial*, de 23 de Dezembro de 1827. Illm.^o e Exm.^o Snr. Diogo Jorge de Brito—*Barão do Rio da Prata*.

Ainda sobre o mesmo assumpto em data de 27 do mesmo mez dizia: Illm.^o e Exm.^o Snr. — Lendo o Aviso que V. Ex.^a me dirigio em data de 3 do corrente, pois não permite o nosso estado que tenhamos mais perda, sem occasionar damno maior *ao menos igual ao Inimigo*, farei algumas reflexões que V. Ex.^a levará á soberana presença de Sua Magestade o Imperador, em contraposição á crença de não terem os inimigos soffrido prejuizos, quando são grandes os que tem tido, uns pelo tempo e outros por combates.

Desde que eu cheguei ao Rio da Prata foi a força maritima dos inimigos desfalcada,—da Fragata *Izabel*, de 26 portas, as Corvetas *Vinte e Cinco*

de Maio de 23 peças, a *Independencia* de 28 e *Chacabuco* de 20 em bateria e uma em rodizio, e os Brigues *Independencia*, de 24 peças o *Republica*, de 18 e o *Congresso* de 20. Nenhuma dessas já tem o Governo de Buenos Ayres, a excepção da *Chacabuco* encalhada, sem poder sollrer concerto. Além destas perderam a Escuna *Rios* e duas Canhoneiras e queimei-lhe na Bahia de S. Borombon o Brigue *Ururáu*, a Galera *Santista*, uma Sumaca, ou Brigue-Escuna, armado em Corsario, que vinha defender as presas, o Brigue armado que o *Congresso* levava; e perderam depois de tomadas um quasi sem numero de presas, retomadas umas e outras.

Mas sem metter estas em conta, fazendo-a só da perda das embarcações propriamente do Governo, ainda sem metter em linha de conta que qualquer perda para os inimigos é-lhes mais sensível que ao Brasil, o resultado será bem contra elles.

Pois bem, nem José Clemente, nem Cunha Mattos mostraram que algumas das referidas 10 embarcações, que os inimigos perderam desde Maio do anno passado até agora tinham sido brasileiras, não obstante affirmarem na Camara dos Deputados, que os inimigos tinham formado a sua Marinha da nossa, tendo antes disso só duas barcas velhas: que neguem o que tenho dito. Bordo da Fragata *Principe Imperial*, 27 de Dezembro de 1827. Iflm." e Exm.^o Snr. Diogo Jorge de Brito — *Barão do Rio da Prata*.

Teve em resposta o que se segue: Conforme a positiva recommendação de V. Ex.^a levei com especialidade ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador as reflexões mencionadas em seu officio n. 302, e o mesmo Augusto Senhor me ordena certifique a V. Ex.^a que as expressões — pois não permite o nosso estado que tenhamos mais perdas, sem occasionar damnos maiores ao menos igual ao Inimigo — lançados no Aviso de 3 de Dezembro ultimo nada tem de offensivo a V. Ex.^a, e tão sómente se relativavam ás expedições da Patagonia e Uruguay, em que nós perdemos tudo, e os inimigos quasi nada; mesmo na comparação em geral de reciprocos prejuizos navaes, ainda mal, que a balança está muito contra nós, porquanto a perda do Inimigo durante a presente guerra, segundo as reflexões de V. Ex.^a, monta em 1 Fragata, 3 Corvetas, 3 brigues, 1 Escuna e 2 Canhoneiras; e a nossa é: Fragata *Paula*, Corvetas *Itaparica*, *Marqueza de Goyaz*, *Maceió*, *Maria da Gloria* (que tambem como a *Chacabuco* não pôde navegar) e *Gentil Americana*, Brigues *Independencia* ou *Morte* e *Cacique*, Brigue-Escuna *Januaria*, Escunas *Escudera*, *Bertioga*, *Paulistana*, *Oriental*, *Constança* e outras pequenas embarcações.

Sua Magestade está firmemente capacitado que na guerra as operações mais bem combinadas falham, por objectos puramente de detalhe, impossiveis de se prevenirem.

Ultimamente Sua Magestade Imperial não fundamentou o seu juizo em aerios, e vagos ditos de Clementes ou Cunha Mattos, mas sim faz a devida justiça e muito Apprecia o talento, saber e serviços de V. Ex.^a. Deus Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1828.

Baseado na parte dada pelo almirante, mandou o Governo que fosse submettidos a conselho de guerra os treis officiaes. Sobre este assumpto dirigio o mesmo almirante o seguinte officio: «Difficil cousa me parece fazer conselho de guerra, com a legalidade que a Lei manda, aos tres officiaes, que na Patagônia se comportaram mal.»

«Os factos são publicos, mas as provas difficeis. *Pecurario* havendo recebido no braço um áxe á passagem da bateria no Rio Negro deu-se

por doente e metteu-se no camarote. Carter que o substituiu no commando não se defendeu, e Joaquim José Ignacio, que o Sheperd encarregou do commando da Escuna *Constança* em vez de defender a *Escudera*, velejou para onde estava a corveta *Itaparica*, encalhou antes de lá chegar e foi tomada.

«E' facil fazer as accusações e achar testemunhas para legalisar o corpo de delicto; mas como se hão tirar as que os Réos quizerem dar em sua defeza e que umas ficaram prisioneiras e outras terão sahido em navios estrangeiros?

«A final cahiremos, em falta da defeza que a Lei permite aos Réos. Tudo acabará em nada, e elles terão que requerer despachos com antedatas.

«Já ficaram fóra de uma Promoção, pois não sejam despachados sem darem provas de melhor conducta. A autoridade publica impedirá que se chame a este expediente, de injusto e arbitrario.

«Por ora ponho-os a servir, até que V. Ex.^a delibere. Quanto a a mim o conselho nestas circumstancias, vae ser a favor dos Réos.

«Bordo da Fragata *Príncipe Imperial*, 27 de Dezembro de 1827.—*Barão do Rio da Prata.*»

A fatalidade porém, perseguia as operações ordenadas pelo almirante ás costas da Patagonia.

Depois que largou do porto de Maldonado velejou a divisão com destino a bahia de S. Braz, passando sem grande novidade os primeiros dias apezar do máo tempo. Conflade nos praticos contratados que levava, tendo-se firmado o tempo, aproximou-se da costa no dia 20, com a intenção de entrar na bahia.

A costa baixa e cheia de bancos que se estende a grande distancia d'ella, traçoiramente espreitava a aproximação dos navios.

Distante sete milhas da Punta Rubia a *Maceió* e *Independencia*, bateram no banco Colorado; as medidas promptamente postas em pratica e boa manobra puzeram a salvo os mesmos e puzeram em evidencia o nenhum conhecimento dos praticos. Em vista disto, achou Eyre, de melhor aviso regressar, ouvida porém, a opinião dos demais commandantes, foram de parecer contrario, em razão de haverem seus praticos empenhado as suas cabeças, de levarem a salvo seus navios ao porto. Em vista disto approximou-se o chefe da costa, até a profundidade de quatro braças d'agua onde fundeou com os demais navios. De bordo do *Independencia* ou *Morte*, largou um escaler para bordo da capitanea a tomar o pratico e com elle sahio a sondar e balisar o canal de entrada. Aos signaes do pratico velejaram os navios, mas pouco haviam avançado quando encalhou primeiro o *Independencia* ou *Morte* e logo em seguida a *Maceió*, em vista do que o *Caboclo* fez-se ao mar ao signal do chefe Eyre.

Apezar dos esforços empregados para salvar-os foram todos improficuos. No dia seguinte fazia-se em pedaços o *Independencia* ou *Morte* e no dia 22, pela manhã partia-se em duas a *Maceió*, salvando-se em algumas embarcações alguma gente que foi recolhida pelo *Caboclo*, outras as que procuraram a costa cahiram prisioneiras do inimigo. Cerca de 50 homens pereceram afogados. O chefe Eyre, o commandante Reid e 78 marujos e soldados feitos prisioneiros.

Tanto o capitão de fragata Eyre como o commandante Reid foram remettidos para Buenos Ayres, onde foram recolhidos a penitenciaria,

como presos communs, entre bandidos e ladrões, tendo tres reales por dia para sustento; foram soltos, no fim de seis dias sob palavra de honra.

Regressou o *Caboclo* a Montevidéu, trazendo ao almirante Pinto Guedes a triste nova, que ao ser conhecida no Rio de Janeiro, mais açulou os partidarios da paz e animadversão contra o almirante commandante em chefe de nossas forças navaes.

Culpava o capitão de fragata Eyre os praticos e queixou-se do comportamento do commandante da *Maceió*.

Como vimos aproveitou-se o ministro americano da ausencia do Imperador para a 30 de Novembro enviar a nota ao nosso ministro do exterior, que para respondel-a pediu informações ao Marquez de Paranaguá, ministro da Marinha, acerca das ordens expedidas pelo governo relativamente aos navios neutros, capturados por infringirem o bloqueio, sem serem previamente advertidos. Em 6 de dezembro respondeo-lhe este que lhe transmittia para seu conveniente uso, a copia do Aviso, que na primeira oportunidade se expediria ao Barão do Rio da Prata *«devendo aqui observar a V. Exa. que a previa advertencia de que trata a referida nota do Enc. de Negocios existe desde que se fizera a competente intimação de Bloqueio a todas as nações e que correo o praso de tempo preciso para chegar ao conhecimento de todos; não devendo servir de pretexto para procurarem os navios neutros os Portos bloqueados e allegar-se a pretensão de saberem se existe já levantado o Bloqueio dos mesmos, pois que isto se conseguirá dirigindo-se aos Portos neutros, mais visinhos daquelles, sendo o procedimento contrario a este um não equivoco indício de sinistra intenção.*

Conseguiu deste modo o encarregado de negocios dos Estados Unidos o seu intento; obteve de nossa boa fé, fraqueza e inexperiencia do Ministro dos Estrangeiros que o Ministro da Marinha enviasse ao almirante Barão do Rio da Prata o aviso de 29 de novembro, embora estivesse o Imperador ausente, e no leito de morte a Imperatriz, que «se havia resolvido para evitar contestações que se fizesse observar o disposto nos de 17 e 24 de dezembro de 1825! Estava dado assim o primeiro passo para a inefficacia do bloqueio, porque os especuladores clandestinos, sem risco algum, poderiam ir ao logar e fazer tentativas de forçal-o, como succedeo; tentativa essa que bem succedida lhes traria vantagens enormes. Era sem duvida uma victoria assegurada pelos nossos adversarios.

D'ora em diante tornava-se precisa a previa intimação, como precedencia do apresamento dos neutros.

Dimittiu-se do ministerio o marquez de Paranaguá, succedendo-lhe o marquez de Maceió de pensar identico ao que estava estabelecido.

Substituido o marquez de Maceió na pasta da marinha pelo chefe de divisão Diogo Jorge de Brito, enviou este ao almirante Pinto Guedes, instrucções sobre o bloqueio, visto haverem reclamado inglezes e francezes as mesmas regalias concedidas aos americanos. No aviso que acompanhava taes instrucções lia-se.... S. M. I. para eliminar completamente futuras contestações com as Nações Estrangeiras (*infelizmente mais preponderantes que nós em razão de uma mais antiga e vigorosa existencia Política*), Ordena sem a menor amphibologia: *Primo* — que embarcação alguma neutra seja retida como Presa se não no caso de haver-lhe sido intimado o bloqueio quer em Montevidéu quer á

vella por alguns de nossos Cruzadores, e não obstante esta intimação ou visto no respectivo Passaporte fôr encontrada na deligencia de entrar em algum dos Portos inimigos. *Secundo* — Serão tambem reputadas boas presas quaesquer Embarcações que havendo largado de Montevideo legalmente intimadas da existencia do bloqueio no Passaporte, forem depois encontradas por Oeste do Meridiano que se imagina passar por Ponta de Pedras, pois em tal posição é obvio e manifesto o proposito de violar o bloqueio, e para cortar o unico pretexto ou coartada com que intentassem capear o seu procedimento, isto hé, — a necessidade de fazerem agoa Rio acima, V. Ex.^a lhes fará igualmente intimar, e inscrever no respectivo Passaporte ao lado da intimação do bloqueio, que só lhes é permittido fazer agoa no Canal do Norte, assignalando-lhes o ponto onde poderão subir, que não deverá ser para cima ou para o NO da ponta de Jesus Maria. *Tertio* — Serão finalmente tambem reputadas Presas as Embarcações que *apezar de não ter ainda o Visto no Passaporte deixarem comtudo de attender aos signaes de vir a falla, que lhes fizeram os nossos vazos bloqueantes, procurando evadir-se á communicação e forçar manifestamente o bloqueio.* Debaixo destes principios que não podem suscitar reclamações nem tão pouco soffrer diversas intelligencias na sua execução, Espera Sua Magestade Imperial que o bloqueio se torne mais efficaç, e combinado com as frequentes hostilidades praticadas sobre Buenos Ayres nos conduza a obter promptamente daquella Republica a paz que tanto se deseja. Previno mais a V. Ex.^a que Sua Magestade Imperial Recommenda a mais perfeita igualdade de tratamento, e proceder de V. Ex.^a com todas as Embarcações neutras. D. G. V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1827. — *Diogo Jorge de Brito.* Sr. Barão do Rio da Prata.

Ao receber tal aviso, altristado pelos conceitos concebidos e manifestados de nossa inferioridade, endereçou em 6 de Janeiro de 1828 ao ministro o seguinte officio que bem demonstra o que lhe ia n'alma.

«Ilm.^o e Exm.^o Snr. Estão passadas as ordens para que tão sómente possam ser arrestadas as embarcações que se acharem nas circumstancias declaradas no Aviso de 17 de Dezembro passado.

Não me persuado que as nações por mais antigas deverão ser preponderantes, nem tão bem que haja constituição mais vigorosa que a do Imperio Brasileiro se for bem escudada.

Para obedecer estou prompto; mas d'aquí a convencer-me de que quanto sou obrigado a fazer porque assim me ordenão, seja o melhor e o mais justo, mette-se grande intervallo, porque o juizo dos homens varia, e cada hum regula pelo seu a sua convicção.

As nações grandes e pequenas têm a sua soberania firmada na sua independencia politica. Nisto ellas gozão de huma perfeita igualdade; e quando assim não se considerassem, vinha a razão do mais forte lital-as do estado de Sociedade e pol-as na de Natureza.

Nenhuma nação repugna sujeitar-se a principios que ella estabeleceu e adoptou; porém quando vê que a ignorancia, ou a maldade lhe offerece por outro caminho meios mais vantajosos aproveita-os. Ainda faz mais; promove-os, se o pode fazer sem compromettimento de sua honra. Eis aqui o tem feito até agora os neutraes, aproveitando-se das disposições do Marquez de Queluz, que obrou em contrario de principios de Direito Publico Maritimo, fixado por tratados entre todas as potencias maritimas que entrão na actual questão. Mas toman-

do-se, como tomarão os dous Ministros dos Negocios Estrangeiros anteriores ao actual, as notas diplomaticas como verdades Evangelicas, má deveria ser a consequencia, declinando da dignidade para a baixa condescendencia, e deixando legados máos para o futuro; pois ao menos convidarão cada huma das nações a formar convenção escripta, que segurasse uma triste reciprocidade; talvez pela certeza de a não obtem, como a experiencia os póde ainda desenganar mormente com a Inglaterra. Sei o que se tem passado perto e longe sobre taes negocios, e posso fallar afoutamente.

Não he ambição, nunca a tive, estou nos ultimos dias de vida, mas tenho a S. M. I. ao Imperio e a meus filhos a quem mais do que dinheiro, lhes desejo deixar o optimo legado de pertencerem a huma Nação, que se saiba fazer respeitar, e que tem tantos meios para isso.

Este negocio não teria tomado tão vergonhosa direcção, se os productos das presas tivesse applicação diversa, o que eu desejaria para poder falar mais livre de suspeitoso interesse particular; e hé que as disposições do Direito Patrio podião entrar e inteiramente lhe compete.

Quanto porém ao julgamento, se as ordenanças não são conformes ao Direito convencionado, ou adoptado por outras nações, estas só nella convém se lhes hé proveitoso, como no caso actual, mas nem por isso ficão obrigadas a fazer o mesmo.

Os julgamentos pertencem a todas as nações interessadas; mas como seria quasi impossivel formar tantas Juntas mixtas, tomou-se o accordo de serem as prezas julgadas pelos tribunaes da nação dos apreadores, servindo-lhes de regra o Direito Publico Maritimo.

Embora se retroceda das regras já estabelecidas, se o comprometimento chegou a ponto de obrigar o receio, mas sejam as nações cujos interesses se ventilão, convidadas a formar convenções debaixo dos principios das suas exigencias. Fixe-se esse direito de reciprocidade, e comprehenda muito embora os factos passados. Sem isto, nem será decoroso, nem se tirará o menor partido; e sem a perda do adquirido pelo mais legitimo direito; sendo assim mesmo o menos essencial. Bordo da Fragata *Piranga*, 6 de janeiro de 1828. Illm.^o Snr. Diogo Jorge de Brito. *Barão do Rio da Prata*.

Teve o almirante em resposta o que se segue: Illm.^o e Exm.^o Snr. Tem V. Ex.^a multissima razão em tudo quanto exára em seu officio n. 306, porém este negocio ficou tão transformado (por indiscrição ou desmazelo ou por tudo) pelo..... que só resta huma via decente, e menos morosa, para sahida do Labirinto: que hé, convidar as Nações que reclamão a firmar por Tratados de reciprocidade com o Brazil os principios sobre que fundão suas reclamações. Felizmente V. Ex.^a hé do mesmo aviso, e quando chegou o seu officio, já esta transação se achava estabelecida. Deus Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1828.— *Diogo Jorge de Brito*. Snr. Barão do Rio da Prata.

Antes com data de 20 de Janeiro havia o almirante officiado nos seguintes termos: A menor guerra aqui é a de Buenos Ayres; a dos Neutraes deita muito além, e emquanto não for prohibido aos Estrangeiros, durante a guerra, o commercio em Monte-video sendo privativo dos Nacionaes, com bons Comboios, tres ou quatro vezes por anno, o que parece justo por ser Porto de Praça de Armas situada, e tão visinha dos Portos dos Inimigos, a guerra dos neutros continuará, porque as protecções a tal commercio clandestino, e o mais que vac havendo

crece todos os dias. Os direitos serão pagos pelos nacionaes para o necessario; se agora vem de mais só serve para tornar mais a sahir para os inimigos, com prejuizo dos interesses do Imperio. Será preciso vir mais dinheiro, convenio; mas esse mal não é equivalente a continuação da guerra que nos estão fazendo no nosso proprio Porto mal que está em nosso poder evitar, pelo meio que deixo dito....

O modo arrogante com que exigiam e eramos tratados, avaliem aquelles que querem olhar para o futuro nacional com mais patriotismo, o papel a que fomos obrigados a representar, devido a politica partidaria que subordinava os interesses geraes da Nação aos particulares. Os fracos governos que se succediam, sem disposição ou impotentes para debellar as agitações, não podiam manter a sua posição internacional. Sempre promptos a evitar conflictos, sem a precisa coragem para enfrentar as lutas necessarias para repellir exigencias absurdas, dispostos sempre a transigir com as potencias estrangeiras, caíram a ruína do paiz.

Devido a estes factos é que respondia o ministro da marinha o officio anterior do almirante, do seguinte modo: Illm.^o e Exm.^o Snr. Sobre o objecto do seu officio n. 325 tenho a manifestar a V. Ex.^a que as reclamações e Notas dos Diplomas d'Inglaterra, França e Estados Unidos contra o bloqueio do Rio da Prata, são de tal natureza imperiosas e arrogantemente fundadas só no direito da força, que correspondem quasi a huma declaração de guerra. *A insolidez do Imperio do Brazil, por causas que V. Ex. bem conhece, o pouco ou nenhum espirito nacional que se observa, a indifferença para a Gloria, ou desdouro das nossas Armas, a pouquissima cooperação das Provincias do Norte, quer em gente quer em dinheiro; finalmente a fraqueza, com que se foi progressivamente accedendo a todas as requisições dos neutros, põem o actual Governo em dura posição.* No principio de Novembro proximo passado exigio-se fiança a todos os Navios Estrangeiros de não entrarem nos Portos da Republica de Buenos Ayres; esta medida parecia (e muito melhor seria a que V. Ex.^a aponta de vedar durante a guerra, o ingresso em Montevideo como huma Praça d'Armas) porém deu causa a huma tempestade tão horrivel da parte da França e Inglaterra, que Sua Magestade Imperial para evitar maiores desaguisados. Achou necessario Mandar annular a ordem d'exigencia das fianças, e por essa mesma via o Ministro do Imperio dirige a D. Thomaz Garcia, o competente Aviso. Consequentemente V. Ex.^a ficando nesta intelligencia Ordenará as correspondentes alterações nas Cartas de Ordens distribuidas aos nossos Cruzadores. Deus Guarde a V. Ex.^a. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de febreiro de 1828.— *Diogo J. Brillo.* Snr. Barão do Rio da Prata.

A informação que a Camara dos Deputados forneceo ao marquez de Queluz, então ministro dos Estrangeiros, já acerrimo inimigo do almirante, em officio de 16 de outubro de 1827, dera ganho de causa completa às reclamações contra os apresamentos de navios que procuravam por todos os meios romper o bloqueio.

Dizia aquelle ministro: que contra a legalidade dos apresamentos se apresentaram a Imperial decisão as mais vivas e violentas reclamações dos tres Governos dos E. U. da America, da França e da Inglaterra, reclamações nas quaes os respectivos ministros não só contestaram os factos allegados pelos aprezadores; disse mais que o Barão do Rio da Prata calcára acintosamente aos pés as Ordens Imperiaes—e mais tarde — que a perfida conducta do Almirante he causa disto, por não ter cumprido as Ordens de S. M. I.»

Os navios aprisionados eram o *Leonidas*, *Ruth*, *Pioneer*, *Sarah George*, *Anders*, *Mathilda*, *President Adams*, *Bruthus*, *Tale-Tale*, *Budget*, *Hussar*, *La Gencière*, *Junon*, *S. Salvador*, *Fortuna*, *Drothingen*, *Coquilo*, *Lord Eldon*, *Hannah*.

O Barão do Rio da Prata, conhecedor do que se passava quanto as negociações que se faziam no Rio de Janeiro a respeito da paz, endereçou ao ministro da marinha o seguinte officio:

Illm^o e Exm.^a Snr. Acontece presentemente com Lavallega o que he vulgar nas Republicas, os Generaes enquanto estão à testa dos exercitos governarem o governo, e por isso nellas são tambem frequentes os destellos por cautela e algumas vezes com injustiça e ingratidão.

Buenos Ayres não se atreve a propôr ou aceitar condições sem a approvação de Lavallega, que está senhor do exercito, e he capaz de ir com elle, á capital. A paz depende talvez da sorte da campanha, que não tardará, porque Lavallega marchou protestando ir buscar o exercito Imperial. Se os inimigos tiverem revez, a maior parte dos soldados desertarão, e Buenos Ayres perderá o medo; sem isso nada delibera.

Tal he o medo de Lavallega em Buenos Ayres, que despedirão Fructuoso Ribeiro, sem admittirem condição alguma, e de tal forma contemplarão a carta que Lavallega escreveu contra Fructuoso que até foi mandado sair da Provincia de Buenos Ayres. Se comtudo for conveniente que a correspondencia columbiana continue, temos via mui segura. Jacinto Roque de Sena Pereira he cazado aqui, hum tio da Mulher foi o unico mensageiro que levou carta minha ao Uruguay, de quatro que mandei. Perguntei ao Jacinto se o tio de sua Mulher seria capaz de levar humma carta minha a Buenos Ayres, respondeu-me que tinha n'elle toda a confiança, o que bastaria fazel-o desembarcar em qualquer parte da costa, porque a Policia era nulla e o homem o melhor pratico do Paiz.

Depois de chegarem a Buenos Ayres os officios que vierão pela Não *Ganges* começou a acelleração da compra de navios, daqui foi a galera *Franceza Mandarin*, de que trato no meu officio 321, e estavam para ir a galera ingleza *Melpomene* e o brigue dos Estados Unidos *Rio*, como digo no outro meu officio n. 333; e a correspondencia de Lord Ponsomby com Lavallega fez-se tão frequente que já ninguem a ignora.

Não há muito que eu a previ, ao antecessor de V. Ex.^a, mostrando receio de que esta guerra acabasse por alguma intervenção como se fez á côrte ottomana, servindo tambem de pretexto a privação do commercio, idéa que será commum á França pois esta linguagem he já franca quer aqui quer em Buenos Ayres.

Que os Inglezes ainda não perderão a vontade de metter pé influence no Rio da Prata, apesar dos grandes revêzes que tiverão, só cegos de entendimento não conhecerão, e só estes duvidarão de que esta guerra veio de Londres com Rivadavia que conheceu o logro depois de ter cahido na esparrella.

A compra que os Inglezes pretendem fazer de tão grande porção de terras, para metter colonos demonstra o plano; e que serão mais perigosos visinhos que os actuaes he inquestionavel.

He muito para aborrecer que a Provincia se perca, e mais ainda sendo por influencia estrangeira, porém quanto ao prejuizo para o Imperio, ficando ella desligada da Republica, he duvidoso, e até a estrella pôde representar a Provincia do Rio Negro, de maior extensão que hum dos grandes Reinos da Europa, ficando independente do Pará.

Ficando a Cisplatina sobre si, melhor se manterá o odio entre Argentinos e Portenos, e vendo-se sem necessidade do abrigo dos inglezes, verão nelles os homens que debaixo de bôa fé de paz mandarão expedição a Buenos Ayres, a Gorrite, a Maldonado etc, e o systema de colonos ficará sem effeito, do que resultará hum bem geral á America do Sul.

Sentirei que se perca, mas repito tão bem que hé pela velhacada, porque quanto ao prejuizo do Imperio, a idea de maior força pela divisão do Uruguay hé quimerica. Um exercito passa em tres ou quatro horas, e para obstar em todo o seu extensissimo cumprimento serão precisos vinte mil homens e algumas Praças, tudo o mais é imaginoso.

Quanto a mim (talvez me occorrão estas ideas como alivio de tristes), mais bem defendido fica o Brazil confinando com a Cisplatina independente da Republica; porque nunca será grande por si só comparativamente ao Imperio. E se a Capitania fôr convidada para alliança, ficará mais desligada da sua rival e sempre sua inimiga, não obstante a actual união temporaria.

As diversas instituições politicas nunca foram perigosas em allianças. Todos sabem quanto foi poderosa e influente na Europa a chamada Triple-Alliança, — compunha-se da Inglaterra, monarchia representativa, Prussia, monarchia absoluta, e governo puramente militar, Hollanda, Republica mui chegada a democracia.

Em boa politica nunca há caprichos, a conveniencia deve ser o primeiro, e por ventura o unico movei. Os Estados Unidos, não obstante as suas instituições liberaes deliciarão evitar a emancipação das colonias Espanholas por intervenção da Russia, pela maior utilidade que d'ahi viria ao seo commercio e para conservarem visinhos fracos.

Com a alliança da Cisplatina, para de todó a desviar de Buenos Ayres, e a conservar sua rival e inimiga, nunca o Brazil poderá ser offendido, e o theatro da guerra se a tornar a haver, será a Cisplatina.

Os interesses do commercio serão pela, proximidade, sempre maiores para o Brazil, que livre de fazer despezas com a provincia, tirará della vantagens.

A despeza da guerra tem sido grande mas a conveniencia de não fazer a Cisplatina parte da Republica hé muito maior, e este utilissimo fim compensará os sacrificios feitos.

Demais, a guerra actual tem livrado Buenos Ayres de a ter aberta com as outras Províncias, havendo esta o partido fiel da Cisplatina, se o há, fará declarar a Província livre de duvidas e contestações.

Huma longa tregoa seria porventura prefirivel para isso, se os influentes não influissem contra ella, como hé de esperar que influão.

Conheço que me excedi em dirigir a V. Ex.^a estas garatuhas, como forão sabindo do bico da penna, mas não me arrependo, considerando que V. Ex.^a apenas perderá dois minutos em as ler, e considerando igualmente, que no fim dirá, quando muito: — o homem não pensa bem, porém mostra interesse pelo serviço e pelo Imperio — Hé quanto basta a quem não tem cabedal para mais.

Repito que hé alivio de tristes, mas é certo que o maior mal consistindo em fazer a Cisplatina parte da Republica, está evitado, e foi grande gosto.

Logo que chegue a *Bertioga*, que espero trará algumas embarcações pequenas (mesmo traga ou não traga) vou a Buenos Ayres, antes que armem mais embarcações.

Se alguma das nossas por lá encahar e que não possa ser tirada sem risco de outras, mandar-lhes-hei pegar fogo, para que os inimigos se não aproveitem.

Hé preciso agoas grandes e vento proprio, iremos esperar e veremos o resultado.

Bordo da Fragata *Principe Imperial* 20 de Janeiro de 1828. Ilm.^o e Exm.^o Snr. Diogo Jorge de Brito. — *Barão do Rio da Prata*.

A esta carta respondeo o Ministro da Marinha com a seguinte :

Ilm.^o e Exm.^o Snr. As ideas que V. Ex.^a expendeo em sua carta de 21 de Janeiro respeito a conveniencia para o Brazil de que a Provincia-Platina ficasse sobre si, mas inteiramente desligada de federação com Buenos Ayres, são tão conformes com o actual Ministerio, que, ao momento de chegarem os officios de V. Ex.^a vindos pelo *Boston*, haviamos acabado de conceber e arranjar hum Projecto de pacificação baseados nos mesmos principios:— Gordon, Ministro da Inglaterra junto a esta Côrte, propoz novamente a mediação da Grã-Bretanha para pôr fim a presente guerra e S. M. O. I. Julgou a proposito aceitar esta mediação, Marcando de common accordo, como preliminar das negociações os cinco Artigos juntos por Copia — Não obstante a preponderancia da Potencia mediadora, como seja possivel por qualquer imprevisita causa, ou enfim por motivos que V. Ex.^a não conhece, que assim mesmo se malogre a negociação, bem como já aconteceu com o Tratado de Garcia, Procura S. M. I. ao mesmo passo fazer conhecer por outra via aos Povos da Banda Oriental a expontanea determinação em que está de erigir a Cis-Platina em Estado livre, Independente e separado; Reservando-se unicamente a faculdade de lhe Dar huma Constituição analogia á do Imperio, e com a Cathegoria que se julgar conveniente em hum definitivo Tratado — Se os Cis-Platinos guerreião unicamente pela propria Independencia, devem exultar com esta Resolução de S. M. I. Que lhes Outorga o objecto de suas fadigas, e a guerra terminando com elles eliminará todo o plausivel motivo, e fundamento de ser continuada por Buenos Ayres — V. Ex.^a concebe perfeitamente que este plano indirecto de concluir a Guerra, se fôr á effeito, como muito se deseja, subtrahirá a Cis-Platina a maior influencia de Potencias Estranhas; eis o motivo porque foi concebido, e eis igualmente o motivo porque requer-se huma finura e habilidade na sua execução — S. M. I. á pretexto publico de reforma d'Alfandega, e Administração de Justiça em Montevideo, Encarregou a D. Nicoláo Herrera o desenvolvimento d'este Plano, e se lhe derão as inclusas instrucções, por elle verá V. Ex.^a que só estão iniciados no conhecimento, e para cooperarem á genuina execução desta empresa, além do mencionado Herrera e V. Ex.^a Thomaz Garcia, D. Francisco Lamby e Visconde da Laguna; o principal fim hé fazer particularmente e com destresa calar as idéas acima expendidas nos animos, e corações dos Cis-Platinos, afim de que S. M. O. I. na certeza que elles sicão satisfeitos, e abração voluntariamente esta medida, Possa, de accordo com a Assembléa Legislativa, Promulgar-a por hum solemne Decreto — Supposto que V. Ex.^a não esteja em immediato contacto com os Cis-Platinos, contudo prevalecendo-se de sua costumada perspicacia poderá, talvez por intervenção de Jacinto Roque, ou por outro algum meio, que melhor lhe pareça contribuir efficazmente ao bom andamento, e resultado d'esta operação

politica, esperando mais S. M. I. que V. Ex.^a lhe transmitta promptamente todos os avisos interessantes, tanto relativos ao progresso da mesma, como do effeito, que produzir a mediação Inglesa. Recommenda ultimamente o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex.^a quando houver de enviar a Côrte Officios interessantes, e secretos em Vasos Estrangeiros mande sempre um Official da Esquadra para os conduzir, e com muita vigilancia.

Deus Guarde a V. Ex.^a Rio de Janeiro 17 de Fevereiro de 1828—
Diogo Jorge de Brito, Ilm.^o e Exm.^o Snr. Barão do Rio da Prata.

ARTIGO 1º

S. M. O Imperador do Brazil por huma parte e a Republica das Províncias Unidas do Rio da Prata por outra, desejando pôr termo a Guerra e estabelecer sobre bases solidas e duradoras a paz, boa intelligencia e amizade que devem existir entre Nações vizinhas, cuja riqueza e prosperidade se acham tão intimamente ligadas convêm em acceitar a mediação da Gran Bretanha, assim para se ajustar desde logo uma Convenção Preliminar, como para um Tratado definitivo de Paz e amizade a que a dita convenção hade servir de base.

ARTIGO 2º

S. M. I. Querendo pela Sua parte mostrar quanto Deseja que não fique subsistindo motivo algum para futuras dissenções, que allerem a tranquillidade de Seus Subditos a boa harmonia que Deseja conservar com as mais Potencias: Promette do modo mais solenne Crear, Erigir e Constituir completamente a Provincia Cisplatina em hum Estado livre, separado e independente.

A Cathegoria deste Novo Estado será determinado por um Tratado que se hade ajustar na fórma do Art. 1º.

ARTIGO 3º

Logo que a acceitação dos dous precedentes Artigos pelas duas Partes Contratantes, fôr reciprocamente intimada pelos Ministros da Potencia Mediadora serão nomeados e mandados a Cidade de Montevideo os respectivos Plenipotenciarios encarregados de ajustarem sobre os cinco presentes Artigos, huma Convenção Preliminar que servirá de base ao Tratado definitivo.

ARTIGO 4º

Desde o momento em que se ajustar os referidos plenipotenciarios, haverá cessação de hostilidades por terra e por mar sobre o principio do *satu-quo* ... (ruído pelas traças)... armamentos como existiam ainda na Guerra, ficando entendido: 1º que durante este Armisticio as Tropas Imperiaes com suas cavalladas e respectivo Trem não occuparão na Banda Oriental quaesquer outros pontos, senão aquelles que de presente occupão, e as Forças ao mando do General Laballega ficarão dos Limites das suas presentes posições: 2º Que se suspenderá o bloqueio e as hostilidades por mar cessarão em dois dias até Santa Maria, em oito dias até Santa Catharina, em 15 até Cabo Frio, em vinte e dous até Pernambuco, em quarenta até a linha, em sessenta até a Costa de Leste e em oitenta até nos mares da Europa.

ARTIGO 5º

Enquanto durar este Armistício a nenhuma pessoa se pedirá conta por qualquer das Partes Contractantes de sua Conduta Política durante a Guerra. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1828 (As.) *Marquez de Aracaty* — Está conforme Assignado. *Bento da Silva Lisboa.*

Terminava o mez de Dezembro do anno de 1827, pela tomada nas aguas de Patagones, da escuna inimiga d'aquelle nome, sob o commando de João Baptista Thurner.

Assim pouco a pouco, iam sendo destruidos os remanescentes navios argentinos que fustigados pelos seus, sahiram a piratear pela nossa costa e de regresso tinham a missão de proteger os forçadores do bloqueio.

Pouco tinha o almirante a fazer, pois o que lhe restava era apertar o bloqueio e policiar o estuario do Prata, franqueado aos navios especialmente destinados a forçar o bloqueio pela fraqueza de nossa politica.

Dessa tibieza, que agora se serviam os mesmos politicos para accusar aquelles que tres annos havia supportaram o peso da guerra, resultou o soffrimento do nosso commercio maritimo, alvo da ambição de estrangeiros que cobertos pela bandeira argentina pirateavam pelas nossas costas.

As fundadas queixas do almirante Barão do Rio da Prata em seus officios são a prova desse proceder.

No entanto continuavam os navios sob suas ordens a cumprir arduamente os seus deveres. Assim é que a 3 de Janeiro era destruido o corsario *General Mancilla*, ao regressar de suas rapinagens, não lhe servindo de auxilio a sahida de Brown do Porto de Buenos Ayres com onze embaçações em direcção á Colonia do Sacramento.

Nada tendo conseguido na Inglaterra por intermedio do capitão Ramsay sobre compra de navios, resolveo o governo argentino, aproveitar-se da sympathia dos americanos para adquirir os n'aquelle paiz. A Fournier, no *Juncal* foi confiada a missão.

Para comboial-o, sahio á noite, no dia 14 de Janeiro, a esquadra argentina composta do *Maldonado* (capitanea) *Sarandi*, 6 de Febrero, 8 de Febrero e corsario *El Bravo*. Conseguido o fim, graças á escuridão da noite, de regresso pela manhã, foram aperecebidos pela divisão bloqueadora composta da *Carioca*, brigues *Caboclo*, *Maranhão*, *Pirajá* e escuna *Constança*. Deu-se o encontro em frente a Ensenada. Avariada a 8 de Febrero, pelos nossos tiros, procurou Brown refugio sobre os bancos de Santiago, onde não podiam alcançal-o os nossos navios pelo seu calado.

Pocos dias depois entendendo Brown dar sahida aos corsarios *Federal Argentino* e *El Bravo*, a mesma divisão empenhou-se contra os navios protectores e logo que se retiraram, deram caça os nossos aos dous, fazendo-os encalhar na costa de Barregan, onde foram incendiados.

Não se resolvendo Brown sahir do porto, em 1 de fevereiro aproveitando-se da enchente da maré a nossa divisão composta da corveta *Liberal*, brigues *Caboclo* e *Rio da Prata*, escunas *D. Paula* e 1º de Dezembro, suspendeo dos bancos de Santiago e velejou sobre Buenos Ayres.

O inimigo deante desse audacioso movimento, largou as amarras por mão, buscou protecção por detrás dos baixos do porto e nas barrancas do Rio. Não podendo muito se approximar os nossos pelo calado, alvejaram aquelles navios com tiro de elevação, enquanto as pequenas o faziam de mais perto. Muito damnificado ficou o *Maldonado*. Em vista da vasante da maré retiraram-se os nossos depois da acção que ficou sendo denominado dos *Pozos*.

Para proteger a entrada do brigue norte-americano *Sicilis*, sahio no dia 15 uma divisão argentina constituida pelos brigues *Balcarce*, 8 de *Febrero*, 9 de *Febrero*, e escuna *Maldonado*. Dous dias depois, a 17, appareceu então o brigue esperado, a espreita de occasião propicia.

A nossa divisão bloqueadora composta da corveta *Carioca*, capitanea, brigues *Caboclo* a 29 de *Agosto*, escunas *D. Paula*, *Grenfell*, *Providencia*, 1º de *Dezembro* e barca canhoneira 19 de *Dezembro* estava a postos e vigilante. Sahiram então de Buenos Ayres para sustentar a acção da 1ª divisão argentina os seguintes navios 18 de *Enero* (capitanea), 29 de *Dezembre*, 11 de *Junio*, 30 de *Julio*, *Uruguay*, *Guanaco* e canhoneiras N. 1, 7, 8, 10, 11 e 12.

Iniciado o combate, Norton deixou a capitanea e passou-se para o *Caboclo* e logo depois para a escuna *D. Paula*, afim de melhor dirigir o combate. Aprisionada a guarnição do brigue, atacada a canhoneira n. 11, mettida a pique uma outra quando refugiava-se na bocca do Riachuelo, fugiram os inimigos tendo dez feridos.

O governo argentino, deante da perda dos tres navios, mandou prender os commandantes.

Ainda ao amanhecer do dia 22 a divisão que sahira ao mando de Brown, regressava a Buenos Ayres, quando foi cercado pela nossa.

Sobre os bancos de Santiago dirigio-se Brown para escapar-se; canhoneado porém pelos nossos, conseguiu escapar-se durante a noite.

No dia 23 de Março era aprisionado pelo *Caboclo* o famigerado corsario *Niger*, sob o commando de John Coë. Depois de furioso combate, arriou bandeira, tendo 5 mortos e 12 feridos gravemente. São feitos prisioneiros, o commandante, 6 officiaes, 6 capitães de presas e 80 marujos e soldados.

A guerra arrastava-se devido ao cansaço de quasi tres annos de lucta. Os recursos de que podia lançar mão a Argentina eram escassos.

De nossa parte no dizer de alguns escriptores «a guerra tinha sido impopular, pois o sentimento nunca tinha considerado a Provincia Cisplatina como parte integrante, como parte constituinte da patria unificada. No tempo de D. Pedro preocupações interiores, absorvidas no ideal democratico que engrandecia a medida que a monarchia perdia de brilho, levaram tanto a dianteira as de ordem exterior que o elemento exaltado não escondia as suas sympathias pelos Uruguayos em luta por sua liberdade. Este partido nem dissimulou a sua satisfação com a humilhação soffrida pelo governo imperial quando o almirante Roussin num tom que não admittia outra replica que a do canhão exigiu a restituição de alguns navios francezes capturados durante o bloqueio e considerados como boa presa.

Para compensar aquelles que sustentavam a guerra o governo argentino achou melhor transformar seus navios em corsarios consentindo mesmo que a ganancia de certos homens, se constituísse em sociedade, para na depredação do nosso commercio, se satisfizessem.

Elementos não lhes faltavam. A miserável paga, e essa mesma feita muito demoradamente, levava a deserção aos estrangeiros engajados em nossa esquadra que viam no bandeamento para a adversa vantagens nos lucros da rapinagem e no valor sobre porcentagens dos navios apresados, fornecidos pelo nosso commercio marítimo.

O bloqueio ordenado, ora activo, ora frouxo, de accordo com as mudanças politicas operadas no Rio de Janeiro, ia dando os resultados.

Assim é que a 22 de Abril, cahia em poder da fragata *Príncipe Imperial* o corsario *Honor* (ex-*Pojuca*) A 24 de Maio chegava a vez do corsario *Feliz*, armado com 11 peças, que foi capturado. Poucos dias depois, a 29, regressando de um cruzeiro as costas do Rio Grande o brigue-escuna *Ocho de Febrero*, (ex-*D. Januaria*), armado com 6 canhões de 12 e quatro de 8, com 79 praças de guarnição, commandado pelo major Tomás Espôra *uma das espadas mais valentes da America do Sul*, na opinião de Brown, foi perseguido pelos nossos, que faziam parte da divisão commandada pelo capitão de mar e guerra João das Bottas. Eram taes navios as escunas *Grenfell*, *Constança*, e *Bella Maria*, esta commandada por Joaquim Marques Lisboa, e canhoneira *26 de Fevereiro*. Pelo maior calado dos demais impossibilitados de seguir o inimigo que seguira sobre os bancos de Aréguy, coube ao joven Marques de Lisboa, o futuro marquez de Tamandaré, offerecer-lhe duello de morte. Durante dez horas consecutivas pelejaram os dous, não interrompendo a noute o combate. Só do costado argentino foram disparados 900 tiros.

Ao alvorecer do dia 30, arriava a bandeira a *Ocho de Febrero* entregavam suas espadas o valente Espôra e seu immediato Antonio Toll, depois de terem posto a salvo, durante a noute, os seus marinheiros.

Levado o commandante Espôra a presença de Oliveira Bottas, ao lhe annunciarem o nome do chefe prisioneiro, não se conteve elle e risonho, esfregando as mãos, exclamou— Espôra! *Magnifico! fazia-me falta ás botas!*

«O almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata ó sympathizando con la intrepidez de Espora ó admirado por la abnegacion con que permanecio al lado de sus heridos prisioneros» deu-lhe bem como a seo immediato, a liberdade sob palavra de honra.

Caminhava a guerra para o seu desfecho. Na abertura do parlamento em 1828 o Imperador na sua fala do Throno, referindo-se a guerra dizia: Entabolei negociação de paz com o governo da republica de Buenos Ayres, estabelecendo bases para uma convenção justa e decorosa, como exigem a honra nacional e a dignidade do meu Imperial Throno. Se esta republica não acquiescer ás proposições mui liberaes e generosas, que attestam ao mundo a boa fé e a moderação do do governo Imperial, *ainda que o meu imperial coração muito se penalise, é mister continuar a guerra, e continual-a com duplicada força, tal é a minha immutavel resolução.*

Eu conto que acharei na Assembleia Geral a mais firme e leal cooperação, afim de poder desempenhar a honra e gloria nacional, que n'este caso se acharão compromettidas.»

Respondeo a Assembleia a este topico da fala, do seguinte modo: «A paz, Senhor, é, depois da constituição, a primeira necessidade do Brasil, como a verdade é a primeira necessidade dos reis; contudo, Senhor, a Camara dos Deputados nunca consentirá que enodoadas sejam a honra e a dignidade nacional.»

Em 17 de março havendo partido do Rio de Janeiro Garcia e Herrera com officios para o almirante, tendo pouco antes largado para Santa Catharina a fragata ingleza *Thetis*, conduzindo o secretario de Gordon, que ali desembarcando, devia seguir por terra até o Exercito inimigo para tratar directamente com Lavallega sobre o mesmo assumpto. Sobre este objecto recommendava o ministro que todas as noticias resultantes daquella operação eram de alto interesse e que sem retardar um só momento as fizesse chegar ao conhecimento do Imperador, por embarcação veleira; que ansioso contava os momentos de chegada. Communicava mais que no dia seguinte 19, largariam duas canhoneiras para o Rio Grande, afim de operarem na Lagoa Mirim e Arroyos a ver se recobravam uma que os inimigos ali tomaram por sorpresa, e por culpa de quem o pôz em acção sem tripolação competente, nem para defender-se. O capitão de fragata Francisco Clare era o commandante da Flotilha que se compunha de 5 barcos, duas que partiram do Rio, tres que lá se achavam.

Avisava que, para que o requerimento do capitão de fragata Jacinto Roque de Senna pudesse ter andamento, o Imperador deixava ao arbitrio a boa critica do vice-almirante Pinto Guedes formar um conselho de Investigação sobre a sua conducta na perda da acção do Uruguay, afim de preencher-se a formalidade do Regulamento. Os corsarios tem enfiado constantemente a Costa desta e da Provincia do S. Paulo e feito muitas presas que todos inclusivamente tres navios de escravos, tem ido caminho do Sul para algum dos Portos do Rio da Prata.

Em 8 de Abril de 1828, justamente um anno depois, dizia o ministro da marinha em officio: que não percebendo o proposito, que no momento: em que se trata negociações de pacificação, por outro lado se exacerbem os effeitos da Guerra, mandara o Imperador sustentar a projectada empreza de Buenos Ayres até ver o resultado das mesmas negociações, devendo no entretanto o almirante continuar a mais rigorosa vigilancia em reprimir e debellar o inimigo sempre que elle ouzasse apresentar-se. Entregava á perspicacia do almirante regular conforme julgasse conveniente, afim de que o inimigo não abusasse da nossa boa fé, nem tão pouco os nossos procedimentos podessem alterar a boa direcção das negociações.

Em 23 do mesmo mez ia a fragata *Ipiranga*, substituir a *Principe Imperial* e por ella mandou prevenir o almirante que nada se sabendo de positivo sobre as negociações de paz, não se devia relachar nada sobre os meios de activar a guerra. «De accordo com o manifestado pelo almirante em muitas vezes, estava o Imperador sobre o bombardeio a Buenos Ayres e que se preparasse para executar logo que se desvanecessem as esperanças de negociações amigaveis, e para que se accelessem essas mesmas negociações amigaveis julgou o Imperador conveniente que seria bom fazer algum apparato phantastico de disposição e dar alguma publicidade de sua intenção de atacar e bombardear logo que não vingassem as negociações.

Em 25 de abril, communicava o governo ao almirante que: «tendo o Governo de Buenos Ayres respondido evasivamente aos Artigos, e com cuja preliminar admissão S. M. I. estava prompto a tratar a paz. Elles não denegarão inteiramente, porém ladearão dizendo que taes artigos devião ser objecto de discussão entre os Emissarios, a vista do que S. M. I. Prevalecendo-se do não formal acceite, lhe mandou decididamente communicar pela Potencia mediadora que só com a acceitação

de taes Artigos como base se procederá ao Tratado de Paz, alterando tão somente uma disposição, isto é, que o theatro das negociações será esta Capital, e não Montevideo. A' vista desta mudança, ou elles accettem e proponhão a V. Ex.^a permissão para sairem os seus Deputados para aqui, e caso mesmo requeisitem transporte, V. Ex.^a lh'os proporcionará. Isto em nada altera aquella disposição de ideas á emittir a Provincia Cisplatina, em que S. M. I. está decididamente firme».

Substituido o almirante Diogo de Brito no Ministerio da Marinha, pelo marquez de Aracaty, e depois do levante das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro, plano a que não era estranho o governo argentino occupou a pasta o chefe de divisão Mello de Alvim, em 16 de Junho de 1828.

No dia 16 de Junho, apresentou-se ás vistas de nossa divisão bloqueadora, commandada por Norton e composta de corveta *Bertioga*, brigues *Niger*, 2 de *Julho*, brigue escuna *Nove de Janeiro* e escuna 19 de *Outubro*, um corsario com uma presa. Era o corsario *General Brandzen*, armado com 12 canhões, 2 caronadas de 8 e quatro de 22, commandado pelo capitão George C. de Kay e equipado com 60 norte americanos e inglezes, que havia um anno andava ao corso e a presa *Cacique*, que vinha com agua aberta devido a temporaes e combates.

Destacou-se o *Niger* em perseguição do corsario que deitou a correr para se collocar sob a protecção do forte Brown, situado na Punta de Lara.

Para fugir aos navios de maior calado o commandante Kay procurou salvar-se sobre os bancos, indo n'elles encalhar. O 9 de *Janeiro* seguindo-lhe na esteira, foi encalhar a seu contra bordo, iniciando um duello feroz de artilharia, enquanto sobre o forte despejavam a 2 de *Julho*, 19 de *Outubro* e *União* suas baterias.

Norton deixou a *Bertioga* e em um escaler transportou-se para bordo do 9 de *Janeiro*, afim de dirigir a acção. Lutaram ambos desesperadamente; por fim, depois de vinte minutos de arduo combater, arriou o corsario a bandeira, procurando antes seus tripolantes ganhar a costa em escaler, deixando no entretanto 14 prisioneiros.

Incendiado o corsario e enquanto procurava a guarnição do 9 de *Janeiro* allivial-o para desencalhar-o, novamente abriu, forte fogo contra elle, com a chegada dos fugitivos.

No meio deste combate, tombou ferido Norton, ferido no peito e com o braço quasi decepado.

Não perdeu o bravo chefe o animo; continuou a dar ordens depois do que, fez-se transportar para bordo da *Bertioga*, onde lhe foi amputado o braço.

Ao terminar a gloriosa acção com a mão esquerda assignou o heroico commandante a parte e disse: *Perdi a meu braço direito, mas estou contente por ter sido pela causa do Imperador e do Brazil que defendendo e estou prompto a voltar a arriscar a vida pelas mesmas causas, apenas possa fazer mais algum movimento, que espero não tardará muito.*

O almirante Pinto Guedes em sua parte official assim se exprime: «que poderei eu dizer para o abonar e recommendar (Norton), depois de contar factos taes? Só se fizer exacto relatorio de muitos outros, que posto sejam de menor importancia, mostram sempre o excellentes homem do mar e o militar valoroso».

Ao saber-se deste desastre em Buenos Ayres, para vingal-o sahio no dia 18 de junho d'aquelle porto uma divisão composta da *Maldonado*, 9 de Febrero, Uruguay, 29 de Diciembre, Balcárce, 11 de Junio, 30 de Junio, canhoneiras 1 e 2, encontrando-se com a divisão ao mando do capitão de mar e guerra Oliveira Bottas. Iniciado o combate tendo para contendor o *Niger*, *Maldonado* e o *Maranhão* as embarcações menores; com os demais navios mediam-se o *Caboclo*, *União*, 19 de Outubro e 2 de Julho. Ariou bandeira a canhoneira n. 4, rendendo-se seu commandante. Vendo-se impotentes velejaram para o porto às 5 horas da tarde.

Para obter meios de continuar a guerra Brown appellou para o povo: fez distribuir uma vibrante e patriótica proclamação pedindo auxilios para reerguer-se a marinha: «*Ancioso de obtener ocasiones en acreditar-vos mis sentimientos y desengañado de que las fuerzas navales de la Republica no pueden imponer respecto al inimigo, como debería ser, he meditado um plan que hará czequible a aquel objecto, se encuentra acugida e merece la aprobacion de vuestro heroico patriotismo.*»

Com o producto da subscrição iniciada foram comprados a galera hamburgueza *Mathilde*, de 400 toneladas, que tomou o nome de *Nuevo 25 de Mayo*, o brigue americano *Allister* que teve o nome de *General Rondeau*, e a escuna franceza *Hydre*, que foi chamada *Argentina*.

Com estes navios pretendia Brown fazer uma sortida; mas sabedor o almirante Pinto Guedes, mandou postar as nossas divisões a leste do banco Chico.

A presença do inimigo composta do brigue *General Rondeau* commandado por João Coê, a escuna *Argentina* commandada por Grainville e o corsario *Gobernador Dorrego*, anteriormente commandado por Soleil, o navio francez *Mandarin*, desciam o rio até a Ensenada onde seriam protegidos na Punta de Lara, pela esquadilha de Brown.

Soprava rijo o pampeiro, difficultando a acção da artilharia; depois de 16 horas de perseguição foi aprisionado o corsario *Dorrego*.

A 30 de agosto dous navios neutros *Hussard* e *Lord Eldon* protegidos pelo corsario *Empreza* e uma canhoneira inimiga pretenderam forçar o bloqueio, procurando para isso o auxilio da bateria do Salado, onde os nossos não podiam chegar. Batidos pelos nossos encailharam sendo incendiados.

Finalisou-se com esse combate a campanha em que tantos feitos gloriosos a nossa marinha se empenhára. Houvesse da parte dos nossos politicos maior comprehensão de seus deveres e presente tivessem as lições pouco antes dadas pelo que representa uma marinha organizada, certamente não teriamos chegado a uma paz forçada.

Teriamos imposto o nosso direito, pois pela luta o tinhamos adquirido. R. von Ihering diz — os principios de direito que estão hoje em vigor foi indispensavel impol-os pela luta áquelles que não os acceptavam assim, todo o direito, tanto de um povo como de um individuo, presuppõe que estão o individuo e o povo dispostos a defendel-o.

O direito não é uma idéa logica, porém uma idéa da força; é a razão porque a justiça, que sustenta uma das mãos a balança em que pesa o direito, empunha na outra a espada que serve para fazel-o valer.

A espada sem a balança é a força bruta; a balança sem a espada é o direito impotente; completam-se mutuamente; e na realidade o direito só reina quando a força dispendida pela justiça para empunhar a espada corresponde á habilidade que emprega em manejar a balança.»

Estava realisada com a nossa fraqueza, o interesse inglez. No dia 12 de Julho de 1828, a bordo do paquete *Red Pole* seguiram para o Rio de Janeiro os generaes argentinos Tomás Guido e Juan Ramon Balcarce, como plenipotenciarios para negociarem a paz, a instancia do ministro inglez no Brazil.

A 27 de Agosto era assignada a convenção preliminar que devia terminar a campanha.

«Estipulava que a Provincia de Montevideo ou Cisplatina ficasse separada do Imperio, e constituida em Estado livre e independente: que a Republica Argentina e o Brazil se obrigavam a defender a independencia daquelle Estado, durante o tempo que fosse marcado no tratado definitivo de paz; que ficavam tambem obrigadas as duas partes contratantes a prestar ao governo legal de Montevideo qualquer auxilio que este necessitasse para a manutenção da tranquillidade publica se, até ser jurada a constituição e cinco annos depois disso, fosse perturbada pela guerra civil. Em artigo adicional comprometiam-se as duas potencias contratantes a enviar todos os esforços para que a navegação do Rio da Prata e seus affluentes se conservasse livre.»

Ratificada esta convenção pelo Imperador em 30 do mesmo mez o foi pelo Governador das Provincias Unidas D. Manoel Dorrego a 29 de Setembro, sendo levado nesse mesmo dia ao conhecimento do Chefe James Norton, pela *Sarandi*, com bandeira parlamentararia que desfraldando a bandeira nacional deu uma salva de 21 tiros, no que foi respondido pela fragata *Nitherohy* capitanea da Divisão, composta das corvetas *Liberal e Dorrego*, brigues *Rio da Prata, Niger, Pirajá, Feliz, Caboclo, Maranhão, Constança, D. Januaria*, e 2 de Julho, escunas *Itaparica, Bella Maria, D. Paula, Rios e União* e canhoneira *19 de Dezembro*, fundeados todos em frente á Buenos Ayres.

Coube a escuna *Bella Maria* ir a Buenos Ayres notificar o levantamento do bloqueio.

Para a troca das ratificações do tratado de paz, realisado a 4 de outubro, enviou o governo argentino a Montevideo á bordo do *Nuevo 25 de Mayo*, tripulada por 150 homens e commandada pelo major George de Kay, o major general Guilherme Brown e o General Miguel Azcuénaga.

Teve naquelle porto diante dos nossos navios o bravo Guilherme Brown de soffrer afrontoso proceder de seus commandados, pois revoltou-se sua guarnição, encalhou o navio perto de Santa Lucia e depois de damnifical-o e saqueal-o, fugio para terra nos escaleres. Com 25 homens apenas regressou a Buenos Ayres.

Compromettida ficou a Nação a responder pelas indemnisações que demandavam das presas feitas contra os principios, com que no momento se declararão.

As concessões constantes do nosso governo iam cada vez mais enfraquecendo seu prestigio. Os commandantes inglezes nunca reclamaram do almirante Barão do Rio da Prata, sobre navios seus arrestados, em consequencia porém do que havia praticado com as demais nações, romperam atrevidamente.

Em janeiro de 1867, devido ao facto do aprisionamento do *Annie*, escreveu Canning, a Gordon, então enviado britânico no Brasil, que aquelle navio estava na circumstancias de ser condemnado. No entretanto em 3 de abril communicava Gordon a Canning que o dito navio havia sido absolvido e seus captos condemnados a perdas e danos; mais ainda, que lhe constava haver o marquez de Queluz ministro dos Estrangeiros, promettido ao Presidente dos E. Unidos a indemnisação das presas feitas aos cidadãos americanos, sem ter havido anticipada convenção.

Em vista disso, mui logicamente ordenou Canning a Gordon que: Como o Governo do Brasil houvesse promettido aos E. U. indemnisação das presas, por uma convenção verbal, cedendo de nm principio de Direito Maritimo reconhecido por todas as Nações, insistisse fortemente pela indemnisação das presas inglezas: porque o Governo não podia consentir em que o commercio inglez ficasse em inferior condição, não havendo tratado antecedente a cumprir. Submetteo-se desse modo o marquez de Queluz. Foi adoptado pelos inglezes o principio estabelecido pelo encarregado de negocios dos E. Unidos de que o seu governo não reconheceria por boa presa o navio que primeiro não tivesse sido advertido e intimado no lugar do bloqueio pela força bloqueadora, por ser uma regra adoptada por seu governo, não reconhecer communicações geraes diplomaticas.

Em meados de 1828 havendo o commercio inglez reclamado do seu governo para que não respeitasse o bloqueio do Rio da Prata por inefficaz, declarou o Secretario do Estado no Parlamento que ouvidos os advogados do Rei sobre a representação, foram elles de opinião que não podia ter logar a intervenção requerida.

Terminada a guerra crua contenda levantou-se entre o almirante Barão do Rio da Prata e o marquez de Queluz em consequencia de discordar o almirante do proceder do diplomata, nos principios do direito internacional.

Cahira elle das graças e devido a isso foi mandado a conselho de de guerra, para responder aos seguintes quesitos :

1.º— Pela perda das duas expedições da Patagonia e igualmente pela da Flotilha do Uruguay.

2.º— Pela sua conducta havida com as Embarcações Neutras apreçadas, arrestadas, ou destruidas pelos Navios da Esquadra do seu commando, pois constava que os navios da referida Esquadra havião apresado, e arrestado Embarcações Neutras que se dirigião a Portos não bloqueados, e a outras, que posto se dirigissem a Portos bloqueados, todavia não foram intimadas no bloqueio; taes erão os Brigues Americanos *Leonidas*, *Ruth*, *Pioneer*, *Sarah George*, *Matilda*, *Presidente Adams*, e galera *Succa Dorthingen*, e o brigue *Swalan*, apresado e abandonado por hum Corsario Argentino, o Navio Francez *Genevieve* e o dinamarquez *Fortuna*; e outrosim constava que algumas presas das Embarcações Neutras apresadas e arrestadas tinham sido maltratadas e obrigadas a servir a bordo dos Navios do Imperio; taes erão cinco marinheiros do Brigue Americano *Leonidas*, que foram obrigados a servir á bordo dos Navios Nacionais; o Sobre Carga, o Mestre, e Tripulação do Brigue *Ruth*, que foram maltratados, obrigados a servirem a bordo e a pelejarem contra huma Nação com quem estava em paz; a Guarnição do Brigue Americano *Presidente Adams*, que foi por tres dias conservada como prisioneira; os Marinheiros da Escuna *Hanah* detida, encalhada, e roubada em Montevideo, que foram maltratados;

— Os Officiaes e Tripulação da Escuna *Tale Tale*, que foram roubados, lançados em hum calabouço e tratados como criminosos; — a Guarnição do Brigue *Budjet* que foi maltratada; — Os officiaes e passageiros do Brigue Francez *le Junon*, que foram misturados com a maruja da Esquadra Brasileira; — O capitão, e equipagem do Bergantim Francez *la Jeny*, para com os quaes se praticaram violencias — Tripulação do Navio Dinamarquez *Fortuna*, que foi obrigada a servir como captivos — a Tripulação da Escuna Ingleza *Coquito*, que foi maltratada, lançada em terra sem soccorro, e sujeita a huma rigorosa leva; — e igualmente constava haver-se incendiado e destruido o Bergantim americano *Brutus*, sob o pretexto de estar encalhado, não se poder safar e poder cahir nas mãos do inimigo; o Brigue Inglez *Lord Eldon* quando ainda nelle tremulava o Pavilhão Inglez; e ao Bergantim Americano *Hussar* com importante carga, e com a particularidade de ter sido incendiado depois de assignado o Tratado de Paz; e finalmente constava haver-se vendido a carga da Embarcação Franceza *S. Salvador*, antes do julgamento em ultima instancia, não obstante as reclamações dos Proprietarios, — o ter-se armado a Escuna Ingleza *Coquito*, tambem antes do julgamento.

3.º — Pela expedição que fez do Brigue *Nestor* antes do seu julgamento em Superior Instancia, sob o comboio da Fragata *Nielheroy*, donde resultou o insulto feito ao Pavilhão Imperial no dia dez de Novembro do anno passado.

4.º — Pelo abuso da faculdade que se lhe Concedeo pela Carta Imperial de dez de Abril de mil oitocentos e vinte seis, para poder promover Officiaes por serviços distinctos até o Posto de Capitão de Fragata, pois promoveo a este Posto a Guilherme Eyre, que, longe de ter prestado serviço distincto perdeu a primeira Expedição à Patagonia.

Sentença da Primeira Instancia.

Vendo-se n'esta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Processo Verbal do Réo Almirante Barão do Rio da Prata, Auto e Corpo de Delicto, testemunhas sobre elles perguntadas, interrogatorios, defeza do Réo, Avisos e documentos juntos decidio-se por uniformidade de votos que se não provava culpa alguma do dito Almirante, e que elle estava nas circumstancias de ser absolvido de todas as arguições, que lhe foram feitas; quanto á primeira da perda das Expedições a Patagonia e Flotilha do Uruguay, porque não tendo sido as ditas Expedições e Flotilha por elles commandadas, só se lhe podia arguir a perda dellas no caso, ou de que as ditas Expedições e Flotilha, tivessem sido enviadas contra as ordens que foram dadas, ou de que por essa parte não fossem dadas as providencias necessarias para o seu bom exito; casos estes que se não verificam, antes pela prova dos autos se mostra o contrario. Quanto á segunda da sua conducta havida para com as Embarcações Commerciantes das Nações Neutras, arrestadas, apresadas ou destruidas: ainda que seja arguido em muitos pontos por Notas de diferentes Encarregados de Negocios, que constam do processo, nem por isso se póde ter como culpado, porque pelo depoimento das testemunhas, muitos dos pontos arguidos se mostrarão menos verdadeiros, outros não envolvem criminalidade, outros estão comprehendidos nas ordens dadas ao Almirante, nos casos especiaes em que forão praticados, e o do aprisionamento de Embarcações Neutras sem precedencia de intimação na epoca, que decorreo desde que o mesmo Almirante tomou conta do commando da Esquadra athé a recepção do Navio de vinte e nove de Novembro de mil oitocentos e

vinte e seis, de maior vulto por parecer contrario ás ordens dadas ao antecessor do Almirante pelas quaes elle foi mandado regular-se assim mesmo, não pode operar a sua condemnação, porque tendo elle entendido, que as ditas ordens não erão destinadas a ter huma execução indefinida, mas só limitada ao tempo em que o bloqueio não estava reconhecido pelas Nações Estrangeiras, e tendo praticado o apresio-namento de algumas Embarcações na conformidade d'esta intelligencia, a sua conducta não foi estranhada, bem que conhecida, pelo Governo, antes pelo Avizo de vinte e seis de Junho de mil oitocentos e vinte e seis, se vê aprovado o aprisionamento do Brigue *Monarch*, feito segundo semelhante intelligencia, approvação que sem duvida mostra ser verdadeira a intelligencia dada pelo mesmo Almirante, qualquer que fosse o principio, que posteriormente approve ao Governo adop-tar. Quanto a terceira arguição julgão não involver criminalidade, porque o insulto feito a Bandeira Nacional, pela Fragata Inglesa *Tribune*, não se póde ter como consequencia necessaria da remessa do Brigue *Nestor* para esta Corte, remessa que não só não foi contraria a nenhuma ordem, mas que athé foi muito conforme ao direito e a razão no caso especial em que se achava o Imperio para com a Cisplatina. E finalmente julgão que não se prova da parte do Almirante no exercicio da faculdade que lhe foi concedida por Carta Imperial de dez de abril de mil oitocentos e vinte e seis, nem com a promoção de Guilherme Eyre, por ser Official benemerito, e ser feita a promoção antes da perda da Segunda Expedição á Patagonia, que foi por elle com-mandada; por tanto, e pelo mais que do Processo consta, absolvem ao dito Almirante Barão do Rio da Prata, de todas as imputações que lhe foram feitas e julgão o seu procedimento justificado.

Cidade do Rio de Janeiro, 25 de de Junho de mil oitocentos e vinte e nove. Honoreo Hermelo Carneiro Leão, Auditor Geral interino da Marinha — Joaquim Raymundo de Lamare — Chefe de Divisão, João Bernardino Gonzaga — Chefe de Divisão, Tristão Pio dos Santos, Chefe de Divisão, Rodrigo José Ferreira Lobo, Vice-Almirante, José Maria de Almeida, Almirante e Interrogante, Miguel José de Oliveira Pinto, Vice-Almirante e Presidente.

Sentença do Conselho Supremo Militar da Justiça.

Confirmão a Sentença proferida no Processo e Conselho de Guerra a que foi mandado responder o Almirante Barão do Rio da Prata á vista dos fundamentos, em que a mesma se basea e por se acharem absolutamente desvanecida as arguições que lhe foram imputadas, não só por legaes documentos mas tambem pelo depoimento das testemunhas, todas elles com conhecimento da proflissão, e a maior parte com sciencia certa de factos, seja pelo que diz respeito á perda das Expedições da Patagonia, e Flotilha do Uruguay, em que o mesmo Almirante poz da sua parte, o quanto em si coube, os meios concernentes ao bom resultado das mesmas Expedições, como se mostra da sua bem concebida defeza, e plena prova deste Processo; ou seja pelo que é relativo á sua conducta para com as Embarcações Neutras, arrestadas ou destruidas, por que os factos de que o mesmo Almirante foi arguido, taes como a arrestação das mesmas Embarcações sem proceder a intimação, não merecem a mais leve imputação por ser a sua conducta nesta parte conforme á intelligencia, que elle concebera, fundado nos principios do Decreto das Gentes, pelos quaes se devia regular, emquanto não fosse posteriormente ordenado o contrario, accrescendo a isto que uma tal conducta longe de lhe ter sido estranhada, lhe foi approvada pelo Governo, o qual bem devia dirigir e firmar o

procedimento do mesmo Almirante a este respeito, e ainda mais a a vista dos julgamentos do Supremo Conselho do Almirantado, que que sempre foram de conformidade com aquelles principios adoptados pelo referido Almirante, He igualmente futil a outra increpação de ter elle inutilisado Embarcações, que a toda força pretendião subtrahir-se e escaparem-se do bloqueio para entrarem dentro dos Portos inimigos, visto que pelo mesmo Direito das Gentes he permittido hostilizar de todo e qualquer modo as forças que não augmentar as do mesmo inimigo, sendo por isso mais para elogiar, do que para arguir, tanto o facto como a approvação; finalmente nem a violencia praticada contra a Fragata *Nietheroy*, que comboiava o Bergantim *Nestor*, por ordem do Almirante Inglez, pôde por qualquer fôrma transcender contra o dito Almirante improcedentemente accusado, por quanto elle cumprio exactamente com o seu dever, e com as ordens que para isso teve, fazendo, a remessa do dito Brigue; não lhe podendo ser imputavel a violencia, e arbitrariedade, e atrevimento com que aquelle Almirante Inglez se houve. Igualmente nenhuma criminalidade, excesso ou abuso se encontra na Promoção de Guilherme Eyre, a Capitão de Fragata, por assim lhe ter facultado por Carta Imperial, e recahir neste official o prestimo e serviços que o fazião disso merecedor. Nestes termos longe de merecer o referido Almirante a mais leve arguição, pelo contrario, pelos seus bons serviços, prestimo, zelo e illibada honra, intelligencia e pericia com que se comportou n'aquella importante Commissão, se fez digno não só de inteira absolvição, como de ser reconhecido como benemerito de Estado, e General do mais importante conceito e decidido prestimo. Rio de Janeiro quinze de Julho de mil oitocentos e vinte e nove — Oliveira, Moreira Lobato, Telles Muniz, Barreto de Lamare, le Cór Souza Furtado.

Resam as chronicas que depois de absolvido, ao apresentar-se ao Imperador, dissera-lhe este: *Está livre; tendo-lhe sido antes approvado tudo; assim havia de ser.*

Voltou novamente o Almirante Barão do Rio da Prata a exercer o cargo de Membro do Supremo Conselho Militar.

Reformou-se em 11 de Maio de 1832.

Tendo por fim ido residir em Paris, ali falleceu em 13 de Junho de 1845, sendo sepultado no cemiterio de Montmartre.

Esquecido talvez, venho levantar um pouco da poeira que encobre o seu tumulo, lembrando o que praticou em vida, em bem da nação que o acolheo e a quem bem soube servir.

Miguel José de Oliveira Pinto

VICE ALMIRANTE'

Filho de
nasceu
Falleceu em 15 de janeiro de 1847.

Desde muito que os homens do governo de Portugal se haviam esquecido do esplendor a que a marinha tinha elevado a nação lusitana. O abandono desta força mysteriosa que fortifica e masculisa as nações havia feito perder á Portugal o imperio thalassa-eratico que por tanto tempo fôra seu apanagio, agora entregue aos inglezes que o haviam avassallado.

Assim é que, quando, corrida á approximação das hostes napoleonicas, teve a familia real portugueza de entregar a patria á sua sorte, buscando abrigo na colonia, forças navaes inglezas flanquearam a desmantelada esquadra que a conduzia ao Brasil, onde o vice-rei para receber «um tão poderoso, tão amabilissimo e tão respeitado e adorado Principe e Monarcha ordenava aos governadores, como se vê do edital de 21 de janeiro de 1808 do governador de Minas Geraes que por esse meio convidasse os seus jurisdicionados para concorrerem com donativos, annuaes, mantimentos, etc., que deveriam ser logo enviados ao Rio de Janeiro, para a chegada de D. João, determinando ao mesmo tempo penas severissimas a quem, tropeiro, recova ou outro transporte d'ali partisse sem conduzir taes donativos».

Transportados na mesma occasião os mesmos vícios administrativos e burocraticos, com os quinze mil fidalgos, desembargadores, officiaes de terra e mar, serventuarios de imaginarios empregos, que acompanharam a côrte, foi preciso dar-lhes collocação ou melhor, accommodal-os, cousa não difficil porque o territorio era vasto e farto em produzir emolumentos.

Desde logo appareceram os alvarás da 1^o de junho, gravando as compras e vendas, tanto de predios urbanos como de rusticos com a imposição de 10 % sobre o preço porque fossem vendidos ou comprados, e ao que se chamou *cizas*; o de 27 do mesmo mez que estabeleceu o tributo do decimo do rendimento real ou presumido dos predios urbanos; o de 11 de junho de 1812 que creava o imposto de meia ciza sobre a venda de embarcações. Em compensação para pagamento a Inglaterra dos serviços prestados dava a esta nação pelo tratado de commercio de 19 de fevereiro 1810, com condições perpetuas e immutaveis, a suzerania commercial e pelo decreto de 12 de outubro igualava os impostos de entrada pagos pelas mercadorias inglezas ás nacionaes, mas pelas mercadorias somente de origem ingleza. Com esse remendo, ainda assim ficavam os nacionaes a pagar 16 % enquanto os inglezes pagavam 15 %.

Atirados os navios da esquadra no ancoradouro de S. Bento, pois delles não mais precisavam os homens do governo, visto a vigilância das costas estar entregue aos navios inglezes, que nellas podiam construir, recompôr, fabricar e extrahir madeiras.

«Era necessario accomodar gente que vivia do Thesouro que d'essa e não de gente industriosa sem habito de trabalho, foi que principalmente se compôz o sequito da Côrte de Lisboa transferida para o Brasil, e accrescia ainda a isso a chusma de cavalleiros de industria que abrigados, sem merito, à sombra do patronato, pretendiam o pão do Estado, como uma recompensa publica da sua fugida para as nossas praias. (Conselheiro Manoel José de Souza França. *Retrospecto sobre os erros da administração do Brasil desde sua Independencia como causa principal do atrazo de sua prosperidade politica*) 1848.

Abandonados os navios, como dissemos, foi preciso procurar logares para os muitos officiaes superiores que a manuficencia real mais alto elevava com a promoção geral feita no dia seguinte a sua chegada.

Como capitão de fragata na *não Rainha de Portugal* veio Miguel José de Oliveira Pinto, acompanhando a familia real.

Iniciára sua carreira naval em 6 de maio de 1793, depois de ter completado o curso mathematico de Besout na Academia de Marinha de Lisboa, embarcando-se então de voluntario na *não Santo Antonio*, em cujo navio foi promovido a Segundo Tenente, em 17 de dezembro do mesmo anno. Passou a embarcar na *não Princesa da Beira* a 2 de maio.

Promovido a Primeiro Tenente em 10 de setembro de 1795, nesse mesmo dia teve embarque na *não Principe Real*, Capitão tenente em 20 de outubro de 1790, no mesmo navio continuou embarcado até 30 de janeiro de 1797 quando então passou a servir na *não Tritão*; desta passou para a *Alfonso de Albuquerque* em 12 de outubro do mesmo anno.

Da *não Alfonso*, onde servio até 9 de julho de 1798 passou a commandar o bergantim *Falcão*. Tão infeliz foi neste commando que desette dias depois naufragou; regressou então para bordo da *não D. Alfonso*, em cujo navio se distinguio por occasião do ataque a Tripoli. Foi, por esse motivo, promovido ao posto de capitão de fragata a 27 de julho de 1799, com a clausula porem de não prejudicar antiguidade,

De bordo da mesma *não*, passou como Major da Esquadra, para a *não Rainha*, em 17 de Abril de 1800, na esquadra que seguiu para as ilhas do Cabo Verde, Benguela, Angola e diferentes portos do Brasil. O decreto de 23 de maio de 1800 mandou contar-lhe antiguidade do posto de fragata da data d'elle, em diante. Em 18 de junho de 1805, passou no Brazil para a *não D. João de Castro*, em cujo navio regressou para Portugal.

Ao ordenar-se o preparo da esquadra que jazia abandonada no Tejo para conduzir os soberanos e a côrte nos angustiosos dias de novembro de 1807, devido a politica de tergiversações empregada por Portugal, ora com a França ora com a Gran-Bretanha, relativamente ao bloqueio continental, teve embarque na *não Conde D. Henrique*, o capitão de fragata Oliveira Pinto, em 4 de novembro d'aquelle anno.

Sob o commando do capitão de mar e guerra José Maria de Almeida, largou do Tejo no dia 27 de novembro, participando a *não* do mesmo dismantelo em que se achavam os demais navios, em demanda da colonia que durante tres seculos bradava em vão por justiça. Nesse

navio veio a companhia de guardas marinhas com o seu commandante o chefe de divisão José Maria Dantas Pereira, seus lentes e professores.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, recompensado foi Oliveira Pinto, como foram galardoados todos os demais officiaes com um posto de accesso. Assim é que por decreto de 13 de Maio de 1808, contado porém a antiguidade de 8 do mesmo mez, dia da chegada, foi promovido ao posto de capitão de mar e guerra.

Na Bahia a 15 de fevereiro, quando lá aportara a esquadra, havia Oliveira Pinto desembarcado da não.

Com o estabelecimento da corte no Brazil, deu-se inicio a organização dos serviços; o decreto de 18 de maio tratou sobre os Arsenaes.

Havendo necessidade de se aproveitar as abundantes e valiosas madeiras de nossas florestas e cortar-as convenientemente em tempo proprio, foi por officio de 11 de agosto, consultado sobre o modo de fazel-o o illustrado e emerito brasiliense José da Silva Lisboa, a cuja logica já cedera a corte portugueza, embora a contra gosto, mandando abrir os portos do Brazil ao commercio mundial. A razão desta consulta estava no facto d'aquelle illustrado economista, ser, havia cinco annos, o suppridor aos arsenaes reaes da Bahia, de madeiras de sua fazenda para a construção de barcas, canhoneiras, para uma não e uma fragata.

Sobre o assumpto enviou o preclaro tratadista as mais profundas e preventidas instrucções, não somente sobre o corte dellas, como sobre a conveniencia de serem reservadas florestas para a Fazenda Publica.

De posse o governo de tão preciosas informações, não só poz em execução as ideas de Silva Lisboa, como ordenou em 24 de outubro de 1808 ao capitão de mar e guerra Oliveira Pinto que seguisse para as margens do Manbucaba afim de examinal-as, bem como as immedições comprehendendo a Ilha Grande, e informar relativamente ao corte de madeiras que ali se podessem fazer.

Creado o Arsenal de Santos, foi elle nomeado intendente interino em 9 de março de 1809, ficando encarregado de cumprir a commissão em que se achava.

Promovido a Chefe de Divisão em 13 de maio de 1810, continuou na mesma commissão naquelle commodo posto administrativo até que foi graduado no posto de chefe de esquadra em 1819.

Chegou o anno de 1821. Partira D. João para Portugal, deixando como seu delegado no governo do Brazil o seu primogenito D. Pedro, que por decreto de 8 de junho, de accordo com as bases da Constituição, em preparo pelas cortes e que havia jurado, mandou que fossem essas bases publicadas e juradas em todas as provincias do Brazil.

A agitação que se operou em todo o paiz, fez abalar todo o mecanismo corroido da antiga administração implantada durante seculos pela metropole. Sentiam-se os filhos da colonia com forças precisas para se organisarem no sentido da conveniencia publica. Já não faziam praça os alvarás que lhes prohibia saber ler ou escrever para não terem ideas subversivas ao dominio de el-rei Nosso Senhor, nem tão pouco de serem marinheiros ou possuidores de navios.

Convencidas as cortes reunidas em Lisboa que a colonia que dera aureola a Portugal para se apresentar como potencia portadora de voto no concerto das primeiras nações da Europa, lhes ia escapar, por estar em condições de exigir a sua emancipação, começaram a esbulhal-a das garantias e direitos conquistados pelo valor de seus filhos.

Os primeiros liames que nos prendiam á metropole foram seccionados por Silva Lisboa, com a abertura dos portos.

Vinha a vez de José Bonifacio de arrancal-os, convencendo o regente da operação necessaria a separação da monarchia xyphopaga que fizera D. João. Estabeleceo-se desde então entre os nacionaes a unidade de pensar e de acção que deveria ser seguida pelos chefes do partido politico formado. Para evitar commoções e abalos que no seu entender não eram de desejar, foi convidado o governador da Provincia de S. Paulo, João Carlos Augusto de Oyenhausen, o futuro marquez do Aracaty, para a exemplo das demais provincias, mandar publicar e jurar as bases da nova Constituição e dar-se por exonerado de seu cargo e entregar o governo a uma junta eleita pelo povo.

Fiel á Côrte, Oyenhausen, apenas mandou publicar por bando de 13 de maio a adopção do novo regimen na Provincia, deixou-se primeiro ficar no logar de governador.

Em S. Paulo só havia necessidade de um homem para fazer sentir ao governador que sua missão estava terminada, e que seria inutil querer prolongar a existencia de um regimen repellido por todos. Esse homem foi José Bonifacio de Andrade e Silva, o Grande Brasiliense que pelo seu saber se tinha imposto a consideração alienigena e de seus concidadãos pelo seu patriotismo, o genuino representante de nossas aspirações. Acclamado chefe, como bom politico, depois de fazer conhecer a Oyenhausen das disposições em que se encontravam os paulistas em elegerem um governo e que para elle governador não puzesse embaraços, convidava-o a declarar-se exonerado. Cumprida a missão que lhe fôra confiada, julgou de bom aviso, fazer concessões, para não augmentar o despeito dos portuguezes, já muito irritado, embora tivesse José Bonifacio por si, a força e o povo.

Assentado entre os chefes da revolução os nomes dos membros da Junta Governativa, que seria feita por aclamação no dia 23 de junho, foi convidado José Bonifacio, por uma deputação, a vir no largo de S. Gonçalo em frente ao Paço Municipal do novo governo. Em consequencia dessa solicitação, n'elle se apresentou, calmo e firme, acclamado e recebido ao som de todas as bandas de musica ali presentes.

Não queria no entretanto José Bonifacio tomar logar de destaque porque, dizia, haviam companheiros de serviços de alta monta e que se julgavam competentes para levar a termo o movimento iniciado, por isso de modo algum os queria preterir.

Solidario com seus companheiros, não se excusou em assumir a responsabilidade das deliberações de seu partido, que era a emancipação da patria.

Ao assumir a direcção dos trabalhos, dirigindo-se aos circumstantes disse: Meus amigos! Pouco tenho a vos dizer. Aqui vim para fazer a vossa vontade e resolvido a defender nosso direito por maior que seja o sacrificio a que me possa impôr (*Vivas acclamações e applausos*).

« E vós, meus patricios e velhos conhecidos, bem sabeis, que não sou capaz de faltar a minha palavra (*E' verdade! E' verdade!*) »

Só uma cousa desejo, e é que n'esta reunião, em que o povo de S. Paulo se apresenta reclamando o direito de se governar por mandatarios escolhidos directamente por elle, e se mostra disposto a fazer votar esta sua vontade, saiba elevar-se á altura de sua justa pretensão, mantendo a ordem, respeitando a opinião de cada um, procedendo com a

maior calma, esquecendo resentimentos, deixando de lado prevenções, finalmente correndo com um véo sobre o passado, pois só assim unidos poderemos cuidar dos interesses da patria, a qual para no momento poder ser seria e efficazmente amparada, precisa ver-se rodeada de todos os seus filhos.

« Para que se não annulle o trabalho a que nos vamos entregar, é absolutamente indispensavel, que seja producto da união de todos os paulistas. Desta condição depende a força do governo que vamos eleger.

« Só poderá o governo de S. Paulo merecer a sancção da opinião e acatamento e o respeito das pessoas honestas e sensatas, de que precisa para manter-se com prestigio, si sua eleição se realisar com ordem e com toda a liberalidade.»

« Conto que saberemos todos cumprir nosso dever » (*Cumpriremos! Cumpriremos! Acclamações!*)

No meio de profundo silencio annunciou então José Bonifacio:

Para presidente. João Carlos Augusto de Oynhausen; Para vice-presidente. . . No meio de vivas e acclamações pelo povo foi proposto José Bonifacio, que só poudo continuar a leitura dos subsequentes nomes propostos, depois que fez signal de assentimento ao nome proclamado: Secretario do Interior e fazenda Martim Francisco Ribeiro de Andrade; Secretario da Guerra o coronel Lazaro José Gonçalves e Secretario da Marinha o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto.

Além destes foram acclamados outros, pelo clero, pelas armas, pelo commercio, pela instrução publica e pela agricultura.

Pelo commercio foram escolhidos o coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz e o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão. O primeiro destes como veremos foi um dos acerrimos opposicionistas.

Devido a sua escolha para membro da junta do governo de São Paulo, entrou o chefe de esquadra para a administração deixando o lugar que a tantos annos exercia. Sómente a 2 de Julho, tomou posse do cargo para que fora eleito por acclamação.

Não descanzavam no entretanto os agentes das Côrtes portuguezas. No Rio de Janeiro o general Avilez de Souza França; na Bahia o general Madeira; na Cisplatina, o brigadeiro D. Alvaro de Macedo; no Pará, no Maranhão, enfim, em todos os pontos do Brasil começavam a tomar corpo as ideas do Congresso Luzitano, espalhadas por seus executores, e assim em S. Paulo onde chegaram.

Pouco antes da acclamação do novo governo, um dos batalhões estacionados em S. Paulo, tentára revoltar-se; seis dias depois d'ella, irrompeo em Santos a sublevação do 1º batalhão de caçadores, sob o pretexto de augmento de soldo. Sabedores que seriam enviados para Portugal, procuravam por suas mãos, como faziam os demais, levar as mochilas recheiadas. Committeram por essa razão toda a especie de atropelos; arrombaram o almoxarife, apoderaram-se das armas, invadiram casas, repartições publicas, prenderam empregados e capitalistas cujas liberdades foram arrançoadas sendo o producto dividido entre elles. Não contentes, para que não sahisse o brigue de guerra *Boa-Fé* ancorado no Porto contra elle fizeram fogo e do mesmo modo sobre os mercantes, para de suas cargas se apoderarem.

De S. Paulo para dominal-os partio o segundo batalhão de caçadores, levando officiaes de toda a confiança e com instrucções precisas.

No dia 6 de Julho deu-se o encontro com os revoltosos, que foram batidos e feito prisioneiros.

Restabelecida a ordem, foi convocado conselho de guerra que absolveu poucos; a trabalhos forçados foram condemnados 115 e a força sete. Destes ultimos, cinco delles, os que fizeram fogo sobre o brigue de guerra *Boa-Fé*, com uma peça de que se haviam apoderado, foram enforcados nos laizes da verga do mesmo brigue e dous levados para São Paulo, onde soffreram a pena ultima, para exemplo dos perturbadores da ordem que infestavam a cidade.

A prompta e energica acção do governo mostrou o proposito em que se achava de não admittir perturbações da ordem, nem consentir em rebelliões.

Desse exemplar castigo aproveitaram-se os inimigos de Martim Francisco, para mais acirrare os portuguezes contra os filhos do paiz. Mais violenta se tornou a campanha, quando este se negou a commutar a pena de *Chaguinhas*, um dos cabeças da revolta. Surdamente espalhavam, os reaccionarios alliados aos descontentes inimigos de ambos os Andradas, que nelles viam obstaculos aos seus interesses, que a revolta e o consequente castigo inflingido aos soldados portuguezes era obra de Martim Francisco. Com isto pretendiam abalar o prestigio que gozavam os dous illustres brasilienses.

Ao chegar a S. Paulo, a 24 de dezembro, a noticia de que as côrtes luzitanas pelos decretos de 30 de setembro e de 1 de outubro, queriam de novo escravisar o Brazil, dividindo-o em circumscripções autonomas entre si, unicamente subordinadas ao governo de Lisboa, obrigar a D. Pedro a embarcar-se para Portugal, no que estava resolvido, sobressaltou-se José Bonifacio, pois com isto via maiores embaraços a solução do problema de nossa emancipação.

Nessa mesma noute, conseguiu reunir seus companheiros de governo e convenceu-os da conveniencia de se dirigirem a D. Pedro para que não abandonasse o Brazil.

Com os demais membros do governo assignou o chefe de esquadra Oliveira Pinto a representação dirigida a D. Pedro, memorial este cuja leitura conta-se, tal impressão causou no espirito de D. Pedro, que, ao terminal-a, declarou abolida de sua mente a resolução de dar cumprimento ao determinado pelas Côrtes. Desse documento fez remessa a D. João VI.

A escolha de José Bonifacio para ministro fez temer a muitos dos despeitados de S. Paulo, principalmente aquelles que desgostosos com as exigencias de Martim Francisco a este se oppunham. Não dava Martim Francisco quartel a inimigos e amigos, habituados a defraudarem o fisco em proveito proprio e aos exploradores do poder.

Congregados os adversarios, dirigidos pelo ouvidor da comarca, Costa Carvalho, futuro marquez de Monte Alegre, no segundo imperio, cioso do prestigio dos Andradas, a elles se uniram Oyenhausen, o coronel Francisco Ignacio, vogal do governo provisório pelo commercio e escolhido por José Bonifacio, commandantes das tropas milicianas e os demais membros do governo de origem portugueza.

Não perdoavam a Martim Francisco e ao coronel Jordão o côrte de abusos que acarretavam prejuizos aos protegidos daquelles. Quanto mais cerceavam os illustres membros brasilienses as immoraes nôrmas de viver á custa do fisco e do povo, por consequencia mais crescia a opposição ás suas pessoas.

Em seu interesse politico accellou Costa Carvalho o apoio de todos os portuguezes, que bem sentiam, cada vez mais, se enfraquecerem os liames existentes entre a colonia e a metropole, e a perda de sua preponderancia na administração publica.

De accordo com Madeira, na Babia, e D. Alvaro de Macedo na Cisplatina, esperavam forças de Lisboa, que desembarcadas em Santos, facilmente se apoderariam da capital e de toda a provincia; deste modo obrigariam D. Pedro a abandonar o Brazil. Para isso conseguira Oyenhausen a nomeação de seu ajudante de ordens o capitão José Antonio da Silva Valente, (filho do desembargador do mesmo nome, a alma damnada escolhida pelo conde de Rezende para macular, porém em vão, a honra do brilhante filho do Brazil o brigadeiro Coimbra) que levou instrucções para proteger qualquer tentativa de desembarque. Esse governador da praça de Santos, para successo do tentamen, chegou a mandar encravar a artilharia das fortalezas da barra. Apandilhado com Oyenhausen e com os demais estava o chefe de esquadra Oliveira Pinto. Embora a sorrelfa e a cautela empregadas, teve denuncia Martim Francisco do proceder dos conspiradores; sem mostrar-se conhecedor do segredo, interpellou seus dous collegas de governo, apontados como membros da trama, Negaram elles, dizendo calumniosa a imputação e que a seu lado estariam em qualquer occasião.

No entretanto de sorrate trabalhavam Oyenhausen, tenente coronel Francisco Ignacio, o protector das escandalosas concessões, tenente coronel Antonio Quartim, coronel Daniel Pedro Muller, e chefe de esquadra Oliveira Pinto, membros do governo; o brigadeiro Leme, coronel Amaral, tenente coronel Crispim, sargento-mór Paulo Macedo, Pereira de Oliveira, capitão Silva Valente Nogueira, monopolizador do fornecimento de carne verde, Moraes, Pedro Taques, tenente Pinto Homem, Pinto Mamede, Pinto Maia Corrcia de Mello e Silva Telles, tendo por mentor Costa Carvalho.

Com surpresa, receberam no dia 21 de maio, o presidente Oyenhausen e o ouvidor Costa Carvalho, ordens transmittidas por José Bonifacio, para que, em nome de D. Pedro entregasse o primeiro, o governo, ao seu immediato e o segundo ao seu substituto e que ambos sem perda de tempo se recolhessem ao Rio de Janeiro.

Immediatamente foi destribuida senha aos conjurados para reunião e deliberada entre elles a deposição de Martim Francisco e de Jordão para o dia 23.

Sabedores mais ou menos estes ultimos do que se havia passado e do que se preparava, foram muito calmamente no dia aprazado, para a sede do governo, onde tomaram seus assentos, a espera do que se annunciava.

Com excepção de Francisco Ignacio, que ficou a preparar seus milicianos, apresentaram-se com refalsada hypocrisia os demais membros do governo e entraram a deliberar.

A acta que foi lavrada é o osculo de Judas e participante della o chefe de esquadra Oliveira Pinto, com Oyenhausen, Pedro Muller e Quartim. Diz ella «1º Leu-se e approvou-se a acta da sessão antecedente. 2º Leram-se e mandaram cumprir e registrar as portarias expedidas pelo Ministerio, entre as quaes foi a de 10 do corrente, pelo qual Sua Alteza manda chamar ao Rio de Janeiro o excellentissimo senhor Conselheiro João Carlos Augusto Oyenhausen, presidente deste governo, para objectos de Estados, e em consequencia se mandaram ex-

pedir as ordens necessarias, communicando esta resolução ás autoridades constituidas da provincia, e as providencias precisas para a jornada de sua excellencia; *ordenando-se outrossim que enquanto sua excellencia não sahir desta cidade se lhe peça o santo e se lhe entreguem todos os officios e se lhe dê parte do acontecido.* 3.^o Deliberou mais que o excellentissimo Snr. *Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretario do Interior e Fazenda, que como immediato vae entrar na presidencia interina deste governo e da Junta da Fazenda, conserve todavia as pastas de suas repartições.* 4.^o E com estas deliberações se deu por finda a presente sessão extraordinaria de que se lavrou a presente acta que foi assignada por suas excellencias. Palacio do Governo de S. Paulo 23 de maio de 1822.

Vencido estava o partido nacional com a simulada sedição popular que exigia a deposição dos seus illustres chefes liberaes, e consequente deportação do primeiro para o Rio de Janeiro e para Santos, do segundo, isto no dia 29 do mesmo mez.

Para maior affronta a Martim Francisco fizeram-n'o acompanhar por um official até o Rio de Janeiro, com a missão de espional-o. Ao chegar foi este preso e submettido a processo, e Martim Francisco oito dias depois escolhido para assumir a pasta da Fazenda. Começava assim a reparação.

Comprehendendo diversos membros da junta o rumo que tomavam os acontecimentos renunciaram seus logares, ficando por isso o governo reduzido a Oyenhausem, Oliveira Pinto, Daniel Muller e Taborda Alvim, como vogaes.

Scientificado das disposições do decreto de 25 de julho, pelo qual D. Pedro, havia declarado que *« não lhe podendo ser indifferente o modo illegal e faccioso com que os chamados povo e tropa da cidade de São Paulo, instigados por alguns desorganizadores e rebeldes, que, por desgraça da provincia se achavam entre os membros do seo governo, se tinham comportado; e querendo dar prompto remedio a taes desordens e attentados que diuturnamente iam crescendo; havia por bem cessar o governo »* e ordenar que opportunamente se procedesse á eleição de um outro.

Na mesma data, para maior humilhação teve que registrar e cumprir a carta regia assim concebida:

« Deputados do governo provisorio da Provincia de S. Paulo.

« Eu o Principe Regente vos envio muito saudar.

« Sendo-me presentes os vossos officios de 24 de maio e 11 do corrente em que me participaste as duvidas que occorreram e se vos offereceram para não cumprir as portarias de 10 e 21 do dito mez de maio em que se vos ordenou fizesseis partir immediatamente para esta Corte o presidente do governo e o ouvidor nomeado para essa commarca de S. Paulo, *debaixo do falso pretexto de que assim vos requereram o povo e tropa dessa cidade, e porque assim o exigia o socego publico dessa provincia, rogando-me por isso que houvesse de approvar semelhantes medidas; informado eu, porém, dos verdadeiros motivos que deram causa ao molim de 23 do dito mez, em que a tropa miliciana e um punhado de miseraveis e facciosos dentre o povo foram instigados e seduzido por alguns de vós e outros vossos apaniguados, com manifesta desobediencia e rebeldia á minha real autoridade, como Principe Regente desse Reino do Brasil e seo Perpetuo Defensor, e contra o juramento que-me prestaste no dia da installação desse governo; portanto dese-*

jando eu que fique para sempre illibada a honra dessa briosa e leal Provincia de S. Paulo, a quem eu e este Reino do Brasil tanto devemos; vos ordeno que logo deis fiel e prompta execução ás ditas portarias acima mencionadas, debaixo da mais rigorosa responsabilidade para comigo e para a Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa que mandei convocar.

«O que me pareceo participar-vos para vossa cabal intelligencia e fiel execução.»

A pretexto de não ter sido nomeado quem o substituísse, continuou Oyenhausem no exercício do governo, apoiado na tropa miliciana e pelos demais.

Para debellar a revolta mandou D. Pedro seguir para S. Paulo dous corpos de milicianos, os mesmos que d'ali tinham vindo para o Rio de Janeiro, afim de apoiá-lo quando ameaçado por Avilez; nomeou o marechal Candido Xavier de Almeida e Souza brasileiro nato, governador da praça de Santos, tendo sob suas ordens a força que ali se encontrava, destinada a garantir a Provincia contra a propalada invasão luzitana. No brigue *Principesinho* sob o commando do capitão tenente Theodoro Alexandre de Beaurepaire, sahido a 28 de julho para Santos, ordenou que fossem terminadas as obras de uma barca canhoneira que se construia no Cubatão, entendendo-se para isso com o capitão de fragata Faustino José Schulz, ajudante do intendente de marinha a quem tambem transmittio instruções para trabalhar de combinação para submissão dos revoltosos.

Estava no governo provisório de S. Paulo, Oliveira Pinto que desde a partida de Oyenhausem e Costa Carvalho, no dia 17 de Julho o assumira. Começaram desde então os promotores da bernarda de 23 de maio a debandar e a ir implorar do Principe Regente o perdão pela obra que fazião em bem da recolonisação do Brasil, pondo-se á frente do pensamento do proprio D. Pedro, em principio propenso a obedecer as ordens de Lisboa. Outro membro do governo Francisco Ignacio de Souza Queiroz, estava prompto a seguir o mesmo caminho dos outros dous.

Aconselhado por José Bonifacio, resolveo D. Pedro ir pessoalmente a S. Paulo, afim de pôr um paradeiro ao ludibrio que na capital lhe lançavam os seus pseudos amigos que se achavam no governo provisório.

Partio D. Pedro no dia 14 de Agosto, por terra, levando em sua companhia D. Luiz de Saldanha da Gama, futuro marquez de Taubaté. Sua comitiva, composta de seu inseparavel companheiro e *factotum* o tenente Francisco Gomes da Silva *Chalaca*, como era mais communmente conhecido, o major Francisco de Castro e Mello, e dos criados do Paço, João Carlota e João Carvalho.

Na fazenda de Santa Cruz, primeiro pouso ali se apresentou Oyenhausem, que em cumprimento ás ordens de D. Pedro seguia para o Rio de Janeiro. Procurou fallar ao principe, porém, este negou-se a recebê-lo, fazendo saber ao mesmo que se entendesse com José Bonifacio, que resolveria de accordo com o que fosse de justiça.

Diga-se de passagem que mais tarde quando D. Pedro voltou-se novamente para o partido portuguez, foi o marechal de campo João Carlos Augusto Ulrico d'Oyenhausem e Gravenberg, nascido em França, quando seu pae o conde D. Carlos Augusto, casado com a marquezza de Alorna, lá se achava em serviço de Portugal, foi feito senador

pelo Ceará, elevado a marquez de Aracaty, ministro dos estrangeiros e da marinha e por fim ludô abandonou no Brasil, cuja nacionalidade havia abraçado, para acompanhar D. Pedro quando abdicou. Costa Carvalho foi elevado também ao marquesado.

Ao chegar em Mogy das Cruzes, recusou-se D. Pedro a receber duas comissões, uma enviada pela junta de S. Paulo e outra pela Camara Municipal que em nome daquellas corporações vinham cumprimental-o e acompanhá-lo. A razão deu elle, por serem representantes de um governo já dissolvido.

Recbido festivamente em S. Paulo onde chegou com luzido acompanhamento e no meio de aclamações, firmou o seu prestigio.

No dia 26 de agosto houve cortejo e beijamão em palacio. Diz Canto e Mello, na descripção que fez da viagem de D. Pedro a S. Paulo, que notou-se n'essa occasião que achando-se S. A. alegre e pranteiro, recebendo as pessoas que o vinhão cumprimentar, ao apresentarem-se o coronel Francisco Ignacio o principal coripeu da *Bernarda de 23 de Maio* e o intendente de marinha de Santos, Miguel José de Souza Oliveira Pinto, tornou-se S. A. severo e reservado e no mesmo acto, negou-lhes a mão, ordenou que ambos seguissem immediatamente para a côrte, o que cumpriram.

Já antes tinha passado pelo dissabor de ter sido obrigado a dissolver a brilhante guarda de honra que organisára para receber o Regente, porque este o recusou, pois que não devia receber homenagens de sediciosos.

O decreto de 3 de outubro de 1822 veio dispensal-o do lugar que por tanto tempo occupou.

Tendo adherido a nacionalidade brasiliense, por decreto de 22 de janeiro de 1826, foi nomeado conselheiro do Conselho Supremo Tribunal Militar.

Em 12 de outubro de 1827, teve effectividade no posto de Vice-Almirante.

Reformado em conformidade da Lei por virtude da Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 16 de outubro de 1832.

Falleceo em 15 de janeiro de 1847.



Manoel Antonio Farinha

(CONDE DE SOUZEI.)

Almirante

Nasceo em Portugal

É sem duvida Manoel Antonio Farinha um dos mais distinctos officiaes da marinha portugueza, que, ao dar-se a nossa independencia, adheriram á causa do Brasil e a ella prestaram seus serviços; não lhe regatearam honras os soberanos a quem dedicadamente servio.

Sendo discipulo da Academia de Marinha em Lisboa, aonde completou o curso mathematico de Besout, embarcou como voluntario em 3 de junho de 1793 na fragata *Cysne*, então sob o commando do capitão de mar e guerra Oxford; nesse navio foi promovido ao posto de Segundo Tenente em 16 de dezembro desse mesmo anno.

Da ilha da Madeira, onde se achava, regressára em 14 de novembro com a *Vasco da Gama*, trazendo um navio francez que se achava detido n'aquelle porto.

Da fragata passou para a não *Conde D. Henrique* em 22 de julho de 1795, sendo promovido a Primeiro Tenente em 10 de setembro e a Capitão Tenente em 20 de outubro do anno seguinte.

Em 18 de maio de 1799, da fragata em que servia passou a embarcar na *Carlota* e no anno seguinte a 5 de agosto para a não *Maria I.*

Novamente embarcado na fragata *Carlota* em 19 de setembro de 1804, veio ao Brasil; de regresso conduziu esse navio o que havia produzido a *subscrição voluntaria* de abril daquelle anno, «ordenada pela carta regia aos governadores das Capitánias para que convocassem os povos e lhes expuzessem as effectivas condições da monarchia e os convencessem de soccorrel-a com dinheiro.» Na capitania de Minas Geraes havia produzido 252:000\$000.

Promovido a capitão de fragata em 17 de dezembro de 1806 passou a servir no anno seguinte á bordo da não *Principe do Brazil*.

Obrigada a familia real portugueza a buscar refugio no Brasil, devido a invasão de Portugal pelas tropas francezas, ás ordens de Junot, foi o capitão de fragata Farinha mandado embarcar, na vespera da partida, como immediato da não *Martim de Freitas*, isto a 25 de novembro de 1807.

Fez-se ao mar a esquadra portugueza, protegida pela ingleza em demanda da colonia americana.

Chegados que foram alguns navios da mesma esquadra ao Rio de Janeiro, enquanto outros ancoravam na Bahia, um accidente veio dar o commando da não a seu immediato.

No dia 30 de janeiro de 1808 o commandante da náó, o capitão de mar e guerra d. Manoel de Menezes ao descer a escada da náó *Rainha* para o escaler, embarçando-se na sua espada, escorregou, cahio ao mar, perecendo afogado.

No commando da náó *Martim de Freitas* se conservou o capitão de fragata Farinha por pouco tempo, pois tendo chegado ao porto do Rio de Janeiro a familia real a 8 de março, o principe regente para galar-doar seus officiaes, promulgou nesse dia um decreto promovendo-os. Assim foi o commandante da náó promovido a capitão de mar e guerras e em 26 de abril nomeado commandante da fragata *Minerva*, em substituição de Rodrigo Lobo, que fora elevado ao generalato.

No commando da *Minerva* tambem pouco se demorou, pois a 17 de novembro passava ao commando da náó *Afonso* em 6 de maio de 1811, até que passou a commandar a náó *D. Sebastião* em 21 de março de 1815.

Esse navio mandado preparar com o maximo conforto e luxo possiveis tinha que transportar a Cadiz as infantas noivas de Fernando VII e de D. Carlos. Desta feita não foi necessario proceder como se fizera um pouco mais de um seculo antes para se obter o dote. A carta regia de 12 de abril de 1727 ordenára que se fizesse ver aos moradores da capitania a obrigação que lhes occorria de concorrerem com um consideravel donativo para as despezas dos casamentos de um principe e de uma princeza de Portugal, aquelle com o infante de Hespanha e esta com o principe das Asturias. Esse donativo foi de 125 arrobas de ouro que valia naquelle tempo 1\$500 a oitava. Por aquelle mesmo tempo outro donativo foi ordenado aos povos de Minas para as despezas do casamento da infanta D. Catharina com o rei da Gran Bretanha e que attingio a 600 contos, avaliado o ouro tambem a 1\$500 a oitava.

Dava-se por esse tempo a morte de D. Maria II, passando a corôa a D. João VI que por ordem regia de 26 de maio de 1816 mandava celebrar na villa de Campanha da Princeza pomposas exequias pela morte de sua progenitora e luto obrigatorio em todo o termo por um anno, sendo seis mezes rigoroso.

Em attenção a maneira pela qual se desempenhou da honrosa commissão do transporte das infantas e do commando da náó foi promovido a Chefe de Divisão em 9 de dezembro de 1816.

Em 16 de janeiro de 1817 passou a commandar a fragata *Perola*.

O contracto de casamento do primogenito de D. João realisado em 1 de junho de 1817 na côrte de Vienna d'Austria, com a archiduqueza Maria Leopoldina, pelo Marquez de Marialva, embaixador de D. João junto áquelle governo, onde se apresentou em 17 de fevereiro com uma pompa e esplendor que encheo de admiração os habitantes da margem do Danubio, foi celebrado com magnifico e sumptuoso baile, em applauso a tão-auspicioso acontecimento.

O brilhante e apparatuso diplomata, despendeo naquella festa a que assistiram duas mil pessoas, mais de um milhão de florins e para maior ostentação fez presente dos edificios que para elle mandara levantar e de seus adornos e baixella de ouro aos pobres da cidade de Vienna, em cujo edificio se deu outra função popular, distribuindo-se por elles o rendimento que produzira.

Mais tarde a Villa da Campanha da Princeza, a 11 de junho de 1819, porém a sua custa, era obrigada a celebrar festas durante tres dias

pelo nascimento da princeza da Beira, filha do principe regente, depois D. Pedro I, conforme determinou o Governador de Minas Geraes.

Para o transporte da futura imperatriz, com todo o conforto e luxo correspondente foram preparados diversos navios, e na não *D. João VI* alvorou o seu pavilhão o chefe da divisão Manoel Antonio Farinha no dia 13 de maio de 1817.

A 14 de agosto suspendia de Liorne, depois de sumptuosas festas em Vienna e Florença; da famosa não, trazendo a seu bordo a futura imperatriz do Brasil, seguida a não pela *S. Sebastião*, onde vinha o embaixador austriaco com sua comitiva e outros fidalgos; a esta divisão reunio-se no estreito de Gibraltar a fragata austriaca *Augusta*.

Na ilha da Madeira, demorou-se tres dias, onde foi recebido faustosamente.

No dia 5 de novembro dava fundo no Rio de Janeiro a divisão e no dia 6 desembarcou a illustre princeza que com o seu espirito e sagacidade veio a ser a mais forte columna da nossa independencia politica pela cooperação dentro e fóra do paiz. N'ella tinha José Bonifacio uma alliada de alto valor.

Em galardão a tão prestimosos serviços foi o chefe de divisão Manoel Antonio Farinha promovido a chefe de esquadra graduado em 15 de novembro.

Da não *D. João VI* desembarcou em 4 de junho 1818.

No anno seguinte a 13 de maio de 1819, foi promovido a chefe de esquadra effectivo.

Nomeado major general da armada em 26 de feiveriro de 1821 teve que ver-se com os preparativos da esquadra que deveria levar de regresso a Lisboa a familia real.

Por decreto e instrucções de 22 de abril que regularam a administração e governo do Principe Regente D. Pedro, foi nomeado o chefe de esquadra Farinha para o lugar de Secretario de Estado interino na Repartição de Marinha.

Antes, pretendia D. João deixar-se ficar no Brasil e enviar a Europa seu primogenito; os conluos nos baixos fundos do Palacio de São Cristovão de sua mulher D. Carlota Joaquina que anciava voltar a Portugal, fizeram-n'o ter proceder opposto.

A força armada existente no Brasil na sua maioria contraria ao desenvolvimento do paiz, simulando no dia 5 de janeiro de 1822 uma representação do povo, requereo que D. Pedro jurasse as bases da constituição decretada pelas côrtes portuguezas e que nomeasse outro ministerio, do qual fosse excluido o Conde de Arcos, amigo que suppunham do Brasil. Pagava certamente o Conde de Arcos o serviço que nos prestou, fazendo desembarcar os caixões em que iam os archivos referentes as cousas do Brasil, pelo que foi accusado.

Attendeo D. Pedro ao que era exigido, e na mesma data nomeou o chefe de esquadra Manoel Antonio Farinha, ministro e Secretario dos Negocios da Marinha.

Com a chegada dos decretos de 9 de dezembro, que intimavam D. Pedro a regressar a Portugal e ordenavam a entrega do governo a uma regencia, levantou-se o partido da independencia. Tão forte se manifestou elle que um mez depois conseguia de D. Pedro, com sorpresa da tropa portugueza, a desobediencia á determinação das

Côrtes e ainda mais que elle assumisse a direcção politica nacional amparada pela princeza, que desde logo amou o paiz que tão bem a recebera.

Independentemente do desejo dos nacionaes havia o interesse pessoal. D. Pedro pelas instrucções que acompanharam a sua nomeação para regente e lugar-tenente de el-rei no reino do Brasil, vinha a ser verdadeiro soberano, investido de poderes muito mais amplos do que os que as Côrtes de Lisboa reservavam para o proprio rei de Portugal.

Era comparavelmente mais poderoso no Brasil do que D. João e as mesmas Côrtes.

O general Avilez que planejava surprehender ao dia 11 no theatro de S. Pedro ou em S. Christovão a D. Pedro e sua consorte, e levar-os para a fortaleza de Santa Cruz, e dali fazel-os embarcar na fragata *União*, já preparada anteriormente para transportal-os á Lisboa, vio-se descoberto e obrigado depois de cercado pelas tropas brasilienses e povo, a capitular e passar-se para Nietheroy; dali, sob as ameaças dos canhões da *União*, *Liberal*, *Maria da Gloria* e duas barcas, com as tropas portuguezas, depois de muitas protellações, embarcou-se para Portugal.

Desde o dia 9 que fôra nomeado novo ministro, desta vez occupando a presidencia do conselho José Bonifacio, que fora chamado de São Paulo. Na pasta da Marinha conservou o chefe de esquadra Farinha.

A commissão vinda de S. Paulo para pedir a D. Pedro que não abandonasse o Brasil, havia desembarcado em Sepetiba no dia 17 de janeiro, encontrando ali não só as facilidades, em carros e cavallos com uma distincta recepção, graças ás providencias tomadas pela princeza Maria Leopoldina, que da fazenda de Santa Cruz ordenara onde se achava com seus filhos para fugir as perturbações e incommodos que lhe podiam causar a sublevação das tropas de Avilez. Em caminho encontrou-se José Bonifacio com D. Leopoldina, que reconhecendo-o e os demais membros da commissão, a elles se dirigio, offerecendo-lhes descanso na fazenda, offerta essa que não poderam acceitar; insistio porém a princeza dizendo que sentiria muito prazer, se quizessem os membros da commissão paulista conhecer seus brasileirinhos (referindo-se aos filhos) os quaes tencionava confiar á guarda dos paulistas.

Eram bem expressivas taes palavras, tanto mais partidas de quem, como era sabido, nos conflictos entre o Brasil e Portugal, D. Leopoldina se mostrava sempre inclinada para o nosso lado. A causa do Brasil tinha n'ella uma extrema defensora que muitas vezes a defendeo com vigor e desembaraço pouco communi ás pessoas do seo sexo.

Alleijoado em extremo á D. Pedro e á princeza que o distinguiram e vendo a maneira pela qual se dedicavam pela causa brasiliense, acompanhou-os o chefe de esquadra Manoel Antonio Farinha; no ministerio, começou a desenvolver a sua actividade e boa vontade. Coube-lhe a organização da primeira divisão que sob o commando do chefe de divisão Rodrigo de Lamare fora mandada á Bahia para d'ali fazer sahir a divisão luzitana ao mando do general Madeira, cujas violencias exigiam dos nacionaes um justo castigo.

Muito tinha que fazer a marinha para assegurar a periclitante união e dominar as agitações e mesmo a anarchia em que se encontravam algumas provincias devido ás resistencias oppostas pelos emissarios e partidarios das Côrtes.

O fracasso da comissão de de Lamer à Bahia reflectio-se sobre o ministro que não se sentindo com forças bastantes para arcar com as enormes difficuldades encontradas naquelle periodo de desorganisação, de lutas e de intrigas foi vencido. O momento exigia mais energia por parte dos nacionaes.

Proclamada a independencia a 7 de setembro, pedio o chefe de esquadra Manoel Antonio Farinha a sua exoneração do cargo de ministro que lhe foi concedida por decreto de 22 de outubro do mesmo anno, sendo substituido pelo capitão de mar e guerra Luiz da Cunha Moreira, brasiliense nato.

Por decreto de 24 de fevereiro de 1823 foi nomeado conselheiro do Conselho Supremo Militar, assim concebido:

«Attendendo aos serviços, prestimo e intelligencia de Manoel Antonio de Farinha, chefe de Esquadra da Armada Nacional e Imperial.

«Hei por bem Nomear-o Conselheiro de Guerra no Conselho Supremo Militar.

«O mesmo conselho o tinha assim entendido e faça executar expedindo os despachos necessarios.

«Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Fevereiro de 1823.

«Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial — *Luiz da Cunha Moreira.*»

O minguido soldo que então recebiam os officiaes, não permittia que pudessem viver nem mesmo embarcados, por isso procuravam as comissões de arsenaes e outras onde tinham miores proventos.

Não podendo subsistir-se, requereo que lhe fosse abonada uma gratificação o que conseguiu, pelo decreto que se transcreve:

«Havendo nomeado Conselheiro de Guerra ao Chefe de Esquadra Manoel Antonio Farinha e Attendendo ao que elle representou. Tendo consideração a que não tem bens patrimoniaes, nem recebe Pensão alguma do Thesouro Publico.

«Hei por bem Conceder-lhe a gratificação mensal de oitenta mil reis, que lhe será paga pela Contadoria da Repartição da Marinha, juntamente com o soldo de sua patente, e isto enquanto não tiver algum outro emprego cujo vencimento equivalha aquella gratificação, que desde então deverá de lhe ser abonada.

«Luiz da Cunha Moreira, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha o tenho assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

«Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1823.

«Com a rubrica de Sua Magestade Imperial — *Luiz da Cunha Moreira.*»

Sómente em 9 de agosto de 1824 foi promovido ao posto de vice-almirante graduado. Conservava-se o chefe de Esquadra Farinha e outros completamente arredados da actividade maritima, sempre esperançados que os officiaes estrangeiros que tinham accudido ao nosso apello, fossem retirados do serviço para então implantarem as doutrinas anteriores.

Tendo D. Pedro promettido visitar a provincia da Bahia logo que as circumstancias o permittissem, fez á 31 de janeiro de 1826 uma proclamação aos fluminenses annunciando-lhes a sua partida. Para tran-

sportal-o a Bahia, como a imperatriz e a princeza Maria da Gloria e 218 pessoas da comitiva, foi mandada preparar uma divisão naval composta da não *Pedro I*, fragata *Piranga* e *Paraguassu* e para commandal-a foi lembrado o chefe de esquadra, já barão de Souzel, Manoel Antonio Farinha nomeado por aviso de 13 do mesmo mez.

No dia 9 de fevereiro fez-se ao mar a divisão, acompanhando-a a fragata franceza *Arethuse* do commando de Gautier.

A 1 de Abril estava de regresso ao Rio de Janeiro a divisão e a 8 do mesmo mez desembarcou deixando o commando da divisão.

Para galardoar o barão de Souzel foi elle promovido a vice-almirante effectivo a 26 de março, vespera de sua chegada.

Voltou o barão de Souzel ao Supremo Tribunal. A lucta em que se achava empenhado o Brazil com as Provincias Unidas do Prata devido ao modo porque eram levadas as operações, consequencia da politica interna do paiz, prolongava-se sem vantagens decisivas para o nosso paiz. Querendo o Imperador activar-as com a sua presença, determinou emprender uma viagem ao Rio Grande do Sul onde esperava animar nas populações daquella provincia o enthusiasmo que havia resfriado. As provincias do norte nenhum auxilio enviavam porque a politica regional e pessoal fazia escurecer a meta para qual deveriam collimar os esforços de todos.

Para realisar o seu intento embarcou-se D. Pedro na não de seu nome, *Pedro I* onde alvorava o pavilhão o já conde de Souzel, cahido novamente em graças do imperante depois que esse, olhando seus interesses pessoais, entrara no caminho de uma politica opposta a que antes praticára. Sua propria esposa participava da versatilidade do seu character. Agora todos os seus carinhos não eram mais para aquella que sempre se collocou ao lado daquelles que desejavam o Brasil para seus filhos; todas as suas atenções eram para sua favorita Donatilia a futura marquezia de Santos.

Nomeado o conde de Souzel commandante da divisão naval em 10 de novembro de 1826, fez-se ao mar levando a fragata *Isabel*, escuna 1^o de *Dezembro*, corveta *Duqueza de Goyaz* dando comboio aos transportes *Argentino* e *Independencia Feliz* e aos mercantes *5 de Maio*, *Melindre*, *Annibal*, *Sociedade Feliz* e *Saudade do Sul*. A corveta *Duqueza de Goyaz*, só sahio no dia seguinte, com o general Brown para dar comboio ao transporte mercante *Rebecca* que não poudo sahir devido a diserção da maruja.

Conduziam os transportes o batalhão de caçadores n. 27 e o corpo de lanceiros.

A 30 de Novembro chegou o Imperador a Santa Catharina sahindo na madrugada seguinte, por terra, para o Rio Grande, onde pouca demora teve, obrigado a regressar inesperadamente, devido ao fallecimento da Imperatriz. A 15 de janeiro de 1827 estava no Rio de Janeiro; dous dias depois deixava o conde de Souzel o commando da divisão.

A morte de D. João VI a 10 de março de 1826, deixou installada um conselho de Regencia presidido pela Infanta d. Thereza Isabel, por decreto de 6 do mesmo mez. Pelo brigue *Provincia* recebeu D. Pedro o acto de aclamação, proclamando-o D. Pedro IV de Portugal.

Em 2 de maio, tres dias depois de decretada a carta constitucional da monarchia portugueza dada pelo Rei de Portugal e Algarves e Imperador do Brasil, foi publicado no Rio de Janeiro o acto de abdicção de

D. Pedro de seus direitos á corôa de Portugal em favor de sua filha d. Maria da Gloria, princeza do Grão Pará, sob condição, porém, de ter communicação official do juramento da Constituição e conclusão dos esponsaes desta princeza com seu tio o infante d. Miguel.

Este que se achava exilado em Vienna, após ter jurado a Constituição portugueza e reconhecido d. Pedro como legitimo successor de d. João, consentio em desposar a nova rainha, logo que esta alcançasse a maioridade.

Para transportar a joven princeza á Europa foi nomeado o conde Souzel em 23 de junho para commandar a divisão naval mandada aprestar para o alludido fim.

No dia 5 de julho partio a divisão composta das fragatas *Imperatriz* e *D. Francisca*, levando a joven princeza tendo por tutor o marquez de Barbacena. Este tinha por dever confiat-a a seo avô materno, Francisco I e ao mesmo tempo encarregado de tratar dos esponsaes de D. Pedro com d. Amelia de Leuchtemberg.

D. Miguel porém, logo depois de ter assumido as redeas do governo de Portugal, rompeo com os juramentos e compromissos publicamente tomados; declarou-se rei absoluto em julho. Quando em Setembro chegaram os navios em Gibraltar, teve conhecimento o conde de Souzel da mudança operada.

Assim foi D. Maria II, innocente criança de dez annos despojada do throno dos seus antepassados por um tio, irmão de seu pae e promettido companheiro de thalamo conjugal.

De Gibraltar partio a divisão para Falmouth onde teve ordem de demorar-se. Tendo-se realisado o casamento de D. Pedro em Munich, representado por seu embaixador, partio a princeza para Ostende, donde se embarcou para Plymouth, chegando a 27.

Na fragata *Imperatriz* embarcou-se a princeza no dia 30 de Agosto e em sua companhia a pequena rainha de Portugal e o joven principe de Luchtemberg, irmão da consorte imperial e na *D. Francisca*, toda a comitiva e o marquez de Barbacena. A 16 de outubro chegou ao Rio de Janeiro.

Promovido a almirante graduado o conde de Souzel a 18 de outubro, desembarcou a 21 do mesmo mez.

Foi nesso occasião agraciado com a ordem de Rosa, ércada por decreto de 17 do mesmo mez para comemorar a desembarque da nova *Imperatriz*.

A politica seguida por D. Pedro, cujo temperamento não se podia ajustar ao molde que elle mesmo projectára, veio demonstrar ainda uma vez que as expressões usadas por elle no celebre manifesto com que rompeo com Portugal — *Brasileiros está acabado o tempo de enganar os homens*, que de modo algum eram verdadeiras. Elle proprio disso se encarregara e por isso havia perdido toda a popularidade, sendo obrigado por fim a abdicar.

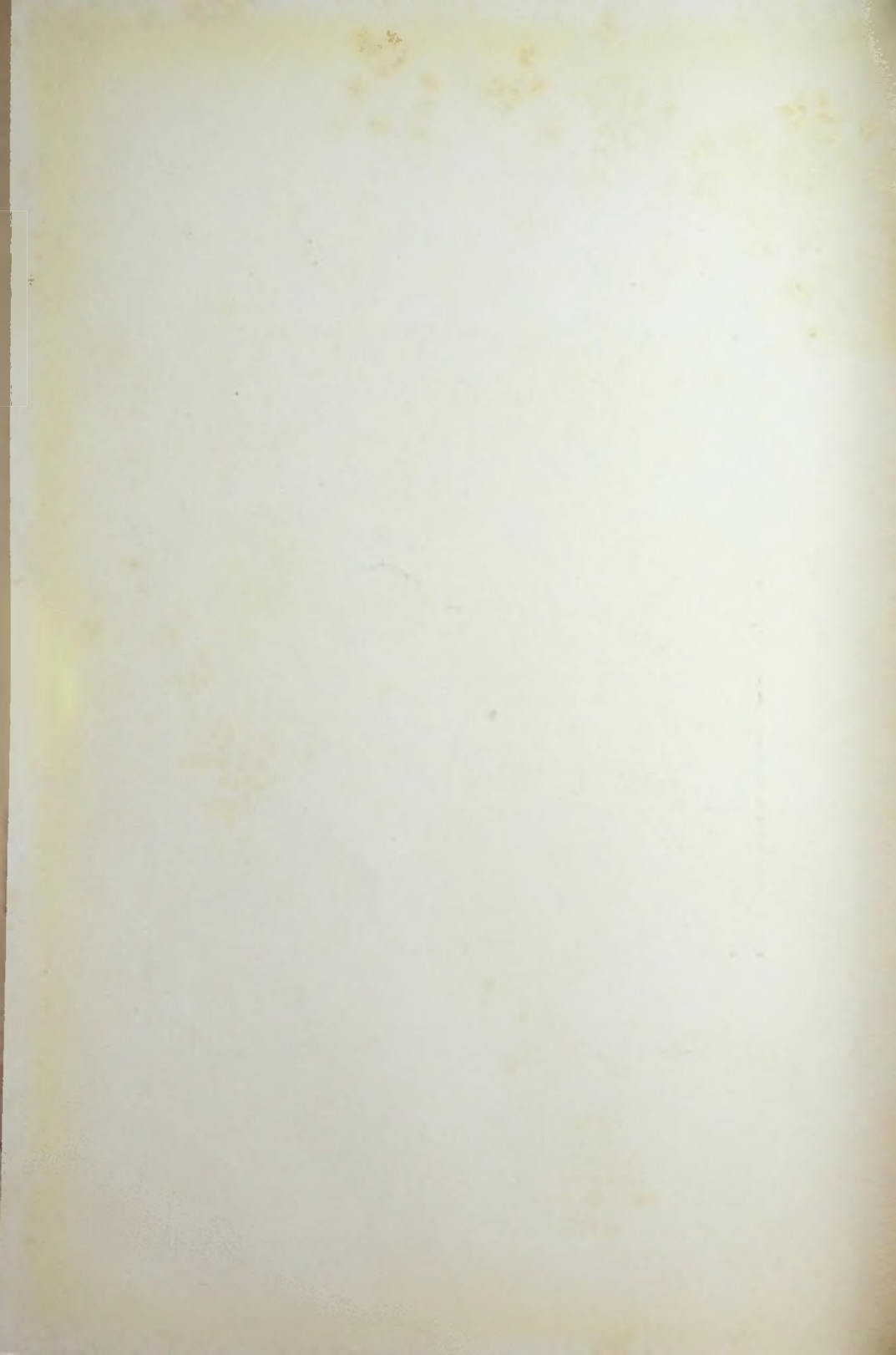
O almirante conde de Souzel que como vimos só á pessoa de D. Pedro prestára serviços, pois em commissão alguma, outra que não servil-o pessoalmente se dedicou, devido ao facto da abdicação, pedio e obteve reforma a qual lhe foi concedida em virtude da Resolução da Consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de setembro de 1832.

Falleceo a 27 de maio de 1842.





Diogo Jorge de Brito



Diogo Jorge de Brito

ALMIRANTE

Nasceu em Portugal

A 7 de maio de 1796, verificou praça de aspirante á guarda marinha na Academia de Marinha de Lisboa sendo promovido á guarda-marinha no anno seguinte a 8 de Abril. Sub-brigadeiro dos guardas-marinhas em 19 dezembro de 1798, passou a ser chefe de brigada dos mesmos em 6 de agosto de 1799, demonstrando assim o seu merito como estudante. Justamente um anno depois foi promovido o 2º tenente, embarcando então na não *Maria I*, a 12 de setembro do mesmo anno.

Na não *Maria I*, se conservou até 6 de julho de 1805, quando passou a embarcar na *D. Affonso de Albuquerque*, donde teve embarque para a bergantim *Voador*, em 26 de julho de 1816, em cujo navio foi promovido ao posto de Primeiro Tenente, em 18 de maio de 1807.

Não se achando Portugal, por falta de estadistas, em condições de se oppôr aos resentimentos de Napoleão, ficaram os seus homens de governo estonteados pela rejeição das propostas de paz que lhe apresentaram; pela guerra que lhe declarou a Hespanha, compellida por elle e pela imposição de adherir a causa do continente, isto é ao fechamento de seus portos aos navios inglezes e declaração de guerra dentro de vinte dias e finalmente o aprisionamento de todos os inglezes que se achassem em Portugal com o sequestro de suas propriedades, não sahiam como sair-se de tão embaraçosos meandros.

Começaram por procurar captar a amizade do Imperador dos Francezes com ricos presentes e negociar o casamento do principe D. Pedro com uma sua sobrinha. Encontrando opposição, não tiveram outro recurso senão voltar-se para a Inglaterra, pedindo que esta lhe movesse aparentemente a guerra; com dignidade foi repellida tão indecorosa proposta.

Voltaram-se então os ministros da côrte luitana novamente para o lado dos francezes, quando o ministro d'aquella nação, em companhia do de Hespanha se retiraram de Lisboa, ambos conhecedores do convenio que estabelecia a divisão de Portugal.

Ordenaram então o sequestro das propriedades inglezas, porém para impedir que tal acontecesse apresentou-se no Tejo uma esquadra sob o commando do almirante Sydney Smith, que estabeleceu o bloqueio, em vista do que entregou-se a côrte áquelle que por magnanimidade e interesse podia dar os meios de fuga.

Para aquelles homens—uma vez que se salvasse o rei que lhes importava a perda da nacionalidade que outr'ora brilhára com esplendor

illuminando a historia com seus extraordinarios feitos. O epico cantor das heroicas façanhas luzitanas—já bem accentuado tinba—que o fraco rei faz fraca a forte gente.

Lançou a côrte os olhos para a colonia da America, não pela primeira vez, pois mais de um seculo antes já o havia feito; era o recurso que lhe restava, para não cahir nas mãos das tropas francezas que se se avisinhavam.

Nos despresados baluartes que fizeram a gloria portugueza e que agora balouçavam no Tejo como tristes reminiscencias de um esplendor marítimo de outras outrás epocas, encontraram os vampiros sociaes a salvação.

Atropelladamente aprestados os navios, n'elles se amontoaram, no dia 27 de novembro de 1807, acompanhando a côrte, para mais de quinze mil pessoas, na maioria, vivendo das folhas ds Thesouro; e sob o commando do chefe de esquadra Manoel da Cunha Souto-Maior, depois vis- de Cesimbra, fizeram-se á vela a 29 do mesmo mez.

Na não *D. João de Castro*, a antiga *N. S. do Bom Successo*, construida na Bahia, em 1764, que fazia parte da esquadra, se achava embarcado desde o dia 9 de setembro o Primeiro Tenente Diogo Jorge de Brito.

Vinha a não commandada pelo capitão de mar e guerra D. Manoel João de Locio; trazia a seu bordo entre outros fugitivos o duque e duqueza de Cadaval e os condes de Belmonte.

A' sahida do porto de Lisboa, encontrou a esquadra portugueza a do almirante inglez para protegê-la e logo depois o comboio do Brasil, composto de grande numero de navios que, em virtude de ordens, não entraram no Tejo; dirigiram-se para Londres, onde permaneceram cerca de quatro annos, apodrecidos e perdidos para o nosso commercio.

Começava Portugal e depois o Brasil a paga dos serviços prestados pela Inglaterra ao seu rei, que ainda lhe deu o tratado de 10 de julho de 1910.

Para comboiar a frota portugueza, destacou o almirante Smith sob o mando do commadore Movre as nãos *London*, *Malborough*, *Monarch* e *Bedford*

Dous dias depois da sahida, em consequencia do máo tempo reinante, abriu agua e desarvorou a não *D. João de Castro*; ainda assim acompanhou a esquadra, indo arribar á Parahyba, d'onde, depois de certos reparos, velejou para a Bahia, a encontrar-se com os demais navios; ali ancorou a 10 fevereiro de 1808.

Na impossibilidade de seguir viagem, ordenou o principe regente D. João que para a charrua *Activa* e para o *Imperador Adriano*, navio de praça, fossem divididos os officiaes, passageiros e equipagem e desarmada a *D. João de Castro* para fabricar.

Suspendeo a esquadra da Bahia a 26 de fevereiro e dez dias depois lançava ancoras no porto do Rio de Janeiro, escolhida a cidade para a residência da côrte.

Para manifestar a sua satisfação e galardoar seus officiaes, no dia seguinte á sua chegada, longe do inimigo e alheio aos cuidados que o atormentavam, decretou D. João uma promoção geral. Foi então Diogo de Brito promovido a Capitão tenente.

Dous mezes depois foi mandado embarcar na não *Minerva* que deveria ir a Europa, mas que pelo seu estado de ruína, não pôde desempenhar a commissão: desse navio desembarcou em 20 de outubro do mesmo anno para assumir o commando do bergantim *Condessa de Rezende*, depois chamado *Vulcano*. Nesse mesmo mez. achando-se reparada a não *D. João de Castro*, seguiu para a Bahia no bergantim *Santo Antonio Rei*, com o capitão de mar e guerra João Felix Pereira de Campos, capitão de fragata Joaquim Theodoro da Costa, Daniel Thompson o 2º tenente Beaurepaire e outros afim de trazel-a ao Rio de Janeiro.

De regresso ao Rio de Janeiro. passou em 24 de abril de 1809 a embarcar no bergantim *Mercurio*.

A necessidade do levantamento da carta da bahia do Rio de Janeiro, levou a escolha de officiaes proveitos e de reconhecida competencia em assumptos hydrographicos.

Coube a chefia da commissão a Diogo de Brito. que leve mais tres officiaes para auxilial-o, entre estes o 1º tenente Miguel de Souza Mello e Alvim, reputado pelo seu talento.

De tal modo se desempenharam os officiaes da commissão que lhes fôra confiada, que muito mais tarde o então capitão de fragata Joaquim Raymundo de Lamare tratando de rectificar-a, não encontrou um erro de segundo, como teve a lealdade de confessar. A differença que encontrou foi simplesmente nas sondas moveis, o que era natural.

Não se limitou Diogo de Brito ao levantamento da planta da bahia do Rio de Janeiro; de accordo com seus auxiliares apresentou um projecto de melhoramento do porto, propondo a construcção de um marachão sobre o banco de areia que ainda hoje se estende desde a actual Ilha Fiscal (antes dos Ratos) a ponta do Calabouço para fazer uma docca para cabotagem, idea essa que ultimamente surgiu como nova.

Nesta commissão se conservou até 9 de maio de 1810.

Embarcado na corveta *Aurora* em 23 de novembro do mesmo anno, nesse navio se conservou até 19 de janeiro de 1813.

Enquanto o tratado de 1 de fevereiro de 1810 concedia ao governo inglez o direito de comprar e fazer cortar no Brasil as madeiras necessarias á construcção de seus navios de guerra em quaesquer bosques, florestas ou mattas, exceptuadas as reaes, podendo fabricar as suas embarcações nos logares de nossa costa que lhes conviesse, e consentindo na permanencia em nossos portos de mais de seis navios de guerra, sendo defesas ás demais nações, os arsenaes do Brasil nada mais produziam. A absorção de todas as dotações dos arsenaes que existiam em diversas capitánias, para attender ao pagamento das pensões aos fidalgos que acompanharam D. João, matou completamente, pelas suppressões successivas, esse grande elemento de vitalidade de um povo.

A desorganisação da marinha era completa. A lucta aberta entre o velho Anadia, titular da pasta da marinha e o infante D. Carlos, sobrinho de D. Carlota Joaquina, rapazola ainda, enfatuado prepotente e ignorante em assumptos navaes, nomeado desde a sua chegada ao Brasil, almirante general da Armada, querendo tudo fazer, quebrou todas as tradições e anarchisou a maior força de que aqui podia lançar mão Portugal.

Quiz o infante, (não contando com o espirito de rotina, substituir de chofre os processos administrativos em vez de primeiro fazer adaptação ao meio e depois modificar a pesada engrenagem que ainda hoje movi-

menta a nossa marinha. No seu afan de remodelação começou a eliminar as disposições existentes sobre diversos assumpos sem attender ás influencias hereditarias e ao meio social.

Em consequencia dessa lueta, enquanto confiava-se aos inglezes a guarda da nossa costa, permaneciam os navios portuguezes em seu ancoradouro de S. Bento, a apodrecerem por falta de meios para carenagem e supprimentos de elementos para sua conservação.

Sem esperanças de melhores tempos, muitos dos brilhantes officiaes da marinha, pediram, uns, passagem para o exercito, outros foram para o commercio: A burocracia absorveo muitos.

Não era de certo respectivamente com os soldos, quando embarcados, de 80, 45, 40, 38, 20 e 15\$000 que um chefe de divisão, capitão de mar e guerra, capitão de fragata, capitão-tenente, 1º e 2º tenentes, poderiam manter-se e apresentar-se como exigia a etiqueta e o luxo de então.

N'estas circumstancias pediu licença Diogo Jorge de Brito para por tempo de anno e meio navegar em navios de Praça, o que lhe foi concedido, sem vencimentos de soldo e tempo. Deixou por essa razão a *Aurora*, fazendo uma viagem á India, commandando a galera *Dido*, partindo do Rio de Janeiro em Abril de 1813.

Tendo sido encarregado o capitão de mar e guerra João Felix Pereira de Campos de executar diversas obras no porto de Recife, requisitou os serviços de Diogo de Brito; por essa razão o aviso de 2 maio de 1814 mandou cassar a licença em cujo gozo se achava e que ficasse prompto na escala. Nomeado para a referida commissão na data da requisição, isto é a 25 de abril, assumio o commando do brigue *Jupiter* e depois o do *Gavião*. Na commissão em que se achava com as vantagens de embarque e a gratificação mensal de 20\$000, teve, a 25 de novembro, mais as commedorias de commandante. No serviço de melhoramento e levantamento da planta do porto de Recife, se conservou até 20 de maio de 1816.

Não tomou parte, nem presenciou no Recife, os affrontosos ultrages soffridos pelos nacionaes impostos pelo verdugo vice-almirante Rodrigo Lobo, devido a revolta de 1817.

Quando regressou á capital aquelle homem sem coração arvorou o seu pavilhão na fragata *Thetis*. Diogo de Brito, que havia sido graduado no posto de capitão de fragata por decreto de 12 de outubro, passou a embarcar n'ella a 12 de novembro, fazendo parte da esquadra em operações no Rio da Prata.

Nomeado commandante da escuna *Leopoldina*, desempenhou diversos cruzeiros, alternando com a corveta *Calypso* e escuna *Seis de Fevereiro*.

Em 24 de outubro de 1818 passou a commandar o bergantim *Reino Unido*, em cujo navio a 13 de maio do anno seguinte teve a effectividade do posto; n'elle se conservou até 11 de setembro quando passou ao commando da corveta *Maria da Gloria*.

Os corsarios armados pelos agentes de Artigas e que faziam sua base de operações na Colonia do Sacramento, levavam sua audacia a percorrer os mares fazendo toda a sorte de mal aos navios portuguezes. Para dar-lhes caça, sabedor o governo, que no dia 30 de junho de 1820, haviam roubado e apresado os brigues *Ulysses* e *Triumphante*, sahio a *Maria da Gloria*.

Tão bem se houve nessa commissão Diogo de Brito, que a 13 de julho, encontrando-se com o apresador *General Rivera*, com elle travou combate, retomando-lhe as presas. Em meados de Agosto entrou no porto do Rio de Janeiro conduzindo a seu bordo prisioneiros os individuos que guarneciam as presas.

Por esse brilhante feito foi promovido a capitão de mar e guerra por Decreto de 29 de agosto do mesmo anno, recebendo além disso uma pensão,

Os successos que tiveram lugar em 24 de agosto, onde na cidade do Porto com mais intensidade se manifestaram as idéas liberaes, reflectiram-se naturalmente no Brasil, começando no Pará em janeiro de 1821, depois na Bahia e finalmente no Rio de Janeiro.

Decidido, apesar da resistencia de D. João, aconselhado pelo seu ministro o conde de Barca, o regresso da familia real a Lisboa, foi mandado preparar a *Maria da Gloria* para levar a noticia official; lá chegou a 27 de abril, um dia depois do em que do Rio de Janeiro suspendeo a esquadra conduzindo-a; com ella tudo que lhes poderia ser util, desde os ultimos vintens do Erario Publico, recolhidos de antemão os recursos de todas as thesourarias, bem como o dinheiro dos accionistas do Banco do Brazil levado pelos seus directores, até a melhor mestrança dos arsenaes e respectivas ferramentas.

Deixavam no entretanto no Brasil, com raras excepções, os innumeraveis empregados a pesar no sugado thesouro que para attendel-os teve de lançar mão do cobre velho dos navios para amoedal-o.

Triste serto a de nossa marinha! Em occasião de apertos a ella se recorre, em primeiro lugar, para remediar desastres financeiros provocados pela incuria e falta de senso dos homens chamados ao poder.

De regresso ao Rio de Janeiro achava-se Diogo Jorge de Brito em um cruzeiro de quarenta dias, para o qual havia sahido em 1 de janeiro de 1822, quando em meio d'elle, approximou-se de Cabo Frio e communicando-se com uma sumaca registrada soube de graves acontecimentos que se estavam a passar no Rio de Janeiro, com a solemne declaração de D. Pedro de não obedecer as ordens das Côrtes portuguezas para que regressasse a Lisboa, e sua irrevogavel decisão em permanecer no Brasil, como havia communicado em officios pelo brigadeiro *Infante D. Sebastião*.

Deliberado Diogo de Brito a acompanhar D. Pedro, findo o cruzeiro fez rumo ao Rio de Janeiro onde ao entrar no dia 9 de fevereiro vio a fragata *União*, mais tarde *Ipyranga* e a corveta *Liberal*, o antigo corsario buenairense *Atrevido do Sul*, duas barcas canhoneiras fundeadas em linha desde a Lage até a Armação em bloqueio á Praia Grande, onde se achavam acantonados as tropas portuguezas ao mando do general Avilez e de seu caudatario brigadeiro Carretti. Ali estavam taes tropas, embora revoltadas, á espera de conducção para Portugal. Querendo o general Avilez obrigar D. Pedro a cumprir as ordens das Côrtes teve que depôr as armas, sitiado pelas tropas brasilienses e pelo povo, e sahir da Capital.

Em obediencia ás ordens de D. Pedro, foi Diogo de Brito com o seu navio para linha de bloqueio. Esse auxilio desanimou Avilez que submetteo-se.

Em seto navios mercantes, *S. José Americano*, *Despique*, *Industria*, *Duarte Pacheco*, *Tres Corações*, *Constituição* e *Verdadeiros Amigos*, em-

barcou-se a divisão auxiliadora, assim chamada, composta de tres batalhões de infantaria, uma companhia de artilharia á cavallo, outra de artifices engenheiros. O general Avilez com o seu estado maior embarcou-se na galera *Tres Corações* e o brigadeiro Carretti no *S. José Americano*.

Coube á *Maria da Gloria* e a *Liberal*, commandada pelo capitão tenente João Bernardo Correia Campos comboiar taes navios até a altura do cabo de Santo Agostinho. No dia 15 de fevereiro fez-se de vela a divisão para Lisboa.

Dous dos navios do comboio o *S. José Americano* e o sardo *Verdadeiros Amigos*, nos quaes se acharam embarcados Carretti com o seu batalhão 15º se haviam distanciado; no oitavo dia de viagem, na altura dos Abrolhos, foram descobertos. Ordenou então o commandante Diogo de Brito que a *Liberal* forçasse de vela e os obrigasse a entrar em linha.

Infelizmente da parte do commandante da *Liberal* não havia outro empenho senão o de que aquelles navios tivessem destino differente do que lhes estavam commettido; ao seu chefe communicou que se tendo rendido o mastro do traquete não poderia fazer effectiva a ordem; e assim foram ter aquelles navios á Bahia, como estava premeditado, onde desembarcaram as tropas portuguezas debaixo de estrondosas manifestações de jubilo pelos seus patricios, indo engrossar as do general Madeira que se comprazia em tyrannisar os nacionaes.

Tanto nos faz crer na connivencia do commandante da *Liberal* na fuga dos dous navios, que ao regressar da altura dos Abrolhos deixou o commando do navio, retirando-se para Lisboa.

Continuou o commandante Diogo de Brito na sua espinhosa commissão, redobrando de cuidados e vigilancia, quando no dia 25 de março teve conhecimento pelos mestres da *Duarte Pacheco*, *Gloria Constitucional* e *Tres Corações* de que se tinham arruinado os mantimentos de viagem e que portanto não poderiam seguir sem supprimentos de outros. Sorprehendido o commandante da *Maria da Gloria* contal representação mandou um official de sua confiança á bordo dos mesmos o qual verificou que os legumes e bolacha fornecidos, pela sua má qualidade, se achavam emprestaveis, se bem guardados e acondicionados.

De seu navio forneceu vinte dias de bolacha aos demais navios e com o *Tres Corações* e *Industria* arribou ao Recife, onde de tudo foram providos. Quarenta horas depois fez-se de vela, deixando-os no dia 26 de março, na altura do Parahyba, com ordens terminantes para fazerem rumo a Lisboa. Regressou ao porto do Recife, onde recebeu mantimentos e fez-se ao mar rumo do sul, justamente na noite em que pela primeira vez se acendeu o pharol do porto, com escala pela Bahia, assim de conhecer do que se passava n'aquella provincia communicando ordens do principe regente.

Ao chegar ao Rio de Janeiro foi Diogo de Brito nomeado no dia 1 de maio, commandante da fragata *Real Carolina* e n'ella a 25 do mesmo mez, sahio em importante commissão, qual a de levar ás provincias do norte a faustosa noticia da aclamação de D. Pedro, defensor perpetuo do Brazil. Sua chegada, a 3 de Junho, no porto do Recife, levando munições de guerra e 80 soldados do batalhão pernambucano, batalhão esse composto de antigos confederados de 1817, causou entre os brasilienses o maior enthusiasmo, despertando esse feliz passo politico enorme prestigio á causa da independencia.

Exigiu desde logo peremptoriamente o povo pernambucano do governador provisório Pires Ferreira, o reconhecimento da autoridade do príncipe, sem dependência do governo de Lisboa. Cedeo o governador, embora a contragosto.

Depois de Diogo de Brito dar toda a estabilidade ao ideal nacional e receber mantimentos para sessenta dias, deu á vela para as províncias do norte, na mesma missão de levantar o espirito publico.

Ao regressar ao Rio de Janeiro desembarcou em 15 de Julho, sendo nomeado 1º ajudante do Inspector do Arsenal de Marinha em 10 de outubro de 1822.

A causa do Brasil teve em Diogo de Brito um dos grandes baluartes.

Proclamada a independencia a 7 de setembro, adherio desde logo Diogo de Brito á causa brasiliense pela qual desde antes, como vimos, se manifestára com abundancia de coração.

Tendo o governo ordenado por Decreto de 5 de dezembro, crear uma comissão presidida pelo Ministro da Marinha, que era então o illustre brasiliense Luiz da Cunha Moreira, para tratar de todos os assumptos referentes á organização da marinha, incumbida tambem de conhecer, escriptulosamente investigar, e informar da conducta, adherencia á causa do Brasil, e embarques de officiaes existentes no Brasil, dos empregos que haviam occupado no paiz, das prisões e conselhos de guerra soffridos, do numero de vezes que se haviam escusado ao serviço e finalmente do estado em geral em que se achavam para continuar ou não n'elle, foi nomeado para vogal dessa comissão o capitão de mar e guerra Diogo Jorge de Brito.

(Referem escriptores que devido a esta medida muito soffreo o archivo da Marinha, pelo desaparecimento de muitos documentos).

A 12 de outubro de 1823, teve Diogo de Brito a recompensa dos seus serviços, pois os bordados de general vieram ornar os punhos de sua honrada farda e nesse mesmo mez, a 29, era nomeado commandante da Companhia de Guardas Marinhas, sendo então dispensado da comissão em que se achava no Arsenal de Marinha.

Coube-lhe receber do pessoal da Academia de Marinha e da companhia de guardas-marinhas, no dia 7 de abril de 1824, o juramento á constituição.

Como commandante da Academia acompanhou a turma de guardas-marinhas em sua viagem de instrucção, a bordo da *Itaparica*, indo a Ilha da Trindade.

A guerra que se desencadeou entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata, devido a posse da Cisplatina, herança deixada em pendencia, fez com que o governo recorresse a competencia e depois ao valor do illustrado official que era Diogo de Brito. Consultado sobre a escolha do material mais proprio a empregar no bloqueio do Rio da Prata apresentou um sensato plano para levar a termo a inutilisação dos esforços do inimigo. Nelle determinava o numero de navios necessarios e dava outros detalhes.

A 24 de dezembro de 1825 foi nomeado 2º commandante da esquadra no Rio da Prata, não deixando comtudo de continuar no commando da Companhia de Guardas Marinhas e a 13 de janeiro do anno seguinte, no brigue *Cabocto*, arvorou o seu pavilhão e seguido das escunas *Itaparica* e *Alcantara* foi reforçar a esquadra que em má hora fôra confiada ao vice-almirante Rodrigo Lobo.

Ao chegar a Montevideo coube-lhe o commando de uma das tres divisões em que se achava dividida a nossa esquadra; na corveta *Haparica*, de 20 canhões, ficou o seu pavilhão.

Achavam-se as nossas divisões á postos, compostas dos seguintes navios: corvetas *Liberal*, de 22 canhões e 250 praças, capitanea *Haparica*, de 20 canhões, commandada chefe de divisão Diogo de Brito, *Maceió* de 18 canhões, brigues *Caboclo* de 18, *Rio da Prata* de 10 praças, *Real Pedro* de 18, *29 de Agosto*, de 18, brigues escunas *D. Januaria*, de 14, *Pará* de 8, escunas *Liberdade do Sul*, de 4 peças de calibre 24, *Conceição* de 1 de 24; barca *Leal Paulistana* de 1 de 24, barca n. 8, e lancha *Montevideana*.

Ao amanhecer do dia 9 de fevereiro, sob ás ordens do almirante Guilherme Brown appareceu a esquadra argentina numerando os seguintes navios: corveta *25 de Mayo*, capitanea, de 28 canhões e 200 praças, *Congresso Nacional*, de 18 e 120 homens; *Republica Argentina*, de 18 e 120 homens, *General Belgrano*, de 16 canhões e 80 homens, *General Balcarce*, de 14 e 80 homens e escunas *Sarandí* e *Pepa* de um canhão, e doze barcas canhoneiras, armadas cada uma com uma peça de 24 á pópa, formando duas divisões, sob o commando de Leonardo Rosales e Thomaz Espóra, dous destimidos e valorosos officiaes.

A's 6 horas da manhã fez signal o almirante para suspender, em vista de se achar muito proximo dos bancos que circundavam o porto e fez-se ao largo com amuras a BB, para ganhar barlavento.

A's 10 horas viraram de bordo os nossos e ás 2 horas e 45 minutos empenhou-se o combate acercando-se a *Liberal* e a *Haparica* do capitanea inimigo, sobre o qual e mais sobre os tres brigues que de perto o acompanhavam, despejaram nutrido fogo. Arribaram estes logo ás primeiras descargas e deitaram a fugir, no que foram secundados pelas barcas canhoneiras, desde que as nossas embarcações menores as atacaram. Vendo-se isolado o almirante argentino fez signal de retirada.

A's 5 horas da tarde porém, novo combate travou-se; era a tactica do inimigo attrahir os nossos navios para sotavento e para as proximidades dos bancos que se estendem nas circumvisinhanças do porto.

A *Liberal* e a *29 de Agosto* cortaram a prôa do capitanea argentino e do brigue *Congresso*, e contra ambos despejaram successivas bandas inteiras, até 6 1/2. Nesse combate em que se deram 166 tiros de calibre 24 e 99 de calibre 12, houve-se Diogo de Brito com rara coragem e sangue frio, pois, por falta de bons artilheiros, elle proprio e os officiaes fizeram pontarias. Recebeo nessa occasião um ferimento no pé esquerdo que o impossibilitou de suster-se em pé.

Depois deste combate fundeou o nossa esquadra junto aos bancos. Ortiz e Chico. Assim de tratar-se seguiu Diogo de Brito para Montevideo.

Foi dessa cidade d'onde dirigio ao ministro da marinha, que era então o visconde de Paranaguá a seguinte communicação:

Ill^o e Exmo. Snr. Visconde de Paranaguá. Tomo a liberdade de me dirigir particularmente a V. Exa. para lhe annunciar coisas cujo conhecimento julgo de grande ponderação. Quando eu sahi dessa, não estava ao facto das forças maritimas que as de Buenos Ayres tinham em desenvolvimento, nem tão pouco, V. Exa., tinha disso verdadeiro conhecimento. Pelo mapa junto ao meu officio desta mesma data V. Exa. notará as forças que entrarão com nosco em acção no dia 9, afora as quaes, acabão de comprar mais duas galeras e hum Brigue que estão armados; com este augmento, elles tomão a superioridade, por quanto, as nossas forças tem ou devem ter a seu cargo fazer o bloqueio

(para que dizer-se hum Porto bloqueado e não se fazer efectivo por meio de força sufficiente he irrisorio), e proteger a Colonia e Martin Garcia de algum ataque maritimo. Se as nossas forças se dividem para estes objectos, somos indubitavelmente batidos em detalhe, por que o inimigo reunido em Buenos Ayres ameaça hum destes pontos. Se porém reunirmos as nossas forças, abandonamos os principaes objectos e ficamos, quando muito, iguaes com elles no caso de hum combate naval que nunca poderá ser decisivo, porque tendo elles sempre o seu Porto a solavento do campo de Batalha, quando lhes parece, batem-se em retirada à pôpa para dentro; e nós se tivermos algum navio desarvorado no combate, qual será a sua sorte tendo que forcejar para barlavento? Os Ingleses que actualmente são os grandes capitalistas e proprietarios de Buenos Ayres, e até mesmo em Entre Rios aonde têm comprado mui largas terras, protegem decididamente esta guerra contra nós: eis o motivo dos recursos, tanto em dinheiro como em munições, que o inimigo desenvolve na actual contenda para que, paulatinamente, ha muito se havia preparado. O Commandante da Esquadra por certo exporá ex-officio todas as circumstancias ponderaveis destes negocios: elle he dotado de energia, boa vontade e valor, e eu sou seu amigo pessoal, porém tem aqui pouca opinião, assim como a hade ter (contra mim falo) todo e qualquer official cuja escola fosse a moderna Marinha Portuguesa; os estranhos fazem d'elles pouco cabedal, e os nacionaes estão sempre dispostos a deprimir-lhes até as melhores acções: à vista de que julgo utilissimo que com os reforços que o Vice-Almirante talvez mande exigir, venha tambem, com alguma honesta razão, commandante para a esquadra que seja official estrangeiro.

V. Exa. nem pessoa alguma, deverá, com justiça, por esta minha exposição, taxar-me de intrigante, suppondo que procuro deprimir o procedimento do Vice-Almirante para o substituir no Commando; por que o meu actual de não poder ter-me em pé por causa do desastre que durante o combate tive na perna esquerda (estado que só pelo decurso de largo tempo se poderá talvez eliminar), me impossibilita de serviço algum no mar; e portanto não poderia aceitar tal commando. O móvel que me instiga a fazer estas observações, he positivamente o interesse da Nação, o qual tambem me obriga a relatar que actualmente, no caso de inutilidade em que me acho, estou pezando no Estado, disfructuando vencimentos avultados sem que possa prestar o menor serviço.

Acredite V. Exa. nos meus sinceros votos pela boa saude e prosperidade, e na muita cordialidade com que me julgo de V. Exa. o mais reverente e obgmo. Creado. Montevidéo, 16 de Fevereiro de 1826. *Diogo Jorge de Brito*

Esta judiciosa carta vem trazer mais uma vez à luz da verdade as consequencias da admissão na nossa marinha de homens sem o preparo inicial para a guerra. A grande numero de pilotos, verdadeiros homens do mar sem duvida, foram dadas patentes de officiaes, em 1816 e 17, por occasião da conquista da Cisplatina e rebellião de Pernambuco e ao dar-se a independencia, acceitando a nossa nacionalidade, conservarem seus postos. Dessa falta de preparo tivemos que soffrer não poucos desastres durante a guerra, que para maior desgraça nossa, sua direcção, tanto naval, como terrestre foi confiada a mãos interesseiras e inhabeis.

Doente e em rigoroso tratamento pelo ferimento e contusão recebidos, logo que soube do ataque que o almirante Brown levára a Colonia de Sacramento em 26 de fevereiro, fez-se à vela, e foi em busca do al-

mirante Rodrigo Lobo, pouco se lhe dando o seu estado de saúde, os concertos e reparos de que carecia a corveta devido aos estragos soffridos em combate.

Ao chegar onde se achava o almirante, que só cinco dias depois do ataque approximou-se da Colonia, sitiada desde 13 de maio do anno anterior por forças orientaes e desconfiado que a mesma já estivesse em mãos de Brown, virou de bordo e foi fundear a dez milhas de distancia, enviou-lhe o seguinte officio: Não obstante o estar ainda da mesma fórma, sem poder sustentar-me em pé, com tudo, aqui venho apresentar-me a V. Ex.; não poderei desempenhar em quanto assim estiver, mas enfim como um official que deve já fazer o ultimo sacrificio, e se offerece para aquillo que puder; n'estes termos V. Ex. determinará se devo conservar ou fazer arriar a minha insignia. Deus Guarde a V. Ex. Bordo da Corveta *Itaparica*, á vela, em 2 de março de 1826. *Diogo Jorge de Brito*.

Sem se animar Rodrigo Lobo a atacar Brown que continuava em frente á Colonia, apesar do revez soffrido no ataque que levou a praça, depois de se certificar pelos seus praticos que Brown não se poderia escapar, marcou o ataque para o dia 13.

Deixou as escunas *Conceição* e *Atrevida*, como esculcas, para dar-lhe aviso de qualquer movimento do inimigo. Tão bem feito foi o serviço de vigilancia, que sem por estes ser presentidos, sahiram os navios de Brown por um canal completamente desconhecido dos nossos.

Fez-se o almirante de vela em busca do inimigo que foi metter-se em Buenos Ayres. Tanto era forte a nossa força que nas «*Acciones Navales*» nos conta Brown que pretendeo atacar-nos «*pero algunos oficiales extranjeros impresionados por la apparicion de tan numerosa fuerza presentaron objeciones y se abandonó el desígnio*».

Vendo Diogo de Brito que as condições de defeza da Colonia tinham melhorado e que seus serviços e presença não se tornavam necessarias, solicitou a sua retirada, em officio assim concebido:

Ilm. Exm. Snr. Tenho a honra de expôr a V. Ex. que me acho cada vez peor, mais coxo da perna; algumas chuvas ou mesmo a agua do mar que tenho apanhado, augmentaram consideravelmente este mal.

Quando eu sahi de Montevideo e me apresentei a V. Ex. no dia 2 do corrente mandei que, na crise de estar atacada a Colonia (e considerando que a fragata *Imperatriz* não podesse passar acima dos bancos) não devia ficar em terra qualquer, que fosse o meu estado.

Agora, que pelas operações de Esquadras ás ordens de V. Ex. se acha desvanecido o perigo e salva aquella Praça; requeiro a V. Ex. permissão para ir a Montevideo, a ver se em quanto é tempo, com o auxilio de mais efficazes remedios e tratamento que não posso ter á bordo, me ponho em estado de poder utilmente continuar a servir; pois do contrario, indo assim em abandono, ficarei inutil para o Estado e para mim.

E para que se não diga que sou pesado á Nação, poderei ir como qualquer soldado, tratar-me no Hospital prescindindo das maiorias de meus vencimentos. Eu passo a dar conta deste meu procedimento ao Ex. Snr. Ministro da Marinha. Deus Guarde V. Ex. Bordo da *Itaparica* 16 de Março de 1826. *Diogo Jorge de Brito*.

Conhecendo da justiça do pedido, julgou melhor o almirante Rodrigo Lobo fazel-o recolher ao Rio de Janeiro, para o que pôz a disposição do digno official general a escuna *Alcantara*, que se fez de vela no dia 20 de março do porto de Montevideo.

Desgostoso o nosso Governo, e com razão, do modo pelo qual conduzia as operações navaes no Rio da Prata, pois só decepções teve dos decantados meritos de Rodrigo Lobo, infelizmente escolhido por D. Pedro, exonerou-o logo depois do ataque levado a effeito por Brown, á Colonia do Sacramento que de parte do nosso almirante nenhum soccorro recebeu apesar de solicitado. Teve ordem de entregar o commando da Esquadra ao chefe de divisão Diogo Jorge de Brito e recolher-se ao Rio de Janeiro; infelizmente esta ordem ao chegar ao Rio da Prata, estava de viagem Diogo de Brito.

A' sua chegada dirigio ao ministro da marinha o seguinte officio: Tenho a honra de participar a V. Ex. que havendo entrado em Montevideo á bordo da corveta *Itaparica* para remediar os estragos resultantes do combate de 9 de fevereiro, de que V. Ex. já ha de estar informado chegou alli a noticia de que a Colonia estava atacada por mar e por terra, isto no dia 1 de março; logo na madrugada do dia 2, achando-se a corveta ainda por apromptar e sem o completo das munições de guerra (porque as não havia em Montevideo) e eu sem me poder ter em pé quasi lesa da perna esquerda; não obstante tudo isto dei á vela na madrugada do dito dia 2 de março e reunindo-me ao Commandante da Esquadra, que então se achava cruzando na ponta Sueste do Banco Ortiz, lhe dirigio o officio da copia 1.

As operações que depois tiveram lugar, provavelmente V. Exc. será dellas veridicamente informado nos officios do mesmo Commandante da Esquadra, e portanto seria ociosa qualquer outra relação.

No dia 16 de março, vendo que os inimigos se achavam recolhidos a Colonia reforçada e provida, e que não entravamos em acção (unico objecto que me instigou a sahir no estado em que me achava), e que as cousas flearam reduzidas a serviço ordinario: dirigio ao Commandante de Esquadra o officio da copia igualmente inclusa n. 2, de que resultou elle incumbir-me de vir a Corte conduzir os presentes officios, e poder pessoalmente informar a V. Exc. do verdadeiro estado d'aquella Campanha.

Larguei de em frente a Buenos Ayres, onde ficou a nossa Esquadra, no dia 17 de manhã: ancoroei em Montevideo no dia 20, e n'esse mesmo dia ás 11 horas da noite dei á vela para este Porto onde cheguei á bordo da Escuna *Alcantara*.

O estado em que me acho não permite por ora fazer serviço algum.

Deus guarde a V. Exc. Illmo. Snr. Visconde de Paranaguá. *Diogo Jorge de Brito*.

Em 6 de Abril deu-se-lhe por finda a commissão de 2º commandante de Esquadra do Rio da Prata para continuar no Commando da Companhia de Guardas Marinhas.

A má direcção dada ás operações, tanto terrestres como maritimas oriunda, sem duvida da anarchia reinante no paiz, cujos politicos sempre dispostos a subordinar a politica externa á interna, como ainda hoje o fazem, por ignorancia uns de nossas tradições e outros para salvaguarda de seus interesses particulares aos quaes subordinam os geraes, obrigou D. Pedro a ir pessoalmente verificar dos erros commettidos e procurar dar maior impulso e enthusiasmo a guerra que seus inimigos internos tratavam de, por todos os meios, tornar impopular.

Para conduzir-o ao theatro da guerra, foi mandada organisar uma divisão naval composta da não *Pedro I*, fragata *Isabel*, escuna 1º de *Dezembro*, brigues *Annibal*, *Sociedade Feliz*, *Cinco de Maio*, *Melindre* brigue

escuna *Argentino*, palachos *Saudade do Sul* e *Independencia Feliz*, em cujos transportes foram embarcados 800 homenis. Para commandante desta divisão foi nomeado o vice-almirante conde de Souzel, e da não *Pedro I*, o chefe de divisão Diogo Jorge de Brito, em 10 de novembro de 1826. Nella embarcou-se D. Pedro no dia 23 de novembro e no dia seguinte ás 5 horas da tarde fez-se de vela para Santa Catharina, onde chegou cinco dias depois: d'aquelle porto seguiu D. Pedro, por terra, para o Rio Grande do Sul.

Nessa viagem teve D. Pedro a prova do atrevimento dos corsarios buenaerenses. A *Chacabuco*, encontrou-se n'aquelle dia ao amanhecer, no centro da nossa divisão, arvorando a bandeira franceza. Perseguida pelos nossos, só depois de varios disparos de polvora secca e depois de bala pelos navios da nossa divisão é que affirmou sua bandeira.

Fazendo parte da divisão sahio do Rio de Janeiro, no dia 26 a corveta *Duqueza de Goyaz*, levando o marechal Brown.

De volta dessa commissão, que pouco tempo durou, em vista do inopinado regresso do Imperador, devido a morte da Imperatriz, desembarcou Diogo Jorge de Brito em 18 de janeiro de 1827.

Tendo deixado o commando da Companhia de Guardas Marinhas^s foi nomeado commandante da divisão naval do Rio de Janeiro em 17 de julho de 1827, tendo o seu pavilhão á bordo da fragata *D. Paula*; n'esse navio fez uma commissão até a altura do Rio da Prata, finda a qual deixou o cargo que exercia em 30 de setembro.

O triste acontecimento do naufragio desta fragata pouco ao norte do Rio de Janeiro em principios de outubro, quando em perseguição a um corsario, veio pôr em destaque o quanto tinha o illustre official de amor á marinha e á patria que adoptara como sua.

Ao saber da perda do navio que pouco havia deixado, dirigio ao governo Imperial o seguinte officio:

Illmo. e Exmo. Snr. O aperto em que o Estado se vê para occorrer ás suas despesas, que é manifesto e patente a todos os Cidadãos, impõe a cada um o religioso dever de, segundo suas faculdades, acudir e remediar esle grande mal que a todos toca.

«E' pois como fiel subdito de Sua Magestade Imperial e membro da Nação Brasileira que eu me dirijo a V. Ex. offertando expontanea e gratuitamente para auxiliar a Renda Nacional, não só enquanto durar a presente guerra, mas até para a diante, em quanto a despesa publica fôr sobranceira a sua receita, a quantia de dez mil réis mensaes. Attendendo igualmente ao infeliz e recente naufragio da Fragata *Paula*; e achar-se n'este Porto, á venda, uma corveta dos Estados Unidos prompta e artilhada, concorrerei tambem gratuitamente com uma millesima parte do que ella cûstar no caso em que o Estado a compre.

Rogo por tanto a V. Exc. haja de fazer presente a Sua Magestade Imperial esta minha offerta, supprimindo, por qualquer outro lado, toda a publicidade a tal respeito. Deus Guarde a V. Exc. Quartel defronte do Arsenal, 9 de outubro de 1827. Illmo. Exmo. Snr. Marquez de Maceió—*Diogo Jorge de Brito*. Chefe de Divisão.»

Promovido em 12 de outubro de 1827 ao posto de chefe da esquadra veio a politica reclamar os seus serviços na administração da Marinha, em 20 de novembro do mesmo anno, justamente em um periodo de agitação. Substituiu o Marquez de Maceió.

Ao barão do Rio da Prata, o almirante Pinto Guedes, que então dirigia as operações navaes offliciou fazendo certas recommendações sobre o bloqueio que deveria ser o mais rigoroso possível, deixando no entretanto á boa critica e habilidade do almirante a total direcção e emprego das forças coherentemente a causar o maximo damno ao inimigo.

Mal succedido o barão do Rio da Prata na expedição que mandára á Patagonia, reflectiram-se os insuccessos na opinião publica e nos politicos em opposição.

A fraqueza com que agiam os nossos politicos elevados a posição de ministros dos negocios estrangeiros accetando imposições descabidas do representante dos E. Unidos, Condý Raguet deu em resultado a exigencia de outras nações, taes como a França e Inglaterra, que reclamaram com justa razão, para seus navios, as mesmas regalias que aquelle havia conseguido na ausencia do imperador e no leito de morte da Imperatriz, isto é, que, apesar de estar desde muito notificado o bloqueio a todas as nações, deviam os navios que procurassem os Portos do Prata, serem advertidos pelos bloqueadores.

As justas reflexões que fez o Barão do Rio do Prata sobre taes exigencias e sobre a posição em que iamós ficar e que devem estar presentes a todos aquelles que hoje têm responsabilidades a zelar, endereçou Diogo Jorge de Brito a seguinte resposta: Illm. Snr. Tem V. Ex.^a muitissima razão em tudo quanto exára em seu officio n. 306, porém este negocio ficou tão transtornado (por indiscrição ou desmazelo ou por tudo) pelo. . . . que só resta huma via decente, a menos morosa para sahida do Labirinto: que hé, convidar as Nações que reclamão a firmar por Tratados de reciprocidade com o Brasil os principios sobre que fundão suas reclamações. Felizmente V. Ex.^a hé do mesmo aviso, e quando chegou o seu officio, já esta transação se achava entabolada. Deus Guarde a V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1828. *Diogo Jorge de Brito*. Snr. Barão do Rio da Prata.

As reclamações americanas, inglezas e francezas, apoiadas sem duvida na informação que á Camara dos Deputados, em officio de 16 de outubro de 1827, enviou o marquez de Queluz, já inimigo acerrimo do Barão do Rio da Prata, tornaram-se mais ousadas. Dizia elle que contra a legalidade dos aprisionamentos se apresentaram á Imperial decisão as mais vivas e violentas reclamações dos tres Governos, reclamações estas nas quaes os respectivos ministros não só contestaram os factos allegados pelos aprezadores como tinha o Barão do Rio da Prata calcado acintosamente aos pés as ordens imperiaes — e mais tarde que a perfida conducta do almirante era causa disto, por não ter cumprido as ordens de S. M. I.

Não pôde Diogo de Brito deixar de demonstrar a nossa fraqueza, ao almirante. Em poucas palavras compendiu toda a nossa acção, causas e consequencias, que nos levaram ao tratado de 1828, cujas origens já vinham do estado moral a que tinha chegado a cõrte de D. João VI, quando em 1811 pela mesma causa, foi obrigada a acceitar o que lord Strangford dictára ao emmissario do rei, o conselheiro Rademacker. Assim em officio de 16 de fevereiro de 1828 dizia: Sobre o officio de V. Ex.^a n. 325 tenho a manifestar a V. Ex.^a que as reclamações e notas dos Diplomatas d'Inglaterra, França e Estados Unidos contra o bloqueio do Rio da Prata são de tal natureza imperiosas, e arrogantemente fundadas só no direito da força, que correspondem a huma declaração de guerra. *A insolidez do Imperio do Brasil, por causas que V. Ex.^a bem conhece, o*

pouco, ou nenhum espirito nacional que se observa, a indifferença para a Gloria, ou desdouro das nossas Armas; a pouquissima cooperação das Provincias do Norte, quer em gente quer em dinheiro; finalmente a fraqueza, com que se foi progressivamente accedendo a todas as requisições dos neutros, põem o actual Governo em dura posição. No principio de Novembro proximo passado exigio-se fiança a todos os Navios estrangeiros de não entrarem nos Portos da Republica de Buenos Ayres, esta medida parecia boa (e muito melhor a que V. Ex.^a aponta de vedar durante a guerra, o ingresso em Montevidéu como huma Praça d'Armas) porém deu causa a huma tempestade tão horrivel da parte da França e Inglaterra, que Sua Magestade Imperial para evitar maiores desaguidados Achou necessario mandar annullar a ordem d'exigencia das fianças, e por essa mesma via, o Ministro do Imperio dirige a D. Thomaz Garcia o competente aviso. Consequentemente V, Ex.^a ficando n'esta intelligencia ordenará as correspondentes alterações nas Costas de Ordens distribuidas aos nossos cruzadores.»

Tendo accetado o Imperador a mediação do ministro inglez Gordon, para por fim a guerra mandou ao almirante as bases sobre as quaes seria feita a paz.

Sobre este assumpto ao abrir se as Camaras em 1820 em sua falla disse o Imperador: Entabolei negociação de paz com o governo da Republica de Buenos Ayres, estabelecendo bases para uma convenção justa e decorosa, como exigem a honra nacional e a dignidade do meu imperial throno. Si esta republica não aquiescer ás proposições tão liberaes e generosas, que attestam á face do mundo a boa fé e a moderação do governo imperial, *ainda que o meu imperial coração muito penalise, é mister continuar a guerra, e continual-a com duplicada força tal é a immulavel resolução.*

Não era no entretanto esse o parecer da maioria dos politicos; comtante que os deixassem nadar na politica sem ideal, que importavam-se, occupados nas competições pessoaes, que se enxovalhasse a honra e dignidade da nação.

Teve a falla do throno a significativa resposta: «A paz, senhor, é, depois da constituição a primeira necessidade do Brazil, como a verdade é sempre a primeira necessidade dos reis; com tudo Senhor, a Camara dos Deputados nunca consentirá que enodoados sejam a honra e a dignidade nacional».

A prova disso é que devido a opposição foi obrigado a deixar a pasta no dia 30 de maio. No novo ministerio organizado a 6 de junho, continuou a gerir a pasta para deixal-a dez dias depois.

As continuas mudanças ministeriaes devido as agitações partidarias, não deram tempo a que o espirito organisador de digno official se mostrasse com a pujança de que era capaz; no entretanto apezar dos cuidados que lhe davam a guerra, não descurou de pedir medidas legislativas para dar maior impulso á marinha, não só pela acquisição de navios como para impulsionar o acabamento de outros que se achavam em via de construcção; combateo com ardor as reduções propostas, affirmando que quem quer os fins applica os meios; o violento estado de guerra não admittre reduções ou reformas.

Além da divisão que se achava no Rio da Prata, propunha manter uma outra a costa d'Africa, afim de proteger o nosso commercio violentado pelos inglezes, ainda apoiados no celebre tratado de fevereiro de 1808; a pretexto de evitar o commercio de escravatura, fazia-nos o maior mal possivel, tornando-o defeso por completo.

Não se olvidou de lembrar á Camara, a necessidade de cuidar da educação propria para formar officiaes que se reputassem verdadeiros homens de mar; o não menos ponderoso, qual a cuidada protecção que por todos os modos se deveria dar ao commercio e á marinha e o augmento da classe dos pescadores, principalmente os de alto mar, como naturaes viveiros d'onde a marinha de guerra poderia pela serie haver a necessaria marinhagem.

Uma lei sobre pensões aos officiaes, marinheiros e artilheiros inutilizados em serviço; a fundação de um asylo para os invalidos, são idéas que com clareza expôz, apontando os meios de as levar a execução.

Nomeado Vogal do Conselho Supremo Militar por Decreto de 12 de outubro de 1828, no exercicio deste cargo se conservou até abril do anno seguinte quando foi nomeado Director Geral dos Correios.

Pouco porém durou o projecto almirante que ao Brazil com toda a alma deu o concurso de sua intelligencia, operosidade e valor. A 2 de novembro de 1830 deixou de existir

Diversas condecorações constellavam seu honrado peito.

Deixou diversos trabalhos officiaes, uns publicados e outros ineditos.

Relatorio do Ministerio da Marinha, no anno de 1828.

— *Methodo* seguido no trabalho hydrographico da Planta do porto do Rio de Janeiro, levantada em 1810 — Existia no Archivo Militar o autographo datado de 1811, — 7 folhas —

— *Roteiro* do porto de Pernambuco, ou instrucções nauticas para uso e intelligencia do Plano do mesmo Porto Anno de 1816.

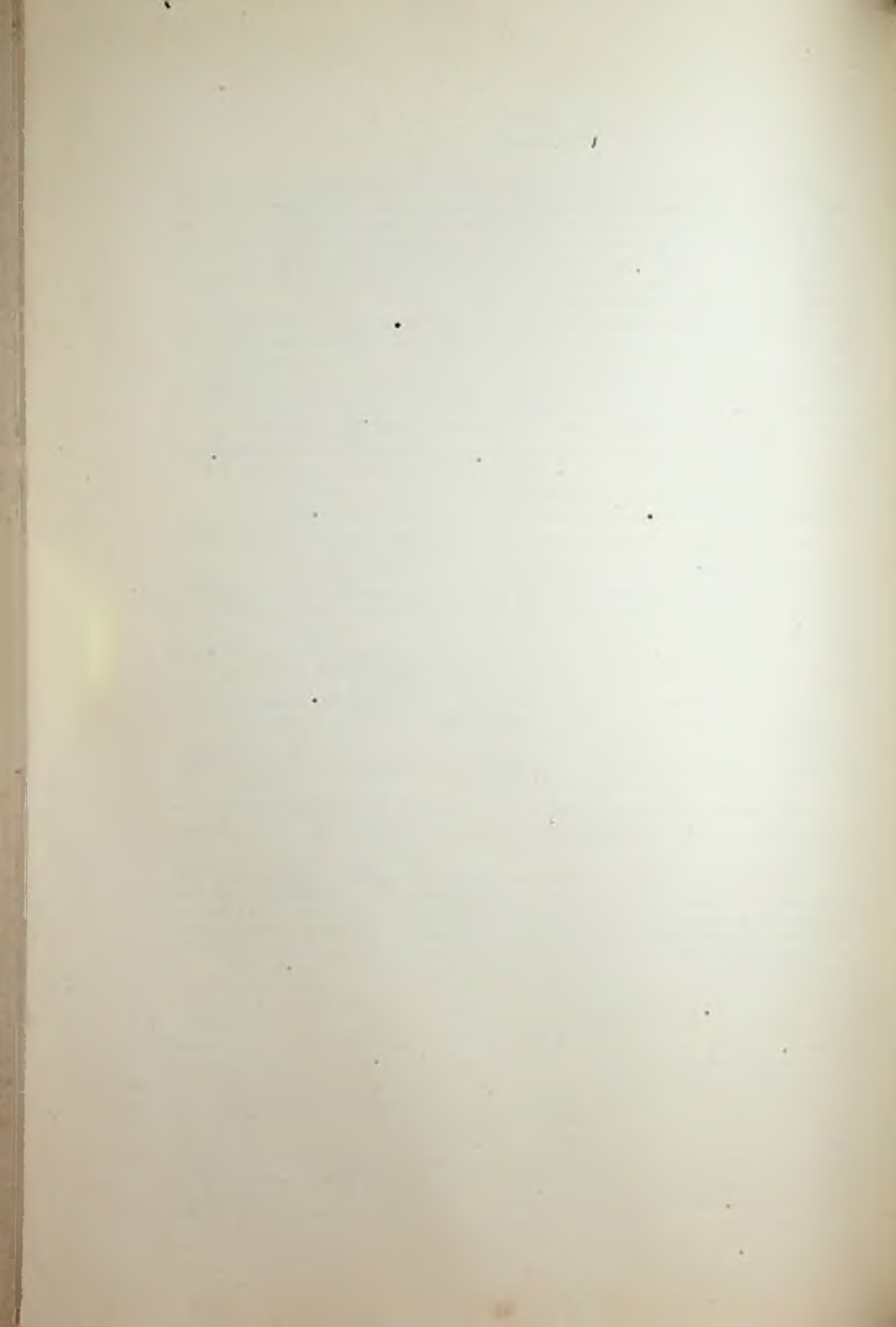
— *Planta hydrographica* do Porto de Pernambuco, levantado por ordem de S. Magestade, sendo o ministro da marinha o conde da Barca, Anno de 1816.

— *Planta Hydrographica* do Porto do Rio de Janeiro, Anno de 1810, Litg. no Archivo Militar em 1827, 4 folhas.

— *Plantas* do porto de Tamandaré, das ilhas Brocoyó, Paquetá, etc.,

— *Plano* a seguir e navios necessarios ao bloqueio do Rio da Prata, etc.

Para continuador de sua gloriosa tradição deixou um filho que foi o bravo commandante Theotônio de Britto, commandante da fragata *Amazonas* na memoravel batalha do Riachuelo, onde começou a ruir o formidavel poder de Solano Lopes, pela brecha aberta pela nossa marinha, dirigida pelo preclaro Almirante Barroso, digno discipulo de Diogo Jorge de Brito.



Braz Cardoso Barreto Pimentel

VICE-ALMIRANTE GRADUADO

Discipulo da Academia de Marinha de Lisboa, donde era filho, completou o curso mathematico e como tivesse pratica de navegação embarcou no paquete *Monte do Carmo* em 7 de agosto de 1789 para, no posto de sargento de mar e guerra, nomeado desde 3 de abril, servir á bordo do cutter *Corôa* que se achava no estreito de Gibraltar. Desse navio passou a embarcar na não *Maria I* em 9 de março do anno seguinte até 5 de novembro deste mesmo anno, quando foi mandado servir na fragata *Cysne*.

Promovido a segundo tenente em 1 de fevereiro de 1791 passou a ter embarque no brigue *Lebre* em 22 de abril do mesmo anno e em 11 de junho do anno seguinte á bordo da fragata *S. Rafael* e successivamente na não *Santo Antonio* em 23 de março e fragata *Gorfunho* em 6 de dezembro de 1793, em cujo navio foi dez dias depois promovido a primeiro tenente.

Na fragata *Venus* para a qual passou, seguiu para fazer parte da esquadra do estreito de Gibraltar, onde em 9 de outubro de 1794 destacou para o bergantim *Serpente*, regressando para a mesma fragata em 5 de dezembro, para embarcar tres dias depois na não *São Sebastião*.

No anno seguinte, a 28 de julho embarcou no bergantim *Diligente* e em 23 de dezembro na não *Principe Imperial*.

Promovido a capitão-tenente em 20 de outubro de 1796, foi a capitão de fragata no anno seguinte a 1 de agosto, estando no commando do bergantim *Serpente* desde 8 de fevereiro. No commando desse navio entrou em Lisboa no dia 8 de julho de 1797 e novamente em 1 de agosto, conduzindo uma embarcação apresada.

Na mesma cathegoria no anno seguinte passou para o *Neptuno*.

Dous conselhos de guerra soffreu este official: no primeiro foi absolvido, no segundo porém, em 9 de fevereiro, foi condemnado por sentença do Conselho do Almirantado de 25 de março, na pena de tres mezes de prisão á bordo da não *Belém*, contados desde a intimação da sentença e de embarcar como subordinado por tempo de seis mezes. Concluída a pena embarcou na fragata *Minerva* em 17 de agosto de 1799, seguindo para o Brasil com a esquadra e onde foi nomeado commandante da não *Principe do Brasil* em setembro de 1803, regressando então á Lisboa. Promovido a capitão de mar e guerra a 17 de dezembro de 1806, achava-se em segunda viagem com licença do Conselho do Almirantado para commandar a não de viagem *Ceilão Novo*, sahida a 13 de abril de Lisboa para o Rio de Janeiro, Moçambique e Goa. Achava-se este navio na India quando passou-se a corte portugueza para o Brasil.

No navio *Roberto* veio da India por haver naufragado a não de seu commando na altura do Talaveira, salvando-se elle e o seu immediato com o auxilio de um babú.

Promovido a chefe de divisão por decreto de 13 de maio em nenhuma commissão appareceu até 1817.

Não só este official como muitissimos outros, accomodados em rendosos empregos burocraticos, deixaram de pizar no convez dos navios, estes mesmos atirados ao descaso junto ao Arsenal de Marinha.

Parece que bem comprehenderam estes officiaes que vinham ao Brasil — acabar de exploral-o.

Razão de sobra teve o eminente historiador portuguez Oliveira Martins, portanto insuspeito, em dizer: « Quando D. João VI desembarcou, com seus duzentos milhões de cruzados, com mais de quinze mil servos lauxiados de fitas e cruces, conselheiros, desembargadores, marquezes, condes e comendadores, mosenhores e conegos e D. Maria Pia I doída — os Brasileiros, no pasmo natural diante da farandulagem apparatusa da cõrte, embriagarão-se, acreditando-se elevados a grandes alturas. Pouco a pouco forão, porém, vendo quanto valião esses esplendores da metropole. Os mandarins que sugavão Portugal apenas sabião devorar tambem o Brasil — ... Via-se agora que Portuguezes e Brasileiros erão ambos victimas de uma familia de roedores dourados e fardados. A nuvem de gafanhotos, que desde o XVII seculo devorava tudo em Portugal, pousava agora no Brasil para em casa o digirir mais á vontade. »

Não renegamos a ascendencia, mas queremos mostrar que não é bastante este elo para nos afastar da meta que nos foi traçada. Os sentimentos de homem para homem não são os mesmos das collectividades entre si.

E tanto é assim que em 1817 explodio uma revolta dos officiaes brasilienses contra a odiosidade dos da metropole manifestada a cada passo contra elles; com inaudita intolerancia e affrontosa injuria eram tratados os naturaes do paiz.

A reacção degenerou em verdadeira revolução: para suffocal-a desde logo o conde de Arcos, governador da Bahia, iniciou os preparativos communicando o succedido para a cõrte.

Ao saber do acontecido inflammou-se a cõrte e os aulicos como sempre mais vingativos do que o proprio rei, obrigado a transferir a cerimonia de sua coroação, lembraram-se dos meios os mais nefandos para o castigo de tanto atrevimento.

Partira a 2 de abril, sob ás ordens do chefe de divisão Rodrigo Lobo, uma divisão composta da fragata *Thetis*, brigues *Benjamin* e *Aurora* e escuna *Maria Thereza* comboiando dez navios mercantes cheios de tropas, e enquanto essa divisão velejava rumo de Pernambuco, uma outra, sob ás ordens do chefe de divisão Braz Cardoso Barreto Pimentel, que içou o seu pavilhão á bordo da não *Vasco da Gama*, em 8 de abril, ficava em apprestos.

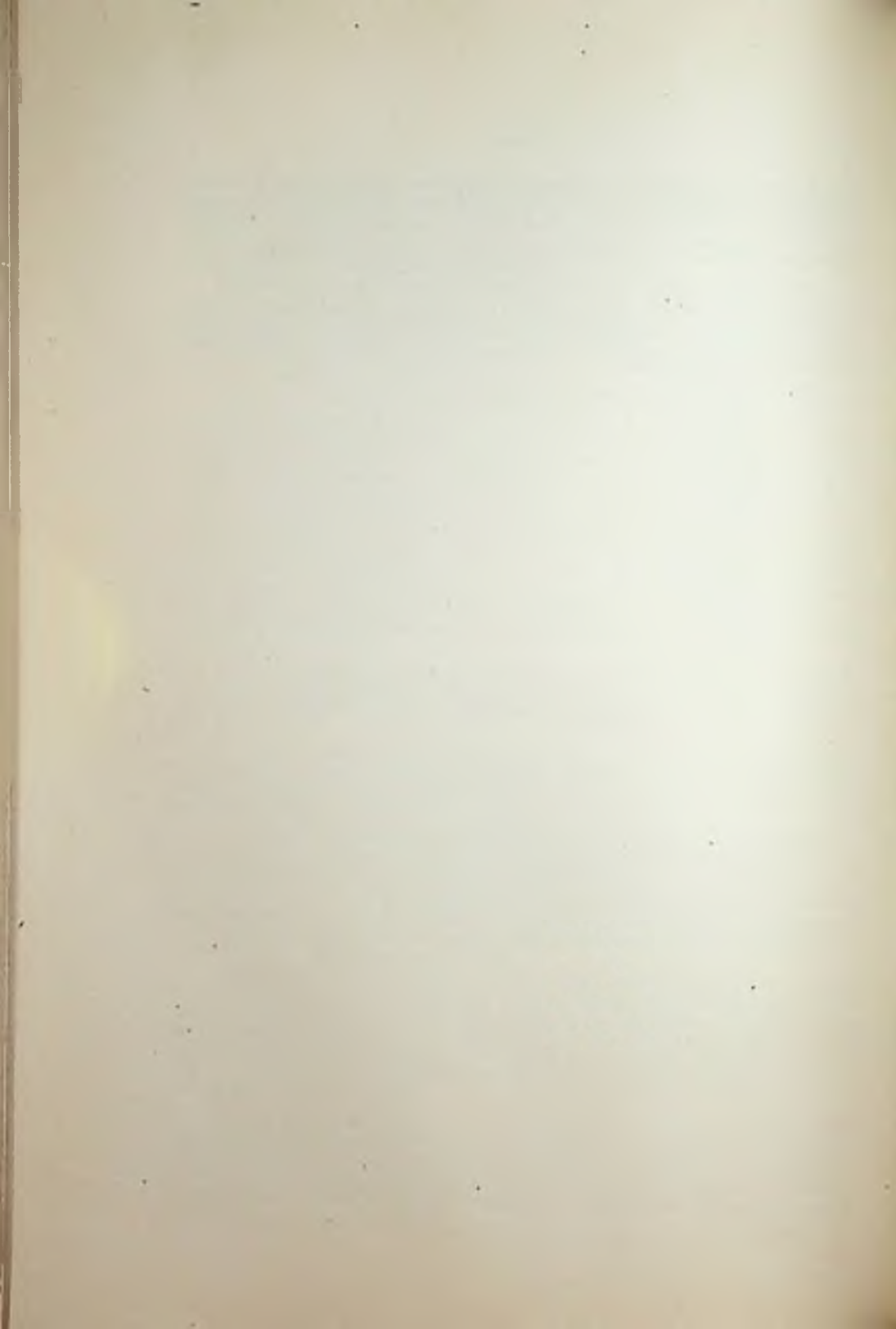
No dia 4 de maio fez-se de vela o chefe Braz Cardoso; porém mal manobrada a capitancia foi encalhar nos recifes da Lage, pouco soffrendo felizmente. No dia seguinte sahio indo ter ao porto do Recife, onde servio sob as ordens do cruel chefe Rodrigo Lobo, o executor das nefarias ordens recebidas e postas em pratica com as mais refinadas crueldades.

Para recompensar os serviços prestados no martyrio dos pernambucanos, foi promovido a chefe de esquadra graduado em 15 de novembro, e por Decreto de 13 de maio de 1818 se mandou contar a antiguidade de 12 de outubro de 1817, em attenção aos bons serviços prestados no commando dos transportes, que conduzio a tropa para Pernambuco.

Promovido a chefe de esquadra effectivo em 13 de maio de 1819.

Em 5 de abril de 1824 assignou o termo de juramento de nossa Constituição e na grande promoção feita a 9 de agosto do mesmo anno foi promovido a vice-almirante graduado e reformado na conformidade da lei em 10 de setembro.

Falleceu em 17 de fevereiro de 1829.



José Maria de Almeida

ALMIRANTE

Nasceu em Portugal

As afflictivas condições em que se achava a monarchia portugueza levou-a a estender a mão a já depauperada colonia, sugada por todos os meios e modos, por quantos alvarás a imaginação egoista de homens obtusos havia engendrado e ganancia de quantos agentes governativos haviam enviado para mais exploração, durante tres seculos.

Tanto assim é que a carta regia de 6 de abril de 1804 dirigida ao governador de Minas Athayde Mello (visconde de Condeixa) ordenava-lhe que convocasse os povos, e lhes expuzesse as afflictivas circumstancias da monarchia no meio da universal perturbação da Europa. O governador *convenceu* (como os demais das outras o fizeram) os povos da necessidade de soccorros de dinheiro, a ponto de excederem a mesma expectativa geral, cujo pedido se limitava à quota de 600 reis por cabeça de escravo. Em menos de um anno o governador pôde alcançar um *donativo voluntario* (segundo a phrase legal e usual) de 252.000\$000. Observa um chronista, occupando-se do facto, que «ninguém jamais se persuadiu deste successo, supposto o estado decadente do paiz. Mas o governador chamando à sua casa os habitantes de Villa Rica e grande parte dos da comarca, de modo os dispôz *por suas razões que inteirados da justiça da causa muito se excederão, dando mais do que pretendião*; e outros que menos se assignaláram, contribuirão à proporção de suas faculdades. E, encarregando dessa diligencia nas tres comarcas aos capitães môres dos termos, *forão taes suas instrucções que, dirigindo-se por ellas, tiveram seus commissarios igual successo. Entre todas, a comarca do Rio das Mortes fôra que mais se distinguio na occasião. Pode ser, que um ou outro dos encarregados excedesse as instrucções benenôlas que lhe forão dadas; mas o registro authenticô da secretaria depois das severas reprehensões, com que forão os excessos reprimidos, e si algum escapou deve-o à fortuna, que afastou os clamores da oppressão dos ouvidos deste bom governador benemerito dos reaes agradecimentos que o principe Nosso Senhor lhe endereçou em remuneração de tão importante serviço, pelo real erario e secretario competente.*»

Se a colonia bom ou máo grado, assim se manifestava, não era de estranhar que para ella lançasse suas vistas em procura de refugio seguro, às tristes contingencias em que se achava a côrte portugueza. E' assim foi feito.

Para recebê-la appareceram os editaes convocando os povos a enviarem ao Rio de Janeiro os seus donativos voluntarios. Carregadas desciam as reovas, à custa dos offerntes, fazendo mais de 80 leguas, tra-

zendo de Minas a inexaurível, numerosos donativos e offerlas do povo da Campanha ao príncipe regente, e para a recepção deste e sua comitiva assim vieram 30 bestas muares, 50 cavallos, todos ferrados, 730 cabeças de gado, 250 capados e muitos outros generos.

Não poucas foram as offerlas de dinheiro entre ellas a deixada em testamento pelo capitão-mór Pinto Coelho, fallecido na vespera, de 6000 crusados, ao príncipe regente.

Pode-se avaliar as avultadas despezas, respectivas diz Xavier da Veiga, considerando que o transporte era por cerca de 80 leguas de pessimos caminhos, e que muitos dos animaes offerlados os de estimação, foram conduzidos á mão para chegarem em bom estado ao poder dos principescos destinatarios, ou do mandarinato insaciavel que os cercava!..

Na esquadra que conduzio a familia real ao Brasil e que chegou ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, veio no commando da não *Conde D. Henrique*, o capitão de mar e guerra José Maria de Almeida, participando assim da fortuna real. Pouco antes havia estado no Brasil na *Minerva*, onde passou para o *D. João de Castro*, capitanea da esquadra de estação, levando em seo regresso os *donativos voluntarios*, para remediar as aperturas reaes.

Começou sua vida naval, assentando praça de aspirante a guarda-marinha em 5 de agosto de 1788, aproveitando-se do Decreto de 14 de julho d'aquelle anno que mandou augmentar provisoriamente a Companhia, que se cumpunha de 48 guardas marinhas, com mais 12 praças e além dellas mandou crear 24 aspirantes. No anno seguinte, a 11 do mesmo mez, era nomeado guarda marinha, sendo que foi sub-chefe da 3ª Brigada dos mesmos guardas-marinhas, em 2 de novembro de 1790 e chefe da 1ª em 28 de setembro do anno seguinte.

Promovido a 2º Tenente em 20 de abril de 1792 embarcou na fragata *S. Rafael* em 11 de junho, passando em 23 de março seguinte para a não *S. Antonio* em cujo navio passou a Primeiro tenente em 16 de Dezembro.

Seus meritos revelados desde escola o apressaram na carreira, tanto assim que em 20 de outubro de 1796 era promovido a capitão-tenente e nomeado commandante do brigue *Falcão* em 31 de janeiro de 1797.

Capitão de bandeira á bordo da não *Afonso de Albuquerque*, por nomeação de 31 de outubro, já promovido ao posto de capitão de fragata em 1 de agosto, teve para recompensar os seus serviços no ataque a Tripoli a promoção a capitão de mar e guerra, com clausula de não prejudicar a antiguidade em 27 de julho de 1799, e logo em seguida a 17 de agosto o commando da fragata *Minerva*.

Por decreto de 23 de maio de 1800, ordenou-se que se lhe contasse a antiguidade do posto em que se achava da data d'elle em diante.

No commando da fragata *Minerva*, que fazia parte da esquadra que foi mandada ás ilhas do Cabo-Verde, Benguella, Angola e diferentes portos do Brasil, e da qual fazia parte tambem a não *Rainha*, chegou ao Rio de Janeiro, onde passou para a não *D. João de Castro*, afim de commandar a esquadra aqui estacionada, o que se deo até 17 de janeiro de 1805, dia em que desembarcou em Lisboa.

Como dissemos, regressou ao Brasil na esquadra que a 29 de novembro de 1807, largou do Tejo sob o commando do vice-almirante Manoel da Cunha Souto Maior; veio no commando da não *Conde D. Henrique*, a antiga *Pilar* lançada ao mar em 1763, cujo commando exercia desde 5 de agosto de 1806.

N'esse navio veio a companhia dos guardas marinhas com o respectivo commandante e lentes.

No dia do desembarque da familia real no Rio de Janeiro a 8 de março de 1808, recebia José Maria de Almeida a sua parte na distribuição das graças com que D. João recompensou seus officiaes e auxiliares que a salvo a elle e a familia trouxeram e os acompanharam na sua fuga, corrido diante das tropas francezas; foi promovido a chefe de divisão.

Já havia porém D. João ao chegar'á Bahia, dado o primeiro côrte nos laços que nos uniam a Portugal; o illustre brasiliense Balthazar da Silva Lisboa, convencendo-o da necessidade da abertura dos portos coloniaes ao commercio mundial, entrega-lhe o alfange; D. João em compensação passava aos inglezes os direitos de disporem do commercio tanto de Portugal como do Brasil.

Estabelecida a côrte no Brasil, fel-a D. João, de modo definitivo; a sua organização moldada nos mesmos pesados órgãos da metropole, talvez mais sobrecarregada, acarretou despesas fabulosas, que importaram na paralysação de quasi todos os serviços.

Na distribuição dos cargos creados pela organização dos serviços navaes, coube ao chefe de divisão José Maria de Almeida, o exercicio de Vice-Intendente de Marinha e Inspectoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro por nomeação de 26 de outubro do mesmo anno, tendo desembarcado da não em 25 de junho.

Despensado do exercicio do cargo em que se achava em 1 de fevereiro de 1810, assumio o de Vice-Intendente da Intendencia e Contadoria da Marinha. Só em 17 de dezembro de 1815 teve a graduação no posto de chefe de esquadra, que se tornou effectiva em 15 de novembro de 1817.

Promovido a Vice-Almirante graduado em 3 de maio de 1819 foi nomeado no anno seguinte, a 20 de dezembro, Intendente da Marinha.

Chegou a epocha do regresso de D. João á Portugal; apesar de sua opposição, foi vencido pela politica de sua mulher D. Carlota Joaquina. Enquanto vertia lagrimas de saudades o monarcha pelas terras que o abrigaram, D. Carlota cheia de rancores, ao chegar a bordo da não que a devia transportar, jogava ao mar seus escarpins, dizendo que desta terra, nem o pó queria sentir.

Quando D. Pedro, que ficára como Regente, decidio-se a acompanhar o ideal dos brasilienses, fazendo resurgir uma nacionalidade da terra que por acaso Portugal havia encontrado, dando por consequencia uma personalidade ao *enjeitado* que durante tres seculos se consumira em alimentar o insaciavel pae de creação, deu-se o facto notavel singular de acompanharem os destinos do Brasil, repudiando os direitos, se é que o tinha a sua patria, quasi a totalidade de officiaes e empregados que aqui se achavam.

Se o principe o fizera, por que não os seus subditos, dirão?

Tendo adherido desde logo á nacionalidade brasiliense, pelo decreto de 5 de dezembro de 1822, foi nomeado para membro da commissão que, sob a presidencia do ministro da marinha deveria tratar de todos os objectos da marinha, que lhe fossem propostos pelo Presidente, e encumbida principalmente de conhecer, escrupulosamente, investigar e informar da conducta, adherencia á causa do Brasil, e embarque dos officiaes existentes na Corte que voluntariamente ficaram

ao serviço da Armada Nacional e Imperial; dos empregos que haviam occupado no Brasil; das prisões e conselhos de guerra que tinham tido, do numero de vezes que se haviam excusado ao serviço e finalmente do estado geral, em que se achavam para continuar, ou não n'elle, devendo estes trabalhos ter lugar todas as Terças, Quintas-feiras e Sabbados de tarde dos dias da semana na casa da Intendencia da Marinha.

Pôde a commissão obter os documentos necessarios graças ao proceder do Conde de Arcos que obsteu que os caixotes que os continham seguissem para Lisboa, motivo esse pelo qual foi responsabilizado.

Apurou esta commissão a adhesão de 98 officiaes, assim descrimnados: 2 vice-almirantes, 2 chefes de esquadra, um Chefe de Divisão, 10 capitães de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros tenentes e 29 segundos tenentes. Não adheriram 27 officiaes: 5 capitães de mar e guerra, 4 capitães de fragata, 7 capitães-tenentes, 4 primeiros tenentes, 5 primeiros tenentes graduados e 2 segundos tenentes que partiram para Lisboa no brigue dinamarquez «Aurora». Mais tarde muitos outros adheriram.

No entretanto apesar de tantas adhesões, foi necessario recorrer a outras nações principalmente á ingleza para obter officiaes que levassem a completo termo a nossa independencia.

A 12 de outubro de 1823, por decreto desta data foi promovido ao posto de vice-almirante effectivo.

A 5 de abril de 1824 jurava a Constituição Politica do Imperio.

Graduado em almirante em 29 de agosto de 1824, o foi a effectivo em 26 de abril de 1828, pedindo n'esta data a exoneração do lugar de Intendente de Marinha a qual lhe foi concedida.

Falleceo em 23 de novembro de 1835.

Paulo José da Silva Gama

BARÃO DE BAGÉ

ALMIRANTE

Nas fileiras do exercito portuguez, ao organisal-o o conde de Lippe, assentou praça como soldado no regimento de artilharia da Côrte, em 2 de julho de 1763, Paulo José da Silva Gama. No mez seguinte, isto é, a 31 de agosto, passou a Porta Bandeira do 2º Regimento da Armada. Promovido a tenente de mar a 9 novembro de 1768, embarcou dous dias depois na fragata *Graça*.

Não tendo os hespanhões cumprido o artigo 20 do tratado de Fontainebleau, de 1763, pelo qual deviam restituir os territorios na America aos portuguezes, pois só haviam entregue a Colonia do Sacramento, conservando-se no entretanto de posse de grande parte do territorio riograndense, os filhos do Brasil, levantaram protestos e embora sem autorisação, como fizeram os do norte em 1654, acudiram ao apello do heroico lagunense capitão Francisco Pinto Bandeira para a expulsão dos invasores. Sentindo o marquez de Pombal que mais facil era reba-ver a posse das terras pelo esforço de seus filhos do que pelos meios diplomaticos, enviou-lhes alguns auxilios e muitas instrucções em seu apoio.

La accesa a lucta. As arriadas dos brasilienses extendiam-se por toda a fronteira do sul, principalmente as dirigidas pelo saçanhudo *barriga verde* Raphael Pinto Bandeira, filho do procedente fazendo com que largassem os castelhanos as terras conquistadas -

Mais cuidadoso da sêde do seu governo, accumulava n'ella o vice-rei do Brasil mais forças do que justamente onde se precisava. Lembra-va e punha em execução, como de grande valor, a remessa para lá de um regimento de pretos (os Henriques); serveria no seo dizer, pela côr dos soldados para terror dos hespanhões que delle fugiriam; não por esse predicado, mas sim pelo valor demonstrado dizemos nós.

Pombal que nunca teve em consideração o valor de uma marinha de guerra, deixou enquanto cumulava o rei de riquezas para as suas festanças, que apodrecessem no Tejo o principal elemento da grandeza de Portugal de outr'ora. O ouro do Brasil que desde D. Pedro V abarrotava as náos portuguezas só servio para empobrecer e arruinar a nação, devido a má applicação a elle dado.

As náos e fragatas aproveitaveis foram mandadas sahir para levarem ao Brasil algum auxilio e em uma d'ellas, na fragata *S. João Baptista*, onde se achava servindo desde 11 de fevereiro de 1771 Paulo José

da Silva Gama. Em 17 de setembro de 1774 passou a ler embarque na não *Santo Antonio* e n'esse navio foi até Santa Catharina levar tres regimentos commandados pelo general João Henrique de Böhm que ia commandar o exercito do sul, e lá chegou em Dezembro. Nesse mesmo mez, a 27 passou para a fragata *Príncipe do Brazil*, em cujo navio teve commissão de capitão tenente.

Emquanto o chefe Mac Dwall em fevereiro de 1776 organisava no Desterro uma expedição composta de nove navios nos quaes como artilheiros foram embarcados 220 homens do regimento de linha da terra, conhecido desde muito pelo Regimento *Barriga Verde*, andava em cruzeiro o *Príncipe do Brasil*.

Em 1 de maio de 1777 foi Paulo da Gama mandado servir na esquadra do Sul, que tenha a missão de defender a ilha de Santa Catharina, tão desgraçadamente entregue por aquelles que tinham por dever a sua defesa. Da vergonhosa capitulação só a honra foi salva dos soldados *barrigas-verdes* e dos pernambucanos.

Com a sua poderosa esquadra de 20 navios de guerra e 97 transportes conduzindo 10.000 homens de desembarque foi facil em vista da nenhuma opposição a D. Pedro de Cevallos a posse da ilha.

O chefe de esquadra Roberto Mac Dwall, em vista das ordens do vice-rei para que não compromettesse a sua esquadra á aproximação da de Cevallos foi occultar-se na Caixa d'Aço, em Porto Bello, enseada das Garoupas.

D'ali seguiu para o Rio de Janeiro.

Para que se avalie do estado da esquadra que sob suas ordens tinha Mac Dwall vamos transcrever uma carta de agosto de 1777 que escreveu o marquez de Lavradio, principal responsavel, a Lobo Saldanha, capitão general de S. Paulo. Compunha-se a esquadra da não *Santo Antonio*, de 60 peças a 500 praças do commando do capitão de mar e guerra José da Silva Pimentel; dita *Senhora d'Ajuda*, de 64 e 500 praças, do de José dos Santos Ferreira; dita *Senhora de Belem*, de 54 e 440 praças, do de Antonio Januario do Valle; fragata *Nazareth* de 42 e 320 praças, do de Thomas Stevens; dita *Príncipe do Brasil* de 34 e 240 homens, do de Antonio Jacintho da Costa; dita *Senhora da Gloria* de 26 e 200 praças de Tristão da Cunha; dita *Assumpção* de 31 e 240 homens, de João Nicolau Seagmkl; dita *Princesa do Brasil* de 28 e 200 praças de Francisco Bittencourt; dito *Senhora do Pilar* de 26 e 220 homens de Arthur Philipps e finalmente *Nossa Senhora da Graça*, de 24 e 200 praças de Frederick Hasselberg.

Dizia elle: — Os desgraçados successos que não cansam de perseguir-nos têm lido presentemente a sua continuação; o primeiro em se enganado hum navio da nossa Esquadra que commanda o capitão de mar e guerra José de Mello, com outro da mesma Esquadra, com mandada pelo capitão de mar e guerra D. Francisco Xavier Telles, e julgando-se hum e outro inimigo, se attacarão na noite de 11 a 12 de junho.

Com a noticia dos tiros passou a nossa Esquadra a examinar o que hera, e como não estava muito distante chegou ainda com a noite, e vendo o chefe que herão dous navios que se batiam, meteu-se entre elles para reconhecer qual era o inimigo, e continuando as equivocacões, se principiou de novo o attaque com José de Mello, e dentro em breve tempo se achava a Esquadra junta; os que reconhecerão o navio de José de Mello dirigião-se a hir a attacar a de D. Francisco Telles, voltarão a attacar o outro, até que o incidente de pegar fogo em

huns poucos de cartuchos de Polvora que estavam na tolda do navio o *Santo Antonio* os outros o *Prazeres e Ajuda* e este reconhecimento embaraçou a continuação do Combate que poderia ser o mais lastimoso, e causar toda a nossa desgraça. Nesta ocasião morreu D. Francisco Telles de huma bala que lhe levou uma perna. Elle durou ainda algumas horas.

O fogo do navio chefe queimou quarenta marinheiros e alguns morrerão, porém a maior parte tem escapado e já se achão em estado de continuarem a campanha. Os navios não tiveram mayor estrago, que parece cousa milagrosa, porque chegando a desordem ao ponto em que esteve, podia a Esquadra toda ficar destruída, ou ao menos ter voado e navio chefe, a desordem em que tinha a sua polvora, e a desesperação dos pobres queimados, que vendo-se ardendo em fogo corrião por toda a parte do navio com os vertidos que tinham sobre si incendiados, conduzindo-os a sua cegueira a hirem alguns buscar o Payol da Polvora, de donde as sentinellas os tirarão com muito trabalho, e assim mesmo não houve muitas das outras desgraças que podia ter succedido. Depois disto que remediei como pude tornando a fazer sahir a Esquadra reparada dos damnos que recebeu e mettendo-lhe gente do novo em lugar dos que tinham sido feridos, de sorte que no dia 9 do mez passado a fiz sahir para o mar.

A esquadra havia sahido a 30 de maio.

Confirmado Paulo da Gama em capitão tenente em 16 de julho de 1779, passou em 26 de abril de 1783 para a fragata *S. João Baptista* e no anno seguinte para a fragata *Golfinho*, a 13 de julho de 1784.

Como se sabe até 1783 os postos inferiores á Capitão General dos Galões da Armada Real de Alto bordo do Mar Oceano, tenente General, Marechal de Campo com exercicio na marinha, Coronel de mar, bem assim o de Vice-Almirante, Chefe da Esquadra, Capitão de Mar e Guerra, não eram effectivos, mas sim por viagens, ou provisorios.

Em 1784 passaram a ser denominados, Marechal de Campo em exercicio na Marinha, Coronel de mar e guerra, capitão-tenente, tenente de mar, Guarda Marinha e sargento de mar e guerra.

Assim passou Paulo da Gama a capitão de mar e guerra com a clausula da Patente antecedente em 28 de setembro de 1874, seguindo no commando de não *Ajuda* para a India. Commandou este navio desde 21 de julho de 1875 a 20 de março de 1787, quando passou na mesma qualidade para a fragata *S. João Baptista*, n'esta se conservando até 7 de abril de 1789 em que passou a commandar a fragata *Graça*.

No anno seguinte a 9 de julho, embarcou para a fragata *Cisne* da qual assumio o commando em 27 de novembro do mesmo anno para deixal-o a 20 de julho de 1792, quando passou a commandar a fragata *Minerva*.

Em 10 de setembro de 1795 foi Paulo José da Silva Gama promovido a Chefe de Divisão, e em 5 de junho de 1797 a chefe de esquadra graduado. Assumio em 5 de setembro de 1798 o commando da fragata *Amazonas*, passando a sua insignia para a não *Princesa da Beira* em 9 de outubro do mesmo anno. Dessa não passou para o *Vasco da Gama* capitanea da esquadra que operou em Tripoli.

Promovido a effectividade do posto de Chefe de Esquadra em 24 de junho de 1799 passou a applicar na administração publica a sua actividade.

Nomeado Governador da Capitania do Rio Grande do Sul em 18 de outubro de 1801, devido a campanha que rebentou no sul, só em 30 de janeiro de 1805 assumiu o governo, em tempo que se tornavam mais serias as questões de limites entre Hespanha e Portugal.

Em apertadas circumstancias governou, pois com elle insistia o marquez de Sobremonte, elevado a vice-rei do Rio da Prata, para que servisse de uma parte da fronteira o rio Ibicuihy.

O titulo que recebeu de barão de Bagé, bem o mereceu porque foi um dos governadores que embora premido pelas innumeradas difficuldades oriundas de desleixo sem nome, conseguiu manter activa vigilancia contra as pretensões castelheanas, accumulando elementos para a sua defesa. Correspondeo assim o chefe de Esquadra Paulo José da Silva Gama a escolha que delle foi feita, pois cuidou quanto n'elle cabia, de todos os ramos da administração. Tratou de melhoramentos materiaes da capital: deu ordem na contabilidade pela recém instituida Junta de Fazenda, cujas secções tiveram principio em 14 de fevereiro de 1805; crearam-se alfandegas que augmentaram as rendas.

A 17 de agosto de 1810 foi nomeado Conselheiro do Conselho Supremo Militar, onde pouco se demorou, pois no anno seguinte foi nomeado a 13 de maio, governador e Capitão General do Maranhão.

Com a elevação de governo subalterno a de Capitania de S. Pedro, conforme o decreto de 25 de fevereiro de 1807, foi nomeado governador e capitão general e Conselheiro do Conselho Ultramarino D. Diogo de Souza, depois conde do Rio Pardo, que por diversas circumstancias que retardaram a sua vinda só se empossou do governo a 9 de outubro de 1809.

Não foi esquecido o Chefe de Esquadra Paulo José da Gama e Silva, na promoção geral feita por D. João para solemnizar a sua chegada ao Rio de Janeiro, pois a 13 de maio de 1808 foi promovido ao posto de vice-almirante.

Embora feita a paz, continuavam os castelhanos com a idéa de re-haver o territorio que consideravam como seu. Conhecida a alliança de Hespanha, Inglaterra e Sicilia, apesar desses successos que mudaram rapidamente a face das cousas, não deixou Paula da Silva Gama de achar conveniente postar-se interinamente em ponto mais immediato a fronteira, onde estivesse mais ao alcance de observar a conducta e o movimento dos Hespanhóes.

Por falta de meios todos os planos de governo falhavam. A absorpção pelo Erario Publico de todas as rendas da Colonia e da propria riqueza particular tinha levado a penuria a todos os ramos de actividade. «Por falta de meios, eram privados dos seus soldos e fardamentos os soldados da Ilha de Santa Catharina, Rio Grande e da Praça da Colonia.

Por falta de meios nem as ferramentas necessarias se podia dar aos colonos, de accordo com as reaes ordens. A muitos e differentes pessoas a quem se tem tomado os seus generos e effeitos sem poderem com a venda destes engrossar melhor as suas fazendas: a muitos e diversos trabalhadores que tem passado necessidade por falta de prompto pagamento dos seus jornaes; e ultimamente a muitos e diversos negociantes a quem na Colonia se tomou o proprio dinheiro das suas remessas, para aqui se lhes satisfazer no tempo da proxima guerra, sem que até o presente seja possivel remirem as suas vexações e o infallivel empate do giro de seu negocio.

Decadente a agricultura, pois tudo o que se produzia era por obrigação vendido ao governo — o unico comprador dos productos — mas que não pagava. Quando requereram os plantadores a liberdade de vender seus productos a quem lhes approuvesse, isso com o fim de receberem algum dinheiro e não trabalharem de graça, tiveram em resposta a que deu Martinho de Mello e Castro ao Marquez de Lavradio.

«Os fabricantes que desejam a liberdade de vender a quem lhes parecer, não sabem o que querem: entendem que o seu genero é tão singular, que lhes comprarão por mais alto preço que o que presentemente recebem da Real Fazenda: e nisto se enganam grosseirissimamente.»

Que lhes importava aos productores o preço que lhes dizia pagar a Fazenda Real, se esta nunca lhes pagava! O que elles queriam era obter um dinheiro do que produziam, por pouco que fosse.

Sobre esse assumpto Paulo da Gama, em 22 de Julho de 1803 escrevia: Nesta occasião pela Galera *Providencia*, remeto ao inspector de Cordoaria de Lisboa duzentas arrobas de linho e sessenta de estopa, produzidas da real feitoria, e com estas vão mais onze de um particular unico que presentemente cuida n'esta cultura, porque, tendo-se no principio repartido pelos lavradores uma porção de linhaça, alguns destes entregaram o linho que nunca se lhes pagou não obstante as ordens que para isso tem o vice-rei do Estado, e como os unicos lavradores d'esta Capitania são ilhéos ou d'elles oriundos e geralmente pobres, não tendo outro adjutorio que os proprios braços e de seus filhos applicando-se a este trabalho que se lhe não paga, ficam impossibilitados de trabalhar nas sementeiras com que remedeiam as suas precisões e de suas familias: estas, Ex. Snr. foram as respostas que me deram a maior parte dos lavradores, e quem mandei chamar para repartir por elles a linhaça, assegurando-lhe a benevolencia de S. A. Real, e que seriam pagos de todo o linho que me trouxessem, com o que ficaram muito satisfeitos, prometendo-me toda applicação n'esta cultura, que julgo ser o verdadeiro meio de animar esta gente, e propagar sem violencia tão proveitosa cultura.

Como elemento historico damos um officio do Barão de Bagé ao Conde de Arcos sobre o proceder do Intendente de marinha do Maranhão e que bem demonstra o espirito de anarchia reinante.

Ilmo. Exm. Snr. Se eu não dezesasse quanto posso, e emquanto me hé compativel com o cumprimento dos meus deveres, e ter de pegar na penna em desabono da conducta dos homens empregados, que servem debaixo das minhas ordens, ha mais tempo eu teria posto na Real Presença de S. Magestade, que a conducta irregular, e indiscreto caracter do actual Intendente de marinha desta Capitania Manoel do Canto de Castro Mascarenhas o tornavão incapaz de exercer dignamente o importante cargo, que aqui occupa, porém os factos recentemente acontecidos, e que vou expôr a V. Ex. me obrigão agora, sem hezitar, a queixar-me a S. Magestade do referido Intendente, e a expôr-lhe quanto este homem por seu genio inquieto e intrigante hé aqui prejudicial ao serviço de S. Magestade e ao socego destes povos.

Appareceo n'esta cidade vindo de Pernambuco com seus Passaportes, em dias de Dezembro passado, hum extravagante por nome Manoel Gregorio Villas Boas, Moço da Camara de S. Magestade, e Commendador na Ordem de Christo; este homem, cuja conducta irregular já participei ao Exmo. Snr. Ministro de Estado dos Negocios do Brasil em officio de 6 de Fevereiro deste anno, teve logo por amigo e companheiro de seus deboches e divertimentos nocturnos o Intendente de Marinha, e alguns

outros de tão bom juízo, e de igual caracter, que auxiliavão a sua impostura para fazer persuadir ao vulgo de que vinha encarregado, como espião, para examinar occultamente, e informar a S. Magestade dos procedimentos e conducta das Authoridades publicas; e não menos das pessoas qualificadas desta terra, para as fazer castigar, ou premiar conforme as suas informações e outros despropositos desta natureza que repugnão ao senso commum, mas que entretanto illudem o vulgo ignorante que não conhece nem o que hé ser Moço de Camara, nem a incoherencia de taes asserções; e d'aqui procedeo, para o fazerem mais celebre ou mais temivel, que inventassem o havião envenenado por aquelle motivo; cujo delicto e seus cumplices não o querendo declarar o dito Villas-boas, não se pôde averiguar por mais escrupulosas, que fossem as diligencias sobre este assumpto, e a devassa a que procedeo o Ouvidor do Crime.

Ultimamente retirando-se o tal Villas-boas para essa Côrte na Sumaca *Leopoldina*, que sahio deste Porto em 13 de FEVEREIRO, como portador de muitos requerimentos e participações a S. Magestade, e protector de quantos loucos tiverão a fraqueza de acreditar a sua missão clandestina; e arribando ao mesmo Porto no seguinte dia por occasião de vomitos que lhe sobrevierão, o Intendente indo a bordo buscar o Villas-boas, me escreve depois o officio, que remetto a V. Ex. por copia n. 1, no qual pretende persuadir-me, que logo ao sahir da Barra em certa altura lhe apparecera a Escuna *Bella Eliza*, de que hé proprietario Antonio José Meirelles, Negociante desta Praça e Commandador na Ordem de Christo, e que unindo-se lhe uma Canoa com vinte Pretos do mesmo proprietario procuravão atacal-a, tudo para embarçar aquelle regresso do tal Villas-boas; supposição esta que ainda que com malicia a não declara positivamente o referido Intendente no seu officio, ella bem se depreheende pellos fallatorios da Cidade, a que se refere, que não forão outros mais que divulgarem as da sociedade de Villas-boas com antecedencia, que o dito Negociante Meirelles, que era o alvo das intrigas, e a quem procuravão desacreditar e perder, armara a dita Escuna *Bella Eliza* com petrechos de guerra para aquelle fim, e que por isso, a fizera sahir com precedencia no dia 11 do mesmo mez para lhe sahir ao encontro na sahida, supposição esta, como disse, que a quiz o Intendente verificar com a participação, em que me pede embarçasse a sahida da sumaca arribada, quando já erão impraticaveis quaesquer providencias da minha parte, pois que não só a sumaca, que fundeo fóra da Barra, sahio immediatamente apenas tinha largado o Villas-boas, como se vê da parte do Official Commandante do Forte da Barra, n. 2, e da attestação do Ajudante de Milicias, que foi a bordo por meu mandado, n. 3, mas porque athé mesmo que não tivesse sahido tão rapidamente, como sahio, o modo por que o Intendente fez chegar á minha presença a sua participação como se vê da mesma sobredita attestação do referido Ajudante, mostra que de propozito tinha intenção premeditada de involver tempo para que dezapparecendo a sumaca, tudo ficasse na impossibilidade de se conhecer a falsidade da sua participação, e a indignidade da baixa intriga, e porque lhe respondi com o officio n. 4, increpando-o da sua incoherencia, e mostrando-lhe a impossibilidade, em que estava de reter huma Embarcação, que no mesmo dia da arribada, e antes de eu receber aquella participação se havia retirado, quando elle mesmo a poderia ter embarçado sem dependencia das minhas ordens, e athé conduzindo o Mestre á minha presença para a averiguação, que elle me annunciava, me respondeo com o officio copia n. 5, no qual V. Ex. verá como faltando á verdade, transtorna o facto para desculpar omissões, que só a elle poderão ser imputaveis.

Por cujo motivo, não obstante eu estar intimamente persuadido da futilidade de similhante accuzação, innacreditavel por si mesma, com tudo para de huma vez conhecer a falta de verdade, e mais dezejos deste Intendente contra o referido Negociante Meirelles, ordenei á este que deveria justificar-se d'aquella accuzação, que lhe era injurioza, e digna de hum exemplar castigo; e da justificação que remetto n. 6, tirada em Pernambuco, onde felizmente se achavão ambas as Embarcações com suas Tripulações e Passageiros, tanto da Sumaca *Leopoldina* como a Escuna *Bella Eliza*, verá V. Ex. a impostura e negra calunnia, com que se pretendia perder este Negociante, pois que pelos juramentos dos Mestres d'aquellas mesmas Embarcações, sua Tripulação e Passageiros respectivos, se manifesta que não aconteeo nada do quanto o Intendente me participa, que nunca da Sumaca *Leopoldina* se vira a referida Escuna *Bella Eliza*, nem tal Canoa com vinte Pretos, dizendo apenas o Mestre pa Sumaca, que vira duas pequenas Embarcações, que não sabe o que éra, e que nunca se dirigirão para a Sumaca.

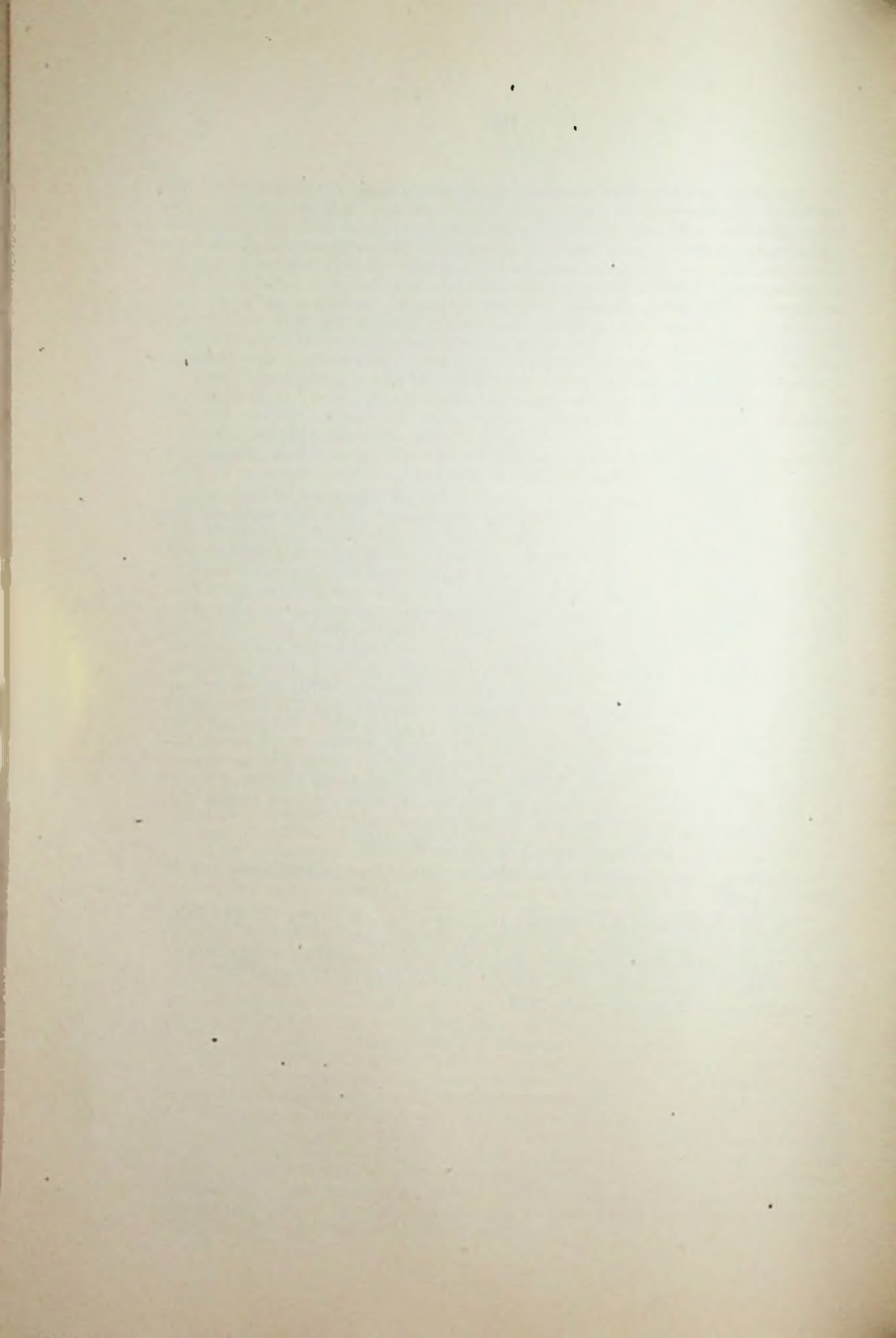
De tudo pois quanto acabo de referir, V. Ex. não poderá certamente deixar de olhar com assombro a falta de caracter, com que hum official de graduação do Intendente, constituido aqui em hum cargo de muita representação, não se envergonha de originar intrigas, calunniar sem rebuço, e fomentar partidos contra a tranquillidade publica, e serviço de S. Magestade, e finalmente a animosidade, com que se atreveo a dar-me formalmente huma parte falsa (crime rigorosamente punido pelas Leis Militares) qual a do seu citado officio n. 1, sustentada pelo seu outro n. 5, em que não só continúa nas mesmas, e outras falsidades conhecidas, e claramente demonstradas pela dita justificação n. 6, e documentos ns. 2 e 3, mas athé me desmente sem nenhum respeito ao Lugar, em que me acho constituido, nem á verdade e razão, que lhe fallarão no meu officio: por tanto rogo pois a V. Ex. se sirva levar á Augusta Presença de S. Magestade quanto acabo de expôr, para que o Mesmo Augusto Senhor, tomando tudo em consideração, se sirva dar as Providencias, que mais convierem ao Seu Real Serviço. Deos Guarde a V. Ex. S. Luiz do Maranhão 10 de julho de 1818. *Paulo José da Silva Gama*. G^{ra}. e Cap^{ta}. General, Ilm. Exm. Snr. Conde dos Arcos.

Promovido a almirante em 13 de maio de 1818.

Acceitou a nacionalidade brasiliense, jurando a constituição a 5 de abril de 1821.

Em 20 de janeiro fez entrega ao Thesouro, em nome de seu filho Paulo José da Silva Gama de um conto de reis, que no desejo de concorrer para augmento e prosperidade dos meios applicados á grandeza e integridade do Imperio, offerencia para as despesas da Esquadra.

Falleceo a 22 de março de 1826.



Francisco Antonio da Silva Pacheco

VICE ALMIRANTE

Nasceu em Portugal

E' perfeitamente explicavel o facto de, sendo a nossa marinha relativamente nova, contar desde logo no quadro de seu pessoal, tão grande numero de officiaes generaes.

A vinda da familia real para o Brasil, se alliviou o quadro naval da metropole, veio entumecer o do novo reino com extraordinario numero de officiaes em altos postos, mais elevados ainda, com a grande promoção feita por D. João na vespera de seu desembarque no Rio de Janeiro.

Tão ampla foi ella, que dir-se-ia para uma armada de cem navios de linha, quando a esquadra que acompanhou o regente, já quasi desmantelada pela vetustez, a mandaram para o ancoradouro de S. Bento, a fazer companhia aos demais navios que ali estavam a apodrecer devido ao abandono.

Ao retirar-se a familia real deixaram-se ficar taes officiaes, quasi todos na burocracia da carunchosa e pezada engrenagem administrativa organizada para accommodar e lisongear a côrte. Ao dar-se, por fim, a nossa independencia, não querendo os contemplados afastar-se de tão commodas posições donde auferiam pingues proveitos, adheriam à nova patria, sobrecarregando-a com um peso morto de grande monta e tanto assim que não podendo contar o Governo com esse elemento para combater as forças da mesma nacionalidade que teimavam em permanecer no Brasil, foi preciso recorrer á outros de origem differente, por não contar com filhos do paiz em altos postos.

Na esquadra que transportou D. João e toda a côrte portugueza para o Brasil, como capitão de fragata veio Francisco Antonio da Silva Pacheco; ao chegar ao Rio de Janeiro foi promovido a capitão de mar e guerra a 7 de março de 1808.

Alumno da Academia de Marinha de Lisboa onde completou o curso mathematico, foi mandado embarcar como voluntario na fragata *Ulysses* que depois se chamou *Urania*, a 29 de outubro de 1793, sendo promovido a segundo tenente em 16 de dezembro. N'esse navio se conservou até 23 de dezembro de 1795, onde, sete dias depois recebeu a promoção ao posto de Primeiro Tenente, passando então a ter embarque na fragata *Tritão*. Capitão Tenente em 20 de outubro de 1796, assumio o commando da fragata *Activa*, na qual fez uma viagem ao Cabo Verde, em 19

de setembro de 1798. Desse navio passou no anno seguinte, a 19 de outubro, para a fragata *Golphinho* onde se conservou até março de 1801 quando passou a servir á bordo da não *Conde D. Henrique*.

Passou a commandar o bergantim *Galvota* de 11 de abril do mesmo anno até 2 de dezembro, quando então passou a embarcar na fragata *Fenix* e a 21 de maio do anno seguinte na não *Affonso de Albuquerque*.

Nomeado major da esquadra do Estreito em 17 de setembro de 1803 do exercicio deste cargo passou ao commando do bergantim *Vingança* em 29 de março de 1805.

Promovido a Capitão de Fragata em 17 de dezembro de 1806 foi nomeado para commandar a fragata *Carlota* em 9 de outubro de 1807, cargo esse que não chegou a assumir em consequencia de alterações nos commandos dos navios que apressadamente foram preparados para conduzir a familia real ao Brasil fugida á approximação das tropas francezas que haviam invadido Portugal.

Chegado ao Rio de Janeiro, como dissemos, foi promovido a capitão de mar e guerra e nomeado commandante da fragata *Urania*, de seu primeiro embarque; isto, em 29 de março de 1808. Quiz ainda o destino que nesse navio naufragasse na costa do Cabo Verde a 5 de fevereiro de 1809.

Do Cabo Verde regressou o capitão de mar e guerra Pacheco para a Bahia no bergantim *Destemido*, onde passou a embarcar na não *D. João de Castro*, em 5 de maio; navio esse queahi licára a fabricar em consequencia de ter chegado com agua aberta e com outras avarias, desde que sahira de Lisboa fazendo parte da esquadra que acompanhou a familia real.

Submettido a conselho de guerra, por sentença do Supremo Conselho Militar de Justiça de 23 de agosto, foi declarado sem culpa.

Seis annos depois, em 21 de março de 1815, embarcou na fragata *Principe D. Pedro* afim de ser transportado para Lisboa e ahi ser empregado sob as ordens do chefe de divisão Rodrigo Lobo, nomeado commandante da esquadra do Estreito.

Ao chegar a Lisboa tomou o commando da não *Vasco da Gama*, capitanea d'aquella esquadra, em 22 de junho de 1815, e dois mezes depois o da fragata *Fenix*, regressando para a mesma não a 26 de setembro do anno seguinte. Tendo D. João, no intuito de conquistar a Banda Oriental, ordenado que em Portugal fosse organizada uma expedição, coube á não *Vasco da Gama*, como capitanea da esquadra comboiar os transportes; como commandante da fragata *Graça* regressou ao Brasil o capitão de mar e guerra Pacheco.

A 14 de janeiro de 1816 com destino a Santa Catharina sahio uma divisão naval composta da fragata *Graça* do commando de Silva Pacheco, da fragata *Principe D. Pedro*, corveta *Voador* e brigues *Lebre*, *Presidente* e *Atrevido*, que depois regressou ao Rio de Janeiro, passando então ao commando da fragata *Phenix* Silva Pacheco.

A 12 de junho, com a divisão de voluntarios Reaes chegada ao Rio de Janeiro, fez-se de vela nova divisão sob o commando do chefe de divisão Rodrigo Lobo, e da qual fez parte a fragata *Phenix*.

Para o bloqueio de Montevideo seguiu elle.

Na esquadrilla organizada com navios de commercio adquiridos na-praça do Rio de Janeiro, improprios para navios de guerra e arma-

dos do mesmo modo, seguiu como chefe o capitão de mar e guerra d. José de Menezes, Conde de Tancoas á bordo da não *Vasco da Gama*, cujo commando havia assumido Silva Pacheco em 26 de setembro de 1816.

Em outubro achava-se essa força em frente a Maldonado a espera das do general Lecór, que de Santa Catharina, por terra haviam se dirigido para o Rio Grande onde chegando, para entrar em campanha fôra preciso que a população da capitania se cotizasse para prover-as de recursos.

Depois da tomada lle Maldonado, bloqueado pela fragata *Phenix*, brgues *Falcão* e *Galvota* e escuna *Tarlara*, deixou Silva Pacheco o commando da *Vasco da Gama*, em 9 de abril de 1817, sendo nomeado Inspector interino do Arsenal de Mariñha em 4 de julho.

Nomeado commandante da fragata *Orestes*, em cujo navio arvorou o seu pavilhão de commandante da esquadra do Rio da Prata em 7 de setembro de 1817, seguiu para Montevideo.

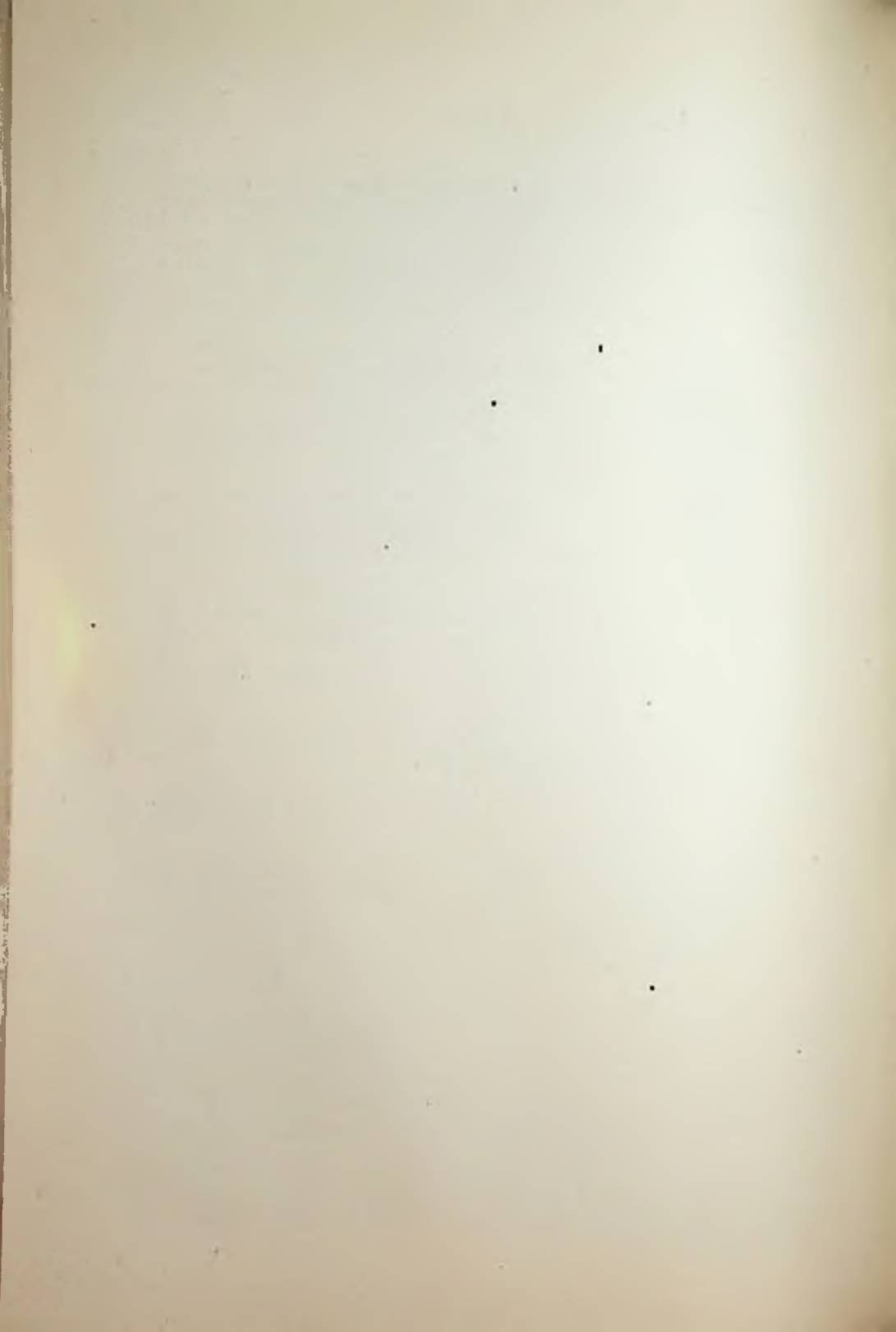
Promovido a chefe de divisão em 12 de outubro, foi nomeado Inspector effectivo do Arsenal de Marinha em 12 de dezembro.

De regresso o chefe de esquadra Rodrigo Lobo de Pernambuco, onde afogara em sangue uma das explosões do sentimento nacional e barbaramente mandara açoitar os patriotas que exigiam igual tratamento dado aos filhos da metropole entregou o chefe de divisão Silva Pacheco em 8 de fevereiro de 1818 o commando da esquadra, e no commando da fragata *Orestes* fez-se de vela para o Rio de Janeiro, onde desembarcou em 17 do mesmo mez.

Chefe de esquadra graduado em 13 de maio de 1819 e foi effectivo em 12 de outubro de 1823, tendo antes a 5 de abril deferido juramento da Constituição do Imperio do Brasil.

Promovido a vice-almirante graduado em 9 agosto de 1824, teve a effectividade do posto em 29 agosto de 1826.

Falleceo em 6 de fevereiro 1827.



Tristão Pio dos Santos

VICE-ALMIRANTE

Filho do Capitão de Mar e guerra
Pio Antonio dos Santos nasceu na
Colônia da Sacramento.

Como piloto servindo na Armada do Sul, foi por patente do vice-rei do Brazil de 17 de dezembro de 1772, promovido no Rio de Janeiro a capitão de mar e guerra *ad honorem* Pio Antonio dos Santos, que do seu consorcio deixou para continuadores de seu nome na marinha portugueza e na nossa tres dignos filhos: Antonio, Tristão e Pio. O primeiro, teve praça de aspirante à guarda marinha em maio de 1790.

Emquanto fazia-se à vella para o Brazil a esquadra portugueza, flanqueada pela ingleza, trazendo fugitiva a familia real e interminavel coorte de fidalgos, que a exemplo do amo, abandonava a patria ao invasor, Antonio Pio dos Santos e outro illustre filho do Brasil, o 1º tenente Luiz Barroso Pereira, mostravam o seu valor na defesa d'ella.

O primeiro unia-se ao exercito inglez, tendo assentado praça de soldado voluntario na quarta companhia de cavallaria organizada em Coimbra pelos pundenorosos portugueses e esteve na acção de 21 de agosto de 1808. O segundo recebeu o commando de algumas canhoneiras e mereceu de seus chefes rasgados elogios pelo seu zelo e gallardia, principalmente pelo que praticou em Santarém, onde se achava o general francez Massena. Voltou Antonio Pio dos Santos a marinha em 7 de Janeiro de 1809, como capitão tenente.

Sua grande amizade a D. João VI, que lhe dispensava toda a benevolencia e camaradagem, fez-o acompanhar seu amigo a Lisboa; foi o unico official brasileiro que assim procedeo.

O terceiro, foi guarda marinha em 1798 e como Primeiro tenente, passou para o exercito, como capitão de cavallaria em dezembro de 1817.

Tristão Pio dos Santos que assentou praça de aspirante a guarda marinha em 17 de Junho de 1791, continuou a carreira iniciada e não abandonando a sua patria chegou as cumiadas da profissão, occupando tambem posição de destaque na administração publica.

Guarda marinha em 24 de julho de 1796, passou a Segundo Tenente em 5 de novembro do mesmo anno, embarcando-se na não *Princesa da Beira* em 8 de dezembro.

Primeiro Tenente no anno seguinte, a 5 de junho, continuou a servir á bordo do mesmo navio até que em 16 de outubro de 1798 passou para o bergantim *Lebre* e em seguida a 3 de dezembro para o bergantim *Gavião*, em cujo navio desempenhou diversas commissões.

Na não *Vasco da Gama* para onde passou em 12 de março de 1803, se conservou até 20 de abril de 1804, quando então passou para a não

Rainha de Portugal. Desse navio desembarcou para servir no bergatim *Vingança*, em cujo commando esteve até 29 de março do anno seguinte, quando o deixou para assumir o da charrua *Princesa Real*, isto em 28 de maio de 1806. No commando deste navio foi promovido ao posto de capitão tenente em 17 de dezembro de 1806, indo então servir como immediato da não *Madua*, commandada então pelo capitão de mar e guerra Henrique da Fonseca Souza Prego.

Nessa função fez parte o seu navio da esquadra que acompanhava a familia real, sahida a 29 de novembro de 1807, do porto de Lisboa. Se não soffreo este navio as faltas que sentiram os demais pela imprevidencia, atropello e principalmente de numerario para aquisição de mantimentos e generos necessarios á viagem, foi porque todas as despesas para o seu abastecimento foi feito ás expensas do riquissimo e illustre brasiliense Felisberto Brant Pontes (que havia seguido para Lisboa em 1788, com praça de cadete e onde depois de cursar o collegio dos Nobres, passou-se para a Academia de Marinha. Pela organização desta, aos alumnos premiados cabia o direito a accesso. No fim do curso (que era de cinco annos) tantos foram os premios obtidos pelo jovem e talentoso mineiro que davam o direito ao posto de capitão de mar e guerra! Privou-o desta graduação a circumstancia de só contar 20 annos. Passou então para o exercito, como major do estado maior, como pedio. Era então tenente coronel que foi uma das figuras mais salientes e progressistas produzidas nesse solo abençoado.

Teve o titulo de Marquez de Barbacena pelos serviços prestados, mas por ter feito partir de palacio dous favoritos influentes, confidentes de D. Pedro I, suspeitos e accusados de indebita e escandalosa intervenção nos negocios publicos o celebre *Chalaca* e Rocha Pinto, soffreo a injuria do homem que tanto servira, fazendo-o erer um deshonesto. Soube porém dar resposta com vigor e energia a calunnia imperial.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Tristão Pio dos Santos, foi promovido ao porto de Capitão de fragata, na grande promoção feita por D. João no dia de seu desembarque.

O prurido de reformas apossou-se dos homens que acompanhavam D. João. Nomeado o infante D. Carlos sobrinho predilecto de D. João almirante general da Armada, quiz este, moldar em outras fôrmas a administração naval. Julgando, sem o criterio necessario que a sua pouca idade lhe poderia dar e nenhum conhecimento das funções que ia exercer, lhe podiam trazer sobre assumpto de tão grande monta, aconselhado por alguns officiaes que no convivio com os almirantes inglezes, no Mediterraneo haviam observado e aprendido, entrou desde logo a tudo reformar, sem attender ás condições do meio.

A estagnação foi completa pois enquanto se reformava vio-se que o edificio estava completamente carcomido e tornava-se preciso reconstruil-o totalmente.

Desse aniquilamento participaram os officiaes que viam seu futuro perdido; enquanto uns deixaram-se ficar na quietude dos empregos burocraticos, conseguidos a custa de empenhos ou filiotismo, outros buscavam em outras carreiras mais lucrativas, os proventos que não lhes dava a marinha, menos sujeitos ás intrigas e desmandos provocados pela lucta existente entre o ministro titular da marinha e o almirante general.

Uma carta do tempo photographa o estado de marinha... «immensos almirantes, vice-almirantes chefes de esquadra, etc. Soldo está na tinta,

e com razão, pois a esquadra portugueza deve-se chamar-se esquadra subtil. O estado maior é hoje estado infinito, tambem nada de soldo, só o cobram aquelles que estão em exercicio»... e ainda (o ministro Galvêas) em contestações com o Infante e almirante general da esquadra subtil, querendo que as nomeações dos intendentes de marinha pertençam á sua secretaria e não ao Infante, e nem o Infante tem energia para representar ao Principe como deve, nem este para resolver».

A tudo isso vinha juntar-se a politica que fazia D. Carlota Joaquina, em opposição ao seu marido, tramando com seus emissarios a formação de um novo reino cuja capital fosse Buenos Ayres e onde reinaria sem intervenção de seu marido.

Com a morte do Infante, mandou D. João que tudo voltasse ao antigo systema.

Em commissão de terra esteve Tristão Pio dos Santos até que em 17 de setembro de 1814 foi nomeado commandante da fragata *Principe D. Pedro*.

Em 1816 tendo D. João mandado preparar as fragatas *D. Sebastião* e *Principe D. Pedro* para levarem a Europa suas duas filhas que iam ser desposadas em Hespanha, no commando do navio em que se achava, fez-se de vela no dia 3 de julho. Ia a *D. Sebastião*, commandada pelo capitão de mar e guerra Manoel Antonio Farinha, futuro conde de Souzel. Essa divisão era acompanhada pela fragata hespanhola *Soledade*.

Em 15 de novembro de 1817 foi Tristão Pio dos Santos graduado no posto de capitão de mar e guerra.

O Brasil elevado a cathegoria de reino-unido alvitre do ministro francez Talleyrand, como um meio dos delegados portuguezes poderem tomar parte nas resoluções do Congresso de Vienna, onde assim mesmo só teve desillusões D. João VI, sentio que se approximava o dia de sua redempção. O engeitado de tres seculos começou a ver o arrebol que brevemente faria fulgurar a crystallisação formada em 1654 pelo indio Poty, negro Henrique Dias, mestiço Vidal de Negreiros e branco Fernandes Vieira.

Os altritros entre os filhos da colonia e da metropole começavam a accentuar-se. De iguaes a iguaes queriam ser tratados os officiaes da colonia aos da metropole, e não no gráo de inferioridade em que se achavam.

Em Pernambuco essa rixa degenerou em contenda e tão violenta que obrigou D. João a retardar a sua coroação. Suffocada duramente a explosão nacionalista, ficou no entretanto latente o pensamento de uma separação.

As côrtes portuguezas pela sua estreiteza de vistas, querendo ferroppear o Brasil, deixaram-lhe as mãos livres. E emquanto D. João insistia para não deixar a terra onde tão bem se achava, sua mulher D. Carlota Joaquina tudo fazia pelo regresso, anciosa pela sua quinta do Ramalhão, para mais livremente dar largas ao seu temperamento despudorado.

Fôra do Brasil a familia real, proseguio com mais intensidade a obra da nossa regeneração politica, e como bom filho do Brasil, Tristão Pio dos Santos a elle se dedicou, muito especialmente depois que o principe regente se pôz abertamente contra o determinado pelas côrtes portuguezas, de novo empenhadas em transformar a parte fructuosa do reino em colonia.

Amortecido momentaneamente na Bahia o ideal da independencia pela luta travada em 1821, levantou-se com mais impeto o sentimento sopitado devido ao brutal proceder do coronel Ignacio Luiz Madeira e Mello; promovido a brigadeiro pelas côrtes portuguezas e nomeado commandante das armas em substituição do brigadeiro Pedro de Freitas Guimarães, brasiliense, que então exercia provisoriamente o cargo.

Não querendo a Junta do Governo Provisorio reconhecer o por não estar sua nomeação rivalizada pela Contadoria do Rio de Janeiro, como estava em lei, sublevou elle os soldados da legião portugueza *Luzitana* e arrogou-se o commando das armas. Tendo de lado todos os officiaes portuguezes despeitados por ciúmes de nacionalidade, não levou muito em afogar em sangue o odio implacavel que votava aos filhos do paiz, embora casado com mulher brasiliense, filha de Santa Catharina e descendente de nacional. Foi a capital da Bahia a 19 theatro da mais atroz e deshumana matança e saque; cevada a vingança nos patriotas pagaram os edificios, templos e casas particulares com a destruição e incendio, depois de saciada a sede de sangue e dinheiro.

Desbaratadas as tropas do paiz e com ella os populares que haviam acudido em seu auxilio, nem por isso pereceo a fé nem o animo dos bahianos, pois estavam a bradar os martyres da independencia brasiliica.

Abandonaram os patriotas a cidade á sanha da soldadesca luzitana que forrava-se do ouro dos nacionaes para haver a sua paga: foram aquelles para o interior organisar a resistencia.

Já se sentia Madeira enfraquecer, quando recebeu soccorros vindos pelos transportes sahidos do Rio de Janeiro, com a divisão de Carretti, propositalmente deixados escapar pelo commandante do *Liberal*, encarregado de os escoltar e desembarcadas por solicitação de 219 portuguezes, no dia 27 de março, debaixo de festivas manifestações.

Certamente, como foi praticado no Pará, teriam visto os nacionaes pendurados ás portas das casas dos portuguezes os mesmos instrumentos de tortura, isto é, vergalhos, rebenques, palmatorias e *bucalhães* com que costumavam castigar os seus irmãos nascidos no paiz.

No commercio portuguez encontram Madeira forte apoio, pois este elemento sempre contrario aos brasilienses, *offereceo voluntariamente até os seus caixeiros para serem alistados na expedição contra o Reconcavo e resolveo garantir a quantia de 11:700\$000 mensaes, por espaço de quatro mezes para dar alento ao partido constitucional que gemia occulto debaixo da tyrannia fluminense.*

Estava Tristão Pio dos Santos no commando da força naval na Bahia, força essa composta da corveta *Dez de Fevereiro*, de 24 peças; *Regeneração*, de 22; *Restauração*, *Conceição*, brigue *Audaz*, de 20 e *Promptidão*, de 18; cinco canhoneiras de uma peça e as galeras *Conceição* e *Mercurio*.

Essa força naval que nenhuma parte tomára nos successos referidos, conservando-se em attitude de obediencia ás ordens da Junta do Governo, não destoou do proceder dos demais chefes que sempre obedeceram ás ordens emanadas do Principe Regente.

Tendo a junta provisoria, cujos actos eram sempre contrariados por Madeira, que sob todos os pretextos procurava estabelecer conflitos, nomeado Tristão Pio dos Santos para exercer o cargo de intendente interino da marinha por impedimento do commendador Antonio Vaz

de Carvalho, a Junta de Fazenda influenciada por Madeira, nomeou por sua vez o desembargador Francisco Machado de Faria e Maia, allegando ser este acto privativamente de sua competencia, em vista do decreto de 20 de outubro de 1778.

Oppoz-se o governo provisório á deliberação da Junta de Fazenda e mandou que Tristão Pio dos Santos assumisse as funcções até que as côrtes portuguezas dissessem á respeito; por essa razão deixou com grande satisfação o commando da força naval a 31 de julho de 1822, entregando-a ao capitão de fragata Joaquim Maria Bruno de Moraes, tanto mais que sabia dos preparativos que se faziam no Rio de Janeiro de uma expedição para auxiliar os patriotas.

De seu lado Madeira, por politica, não lhe convindo no commando da força naval, um filho do paiz, com o qual não podia contar, conformou-se com o decidido pela junta provisoria.

Se ganhava Madeira um grande auxiliar, conquistavam os patriotas um precioso elemento.

No exercicio do cargo de intendente, cooperando com os patriotas, tendo prompta a ser lançada ao mar dos estaleiros do Arsenal de Marinha, a fragata que acabou em Lisboa com o nome de *Duqueza de Bragança*, resolveo inutilisal-a para o serviço; para isso procurou entender-se com o constructor do Arsenal, afim de, pelo fogo, impossibilitar-a de armar; este, porém, acerrimo partidario das côrtes, negou-se peremptoriamente, dizendo «que não consentiria de modo algum que se destruísse nem que se fizesse damno algum á sua obra», e o denunciou a Madeira.

Para evitar as consequências de seu acto, abandonou Tristão Pio dos Santos o lugar no dia 6 de outubro e ás escondidas tomou passagem em um paquete inglez, vindo apresentar-se ao imperador em 8 de novembro.

Ao chegar á Bahia o chefe de divisão João Felix Pereira de Campos, nomeado pelas côrtes, commandante da esquadra portugueza nos mares da Bahia, trazia ordens d'aquellas côrtes para remetter preso para Lisboa o capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, em vista das informações mandadas pelo general Madeira.

O Decreto de 5 de dezembro de 1822 mandado crear uma Comissão sob a presidencia do Ministro da Marinha, para tratar sobre todos os assumptos referentes á organização do serviço naval e incumbida principalmente de conhecer escrupulosamente, investigar e informar ao Imperador da conducta, adherencia á causa do Brasil, e embarques dos officiaes existentes na côrte, que voluntariamente ficaram ao serviço da Armada Nacional e Imperial; dos empregos que haviam occupado no paiz; das prisões e conselhos de guerra soffridos, do numero de vezes que se haviam negado ao serviço e finalmente do estado em geral em que se achavam para continuar, ou não, n'elle, foi Tristão Pio dos Santos nomeado vogal desta Comissão, da qual faziam parte o vice-almirante graduado José Maria de Almeida, do chefe de divisão Francisco Maria Telles, capitães de mar e guerra Diogo Jorge de Brito, e graduados Pedro Antonio Nunes e Rodrigo Martins da Luz e como secretario o primeiro tenente João Henriques de Paiva.

Em vista deste decreto, reunio-se a commissão no dia 14 do mesmo mez e deliberou enviar um officio aos officiaes da Armada, desde o posto de 2º tenente até o de mar e guerra, consultando-os sobre a sua adherencia ou não á Causa do Brasil com a declaração de que os que

não quizessem teriam facil transporte para si e suas familias, á custa do Thesouro, conservando-se-lhes o soldo de sua patente até o momento de embarque, devendo dar a resposta o mais tardar até o fim do mez.

Embora membro da commissão, enviou Tristão Pio dos Santos a seguinte communicação: Illm. e Exm. Snr. Sirva se V. S. levar ao conhecimento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha d'onde emanaram as ordens a que V. S. se refere no officio que me dirigio com data de 20 do corrente mez e anno que havendo abandonado a Causa Portugueza, que ainda hoje opprime a Cidade da Bahia, para buscar o serviço deste Imperio, tenho por este facto dado as mais evidentes provas de adherir á Causa do Brasil e de Sua Magestade Imperial. *Rua das Marrecas, 24 de Dezembro de 1822.*

Ao organizar-se a esquadra que sob o commando de Lord Cochrane deveria seguir para a Bahia afim de bloquear aquelle porto, destruir ou tomar todas as forças portuguezas que encontrasse, fazendo todos os damnos possiveis, como determinava a portarie de 30 de março de 1823, na fragata *Nitherohy*, foi mandado embarcar o capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, afim de ser empregado na commissão que melhor parecesse á Lord Cochrane, ao chegar a Bahia.

Vinte e dous dias depois de chegada de Lord Cochrane ao Brasil procedente do Chile, a 2 de abril, fazia-se ao mar a esquadra que o patriotismo nacional conseguira em pouco tempo pôr em estado de enfrentar a portugueza. Certo não era uma esquadra na sua verdadeira significação; apparelhada ás pressas, sem cohesão e outros requisitos que a podessem comparar, mesmo á portugueza, ainda assim apresentava-se para enfrental-a.

A 30 de março recebeu o almirante Cochrane a Portaria seguinte: Mande Sua Magestade Imperial pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha que o 1º Almirante Lord Cochrane, Commandante em Chefe da Esquadra, se faça amanhã á vela deste Porto levando debaixo das suas ordens os Navios da Esquadra, que quizer, e *vã demandar a Bahia pondo aquelle Porto em rigoroso Bloqueio, destruindo ou tomando todas as forças Portuguezas que encontrar, fazendo todos os damnos possiveis aos inimigos deste Imperio, ficando finalmente á disposição do mencionado 1º Almirante obrar como fôr conveniente contra as forças inimigas da Causa do Brazil*, e entendendo-se para esse fim com o General Labatut, Commandante do Exercito do Reconcavo prestando-se com a força que leva á sua disposição para o exito da Commissão e Gloria das Armas Nacionais e Imperiaes. Palacio do Rio de Janeiro. 30 de março de 1823. *Luiz da da Cunha Moreira.*

E' esse documento de alta valia, pois demonstra e justifica o procedimento de Lord Cochrane contra os navios e propriedades portuguezas. A legalidade desses aprisionamentos desconhecida mais tarde, devido ás conveniencias politicas que levaram os juizes a prevaricar, servio de arma para severas accusações ao chefe que usou d'ellas e surgiu o cumprimento das disposições de decreto de 30 de dezembro de 1822, que instituiu o curso, tornadas extensivas aos marinheiros e officiaes que acreditando em palavras se alistaram nos nossos navios.

Fez-se de vela a esquadra composta da não *Pedro I*, capitanea, fragata *Ipiranga*, corvetas *Maria da Gloria* e *Liberal*, brigue *Guarany*, brigue-escuna *Real*, ficando ainda para ultimar-se as fragatas *Nitherohy*, *Paraquassú*, brigues *Cacique*, *Caboclo*, brigue-escuna *Rio da Prata* e escuna *Leopoldina*.

O aodamento do governo em ver ao mar os navios, fez com que não pudesse Lord Cochrane conhecer de todas as particularidades e ajunizar do valor dos navios que na apparencia lhes pareciam aptos.

Conheceo desde sua sahida que estavam mal guarneccidos, com pessoal hecterogeneo, sem a menor disciplina e adestramento, arranjado ás pressas, muito do qual saído do captiveiro. Procurando conhecer da qualidade do cartuchame que lhe fôra fornecido, soube que ainda eram feitos os cartuchos, á antiga, de aniação; para obviar os inconvenientes ordenou a todos os commandantes que mandassem preparar pelo menos mil delles, de fazenda de lã, para o que foi preciso, na falta de fazenda, trocar camisas de baeta dos marinheiros por outras de linho, afim de serem confeccionados os ditos cartuchos.

Vinte e dous dias depois chegou a esquadra ás costas de Camamú, onde seis dias depois incorporou-se a *Nitherohy*, sob o commando do capitão de fragata João Taylor.

Conhecedor como era do littoral da Bahia e dos recursos que poderiam advir á esquadra não só da ilha de Itaparica. como de Valença, onde existia uma fundição e ainda mais pela defesa que poderiam lhe prestar os fortes que existiam no morro de S. Paulo, suggerio Tristão Pio dos Santos a Lord Cochrane a conveniencia de ser escolhido para base de operações.

Contava o almirante portuguez com victoria certa sobre a nossa esquadra, pois tinha conhecimento do modo pela qual estava organizada e tripulada, no meio de cujo pessoal tinha elementos, para em momento asado impedir os nossos esforços.

Apresentou-se por isso no dia 4 de maio o chefe de divisão João Felix Pereira de Campos com a não *D. João VI*, fragatas *Perola* e *Constituição*, a mesma que procurára inutilisar Tristão dos Santos, charrúa *Prinzeza*, corvetas *Prinzeza Real*, *Dez de Fevereiro*, *Calyppo*, brigue *Audaz*, corveta *Regeneração*, navio mercante armado com 22 peças, *Príncipe do Brasil*, de 22 peças, *Restauração* de 22, sumacas *Activa*, *Conceição Oliveira*, e lugar *S. Gualler*; montava a esquadra 399 canhões e 2830 praças.

Não se intimidou o almirante brasiliense diante do numero do inimigo nem de seus canhões que supplantavam a nossa com a superioridade de 156 bocas de fogo; sobre ella, que pairava no bordo do norte, em duas linhas, velejou em linha de fila na seguinte ordem: não *Pedro I*, fragatas *Ipyranga*, *Nitherohy*, corvetas *Maria da Gloria*, *Liberal*, brigue-escuna *Real Pedro*, e por BE, como repetidor o brigue *Guarany*.

Mal sabia elle porém que quasi na mesma altura de nossa costa, onde justos tresentos e vinte e dous annos antes pisára Cabral, ia dar-se inicio pela força a expulsão dos soldados da nação que se havia ceivado nas seivas inexgottaveis do solo abençoado, no dizer de Martin Francisco Ribeiro de Andrade, deste paiz que outr'ora, impellido pelos ventos e sem o buscar, descobrio Cabral: n'este paiz para onde esse navegador celebre trouxe de envolta com a minguada civilização de Portugal os ferros dos prejuizos e mais peias da defeituosa organização social; n'este paiz, onde, com sua vinda, voou a innocencia e a liberdade para tarde voltar. Repete as palavras de um poeta celebre, nosso Felinto Elysio, que expõe melhor este sentimento.

Eis, descobres, Cabral, os Brasis, não buscados.
C'os salgados vestidos gottejando
Pesado beijas as douradas praias,

E as gentes, que te hospedão, ignaras
Do vindouro, os grillhões lanças,
Miserandos! Então, a liberdade,
As azas não manchadas de baixa tyrannia,
Soltou isentas pelos ares livres.

O plano do almirante brasileiro era cortar a linha inimiga pelo quarto navio, logo que ella manobrou desenvolvendo-se em uma só, isto é, entre a charrua *Princesa* que navegava pela pôpa da *D. João VI*.

De certo não contava o nosso almirante encontrar uma esquadra tão numerosa, apoiada em um porto bem defendido, pois a ordem que lhe fôra dada para bloquear o porto da Bahia fazia suppôr que não tinha o general Madeira taes elementos. Estava empenhado o seu nome e por isso acceitou o combate, depois de ajuizar das condições do inimigo.

Às 11 horas da manhã approximou-se da charrua, despejando-lhe uma banda inteira e certamente a teria aprisionado se á bordo da sua não não se desse o facto já referido da inaudita traição dos marinheiros portuguezes, se negarem á manobra, e ao fornecimento de cartuchos para municionamento da bateria. E se a esquadra portugueza não foi batida por partes foi devido a este mesmo facto, repetido em outros navios.

Para não comprometter a esquadra, resolveo virar para o sul e assim attrahir o inimigo para durante a noite attacar e abordar os mais ronceroiros. Mallogrou-se ainda o plano por ter o almirante portuguez feito signal á sua esquadra para recolher-se ao porto.

Tomou então o almirante a deliberação de ir para o morro de S. Paulo, onde estabeleceo a sua base de operações. Ali chegado, tratou de melhor preparar os navios; substituiu os marinheiros portuguezes que mandou para o Rio de Janeiro como perniciosos, tratou da defesa do porto, e por fim entregou o commando de todos os navios a Tristão Pio dos Santos para preparal-os e dispol-os para a acção e fez-se ao mar com a *Pedro I* e *Maria da Gloria*, depois de bem guarnecidos, para dar caça aos navios portuguezes e fazer effectivo o bloqueio.

Desde logo pôz-se Tristão Pio dos Santos em actividade fazendo os reparos necessarios nos navios, substituindo a artilharia de uns e preparando os brulotes ordenados pelo almirante.

Passados alguns dias regressou o almirante ao porto e com a chegada do brigue *Carolina*, brigue escuna *Rio da Prata* e charrua *Luconia* e um brigue mercante com mantimentos, resolveo mandar para Itaparica o capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, para melhor organisar a frotilha de barcas que, ao mando de João das Bottas, nomeado pelo governo da Cachoeira 1.^o tenente da armada, com extraordinaria galhardia operava no reconcavo contra as forças portuguezas.

Levando em sua companhia o primeiro tenente de engenheiros John Bloem, partito Tristão Pio dos Santos, não só para dispôr tanto as barcas, como os brulotes preparados em numero de tres, contando com o brigue *Real*, desarmado para esse fim; lá chegou a 6 de junho.

Sem demora Tristão Pio dos Santos conseguiu elementos não só para a frotilha, como soube despertar o animo e enthusiasmo dos itaparicanos e manter activa correspondencia entre o almirante e as tropas de Labatut, informando-o de tudo que se passava na Capital.

De combinação, pensava o almirante Cochrane fazer o emprego dos brulotes, mas sabendo que já havia idéa de Madeira em abandonar a cidade afim de ir fazer-se forte no Maranhão, não o fez, segundo as ordens das côrtes e de accordo com o projecto do deputado João Fran-

cisco de Oliveira, o Pará, Maranhão e Guiana, continuariam a ser portu-
guezas e que as tropas que se achavam na Bahia, passariam a guarnece-las.

Quanto ainda no morro de S. Paulo, não deixou Tristão Pio dos Santos de relatar ao governo o que se havia passado, e fel-o do seguinte modo: «Ainda que não me pertença na qualidade de passageiro á bordo da fragata *Nitherohy*, relatar a V. Exa. os acontecimentos que tenham occorrido á Esquadra de S. M. Imperial, de que a mesma fragata faz parte, comtudo, tomo a liberdade de levar ao conhecimento de V. Ex. que no dia de hontem das seis para sete horas da manhã, navegando esta esquadra com vento de E e rumo de 04SO, distante 8 leguas da ponta de Santo Antonio da Bahia, avistaram-se algumas embarcações ao rumo de SO que pouco depois se reconheceu ser a Esquadra Portuguesa composta das seguintes Embarcações:

Não D. *João VI*, duas fragatas de 52, tres corvetas, duas Charruas, um Bergantim e uma Escuna de Guerra e tres navios armados, amurados por E B á bolinas, e dispostos da maneira seguinte: O Bergantim de Guerra, uma das fragatas, uma Corveta e a Não D. *João VI*, faziam a vanguarda; a fragata *Constituição*, uma Charrua e os navios armados, o centro; e as duas Corvetas *Dez de Fevereiro* e *Calypso* a retaguarda.

O almirante fez signal de preparar para o combate, e logo que esta foi reconhecido, mandou o habil Commandante Taylor chamar acima da tolda a guarnição de sua Fragata, e depois de uma breve falla, existando-as a cumprir os seus deveres, deu vivas ao Imperador os quaes foram repetidos pela guarnição com o maior vigor e regosijo.

Ao meio dia distava a Esquadra inimiga 2 1/2 milhas desta.

«As Fragatas *Piranga*, *Nitherohy* e Corveta *Maria da Gloria*, navegaram em linha nas aguas do Almirante com direcção ao centro da Esquadra Portuguesa. Meia hora depois de meio dia fez o Almirante signal de atacar o centro e a retaguarda.

A *Nitherohy* dirigia o rumo ás duas Corvetas; só depois rompeo fogo o Almirante sobre uma das Charruas, e esta arriou a bandeira, arribou e fugio.

Todos os Navios da linha inimiga do centro para a retaguarda fizeram vivo fogo sobre os desta.

O almirante continuou o ataque com os que se seguiam para a retaguarda, e estes arribaram immediatamente, e assim igualmente as duas corvetas *Calypso* e *Dez de Fevereiro* logo que sobre ellas a *Nitherohy* descarregou a artilharia de B B.

A este tempo a Não D. *João VI*, as duas fragatas, e todas os da vanguarda tomaram o bordo opposto para protegerem a retaguarda; foi então que a nossa Esquadra soffreu o fogo de todos os navios.

A fragata *Piranga* ajudada pela *Nitherohy* repellio este ataque lançando sobre elles bandas inteiras.

Ao pôr do sol fallou o Almirante a esta Fragata e disse que tentava dar u m ataque de noite para pôr o inimigo em confusão, mas sobre-vindo do norte alguns aguaceiros que fizeram perder de vista a Esquadra, não pôde elle executar o seu intento.

Em todo o tempo do fogo, e em todas as mais occasiões tem-se portado a guarnição desta Fragata com a maior disciplina, subordinação e coragem, e amor pela causa do Brasil que com tanta honra defendemos, e como tudo se deve a habilidade de seu Commandante, é bom que eu o declare a VEx^a. Deus Guarde a VEx^a. Bordo da Fragata *Nitherohy* á vela, 5 de Maio de 1823.—*Tristão Pio dos Santos*.

Apertadas as forças de Madeira por terra e vendo-se a esquadra bloqueada, resolveo em conselho, abandonar a cidade.

Conhecedor Lord Cochrane como se disse das disposições do inimigo pelas informações de Tristão, ordenou aos commandantes a maior vigilancia e que tratassem de capturar os navios inimigos, logo que se fizessem ao mar. Ao Commandante da *Nitherohy* deu instrucções para continuar a caça até onde julgasse praticavel e inutilisar os navios que conduzissem tropas, arrombando os toneis de aguada, deixando somente a sufficiente para meia ração e picando os mastros para que não se afastassem, obrigando-os deste modo a arribarem.

Officiou ainda o almirante á Junta da Bahia previnindo-a de que não se responsabilisaria pelas vidas e damnos ás pessoas que abandonassem a cidade na esquadra lusitana e ainda ao general Madeira e chefe de divisão Felix de Campos sobre as medidas tomadas para dismantelar os navios portuguezes e se este aviso fazia, era unicamente por dever de humanidade.

No dia 2 de julho de 1823 sabio a esquadra portugueza e enquanto no oceano dava-lhe caça a nossa, aprisionando muitos de seus navios, de dentro da bahia approximava-se a flotilha bahiana que estava no porto das Mercês, ás ordens agora de Tristão Pio dos Santos, composta das barcas e garoupeiras armadas *Pedro I*, 25 de Julho, D. Januaria, D. Paula, Villa de S. Francisco, Presa, canhoneira D. Maria da Gloria, escuna Cachoeira (antiga) Lucitana e D. Leopoldina embarcações estas que sob a direcção de João das Bottas deram a mais brilhante prova de valentia, acossando dentro da bahia os navios portuguezes.

Tristão Pio dos Santos assumio novamente o exercicio do cargo que fôra obrigado a deixar e na Intendencia da Marinha, começou com verdadeiro ardor e actividade em reorganisar os serviços completamente anarchisados, e cuidar dos meios de garantir o porto.

Em officio de 8 de Julho communicou ao governo os acontecimentos nos seguintes termos:

«Tenho a honra de fazer chegar ao conhecimento de V. Ex.^a que no dia 2 do corrente mez deixaram os Inimigos esta Cidade embarcando-se á bordo da Esquadra e Transportes, que com mais navios Portuguezes faziam em todo oitenta e quatro embarcações, com as quaes se fizeram da velas ás 11 horas de manhã d'aquelle dia. Eu então achava-me fundeado no Porto das Mercês em frente da cidade com as canhoneiras e Bombardieras; e o 1.^o Almirante com a Náo *Pedro I* e uma Fragata á vista do Porto.

Fiz-me de vela consequentemente com aquellas embarcações então somente pelas 6 horas da tarde pude ancorar para dentro do Forte do Mar.

As nossas tropas occuparam a cidade pela tarde, e o Almirante seguiu os Inimigos.

Tomei conhecimento do Arsenal de Marinha e achei que os Inimigos o deixaram no estado mais lastimoso, porque, depois de embarcarem quanto puderam, não esquecendo a ferramenta com que trabalhavam os operarios das diversas repartições, quebraram e arruinaram o resto que ficou de maneira que estas cousas jamais servirão.

Metteram á pique todas as embarcações de serviço do Arsenal, e assim tambem a Barca do Registro, artilhada com 9 peças de 24, e quatro de 12; e o Bergantim *Ave-Maria* que em outro tempo conduzia madeiras de construcção.

Com a tripulação das lanchas fiz montar todas as peças do Forte do Mar de que a maior parte estava encravada.

No dia 4 entraram n'este Porto a Galera *Leal Portuguez* com 244 praças de Tropa do Batalhão n. 5, incluindo o seo Coronel; o Bergan-

tim *Promptidão* com 70 praças, incluindo as famílias de Officiaes e soldados, e duas sumacas que aproveitaram a oportunidade da sahida dos Inimigos.

Os dois primeiros navios foram apreçados pela Fragata *Carolina*. O seo commandante dirigio-me um Officio, em que me participa, de ordem do 1º Almirante, que hoje espera entrar n'este Porto, para tratar de objecto de serviço.

Consta que a *Não Pedro I* e alguns navios da nossa Esquadra atacaram na noite de 2 a multidão dos navios inimigos que foram dois a pique e que o terror se confundio n'elles de tal maneira que na manhã do dia seguinte todos se achavam dispersos e a *Não Pedro I* sobre a *não D. João* e Fragata *Constituição* que procuravam escapar-se. Deus Guarde a V. Ex. Intendencia da Marinha da Bahia, 8 de Julho de 1823. *Tristão Pio dos Santos*.

Em seguida a este officio dirigio o seguinte:

« Depois que em data de 8 do corrente escrevi a V. Ex., entraram n'este Porto apresados pela Esquadra de Sua Magestade Imperial os navios *Russo* com 223 praças do batalhão de Caçadores n. 2, *Bizarria*, com 164 praças de Legião Luzitana, charrua *Conde de Peniche*, com 135 praças do Batalhão n. 3 e algumas Sumacas, que com as praças, vindas no navio *Leal Portuguez* e Brigue *Promptidão* fazem ao todo 836 praças incluindo famílias de Officiaes e soldados, que se acham em varias embarcações n'este ancoradouro.

O commandante do Exercito Pacificador de accordo com o Governo Civil teve em vista mandar esta tropa, menos os officiaes, para a ilha das Vacas, pois que embarcada nos navios mercantes desarmados não deixa de pesar sobre o Commercio.

Para vigial-os estiveram promptas quatro Barcas, mas depois recebi contra-ordem.

Parece que pretendem fazel-a conduzir para a Ilha do Medo, onde se presume que estará em mais segurança.

Esta ilha não tem agua, e eu pretendo aproveitar-me da aguada que veio na charrua *Luconia*, que n'esta occasião servirá de grande utilidade, fazendo desembarcar o resto das pipas para o Arsenal, onde muito se necessita pela destruição que fizeram os Inimigos. Deus Guarde V. Ex. Bahia, em 17 de Julho de 1823. *Tristão Pio dos Santos*.

Em outro de 21 de Julho dizia:

Havendo de sahir amanhã para a Côrte do Rio de Janeiro a galera *Leal Portuguez* aproveito a occasião para levar a presença de V. Ex. a agradável noticia que tive hontem com a entrada n'este Porto do Bergantim Americano *Collector*, de Pernambuco em 4 dias, de terem alli chegado a charrua *Principe Real* e *Fragatinha de Macau* e as Galeras *Harmonia* e *Caridade* apresadas pela Esquadra de Sua Magestade Imperial contendo a bordo 700 praças de Tropas Portuguezas acompanhadas pelo Brigue de Guerra *Alley (Bahia)* o qual communicou haver deixado e 1º Almirante no dia 8 do corrente ao Norte de Pernambuco, seguindo a *Não* e Fragatas Inimigas. Deus Guarde a V. Ex. Intendencia da Marinha da Bahia, 21 de Julho de 1823.»

Passado este primeiro periodo teve Tristão Pio dos Santos de attender a remessa das tropas portuguezas para Portugal, e as do auxiliadores pertencentes ao exercito Pacificador, para as respectivas provincias.

Assim em 20 de setembro haviam partido para Lisboa as tropas portuguezas feitas prisioneiras e fretaram-se quatro embarcações para ser transportado ao Rio de Janeiro o batalhão do Imperador e outras para levar a Pernambuco e Parahyba as tropas d'aquellas antigas provincias em numero de 800 praças, tendo antes enviado em duas sumacas para Penedo as de Alagoas em numero de cem.

Ainda por ordem do Governo Provisorio apromptou tres correios para o que transformou a sumaca *Tres Amigos*, apresada na Torre, forrando-a de cobre, em brigue escuna, dando-lhe o nome de *12 de Outubro*; para commandante nomeou o 1º tenente José Carlos de Almeida.

Para o outro lançou mão da canhoneira n. 1 (*Leopoldina*) conservando-lhe o nome e no commando o 2º tenente José Antonio Gonçalves. O terceiro 2 de Julho, finalmente de uma outra barca que não havia sido aproveitada.

Promovido a Capitão de mar e guerra effectivo em 12 de outubro de 1823, no anno seguinte a 9 de agosto o foi a chefe de Divisão Graduado.

Tendo então o visconde de Queluz, ordenado em 20 de janeiro de 1826 para que avissasse o capitão tenente João Francisco de Oliveira Bottas que se apromptasse com duas das melhores barcas para se apresentar quanto antes no Rio de Janeiro, ás ordens do Ministro da Marinha, afim de ser empregado em serviço nacional.

A guerra declarada ás Provincias Unidas do Prata, que pretendiam a annexação da Cisplatina á Confederação, obrigou o governo a armar os navios que, abandonados depois da expulsão dos portuguezes, apodreciam nos portos.

Para mostrar o estado em que se achavam as embarcações existentes na Bahia e o seu valor como navios de guerra transcrevemos o officio dirigido por Tristão Pio dos Santos ao Presidente: Ilm. Ex. Sr. Cumprindo com as ordens de V. Exa. para avisar o Capitão Tenente João Francisco de Oliveira Bottas que se aprompte com duas das melhores Barcas do seo Commando, para se apresentar na Córte do Rio de Janeiro ao Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Paranaguá, Ministro e Secretario d'Estado da Repartição da Marinha, afim de ser empregado em comissão de Serviço Nacional e Imperial: officiei hoje a este Capitão Tenente nos termos da referida ordem para ficar na sua devida intelligencia, e hontem a tarde quando a recebi ordenei aos tres Constructores deste Arsenal para examinarem com escripturpula attenção as cinco Barcas existentes, e d'ellas indicarem duas das melhores para seguirem aquelle destino, declarando ao mesmo tempo o numero de dias que serão necessarios para se lhe fazer o fabrico que carecem afim de pô-las em estado de navegar.

Da resposta destes Constructores, que junto offereço a consideração de V. Exa. se reconhece, que destas Barcas, duas unicamente poderão servir para o effeito depois de hum fabrico, que segundo o calculo levará oitenta dias, porquanto torna-se necessario crenar huma, e outra acrescentar na quillia hum sobresano para lhes dar estabilidade, forrar de cobre, fazer costado fixo, levantar a borda, mastrea-las convenientemente, e finalmente o mesmo que se fez nos Correios *Dous de Julho* e *Leopoldina*. Estes Barcos quando as tropas Luzitanas occupavão a Cidade, foram armados em Itaparica com os meios que teve aquelle Capitão Tenente para andarem em rio morto, e conhecendo eu, quando com ellas entrei, a sua inutilidade para outros serviços de maior importancia, tentei desarmal-as, conservando duas no registo, quando acabei o fabrico dos Correios, para fabrica-las e arranja-las de modo que podessem navegar com huma peça de rodizio, porém esta tentativa, filha

de meu zelo, foi avaliada mui diversamente, e não fallou quem dissesse que eu procurava desarmar as Barcas para pôr a Provincia em estado de não poder defender-se de qualquer ataque que fizessem os Lusitanos ao Governo; reputando então estes boatos que os proprios interessados nos Commandos das Barcas espalhavam sem ardil, indeferio a minha representação, significando por seu officio datado de 11 de novembro de 1823. «Que não convinha reduzir as Barcas ao numero sómente de duas, visto que estas formavam parte da defesa do Porto.»

Deste modo as Barcas passarão a ser objecto de politica tão melindrosa que sem grande risco se lhe não poderia tocar; estas debaixo do Commando do mencionado Capitão tenente, inteiramente desligado da minha autoridade, foram empregadas em diversos serviços de pouca entidade, e de utilidade publica, a meu ver ainda hoje problematica.

Vossa Exa. quando chegou a esta Provincia para governa-la, vendo a consideravel somma que as Barcas dependião, ordenou-me fizesse eu huma exposição abreviada deste estabelecimento, sua organização, e de sua despesa mensal, e bem assim das vantagens que tira a Provincia d'elle, se ha melhoramento a fazer e quaes elles seão, parece-me haver plenamente respondido a oito de Agosto do anno proximoamente findo nos termos da copia, que em segundo lugar junto.

N'esta depois de satisfazer a todo o deduzido na citada ordem d'elle no ultimo paragrafo. que para melhorar este estabelecimento necessita-se desarma-las, e construir outras de novo.

Agora tenho recebido ordem de fazer sahir duas, em dar principio ao fabrico, que se deve fazer na de n. 2, onde está o Capitão-tenente João Francisco d'Oliveira Bottas, o qual a dous dias, e não antes, me participou estar fazendo muita agua, que precisa crenar, e a Garopeira ou n. 8, que supposto ser pouco maior que a Lancha de huma Nau, todavia esta, e a antecedente são as unicas de todas cinco que poderão servir para o effeito depois de arrançadas.

Permitta-me V. Exa. lembrar-lhe que o Correio *Dous de Julho* he optimo para o intento fazendo-se-lhe na Côte do Rio hum rodizio para montar huma peça de calibre dezoito, o qual não se poderá fazer aqui pela brevidade da sua sahida que segundo as ordens de V. Exa. hade ter effeito no dia vinte e cinco do corrente.

Aproveitando esta minha lembrança, lançarei mão da escuna *Esperança*, posto que arruinada, sequestrada a Portuguez emigrado, para substituir aquelle Correio e se Sua Magestade Imperial Querer collocar outra peça de rodizio na *Leopoldina*, ahi estão as duas Barcas que se pedem; supprerei então a falta deste Correio, que lá se acha no Rio de Janeiro, com a mesma barca n. 2, pois que para esse tempo com mais, ou menos dias provavelmente se poderá apromptar.

Devo ainda mais dizer a V. Exa. que o Correio *Dous de Julho* pôde, além da peça de rodizio, montar tres caronadas por banda, porque quando o fabriquei, mandei-lhe fazer tres portas de cada um lado as quaes para terem uso he bastante rasgar o simples forro que as cobre. Deus Guarde a V. Exa. Intendencia da Marinha da Bahia 21 de Janeiro de 1826. Ilmo. Snr. Visconde de Queluz. *Tristão Pio dos Santos*. Intendente da Marinha.

Em abril de 1826, no interesse de melhorar o Arsenal no qual mandou montar diversas officinas, fez levantar uma planta do mesmo, propondo diversas medidas taes como: estender-se a Ribeirinha para o sul, tomando-se parte da chamada Preguiça, cujas praias pertenciam ao governo e estavam occupadas abusivamente por certos individuos, do mesmo

modo pedia a retirada de particulares que moravam em casas dentro do Arsenal, necessarias ao estabelecimento de officinas, bem como sobre a bateria existente com dez canhões encostados a Ribeirinha.

Infelizmente as providencias pedidas, não tiveram andamento por faltar o numerario.

E' interessante o officio que ao ministro da Marinha enviou Tristão Pio dos Santos, relatando o que se passou em sessão da Junta de Fazenda da qual pela sua função era membro; diz elle:

No dia quatro do corrente leo-se em Junta uma Provisão do Thesouro datada de 31 julho que foi geral para as demais Provincias, determinando se excepção ordens a todas as Estações para que se não receba moeda falsa de cobre da que anda em giro com pena de responsabilidade aos Almojarifes, Recebedores e Thesoueiros, que o contrario fizerem, e o mesmo se determinou para que com esta moeda, assim falsa, se não pagasse aos Credores da Fazenda Publica. Na Junta o Presidente e a maioria dos Deputados não estando ali o Chanceller por doente, assentaram que n'esta Provisão se não deveria cumprir pelo receio d'uma imaginaria revolução e o Presidente chamou a si a Provisão para apresental-a ao Conselho do Governo, que passava a juntar, para de commum accordo resolver o que se deveria praticar.

E tendo eu ouvido fallar de graves infortunios que poderiam sobrevir na execução d'aquella Provisão que se dizia ter sido lavrado pela carencia de noticias exactas do estado da Provincia, acudi dizendo que S. M. I. havia Resolvido com perfeito conhecimento de causa, por quanto, mezes antes tendo descido a Junta de Fazenda outra Provisão do Thesouro determinando que se recolhesse aos Cofres da Junta toda a moeda falsa existente, dando-se em seu lugar outra perfeita, cuja execução ficou por ordem do Dr. Visconde de Queluz, então Presidente, suspensa até nova Resolução de S. M. I. sobre dous officios, que S. Exa. disse ter escripto a este respeito, e nos quaes affirmava haver completamente exposto o actual estado do negocio, ficava por isso evidentemente demonstrado que a nova Deliberação de S. M. Imperador era consequente da cabal certeza de que a Fazenda Publica não podia exhibir huma soma tão avultada em troca da moeda de cobre falsa que corria; que de mais eu via ser este o momento de acabar com aquelle mal, aproveitando-se a favoravel oportunidade de estar a maior parte de Tropa no Reconcavo na pesquisa dos fabricadores d'aquella falsa moeda, que outro sim me parecia que ainda quando o Governo da Provincia não desse execução a citada Provisão, o que eu não acreditava, se não preenchião os fins a que se supunha por quanto a demora, eu respiro por dias até cheguem novas Ordens de S. M. I. apenas servirá para que o Banco, que em si contem grande somma desta moeda, como se afirma e outros capitalistas lancem fora toda a porção que tiverem para depois a não receberem mais; que n'este estado pois, sendo a moeda dividida pela multidão, he que eu admittiria algum risco ao dar-se o remedio. que tão sabiamente dispõem a Provincia: que finalmente para apagar todos os receios propunha um partido junto na minha opinião, que entendi se não rejeitaria, e foi, que, de a Junta religiosamente cumprir as ordens do Thesouro; o Governo fizesse publicar por Bando que havendo S. M. I. mandado prohibir a circulação da indicada moeda falsa de cobre, se determinava a toda a pessoa, que a tivesse, a fosse entregar em duas, ou mais Estações designadas, do que se lhe daria huma cautella, ou conhecimento para por elle haver a indemnisação, que S. M. I. Houver por Bem Resolver; que isto feito o Governo mandasse a Casa da Moeda cunhar, trabalhanto de dia e de

noite, todo o cobre, que puder aprompliar para que, com a boa desta especie, que corre, se possa acudir ao pagamento do Pret da Tropa, Operarios do Arsenal e Trem, e quando isto não baste se suprir o resto com prata, ainda a troco de rebate, porque mais convinha a Fazenda Publica fazer esta despeza do que deixar por mais tempo correr aquella moeda falsa. Eis — aqui Ex. Snr. o meu voto na citada Sessão, que foi desprezado, na qual insisti na Sessão do dia de hontem, a qual fui ajudado pelo Deputado chanceller, e insistirei em quanto me for concedida a faculdade de fallar sem perigo, o que nem sempre posso, por haver na Junta hum rixoso Deputado que em todos os negocios quer fazer contra mim ostentação de eloquencia.

E porque da desobediencia do disposto na supracitada Provisão se podera seguir perigosas consequencias, das quaes eu não devo ser responsavel apresso-me de assim participar a V. Exa. para que se sirva fazer chegar ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador. Deus Guarde a V. Exa. Intendencia de Marinha da Bahia, 12 de setembro de 1826. Ilm. Snr. Visconde de Paranaguá. *Tristão Pio dos Santos.* Intendente de Marinha.

A derrama de moeda falsa feita pelos portuguezes no Brazil era de tal monta que tornou-se moeda corrente: era recebida e dada como boa fosse. Ainda em 1824 dentro do porto do Rio de Janeiro foi mandada a barca *Guaratiba*, de dois rodizios, a primeira que se construiu no arsenal, sob o commando do 1º tenente Pedro Antonio de Carvalho, para evitar que a galera *Cecilia*, procedente do Havre despejasse na costa, milhão e meio de moeda falsa, facto este que o governo francez secretamente havia feito saber ao do Brasil.

Antes em 28 de julho havia Tristão Pio dos Santos, por seu procurador Luiz Antonio Barbosa de Oliveira, requerido ao governo que por intermedio da nossa Legação em Pariz, por não ter elle relações n'aquelle paiz, fosse pago a seu filho Antonio Rodrigues Pio, “que la se achava a estudo de sciencias naturaes a habilitar-se para o serviço nacional e imperial”, a quantia de quinhentos mil réis annuaes até o final de seus estudos, quantia essa que lhe seria descontada de seus vencimentos.

Em 31 de outubro de 1826 requereo a graça de ser promovido a effectividade do porto de chefe de divisão em que se achava graduado:

Dizia o requerimento: Diz Tristão Pio dos Santos, Chefe de Divisão Graduado d'Armada Nacional e Imperial, Intendente da Provincia da Bahia que havendo servido a Vossa Magestade Imperial ha mais de 35 annos todos na carreira da Marinha em continuas commissões, se acha hoje o mais antigo na classe dos Chefes de Divisão Graduado. E por que para manter sua numerosa familia, e hum filho em França a estudar Mathematica a custa do Suppl. e de mais o outro que para o mesmo effeito pretende fazer largar breve, assim de se tornarem uteis ao serviço de V. M. I. e aos proprios, por meio d'uma instrucção regular, não podem chegar os vencimentos de soldo e avanços que percebe, recorre portanto o Suppl. a V. M. I. lhe Faça a Graça de o promover a effectividade do referido Porto, visto que com esta graça se não pretere a nenhum outro Official d'Armada Naval, e melhor poderá o mesmo Suppl. com o acrescimo de soldo que hirá perceber, satisfazer as suas despezas necessarias e decentes conforme o lugar que occupa e bem assim os que os ditos seus filhos fizerem em quanto estudarem em Pais estrangeiro, cuja instrucção he a unica riqueza, que o Suppl. lhes poderá deixar se todavia V. M. I. em remuneração de tantos serviços pres-

tados com zelo o Houver por bem deferir Benignamente esta supplica pois que do contrario se achará o Supp. nas tristes circumstancias ou de suspender a instrução em que está e de mandar hum outro filho estudar em França ou faltar a si o necessario para suprir estas despezas.

P. a M. I. V.

Haja por bem Promover o Supp. a effectividade do Posto em que se acha, na forma que requer.

E. R. M.

Foi-lhe deferido por Decreto de 15 de novembro de 1816.

Tendo em 27 de fevereiro de 1828 ordenado o ministro da Marinha para que Tristão Pio dos Santos apresentasse as alterações que julgasse necessarias pôr em pratica no Arsenal de Marinha da Bahia: 1º não só no que dissesse respeito a maior economia do Estads, melhor e mais regular andamento do serviço e trabalhos inherentes áquelle estabelecimento: 2º — Quaes os motivos que occasionavam a escassez de madeiras n'aquelle Arsenal, cuja falta havia por muitas vezes feito parar o trabalho dos navios em construcção,—3º Que informasse com austera severidade sobre a conducta, zelo, e intelligencia dos empregados nos mesmos Estabelecimentos, tanto militares, como fabris, e de contabilidade com especial designação dos lugares, que, entendesse superfluos e que impediam o expediente e de outros cujo provimento julgasse de absoluta necessidade, dos empregados que por impossibilidade physica, e longo tempo de serviço mereciam ser reformados e finalmente dos que por negligencia, desprezo de suas obrigações, no pouco zelo pela prosperidade das cousas do Estado deviam ser demittidos. Tudo para que S. M. I. pudesse cabal e veridicamente informado promover convenientemente as necessidades do serviço do Estado e cortar pela raiz os abusos introduzidos, respondeu Tristão Pio dos Santos em longo e ponderado officio a todos os quesitos. Disse elle qua a falta de uma Lei regulamentar definindo precisamente a cada funcionario os seus deveres desde o Intendente até o ultimo empregado subalterno (como já havia proposto em julho de 1826), tinha dado lugar a multiplicadas duvidas e outros embarços que muito enervavam e atrapavam os serviços, nascendo d'ahi a maior difficuldade para os Intendentes poderem evitar as malversações que se faziam nos Arsenaes, com terrivel escandalo: mas ainda as que com maior vulto puzeram em pratica os commissarios das embarcações da Armada Naval, porque não a havendo não podiam os Intendentes obrigar os seus subalternos a seguir um methodo de escripturação ou arrecadação differente d'aquelle que está em uso, sem incorrer no risco de arbitrario, mórmente porque a Constituição do Imperio autorisava todo o empregado a recusar fazer o que a Lei não mandava.

Propunha, como verdadeiro administrador, medidas proficuas para recepção de generos á bordo, e nos Almojarifados, afim de evitar que viessem avariados, responsabilizando, tanto os fornecedores, como os recebedores; impedindo que fossem lavrados termos de avarias; que os commandantes dos navios, logo no dia seguinte á chegada aos portos, em carta fechada, enviassem os pedidos de mantimentos, sobrecellentes e reparos, para evitar demora no desempenho das commissões, e evitar o máo veso de se fazerem pedidos até o ultimo momento da partida que taes pedidos fossem justificados com um mappa de consumo, da data do ultimo recebimento; sobre prohibição de fornecimento de livros em

branco nas Províncias aos escrivães, cujas protervias, levava a n'elles lançarem as receitas dos Commissarios e Botlicarios á vista dos Escrivães dos Almojarifados, porém ao chegarem ao Rio de Janeiro, apresentavam os livros velhos, onde taes receitas não estavam lançadas.

Por ter querido acautelar tal inconveniente, mandando lavar um termo de encerramento nos livros velhos, adquirio grande numero de inimigos, medida essa que pouco adiantou porque não sendo lei, não era seguido nas demais Intendencias; d'ahi não terem alcance os commissarios e os abusos de termos de avarias de generos que nunca entravam nos Almojarifados, ou sahidos sem fórma legal.

Sobre o côrte de madeirss, era de parecer que, para evitar a escassez dellas nos Arsenaes, pertencendo á Marinha as Mattas do Estado, como estava em lei, ao Ministro da Marinha competia privativamente a inspecção e direcção dellas e por tanto a nomeação dos inspectores dos côrtes devia ser da escolha do Ministro e não a do ouvidor das Comarcas, não só por ser pessoa que nada entendia do assumpto como recebendo ordens e accessos do ministro da Justiça, nenhum mal receiava de não servir bem a uma Repartição alheia da sua, accrescendo a tudo isto andar aquelle juiz em continuas correições, no que lhe rende a vara, deixando portanto a Conservatoria as mais das vezes entregue a um juiz ordinario, a um Administrador de Côrtes, porque o conto de réis que elle percebe annualmente na qualidade de juiz conservador, esta certo, Apontava o facto de não se ter podido acabar a construcção da não *Imperador do Brasil*, prompta havia dez mezes, por falta de pranchões que de Ilhéos deveriam ser remettidos.

Pelo que respeitava ao terceiro quesito, não poderia responder tão de prompto, por carecer o objecto de maduro exame e reflexão, pois em tratando-se de informar sob a conducta, zelo e intelligencia dos empregados na Intendencia, Almojarifado e Arsenal da Bahia com a brevidade com que costumava satisfazer as ordens recebidas, pedia para fazer-o com mais vagar e em officio separado. Propunha no entretanto a suppressão de logares por desnecessarios e o movimento de outros que entendia de absoluta necessidade para o perfeito expediente do serviço d'aquella repartição. Na Intendencia o Ajudante do Escrivão della, não só por ser desconhecido em todas as Intendencias de Marinha e não haver lei que autorisasse a sua creacção, como por desnecessario, porque para supprir os impedimentos do Escrivão da Intendencia havia um Escrivão de matricula, outros do Pagamento e um escripturario da Intendencia. Da mesma firma se deviam abolir dos de quatro Fieis dos almojarifados.

Muitas outras reflexões fazia na sua exposição o digno official, todas ellas dictadas com elevado espirito de justiça e verdadeiro senso administrativo. Muitas dessas medidas ainda hoje fazem parte de legislação da marinha e que muito contribuíram para o progresso dos serviços, tanto na fiscalisação, como para boa marcha d'elles.

Promovido a Chefe de Divisão effectivo em 15 de novembro de 1826, continuou na Bahia até 26 de abril de 1827 quando foi nomeado Inspector do Arsenal do Rio de Janeiro por Decreto da mesma data.

No exercicio do cargo, onde vinha prestando inestimaveis serviços foi promovido a Chefe de Esquadra graduado a 18 de outubro de 1829. A 4 de janeiro do anno seguinte tomou posse do cargo do Quartel General da Marinha.

Dispensado do logar por Decreto de 29 de agosto de 1831, em vista dos successos politicos que se desenrollaram n'esse anno e que levaram D. Pedro a abdicar.

No anno seguinte pedio reforma, a qual lhe concedida na conformidade da lei, com o soldo e Posto de Vice-Almirante, de accordo com a Resolução do Conselho Supremo Militar de 23 de outubro de 1832,

Não foi porém, Tristão Pio dos Santos descançar no seio de sua familia.

Para o cargo de Regente havia sido eleito o padre Feijó, a quem se deve o enfraquecimento militar do Brasil, porque julgou que dissolvendo o exercito e enfraquecendo a marinha, poderia com os civis dar combate a anarchia oriunda do odio e de paixões bastardas. A cada passo audaciosos intrigantes, na maioria d'elles sem cultura, provocavam por todo o Brasil desordens, molins e movimentos revolucionarios, unicamente pelo desejo do predomínio; nenhum idealismo nem philantropismo os guiava.

Que lhes importava a communhão nacional, comtanto que fossem satisfeitas as suas ambiciosas, embora illicitas pretensões?

A lucta partidaria accirrada entre as facções dos *Caramurus* ou Retrogrades, *Jurujubas* (ou *Farroupilhas*) os Exagerados e os *Chimangos* ou Moderados, veio levando o Brasil aos solavancos, com o revezamento delles.

A tremenda opposição que soffreu Feijó, dirigida por Bernardo de Vasconcellos que declarou guerra de morte ao seu antigo correligionario, dividio-se tambem pelos membros dos ministerios que se succediam com rapidez incrível, perturbando a marcha progressiva do paiz, mesmo fazendo-o retrogradar.

Para uma destas organizações ministeriaes foi lembrado o vice-almirante Tristão Pio dos Santos que assumiu a pasta da marinha em 16 de maio de 1837.

Accusava a opposição ao Regente de cumplicidade com os revolucionarios do Rio Grande e na Camara ás propostas do ministro da Marinha foram recebidas com extrema má vontade. Procuravam os opposicionistas embaraçar o vice-almirante com sua dialectica, porém n'elle encontraram, ás vezes asperezas que bem demonstravam que elle não se deixava dominar. Por essa razão não escapava o vice-almirante aos motejos e satyras que dardejava o *Sele de Abril* que o apellidava por antithese, *Alegião Impio dos Diabos*.

Pelo pouco que sabemos de sua vida particular, temos que era Tristão Pio dos Santos de genio extremamente expansivo e folgazão, predicado esse de familia, pois deixou seu irmão larga messe de suas facecias com o proprio D. João VI, de quem era amigo pessoal. Sempre prompto a metter a bulha, não admittia no entretanto a menor offensa. Leal e cavalheiro para com todos, não permittia a menor falha no cumprimento de deveres, nem tão pouco a menor desconsideração para com sua pessoa.

Na Camara e no Senado, quando Ministro da Marinha, ao discutir-se o orçamento de sua pasta, mais de uma vez mostrou que não se sujeitava a críticas injustas feitas por membros da opposição. Os torneios oratorios não o seduziam; sabia dizer com justas palavras o que convinha para o bom andamento dos serviços a seu cargo. Provas de administrador provecto e consciencioso as havia dado de sobra e como zelador da fazenda publica fartamente o demonstrára.

Em certo dia, acommettido de um ataque que depois foi reconhecido como de catalepsia, foi dado por morto e como tal foi amortalhado e levado ao cemiterio. Sendo porém demasiado tarde para sepultal-o foi depositado na capella do campo-santo para ser inhumado no dia seguinte.

Durante a noite, porém, voltou a si. A meio ergueo-se e pela claridade das tochas que allumiavam o seu esquiife comprehendeo o que se havia passado comsigo; teve a noção do lugar onde se encontrava. Não se deu por achado; resolveo continuar no mesmo caixão, pois outra cama onde passar a noite não poderia encontrar, nem certamente seriam ouvidos os seus apellos. Fleugmaticamente, collocou o seu chapéo armado sobre o peito e pôz-se a dormir.

Pela manhã accordou-se com o ruido que fazia o sacristão ao abrir a porta da capella; ergueo-se Tristão Pio dos Santos a meio corpo e com o chapéo armado à mão fez signal ao mesmo para que se approximasse, acompanhando o gesto com um *psii*.

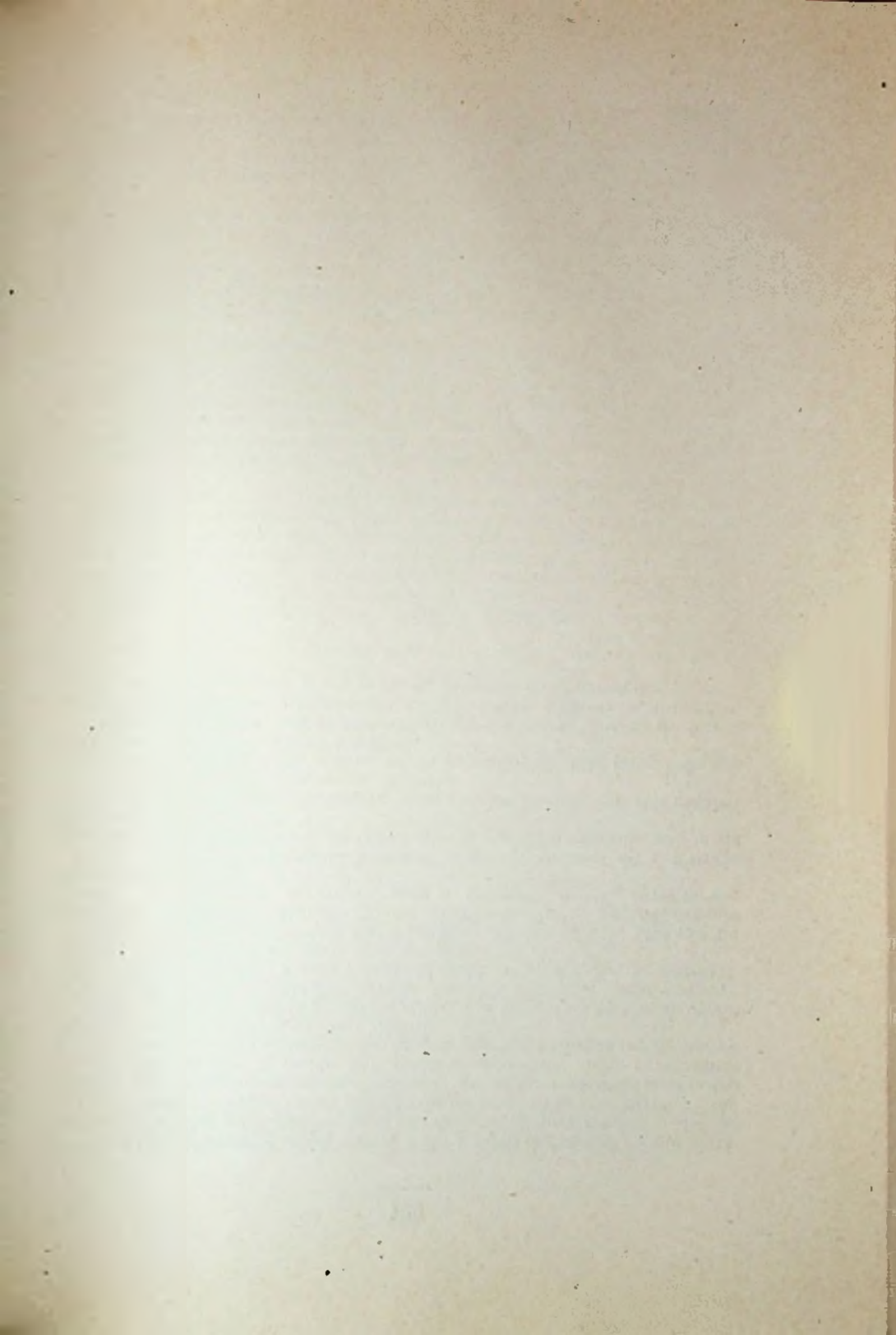
Ao ver o sacristão cousa tão inaudita, tal um morto, fardado de almirante a procurar sahir do caixão mortuario, deitou em desabalada corrida a gritar por soccorro, pois o defuncto queria levantar-se, dizia elle.

Aos gritos do apavorado sacristão acudio o pessoal do cemiterio que attonito contemplou o almirante que já de pé, compunha sua farda e espada.

Explicou elle que não estava morto e que chamassem um medico para disso se certificarem, o que foi feito.

Avisada a familia do que se havia passado, foi elle pouco depois levar a alegria onde reinava a tristeza.

Falleceo no Pará, sendo Presidente da Provincia em 25 de Fevereiro de 1811, o digno e illustre official que tantos valiosos e honrados serviços prestou, ornado o seu peito de diversas condecorações.



DAVID JEWETT

Chefe de Divisão

Nasceu nos Estados Unidos da America do Norte em 1784. Filho do capitão de fragata David Jewett. Falleceu em 26 de Julho de 1842.

D. Pedro, regente do Brasil, em consequencia do regresso da familia real portugueza para Lisbôa ao assumir o governo, desde logo comprehendendo a directriz que tomava a corrente que se avolumava no seu ideal de independencia e a que nenhum dique a ella se opporia; por essa razão, com lucida intuição collocou-se á sua frente. Desse modo, assegurando antecedentes, contribuiu, levado no seu caudal, para mais rapidamente romper os laços que uniam a terra do Cruzeiro á Portugal. Certo, tão enfraquecidos estavam elles que não necessitou grande esforço para dilanial-os politicamente.

Desde então deixaram os naturaes do paiz de ser *brasilciros* para se tornarem *brasilienses*; tinham agora uma patria para defender e honrar, isto depois de tres seculos de agonias e torturas; d'ahi em diante um arrebol purpureou uma nova consciencia politica, deixando outra envolvida na penumbra de um occaso cheio de angustias. Levantava-se o Brasil na America para amparar o combalido Portugal.

O sangue que este tão parcamente transmittira áquelle, era agora exigido em tão volumosa quantidade para a sua conservação, que, se não cessasse a transfusão, correriam ambos o risco de perecer. O sangue brasilico caldeado no entretanto com o do indio e do negro era energico; ergueo o primeiro e sustentou o segundo, como o sustentára sempre.

A thalassocracia luzitana, sem se aperceberem os seus reis, havia desaparecido em beneficio da alliada e interesseira protectora que aos poucos havia conseguido anniquilar a energia de um povo que soube ser grande, mas que seus fidalgos fizeram deliquescer com ella. Já não contavam as Côrtes portuguezas, com os meios para conseguir os fins a que se propunham, quaes o de novamente ferroppear o Brasil. Não mais seriam as montanhas de Cintra para o Brasil o que foram as do Caucaso para Prometheo, com a circumstancia de ser, no primeiro, em vez de um só abutre para devorar-lhe o figado, os havia no segundo, um bando innumeravel.

D. Pedro, em um rasgo de verdadeira previsão chamando a si as aspirações nacionaes, aspirações essas tambem aninhadas no coração da excelsa princeza que desde logo á sua chegada a este paiz o amou como o seu, ao seu rei e pai deu sciencia do seu acto e ao seu povo explicou as razões porque o fazia.

Em pouco tempo, porém, renegando tudo o que havia feito, precipitou o paiz em torvelhinho anarchico e revolucionario; quiz, tardiamente,

voltar ao primitivo estado, porém era tarde de mais. Pretendendo destruir o que havia ajudado a construir sepultou-se nos destroços. Realizou a profecia de José Bonifácio a quem tanto devia e a quem tantas amarguras fez soffrer, e a quem por fim implorou a guarda da corôa para seu filho.

Em 6 de agosto de 1822, enviava D. Pedro a seu pai D. João VI a seguinte carta: Meu Pai e Senhor. Incluso tenho a honra de remetter á Vossa Magestade o meu Manifesto aos povos do Brasil, para que Vossa Magestade de tudo esteja ao facto, como é conveniente; brevemente terei outra occasião de remetter outro feito ás Nações amigas do Brasil.

Deus Guarde a saúde, e vida de Vossa Magestade, como todos os bons Portuguezes, e mórmente nós Brasileiros havemos mister. Subdito fiel, e filho obedientíssimo que lhe beija a sua Real Mão — *Pedro*.

O manifesto que acompanhava esta carta e do qual damos alguns topicos começava:

Brazileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens. Os Governos, que ainda querem fundar o seu poder sôbre a pretendida ignorancia dos povos, ou sôbre antigos erros e abusos, teem de ver o colosso de sua grandeza tombar da fragil base, sobre que se erguera outr'ora.

Foi por assim o não pensarem, que as Côrtes de Lisboa forçarão a^s provincias do Sul do Brasil a sacudir o jugo, que lhes preparavão; foi por assim pensar, que eu vejo agora todo o Brasil reunido em torno de mim, requerendo-me a defêza de seus direitos, e a mantença de sua liberdade e independencia. Cumpre-me, portanto, ó Brasileiros, que eu vos diga a verdade; ouvi-me pois... Seguem as razões que o levavam a assim proceder e o que pretendiam as Côrtes, enumerando-as nos seguintes topicos:

«Brazileiros! Para nós não é preciso recordar todos os males a que estaveis sujeitos, e que vos impellirão á representação, que me fez a Camara, e povo desta Cidade no dia 23 de maio, que motivou o meu real Decreto de 3 de junho do corrente anno, mas o respeito que devemos ao Genero humano exige que demos as rasoens da vossa justiça, e do meu comportamento.

A historia dos feitos do Congresso de Lisboa á respeito do Brasil é uma historia de enfiadas injustiças, e sem rasoens; seus fins erão paralisar a prosperidade do Brasil, consumir toda a sua vitalidade e reduzi-lo á tal inanición, e fraqueza que tornasse infallivel a sua ruina, e escravidão. Para que o mundo se convença do que digo, entremos na simples exposição dos seguintes factos:

Legislou o Congresso de Lisboa sobre o Brasil, sem esperar pelos seus representantes, postergando assim a soberania da Nação.

Negou-lhe uma delegação do poder executivo, que de tanto percizava para desenvolver as forças da sua verilidade, visto a grande distancia, que o separa de Portugal; deixando-o assim sem leis apropriadas ao seu clima e circumstancias locais, sem promptos recursos ás suas necessidades.

Recusou-lhe um centro de união, e de força, para o debilitar, incitando previamente as suas provincias a despegarem-se daquelle que ja dentro em si tinham felizmente.

Decretou-lhes governos sem estabilidade, e sem nexo com tres centros differentes insubordinados e rivaes, e contradictorios, destruindo assim a sua cathegoria de reino, alienando por esta fórma as bases da sua futura grandeza e prosperidade, e só deixando todos os elementos da desordem, e da anarchia

Excluiu de facto todos os brazileiros de todos os empregos honorificos, e encheo vossas Cidades de baionetas europeãs, commandadas por chefes forasteiros, crueis e immoraes..

Recebão com enthusiasmo e prodigalisou louvores a todos esses monstros que abrirão chagas dolorozas nos vossos corações, ou prometterão não cessar de as abrir.

Lançou mãos roubadoras nos recursos applicados ao Banco do Brasil, sobrecarregado de uma divida enorme, de que nunca se occupou o Congresso, quando o credito deste Banco estava enlaçado com o credito publico do Brasil, e com a sua prosperidade.

Negociava com as nações estrangeiras a delienação do vosso territorio para vos enfraquecer, e escravisar.

Desarmava vossas fortalezas, despia vossos Arsenaes, deixava indefesos vossos portos, chamando aos de Portugal toda a vossa marinha; esgotava vossos thesouros com saques repetidos, para despezas de tropas que vinhão, sem pedimento vosso, para verterem vosso sangue, e destruir-vos, ao mesmo tempo que vos prohibia a introduccão de armas, e munições estrangeiras, com que podesseis armar vossos braços vingadores e sustentar a vossa liberdade.

Apresentou um projecto de relações commerciaes, que, sob falsas apparencias de quimerica reciprocidade, e igualdade monopolisava vossas riquezas, fechava vossos Portos aos estrangeiros, e assim destruia a vossa agricultura, e industria, e reduzia os habitantes do Brasil, outra vez, ao estado de pupillos, e colonos.

Tratou, desde o principio, e trata ainda com indigno aviltamento, os representantes do Brasil, quando teem a coragem de punir por seus direitos, e até (quem ouzara dizê-lo!) vos ameaça, com libertar a escravatura, e armar seus braços contra seus proprios senhores.

Para acabar finalmente esta longa narração de horrorozas injustiças quando pela primeira vez ouviu aquelle congresso, as expressões de vossa justa indignação, dobrou d'escarneo, ó Brasileiros, querendo desculpar seus attentados com a vossa propria vontade e confiança.

A delegação do poder executivo, que o Congresso regeitara por antec-
stitucional, agora já uma Commissão do seio desse Congresso vo-lo
offerece e com tal liberalidade, que em vez de um centro do mesmo poder,
que só precisaveis, vos querem conceder, dois e mais. Que generosidade
inaudita!

Mas quem não vê que isso só tem por fim destruir a vossa força, e
integridade, armar provincias contra provincias, e irmãos contra irmãos?

Acordemos pois, generozos habitantes deste vasto e poderoso Imperio;
está dado o grande passo da vossa independencia, e felicidade á tantos tempos
preconizados pelos grandes politicos da Europa. Já sois um povo soberano,
já entrastes na grande sociedade das Nações independentes, e a que tinheis
todo direito.

A honra, e dignidade nacional, os desejos de ser venturozos, á voz da
mesma natureza mandão que as colonias deixem de ser colonias, quando
chegão á sua virilidade, e ainda que tratados como colonias não o ereis real-
mente e até por fim ereis um reino. Demais, o mesmo direito que teve Por-
tugal para destruir as suas instituições antigas, e constituir-se, com mais
razão o tendes vós, que habitaes um vasto e grandioso Paiz com uma
povoação (bem que disseminada) já maior que a de Portugal, e que irá
crescendo com a rapidez com que caem pelo espaço os corpos graves. Se
Portugal vos negar esse direito, renuncie elle mesmo ao direito, que póde
allegar, para ser reconhecida a sua nova constituição pelas Nações estran-

geiras, as quaes então poderão allegar motivos justos para se intrrometterem nos seus negocios domesticos, e para violarem os attributos da soberania, e independencia das nações.

Que vos resta, pois, Brasileiros? Resta unir-vos todos em interesses, em amor, em esperanças; fazer entrar a Augusta Assembléa do Brasil no exercicio de suas funcções, para que, manejando o leme da razão e prudencia, haja de evitar os escolhos, que nos mares das revoluções apresentam, desgraçadamente França e Espanha, e o mesmo Portugal, para que marque com mão segura e sãbia a partilha dos poderes, e firme o codigo da nossa legislação na sã philosophia, e o applique ás vossas circumstancias particulares.

Não o duvideis, Brasileiros. . . .

Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja—União. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja—INDEPENDENCIA.

Formem todas as nossas provincias o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar.

Desappareção de uma vez antigas precauções, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia, ou de qualquer cidade.

Deixai, ó Brasileiros! que escuros blasfemadores soltem contra vós, contra mim, e contra o nosso liberal sistema, injurias, calumnias e baldões; lembrai-vos que se elles vos louvassem o Brasil estava perdido: Deixai que digão que attentamos contra Portugal, contra a Mãe Patria, contra os nossos bemfeitores; NÓS, SALVANDO OS NOSSOS DIREITOS, PUNINDO PELA NOSSA JUSTIÇA E CONSOLIDANDO A NOSSA LIBERDADE, QUEREMOS SALVAR A PORTUGAL DE UMA NOVA CLASSE DE TIRANOS.

Deixai que clamem que nos rebellamos contra o nosso Rei cidadão, quando queremos salvar o do affrontoso estado de cativo a que o reduzirão; arrancando a mascara da hypocrisia á demagogia infames, e marcando com verdadeiro liberalismo os justos limites dos poderes politicos. Deixai que vozeem, querendo persuadir ao mundo que quebramos todos os laços da união com os nossos irmãos da Europa; não; nós queremos firmal-a sem a influencia de um partido, que vilmente desprezou nossos direitos, e que mostrando-se á cara descoberta tirano e dominador em tantos factos que já se não podem esconder, com deshonra e prejuizo nosso enfraquece e destróe irremediavelmente aquella força moral tão necessaria em um congresso, e que todo se apoia na opinião publica e na justiça.

Illustres Bahianos, porção generosa e malfadada do Brasil, a cujo sólo se tem agarrado mais essas famintas e impetadas arpias, quanto me punge o vosso destino! Quanto a não poder a mais tempo ir enlugar as vossas lagrimas, e abrandar a desesperação? Bahianos, o brio é a vossa divisa, expelli de vosso seio esses monstros, que se sustentão do vosso sangue: não os temais: vossa paciencia faz a sua força. Estes não são portuguezes; expelli-os e vinde reunir-vos á nós, que vos abrimos os braços. Valentes Mineiros e intrepidos Pernambucanos, defensores da liberdade brasileira, voai em soccorro dos vossos visinhos irmãos; não é a causa de uma provincia, é a causa do Brasil, que se defende na primogenita de Cabral. Extorqui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentão sanguinarios caprichos do partido faccioso.

Recordai-vos, Pernambucanos, das fogueiras do Bonito e das scenas do Recife.

Poupei, porém, e amai, como irmão, todos os portuguezes pacificos, que respeitam nossos direitos, e desejão a nossa e a sua verdadeira felicidade.

Habitantes do Ceará, do Maranhão, do riquíssimo Pará, vós todos das bellas Provincias do Norte, vinde exarar e assinar o acto da nossa emanci-

pação, para figurarmos (é tempo) na grande associação política. Brasileiros em geral! Amigos, reunamo-nos: sou vosso compatriota, sou vosso Defensor, encaremos como unico premio de nossos suores a honra, a gloria, a prosperidade do Brasil.

Marchando por esta estrada, verme-heis sempre a vossa frente, e no lugar do maior perigo. A minha felicidade (convencei-vos) consiste na vossa felicidade; é minha gloria reger um povo briozo e livre.

Dai-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa União. Serei digno de vós.

Palacio do Rio de Janeiro, em 1º de Agosto de 1822. — *Principe Regente.*

Os proceres de nossa independencia em um lance comprehenderam o valor de uma marinha, e a razão das medidas postas em pratica pela metropole em prohibir os filhos da então colonia a posse de navios e o exercicio da profissão maritima; por isso com verdadeiro enthusiasmo fizeram com que dos destroços deixados pela gananciosa côrte, que se havia fartado na colonia, nova palingenesia se operasse, para gloria nossa.

Ainda assim do palacio de Queluz, em data de 26 de outubro de 1821, ordenava o ministro da marinha, almirante José Joaquim Monteiro Torres, que se promptificassem uma apoz outras as náos *Vasco da Gama*, *Marlim de Freitas*, *Afonso de Albuquerque* e regressassem á Lisboa, levando sua propria artilharia e como lastro a artilharia das demais náos, fragatas e fortalezas, com o respectivo carretame. (A primeira foi vendida em leilão no dia 27 de outubro de 1827, por 4:600\$000).

A expedição mandada á Bahia, composta da *União*, *Maria da Gloria*, *Liberal* e brigue *Reino Unido*, sob o mando do chefe de divisão Rodrigo de Lamare, regressára ao Rio de Janeiro, sem haver conseguido os seus fins, que era obrigar o general portuguez Madeira e suas tropas a evacuar a capital d'aquella provincia. Esse insuccesso, mais ou menos previsto, veio demonstrar que não era com portuguezes que se havia de bater a portuguezes, e que maior numero de navios se tornavam necessarios para conseguir o fim almejado, qual o de arrancar de nossas plagas as tropas que n'ellas se achavam chumbadas, assim no Maranhão, Pará e Cisplatina.

Recrudescio por essa razão o enthusiasmo pela criação de uma marinha, idéa essa que se propagou com vigor nas provincias livres dos oppresores.

Exigia prompta e efficaz repressão o proceder de d. Álvaro de Macedo, em Montevidéo, que trabalhava de accordo com Madeira na Bahia e ainda com alguns membros da Junta de S. Paulo, onde perfidamente pontificavam Oyenhausen, futuro marquez de Aracaty; Costa Carvalho, futuro marquez de Monte Alegre, chefe de esquadra Oliveira Pinto, coronel Francisco Ignacio, como antes procedera Avilez, no Rio de Janeiro, todos obedientes ás machinações das Côrtes Portuguezas.

Ali estavam a produzir fructos o manifesto publicado em nome da Divisão de Voluntarios d'El-Rei, pelo coronel Claudino Pimentel, em 20 de maio, no qual dizia que queriam pertencer ao exercito de Portugal e nunca ao do Brasil. O que as tropas nacionaes haviam conseguido com seu esforço, as Côrtes Portuguezas no intuito de enfraquecer o Brasil e impedi-lo de refazer-se, propunham, sob o pretexto de ser aquelle territorio conquista portugueza, abandonar a Banda Oriental á sua sorte, ou á Hespanha se esta lhe cedesse Olivença.

Não se esqueciam por certo os platinos das clausulas estipuladas em 1812 pelos seus representantes no convenio de *Concordia*, para terminação da

contenda existente entre elles e Elio que governava Montevidéo, o substituto de Cysneiros y Joffre, o taciturno; convenio esse que a fraqueza moral do governo de D. João VI, acceitou, sendo como foi, com surpresa de todos assignado pelo plenipotenciario portuguez, João Rademaker, que não fez mais do que cumprir as ordens de Lord Strangford, ministro inglez que docilmente o manejou no interesse britannico.

A lucta entre D. Carlota Joaquina e seu marido D. João VI pela herança de patrimonios enfraqueceo o direito de ambos, fortalecendo a unidade das Provincias Confederadas do Prata.

Na falta de navios e officiaes, filhos do paiz, em postos elevados que lhe conferissem commandos, adquirio o governo por compra alguns navios e procurou para dirigil-os, de outras nacionalidades, que não a portugueza, embora fosse grande o numero de adherentes, visto não ser prudente o emprego immediato destes, em commissões tão delicadas, como as que se iam seguir.

No porto do Rio de Janeiro, achava-se David Jewett, no commando de um brigue de carta de sua propriedade o *Maypi*. Comprou-o o Imperador por 20:200\$000 e o offereceo á Nação, com o nome de *Caboclo*. A seu capitão foi-lhe offerecido entrar para o nosso serviço.

Assim, por decreto de 6 de outubro de 1822, foi admittido ao serviço da Armada Nacional e Imperial, então em organização, no posto de capitão de mar e guerra David Jewett.

Foi esse o primeiro official contractado em nossa marinha e por portaria da mesma data nomeado commandante da fragata *União*, em substituição ao capitão de mar e guerra Luiz da Cunha Moreira, brilhante official oriundo do Brasil, que acabava de chegar da Bahia no commando da corveta *Maria da Gloria* e que devido aos successos que agitavam o paiz fôra chamado para junto do governo, para com suas luzes e conhecimentos oriental-o na organização dos serviços navaes.

Constando ao governo por informações do barão da Laguna, enviadas pelo então capitão de fragata Luiz da Cunha Moreira, em 1 de julho de 1822, que d. Alvaro de Macedo, com suas tropas de occupação estava disposto a abandonar a Cisplatina, considerada por elle, conquista portugueza, confiou o então já ministro da marinha Luiz da Cunha Moreira a David Jewett o commando de uma divisão com o fim de tornar effectivo o embarque d'aquellas tropas.

Para capitanea foi escolhida a *Ypiranga*, ex-*União*, construida na Bahia e armada em 14 de novembro de 1817, montando 24 peças longas na primeira coberta e 26 na segunda; os demais navios eram: a fragata *Real Carolina*, depois *Paraguassu*, construida em Damão em 1810, armada com 44 peças, tendo por commandante o capitão de fragata Manoel Gonçalves Leite da Cunha e a corveta *Liberal*, antigo brigue *Gaivota*, lançado ao mar em Lisboa a 3 de setembro de 1791, e armado com 22 canhões, sob o commando do capitão-tenente Antonio Salema Freire Garção.

Tres dias depois de ter içado á bordo o auri-verde pendão de nossas esperanças e ser salvado com 101 tiros e cinco annos justos de seu armamento, fez a capitanea a *Ypiranga* signal de partida.

As auras marinhas iam por sua vez aca-iciiar e beijar o emblema que desde então nos conduziria no caminho da honra e da gloria e cujas symbolicas côres representam a chlorophylla de nossas florestas, valles e campos que não desaparece, o azul do nosso firmamento e o amarello significando a riqueza do nosso solo.

Como navios onerarios, a completar a divisão que partira, fizeram-se ao mar, pouco depois, os transportes *Bella Bonita*, *Sete de Março*, *Conde de Arcos*, *General Lecór* e brigue *Líguri*, todos abastecidos com os necessarios mantimentos para 3.000 homens, para uma viagem até Lisboa.

Era no entretanto bem differente o pensar do representante das Côrtes Portuguezas na Cisplatina, o brigadeiro d. Alvaro de Macedo, em aberta lucta com o general Lecór, barão da Laguna, que se declarára pelo Brasil, conforme comunicação do nosso agente em Buenos Ayres, em 16 de setembro de 1822. Apoiado este nas tropas brasilienses ao mando do general Marques de Souza recolheu-se a S. José e d'ali estabeleceu cerco a Montevideó onde ficaram as portuguezas á espera do general Saldanha, que se achava no Rio Grande do Sul e a quem pretendiam proclamar chefe.

Ao dar fundo a divisão de David Jewett a 29 de novembro em frente a Montevideó, á bordo da *Ypiranga* apresentou-se o vice-almirante Rodrigo Ferreira Lobo, afim de receber ordens do Imperador, pois em 9 de novembro, em officio a José Bonifacio, communicava que elle e toda a corporação da marinha ás suas ordens, prestava-lhe obediencia e fidelidade, adherindo portanto á causa do Brasil.

Tinha n'aquella occasião o almirante Rodrigo Lobo, sob suas ordens em Montevideó, Colonia do Sacramento e outros pontos do rio Uruguay, os seguintes navios: fragata *Thetis*, capitanea, escuna *Oriental*, *Maria Thereza*, *Luiz de Camões*, *D. Alvaro da Costa*, *Maria Izabel*, *Izabel Maria*, barcas *Infante*, *D. Sebastião* e *N. 2*.

Sabedor D. Alvaro do procedimento do almirante Rodrigo Lobo, que se manifestava dubiamente, comprehendendo que com elle não poderia contar; por essa razão ordenou que, logo que o mesmo desembarcasse, fosse preso. Teve porém aviso o almirante, por via do capellão e do cirurgião da *Thetis*, vindos ao seu encontro; recolheu-se por isso o almirante á bordo da *Thetis*, com aquelles officiaes, n'ella se conservando, impedido portanto de baixar á terra.

Teve por fim que deixar aquelle navio, em vista das ameaças de D. Alvaro, que tudo fazia para que a *Thetis* não cahisse em nossas mãos. Nella tinha um destacamento de tropa de linha.

No dia 7 deixou o almirante Rodrigo Lobo a *Ypiranga*, retirando-se de bordo em uma lancha seguindo para a Colonia do Sacramento onde chegou no dia seguinte. Dizia elle que assim procedeo para melhor garantir a flo-tilha do Uruguay.

Levava ordem David Jewett para que o vice almirante Rodrigo Lobo, se retirasse na fragata *Thetis*, que se achava no porto de Montevideo, com a barca *Mameluka* e a escuna *Ullana*, desarmada desde muito por necessitar de concerto, cuja guarnição havia sido passada para os demais. Na Colonia estava a escuna *D. Maria Thereza* e um bergantim-escuna que o General Lecor comprou e que se estava armando em guerra e a *E. D. Alvaro de Castro* em B. Ayres.

Antes, porém de sua chegada o almirante Lobo tinha cahido no desagrado dos chefes que constituíram o Extincto Conselho Militar, que por todos os meios procuravam desprestigial-o, em vista da sua dubiedade. Contava o brigadeiro D. Alvaro com alguns officiaes de marinha e principalmente com o capitão tenente Bernardo José de Souza Soares e 1º tenente João dos Reis Portugal. Com a promessa de nomeal-o commandante da fragata *Thetis*, foi encarregado de sublevar o 1º Batalhão de Caçadores que se achava na Colonia.

Tendo sido chamado á presença do barão de Laguna, mandou-o Rodrigo Lobo a Colonia: ao receber a ordem, disse tal official que a sua sahida de bordo não era senão porque não lhe fazia conta estar em Montevideo, que elle almirante estava illudido, que lhe haviam de compromettel-o e que estavam enganados com elle, que elle era amante de sua Patria.

Ao chegar a Montevideo communicou David Jewett suas instrucções ao barão de Laguna, quaes a de fazer embarcar as tropas nos transportes e apoderar-se da fragata *Thetis* e da galera *Conde de Arcos* que se achavam no porto. Ambas estas embarcações, devido a um grande pampeiro, haviam arrastado seus ferros, do ancoradouro de franquia, vindo quasi a praia, dentro do porto, onde estavam dominadas pelas baterias do porto e por não terem maruja, guarnecia-a um destacamento de soldados, revesado quinzenalmente.

Em vista das ordens que tinha David Jewett para não se demorar com a divisão ás suas ordens, pois receiava D. Pedro que sabendo os portuguezes desguarnecido o porto do Rio de Janeiro, poderiam os navios ás ordens de Madeira, na Bahia, atreverem-se a bloquear aquelle porto, lembrou o alvitre de lançar fogo na *Thetis*, uma vez que não se poderia tiral-a do porto de conforme dizia Rodrigo Lobo. Levando essa sua idéa ao barão de Laguna, este em resposta disse-lhe que não havendo ordem do imperador para queimar-a, lhe parecia a deixasse David Jewett no estado em que se achava até que S. M. I. determinasse de outra fôrma, ou que cessando os apuros que obrigavam a retirada da divisão, podesse o governo tomar sobre este ponto as resoluções que julgasse mais convenientes.

Alem disso todo o inconveniente que poderia resultar de se deixar a fragata *Thetis* no porto, era que os commandantes das tropas a mandassem guarnecer e levar-a com os transportes para a Bahia, porem o governo se achava com poder para embarçar a execução deste plano, porque, se o porto do Rio de Janeiro não estivesse bloqueado, a esquadra poderia sahir e esperar a expedição na altura da Bahia, e se se realisasse o bloqueio, David Jewett com sua divisão poderia ser destacado para o mesmo fim sem entrar no Rio de Janeiro.

O mesmo dizia com relação aos transportes; porque não havendo ordem para fazel-os retroceder subsistiam as anteriores, para o embarque das tropas de Montevideo para Lisboa.

Dizia mais que considerava de outra parte, que a permanencia dos transportes, depois que velejasse a divisão, poderia influir para accelerar o embarque dos soldados retidos contra a vontade por seus officiaes, que haviam incutido em seus espiritos que a vinda dos navios de guerra era para levar-os ao Rio de Janeiro e depois á Bahia, para onde não queriam ir. Achava provavel que taes soldados não quizessem perder a occasião que se lhes apresentava de regressar a sua Patria, desistindo do projecto de auxiliar a Cisplatina, e separal-a da Confederação do Imperio, e pôr em execução as ordens que para este caso tinha de S. M. I.

E ainda mais, dizia o barão de Laguna; «V. Sa calculará que para tomar estas determinações, tinha presente a situação perigosa em que se acha esta Provincia; a necessidade de sustentar-me em um ponto central para conter os anarchistas, as difficuldades de estreitar o assedio da praça por terra, sem deixar exposta esta Campanha, e as probabilidades de que com medidas de politica e moderação, posso conseguir que as tropas se embarquem ou que não tomem o partido dos Independentes, o que seria perigoso para a conservação desta importante Provincia, que tantos sacrificios tem custado ao Brasil.

Por estas razões considero de absoluta necessidade, que V. S.^a regresse semprehender cousa alguma sobre a fragata *Thetis*, cuja extracção do porto é impossível; pelo estado em que se acha, e medidas que ha tomado o Conselho Militar para evitar qualquer surpresa. E que não tendo S. M. ordenado que os transportes regressem para o Rio de Janeiro devem ficar ás minhas ordens n'esse fundeadouro para conduzirem as tropas á Portugal, sempre que não resistam embarcar-se.

De todos os modos, como não hei recebido sobre estes particulares ordens positivas de S. M. I., V. S.^a obrará como lhe parecer mais de accordo com as que lhe foram communicadas».

Essa resposta era datada do Quartel General na Villa de São José, de 4 de dezembro de 1822.

Ao Sindico Procurador Geral da Cisplatina D. Thoniaz Garcia de Zuniga, submetteo o barão de Laguna as ordens que tinha o commandante David Jewett: pediu aquelle que fosse transmittido ao commandante da divisão as seguintes considerações: Que havia necessidade de evitar todo acto de violencia sobre a fragata *Thetis* e as vantagens que devem resultar de não haver novidade alguma com o transporte *Conde de Arcos* e demais que forem chegando do Rio de Janeiro. Que as razões do Sindico Geral são incontestaveis: porque sem duvida alguma as tropas da Praça se unirão ao partido que conspira para separar esta Provincia do Imperio, logo que se ataque a fragata *Thetis*, ou que se retirem os transportes, e n'este caso seria muito difficil sustentar a occupação deste territorio. Que sobre isto representa o Sindico ao Imperador, e lhe recommenda á consideração do commandante David Jewett, a necessidade de evitar todo o motivo que irrita e una aos soldados ás ideas de seus officiaes para não augmentar as grandes difficuldades de uma situação presente. Esperava que depois de alguns dias poderia mover molas poderosas para determinar aos soldados a que se embarquem ou sahiam de Praça e para isso convinha absolutamente não haver novidade sobre a *Thetis* e os transportes.

Com a data do anterior foi entregue este officio a David Jewett.

Desse seu proceder communicou o barão de Laguna ao ministro da Marinha.

O Barão de Laguna officiou ao ministro da marinha Luis da Cunha Moreira em 7 de dezembro de 1822, que o capitão de mar e guerra David Jewett, lhe havia passado copia das ordens dadas pelo Imperador e trazidas pela escuna *Leopoldina* para se retirar ao Rio de Janeiro com a divisão ás suas ordens, mostrando-lhe na mesma occasião que não era preciso dizer-lhe quanto lhe era doloroso deixar o Prata em seo actual estado. Sendo mudas as ordens de S. M. quanto aos transportes, solicitava ordens d'elle barão, nesse particular. O *Conde de Arcos* com provisões, para 450 praças, estava fundeado fóra do porto de Montevidéu com ordens de não permittir communicações com a cidade. Havia consultado o almirante Rodrigo Lobo que era de opinião que a fragata *Thetis* não podia ser retirada do porto em menos de tres dias e isto com vento favoravel para fazer crescer as aguas em consequencia de estar encalhada e debaixo das baterias. Os navios calavam demasiado para poder entrar no porto. A unica alternativa que restava n'aquella occasião era destruir a fragata por meio de uma expedição de escaleres para tomal-a ou... queimal-a, porém sendo suas ordens para tomal-a e muda quando a liberdade de destruil-a, pedia ao barão de Laguna ordens sobre este particular. Levava ao conhecimento do vice-almirante Lobo a quem havia solicitado approvação para tal medida, que foi inteiramente desapprovada. Em vista das ordens do barão de Laguna de 28 de novembro e as ordens de

S. M. para a immediata entrega da fragata, havia repetido sua solicitação pela maneira que havia pensado segundo os desejos de S. Magestade, aos quaes estava sem resposta.

Foi obrigado a reclamar a *Thetis* cathegoricamente pelas seguintes razões: 1ª A immediata preparação para hostilidades á sua chegada. 2ª pelo armamento e guarnecimento da *Thetis* e lanchas. A fortificação do Serro e ilha dos Ratos. 3ª pelas varias informações da intenção de defender-se até a ultima extremidade: 4ª E sendo o commandante da *Thetis* tirado do commando d'aquella Fragata. Muito! Muito! sinto o desagradavel estado Politico da Terra, e tanto que as ordens de S. M. obrigam meu regresso immediato. Sua Excellencia terá a bondade de observar que não tenho instrucções relativas aos Transportes, nem do Conde de Arcos siquer. Espero que V. Exa. me dirija sobre a disposição d'elles. Participo a V. Exa. que o Estado insubordinado das tropas da Cidade faz-se perigoso para os Officiaes da Esquadra ir a terra, parece que os officiaes militares tem pouco predomínio sobre a tropa. 10 horas do dia — Estou honrado com o recebimento das ordens de V. Exa. com a data de 2 do presente e acabo despacho meo culter para Santa Lucia com o official que me apresentou as ordens de V. Ex. Tenho que participar a V. Ex. que a esquadra sómente espera as ordens de V. Ex. para executar ás de S. M. Com toda a consideração tenho a honra de ser Exmº. Snr. Sou attento servidor Q. S. M. C. *David Jewett*. Capitão de Mar e Guerra Commandante de Esquadra de S. M. I. A V. Exa. Exmº. Snr. Barão de Laguna. A bordo da *União* e Dezembro 3 de 1822.

Illmº. Snr. Tendo imposto ao Syndico Procurador Geral deste Estado sobre a retirada dessa Esquadra por ordem de S. M. I. pedio-me para manifestar a V. S. a necessidade de evitar todo acto de violencia sobre a fragata *Thetis*, e as vantagens que devem resultar de nada acontecer com o transporte *Conde de Arcos*, e demais que venham chegando do Rio de Janeiro. As razões do Syndico Geral são incontestaveis porque sem duvida alguma as tropas da Praça se unirão ao partido que conspira para separar esta Provincia do Imperio logo que se ataque a Fragata *Thetis*, ou que se retirem os transportes, e n'este caso seria muito difficil sustentar a occupação deste territorio. O Syndico Geral representa sobre isto ao Imperador e eu recomendo á consideração de V. Exa. a necessidade de evitar todo motivo que irrita e una os soldados ás ideas de seus officiaes, para não augmentar as grandes difficuldades de nossa situação presente. Espero que depois de alguns dias poderei mover molas poderosas para determinar aos soldados a que se embarquem, ou sahiam da Praça, e para isto convém absolutamente nada fazer contra a *Thetis* e os transportes. Deos Guarde a V. Exa. Quartel General na Villa de São José e Dezembro 4 de 1822. *Barão de Laguna*. Illmº. Snr. D. Jewett Capitão de Mar e Guerra Commandante de Divisão Naval surta em frente a Montevideo.

« Illmº: Snr. Respondo a communicação de V. S. de tres do corrente dizendo que não devendo demorar-se o cumprimento das ordens de S. M. Imperial se acha V. S. no caso de regressar para o Rio de Janeiro sem demora alguma com a Fragata *União*, *Real Carolina*, corveta *Liberal* e escuna *Leopoldina*. Emquanto á Fragata *Thetis*, não sendo possivel tiral-a do Porto segundo a opinião de V. S. e do Exmº. Snr. Vice-Almirante Rodrigo Ferreira Lobo, e não havendo ordem expressa de S. M. Imperial para queimal-a me parece que V. S. deve deixal-a no estado em que se acha até que S. M. Imperial determine outro proceder, ou que cessando os apuros que tem datado a retirada dessa Esquadra, possa o Governo tomar sobre este ponto as resoluções que julgue mais convenientes. Além disso todo o inconveniente que possa resultar de deixar a Fragata no Porto, é que a mandem tripular os Chefes das tropas, e que a levem com os transportes para Bahia, porém o

Governo se acha com força para embarçar a execução destes planos; porque se o Porto do Rio de Janeiro não estiver bloqueado, a Esquadra pôde sair a esperar a Expedição na altura da Bahia, e se o bloqueio se realizar V. S. poderia ser destacado para o mesmo fim sem entrar no Rio de Janeiro. O mesmo digo em relação aos transportes, porque não havendo ordem para mandal-os retroceder subsistem as anteriores nas quaes se mandam os transportes para que se embarquem as tropas de Montevidéo para Lisboa. Por outro lado eu considero que a permanencia dos transportes, depois da sahida da Esquadra ao mando de V. S. possa vir influir nos soldados para accelerar seu embarque contra a vontade dos officiaes que querem reel-os porque então falta o pretexto que os tem infundido, de que as Fragatas si haviam vindo para leval-os para o Rio de Janeiro, e não querendo os soldados ir para a Bahia segundo as noticias mais positivas, é muito provavel não queiram perder a occasião que se lhes apresenta para regressar a sua Patria, desistindo do proposito de auxiliar a facção de Montevideo, que intenta convulcionar este paiz, e separal-o da Confederação do Imperio. Porém se contra todas estas probabilidades succedesse que as tropas resistam ao embarque então ha lugar para mandar os transportes ao Rio de Janeiro e pôr em execução as ordens que para este caso tenho de Sua Mag. Imperial. V. S. calculará que para tomar estas determinações, tenho presente a situação perigosa em que se acha esta Provincia; a necessidade de sustentar-me em um ponto central para conter os anarchistas; as difficuldades de estreitar o assedio da praça por terra, sem deixar exposta esta campanha e as probabilidades de que com medidas de politica e moderação posso conseguir que as tropas se embarquem, ou que não tomem o partido dos Independentistas o que seria perigoso para a conservação desta importante Provincia que tantos sacrificios tem custado ao Brasil. Por estas razões considero de absoluta necessidade que V. S. regresse sem emprehender cousa alguma sobre a fragata *Thetis*, cuja retirada do Porto é impossivel, devido ao estado em que se acha, e medidas tomadas pelo Conselho Militar para evitar qualquer surpresa. E que não havendo sua magestade ordenado que os Transportes regressem para o Rio de Janeiro devem ficar ás minhas ordens neste fundeadouro para levar as tropas a Portugal, sempre que não resistam embarcar-se. De todos os modos, como Eu não tenho recebido sobre estes particulares ordens positivas de Sua Magestade Imperial, V. S. obrará o que lhe parecer mais acertado as que lhe foram communicadas. Deos Guarde V. S. muitos annos. Quartel General na Villa de São José a 4 de Dezembro de 1822. Illm^o. Sn. D. David Jewett Capitão de Mar e Guerra e Commandante da Esquadra Imperial surta em frente de Montevidéo — Barão de Laguna.

Em vista disto deu David Jewett sua commissão por terminada; entregando os transportes á Rodrigo Lobo, os quaes foram mandados para Maldonado, fez-se de vela para o ponto de partida onde ao chegar, teve logo ordem de preparar-se para seguir para o Norte.

De regresso ao Rio de Janeiro a divisão, outra foi preparada para ir a Alagoas e depois de vinte dias sahio mais reforçada, composta da *Ypiranga*, *Paraguassú*, *Maria da Gloria*, *Liberal*, brigue escuna *Real*, escuna *Leopoldina* e charrua *Animo Grande*, levando petrechos de guerra, além dos que conduziam os outros navios e o batalhão do Imperador, composto de 900 praças escolhidas, commandado pelo coronel José Joaquim de Lima; durou a commissão quarenta e quatro dias.

Organisada a esquadra que sob ás ordens do almirante Lord Cochrane devia seguir para a Bahia, afim de compellir a que deixassem definitivamente as tropas ao mando do general Madeira a capital da Bahia, fazendo parte d'ella, seguiu David Jewett no dia 3 de Abril no commando do seu navio.

Ao empenhar-se a nossa esquadra em combate com a portugueza no dia 4 de maio em frente ao porto da Bahia, devido ao fogo feito de seu navio sobre a esquadra inimiga acompanhado pela *Nitherohy*, obrigou os navios da vanguarda inimiga a desfazer a manobra que haviam executado para proteger a retaguarda e envolver os nossos, e assim tirar da difficuldade em que se achou a não *Pedro I*, em consequencia da traição dos marinheiros portuguezes que se achavam á bordo d'ella e de outros.

Tendo Lord Cochrane resolvido acolher-se ao morro de S. Paulo, para ali preparar os seus navios e guarnecel-os efficientemente com a exclusão do elemento portuguez, determinou que David Jewett entregasse o commando do seu navio ao immediato e passasse para a *Pedro I* como destacado. Deu-se isto a 13 de maio.

Nessa não, tomou parte na arrojada entrada no porto da Bahia no dia 20, durante a noite.

Por informações do capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos teve conhecimento Lord Cockrane de que se preparavam os navios portuguezes para abandonar o porto e n'elles as tropas de occupação: em vista disto determinou que os officiaes e praças que se achavam destacados á bordo do capitanea regressassem a seus navios. Assim voltaria no dia 16 de Junho David Jewett para bordo de seu navio reassumindo o commando.

Ao iniciar-se a perseguição aos navios portuguezes, para o que se haviam preparado todos os nossos que se achavam no Morro de S. Paulo, determinou que a *Ipyranga* velejasse para o Rio de Janeiro, não só por estar mal artilhada, como tambem para levar os marinheiros portuguezes que guarneciam a esquadra o que não mereciam confiança.

Promovido a Chefe de Divisão em 12 de outubro de 1823, continuou no commando do *Ipyranga*, até 20 de dezembro do mesmo anno quando passou preso para bordo da não *Pedro I*, afim de responder a Conselho de guerra pelo facto acontecido a bordo da fragata que commandava com o guardião arvorado José Cabral de Mello. Por esse facto que não conseguimos saber qual foi, o Conselho Supremo Militar de Justiça, por sentença de 20 de maio de 1824, condemnou-o a dous annos de prisão em fortaleza, dando-lhe direito, salvo á parte, para intentar as acções que lhe competissem. Em virtude do Decreto de 31 do mesmo mez e anno lhe foi perdoada a pena imposta.

Por portaria do Ministro da Marinha de 9 de Junho de 1824 foi nomeado commandante da fragata *Imperatriz*, navio esse trazido por Grenfell do Pará, onde fôra construído.

A revolução que rebentara em Pernambuco e que se havia propagado ás provincias limitrophes continuava accessa. Queriam os pernambucanos para governal-o a Manoel de Carvalho Paes de Andrade e o governo imperial, aliás D. Pedro, teimava pelo morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, o futuro marquez de Olinda. No commando das forças navaes que bloqueavam os portos do Recife e outros estava o capitão de mar e guerra João Taylor. Os elogios que as folhas inglezas haviam feito ao illustre official pela intelligencia e valor demonstrados na perseguição dos navios portuguezes até o Tejo e a noticia de que sob o commando desse official ia partir uma esquadilha com o fim de se apoderar das diversas possessões que Portugal tinha na Costa d'Africa, fizeram com que o Governo Portuguez ordenasse ao seu Ministro em Londres obtivesse do Governo britannico: 1º que expedisse os convenientes ordens para que se retirassem do serviço brasiliense os officiaes inglezes, tanto da Marinha, como do exercito que n'elle se achavam empregados: 2º que recommendasse ao seu Agente no Rio de Janeiro

empregasse todos os esforços para conseguir que o governo imperial fizesse suspender as hostilidades contra os navios e propriedades dos subditos portuguezes.

Em vista de tratado anterior e ainda pelo valor de João Taylor, reclamou o governo britannico do nosso a dispensa dos serviços do illustre official. Sendo elle demittido, foi nomeado para substitui-lo no commando das forças navaes no Norte o chefe de divisão David Jewett, o qual deixando o commando da fragata *Imperatriz* no dia 13 de agosto de 1824 assumio o da *Ipyranga*, capitanea da divisão que sob suas ordens deveria seguir para o Recife.

Não se conformava de modo algum Portugal com a perda do Brasil; chegou a fazer proposições á França e á Hespanha em detrenimento territorial do Brasil, contando que aquelles paizes lhe fornecessem meios para subjugal-o. Inauditos esforços fazia para armar uma expedição nesse sentido.

Sabedor disso o imperador determinou que toda a esquadra nacional se reunisse no Rio de Janeiro e que todas as provincias procurassem defender-se com os seus proprios recursos, até que fossem soccorridas. Foi por essa razão levantado o bloqueio ao porto do Recife.

Essa medida mais servio para irritar os animos contra o Imperador que então era accusado, e não sem fundamento, de parceria com os inimigos do Brasil, que o cercavam, para facilitar a vinda da expedição portugueza.

A dissolução da Assembléa Constituinte, cuja noticia conhecida em Portugal, via Gibraltar, fizera acreditar que havia chegado o momento da dissensão e desmoronamento das provincias brasilienses, como tanto havia recommendado Palmella, offerencia oportunidade para uma tentativa sobre qualquer ponto das provincias do Norte, e neste sentido ordenou preparaer rativos de tropas para embarque e armamento de embarcações.

O presidente revolucionario Paes de Andrade, vendo o porto livre do bloqueio, deitou proclamação em 2 de julho concitando as provincias do Norte a unirem-se sob a fôrma republicana com o titulo de *Confederação do Equador*. O commandante das armas coronel Barros Falcão, com quem muito instára o commandante Taylor para que o auxiliasse na pacificação dos animos, organisou batalhões. Foram armados o brigue *Constituição ou Morte* (ou *Independencia ou Morte*), cujo commando foi dado ao maltez João Metrowich e immediatice a João Guilherme Ratcliff, portuguez, a escuna *Maria da Gloria*, ao mando de Silva Loureiro.

Aprisionados taes navios no Porto de Pedras, pela corveta *Maria da Gloria*, foram enviados os commandantes para a Bahia e d'ali em setembro seguiram para o Rio de Janeiro, onde chegaram a 14 do mesmo mez, na escuna *Deze de Outubro*. A 17 de março do anno seguinte soffriam a pena ultima. Ratcliff, cujas ultimas palavras no patibulo foram: *Eu me resigno e morro pela causa da liberdade!* tinha não só que pagar por isto, como por ter em Lisboa copiado o Decreto de expulsão da impudica rainha D. Carlota Joaquina, mae de D. Pedro, que para se satisfazer na sua vingança, mandou cortar a cabeça do martyr pelo cirurgião mór d'armada Francisco Julio Xavier a qual depois de salgada foi enviada de presente áquella rainha. Não teve ella porém o praser de vel-a, pois o navio que a transportava a Lisboa, naufragou na altura do Cabo Verde.

Para abafar o movimento revolucionario mandou D. Pedro organisar uma esquadra sob as ordens de Lord Cochrane, Primeiro Almirante, levando nos transportes uma divisão do exercito sob o commando do general Francisco de Lima e Silva, que foi desembarcar em Alagoas no dia 16 de Agosto, tendo sahido a 2 do Rio de Janeiro.

D'ali dirigio-se o almirante para o Recife, estabelecendo dous dias depois o bloqueio ao porto e costa de Pernambuco. Para o porto de Cabedello, enviou o brigue *Guarany*.

Havia comprehendido Lord Cochrane que differentes eram as Instrucções dados a elle e a Lima e Silva, que com patente inferior a este general cabia levar a effeito as operações. Este facto vê-se no officio que aquelle General posteriormente dirigio a David Jewett; d'ahi o seu resentimento.

Antes de empregar a força deitou Lord Cochrane uma proclamação, concitando os pernambucanos á obediencia ao Imperador, mostrando-lhe a a conveniencia de abater armas para evitar derramamento impropicio do sangue de irmãos, em vantagem dos inimigos que muito se compraziam com o dilaceramento de nossa patria. Entrou mesmo em correspondencia com Paes de Carvalho.

Este, julgando mal do character do almirante, procurou subornal-o, efferecendo-lhe indemnisação do valor das presas que reclamava do governo imperial, se tomasse o partido dos revolucionarios. Repellio com dignidade o almirante a indigna proposta.

Não servio este insulto para que o almirante não continuasse a empregar esforços, para, por meios brandos conseguir a pacificação, idea essa não partilhada pelo ministro da marinha que ordenava «não admittisse convenção ou capitulação, pois se não devia dar quartel a rebeldes».

Essa recommendação não era senão o fructo da proclamação lançada pelo proprio Imperador, resumando toda vingança.

Nada conseguindo Lord Cochrane tendo antes enviado aos rebeldes uma intimação para capitulação e com o intuito de abalar o governo revolucionario, iniciou um pequeno bombardeio á cidade, bombardeio esse impropicio por não dispôr de navios apropriados.

Aproveitando-se do facto de alguns de seus navios terem perdido ferros devido a um temporal, principalmente o capitanea, fez-se ao mar com destino e Bahia, deixando no porto o capitão de fragata Carvalho.

A 21 de agosto sahio do Rio de Janeiro a divisão sob o mando de David Jewett, que deu fundo em frente ao Recife a 10 de setembro. Era composta da fragata *Ypiranga*, capitanea, *Nitheroy*, sob o commando do capitão de mar e guerra James Norton, do brigue *Cacique*, do commando do capitão tenente Francisco Bibiano de Castro e da charrua *Animo Grande* do commando de J. Raposo.

Ao chegar na altura das Alagoas determinou, segundo suas instrucções que os dois ultimos navios de dirigissem a Jaraguá, a fim de desembarcar a tropa e material bellico, destinados ao general Lima.

No porto do Recife encontrou a *Paraguassú*, a corveta *Maceió* e a escuna *Leopoldina*, ás ordens do capitão de fragata Antonio José de Carvalho, a quem o almirante tinha deixado instrucções, pois se havia feito de vela no dia 5.

Assumio então o commando geral dos navios, tomando a si a continuação do bloqueio, pois suas instrucções determinavam ficar ás ordens do Lord Cochrane e auxiliar as forças do exercito, que segundo lhe constava, já se achavam ao norte do Cabo.

O Presidente rebelde Manoel de Carvalho, vendo que se não podia sustentar, apresentou condições para uma capitulação.

A David Jewett foi entregue a seguinte proposição para rendição da cidade, por intermedio do commandante da fragata ingleza *Tweed*:

Art. 1º — A Província será entregue ás Autoridades constituídas por Sua Magestade Imperial depois da rectificação da presente convenção.

Art. 2º — Nenhuma pessoa será perseguida por suas opiniões politicas, e a qualquer será livre retirar-se ou ficar no Paiz, excepto o Presidente.

Art. 3º — Aos Militares conservar-se-hão os respectivos soldos, ou sejam empregados ou não pelo Governo Imperial.

Art. 4º — Ao Presidente se fornecerá os meios para seu transporte para fôra do Brasil.

Acampamento das Tropas Patriotas, 14 de setembro de 1824. *Manoel de Carvalho Paes de Andrade.*

Sabedor o general Lima e Silva do que se passava pela remessa que lhe fizera David Jewett, dirigio-lhe o seguinte officio, que diz bem dos poderes de que se achava revestido :

Illm. Snr. Tenho presente o Officio de V. S. em data de hoje, que acompanhava as copias do Officio e Proposições que a V. S. fez Manoel de Carvalho Paes de Andrade para o rendimento desta Província. Com um Rebelde, e de tal ordem, não é licito concertarem-se quaesquer condições ou ajustes em outro genero de Guerra admissiveis : *e quando ellas podessem ter lugar, deveriam as proposições me serem dirigidas, como immediato Encarregado por Sua Magestade Imperial e Constitucional da Pacificação desta Província.*

Portanto cumpre que V. S. responda (se julgar que deve ou pôde responder) que não se acha autorisado pelo Imperador para admittir negociações de tal natureza ; e V. S. ficará responsavel ao Mesmo Augusto Senhor, se não tomar todas as precisas medidas de capturar o referido Manoel de Carvalho, no caso de que elle procure evadir-se em alguma Embarcação. Deus Guarde a V. S. Quartel General no Recife, 14 de Setembro de 1824. Sr. David Jewett Commandante Interino da Esquadra surta no Lameirão. *Francisco de Lima e Silva*, Brigadeiro General e Commandante do Exercito.

Partidario de uma conciliação David Jewett officiou do seguinte modo ao general Lima e Silva.

Illm. e Ex. Snr. Hoje ás 10 horas da manhã veio a meu bordo o Commandante da Fragata Ingleza que se acha ancorada n'este Porto com o pretexto de me vir saudar, por não o ter feito nem mandado depois que aqui ancorou ; n'esta occasião elle me perguntou se eu estava autorisado por Sua Magestade para decidir sobre circumstancias politicas desta Província, ao que eu lhe respondi que não, e só pertencia a V. Ex. por ser a quem Sua Magestade determinou poder deliberar em tal assumpto ; elle então me disse que sendo elle o Representante de Sua Magestade Britannica e havendo n'esta praça grande quantia de Capital Inglez, propriedade dos Negociantes Inglezes, e tambem movido pelos sentimentos de humanidade por antever a derramação de sangue entre os Brasileiros tinha servido de mediador para uma convenção entre o 1º Almirante e Manoel de Carvalho o qual propoz a ambos logo que houve a 1ª acção, cujos artigos me entregou a copia em idioma Inglez os quaes lhe remetto traduzido no idioma Brasileiro e que tendo combinado com os dous contractantes para a seu bordo tratarem pessoalmente, convieram ambos, sendo o Commandante Britannico o Garante da Convenção, porém no dia determinado o 1º Almirante se fez á vela, e Manoel de Carvalho se apresentou á bordo de sua Fragata o que ficou de nenhum effeito pela sahida do 1º Almirante e até hoje não ter apparecido : depois desta exposição eu lhe disse o que V. Ex. me declarou no seu officio de 14 do corrente em que me dizia não poder tratar com Manoel de Carvalho, por ser uma pessoa illegitima, e um rebelde.

Retirou-se o Commandante da Fragata Ingleza; a esta cuja conferencia assistio o Commandante da Fragata *Nitherohy*.

« Quando estava a communicar a V. Ex. o que tinha passado, veio outra vez o Commandante da Fragata Ingleza a meu bordo, e disse-me o seguinte:

« Estou persuadido de que V. Ex. como bom Brasileiro e fiel subdito ás ordens de Sua Magestade Imperial, resolverá o que fôr mais conveniente, e me avisará do que devo praticar em taes circumstancias.

« No caso que V. Ex. não queira demorar hoje o desembarque então mande-me os praticos, pois está tudo prompto e o não posso fazer sem elles, assim tambem sem decisão de V. Ex. visto as circumstancias de que de novo tem occorrido. Deus Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata *Piranga*, 15 de Setembro de 1824.

Ilm. Ex. Sr. Francisco de Lima e Silva, Brigadeiro e General Commandante do Exercito. *David Jewett* ».

Em resposta a este teve David Jewett o seguinte: Ilm. Snr. Tenho recebido o Officio, que V. S. acaba de dirigir-me em data de hoje. Quando hontem escrevi a V. S. relativamente a Manoel de Carvalho. não foi minha intenção offender o seu melindre na recommendação que lhe fiz, sobre a captura deste rebelde.

« Queira V. S. portanto convencer-se de que o ultimo Artigo do citado Officio é puramente nascido do zelo, que me anima no cumprimento das Ordens de Sua Magestade o Imperador, e jámais pode entrar em meu coração a menor desconfiança sobre a exactidão e rigor, com que V. S. exerce os seus deveres (Este topico dá bem a entender que David Jewett não deixou de responder a aspereza com que anteriormente havia sido tratado).

« A Camara de Olinda, e o Coronel José de Barros acabam de dirigir-me novos Officios, que me levam á necessidade de convocar um Conselho dos Officiaes Superiores do Exercito, para deliberar maduramente sobre a materia que elles contém. Esta materia pode jogar com a correspondencia aberta entre V. S. e Carvalho; e por isso, será bom que suspenda por ora com todo o disfarce o progresso dessa correspondencia.

Entretanto-agite V. S. a continuação das medidas que havemos concertado, porque não ha muito que fiar em gente, que tem comigo praticado já mais de uma vez traições, e para que não haja demora em taes disposições, tenho passado ordem para que seja já e já remettido a V. S. tudo quanto me requisita. Deus Guarde a V. S. Quartel General no Recife, 15 de Setem-
bro de 1824.

Snr. Chefe de Divisão David Jewett, Commandante da Esquadra surta no Lameirão. *Francisco de Lima e Silva*, Brigadeiro General ».

O ataque á cidade do Recife havia tido começo no dia 12 de Setembro pelas forças do general Lima e Silva: ignorava até então o chefe David Jewett o ponto em que ella se achava para de commum accordo operar ouvindo o tiroteio mandou o capitão de fragata Antonio Pedro de Carvalho com um destacamento de 20 praças a entender-se sobre a conveniencia ou não de um desembarque.

No dia 13 emquanto empenhado em renhido tiroteio com as forças dos rebeldes, conseguiu o capitão de fragata Pedro de Carvalho depois de auxiliar durante todo o dia o exercito atacante, fazer calar ás 4 horas da tarde os fogos do brigue revolucionario *Independencia ou Morte*. As 9 horas da noite retirou-se para bordo.

Continuou no dia 14 o fogo dos navios da divisão de David Jewett contra os pontos occupados pelos revolucionarios, sendo suspenso com a

vinda do commandante da fragata ingleza, portador de uma proposta de capituloção por parte de Paes de Carvalho. Não sendo attendido pelo general Lima e Silva continuou o canhoneio, até ás 4 horas da tarde do dia 16, terminando á meia noute, quando então deu-se o desembarque. Tresentos marinheiros sob o commando de Norton desembarcaram perto da Alfandega. As 8 horas estavam de posse da cidade.

O general Lima e Silva, julgando restaurada a capital de Pernambuco dirigio no dia seguinte ao chefe David Jewett o seguinte Officio :

« Participando a V. S. achar-se de todo restaurada a Capital desta Provincia, eu me congratulo com V. S. por este feliz successo; devido ás Forças de Mar e Terra de Sua Magestade Imperial e Constitucional já existe a paz e não tardará o inteiro restabelecimento da tranquillidade e socego.

Por tão plauzível motivo ha de celebrar-se amanhã na Cathedral de Olinda um solemne *Te Deum*, e nessa occasião tenho ordenado que as Fortalezas desta Cidade salvem com cento e um tiros, esperando que V. S. augmentará a magnificencia deste acto com uma igual salva dada pelas Embarcações da Divisão ao Commando de V. S. Deus Guarde a V. S. Quartel General no Palacio do Governo de Pernambuco 17 de Setembro de 1823. Illm. Snr. David Jewett. Commandante de Divisão Naval e Imperial surta n'este Porto. *Francisco de Lima e Silva*, Brigadeiro General».

Depois do *Te Deum* e de outras festas entregou o General Lima e Silva ao Chefe David Jewett, afim de que fosse remettida ao Ministro da Marinha com a maior presteza e segurança a seguinte: CONFIDENCIAL.

« Illm. Ex. Snr. E' do meu dever fazer constar a V. Ex. a boa harmonia que commigo tem mantido o Chefe de Divisão Jewett, que actualmente commanda as Forças Navaes do Imperio surtas neste Porto.

Elle tem sido zeloso e incançavel em coadjuvar-me na tomada da Capital de Pernambuco por todos os meios, que lhe tem sido possiveis.

« O Capitão de Mar e Guerra Northon é digno de especial attenção. Elle desembarcou da Esquadra á testa da Maruja e Tropa destinada ao assalto do Bairro do Recife; effectuou o desembarque, e teve uma importante parte em sua restauração.

« Quanto porém tem sido differente a conducta do Marquez do Maranhão! elle appareceu diante de Serinhaem, quando o Exercito por alli passava procurou aterrar-me em minha marcha por um officio, que me dirigio, e que por copia levei á Presença de Sua Magestade Imperial pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em data de 6 do corrente.

« Nessa occasião requeri-lhe o seu regresso para a frente do Recife, mais depois exigi a sua coadjuvação no ataque desta Praça, quando já me achava em Suassuna, marcando-lhe até o dia em que a sua efficacia mais devera desenvolver-se.

« Ataco, porém, o Recife: não acho a Náo, nem noticia do 1º Almirante. E' restaurada a Capital de Pernambuco, e descubro documentos e negociações abertas por Lord Cochrane com os rebeldes, que nem aão favoraveis á sua honra, nem tem deixado de produzir os mais terriveis entraves em minha marcha politica.

« Ao conhecimento de V. Ex. chegará esta verdade por documentos, que ora remetto por outras repartições, e que necessariamente serão apresentadas no Conselho de Estado, além de outros papeis, que leva o Tenente Coronel Antonio Maria da Silva Torres, que tornam bem duvidosa a sua honra e fidelidade.

«Julgo importantissimo que nas actuaes circumstancias Haja Sua Magestade Imperial por bem tornar circumspectas medidas a respeito deste homem. Deus Guarde V. Ex. muitos annos.

Quartel General no Palacio do Governo de Pernambuco, 18 de Setembro de 1824. Illm. Ex. Snr. Francisco Villela Barbosa. Conselheiro, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. *Francisco de Lima e Silva*, Brigadeiro General».

Ao governo communicou David Jewett o modo pelo qual se havia desempenhado a commissão nos seguintes termos:

Illmo. Exmo. Snr. No dia 21 de agosto do corrente consegui o sahir da barra do Rio de Janeiro, trazendo debaixo do meu commando a fragata *Nietheroy*, brigue *Cacique* e a charrua *Animo Grande*, segui viagem sem novidade alguma até o dia 10 de setembro, que ancorei no Lameirão de Pernambuco com a fragata *Nietheroy* e brigue *Cacique*, tendo despachado para as Alagoas a charrua *Animo Grande*, no dia 7 de setembro na Lat. 11 Long. 34º0 de Greenwich conforme as instrucções que V. Ex. me havia entregado.

Achei fundeados neste porto a fragata *Paraguassú*, corveta *Maceió*, e escuna *Leopoldina*. Logo que veio a meu bordo o commandante mais antigo destes Navios, que era o Capitão de Fragata Antonio José de Carvalho informei-me deste, da posição em que se achava o Exmo. 1º Almirante, o qual me disse se tinha feito á vela no dia 5 de setembro e que não sabia onde se achava, deixando-lhe unicamente as Instrucções de que deu cópia, e das que recebeu no Rio de Janeiro das quaes envio cópia a V. Ex. (n. 1 e 2).

«Em consequencia disto, apesar das minhas Instrucções não me ordenar cousa alguma respeito ao Bloqueio, e só sim receber aqui ordens do Exmo. Snr. Almirante, tomei a resolução de ficar aqui fundeado com os Navios que vinham debaixo do meu commando, para continuar o bloqueio e coadjuvar o nosso Exercito, que então já se achava ao Norte do Cabo segundo me informou o Commandante Carvalho, e como official mais graduado tomei a meu mando todos os navios que aqui se achavam para continuar o bloqueio até chegar o 1º Almirante.

O mesmo Commandante Carvalho me participou que tinha impedido a entrada do brigue *Bom-Fim* vindo da Angola com Escravatura, sendo propriedade de Negociante que se acha na Praça, de que me entregou os Despachos e livro da Carga, os quaes fechei e lacrei, assim como as Cartas que trazia; como sobre tal objecto não tenho Instrucções e o 1º Almirante até hoje não tenha chegado a este Porto, officiei ao General Lima a este respeito, e da Galera *Aurora* que chegou de Lisboa, com 55 dias de viagem no dia 16 do corrente, de que é Proprietario Bento José da Costa.

«Estive sem noticias do Exercito até o dia 12 do corrente em que vi fogo de Artilharia pela parte do Sul do Bairro da Boa Vista ás 6 horas da tarde; a 1 hora da noute do dia 13 veio um official em uma jangada da parte do General Lima em que me dava noticia de que por uma marcha forçada ter cortado a retaguarda do inimigo com o grosso do Exercito e se tinha apresentado nos Affogados, onde tomou aquelle ponto e se tinha apoderado do Bairro de Boa Vista, e de Santo Antonio, dos quaes se achava de posse, no emtanto que o inimigo estava possuindo o Bairro do Recife e as Fortalezas do Brum e Buraco e a Cidade de Olinda, tendõ deixado um corpo de Tropas, fazendo frente ao Exercito do Inimigo na ponte dos Carvalhos, este mesmo Official me trouxe o officio (Copia n. 3), já de data atrazada para o 1º Almirante o qual tomei a resolução de o abrir e por me dizer o portador que o podia abrir da parte do General Lima.

«Logo immediatamente, enviei com o dito Official, o Commandante Antonio José de Carvalho para combinar com o General, as operações que se

deviam fazer entre o Exercito e a Esquadra contra o inimigo. No dia 13 ás 8 horas da noite, recolheu-se a meu bordo o Commandante Carvalho, e disse que o General Lima me pedia approximar-me ás Fortalezas para lhe fazer fogo e ver se as damnificava o que fiz logo no dia 13 pela manhã, fundeando proximo ao Recife a fragata do meu Commando a *Nictherohy*, tanto quanto permittia a approximação dos baixos, consultando para isso os praticos, e ficando livre para me fazer á vela quando houvesse algum inconveniente de tempo, e os outros Navios não me approximei com elles para artilharia não ser de alcance, e não poder fazer mal ao inimigo, excepto a Fragata *Paragnassú* que não veio para a mesma linha que as duas fragatas, por me representar o Commandante que o estado das suas amarras não permittiam estar em tal posição sem que a fragata estivesse em eminente risco.

Fiz-lhe n'esse mesmo dia grande fogo dirigindo as mesmas pontarias para as Fortalezas, e para uma Galera que existia dentro e um Brigue em que tinham montado artilharia; as Fortalezas referidas fizeram sempre um fogo vivissimo para a Esquadra, do qual não tivemos mais damno do que alguns cabos cortados, e nós fizemos-lhe algum estrago, porém não o que se desejava, em consequencia da distancia, a qual não se podia diminuir em razão do Porto não permittir, sendo a grande vantagem que se tirou o pararem as Fortalezas, todo o resto do dia e noite para o bairro de Santo Antonio e Boa-Vista com o fim de destruir a Cidade conforme o dia antecedente.

Nesta mesma manhã fiz sahir o Bergantin *Cacique* para seguir até Alagoas a saber noticias do Exmo. 1º Almirante, e no caso de o encontrar entregar-lhe um officio em que lhe participava as circumstancias que occorriam, porém voltou d'ahi a tres dias e não avistou a Náo em parte alguma; tornei a fazer fogo aos mesmos pontos os quaes fizeram o mesmo; n'esta occasião veio a meu bordo um Escaler da Fragata Inglesa com uma Carta de Manoel de Carvalho Paes de Andrada (Copia n. 4) com os artigos (Copia n. 5) em consequencia do que parei o fogo e enviei o 1º Tenente Pedro Ferreira de Oliveira, ao General Lima com a dita Carta e artigos, e tambem para este combinar com o General Lima, se julgava mais conveniente os Navios estarem no lugar em que se achavam ou fazer-se um desembarque; cuja operação depois de combinada com o dito Official, eu ser sabedor e effectual-a; recolheu-se o Official no dia 14 pela manhã e entregou-me o Officio (6 e 7). Accrescento a isto o ter combinado com o General o eu mandar da Esquadra toda a gente que podesse para o Bairro de Santo Antonio com as Embarcações miudas afim de se fazer um desembarque na madrugada do dia immediato, e esta gente surprehender a guarnição das praças da ponte do Recife para deixar o passo livre ao Exercito e marcharem sobre o Recife, tomal-o e depois avançar sobre a Fortaleza de Brum, para que o General já tinha escadas, e assim os mais pontos.

A's 10 horas desse mesmo dia veio a meu bordo o Commandante de uma das Fragatas Inglezas que aqui se acham, denominada *Tweed* com o fim de me saudar e teve então comigo por duas vezes as conferencias expostas nos officios que eu dirigi ao General Lima (Copias n. 8 e 9), de que tive em resposta os officios (Copias n. 10 e 11) pelas mesmas copias pode V. Ex. ver o protesto que fiz contra o Commandante da Fragata Inglesa em Nome de Sua Magestade Imperial, por ter a seu bordo Manoel de Carvalho Paes de Andrade, de cujo negocio ficou incumbido o General Lima, tratar com o Consul Inglez.

«Na noute do dia 15 não pude effectuar o desembarque, por faltarem os Praticos de que necessitava, por ter que entrar pela Barreta do Sul á noite e por isso tomei a resolução de no dia 16, mesmo de dia, mandar a gente para a posição onde se achava o General e d'ahi passarem para o Recife, na madrugada do dia 17 o que se effectuou, e com tanta fortuna

que não perdemos um só homem; o Inimigo fugio precipitadamente; o Exercito ficou com o passo livre até a ponte do Recife, e d'ali marchou tudo sobre a Fortaleza do Brum e Buraco, as quaes acharam desaniparadas, e de modo que quando amanheceu o dia 17, tudo estava no poder de nossas forças, e no meio dia tambem a Cidade de Olinda, conforme V. Ex. verá pelo officio que me dirigio o General Lima copia (n. 12).

«O official que foi incumbido do commando da gente que desembarcou foi o capitão de mar e guerra Jacques Northon

«Participo a V. Ex. que acham-se n'este porto algumas Presas feitas á Esquadra Luzitana, sobre que não tenho instrucções algumas, e por isso officiei ao General Lima para resolver o que julgasse mais concorde com as instrucções que tivesse de Sua Magestade Imperial visto o não apparecer o Exmo. 1.º Almirante: ficaram no porto pertencentes á Nação o brigue-escuna *Independencia ou Morte* e uma *Barca Canhoneira*.

«O Brigue-Escuna tenciono leval-o commigo e a Canhoneira ficar servindo de registro.

«Se o Exmo. Almirante não apparecer quando o General julgar a Provincia em perfeito socego e não houver necessidade de alguma Força para o Norte, tenho tenção de seguir com a Divisão para o Sul até a Bahia a ver se ali encontro o Exmo. 1.º Almirante, e quando não o encontrar ou alguma ordem contraria seguir para o Rio de Janeiro com a Divisão.

«Chegaram a este Porto a Corveta *Carioca* e o Brigue *Muranhão* no dia 15 com bagagem do Exercito, cujos navios tambem deram gente para o desembarque.

«Remetto incluso a V. Ex. as informações secretas dos merecimentos dos officiaes e tambem as partes de todos os Navios.

«Participo a V. Ex. que nomeei para commandar o Brigue Escuna *Independencia ou Morte* o Tenente Pedro Ferreira de Oliveira por achal-o com todas as qualidades dignas do desempenho das obrigações do seu cargo cuja nomeação espero mereça a approvação de V. Ex.

«Remetto a V. Ex. as copias das ordens que tenho dado para passagem dos officiaes por assim o exigir os novos Navios que ha a guarnecer as quaes remetto para que V. Ex. esteja ao facto dos Navios em que elles se acham. Deus Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata *Piranga* surta no Lameirão de Pernambuco, em 19 de setembro de 1924. *David Jewett*, Chefe de Divisão.

Em 4 de outubro de 1824, communicou David Jewett ao ministro da marinha haver entregue ao almirante Lord Cochrane uma exposição do modo pela qual havia executado o serviço de que fora encarregado durante a ausencia do mesmo, quanto então o exercito triumphava dos facciosos; que havia entregue tambem copias de varios officios relativos a muitos incidentes que occorrerão e que havia transmittido ao governo pelo brigue *Guarani* e escuna *Leopoldina*.

De accordo com as instrucções que recebera, ao sahir do Rio de Janeiro commandando a pequena divisão, poz-se sob as ordens do almirante.

Nessa mesma occasião remettia uma copia da informação que havia dado ao almirante do proceder de varios officiaes que estiveram sob suas ordens durante o ataque á cidade do Recife. Dizia elle:

«Permitta-me V. Ex. que eu confirme esta dita communicação e observe a V. Ex. que muito sinto ter que participar a V. Ex. circumstancias derogatorias ao nome d'Armada Imperial repugnantes á Honra do meu Soberano e Senhor. Que eu puz todo o empenho em animar a hum mesmo tempo não

só a bravura de muitos officiaes que tiverão a honra de sustentar as gloriosas Bandeiras de S. M. I. como de estimular com entusiastico zelo o ardor de nossos veteranos marinheiros, e de persuadir a hum e outros que a Honra de S. M. I. ficaria comprometida com a pratica de pirataria, roubos, atrevidos massacres e sanguinosos assassinios. Regosijo-me de poder acrescentar, e levar á presenca de V. Ex. a geral boa conducta dos nossos marinheiros, e a muitos officiaes da Esquadra que tiverão parte na gloria dos dias 14, 15, 16 e 17 de setembro.

Mas sinto declarar que trez officiaes poderão esquecer-se tanto da honra de S. M. I. e da sua propria, que vencidos pela avareza, ou julgando-se justificados pelos exemplos de seu superior no Maranhão que se apartarão d'aquelle alto sentimento d'honra que hum official da Armada de S. M. I. ou hum criado do Imperador do Brasil tem de obrigação observar para fazer-se digno de servir a S. M. I., o Protector do seu povo e a honra do seu Imperio. E por este mesmo sentimento de honra, pela gloria de S. M. I., pelo lustre de Suas Armas, e pela bem conhecida justiça de V. Ex., seu Conselheiro e Ministro, protector da virtude e do merecimento eu espero que V. Ex. com igual punirá o vicio e protegerá a virtude.

A's mãos de V. Ex. chegará huma minha conta destes ultrajes e vis procedimentos appresentada pelo digno e benemerito official e fiel servidor de S. Magestade e do Imperio o Brigadeiro general Lima o qual appresentará a V. Ex. para conhecimento de S. M. Imperial huma mais circunstanciada relação de todas as circumstancias relativas a este como a todos os outros casos do serviço de S. M. I. durante esta campanha.

Com profundo respeito tenho a honra de ser. De V. Ex. muito obr. servidor. *David Jewett*».

O almirante Lord Cochrane que se achava na Bahia, d'ali partio a 4 de setembro, visitando primeiramente a ilha do Aleixo, onde se achavam fundeados os brigues *Cacique* e *Maranhão*. Deixando o resto da esquadra em Pernambuco, fez-se o almirante de vela para o norte no dia 10 de outubro, com a *Pedro I*, *Ipyranga*, *Cacique* e brigue *Atlanta*. No dia 12 chegou a altura do Rio Grande do Norte e ali sabendo que no Ceará, reinava a desordem resolveu seguir para aquella provincia. Em lá chegando deitou uma proclamação incitando os habitantes a obediencia.

Em 28 de outubro communicava Lord Cochrane que no dia 18 havia sido arvorada na cidade de Fortaleza a bandeira nacional, devido as medidas postas em pratica, como communicára no officio anterior. Antes havia chegado o Chefe David Jewett na *Ipyranga*, desembarcando com um pequeno contingente. Com a communicação da approximação da esquadra, isto é da *Pedro I*, e das escunas *Atlanta* e *Maria da Gloria*, fez espalhar pelo povo a noticia; de qualidade e capacidade dos navios e das disposições brandas que trazia para com todos os illudidos, e por terem sido enganados por falsos boatos e impressões erroneas, e que voltassem aos seus deveres. Festejado o succedido foi o dia 18 com repetidas descargas de artilharia. Se de um lado o presidente escolhido José Felix de Azevedo e Sá procurava meios de tudo harmonisar, David Jewett, no interesse de auxilia-o, foi incansavel.

Diz Lord Cochrane em seu officio ao ministro: *O Chefe de Divisão D. Jewett que se offereceu desembarcar voluntariamente com huma porção de sua gente e tomar o commando e organizar a tropa que ficou no Ceará, assim como aquella que se unisse ao estandarte Imperial tem sido incansavel nos seus esforços, por noite e por dia, para apresentar huma força effectiva, e tenho gosto em assegurar a V. Ex. que apesar de que não tenhamos na Esquadra num só soldado, já na Cidade do Ceará se achão mais de 3 mil, além de varios corpos que se ajuntarão nas differentes villas e aldeas e forão em caça dos restos espalhados do partido republicano.*

Pretendo fazer-me de vela d'aqui para o Maranhão dentro de poucos dias, que todas as noticias descrevem achar-se em estado de maior confusão e anarchia, donde terei a honra de expôr a V. Ex. o verdadeiro estado dos negocios d'aquella Provincia e tambem dos nossos procedimentos para a restauração de obediencia a Sua Magestade Imperial Deus Guarde V. Ex. Palacio do Governo do Ceará em 28 de abril de 1824. *Cochrane e Maranhão.* Illmº. Exmº. Sr. Ministro e Sec. de Estado dos Negocios da Marinha.

No dia seguinte á data do officio acima dirigio David Jewett ao almirante a seguinte communicação: Meu Senhor. A continuação da chegada diaria de voluntarios com desertores das tropas insurgidas, reunida ao grande numero de villas e povoações que tem levantado o Estandarte do Imperio dando a mais forte segurança de futura fidelidade a Sua Magestade Imperial, augmenta a confiança que pode ser depositada no numero dos nossos partidarios neste momento que consiste em quatrocentos, incluindo os cidadãos desta praça.

Reservando-me para relatar os incidentes que occorreram depois que tenho a honra de executar as ordens de V. Ex. nesta praça, levo ao conhecimento de V. Ex. que n'este momento o Presidente espera a visita de V. Ex. pelo portador deste officio.»

Julgando Lord Cochrane a Provincia perfeitamente pacificada resolveo partir. Em vista porem dos desejos do Presidente José Felix de Azevedo e Sá e dos habitantes da Capital que reconhecidos aos serviços prestados á pacificação e que instavam pela permanencia de David Jewett, ordenou que a *Ipyranga* ficasse mais alguns dias.

Esta sua deliberação foi assim communicada ao presidente: Illmº. Exmº. Snr. Esperava ter o gosto de fazer os meus cumprimentos pessoalmente a V. Ex. antes de minha partida, mas estes dous dias tenho estado de cama, muito incommodado, e agora as circumstancias em que se acha posta esta não, a impossibilidade de aqui poder-se fazer aguada, e a perda de ferros, tornam necessario que me faça á vela immediatamente a Parnahyba, onde segundo consta ha ferros e agua.

«Em conformidade porem aos desejos de V. Ex. e dos respectivos habitantes do Ceará tenho mandado ficar a *Ipyranga* aqui mais uns dias, e depois reunir-se a esta Não em Parnahyba para receber ferros, etc., pois que aquelle Navio tambem perdeu dous ferros neste fundeadouro pedregoso e descoberto.

Espero ver quando voltar, que as medidas energicas de V. Ex. tenham acabado a grande Obra que tomou em mão, e nada mais me resta fazer senão congratular V. Ex. sobre o feliz termo de seus Leaes, e Patrioticos Labores.

Permitta-me mandar os meus respeitosos cumprimentos a todas as senhoras de sua familia, e com todo o respeito e veneração sou de V. Ex. o mais attento servidor. Em 3 de Novembro de 1824. *Cochrane e Maranhão.*

Do que havia feito Lord Cochrane, deu conhecimento ao ministro da marinha o qual em officio de 2 de Dezembro de 1824 dizia: «Manda S. M. o I. participar ao 1º Almirante commandante em Chefe das Forças Navaes deste Imperio para sua intelligencia e governo que Lhe forão presentes todos os officios por elle dirigidos pela Escuna *Maria da Gloria* e que Ficando Inteirado do conteudo dos mesmos Approva a deliberação que, em conformidade de suas Instruções, tomára de passar-se ás Provincias do Norte, onde tenha lavrado o fogo da Rebelião, afim de restabelecer n'ellas a ordem, e obediencia devida ao Mesmo Augusto Senhor, no que procedeis acertado como louvavelmente, devendo portanto assim proseguir (não obstante as ordens que se lhe

expedirão com data de 4 de outubro ultimo, as quaes ficão de nenhum effeito) até que se obtenhão aquelles importantissimos fins, e as mencionadas Provincias submettendo-se ás authoridades ultimamente nomeadas para as reger gozem dos beneficios que lhes outorga o Paternal Governo de S. M. I.»

Emquanto as celebres commissões militares, que summariamente condemnaram muitos brasilienses á pena Capital, desesete delles foram executados, por meios suosorios procurava a esquadra realizar a pacificação.

Chegado que foi a Itaqui no Maranhão, em 10 de novembro inteirou-se o almirante do que se passava na Provincia; arrogou-se o commando militar d'ella. No dia 16 deitou uma proclamação ao povo assim concebida. Por S. Ex. Lord Cochrane Marquez do Maranhão Grão Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, 1º Almirante, e Commandante em Chefe das Forças Navaes do Imperio:

«Convindo aos interesses do Imperio em geral e mais particularmente ao da Provincia do Maranhão, a terminar as desordens, e dissensões publicas, quer levantadas por individuos, que lutavam para obter empregos poderosos ou lucrativos, quer por outras causas. E tendo a Constituição felizmente determinado a rigorosa administração da Justiça, e a prompta decisão da Lei, em todos os casos civis, e sobre maneira em crimes Militares que devem ser julgados conforme o regulamento Militar:

«Saibam todos d'ora em diante que todas as pessoas armadas que commandarem ou cooperarem com homens armados e ajudarem ou auxiliarem qualquer corpo armado em sustento, ou defesa de qualquer pessoa, que assumirem ou pretenderem a autoridade como Chefes, ou tentarem mudar a Constituição, ou Leis pela força se sujeitam á jurisdição Militar, e serão processados pelos seus crimes em conformidade da Lei Militar.

«Este regulamento, porém, não se deve entender como prohibindo o ajuntamento de individuos desarmados para conjunctamente apresentarem suas queixas, ou se preciso fôr requererem a sua Magestade Imperial, sobre pontos tocantes a seus interesses publicos e particulares.

E constando igualmente que varios individuos obtiveram armas (sendo estas das que se costumam dar ao Exercito) e munição debaixo do pretexto de que lhes eram precisas para sua propria defesa, ou para ajudar, e auxiliar a desfazer desordens, convindo á tranquillidade publica e ao bem geral, que o Povo recorra á protecção das Leis e não á violencia para sua segurança.

«Faz-se saber que todas as pessoas que tiverem taes armas de munição em seu poder deverão entregal-as aos Commandantes dos respectivos districtos, e esta Autoridade deverá remetter as sobreditas Armas á Cidade de S. Luiz do Maranhão para serem depositadas nos Quarteis publicos: e qualquer que se achar com taes armas em sua casa ou por fôrma qualquer em seu poder na Provincia do Maranhão, como acima exposto, depois de findar este presente mez de Novembro, ou tres dias depois de ver este Edital, deverá ser remettido preso pela Autoridade Chefe Militar do Districto da Cidade de S. Luiz do Maranhão assim como as testemunhas competentes afim de ser processado conforme a Lei Militar. «Bordo da Náo Pedro I surta em Itaqui, em 12 de Novembro de 1824. *Cochrane e Maranhão — Willian Jackson*, secretario.

Quatro dias depois mandou publicar outro edital assim concebido: Assim que os Officiaes Commandantes dos Corpos sublevados na Provincia do Maranhão, significarem ao Official, Commandante em Chefe de qualquer Divisão ou Divisões de Tropas, destacadas da Cidade do Maranhão que os ditos Corpos sublevados, aceitam os Termos offerecidos no Edital que fez publicar no dia 12 de Novembro, deverão cessar todas as hostilidades: e todas

as pessoas cumprindo com o referido Edital, serão contempladas debaixo da protecção da Constituição, emquanto ás suas pessoas e propriedades. Palacio do Governo do Maranhão, em 16 de novembro de 1824—*Cochrane e Maranhão*.

Para dar execução a taes disposições entregou Lord Cochrane o commando das Armas e da Força Naval a David Jewett. Desde então começou elle a participar da lucta que se estabeleceu entre o presidente Ignacio dos Santos Freire Bruce e Lord Cochrane.

Em 29 de novembro, tendo em vista que o edificio em que funcionava o tribunal do jury era por demais acanhado e improprio ao fim officiou ao Presidente nos seguintes termos, para dar logar condigno ao tribunal.

«Illm^o. Exm^o. Snr. Como as ordens de Sua Magestade Imperial em execução da Constituição, são de pôr em pratica as Leis do Imperio, tem determinado que os Tribunaes de Justiça tanto Civis como Militares sejam administrados em a maneira mais clara e publica, e como na cidade do Maranhão não ha casa publica conveniente ou destinada para taes e tão convenientes e necessarios fins; peço licença a V. Ex. o Snr. Presidente do Maranhão de lembrar a utilidade de immediatamente tomar posse em nome de Sua Magestade Imperial, do Convento do Carmo por ser proprio para Tribunal de Justiça, e officios publicos que dependem do mesmo, e os necessarios preparos sejam feitos para pôr em effeito a Constituição e as Leis do Imperio em observancia ás ordens de S. M. Imperial.

Quartel General do Maranhão 29 de novembro de 1824.»

Respondeo-lhe o presidente que existia o edificio nobre, decente e aceado que servio de Tribunal a Relação do Districto que não podia pôr em pratica a lembrança de David Jewett por não ter lei que desse regras de determinar a indemnisação.

A lucta estabelecida entre Lord Cochrane e o presidente Bruce deu em resultado ser este obrigado a deixar o cargo e seguir para o Rio de Janeiro e o seu substituto Costa Barros, tambem contrario, depois de insistir para assumir a presidencia, ser deportado para o Pará, até que o Governo Imperial desse solução ao caso.

Exigiu Lord Cochrane que o presidente por elle interinamente nomeado, liquidasse para com elle o valor das presas anteriormente feitas pela esquadra.

Depois de alguma reluctancia foi ajustado o pagamento, que seria feito em tres prestações.

No dia 18 de maio, recebeu Lord Cochrane a ultima prestação de 106 contos que reclamára como recompensa aos officiaes e marinheiros, pelas prezas que fizeram em 28 de julho de 1823 no Maranhão; isto devido ao facto do Tribunal de prezas lhes haver negado as adjudicações, sob o pretexto de «nada saber de prezas e nem si o Brazil estava em guerra com Portugal». Mandou nesse mesmo dia fazer os pagamentos devidos aos officiaes e marinheiros da esquadra dos seus quinhões.

Ordenou em seguida ao Chefe de Divisão David Jewett que assumisse o commando da *Pedro I* içando elle o seu pavilhão na *Ypiranga* e seguisse para a Bahia, deixando o commandante Mawson, no *Cacique* com outras pequenas embarcações encarregado dos serviços navaes no Maranhão.

Emquanto Lord Cochrane fazia-se ao mar sem dizer qual o seu destino, fez rumo David Jewett para a Bahia, onde chegou e desde logo reclamou os concertos de que necessitava o seu navio. Assumio desde então o commando da força naval.

Naquelle porto tendo ordenado a substituição do 1^o tenente Desplaces no commando do brigue *Pará* pelo 1^o tenente Claire, enviou-lhe o presidente

da Província que era Francisco Vicente Vianna um officio determinando que lhe informasse a razão de assim proceder. Respondeo-lhe David Jewett que sendo o assumpto cousa que só lhe dizia respeito como commandante da Divisão do Norte, pedia para que se não ingerisse na economia interna de sua divisão.

Tal resposta não agradou áquelle autoridade, que julgava-se, como as demais com poderes para intervir em detalhes dos navios, tanto no que dizia á disciplina, como a sua distribuição.

Tendo communicado ao presidente que ia fazer seguir para o Rio de Janeiro o brigue *Pará*, levando a seu bordo o capitão José de Araujo Catanhede, respondeo-lhe aquelle que não era necessario, visto partir para a côrte o cor-reio *Leopoldina*.

Tendo assumido a presidencia da Bahia João Severiano Maciel da Costa, futuro marquez de Queluz, conseguiu em 6 de junho, que o chefe David Jewett, fosse pessoalmente ao Rio de Janeiro dar parte ao Imperador, do que tinha havido no Maranhão com a esquadra, enquanto se promptificasse a não. Era um meio de que lançava mão o presidente para afastar o digno official do commando da esquadra.

Tendo de seguir para o Rio de Janeiro o brigue *Independencia ou Morte*, nomeou David Jewett o seu commandante Pedro Ferreira de Oliveira para assumir, durante sua ausencia, o da não *Pedro I*. Contra isto reclamou o capitão de mar e guerra Norton, cujas relações com aquelle chefe, não eram harmoniosas.

Para accomodar Norton, disse-lhe o presidente que estando a não entregue ao Arsenal para reparos, o official nomeado por Jewett se deveria considerar, não como commandante, mas sim como inspector dos trabalhos, no que concordou Norton, debaixo da condição de fazer elle, Norton, todo o serviço.

Achando-se reparada a não e sendo mandado retirar o brigue, foi avisado Norton para assumir o commando d'ella.

Sobre a fragata dizia «que não se achava preparada, pois não dispunha de artilheiros capazes, os quaes consistiam em gente miseravel que n'ella metterá Lord Cochrane, e que não podia ser instruida devido ao pouco tempo e aos concertos. Lembrava o embarque n'ella do Corpo de Artilheiros de Santa Catharina que nada fazia na Bahia, como lhe asseverára o Governador das Armas que era da mesma opinião. Que ali havia chegado a charrua *Animo Grande*, com agua aberta, depois de noventa e tantos dias de viagem, sem viveres, trazendo prisioneiros do Maranhão e do Pará, nós e com febre epidemica: que haviam morrido 17 durante a travessia».

Na mesma occasião dizia Severiano Maciel da Costa que estimava muito que não apparecesse ali o Primeiro Almirante, porque devendo contar com algum arrojo e temeridade da parte d'elle, afim de dispôr da não, apesar da ordem que devia apresentar-lhe, tinha que passar pelo transe doloroso de não ter á bordo um official de indisputavel confiança, que de certo não era para elle Norton, compatriota e amicissimo de Cochrane. Mas emfim era de esperar que a Providencia que protegia a S. M. Imperial constantemente, os livrasse tambem de um tal desastre.

Já antes officiára ao Ministro da Marinha dizendo que Norton e Jewett estavam a ferro e fogo e que lhe não merecia confiança o ultimo destes officiaes.

Em confidencial de 14 de agosto sobre Lord Cochrane dizia: «A barca de vapor, de cuja chegada avisei a V. Ex. trouxe a noticia de que o 1º Almirante sahira do Maranhão no dia 25 de maio não se sabe para onde. Temendo a temeridade d'aquelle official, que pode tentar levar a não por força: por lembrança do Intendente de Marinha, (com quem tambem mais tarde se indispoz) que sempre ouvi n'este negocio, tinha determinado que apenas assi-

gnalada a fragata, que commanda o Lord passasse elle Intendente para bordo da Náo, esperando que sua presença só bastasse a impôr respeito. Estamos porém desassombrados desse receio, porque são passados setenta e tantos dias e provavelmente o homem irá dessa Capital contando de poder alludir ainda a S. M. Imperial. Aqui tem V. Ex. os lances em que me tenho visto, batendo sempre o coração, na incerteza de como serão tomadas as medidas, que podendo parecer-me ajustadas podem tão bem desagradar a quem julgo eu fóra. Posso porém prevenir a V. Ex. de que nas minhas acções, bem analysadas, ha de sempre reluzir o dia de cumprir o meu dever e a bem do serviço de S. M. Imperial.

O trem de Jewett, irá na charrua *Animo Grande* que sahirá por estes 5 ou 6 dias, pois é grande e não leve lugar no correio *Leopoldina*.

Em resposta João Severiano Maciel da Costa que havia officiado ao ministro da marinha, pondo em suspeita a fidelidade de David Jewett, dizia ao mesmo em 18 de abril «que fora de grande consolação a reunião de circumstancias graves que lhe fizera vacillar sobre a fidelidade de David Jewett se desvanecesse perante Sua Magestade Imperial. Tomára sempre enganar-me quando por virtude de minha responsabilidade e zelo levar á Imperial Presença semelhantes representações. Jewett mesmo conveio comigo na gravidade das circumstancias que talvez o acaso reunio para fazelo suspeito e se me confessou agradecido pelo modo com que satisfiz o meu dever sem ofender sua delicadeza. Elle se apresenta para a penosa viagem ao Ceará, que supõe será longa. Está a ferro e a sangue com Northon e quereremos não fação desordem.

Jewett quer que eu entervenha em certas mudanças que deseja fazer; ao que me furto com coisa alheia das attribuições que me dá a Lei.

Em resposta a isto tive a seguinte: Manda S. M. o I. declarar ao Cons.º d'Estado Presidente da Provincia da Bahia para a sua devida intelligencia que não sendo bem fundadas as desconfianças acerca do Chefe de Divisão David Jewett, antes pelo contrario, existindo motivos para o Mesmo Augusto Senhor. Estar até o presente satisfeito com o seu comportamento. Tem nomeado ao referido official para commandar a Náo *Pedro I*, como já ao Presidente se communicára em Portaria desta data. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1825.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, apresentou-se ás autoridades navaes, minuciosamente explicou tudo o que se havia passado no Maranhão com Lord Cochrane. Por portaria de 13 de julho lhe foi dada por finda a sua commissão, sendo desde então considerado desembarcado.

Em vista de haver plenamente justificado o seu proceder, por aviso de 31 de agosto desse mesmo anno foi nomeado para passar á Bahia a tomar o commando da Náo *Pedro I* o que se verificou a 17 de setembro.

A guerra que estalou entre o Brasil e as Provincias Unidas do Prata, chamou ao porto do Rio de Janeiro todos os navios que se achavam nos diversos portos. Devido a isso regressou ao Rio de Janeiro. Da *Pedro I* desembarcou em 14 de janeiro de 1826.

Tendo regressado por doente o contra almirante Diogo Jorge de Brito, segundo commandante das nossas forças navaes no Rio da Prata foi por aviso de 10 de abril de 1826 nomeado David Jewett para o dito lugar: ficon porém sem effeito tal nomeação por ter dado parte de doente, dous dias depois.

Era sabido que não desejava servir ás ordens de Rodrigo Lobo, pois o ficára conhecendo desde os factos da Cisplatina.

Tendo o nosso governo mandado construir duas fragatas nos Estados Unidos, por aviso de 8 de julho foi nomeado para seguir para aquelle paiz affim de conduzir ao Rio de Janeiro uma das ditas fragatas.

De regresso dos Estados Unidos apresentou-se em 27 de janeiro de 1827.

Nesse mesmo anno e mez sentia a nossa marinha fundo golpe com os tratados celebrados a 17 com a Inglaterra e com as cidades Livres Hanseaticas e a 29 do mesmo com a Austria.

Vê-se pelo artigo 12º do primeiro e 5º do terceiro que eram considerados britannicos e austriacos aquelles navios que fossem *possuidos, registrados e navegados* segundo as Leis britannicas e austriacas—enquanto só eram considerados brasileiros as embarcações *construidas nos territorios do Brasil e possuidas por subditos brasileiros e cujo mestre e tres quartas partes da tripulação fossem subditos do Brasil*. Além disso havia em todos elles o absurdo da *reciprocidade*.

Em 3 de novembro foi nomeado para commandar a Divisão mandada organisar para seguir para Costa d'Africa, afim de proteger não só o nosso commercio marítimo, como também evitar o trafico de escravos. Dessa commissão foi dispensado por aviso de 12 de dezembro do mesmo anno.

Por aviso de 13 de dezembro de 1828 se lhe concedeu licença indeterminada para ir a America do Norte, sem vencimento de soldo, mas sim de tempo. Em 12 de agosto de 1830 apresentou-se dessa licença. Nomeado por aviso de 17 de setembro de 1831 para servir em commissão sob as ordens do Ministro do Imperio.

Pouco tempo depois, isto é, a 14 de outubro do mesmo anno foi nomeado commandante dos navios armados e surtos no porto do Rio de Janeiro, e defeza dos Presigangas, passando a servir interinamente de Inspector do Arsenal de Marinha em 18 do mesmo mez, cargo esse que exerceo até 18 do mez seguinte, quando foi dispensado delle, regressando ao seu commando, até que por Portaria de 28 de fevereiro de 1832, ficou sómente encarregado do commando da fragata *Constituição*, da qual passando para a fragata *Bahianna* em 20 de março, desembarcou em 20 de abril seguinte.

Tendo necessidade de tratar de sua saúde obteve dous annos de licença para gozar a nos Estados Unidos, que lhe foi concedida pelo aviso de 17 de janeiro de 1834.

Não gozou de toda ella, pois a 19 de junho de 1835 apresentou-se ao Quartel General da Marinha.

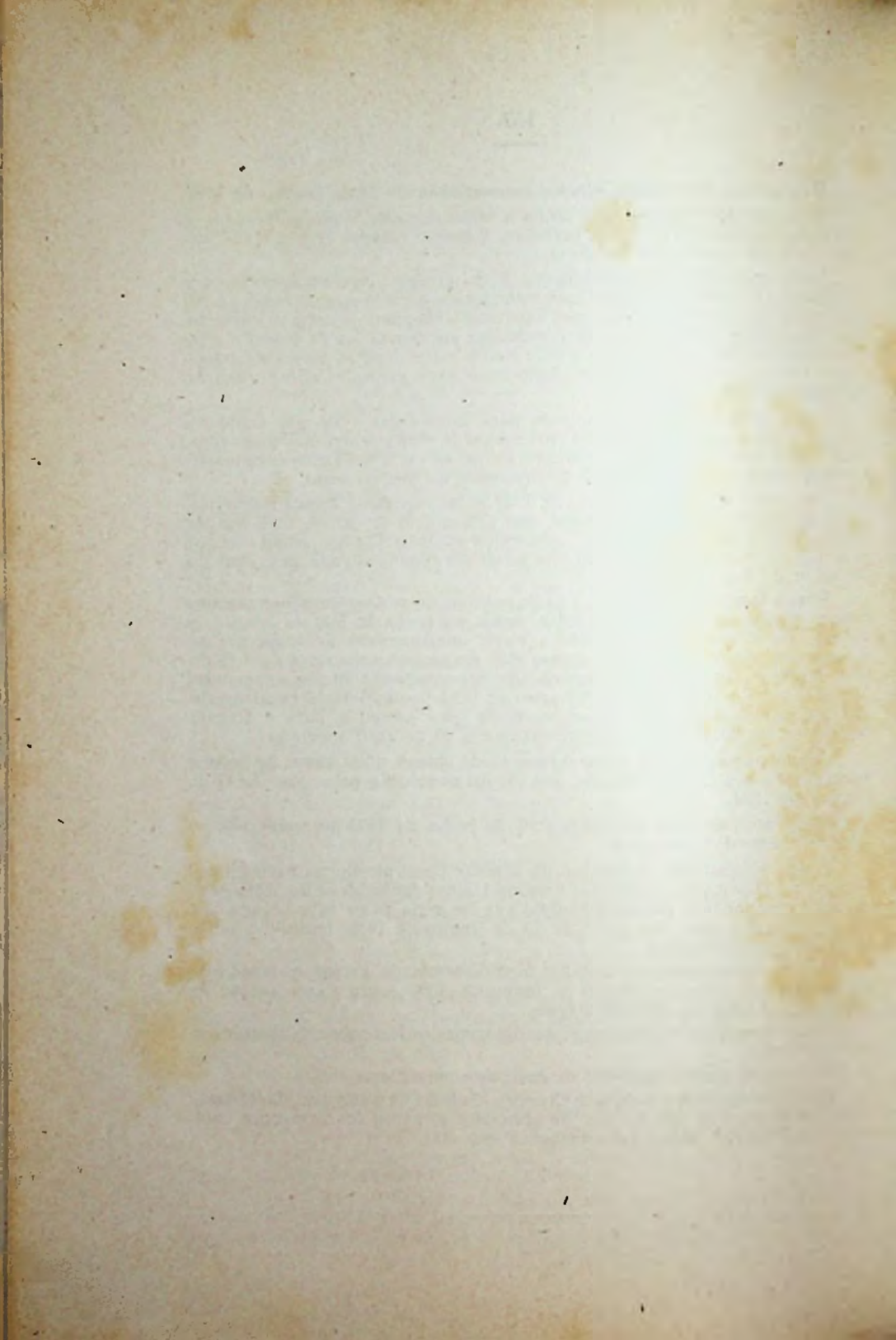
Tendo necessidade o governo de mandar construir alguns navios, lembrou-se de David Jewett para nos Estados Unidos incumbir-se de obter propostas, percebendo o soldo de 196\$000 que lhe seria pago pela Legação do Brasil n'aquelle paiz. Por aviso de 16 de janeiro de 1836, foram-lhe dadas instrucções nesse sentido.

Dando cumprimento ao que lhe fora determinado, enviou ao nosso governo algumas propostas em 27 de junho de 1836 sobre a construcção de uma barca a vapor e diversos brigues.

Posteriormente resolveo o governo dar contra ordem sobre a construcção de taes navios.

Fez no entretanto acquisição de canhões e munições.

Condecorado com a ordem do Cruzeiro Medalha de distincção, da Restauração da Bahia e da Boa Ordem, de principios austeros, servir sempre com toda a dedicação a patria que escolhera como sua.





João Caylor

JOÃO TAYLOR

VICE-ALMIRANTE

Filho de Nathaniel Taylor e D. Catharina Taylor, de descendência e família nobre da Escócia — nasceu em Greenwich, na Inglaterra a 22 de Dezembro de 1796.

Já brilhante official de marinha em sua patria a qual prestára serviços de guerra, achava-se o 1º tenente João Taylor no Rio de Janeiro quando foi proclamada a nossa independencia. Prende-se a sua entrada ao nosso serviço naval a dous importantissimos factos: um que diz respeito ao espirito e outro ao coração. Tratavam os brasilienses de organizar, com os destroços da esquadra luzitana, deixados por inúteis no ancoradouro do Rio de Janeiro, uma marinha que os collocassem em posição de obrigar a deixar as nossas plagas as tropas da ex-metropole que n'ellas teimavam em permanecer. Para guarnecel-a, lançou mão o governo do recurso de convidar officiaes de outras nacionalidades, pois os filhos do paiz existentes, eram além de em numero reduzido, de patentes pouco elevadas; como medida de prudencia não convinha desde logo empregar os adhesistas.

No numero dos primeiros officiaes que com enthusiasmo quizeram participar de nossa vida como nação está João Taylor que accitou a proposta que lhe fôra feita. Assim é que pelo decreto de 9 de Janeiro de 1823, perdendo a Inglaterra um illustre official, ganhava o Brasil e sua marinha um devotado e valente campeão para a realisação do ideal nacional. Admittido no posto de capitão de fragata, foi-lhe concedido, além do soldo, a gratificação de 40\$000 em attenção aos prejuizos soffridos pelo abandono de sua carreira em seu paiz originario.

Ao saber seu pae d'esta resolução, apossou-se de tal desgosto que o desherdou, e em testamento deixou-lhe um *shilling*, para comprar uma corda para com ella se enforcar.

Organisada a esquadra que, de accordo com o decreto de 29 de março, deveria ir, sob o commando do provecto almirante Lord Cochrane, nomeado primeiro almirante, bloquear o porto da Bahia e de lá expulsar as tropas e navios portuguezes, que ao mando do general Luiz Madeira ferreamente subjugavam aquella parte do Brasil, coube ao capitão de fragata João Taylor, o commando da fragata *Nitherohy*, a antiga *Successo*, a unica que pôde ser aproveitada da esquadra que acompanhou D. João VI em 1808. Concertada gratuitamente pelo capitão de mar e guerra reformado José Domingos Moncorvo e negociantes João Goulart e Lourenço Antonio do Rego, concorrendo unicamente o Arsenal com o velame, tomou o nome de *Nitherohy*; montava 40 canhões de calibre 32.

Armada e tripulada ás pressas, fez-se ao mar a esquadra no dia 3 de abril e por não terem ficado promptas deixaram de seguir além da *Nitherohy*, e *Paraguassú*, os brigues *Caboclo e Rio da Prata* e escuna *Leopoldina*, que no entretanto poucos dias depois velejaram, indo encontrar-se com os demais a 28 do mesmo mez, nas costas da Bahia.

Reunida a *Nitherohy* á não *D. Pedro I*, capitanea, fragata *Ipyranga*, corvetas *Maria da Gloria* e *Liberal*, brigues *Guarany* e *Real Pedro*, fez Lord Cochrane rumo ao porto da Bahia e a 4 de Maio pela manhã avistou a esquadra inimiga, por sotavento, a 24 milhas da ponta de Santo Antonio, em numero de 14 navios.

Embora não contasse com um pleno successo no combate que ia travar o almirante brasiliense tinha no entretanto confiança no resultado que lhe seria favoravel. Composta a sua esquadra de elementos heterogeneos, sem disciplina militar e pouco affeita á vida do mar a maioria dos marinheiros, tirados havia pouco da escravatura, por alforria, tendo que se haver contra outra muito mais numerosa, que pelo menos era guarnecida com pessoal de mais tirocinio e conhecedor do mister, nem por isso se entibiu o almirante, que media o valor de seus commandantes pelo seu proprio. A sua audacia era proverbial e a vontade de vencer era tudo. Sem fazer-se esperar ordenou o preparo para combate, confiante nos seus officiaes e commandados.

Ao signal do almirante de *atacar o centro e a retaguarda do inimigo*, quando já se achavam as duas esquadras a duas milhas mais ou menos, uma da outra, navegava então a nossa em linha de fila, nas aguas do navio capitanea, occupando a *Nitherohy* o terceiro lugar. Ao ser reconhecido o signal, o commandante João Taylor, cheio de enthusiasmo, antes de mandar tocar *postos de combate*, formou na tolda todo o pessoal e depois de uma breve e inflammada allocução exhortando todos ao cumprimento de seus deveres, terminou dando vivas ao Imperador e ao Brasil, cujos, com vigor e regozijo, foram repetidos pelos officiaes e guarnição. Infelizmente a nossa esquadra do modo pelo qual fôra organisada e tripulada, trazia dentro de si, um elemento pernicioso que a corroia, já manifestado na que anteriormente fôra equipada sob ás ordens do Chefe de Divisão Rodrigo de Lamare. Grande numero dos tripulantes era originario de Portugal: conservava occulto o mesmo proposito de não combater os seus patricios, tanto mais que para acoçoal-os tinham a nenhuma pena soffrida pelos seus companheiros na primeira sublevação, e as instrucções que lhes foram ministradas no Rio de Janeiro, para assim procederem.

Travou-se o combate; no meio d'elle se não fôra a calma de Cochrane, e a valentia de Grenfell, auxiliado pelos nacionaes, á bordo do capitanea, onde os marinheiros luzitanos, primeiro se haviam negado a attender as monobras e fazer fogo sobre o inimigo e depois não consentindo do mesmo modo que dos paíões sahisse polvora para atirar a portuguezes, de certo teria sido destruida a nossa esquadra e com ella a esperança de realisar o nosso ideal.

Vendo o commandante Taylor que sobre a capitanea brasiliense com encarniçamento despejavam suas baterias as corvetas *Dez de Fevereiro* e *Calypso*, avançou sobre ellas, rompendo fogo com a bateria de BB, obrigando-as a arribar, permitindo deste modo que, n'essa occasião a *Pedro I*, lhes cortasse a prôa e as castigasse por completo.

Tendo os navios da vanguarda inimiga virado de bordo para proteger os da retaguarda e envolver os nossos, foram no entretanto compellidos a desfazer a manobra pelos fogos da *Nitherohy* e *Ipyranga* que sobre elles despejaram bandas inteiras e pela *Maria do Gloria*, se bem que n'estes tambem houvesse recusa por parte de marinheiros portuguezes. Os demais navios não secundaram os esforços dos outros devido a identico facto; por pouco que o *Real Pedro* não se passou para o partido opposto. E assim não tivemos immediata e completa victoria, que seria de effeito fulminante para os occupantes.

Conhecendo o chefe portuguez a audacia de Lord Cochrane, retirou-se para dentro do porto; outro tanto fez o nosso almirante, em vista do succedido, dirigindo-se para o morro de S. Paulo, pouco ao sul, onde havia estabelecido a sua base de operações, no proposito de reorganisar a sua esquadra e expurgar d'ella o perigoso elemento, que era a maruja portugueza. E assim o fez, remetendo-a para o Rio de Janeiro. Da *Nitherohy*, cujo commando entregou ao immediato o distincto brasiliense capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, mandou passar para o capitanea os melhores marinheiros, destacando do mesino modo para ella, o commandante Taylor; acompanhado pela corveta *Miria da Gloria*, refeita a guarnição, fez-se ao mar e iniciou o bloqueio á esquadra portugueza, encurralando-a no porto da Bahia.

Resolvido o almirante a atacar a esquadra dentro do porto, durante a noite, o fez, com a *Pedro I*, fragata *Paraguassú* recentemente chegada e *Maria da Gloria*. As poucas qualidades velicas da *Paraguassú*, a maré de vasante e o facto de ter-se acalmado o vento, quando proximos, frustaram o plano. Servio no entretanto este audacioso commettimento para levar o panico aos navios inimigos e aos defensores da praça, que desde logo comprehenderam ser-lhes impossivel a resistencia. Nesse lance tomou parte o commandante João Taylor.

Sabedor Lord Cochrane o effeito causado com a sua tentativa de atacar o inimigo no seo reducto e da impossibilidade do general Madeira em manter-se por mais tempo na capital e que tratava de evacua-la, ordenou ao commandante Taylor que na escuna *Carlota* que fôra apresada, seguisse para o morro de S. Paulo, levando consigo os oitenta marinheiros destacados da *Nitherohy* e novamente assumisse o commando d'ella; e mais, que, em lá chegando, determinasse a todos os commandantes que regressarem a seus navios e que estivessem promptos á primeira vóz. De facto, o general Madeira via-se em condições de não mais se poder sustentar por falta de viveres que lhe interceptavam por terra as forças de Labatut e dos patriotas, pelo reconcavo, devido aos ataques que lhe levavam as embarcações armadas pelos itaparicanos ao mando do intrepido João das Bottas e pela barra a *Pedro I* e a *Maria da Gloria* e ainda esperando a cada momento ver destruida a esquadra pelos brulotes que Lord Cochrane havia mandado confectionar; resolveo-se abandonar o porto.

Assim é que no dia 2 de Julho fizeram-se ao mar dezenove navios de guerra, comboiando mais de oitenta mercantes, nos quaes além das tropas de occupação, era levado tudo o que se pôde embarcar de bens moveis, alfaías das igrejas e conventos, sinos e todo o material dos arsenaes, até mesmo as ferramentas dos operarios e a maior parte dos negociantes com seus haveres e fazendas. Tudo o que não foi possivel levar foi inutilisado por ordem de Madeira.

Ao certificar-se Lord Cochrane do que se passava, approximou-se do morro de S. Paulo e fez signal para que os navios por elle determinados o seguissem. Levantou ferro a *Nitherohy* seguindo o capitanea, começando então o commandante João Taylor a encher a nossa historia com uma epopea maritima, começada nas costas da Bahia e terminada quasi junto da foz do Tejo.

Dispondo agora Lord Cochrane de sete navios, mais bem armados e tripulados, devido ás sabias providencias tomadas e principios de disciplina postos em pratica, debaixo de mão tempo, velejou em busca da esquadra inimiga. Antes porém havia dado a cada commandante as instruções necessarias, acerca do destino e operações a executar. Confiando no criterio e

pericia de seus commandados e no valor e intelligencia com que certamente obrariam, com acerto e honra para a nação que se levantava, começou a afanosa caça ao inimigo para destruição do seu poder marítimo.

Aproveitando-se da tempestuosa noute que se seguio, em bordadas successivas, por entre o comboio inimigo, foi a nossa esquadra fazendo claros, pelas muitas presas feitas sem intervenção dos navios comboiadores.

Separados os nossos navios, cada qual obrando segundo o criterio de seu commandante, achou-se no dia 4 a noute proximo a costa a *Nitherohy*, onde indeciso o commandante João Taylor sobre o rumo seguido pelo almirante e pela esquadra inimiga, pairou até pela madrugada, quando mareou ao largo, avistando-a n'essa occasião, composta da não *D. João VI*, de duas fragatas, tres corvetas, um bergantim, nove galeras e uma sumaca.

Seguindo-a, no dia seguinte registrou a sumaca *S. José Triumpho*, despachando-a para o Rio de Janeiro.

Tendo conhecimento de que parte dos navios e tropas inimigas se dirigiam para o Maranhão, onde se fariam fortes, conforme as ordens das Côrtes portuguezas, mais cuidado tomou em seguil-os pelo que d'elles se approximou. Montado na verga do velacho de sua fragata, não perdia, de oculo em punho, o bravo commandante João Taylor de seu posto de observação, a menor manobra executada pelo inimigo á vista.

Julgando accertado, caso a esquadra inimiga fizesse rumo para a Europa, dirigir-se ao Maranhão, ao certificar-se de que isso succedia não o quiz fazer, antes de levar-lhe um atrevido golpe, para mostrar-lh'a que apezar de isolada a fragata nacional não temia o numero.

Na noute de 7, navegando o comboio em linha, forçou de vela e passando pela vanguarda d'elle, depois do que correndo para a retaguarda sempre á distancia de fogo, foi despejando toda a bateria de BB sobre a *S. Gualter* que fechava a linha.

O arrojo deste feito, levado a cabo com perfeição e silencio absoluto, causou entre todos o maior enthusiasmo e se não foi repetido como era o desejo unanime, foi porque a prudencia mandava evital-o.

Tres dias mais navegou a *Nitherohy* em caça e vendo o commandante Taylor que não se animava o inimigo a outro rumo, resolveo ir ao Maranhão.

Apezar de se achar a fragata com o mastro grande fendido e o da mezena rendido, com o panno summamente dilacerado e surrado, pois por demais velho era elle desde a sahida do Rio de Janeiro, com presteza foram arreataados os mastros e remendado o velame, e com vento muito fresco enveredou pelo canal de S. Roque, com paciente cuidado, evitando os perigosos recifes que o bordam e arrostando a violenta corrente que n'elle se faz sentir.

A 12 horas avistou terras do Ceará e por felicidade tendo á vista um cutter, por elle enviou ao governo civil um officio com a seguinte proclamação, dando a grata noticia da libertação da Bahia.

«Valorosos Habitantes do Norte do Brasil —

— Livre da tyrannia exulta já a malfadada Bahia agora feliz por se ter lançado nos Braços do Melhor dos Soberanos. Os vis e crueis oppressores, constrangidos pelo valoroso Exercito Brasileiro e pela denodada Esquadra a cargo do Benemerito 1º Almirante Lord Cochrane pisam em fuga sobre o Oceano; é porém doloroso que vão carregados de despojos, bem como vão carregados de crimes e maldições.

Nem os Vasos Sagrados, nem as Santas Reliquias escaparam á sacrilega avareza! Deve contudo, consolar-vos que o valoroso Almirante vai em seu alcance: a fragata *Nitherohy* debaixo do meu commando tem a mesma commissão; é de esperar haja occasião de os hostilizar o mais possível.

A' honra e gloria de tal empresa eu sou bem feliz de ajuntar o praser de levar ao conhecimento tão aprasivel nova: Successo que immediatamente decide da sorte do Brasil. Tudo se deve á Providencia e depois aos Disvelos Sabias e Augustas Medidas do Nosso Adorado Imperador.

Em breve do Amazonas ao Prata só retumbarão os Venturosos e Gloriosos Vivas — Ao Primeiro Imperador do Brasil Pedro o Grande — Bordo da Fragata *Nitherohy* á vela, á vista do Ceará, 12 de julho de 1823. — *João Taylor*, Capitão de Fragata, Commandante».

Despachado o cutter com esta proclamação e outras noticias mareou novamente a *Nitherohy* e pela costa navegou até em frente á bahia de S. Marcos, onde a bordejar se conservou até o dia 14. Não tendo avistado vela alguma fez rumo em demanda da rôta seguida pelo inimigo e naoute de 14 transpoz a linha equinocial, saudando no dia seguinte o sol, no hemispherio norte, o novo pavilhão do *Cruzeiro* que surgia com vivo fulgor.

Em veloz carreira, no dia 21, foi avistado um bergantim que de Pernambuco seguia para Gibraltar; deu noticias de terem chegado ali muitas presas; tres dias depois, uma galera que annunciou a contra revolução em Portugal, tendo sido derribadas as Côrtes.

Continuou a *Nitherohy* em busca do inimigo quando a 7 de Agosto foi avistado um navio de grande pôrte, arvorando a bandeira portugueza. Cheio de confiança na victoria, reunio o commandante Taylor a guarnição e disse que não ficaria satisfeito se em dez minutos não se decidisse a acção pelo aprisionamento do navio á vista e que de sua parte faria sua fragata beijar os laizes da inimiga; quanto ao mais entregava á honra e coragem de sua valorosa guarnição.

A' postos para o combate investio a *Nitherohy*; ao approximar-se reconheceo que em vez de uma fragata era o transporte *Grão-Pará*, que em attitude bellicosa se apresentava.

Mandou o commandante Taylor arriar a bandeira ingleza que por estratagemma havia içado e arvorar a brasiliense affirmada por uma banda clara de bala rasa.

Não quiz o commandante Taylor sacrificar tantas vidas que seguiam no transporte e por isso havia dado ordens para que só fossem feitos tres tiros afim intimar a arriar a bandeira e render-se.

Aterrados com o ataque da *Nitherohy*, não se atreveo o transporte a reagir e immediatamente arriou bandeira. A generosidade de Taylor e sua grande humanidade não comprehendida agora, veio no entretanto pol-o em difficuldades; pois carregado o transporte com 270 soldados e grande numero de passageiros, dispondo de poucos mantimentos e aguada, e não os tinha a *Nitherohy* para fornecel-os, para que regressassem ao Brasil, estando como estava na latitude 39º norte, ainda mais em caça á esquadra portugueza, e não sendo prudente despir-se de gente para guarnecer aquella importante presa, tomou o alvitre de deixal-os em liberdade. Antes porém mandou arrojar ao mar toda a artilharia tomando-lhe toda a polvora e armamento portatil, e fazendo com que todos assignassem um termo de prisioneiros de guerra e como taes o compromisso de não tomarem armas contra o Brasil durante aquella guerra.

Eis os termos do compromisso: «Nós abaixo assignados, tendo sido encontrados no dia 7 de Agosto pela fragata *Nitherohy*, de 40 peças, de que é commandante João Taylor, capitão de fragata de Armada do Imperio do Brasil, na latitude de 39° N e 53°. O snr. Greenwich, fomos Prisioneiros de Guerra, e achando-nos faltos de mantimentos e sem Navios de Guerra que nos protegessem e o Navio ser indefeso por sua natureza, porque apenas tem 12 Peças de calibre 6 e quatro de 12 e sendo-nos perguntado se queriamos ir Prisioneiros para o Rio de Janeiro, ou para Portugal, dando a nossa palavra de honra de não pegarmos em armas contra a Independencia do Brasil, todos a demos e assignamos este Termo.

«Outrosim foram chamados os soldados e fazendo-lhes a mesma falla todos annuiram e nós servimos de testemunhas, ficando contudo salva a nossa palavra e dos soldados, de poder fazer a guerra contra outra qualquer Nação. Bordo do Navio *Grão Pará*, 7 de Agosto de 1823. Assignados, *João Wenger Russel*, Major Graduado do 12; *José Joaquim Alves*, Capitão Quartel Mestre; *Jeronymo de Gouvea*, Capitão. *Luis Antonio Dutel*, Tenente Adjuncto *José Vaz Lopes*, Tenente, *Manoel Antonio da Cunha*, Alferes *José Joaquim da Fonseca*, Alferes. *Agostinho Luis Alves*, Alferes. *José Antonio Diniz*, Alferes e *Francisco de Paula Franco*, Cirurgião Mór Interino.»

No mesmo documento escreveo e assignou o commandante do batalhão o seguinte: Como me achava á bordo da fragata quando os Officiaes assignaram o presente papel, sou obrigado a assignar para salvar esta porção de tropa do meu batalhão, protestando contra qualquer sinistro ou interpretação desta minha assignatura a favor da Independencia do Brasil, que não reconheço emquanto tal não fôr o voto de Nação.

Bordo da fragata *Nitherohy*, 7 de Agosto de 1823. *Francisco José Pereira* Tenente Coronel — Commandante do Batalhão 12.»

No mesmo termo declarou o capitão do *Grão Pará*: «Eu prometto nunca vir ao Brasil a fazer guerra, nem igualmente commandar Navio que conduza tropa. Bordo do *Grão Pará*, 7 de Agosto de 1823. *Bernardino de C. Martins Sobrinho*.»

Depois disso deixou o commandante Taylor seguir viagem o *Grão Pará*.

No dia 11 registou uma galera franceza procedente da India. Havendo escassez d'agua á bordo, resolveo fazel-a na ilha das Flores, onde aportou no dia 19. Para conseguir o seu fim e evitar o emprego da força, usou ainda o commandante da *Nitherohy* do artilheiro do emprego da bandeira ingleza. Depois de superadas grandes difficuldades conseguiu a aguada necessaria, fazendo em seguida derrota para as costas portuguezas cinco dias depois.

Logo ao sahir da ilha registou um bergantim inglez; não lhe permitindo o vento velejar para a ilha *Fayal*, onde estava certo de encontrar embarcações arribadas, fez prôa ao cabo Rocca.

A 26 deu caça e apresou o hiate *Alegre*, que remetteo para o Rio de Janeiro, com officios para o almirante Cochrane e para o ministro da Marinha.

Navegando pela costa, na manhã de 29, pela tarde, avistou duas embarcações, uma pela prôa e outra pela pôpa, reconheceo que a de prôa era a não *D. João VI*, e a de pôpa, uma fragata. Durante a noite cortou a não a derrota da *Nitherohy* e tão proximo della passou que foi preciso arribar para lhe dar passagem. Não impedio a desconfiança do inimigo que o commandante Taylor proseguisse no seu rumo anterior. Pela manhã

vio-se que a não se achava velejada e a fragata atravessada o que motivou acautelarse o commandante Taylor, retardando a caça que fazia ao hiate *Correio de S. Miguel* o que não impedio de effectuar logo depois a sua presa, mesmo á vista do inimigo e enviado ao Rio de Janeiro.

Na mesma occasião registrou o bergantim inglez *Elisabeth* que se destinava a Gibraltar e mediante quarenta pesos por cabeça recebeu o capitão d'elle 25 prisioneiros para desembarcal-os n'aquelle porto.

Dous dias depois aprisionou o hiate *Esperança* que remettede para o Rio do Rio de Janeiro e pouco mais tarde os hiates *Vigilante*, *Bom Successo* e bergantim *União*; estes dous ultimos foram destruidos, depois de ser aproveitado o possível.

Ao ser apresada a galera *Prazeres e Alegria* no dia 8 de setembro, procedente do Pará, com diversos passageiros e ao ser mettido á pique o hiate *Bom Successo* estava á vista e se approximava parte da esquadra portugueza composta de tres corvetas e duas charruas; não se animaram nenhum d'elles a buscar razão do navio brasileiro; impassiveis se conservaram.

Tal facto produziu enorme contentamento na guarnição e tanta confiança depositava no commandante que pedia leval-a a combate.

No proposito de defender a presa deixou o commandante Taylor de levar a effecto o seu designio de medir-se contra o inimigo durante o dia, esperando fazel-o á noite, visto a distancia da entrada do Tejo dar-lhe tempo; um imprevisto porém fel-o mudar de orientação.

Appareceu-lhe por seu sotavento e pouco distante uma embarcação, o que fez chamar a postos a guarnição; approximando-se a mesma durante a noite, julgou ser uma das charruas que navegavam na retaguarda das corvetas, mandou então arribar sobre ella e em tres minutos estava a tiro de pistola da mesma. Era em vez a não *D. João VI*. Fallou a não por tres vezes á *Nitherohy*, porém só na ultima teve resposta que era uma *fragata* britanica e na amura contraria afastou-se.

Seria loucura empenhar combate n'aquella occasião, tanto mais que nas proximidades se achava a fragata *Perola*. Depois deste incidente, virou de bordo a *Nitherohy* e foi demandar o cabo Rocca; de caminho apresou o hiate *S. José*.

Pela tarde foi avistado o cabo, pairandó a fragata a dezoito milhas d'elle, onde apresou o hiate *Providencia* e a galera *Nova Amazonas*, recém sahidos de Lisboa, presas essas que foram enviadas ao Rio de Janeiro. Pelo capitão deste ultimo navio soube o commandante Taylor da entrada do resto da esquadra no porto de Lisboa; em vista do que, abriu sua carta de prego, dando por terminada a gloriosa commissão, de accordo com as instrucções recebidas do almirante que mandava regressar ao Rio de Janeiro.

No dia 11, ordenou o commandante que fossem embarcados em um navio mercante os prisioneiros que tinha á bordo, visto faltar-lhe mantimentos, fazendo-os partir para Lisboa, tendo antes assignado a declaração que se segue, acompanhados de um officio dirigido ao ministro das Relações Exteriores.

«Nos abaixo assignados officiaes e mais individuos aprisionados em diferentes embarcações pela fragata do Imperio do Brazil *Nitherohy*, a cargo do capitão de fragata João Taylor, tendo recebido a facilidade de regressar a Portugal como brasileiros de Guerra, debaixo da condição de dar a nossa palavra de honra de não receber commissão hostil ou pegar em armas durante a presente guerra contra a Independencia do Brasil; nos comprometemos a assim praticar, em fé do que firmamos com os nossos nomes o pre-

sente Termo feito á bordo da Fragata á vella, aos 10 dias do mez de Setembro de 1823. Assig. *Romualdo Antonio de Seixas*, Arcediago do Pará: *José Leite Botelho*, *José Luiz dos Passos Almeida Pimentel*, Conego de Barcellos. *Francisco dos Passos Almeida Pimentel*, Conego. *Antonio Munuel de Souza*. Cirurgião mór. *Sabino Antonio do Cabo e Almeida Raphael Gonçalves Branco*. *Antonio Calixto Soares*. Voluntario de Marinha. Capitão *Lino Diogo Leite*. *Daniel Garção de Mello*. *Joaquim Pinto da Fonseca*. *Luiz Antonio da Luz*. *Domingos Leite de Carvalho*. *José Bento Gonçalves Bastos*. *Antonio Simões de Carvalho*. *João Jacintho de Souza*».

Ao Ministro das Relações Estrangeiras, foi dirigido o que se segue:

«III^{ma}. Ex. Snr. Os meus sentimentos, o decore e delicadeza de um official, honrado, que pelo amor da Gloria abraçou e jurou defender a Causa Sagrada do Brasil, a bem posta opinião da Brava e Generosa Nação Brasileira que tão primorosamente e tão gloriosamente Proclamou a Sua Independencia, debaixo dos Auspicios de um heróe seu Augusto Imperador; fazem que eu tome a penna para produzir a V. Ex^a os justos motivos e irrefragaveis razões que me têm levado a obrar hostilmente contra a Nação Portuguesa, victima de seu delirio em acreditar em demagogos carbonarios. Deve V. Ex^a porém fazer-me a honra de se persuadir quanto pesa o meu coração ver ateadá uma guerra tão superflua e prejudicial a Portugal, e tão contraria aos Filiaes e Fraternaes Sentimentos de tão Altos e Augustos Soberanos.

«Abrindo mão de entrar em axiomas politicos, ou questões de direito publico, que não me pertencem, e são superfluos, logo que á luz publica appareceu, e a face do mundo o Generoso e Briosso Manifesto de Sua Magestade Imperial, me limito a ponderar a V. Ex^a o seguinte: primeiro o mesmo Manifesto e formal declaração de guerra, com os fundamentos que a motivaram, cujo seria sem effeito no caso das Côrtes revolucionarias se não obstinarem no seu louco e barbaro systema, ou a Nação não corresse allucinada apóz de uma idéál Soberania sobre o Brazil; em segundo lugar o infame comportamento de parte das Tropas Luzitanas na Bahia, mesmo quando constrangidas a evacuar a cidade; a barbara obstinação de seus Chefes, e as instrucções que receberam para no Maranhão ir proseguir na guerra de vandallagem, caso évacuassem a Cidade que dominavam, procurando sempre semear nas nossas Felizes Regiões o veneno do systema carbonario e opressor, tanto para adulterar a religião dos incautos Brasileiros, quanto para entusiasmar ingratos europeos.

«Finalmente o ver Sua Magestade Fidelissima conservar o titulo vão e injusto de Reino Unido e não dar-se nos despachos das embarcações que seguem viagem para o Brazil a Gloriosa Cathegoria que merece e possui, isso em desdouro da Nação Brasileira e seu Augusto Soberano.

«A vista de claras reflexões não encontro a menor duvida de qual deverá ser o meu comportamento, dever e conducta, tendo a honra de commandar um Vaso de Guerra da Armada do Imperio; e tendo preenchido as militares e guerreiras funcções inherentes a tal commando, posso sem vaidade applaudir-me da maneira humana e generosa com que tratei e fiz tratar os prisioneiros, bem que neste ponto eu terei a satisfação que V. Ex^a será inteirado pela vóz publica, e por elles pessoalmente, dando uma clara prova que a Nação Brasileira segue na presente guerra por violencia, e não por vingança ou rancor apezar de altos queixumes.

«Certo porém na Alta e Augusta Magnanimidade de Sua Magestade Imperial, tenho até com sacrificios e despesas feito regressar para a sua Patria os Prisioneiros constantes da inclusa relação, obrigando-se sem violencia todavia pela sua palavra de honra de não servirem hostilmente, nem toma-

rem armas contra o Brazil, sua Independencia, durante a presente guerra e assignando termo as pessoas qualificadas, por si, e pelos seus subditos os que commandavam; n'este estado eu os considero como prisioneiros de guerra, que podem ser riscados desta qualidade, ou havendo troca ou feita a Paz, e para tal fim é que se remette a V. Ex^a. a relação acima referida.

Tenho toda a honra e praser em offerecer a V. Ex^a. os meus respeitos com sinceros votos por uma prompta e feliz Paz.

«Deus Guarde a V. Ex^a. Muitos annos».

«Bordo da Fragata *Nitherohy*, á vella, 18 milhas da Roca, aos 12 de Setembro de 1823».

Illm^o Ex^o. Snr. Ministro e Secretario de Estado das Relações Estrangeiras — *João Taylor*, Capitão de Fragata e Commandante».

No dia 12 de Setembro de regresso ao Brazil, fez rumo o commandante Taylor e ainda assim apresou o hiate *Santo Antonio do Triumpho* que teve ordem de seguir para o Rio de Janeiro e logo depois a escuna *Emilia*, da qual foi retirado o que convinha á fragata. Deixou-a seguir seu rumo depois de ter recebido os prisioneiros do *S. José*. Nesse mesmo dia 15 foi tomado o hiate *Harmonia*, que tambem teve permissão para seguir seu destino, por não haver á bordo do *Nitherohy* bastante pessoal e não ser prudente reduzir a sua guarnição em vista de algum encontro, tanto mais que o governo portuguez havia dado ordens para que sahisses navios em procura do atrevido commandante.

Pretendia e commandante Taylor ir aos Açores, mas tendo conhecimento da não existencia de navios inimigos n'aquelle archipelago, resolveo demaudar directamente o Brazil.

Na altura das Canarias apresou o bergantim *S. Manoel Augusto*, que guarnecido foi enviado ao Rio, em vez de ir a Pernambuco.

Havendo falta d'agua, muito principalmente, pois demais havia escassez, julgou o commandante Taylor arribar á ilha de S. Nicoláu, onde com trabalho insano conseguiu doze toneis d'agua; havia secca naquella ilha, sofrendo fome a população, pois eram passados dous annos que ali não chovia.

Um terrivel temporal desencadeou-se no dia 7 de Outubro, na occasião em que se fazia de vela a *Nitherohy*; por pouco que não foi arrebentar-se de encontro a ilha. Picada e amarra, correndo com as gaves nos ultimos rises e gata ferrada, é assaltada por violento furacão que fal-a tombar sobre B E. Sem vela de estay de prôa, por não haver a bordo, supprida apenas com uma pequena, tomada a uma escuna; com o traquete carregado á barlavento, por se ter pouco antes rasgado, não podia o navio obedecer ao leme. Adernada, metteu grande quantidade d'agua pela bateria fazendo-a por fim adormecer; como estava a fragata e não tendo outro recurso, o valente commandante ordenou picar o mastro da mesena e em poucos momentos cahiram os machados sobre a enxarcia e foi, precipitado ao mar o mastro, fazendo em pedaços na sua quêda, a roda do leme, que por precaução já estava preparado com talhas: A violencia do mar e a velocidade com que começou a andar a fragata, fez accelerar o serviço do côrte do mastro, pois apenas cortados os cabos principaes, sentindo-se sem apoio despenhou-se.

Tendo corrido a carga do porão para BE, devido a inclinação, para estabelecer o equilibrio foi necessario arrojhar ao mar a artilharia da tolda do mesmo bordo e assim conseguir a posição normal. E durante doze horas afrontada, correo a fragata até que no dia 16 serenou a tempestade.

Retardada a viagem pelas calmarias, a 28 cortou a linha equinocial; com falta de mantimentos resolveo o commandante Taylor arribar á Bahia, onde afferrou no dia 9 de Novembro, sendo recebido brilhantemente.

Mal sabia porém o commandante João Taylor que a sua galhardia iria ser recompensada de modo muito differente.

A versatilidade de caracter do Imperador mudára a corrente politica.

Arredado José Bonifacio do poder pela colligação formada pelos democratas e absolutistas, os quaes por fim se haviam apossado do governo; dominou por ultimo a facção portugueza, em 17 de Julho de 1823 de accordo com as idéas do imperador.

Não ficou este golpe sem protesto por parte dos brasileiros, em muitas provincias onde se arraigara o espirito de liberdade, levantou-se a alma nacional contra o proceder do imperador, que ora influenciado pelos seus conselheiros, ora levado por seus proprios impulsos, não tinha um fito seguro.

Haviam cessado as medidas postas em pratica contra todos os que se haviam mostrado hostis á independencia e mesmo galardeados com empregos e honrarias, com preterição dos brasilienses natos.

Embora estivesse o Brasil em guerra aberta com Portugal ordenava-se que na Bahia fossem alistados e remettidos para o Rio de Janeiro os portuguezes prisioneiros que se quizessem engajar no exercito e na armada.

Tal facto levantou fundadas desconfianças e mais accentuadas se tornaram estas com a chegada em setembro de 1823 do brigue de guerra *Treze de Maio* trazendo como emissario o marechal Pinto da Fonseca, brasileiro ao serviço de Portugal com despachos e cartas para o Imperador; vinha elle como era publico e notorio em Lisboa, com a missão de repôr, por parte de João VI, tudo no seu antigo estado, isto é, restabelecer no Brasil o absolutismo e lembrar ao imperador que a elle cabia-lhe por successão o throno de Portugal.

Tanto a este emissario, como os vindos logo depois na corveta *Voador*, não os recebeo o imperador, se bem se diga que entretivera colloquios secretos com o conde do Rio Maior e que das entrevistas partiram as bases que a 4 de março do anno seguinte, foram apresentados por intermedio do conde de Villa Real, em nota verbal, nas quaes pedia o governo portuguez a mediação britannica, para conseguir a acceitação, por parte do Brasil, ás seguintes condições, como preliminares de quaesquer negociações com o Brasil, cujas eram:

1º *Cessação de hostilidades de parte do Brasil contra os navios portuguezes.*

2º *Restituição de todas as propriedades portuguezas injustamente confiscadas.*

3º *Não intentar-se ataque algum ás colonias que continuarem a ser fieis a Portugal.*

4º *Demissão de todos os subditos inglezes empregados pelo governo do Brasil.*

Estas condições adoptadas por Canning, então primeiro ministro inglez, que ardentemente desejava a paz entre os dois paizes pelas conveniencias commerciaes britannicas, a que á Inglaterra dera o tratado do commercio assignado por D. João, foram transmittidas a Mr. Chamberlain, para que, como ministro residente no Rio de Janeiro, as apresentasse ao governo e propuzesse a sua acceitação. Passava o Brasil de colonia portugueza á ingleza.

E sob estes principios começou a guerra surda para destruir a unica força que poderia oppôr-se aos desejos de Portugal, — a marinha.

A marinha a quem deve o Brasil a sua existencia politica, era o unico obstaculo ás perversas machinações da ex-metropole; e encontrava ella apoio na ex colonia por parte de numerosos filhos para assegurar o seu dominio; nessa colonia que haviam exaurido e que lhes dera existencia.

Por essa razão, todos os obstaculos, toda a má fé, toda a sorte de alicantinas eram empregados para desgostar aquelles que confiados na palavra dos brasilienses tinham vindo se alistar entre elles, no ideal supremo de conseguir uma nova patria. Era preciso alijal-os para que os adhesistas de ultima hora continuassem commodamente a fruir os proventos que tão pouco lhes havia custado. Estes, por habito na maioria mais promptos no vergar a espinha do que no empunhar uma espada, anciosamente esperavam tal desfecho.

O almirante Cochrane, ao ter conhecimento de taes bases, e comprehendendo o rumo que levava a nova politica, procurou assegurar os seus direitos e dos officiaes que serviam sob suas ordens, definidos, pelas estipulações feitas no ministerio de José Bonifacio, requereo fosse adjudicado á esquadra o valor das presas feitas tanto na Bahia como no Maranhão, visto como nenhuma outra paga havia recebido a esquadra desde que do Rio de Janeiro sahira.

Não havia porém por parte do governo de então o proposito em attendel-o: antes havia o de desgostar todo o pessoal para que mais promptamente abandonasse o serviço. Contemporisava por seu turno o imperador, por não querer offender seus subditos portuguezes, na esperança de consolidar suas aspirações.

O tribunal de presas por fim nomeado, composto na maioria de portuguezes natos e infensos aos officiaes estrangeiros e aos nacionaes, legislou com manifesta parcialidade.

Seus arrestos provocavam fundos desgostos.

O tribunal de presas na sua ancia de castigar a ousadia dos adeptos do Brasil que tinham no commando de nossa esquadra fustigado para longe os oppressores, não descançava em dar sentenças contra o que reclamavam fundados em promessas e decretos.

A começar por Lord Cochrane que teve, em certo caso, sentença de ser passivel de *pena corporal* o seu proceder, depois a Grenfell submettido a conselho de guerra, terminou por Taylor, condemnado a seis mezes de prisão na Ilha das Cobras e a perder no dobro o montante do seu quinhão em favor das donos da fazenda destruida, na sua audaciosa empreza de perseguir na *Nitherohy* a esquadra luzitana até a fóz do Tejo, e debaixo das baterias da não *D. João VI*, queimar quatro embarcações.

Vingavam-se assim os almirantes portuguezes que ficaram nos tribunaes do Brasil d'aquelles estrangeiros que adoptando a nacionalidade brasiliense haviam cooperado para o final dominio d'elles na terra que durante tres seculos, por um acaso encontraram.

Certo se assim procederam, não fizeram mais do que acompanhar a inconsequente politica do primeiro imperador, que tornou-se o oppugnador regressivo ás idéas que antes enunciára tão caras ao sentimento nacional.

Em quanto a politica accentuadamente lusitana procurava destruir pelo desgosto a unica força de cohesão, que era a marinha, animava perfidamente os ideaes dos democratas para mais enfraquecer o Brasil.

Pernambuco tornou-se o centro de reacção á politica do Imperador, muito mais prevenido depois da dissolução da Constituinte.

Com a renuncia de Francisco Paes Barreto de presidente da Junta, foi eleito para substitui-lo Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que começou desde logo a resistir ás ordens emanadas da côrte. A nomeação de Paes Barreto para presidente da Provincia veio fazer explodir a revolta, de cujos prodromos já se achava conhecido Lord Cochrane, por aviso do capitão tenente Bartholomeu Hayden, commandante do brigue *Bahia*, ali estacionado.

Levou Lord Cochrane ao conhecimento do governo o que se estava a passar: foi então determinado que se organisasse uma divisão ao mando de João Taylor para apoiar Paes Barreto que se havia recolhido a Barra Grande, em Alagoas, á espera de auxilios.

Com instrucções para repôr o futuro marquez do Recife, largou João Taylor do Rio de Janeiro com os seguintes navios: *Nitherohy*, *Ypyranga* e charrua *Gentil Americana* e que n'aquelle porto chegou em 31 de março de 1824.

Seu primeiro acto foi officiar logo á chegada ao commandante das armas José de Barros Falcão de Lacerda nos seguintes termos: Illm^o. Exm^o. Snr. Tendo sahido da Côrte do Rio de Janeiro para esta Provincia encarregado de uma importante commissão de Sua Magestade o Imperador, convirá ao bom exito da mesma, que eu tenha uma conferencia com V. Ex., a qual não podendo ter lugar em terra, porque minhas occupações me embarçam desembarcar, rogo a V. Ex. da parte de Sua Magestade Imperial, haja de vir a meu bordo para o que vai com esta um escaler ás ordens de V. Ex. Deus Guarde V. Ex. Illm. Exm. Sr. José de Barros Falcão de Lacerda. *João Taylor*, Commandante da Divisão.

Em resposta teve o seguinte: Illm. Exm. Snr. Talvez tenha eu sido criminado perante V. Ex., e os mais camaradas, os Illustres Senhores Officiaes dessa e da fragata *Piranga*, pela falta de me ter demorado com os meus sinceros cumprimentos e offerecimentos, em particular da minha pessoa, e pequeno prestimo, o que agora faço por ter opportuna occasião, e rogo a V. Ex. e mais Illustres Senhores acceitem os meus ingenuos protestos de amizade e consideração, contando de certo com a vontade, que tenho de me empregar no serviço de V. Ex. e Senhores.

Aproveito a occasião de reiteirar a V. Ex. a minha obediencia e respeito a Sua Magestade Imperial, e em Seu Augusto Nome rogar a V. Ex. a entrevista que me propõe, e eu desejo, a bem desta Provincia, desempenho dos meus deveres e alta consideração ás ordens de Sua Magestade Imperial, sendo em terra, segundo o meu estado de abatimento physico, que ha dias soffro, receiando grande mal no menor embarque, o que me queira esforçar. Deus Guarde V. Ex. Cidade do Recife 1.^o de Abril de 1824. Illm. Exm. Sr. John Taylor, Commandante da Divisão Nacional, surta n'este Porto. *José de Barros Falcão de Lacerda*.

N'esse mesmo dia retrucou o commandante Taylor dizendo: «Illm. e Exm. Sr. Acreditando as escusas que V. Ex. me dá na carta que me dirigio, fiquei convencido do impedimento physico, que lhe assiste para vir a meu bordo, e como a nossa conferencia se limitava a objectos do serviço Nacional e Imperial, que aliás devem ser tratados com publicidade e franqueza, nenhuma duvida tenho de lh'as communicar no presente Officio».

Pelos exemplares da Proclamação que vão inclusos conhecerá V. Ex. as disposições do Nosso Augusto Imperador, e a importante commissão de que sou encarregado, em auxilio da qual reclamo de V. Ex. a sua cooperação; apresentando já e já ás forças do seu commando os referidos exemplares,

os quaes espalhará entre ellas; e cuidará desde logo em proteger com a maior efficacia o prompto restabelecimento do Illm. e Exm. Sr. Francisco Paes Barreto no lugar de Presidente do Governo dessa Provincia.

«Excuso empregar expressões ordinarias para estimular em V. Ex. o cumprimento de seus deveres, porque me persuado que em toda a sua conducta justificará sempre a confiança que Sua Magestade o Imperador pôz na pessoa de V. Ex. quando o escolheu para Governador das Armas dessa Provincia. Deus G. a V. E. Bordo da Fragata *Nitherohy*, surta no Lameirão, em 1º de Abril de 1824.

A proclamação enviada era concebida nos seguintes termos: Habitantes de Pernambuco. Os horrores da Guerra Civil, que estão eminentes sobre vós, chegaram ao conhecimento do nosso Augusto Imperador, e Perpetuo Defensor e nesta qualidade Elle se apressou a enviar-me com alguma força Maritima, e me autorizou para declarar-vos em seu Augusto Nome, que occupando-se unicamente da tranquillidade e prosperidade de seus subditos, é indispensavel que as Autoridades constituídas, cuja Nomeação compete ás suas Atribuições, devem ser recebidas, e collocadas no seu effectivo exercicio logo que se apresentem com seus legitimos titulos; ficando comtudo salvo aos subditos o direito de petição, ao qual sempre Attenderá uma vez que seja dirigido pelos principios de justiça e da razão; pois que o contrario desta marcha, não pode deixar de acarretar a anarchia, e a Guerra Civil, o maior de todos os males, que se conhecem na ordem social.

E' por isso, Briosos e Fieis Pernambucanos, que eu não reconheço e nem reconhecerei n'esta Provincia outro Presidente, que não seja o Illm. Exm. Sr. Francisco de Paes Barreto, Nomeado por Sua Magestade o Imperador, a cuja presença não chegaram até agora essas reclamações; que os papeis publicos inculcam ter-lhe sido dirigidos, inculca talvez calculada com o fim de vos illudir e enganar. Entrai pois no conhecimento dos nossos deveres, e utilisai as forças, que estão á minha disposição para o fim de proteger a nossa industria e commercio, e então entoaremos todos o hymno universal: Viva a Religião, Viva o Imperador Constitucional e Viva a Grande Familia Brasileira.

Bordo da Fragata *Nitherohy* 1º de Abril de 1824. *João Taylor* Commandante da Divisão n. 1».

Em seguida a este e em resposta ao do commandante das armas dirigio o commandante Taylor o seguinte officio: «Illm. Exm. Snr. Accuso a recepção de V. Ex. datado de hontem que muito me satisfez por haver notado em todo o seu contendo verdadeiros sentimentos de um militar honrado e bravo, qualidades que de certo esperei encontrar no pensar de V. Ex. e que farei presentes a Sua Magestade Imperial, logo que se ultime a importante Commissão em que ambos estamos interessados.

«Como não conheço particularmente o estado politico do Paiz e o officio de V. Ex.ª afiançando-me os sentimentos do brioso Povo Pernambucano, não indica especificadamente as causas que embaraçam a desenvolução de taes sentimentos, e querendo ao mesmo tempo accelerar quanto for possivel o restabelecimento da Ordem Publica, sem que seja obrigado a empregar medidas hostis, que de certo serão dolorosas ao Coração de Nosso Augusto Imperador; resolvo enviar á presença de V. Ex.ª o Illm. Snr. Capitão de Fragata Luis Barroso Pereira, Official de particular confiança de sua Magestade Imperial e da minha, o qual apresentará por copia alguns artigos das instruções, que me foram dadas, deixando de enviar os officios, que recebi, por que estes só os poderei entregar ao Governo legitimo.

«A' vista do artigo, e do mais, que lhe fôr communicado pelo referido Official, averá V. E.^a habilitado para empregar, todos, e quaesquer meios, que forem conducentes a completar as intenções de Sua Magestade Imperial, fazendo em tudo revelantes serviços ao mesmo Augusto Senhor, e cuja Presença levarei sem perda de tempo a noticia dos gloriosos feitos a V. Ex.^a Deus G^{do} a pessoa de V. Ex.^a Bordo da Fragata *Nictherohy*, 2 de Abril de 1824. Ilmo Ex.^o Snr. José de Barros Falcão Lacerda *João Taylor*, Commandante da Divisão».

Em vista das disposições do Commandante das Armas no dia seguinte fez desembarcar e apresentar aquelle commando os soldados que á bordo de Divisão vieram de passagem para a Provincia. Tendo requisitado directamente aguada á Intendencia de Marinha, occupada interinamente por pessoa de Carvalho, lhe foi negada; officiou então ao commandante das armas nos seguintes termos :

Ilmo. Snr. — Remettendo a V. Ex.^a a copia inclusa da resposta do interino Intendente da Marinha desta Provincia, julgo desnecessario accusar, qual seja a minha estranheza e desgosto, visto ter eu até o presente dado provas de toda a prudencia, e demonstrado os desejos de conciliar tudo amavelmente.

«V. Ex.^a conhece, que eu não me posso entender com o Senhor Carvalho, e em uma carta particular a elle mesmo o fiz assim entender, portanto tomo o accôrdo de dirigir a V. Ex.^a as minhas requisições, para serem satisfeitas, conforme V. Ex.^a me fez hontem saber, seria bastante; se porém o intruso Presidente se oppozer, o que não espero, eu me verei constrangido a tomar as necessarias medidas, coherentes com a dignidade da minha Comissão, e com o Decoro devido ás Imperiaes determinações, não tendo então esta Provincia a queixar-se, senão de si mesma, no caso de funesto resultado.

«Deus Guarde a V. Ex.^a muitos annos. Bordo da Fragata *Nictheroy* surta no Lameirão de Pernambuco, 3 de Abril de 1824. Ilmo Snr. José de Barros Falcão de Lacerda. *João Taylor*, Commandante de Divisão.

Para demonstrar a Falcão de Lacerda o seu modo de proceder, enviou-lhe o commandante Taylor copia de sua correspondencia com Francisco Paes Barreto depois de saber onde o mesmo se encontrava, á vista da qual poderia elle avaliar dos seus intuitos, fazendo-lhe novo apello ao patriotismo afim de cooperar para um feliz resultado.

Esta correspondencia era a seguinte : «Ilmo Ex.^a Snr. Tendo sido embaçado na posse da Presidencia da Provincia de Pernambuco que Sua Magestade Imperial e Constitucional me havia conferido, pelo intruzo Presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade, tendo uma parte da Provincia, a despeito de uma facção desorganizadora, que se oppunha ao cumprimento das Imperiaes Determinações, me reconhecido; julguei do meu dever afim de evitar qualquer choque, retirar-me para este local onde me acho com uma parte da Tropa da Provincia, que me ha reconhecido, á espera da chegada de V. Ex.^a para segundo as ordens, que recebesse de Sua Magestade Imperial e Constitucional, poder-se resolver n'este importante caso.

A vista pois, espero que V. Ex.^a me certifique da sua chegada, afim de enviar uma pessoa de confiança a tratar com V. Ex.^a do que for mister. Deus Guarde a V. Ex.^a muitos annos.

«Engenho do Junco, na raia das Provincias de Pernambuco e Alagoas, 2 de Abril de 1824. Ilmo Ex.^o Snr. Commandante General da Esquadra Imperial dirigida a Pernambuco, *Francisco Paes Barreto*, Presidente nomeado.

Ill^m Ex^o Snr. Acuso a recepção do Officio de V. Ex^a. datado de hoje e respondendo e elle principiarei por certificar a V. E. que fundeei no dia 31 do passado; cuidei de abrir a minha correspondencia com V. Ex^a.. mas não pude conseguir a certeza do lugar em que actualmente se achava.

Agora porém que a tenho pela carta recebida, vou assegurar a V. Ex^a. que tenho adiantado com alguma esperança de successo o restabelecimento da tranquillidade publica desta Provincia, salvando o Decoro e Respeito devido ás Augustas Ordens de Sua Magestade Imperial; e como para taes arranjos seja indispensavel a presença de V. Ex^a., rogo-lhe que apenas fôr entregue a presente, se dirija a bordo desta Fragata, onde terei a honra de esperar se fôr possivel segunda feira proxima 5 do corrente, para o que envio esta por um Official de conlhança afim de que não haja desencaminhada.

«No entanto seja-me licito dizer a V. Ex^a o meu parecer, que V. Ex^a deve já e já fazer retirar de sua companhia esses Corpos Militares que o acompanham, ensinuando os Milicianos que se recolham aos seus districtos, e aos de linha aos quartéis, podendo assegurar a uns e outros que não serão inquietados por causa do passo que deram e que tenham a confiança, de que a Esquadra do meu commando é quanto basta para ter em respeito aos Povos da Provincia, a quem aliás será muito desagradavel nas actuaes circumstancias, e no estado em que tenho os arranjos, que elles se concluam, sem aparato militar, que nunca deixa de ser offensivo aos principios liberaes.

«Coherente com este modo de pensar tenho a honra de remetter a V. Ex^a, por mão do mesmo official tres exemplares da falla que julgo fazer constar aos soldados de um e outro partido.

Approveito esta occasião para assegurar a V. Ex^a, os meus respeitos. Deus Guarde a V. Ex^a muitos annos. Bordo da Fragata *Nichterohy*, no Lameirão de Pernambuco, 2 de Abril de 1824. Ill^m Ex^o Snr. Francisco Paes Barreto—*João Taylor*, Capitão de Mar e Guerra, Commandante de Divisão».

«A este officio acompanhava a falla a que se referia o commandante Taylor, assim concebida:

«Soldados! o respeito que professaes ás Ordens do Nosso Augusto Imperador, de certo vos induzio a seguir o Presidente da Provincia nomeado por Sua Magestade Imperial, mas este passo que aliás é digno de louvor attendendo-se ao principio que o ditou não deixa de ter o caracter de hostile nas actuaes circumstancias em que se acha a Provincia.

Cuidai por tanto de recolher-vos quanto antes aos vossos Districtos ou Quartéis com a certeza de não serdes inquietados, e confiai que a presença das forças navaes, que tenho á minha disposição, será bastante para restituir a ordem e pôr em harmonia a grande Familia Brasileira. Bordo da Fragata *Nichterohy*, 2 de Abril de 1824. *João Taylor*, Capitão de Mar e Guerra, Commandante da Divisão. Está conforme—*João Pinto Drumond* Escrivão da Fragata.

No dia 5 de abril recebeo o commandante Taylor o seguinte officio de Lacerda, que seja dito, tinha sido eleito governador das Armas, na mesma occasião que para governador fôra eleito Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 1^o de dezembro de 1823, quando se dimittira o morgado do Cabo Francisco Paes Barreto, por ter perdido, no seu dizer, a opinião publica e por consequencia a força moral.

«Tendo eu de accôrdo com o Ill.^o Senhor Capitão de Mar e Guerra Barroso Delegado de V. Ex.^a, assentado, que para decisão dos negocios Politicos desta Provincia e prompta execução das Imperiaes Ordens de Sua Magestade Imperial e Constitucional se fazia indispensavel formar-se um grande Conselho formado das Camaras e principaes pessoas de todas as classes para ditas decisões, o que foi marcado o dia 7 do corrente, na casa do Governo da Provincia e que dera absoluta necessidade a assistencia de V. Ex.^a, ou de um seu Delegado, por algum motivo de impedimento de V. Ex.^a, por cujo motivo se acham feitas as participações, e aprazado o dia e ás 10 horas da manhã como fica dito; e como não tinha eu resposta de V. Ex.^a, como tinha contractado com o dito Snr. Barroso, vou rogar a V. Ex.^a, me queira participar de sua vontade, para que eu possa saber deliberar-me, afiançando a V. Ex.^a, a boa fé e segurança deste Conselho, o qual se espera para remedio dos males que soffremos, e nos ameaçam.

Aproveito a occasião para certificar a V. Ex.^a que já foram dadas as ordens ao Intendente para aguada, requisitada por V. Ex.^a, para as Embarcações de Guerra, surtas no Lameirão, como V. Ex.^a, o havia pedido, Deus Guarde a V. Ex.^a, Quartel da Secretaria Militar de Guerra de Pernambuco 5 de Abril de 1824. *José Barros Falcão de Lacerda* Governador das Armas.

Este officio teve por parte de Taylor, a seguinte resposta:

«Illm. Ex. Sr. Com todo o prazer acuso a V. Ex. a recepção do officio, que em data de hontem tive a honra de receber; e muito me lisongei a maneira com que V. Ex. se produz, pois dá bem a demonstrar as boas disposições, a boa fé com que V. Ex. me trata e o interesse que lhe devem as Augustas Determinações e Imperiaes Ordens de Sua Magestade Imperial, o que muito preso, pois disto resultará sem duvida a felicidade da Provincia, e Gloria de V. Ex.

«Não duvidei nunca da generosidade e honra dos Brisos Pernambucanos e por isso não teria a menor duvida de saltar em terra, mesmo independente da garantia que V. Ex. me dá; mas a delicadeza de minha parte o mesmo por ter affazeres, além de incommodos physicos na minha saude, é que tem obstado a ter a honra de ir visitar a Gloriosa Cidade.

«Neste conceito, se fôr possivel terei o prazer de ir assistir ao Conselho que no dia 7 do corrente se deve reunir, e como não tenho a felicidade de manejar a lingua Brasileira levarei na minha companhia o Capitão de Fragata Barrozo e caso não se verifique a minha ida por algum motivo, mandarei como meu Delegado o mesmo Capitão de Fragata Barroso, que estando bem ao facto das minhas tenções, e sendo da minha confiança preencherá bem o fim proposto como honrado e fiel Brasileiro.

«Muito será para desejar que os nossos votos, a felicidade, e tranquillidade da Provincia e o Decoro de Sua Magestade Imperial se combinem nesse premeditado Conselho, e que tudo se possa ultimar em satisfactorios e gloriosos Vivas ao Nosso Augusto Imperador.

«Taes são os meus sentimentos que rogo a V. Ex. queira acreditar, fazendo justiça ao quanto eu ambiciono á prosperidade dos Pernambucanos como Official honrado inteiramente dedicado a Gloria e Felicidade do Imperio Brasileiro. Deus Guarde V. Ex.

«Bordo da Fragata *Nitherohy*, 5 de Abril de 1824. Illm. Ex. Snr. José de Barros Falcão de Lacerda, Governador das Armas — *João Taylor*.

No dia 7, reunio-se o conselho convocado pelo presidente em exercicio Manoel de Carvalho Paes de Andrade, na sala do Governo da Provincia, comparecendo a ella as camaras da Provincia, á excepção das do Cabo e Serinhaem, corporações civis, militares e ecclesiasticas e homens bons da Capital em numero de 319 pessoas.

Como era de esperar ficou resolvido que não fosse acceito o presidenie nomeado e que fosse enviada uma commissão ao Imperador pedindo a confirmação do actual Presidente por merecer a confiança publica.

O capitão de Fragata Barroso Pereira, encarregado pelo Commandante Taylor de assistir, como seu delegado á reuuião do Conselho, assim communicou a seu chefe o resultado delle: Illm. Snr. Enviado a terra por V. S. para assistir ao Conselho e que se procedeu, e o que V. S. accedeu, afim de provar a sua moderação, e demonstrar aos Pernambucanos que no Augusto Coração de Sua Magestade o Imperador arde a gloria de fazer a felicidade de Seus Subditos, e comprazer a seus votos, quando estes não ferem o Melindre e Decoro do Chefe da Nação, ou atacam as Attribuições que lhe são privativas e annexas; bem que tenue e lisongeira esperança me assistia de ver conciliar a materia em divergencia a poder ter o prazer de apresentar a V. S. um resultado agradavel satisfactorio e feliz para a Nação Brasileira.

«Triste equivocação! Apresentando a V. S. a Acta do Conselho, e o Officio que a acompanha, pode bem V. S. avaliar o meu desgosto e magua por ver assim malogradas as nossas esperanças, os esforços de V. S. pelo socego e a tranquillidade da Provincia, e os Imperiaes Desejos do Nosso Augusto Imperador frustrados atraçoadamente.

«Bastante fôra tal apresentação, mas cumpre pôr a V. S. de intelligencia acerca do que presenciei no referido Conselho composto talvez de mais de cento e oitenta pessoas de todas as classes representativas da Provincia menos a Magistratura e Camaras do Cabo e de Serinhaem além das Camaras do interior que nunca costumam comparecer.

«Não posso dizer senão bem, quanto ao tratamento que recebi, e das considerações que me prestou o Governador das Armas; com tudo, que vale isto se tive o dissabor de ver naufragar minha Commissão.

Prehenchidas as disposições e eliquetas do estylo entrou-se em materia, começando-se pela leitura da correspondencia de V. S. com o Governador das Armas, e logo por certas observações e reflexões, conclui e agourei que o Conselho se produziria com violencia e affecto de toda a paixão: fui então instaado para patentear o objecto de minha Commissão: produzi com energia e devida dignidade as Augustas Instrucções recebidas por V. S. não tocando por então no segundo ponto, para primeiro descobrir a disposição do Conselho.

Pedio a palavra um dos individuos que se achava na sala, e encrepado-me de me ter produzido com entusiasmo acerca das Imperiaes Ordens, violentamente quiz lançar por terra a justiça e a autoridade das mesmas Ordens, atacando asperamente o Ministerio e até as Providencias de S. Magestade o Imperador sobre a dissolução da Assembléa; consta-me que este individuo é o Tenente por nome Mendanha, um dos foragidos do Rio por ter intervindo nas commoções revolucionarias nas gallerias do Salão.

«Bem que eu ali não fôra chamado para discutir, levantei-me para não deixar passar impunemente tal discurso, maiormente vendo-o apoiado por muitos individuos. Fallei com o entusiasmo e vehemencia de um fiel e honrado Brasileiro, sempre todavia sem offender os Pernambucanos: não deixaram de attender á razão e depois de muitos apoiados romperam os vivas a Sua Magestade Imperial e Constitucional, tanto póde a boa Causa; mas que vale isto se lhe desobedecem obstinadamente.

«Seguiu-se a votação: todos unanimes opinaram para que jámais por motivo algum se recebesse o Presidente nomeado, reportando-se ao que sobre isto se achava exposto nas actas passadas; outrosim que ficasse o actual até que Sua Magestade Imperial desse as Providencias para cujo fim se lhe enviasse uma Deputação; tres ou quatro votos opinaram para que se rogasse a Sua Magestade Imperial sancionasse o actual Presidente com exclusão de qualquer outro, por ser o unico que convinha á Provincia, e tinha geral opinião.

«Foram os fundamentos dos votos geraes, e que se acha publico pela imprensa, o ter V. S. dito na Proclamação que todavia não tinham chegado á presença de Sua Magestade Imperial as reclamações da Provincia e finalmente o ter Sua Magestade o Imperador feito publico em um Manifesto que os Governos que se não dirigem pela opinião publica são o flagello da humanidade, etc., etc.

«No progresso da votação todos se produziram com paixão e vehemencia a favor de Carvalho e alguns offereceram por elle seu sangue o que foi sempre apoiado por aclamação e dando repetidos vivas a Carvalho: foi nestes momentos de exaltação que dos lados da sala romperam os gritos que com exclusão de outro qualquer se devia conservar o actual Presidente, não concedendo a Sua Magestade Imperial mais que a sanção, o que obteve repetidos apoiados e novos vivas a Carvalho; desde logo vi que o Conselho não podia decidir cousa favoravel para tão boa Causa, e julguei acertado nada mais propôr para não expôr a baldões as Augustas Determinações sendo certo que chegando as cousas a tal ponto só á força e severidade decidem.

«Assentando o Conselho que a materia estava assaz discutida e illuminada procedeu-se á final votação, e unanimemente, e por aclamação opinaram pelo que vai exposto na acta, estando já o Conselho summamente exaltado e levado de toda paixão: direi tudo quanto refiro as ultimas circumstancias: — Morremos todos com prazer — Arraze-se Pernambuco: Arda a guerra; mas conservemos o nosso Presidente a todo o transe. Conservemos a dignidade da Soberania dos Povos o que foi coberto com vivas e altos gritos de entusiasmo.

«Não é possivel apezar de sido extenso tudo narrar; mas julgo ter dado materia para V. S. deduzir as reflexões precisas, como não será difficil ao talento e prespicacia de V. S. Deus Guarde a V. S. por muitos annos. Bordo da fragata *Nictherohy*, surta no Lameirão de Pernambuco, 7 de Abril de 1824. Illm. Snr. João Taylor, *Luiz Barroso Pereira*, Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial.»

O commandante Taylor em vista do resultado do Conselho e conhecedor do que estava assentado entre os partidarios de Carvalho, pois anteriormente havia mandado este com emissarios seus ás provincias do norte na escuna de guerra *Zeferina* e directamente ao Pará a escuna de guerra *Camarão*, a 8 de Abril declarou bloqueados o porto do Recife e os adjacentes: permittio apenas que delle sahisses durante oito dias, as embarcações que se achavam em operações de carga.

Para reforçar o bloqueio foram empregados os brigues *Cacique*, *Guarany* e escuna *Leopoldina*.

Em resposta á communicação feita ao commandante das Armas, Barros Falcão, obteve o commandante Taylor o seguinte: «Illm. e Exm. Snr. Accuso a recepção do officio de V. Exa. datado de 8 do corrente mez, em que me communica ter declarado bloqueio ao Porto desta Provincia em razão de ter alienado o Conselho convocado no dia 7 dos verdadeiros principios de

Justiça, desobedecendo a Sua Magestade Imperial e Constitucional, em não dar posse a Francisco Paes Barreto; ao que francamente respondo a V. Ex. que o Conselho na crise actual em que se acha a Provincia não podia proceder de outra maneira sem submettel-a a uma Guerra Civil a mais horrorosa (o que não pôde ser de Aggrado e Intenções de S. Magestade), pela indisposição geral, que existe contra Paes Barreto, desde muito antes de minha chegada da Provincia da Bahia a esta, o que tudo tenho, e pretendo levar ao conhecimento do Imperio.

«Afição porém a V. Ex. que nem o Conselho, nem o Povo Pernambucano quer roubar as attribuições de Sua Magestade Imperial e Constitucional, antes tem professado, professa, e professará sempre, guardar o devido decoro e obediencia ao Augusto Chefe da Nação Brasileira, como em todas as épocas o tem manifestado com preferencia a outra qualquer Provincia, e é bem patente ao mundo inteiro, e o pôde affirmar o Capitão de Fragata Barroso, delegado que foi por V. Ex. para presenciar a opinião do referido Conselho, que continuamente fazia retumbar vivas ao mesmo Imperial Senhor; e se porventura houvesse quem n'elle se lembrasse de faltar ao respeito e obediencia ao nosso Magnanimo Defensor, encontra em mim, na minha Officialidade e no bom Povo Pernambucano o merecido castigo: mas felizmente todos conheceram seus deveres e são honrados, curando só de petição, que é sempre franqueada.

«Vejo com dôr de meu coração a maneira hostil e injusta, com que V. Ex. deve de tratar-nos; mas estou convencido, que breve o grande monarcha adoçará a nossa triste sorte, e nossos males, entrando na intelligencia da verdade, e da justiça de nossa causa, que só a mais vil, e atrevida calunnia e o desejo de vingança, em que labora certa gente por nós bem conhecida, a pôde ter desenhado com tão negras côres.

«Aproveito a occasião para reiteirar a V. Ex. os meus votos de estima e consideração para com a Pessoa de V. Ex. Deus Guarde a V. Ex. Quartel do Governo das Armas de Pernambuco, 9 de Abril de 1824. Illm. e Ex. Snr. John Taylor, Commandante da Divisão Naval surta n'este Porto, *José de Barros. Falcão de Lucena*, Coronel e Governador das Armas desta Provincia».

A comissão mandada ao Rio de Janeiro afim de se entender com o Imperador nada conseguira em favor de Carvalho. Nomeou o Imperante a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, como presidente de conciliação, acto este que em nada melhorou a situação.

O governador das Armas que havia suspenso suas communicações com o commandante Taylor, deitou por fim a seus soldados a seguinte proclamação:

«Briosos Soldados Pernambucanos! O Genio da discórdia, um Fado adverso, e inexoravel que persegue a nossa cara Patria, ainda não está satisfeito com os males que tem sobre ella derramado, e parece que sómente, ficarão completos os seus desejos com a nossa total ruina. João Taylor, Commandante da Fragata *Nitherohy* estacionada n'este Porto, depois de ter mantido comigo a mais franca e estreita correspondencia official afim de saber o estado desta Provincia, e communicar a Sua Magestade Imperial e Constitucional as circumstancias em que ella se achava, pois affirmava não ter o mesmo Augusto Senhor até a sua partida recebido nenhuns officios do actual Presidente, ousa agora com todo o despejo e incivildade dirigir-vos uma Proclamação convidando-vos á insubordinação, e rebeldia contra mim, e as demais Autoridades Constituidas, e dizendo que eu ou por fraco e cobarde obedeço a um Governo que o Imperador não reconhece ou rebelde não quero obedecer ás suas ordens.

«Camaradas! E quem se atreveu a fazer-me esta accusação? João Taylor. E quem é este João Taylor, esse novo Nelson? Um ridiculo official da Marinha Britannica, que abandonou as Bandeiras de sua Nação, que sendo 1º Tenente passou alugado ou talvez comprado pelo posto de Capitão de Fragata para a Marinha Brasileira e que em 1817 foi dignissimo Colega de Rodrigo Ferreira Lobo, cujo facto basta por si só para tornar odioso não só ao Brasil; porém a todas as Nações do Mundo.

«E é tanta a audacia de um homem tão corrompido, perverso, e sem caracter que se atreve a intitular Brasileiro adoptivo?

«Desgraçado o Brazil se naturalizasse taes monstros.

«Bravos Soldados! Vós conheceis, que tendo me alistado em o numero dos defensores da Patria desde a minha infancia, não desamparei as suas Bandeiras, nem vendi os seus interesses e ainda ha pouco me vistes nos campos do Pirajá marchar valoroso á vossa frente tendo eu então a honra de commandar-vos.

«Vós sabeis que no Grande Conselho de 13 de Dezembro proximo passado no qual o Presidente eleito Francisco Paes Barreto se dimittio declarando que o fazia por ter perdido a opinião publica, e por consequencia a força moral, fomos eleitos por quasi todos os votos eu Governador das Armas da Provincia, e o Exm. Manoel de Carvalho Paes de Andrade para Presidente da Provincia. As Camaras, os Eleitores Parochiaes têm por duas vezes solememente approvado esta eleição, e têm implorado a Sua Magestade Imperial e Constitucional a sua confirmação, ainda se espera (?)»

«Depois da chegada de João Taylor, e depois de varias cartas que elle me dirigio se assentou convocar um novo Conselho, a qual inteiramente resolvesse segundo a opinião dos Povos quem deveria ter o leme da Provincia, e se decidio por unanimidade quem devia ser o actual Presidente: João Taylor foi convidado, prometeu esperar a sua decisão e não obstante sabel-a pelo seu Representante no Conselho, não obstante a palavra dada declarou este Porto em bloqueio no mesmo dia. Perfido! E como a vista do exposto poderei eu ser taxado de rebelde quando obedeço as Autoridades constituídas pela vontade dos Povos, como segura ancora da sua salvação? Porventura a conducta de João Taylor foi semelhante á minha, quando abandonou a sua Patria quando desamparou as Bandeiras de sua Nação, quando sacrificou a honra militar ao pequeno posto do Capitão de Fragata? E atreve-se este desertor a macular a minha reputação até aqui ilesta?

«Eu, como Governador das Armas, não devo senão defender a conservação das Autoridades constituídas, e a segurança publica: pois não é de attribuição militar o entrometer-se em negocios publicos, e cuja intervenção sómente tem trazida males á humanidade, como ainda ha pouco aconteceu na Hespanha, e Portugal; e o Mexico para os evitar se vio obrigado a dar baixa a todos os militares.

«Camaradas! Este Commandante tem seguido a marcha que seguiu o eleito Presidente Francisco Paes Barreto: Este homem não podendo afastar-me do meu dever, me participou, que se dirigia aos Commandantes dos Corpos, e assim o fez, officinando ao bravo Commandante da Artilharia: João Taylor tendo tido comigo a mesma sorte, agora se dirige a nós, Sedutor! E é de honra militar, é por acaso do dever de homem de bem convidar os Povos á desobediencia, e rebeldia? Porém isso não vos deve admirar quem commetteu um dos maiores crimes, a deserção de suas Bandeiras, é capaz de todas as acções vis e infames.

(-) Pagava Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o seu pouco esforço quando Intendente de Marinha no Recife para abastecimento e preparo da esquadra que sob as ordens de Rodrigo Delamare havia sido mandada á Bahia a compellir o general Madeira a embarcar-se para Portugal, que por suas idéas republicanas não era afeiçoado a D. Pedro.

«Bravos Soldados! Um estrangeiro que foi traidor a sua Patria que sacrificou voluntariamente o brilo, a honra militar ao seu sordido, e vil interesse, não deve merecer a vossa confiança um triste mercenário, que não tem em vista sinão a sua propria felicidade, é indigno de que um Povo livre lhe confie a direcção de seus Vasos de Guerra.

«Vos tendes um exemplo bem recente nos traidores José Thomaz, Boiçon e o Engenheiro Conrado. Está conhecido o character infiel de João Taylor, está conhecida a desafeição que nos tem, e portanto é preciso estar alerta contra seus embustes e seducções. Este é o meio de que se servem os traidores, e os cobardes, pois não tem de sua parte a razão e a força.

«Camaradas! Vós sabeis muito bem que a subordinação ás Autoridades é o primeiro dever dos Soldados, vós sabeis muito bem quão horroroso crime é a sua falta. Sede pois obedientes ás Autoridades e não vos illudaes com seducções e enganos. Vós me conheceis bem, vos conheceis bem o Ex. Presidente da Provincia, e vós sabeis que não queremos outra cousa senão Independencia do Brasil, Imperador Constitucional, Constituição que assegure a liberdade e felicidade dos Povos do Brasil.

Quartel do Governo das Armas de Pernambuco, 12 de Maio de 1824
José de Barros Falcão de Lacerda, Governador das Armas da Provincia.

Tendo o governo imperial approved todas as medidas postas em pratica pelo commandante Taylor, tanto mais que o espirito revolucionário cada vez mais se alastrava, ainda uma vez apellou elle para Barros Falcão afim de auxiliá-lo no pacificamento de Pernambuco. O Rio Grande do Norte ja se havia declarado em revolta.

Portugal que ainda conservava veleidades de submeter de novo o Brasil ao seu jugo, pretendia enviar uma expedição. Seus agentes, por todos os meios provocavam revoltas, intrigas e divisões nos partidos, para enfraquecer a unidade em formação. Ao ter conhecimento D. Pedro destas tramas e de que se preparava em Portugal, ordenou por portaria de 11 de junho, que toda a esquadra se recolhesse ao porto do Rio de Janeiro e que todas as provincias procurassem defender-se com seus proprios recursos até que o governo central as podesse soccorrer.

Devido a esse facto foi levantado o bloqueio de Pernambuco.

Servio no entretanto essa ordem para mais exacerbar os animos contra d. Pedro accusado de proteger as pretensões dos portuguezes, deixando indefezas as provincias do norte.

O commandante Taylor, superior ás offensas ditas em publico por Barros Falcão retrucou-lhe do seguinte modo: «Ill. Ex. Snr. Instado pelo amor da causa do Brasil que eu tenho adoptado por Patria, não posso deixar de dirigir-lhe estas letras para significar-lhe qual tem sido a minha dôr e proporcionalmente a ella minha admiração e pasmo ao ver que o capricho de um só homem tenha sido a causa de sacrificar-se hum sem numero de Brasileiros, e correr seu sangue da maneira a mais terrível e horrorosa. Quando eu pensava e os recentes successos da Parahiba do dia 24 do passado, e os que tem seguido seriam sufficientes para fazerem entrar em seus deveres, e conhecerem o erro aquelles que levados de falsas persuasões julgavam ao capricho a opinião geral, e d'esta maneira vingando-se do Author de tantos males; cessa-se a guerra civil; pelo contrario consta-me que de novo atacaram a Barra Grande havendo grande mortandade; e ficando o campo junctionado de innumeraveis cadaveres em destruição total do Exercito de que V.x^{ta} he Chefe. A vista disto, que espera mais Snr. José de Barros: Não poderia V. Ex.^{ta}. nas mãos de quem está a força ter remediado esses males, e posto termo a anarchia, e guerra civil, a destruição dos Brasileiros?

«E não he V. Ex.^a responsavel por tanto damno ao *Imperador*, a *Nação Brasileira*, e ao *Mundo*? Ah! que cegueira, permitta-me dizer-lhe, he essa tão grande que tem feito despenhar n'hum pelago de ruínas e miserias huã das mais bellas Provincias do Imperio.

«Não he bastante ainda tudo isto para o obrigarem a depôr as armas e fazer abraçarem-se mutuamente Pais, Irmãos e Parentes, que ora vivem frangendo-se huns aos outros?

«Que espirito de liberdade he este, e quaes os seus principios que he preciso serem introduzidos á força d'armas? Que conducta emfim a de V. Ex.^a, presentemente que se contrasta perfeitamente com todos anteriores passos de sua vida? Emfim Snr. José de Barros, si eu não me recordasse de que todos os seus passos sempre tenderam a prosperar o Brasil, não me animaria a expôr-lhe minhas cordiaes e francas expressões e persuadido de que tudo quanto tem havido de reprehensivel na sua conducta tem sido somente filho da contemplação ou do engano, ultimamente lhe digo que ainda he tempo de poupar sangue, que merece toda execração esse monstro; que tem sido causa de tantos males, e com quem V. Ex.^a até agora não sei porque motivo tem feito causa commun. Espero que V. Ex.^a a vista de tudo quanto tem succedido queira ser o mesmo que restitua a tranquillidade aos habitantes de Pernambuco, e que facilmente se consegue com apprehensão dos Authores de tantas desgraças, entregando ao rigor da Lei, para perante ella se justificarem. Deos Guarde a V. Ex.^a muitos annos. Bordo da Fragata Nitheroy 20 de Junho de 1824. Illmo Exmo Snr. José de Barros Falcão Governador d'Armas da Provincia de Pernambuco *João Taylor*.

«P. S. Nesta mesma occasião levo ao conhecimento de S. M. I. e C. a narração destes successos, e da conducta de V. Ex.^a.

Sempre no proposito de conseguir a pacificação sem o emprego da força, obrou o chefe João Taylor. O officio que se segue, dirigido a Lord Cochrane no Rio de Janeiro é prova desse sentimento.

«Illm. Ex. Snr. A ultima vez que tive de officiar a V. Ex.^a foi pela Fragata Franceza *Le Magicien*, na qual tão bem foi o Snr. José Paulino d'Almeida e Albuquerque, o qual foi portador dos officios que remetti a V. Ex.^a.

«Recebi os officios de V. Ex. datados de 25 de Abril, e os officios da Secretaria d'Estado para os Presidentes de Pernambuco, e Parahiba, pelo brigue *Cassique* que aqui chegou no dia 29 do corrente, cujos officios tenho-os feito entregar immediatamente por um official.

«E muito me alegrou quando li n'hum parte do seu officio que o Nosso Magnanimo Imperador linha sabiam^{te} escolhido para Presid^{ente} o Snr. José Carlos Mairink da Silva Ferrão, hum homem de tantos talentos e estimação individual de todos seos concidadãos, e que professa huã tão extensiva sabedoria da Geographica situação e Politica desta bella e desgraçada Provincia. E eu não podia deixar de anticipar a bondade e sabedoria provadas n'esta escolha, que soube com muita alegria e quando mandei os Imperiaes Decretos a terra salvei com 21 tiros.

Remetto a V. Ex. a inclusa Correspondencia official que tem tido lugar a respeito da posse de José Carlos, pedindo á V. Ex. licença, para offerecer minhas ideas, por que, creio, não tem tido execução o sagrado Decreto de Sua Magestade Imperial de 24 de Abril do corr^{te} anno.

Carvalho protesta (em conjunção com seu Secretario o mulato Saldanha) que está determinado a formar nas Prov^{incias} do Norte do Brasil, huã republica. Elle protesta com todos os seus officiaes a José Carlos que está prompto a entregar o Governo: porém he hum facto notorio

que em sua casa depois da chegada desta noticia, reúnem-se seus principaes partidistas, (cujos nomes são os da inclusa relação) a deliberarem sobre os meios de pôr em pratica o plano de semear a confusão e anarchia no povo, e para perverter os que querem executar as Imp. Ordens. Todosos Cidadãos probos e os Proprietarios das Provincias conhecem suas boas intenções e interesse de Pernambuco para se sujeitarem a influencia da Sabedoria do Nosso Amado Imperador e da sabia Constituição que temos jurado, mas desgrazadamente Carvalho tem muita influencia nas baixas classes, que elle tem comprado para seus interesses, além disso o General das Armas, não possui sufficiencia bastante e intellectual discernimento, nem moral influencia para governar as tropas que estão entregues ao seu cuidado. Demais elle dizia a seus officiaes e soldados misturarem-se n'estas desordens, apartando cada vez mais, de dia em dia, do caminho da disciplina, semeando a diabolica planta de idéas revolucionarias.

«O máo tempo continua e tem descido do interior para o Recife alguns mantimentos, porém a farinha que tem vindo he em mui pequena quantidade.

«O proprio presidente nomeado tem sido em varias noites ameaçado por partidarios de Carvalho de perder a vida se tomar posse da Presidencia, e elle tem já confessado em suas cartas a Carvalho.

«Por estas razões sou obrigado a expressar a V. Ex. a grande necessidade que ha de tomar medidas decisivas e de mandar immediatamente tropas quanto antes devendo estas depois de acabar isto, demorar-se o tempo sufficime, para que se não tornem a revoltar os espiritos inquietos.

«As ultimas noticias que tenho tido de Parahyba he de que está por agora em quietação, apesar de que para esta Provincia, como para todas as outras, Carvalho tem mandado emissarios para que secretamente fomentem no povo a revolução. Alagoas continua a estar em estado de fermentação como Vossa Ex. verá pelas inclusas copias dos officios que tenho recebido do Governo, e Governador das Armas. Parece-me que Jeronymo de Albuquerque ex-ministro do antigo Governo d'aquella Provincia veio ao Recife receber licções e instruções de Manoel de Carvalho, voltando depois ás Alagoas e não podendo seduzir o Governo aos seus machiavellicos desejos e diabolicos projectos, retirou-se para o Interior aonde com a coadjuvação de Manoel Vieira e Rocha Bastos tem alvorado o estandarte da rebelião. O Commandante das Armas parece-me muito activo, e todos os bons cidadãos, assim como alguns povos do interior, tem-se retirado para Maçaió, com muito medo; mas parece-me que não ha tanto quanto elles me representam.

«Este ex-membro Albuquerque não tem quartel fixo, anda a attacar por diversas partes e roubando.

«Por estas circumstancias tenho julgado necessario a bem do serviço do Imperio mandar para Maçaió o Brigue *Cassique*; aonde deve obrar com toda a moderação e circumspecção, requisitos tão essenciaes nas criticas circumstancias. O Brigue *Bahia* está na *Barra Grande*, e tem estas mesmas Ordens. Eu vou mandar render immediatamente o Capitão Hayden pelo Tenente George Broom, official muito digno e activo, o que peço a V. Ex. faça presente a Sua Magestade Imperial devendo mandar aquele official voltar ao Rio segundo V. Ex. ordena no seu Officio de 25 de Abril.

«A *Leopoldina* chegou no dia 24 com officios que eu tenho feito logo entregar por hum official a José Carlos e ao Presidente da Parahiba. O *Guarany* chegou antes de hontem e logo que o tempo melhora tenho tencionado dar-lhe mantimentos e aguada da charrua *Animo-Grande* chegada no dia 24 e mandal-o ao Seará, Maranhão e Pará para ahi ficar e proteger os legitimos governos, até minhas segundas ordens. O Brigue-escuna *Rio da Prata*, tendo

arribado a Bahia, o Capitão Norton julgou conveniente mandal-o reunir-se a mim, ainda que pertencia a Divisão do Snr. Pedro Antonio Nunes. Eu o tenho mandado em officios a Parahiba; mas o espero aqui todos os dias: e como pôde ser possível que V. Ex. tenha outro destino a dar-lhe, apenas haja algumas noticias particulares eu o mandarei para o Rio. E por elle mandarei meus novos officios: hum Brigue chegado da Bahia diz que aquella Provincia está na mais perfeita quietação e que a *Piranga* ia no dia seguinte fazer força de vela para unir-se a mim.

«Rio Grande consta-me que está em perfeita tranquillidade e pelas ultimas noticias do Maranhão e Pará que forão pelo Snr. Capitão de Fragata José Joaquim da Silva na Escuna *Carolina*, V. Ex.^a verá seo estado, pela inclusa copia do officio do Commandante das armas d'aquella Provincia datado de 1º de maio a José de Barros Falcão, e he huma cousa lamentavel que hum ou dois individuos, tenham pervertido as boas intenções do Nosso Augusto Chefe, e tenham contaminado os animos de boas intenções.

«O ACTUAL ESTADO DAS PROVINCIAS DO NORTE, E A VASTA EXTENÇÃO DE COSTA DE MAR DESDE O RIO DA PRATA ATÉ O AMAZONAS, NÃO PÔDE DEIXAR DE MOSTRAR A GRANDE NECESSIDADE QUE HÁ DE TER HUÀ BOA MARINHA PARA TER EM CONTINENCIA OS ESPIRITOS REVOLTOSOS E PARA PROTEGER O COMMERCIO. Há alguns dias que não tenho tido noticias de Barra Grande: mas VE! verá quaes são as intenções pelas Cartas que escrevi ao Major Seára, a quem remetti humia Copia do Imp. Decreto. Eu tenho-lhe feito ver a grande necessidade que há de usar de ponderação de conservar suas tropas em União, e de obrar só definitivamente até novas instrucções do Rio. Rogo a VEx.^a a Graça de exprimir respeitosamente a Sua Magestade Imperial minha humilde gratidão pela aprovação que Tem dado, honrando-me, á minha conducta civil e Militar e assegurará VEx.^a Ao meu Estimavel, e bom Monarcha que com grande praser do meu Coração, sacrificarei meu tempo, meos fracos talentos, e minha vida por Sua Augusta Pessoa, Dignidade da Corôa, sacrificarei meu tempo, meos fracos talentos, e minha vida por Sua Augusta Pessoa, pela Dignidade da Corôa Imperial e pela Gloria, Independencia e Prosperidade da Grande Nação Brasileira.

«N'esta sessão o tempo aqui he horrivel, e mui tempestuoso e o mar mui forte; eu tenho perdido todos meos ferros, á excepção do que tenho no fundo: e eu me tenho feito hum pouco mais ao mar porque se se arrebenhar minha amarra e perder minha ancora, não poderei salvar o baixo de Olinda. Todos os officiaes da minha Esquadra passam bem, e toda está em boa ordem, a tenho para ella mantimentos e aguada completa para dous mezes.

«Aqui chegou o brique *Marui*, que fundeou hontem e trouxe aguada. Tenho fencionado que se o Bloqueio continuar, que elle, e a charrua *Animo Grande* se sirvão de trazer-me mantimentos da Bahia. Com o terrivel tempo que fez a noite atrazada, me amanheceo a goleta *Atalante* desalvorada; porém meos activos Carpinteiros e marinheiros estão-lhe preparando huás guindolas para ir a Bahia para preparar-se.

Espero que augmente-se a minha Divisão que aqui fórma o Bloqueio, para fielmente Bloqueiar não só este como os mais portos adjacentes ao Norte a Sul.

«Tenho continuado em rigoroso e perfeito Bloqueio. Consta-me por pessoa certa e fidedigna que Carvalho unido ao seu vil partido acaba de demittir 4 membros da Camara de Olinda, inclusivé o Procurador, só porque trabalhavão em socegar a Provincia e fazer jurar a Nossa Constituição (crime para elles o mais enorme) e em seu lugar poserão Procurador José Bezerra d'Albuquerque Montenegro e para membros José Antonio, Antonio Joaquim de Mello e Luis José de Souza, todas pessoas de seu Club. Renovo

minhas instancias para que S. M^o. Imperial me mande soccorros terrestres e marítimos, para com elles eu fazer os rebeldes conhecer o quanto perdem em não quererem o Pai que se lhes offerece obedecendo ás Imperiaes Ordens e eu desejando mostrar o quanto sou satisfeito em ser subdito do Grande Monarcha que temos, e de ter a honra de pertencer a Independente e Grande Familia Brasileira. Incluso remetto a V. Ex^a. e officio que tem feito a Guarde Marinha Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo a respeito do que ouviu aos Pardistas e satelletes de Carvalho e ao mesmo Carvalho e por elle vera V. Ex^a quaes são os seus sentimentos. Deus Guarde a V. Ex^a. Bordo de Fragata *Nitherohy* 29 de Maio de 1824.»

III^{ma} Ex^a Sr. Marquez do Maranhão 1^o Almirante e Commandante em Chefe da Marinha Brasileira *João Taylor*, Commandante da Divisão do N. I. C.

«III^{ma} Ex^a Sr. Em conformidade da ordem VEx, em que me ordenava de lhe dar por escripto aquillo que passei em terra no dia 27 do corrente indo levar officios de VEx, e muito particularmente em caza do intruzo Presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade, e que tive já a honra de relatar verbalmente a VEx, eu passo a expôr.

«Logo que desembarquei no trapiche da Nação, tendo-me encaminhado a casa do Intendente da Marinha a quem me apresentei, disse-me elle como já me avia dito em outras occasiões que quaesquer que fossem os officios, e fossem para quaesquer pessoas, era mister que primeiramente fossem apresentados ao então Presidente. Da li dirigi-me a sua caza acompanhado pelo Escrivão do Rezisto, e tendo apresentado-lhe o officio de VE. e pedindo-lhe permissão para hir a casa do Presidente nomeado por S. M. I. entregar-lhe outro officio de que estava encarregado, respondeu-me que fosse, mas que na volta lhe fallasse, pois elle tinha que officiar a VEx^a. Temendo eu ser inçultado pela populassa, derigi-me a casa do Governador das Armas, a quem pedi hum official para me acompanhar a casa do Presidente nomeado por S. M. I. o qual me concedeo e havendo entregado o officio e recebido a resposta, novamente apresentei-me a Carvalho.

«Estava elle rodeado então de varias pessoas cujo numero montava a 15, dentre estas huns dizião dirigindo-se a mim — diga lá ao seu Commandante que se deixe de bloquear Pernambuco, que seus filhos sabem apreciar a liberdade e que são livres, e saberão morrer livres, e trabalharão sempre para obstar a marcha machiavelica do Ministerio do Rio de Janeiro — outros que os culpados erão os que rodeavão o Imperador, taes como Bróquó e Gordillho, e o mesmo Ministerio que além de ser *corcunda* trabalhava e trabalha para sujeitar o Brasil ao antigo jugo Portuguez. O mesmo Entruso Presidente Carvalho dice que além do Ministro dos Negocios do Imperio, ser seu illustre parente, elle o desejava ver punido pelo dano que tem feito á liberdade dos povos; () outros disserão que passavão a convocar uma Assembléa para o que faltava a opinião de uma unica camara, afim de formarem uma Constituição a qual deveria ser apresentada a S. M. I. para assignar e no caso de assim o fazer então seria Imperador do Brasil, e do contrario não seria jamais, e seria obrigado a voltar para a sua antiga Patria; que elles estavam de accordo com as mais Provincias do Brasil e se communicavão livremente, excepto aquelles que pela sua proximidade da Corte sofrião ainda os fêrros da escravidão.

«Finalmente lerão-lhe hum protesto feito pelo Commandante e assignado pelos officiaes destacados no Sul em que juravão não reconhecer o Presidente ultimamente nomeado por S. M. I.; que não acceitarião a amnistia, por isso que se não julgavão criminosos quando defendem a liberdade de seu Paiz; jurando morrer mil vezes antes do que sujeitar-se ao perfido Ministerio do Rio...

«Tal foi Exm^o. Snr. o que se passou, e que tenho de levar por escripto á presença de V. Ex. em desempenho da ordem que me deo. D. G. a V. Ex. Bordo da Fragata *Niterohy*, 27 de maio de 1824 — *Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo*, Guarda Marinha.»

Tres dias antes o 1^o tenente João Evangelista de Araujo Pitada, commandante do brigue *Paquete da Bahia*, havia, por escripto, communicado o seguinte ao chefe João Taylor: «Tenho a honra de participar a V. S. que hindo hoje 24 de Mayo de 1824 á cidade do Recife de Pernambuco, com ordem de V. S. para me communicar com o Exm^o Snr. Presidente João Carlos Mairinck, e entregar hum officio ao Commandante das Armas da Provincia, não pude dar plena execução ás ordens de que fui encarregado, porque depois de entregar o officio do Commandante das Armas, pedindo-lhe permissão para dirigir-me ao Exm^o. Mairinck, me disse que esta licença devia ser dada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente actual da Provincia, a elle me dirigi para o dito fim e expondo-lhe o que pretendia me disse que se V. S. tinha alguma cousa a tratar com o Exm^o. Mairinck Presidente nomeado por Sua Magestade Imperial e Constitucional, que o fizesse por escripto, pois que não consentia que pessoa alguma da Esquadra lhe fallasse; dizendo além do exposto muitas cousas indecorozas ao caracter de V. S. que a decencia, e o respeito, exigem que se occultem. He quanto tenho a levar a presença de V. S.»

O governo de Portugal escudado em clausulas de tratados mantidos com a Inglaterra, que não permittiam a esta fornecer officiaes e outros recursos a qualquer nação contra a primeira, reclamou contra a permanencia de João Taylor no serviço do Brasil. O Governo inglez, que não havia olhado com bons olhos o engajamento de João Taylor ao nosso serviço, havendo antes, procurado afastal-o d'elle, chegando a ponto de pedir officialmente a sua retirada da marinha brasileira, fundado agora na reclamação de Portugal, exigio a sua exoneração.

Ao saber-se em algumas provincias onde havia deixado nome o commandante Taylor, da resolução do governo inglez, tal sentimento causou no espirito dos nacionaes que desde logo foram dirigidas representações ao Governo pedindo para que fossem empregados os meios afim de conseguir sua permanencia no serviço do Brazil.

SENHOR. 21 de Agosto de 1824. Os abaixo assignados habitantes da Provincia da Bahia sendo informados pelos boatos actuaes que o Governo Britânico reclama e insta em reclamar para aquelle Pais a João Taylor, Commandante da Fragata *Niterohy*, e sendo profundamente sensiveis a esta noticia, e muito mais a expectativa de que o Governo de V. M. I. e C. possa talvez assentir nesta medida, o que não hé de supôr, contudo penetrados deste vivo sentimento e a abrigo do direito de petição proclamado no Sistema Constitucional Brasileiro, vem representar respeitosamente perante V. M. I. e C. a amargura de que estão possuidos com esta assombrosa noticia, a vista dos sacrificios e revelantes serviços de tão digno e benemerito Official prestados a favor da Causa Brasileira e devem certamente de ter penhorado os Corações de todos os bons Brasileiros e verdadeiros amigos da prosperiedade deste Imperio rogando ao mesmo tempo e com a mesma submissão já protestada queira V. M. I. e C. tomar em sua alta Consideração este objecto, não só quanto a não haver exemplo de igual entrega nas circumstancias em que deve ser considerado o mesmo Official para com aquelle seu pais, porém igualmente a que hum acto de semelhante natureza se torna transcendente provocando hum justo receio no restante da Officialidade Estrangeira dedicada ao serviço do Imperio, e que de certo pôde produzir o abatimento e diminuição da Marinha Nacional

hoje tão interessante a face das ameaças de nossos Inimigos. Rogão pois os abaixo assinados á V. M. I. e C. attendendo ao que fica exposto e a que o Commandante João Taylor possa naturalizar-se n'este País haja de tomar a este respeito aquella deliberação que actualmente convem a pról dos seus fieis subditos, com a perspicácia e sabedoria que ornão o Character Augusto de V. M. I. e C.

E. R. M.^o

(Assignados) Francisco Vicente Vianna, Felisberto Gomes Caldeira, M. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão O Vigario Capitular, José Barbosa de Oliveira. Luis Joaquim Duque Estrada Furtado de M.^a José dos Araujo de Aragão Bulcão, José Antonio da Silva Castro, Joaquim José Rodrigues, José Maria de Sá Barreto, Salvador Pereira da Costa, José Leite Pacheco, Alexandre Gomes de Arg.^o Ferrão, Luis Paulo de Araujo Basto, Antonio Augusto da Silva, Manoel Ignacio da Cunha e Menezes, Francisco Manoel da Cunha, Major Luis Lopes Villas-boas, Joaquim José de Souza e Seixas, Jeronymo Ribeiro Neves, Gregorio da Silva Frutel, Manoel José Freire de Carvalho, Tenente Coronel da 2^a Linha. José Antonio de Souza Portugal, Major Nicoláo Carneiro da Rocha Menezes, Joaquim Brito Pires de Figueiredo Camargo, M. J. de Mello, José Bruno Antunes Guabiraba, José Pereira Lopes Cardal, Francisco José Côte Imperial, Clemente José de Moura, Antonio Borges Campos, Manoel Francisco de Souza, Capitão Commandante do Esquadrão. Nicoláo Carneiro da Rocha Junior, José Rebello de Figueiredo, Francisco Cardozo Pereira de Mello, Capitão e Ajudante d'Ordens. José de Souza Netto, Capitão e Ajudante d'Ordens. Claudio Lius da Costa, Cirurgião Mor do Batalhão N. 4. Antonio Lopes Pahera Bahiense, M. Command^o do Batalhão 2 de 2^a L.^o João Tavares de Mello, Antonio Salustiano Ferreira, Joaquim Carneiro de Campos, José Fernandes d'Oliveira Lima, Boaventura Ferreira, Antonio de Souza Lima, Francisco José de Freitas, Joaquim Ignacio Silveira da Motta, José Herculano Pereira Lima da Cunha, Manoel Maria do Amaral, Thomaz de Aquino Ferreira da Silva, José Soares, Manoel Dendê Bus, Dni.^o Antonio Pereira Franco, Simplicio da Silva Rodrigues, Joaquim José Baptista, Manoel José Pontes, Marcos Antonio de Souza, José Lino Coutinho, Joaquim Antonio de Ataíde Seixas, Adriano da Costa Carvalho, Antonio Joaquim Mercês, João Luis de Abreu Silva, Alferes do 1^o Batalhão de 1^a Linha. Affonso de Albuquerque Mello, Cadete Porta Bandeira. Antonio Marcelino Doria, 1^o Tenente do Batalhão de Artilharia. Ignacio de Mattos Telles de Menezes, Alferes de Caval^o de 1^a Linha. Rodrigo Antonio Falcão Brandão, José Cerqueira Lima, Domingos Luiz Alves Moniz Barreto, Joaquim O. Lopes, Cypriano Ferreira Alves, Alferes. Firmiano José Coqueiro, Alferes. Antonio Ferreira e Paula, Alferes. Antonio José Carneiro, Tenente Ajudante. José Francisco de Aleluia, Alferes. José Wenceslão de Souza Lisboa, Ignacio Correa de Vascocellos, Major. Silverio Marinho da Silva, Tenente. Domingos Luiz da Silva, Cirurgião Mor do Batalhão N. 8. Antonio de Araujo dos Santos, José Alves Loureiro Salazar, Capitão. Bernardino Luiz da Costa Carvalho, Official o Gov. e Ar.^o Agostinho Marinho de Sá Queiroz, Alferes do Batalhão N. 2. Raymundo José dos Santos, Alferes do 2^o Batalhão. Manoel do Carmo Luiz do Nascimento, Joaquim Caetano de Faria, José Lourenço Seixas, Jeronymo dos Santos Silva, Alferes. João Propício Neves, Antonio Muniz Alves Branco, Alferes. Ignacio José Jambr.^o, Alferes. Gama Frederico, Barão de Ruche, Capitão. Francisco José da Silva Castro, Capitão da 2^a Linha. Gustavo Adolpho Reyce, Manoel da Silva de Menezes Costa, Capitão, Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão, Ignacio de Araujo Aragão Bulcão, Constancio José de Souza, Lourenço Antonio de Moura Tavares, Joaquim Julio de Proença, João José de

Freitas, Sargento Mór. Manoel de Araujo e Aragão, Official da Secretaria do Governo. Manoel da Silva Araújo, Official da mesma Secretaria. Julio Cesar da Silva, Official da mesma Secretaria. José Albino Pereira, Official Maior da mesma Secretaria.

A 7 de Agosto de 1824 era exonerado do serviço da armada o capitão de mar e guerra João Taylor, sendo nesta occasião elogiado pelo zelo a intelligencia que deu provas no serviço da Marinha Nacional.

Official da ordem do Cruzeiro, foi elevado a dignatoria da mesma ordem pelos serviços prestados em Pernambuco e condecorado com a medalha Constança e com a medalha da Independencia.

Com a sua exoneração do nosso serviço, havia conseguido o governo portuguez vingar-se d'aquelle que com extraordinaria bravura, com um unico navio, perseguira a esquadra luzitana desde as costas da Bahia até a fôz do Tejo. Os merecidos elogios que a imprensa ingleza havia feito ao illustre official pela intelligencia e valor demonstrados na perseguição dos navios portuguezes e a noticia de que o mesmo ia, no commando de uma divisão, partir para a costa d'Africa afim de se apoderar das colonias de Portugal, puzeram em sobresaltos o governo que não cessou de pedir a Inglaterra que fossem não só elle como os demais officiaes inglezes ao nosso serviço, reclamados ao mesmo tempo que fossem suspensas por parte do Brasil as hostilidades contra os navios e propriedades de subditos portuguezes.

Procurou desde então João Taylor liquidar com o nosso governo a questão que ainda mantinham os officiaes estrangeiros, relativamente a presas, e que tantos dissabores lhes haviam custado.

O tribunal de presas composto na sua maioria de officiaes portuguezes, obedecendo ao sentimento da mãe patria e razões politicas, era o principal obstaculo que encontravam as legitimas pretensões dos officiaes estrangeiros que levados pelas promessas haviam acudido ao apello dos brasileiros.

Era preciso por todos os modos desgostal-os para que abandonassem o serviço, e assim realizar-se por meio indirecto uma das clausulas exigidas por Portugal para reconhecer a independencia do Brasil.

Ao Imperador, dirigio n'essa occasião João Taylor o seguinte requerimento.

Senhor — Por portaria da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha de 23 de Dezembro do anno proximo passado, mandou V. M. I. remetter a este Conselho, para consultar, o requerimento de João Taylor, do theor seguinte: Senhor. Diz João Taylor, ex-Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional e Imperial, que commandando o supplicante a fragata *Nitherohy*, fazendo parte da esquadra ao mando do primeiro Almirante, Marquez do Maranhão, apresou o supplicante sobre as costas de Portugal algumas embarcações portuguezas, como fossem a galera *Prazer e Alegria*, a escuna *Correio de S. Miguel*, e outras presas, presas estas que tendo sido postas em processo forão julgados procedentes para os capttores, sendo comtudo, condemnado o supplicante na perda de direito áquellas porções que nessas mesmas presas lhe competissem como apresador, desenvolvendo-se e adjudicando-se á Corôa e Fazenda Nacional (1), fundando-se este julgado, e condemnação em terem sido feitos os apresamentos com bandeira não brasileira, não virem as presas acompanhadas dos principaes officiaes a presados, e finalmente, em ter o supplicante desviado de alguns varios objectos de carga: não expenderá o supplicante a V. M. I. todas as razões porque parece menos bem fundado semelhante julgado do Conselho Supremo Militar. Mas seja-lhe licito de ponderar na augusta presença de V. M. I.

quanto ao primeiro fundamento, que achando-se á vista, ao tempo das capturas, navios inimigos muito superiores em força não só collectivamente, mas ainda de vaso a vaso, e tendo lugar os mesmos apresamentos na costa de Portugal, e quasi á fôz do Tejo, não era praticavel, sem grande risco, o dar-se caça conservando içado o pavilhão imperial, quanto mais que, por huma parte, hoje lie geralmente admittido entre os belligerantes de fazer-se negaça com qualquer bandeira, com tanto que esta se arrie e se firme verdadeira no acto de consumir-se o apresamento, o que o supplicante fez; e, por outra parte, que a severidade da legislação a que se refere o julgado não tem applicação senão á respeito dos navios neutros, e nunca em relação ás presas evidentemente inimigas (1). Quanto ao segundo fundamento, que os officiaes e tripulações apresadas preferião antes voltar logo para Portugal do que acompanhar os navios ao Brazil, o que junto á falta de mantimentos para poderem seguir até algum porto do Imperio, determinára o supplicante a largal-os, onde melhor conviesse, sobre a costa (2). E quanto ultimamente ao uso dos objectos da carga, que só da galera *Prazer e Alegria* se tirarão alguns mantimentos (xx), por se precisarem á bordo de fragata, para onde com effeito se passarão para esse fim, como o supplicante fez certo pelos respectivos conhecimentos em fôrma que apresentou em sua defensão, e que, todavia, não forão attendidos para a reforma da sentença, que tendo transitado em julgado deixou no supplicante e com todo o corpo de Marinha, huma impressão tanto mais desagradavel, quanto menos merecida. Seguro, portanto, o supplicante em sua consciencia de ter obrado sem nenhuma malicia, mas antes e só com o amor da gloria das armas do Brasil, o que todos os espiritos desapaixonados reconhecerão, e bem certo, outrosim, que V. M. I. não poderá deixar de contemplar um official que soube ter dado tantas provas de adhesão á augusta pessoa de V. M. I. e á causa do Brasil, foi o primeiro (o que seus inimigos lhe não perdoão) que levou aos mares da Europa o pavilhão imperial; confiado o supplicante na alta benevolencia com que V. M. I. o ha sempre distinguido, recorre o supplicante á grandeza de V. M. I., para que se digne de mandar entregar-lhe, por graça especialissima, as porções que lhe competirão n'aquella presa *Prazer e Alegria* e outras, em cuja perda foi condemnado, como huma recompensa dos trabalhos, riscos e fadigas que ha soffrido o supplicante desde que de coração se dedicou todo o serviço de V. M. I., e á causa sagrada da Independencia do Brasil. O Thesouro não se engrossa, por certo, com o que poder liquidar-se d'aquellas porções, e ao official que as adquirio não pôde deixar de considerá-las como hum fructo bem merecido de seus serviços, motivo por que, tanto em Inglaterra como em França, a corôa ou o almirantado costuma sempre ceder dos seus direitos quando, por factos semelhantes se lhes adjudicão algumas partes de presas. Com o mais profundo respeito e submissão pede a V. M. I. haja por bem de attendel-o com a graça que supplica mandando expedir ordem ao Jniz da Corôa para sobreestar na arrematação do que pertencer ao supplicante — E R M. — Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1824. *João Taylor*.

Mandou o Conselho informar ao Desembargador Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda, interpondo o seu parecer; satisfez este Ministro de maneira seguinte:—Em cumprimento da ordem de V. M. I. de 24 de Janeiro do anno corrente, devo informar com o meu parecer, o requerimento de João Taylor, ex Capitão de Mar e Guerra e Commandante que fora da fragata *Niherohy*, que implora a beneficencia augusta de V. M. I., por graça especialissima e pelas razões que allega, para que lhe sejam entregues as quotas proporcionaes das presas feitas na costa de Portugal debaixo do seu commando, como fossem as galeras *Prazer e Alegria*, e outras de que foi privado por Sentença do Conselho Supremo Militar desta Côrte, que adju-

dicou á Fazenda as ditas quotas, e só nesta parte reformará a sentença da inferior instancia que julgou boas sem essa rigorosa restricção todas as ditas presas. Não busca o supplicante remedio da revista, raras vezes, e só por graça especialissima outorgada, nem portanto me são licitas quaesquer observações, ainda as mais obvias, acerca dos fundamentos de tão grave julgado. A petição que o supplicante eleva a V. M. I, he simples, e parece-me que pôde reduzir-se ao estado da questão aos termos seguintes: se não obstante a sentença de um tribunal que só exercita a sua jurisdicção pelo theor das leis, e que não poderia modera-las nem pelos arriscados serviços do supplicante, nem talvez ainda pelas circumstancias extraordinarias de Independencia politica e integridade do Imperio, se estes serviços relevantes prestados a tão sagrada causa, e como que no começo da sua fundação, podendo considerar-se como divida da nação, apresentão ponderosos motivos que as fação dignas da graça implorada. O risco e revelancia dos serviços, o merito e a pericia do official que traçou o plano e á vista de forças inimigas muito superiores, executou o apresamento, a honra e interesse nacional que desse feito proveio ao Imperio, só podem ser exactamente graduados pelo espirito fundador de V. M. I; as cidades provincias maritimas (e da maior dellas eu posso referir o testemunho) celebrarão com applausos patrioticos e sinceros todas as expedições do supplicante, e acceitirão e adoprirão de bom grado o novo concidadão benemerito que devia servir de instructor e modelo á mocidade brasileira na sciencia, talvez a mais necessaria á defeza e prosperidade do Brasil. Não cabia, pois, ao Tribunal de Justiça encarregar-se de considerações extraordinarias, ainda que justas, as quaes não formar huma excepção que não se achava provida, ao rigor das palavras e formulas legais, nem as expressões do requerimento do supplicante trata do julgado e da quota das presas, podem ser attendidos senão como o enunciado da comparação e de quantidade de graças que implora. Por estes principios, e por que o exemplo do premio merecido he o regenerador mais productivo dos genios raros e dos talentos uteis, parece-me que essas mesmas quantidades que entrãrão nos cofres da nação legitimamente representada por V. M. I, pôde conferi-las ou doal-as aos benemeritos, e he neste caso que eu avalio como digna de equidade suprema de V. M. I, a petição do supplicante V. M. I, mandará o que fôr mais justo. Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1825. *Joaquim Ignacio de Silveira e Motta.*

E dando-se de tudo vista ao Desembargador do Paço Procurador da Fazenda Nacional, respondeo este: — Conformo-me para que o supplicante possa ser attendido, concedendo-se-lhe o pedido no seu requerimento para gratificação ao risco, relevancia de serviço, merito e pericia no plano do apresamento em honra e interesse nacional do Imperio, como bem pondera o ministro informante. Assim entendo poder consultar-se. Rio 23 de Julho de 1825. *Nabuco.*

O que visto, parece ao Conselho, conformando-se com o Desembargador do Paço Procurador da Fazenda, de conformidade com o Desembargador Juiz da Corôa, que os relevantes serviços praticados pelo supplicante o fazem merecedor da graça que supplica, porque pedindo elle que V. M. I. lhe mande entregar aquella parte das presas que fez a fragata do seu commando sobre a costa do Reino de Portugal, de que fôra privado por sentença, vem a supplicar-lhe que V. M. I. use benignamente das attribuições que ao Imperante confere a Constituição politica deste Imperio no artg 101, § 8º persuade-se o mesmo Conselho que havendo V. M. dado tantas provas da sua imperial clemencia em delictos infinitamente mais graves do que pôde ser aquelle de que resulta a indicada sentença, não deixará seu magnanimo coração de se inclinar a dar mais esta demonstração da attenção que merece um Official benemerito, que se huma só vez errou tem sufficientemente

resgatado esse erro, pelos serviços que já fez, e ainda pôde fazer a V. M. I. e ao Brasil. Mas V. M. I. mandará o que mais justo lhe parecer.

Parece ao Conselheiro Leonardo Pinheiro de Vasconcellos que a pretensão do supplicante he inadmissivel em quanto ao meio, porque achando-se condemnado na perda da parte do valor da presa que lhe competia, por huma sentença que applicou a dita quota parte á Fazenda Nacional, e que em rigor de direito, he uma pena civil, não pôde ser revogada pela maneira que pretende. Consideradas, porém, as razões expendidas pelo supplicante, e que, dirigidas pelo meio legitimo serão talvez sufficientes para obter a reforma do julgado; parece que o supplicante pôde confiar na munificencia de V. M. I. e que, em remuneração dos seus serviços, verá duramente grandes e relevantes. feitos ao Brazil, e por amor a V. M. I., inclinação a adherencia á sua Independencia, se confira o valor que o supplicante perdeu pelo rigor da sentença por graça e remuneração de seus serviços entrando primeiro no Thesouro publico para delle receber por mercê remuneratoria. Rio 19 de Agosto de 1825, 4^a de Independencia e do Supremo — *João Carlos Augusto de Oeynhausén. Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. Luiz Barba Alardo de Menezes. Francisco Baptista Rodrigues.*

Resolução Como parece em attenção aos serviços do supplicante. Paço 15 de Setembro de 1825. Com a rubrica de S. M. I., FRANCISCO VILLELA BARBOSA.

1.) *Cópia da sentença proferida no Conselho Supremo de Justiça, nos autos de apresamento da galera Prazer e Alegria.*

Confirmão a sentença em quanto julgou boa presa a galera portugueza, *Prazer e Alegria*, reformão-na porém na parte em que não declarou privado de direito de ter parte no valor da presa, o commandante apresador João Taylor, pois que sendo firmado a bandeira e verificado o apresamento com bandeira nacional, e transpassado do navio apresado generos pertencentes á carga do mesmo navio, não tendo effeito o inventario, nem trazendo os officiaes apresados, se constituiu em responsabilidade, e não só perdeu por esses factos o direito a ter na presa, mas ficou á pena do quadruplo e de castigo corporal bem expressamente comminada no § 18 do alvará de 7 de Dezembro de 1796, em virtude do qual condemnão o dito Commandante no perdimento ao dito direito á presa, e adjudicação á Fazenda Nacional quanto lhe houvesse de pertencer, bem como o quadruplo do que se liquidar, ter-se lido de bordo da presa para a fragata, e em consideração á graduação do dito Commandante, reduzem a pena corporal sómente a ser reprehendido, por não ter fielmente executado as leis que devia religiosamente observar. Rio 4 de março de 1824. — *Pinto Guedes — Oliveira — Portelli Farinha — Oliveira Alvares — Moreira — Telly — Sampaio — Muntz Barreto — Souza — Veiga — Leal.*

Esta. sentença causou no capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, illustrado, proficiente e valente official brasiliense, tal repulsa que deixou consignado o seu protesto pela fôrma seguinte: O abaixo assignado, Luis Barroso Pereira, capitão de fragata da Armada Nacional e Imperial, immediato do Capitão de Mar e Guerra João Taylor, devendo desembarcar de bordo da fragata *Nithershy* para ter outro destino em satisfação á requisição d'elle Commandante, faz a declaração abaixo expendida com algumas reflexões inherentes á materia — Declaração exigida pelo referido Capitão de Mar e Guerra afim de confundir injuriosos boatos e mover de si arbitrarías accusações que parecendo, aliás, ter apparatusos fundamentos, são alheios da sã verdade e estão fóra da razão e justiça. — Em abono da disciplina da fragata, seu arranjo e serviço, devia bastar a opinião de pessoas de cathegoria e Officiaes conspícuos que geralmente tal reconhecem, além dos provados

creditos d'elle Commandante; mas, pois, como astuta cabala quer embaciar o espelho, forçoso é assegurar que a embarcação do seu commando era huma das melhores da esquadra, e se por alguma cousa pode haver accusação, seria pelo rigor e severidade; deixando, porém, em silencio os pontos ordinarios, se apontará somente o rigor e pontualidade em que foram punidos alguns marinheiros e outras praças da fragata, ou seja por pequenos roubos feitos nas presas, ou seja por desregramento com os prisioneiros; roubos que foram restituídos ou resarcidos aos donos prejudicados de dinheiro a bordo em depósito, verdade, que ninguem, com razão, poderá impugnar. Se pois, o Commandante se portava assim, como seria possivel atrever-se elle a desviar em seu proveito artigos das mesmas presas? He verdade que das presas abandonadas, queimadas ou mettidas á pique, muitos artigos se tirarão, porém isso foi a beneficio da tripulação em geral, e mesmo da Fazenda Nacional, como pode jurar toda a guarnição; dado que isto não seja muito legal, he certo não se poder com equidade reputar crime capital, maiormente se accaso se contemplar o estado de penuria a que se achavão redusidos os abastecimentos da fragata e seu material. He verdade que de huma presa abandonada se tirarão trastes de prata e hum completo apparelho de chá; como porém pertencessem ao bispo de Elvas, logo que a fragata chegou ao Rio de Janeiro foi tudo remettido a S. Ex. o Capellão-mór, e em seu poder deve parar a attenciosa carta que acompanhou a remessa; desprendendo-se o Commandante de taes artigos, até que elle não consentio que fosse addido o seu valor ao dividendo das presas, ao que annuo a tripulação; se cousas de valor não tentarão a avareza do Commandante, que tão graciosamente seus inimigos lhe querem attribuir. que he, pois, o que elle aproveitou!

Tirar das presas viveres, velas, cabos e outros artigos. não se pôde capitular crime; a lei o faculta, quando urge a necessidade do apresador, e esta era notoria, e será a todos que não quizerem fechar os olhos á verdade; o que admittia o carregar-se, está lançado no livro de receita do Commissario, menos certas frioleiras que logo se consumirão no serviço da fragata: não deixou, porém, de passar as possiveis clarezas, por nem sempre havia tempo e oportunidade para todas as formalidades; se o Commandante não deliberasse a assim praticar, a commissão se malograria; adverte-se que a fragata deu á vela do Rio em Abril, e aferrou na Bahia em Novembro, no morro de S. Paulo; por huma vez recebeu alguns artigos de mantimentos; com que pois, se supprio e fez a Commissão? O Estado, portanto, tirou fructo e serviço de tal expediente tão criminado e censurado; he para se exigir do Thesouro Publico o valor dos artigos consumidos com o serviço para os addicionar ao dividendo das presas, aliás não seria quantidade indifferente, mesmo não entrando lona e brim usado para o concerto do pano, e outros inuidos artigos que não foram lançados na receita por pertencerem ás presas inutilisadas. Finalmente o dinheiro que se achou nas presas foi aqui entregue no deposito do agente, e tendo a titulo de emprestimo aproveitado alguns Officiaes pequenas sommas, não tirou para si o Commandante cousa alguma; das sommas extrahidas existem creditos. Em materia de serviço he falso que se tenha feito presas com outra bandeira que não fosse a nacional; o abaixo assignado he testemunha de vista, e á sua vóz muitas vezes se içou, arriando-se a estrangeira no momento de capitular as presas; he ardiz de guerra que o direito das gentes permite ou tolera; só loucos ou estupidos o podem criminar; se a fragata *Nitherohy* tivesse içado a bandeira brasileira quando, sem o perceber, deu caça á não *D. João VI*, tendo pela pôpa a fragata *Perola*, he bem de crer que era desta; ella estaria, ou á pique no oceano, ou dentro do Tejo, bizarro serviço teria feito então João Taylor. He certo que ao aprezar a galera *Prazeres* a bandeira brasileira nacional foi içada e logo imme-

diatamente arreada; houverão ponderosas razões para assim obrar; havia em vista embarcações neutras, e logo depois apparecerão cinco vasos de guerra e de força do comboi inimigo; preenchida a formalidade, devia commetter-se a fanfarronada de a ter içado com risco da perda do vaso de guerra do Imperio? Não faz prova de não se ter içado, o dizerem certos indivíduos que a não virão; mas, mesmo provado que fosse, não era malícia do Commandante e crime delle privativo, mas a falta de que he responsavel por ser de tudo que se passa a bordo; demais, o abaixo assignado a ninguém quer exceder em zelo, cuidado e assiduidade pelo que se passou a bordo, como he de seu dever e honra. Serem os prisioneiros espoliados ou mal tratados he calumnia, só filha de vingança ou animosidade; factos provão o contrario; assim se referio, houverão abusos e desregramentos; jamais forão tolerados, e sempre severamente punidos. Como tal he crível se quasi todos sahirão da fragata com reconhecimento e gratidão; e tanto se fiava o referido Capitão de Mar e Guerra, que apellava para o pessoal informe dos mesmos prisioneiros; na carta official que da altura da Roca elle dirigio ao Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. Fidelissima, quando lhe remetteu a lista dos prisioneiros e lhe ponderava bem postas reflexões acerca da Independencia do Brazil. Ha sempre nos corpos em campanha faltas e irregularidades que toda a sabedoria e virtude dos Chefes não pôde evitar; só estupidos o desconhecem, e não he de estranhar que aqui alguns indivíduos critiquem, censurem e criminem João Taylor, e atropellem a verdade; os Brasileiros conhecem bem o amor que a elles tributão os Europeos, e quando pugnem pela nossa honra e nossos empresados; desgraçadamente ha e haverá no Brazil humia seita politica de christãos novos (seja licita a expressão), Brasileiros na profissão, e Europeos no coração. Na remessa das presas diz-se se omittirão formalidades; como era possível preencher todas as da lei com desgraçados hyates costeiros; nas outras houve a possível regularidade, pois que o Commandante era hospede na legislação patria do Brazil; não trazem as principaes para jurarem na sua condemnação, não he de tudo verdade (digo, principaes pessoas da embarcação apresada), pois todos trouxerão, ou Mestre ou Piloto, exceptuando-se a *Nova Amazonas*; trouxe, porém, o Contra-Mestre hum hyate que não tendo senão o Mestre, e este doente, veio hum marinheiro, e outro hyate a que o mesmo aconteceu por se compadecer o Commandante dos lamentos e choros do referido Mestre, julgon o Commandante commetter esta falta se n crime em beneficio de um triste prisioneiro, e por lhe parecer não se poder suscitar duvidas sobre a legitimidade de taes presas. Demais por um lado era impraticavel mandar nas presas muita tripulação em razão da escassez de agua e viveres, e, por outro lado, era penoso consentir seguissem n'ellas certos individuos, em razão de seduzirem as tripulações; foi com receio e susto que o Commandante deixou os que vierão, cumprindo o estylo e lei de corso, prova-o elle ter razão; o hyate *Alegria* foi levado a Portugal por ter o Piloto e Carregador a bordo, outro hyate que foi dar a Vigo, a galera *Prazeres*, onde o Primeiro Tenente Justino Xavier esteve a ponto de ser envenenado, fazendo-se reflexões que era guardar a Portuguezes por Portuguez, e que não havia Officiaes para todos, não será tão de estranhar a falta que se crimina; ha casos previstos nas leis; ha escrupulos que a necessidade absolve contra o inimigo: a guerra entre Portugal e Brazil merece mui particulares considerações e excepções, não he equação já definida. Deve servir de echo á presente exposição o não ter o Commandante recebido na Secretaria de Estado intrucções e declarações sobre a legislação patria do Brazil, nem mesmo o Regimento Provisional, e sendo instado e interrogado pelo abaixo assignado, sempre respondeu e assegurou que o Exm. Ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, o autorisara para proceder, julgar e decidir conforme a sua consciencia, regulando-se pelas regras da equidade e da justiça e praxe geral,

por se achar irrita no Imperio do Brazil a legislação de Portugal, e deverem caducar os estylos europeos. Se ao que se acha expendido ajuntar o publico sensato ser João Taylor hum Official honrado, bravo, perito, benemerito, hum estrangeiro, que, por amor da gloria, e por adhesão á sagrada do Brazil o jurou defender, e tem já prestado relevantes serviços parecerá justo e acertado não ser elle sacrificado em meosprezo de seus serviços e da imperial cousideração que lhe tem prestado S. M. I.

Taes são os sentimentos do abaixo assignado, e não duvida que toda a sã parte da guarnição assegure e declare o mesmo. Bordo da fragata *Nitherohy*, surta no Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1824, 3^a da Independencia e do Imperio. *Luiz Barroso Pereira*.

(*) Nós abaixo assignados attestamos e juramos, se for preciso, aos santos evangelhos, em como a presa galera *Prazer e Alegria* foi apresada debaixo da bandeira do Imperio do Brazil e não da ingleza, a qual só teve logar quando tinhamos caçada, visto termos á vista grande força da Esquadra Portuguesa, assim como esta galera quando foi mandada para a Côrte do Rio de Janeiro, veio n'ella o Commandante da mesma que era o Capitão-Tenente José Joaquim Pereira, cujo Capitão-Tenente o fomos ver na Bahia, onde a dita galera tinha ido arribada, e nos consta ter ficado na Bahia por seu moto proprio, por temer que o Commandante da presa, o primeiro Tenente Justino Xavier de Castro, lhe não fizesse mal na Côrte por lhe ter deitado veneno na agua e comida; e por ser todo o referido fez este o Escrivão da fragata, e conosco assignou. Bordo da fragata *Nitherohy*, surta no Lameirão de Pernambuco, 25 de Março de 1824. *João Pinto Drumond*, Escrivão; *Manoel Vaz Ferreira*, Cirurgião; *Fr. Francisco das Dores*, Capellão; *José Joaquim Barboza e Silva*, Commissario; *James Wallace*, segundo tenente; *Sinal da Cruz de Francisco Viegas*, Mestre da fragata; *Romão Barreiro Damas*, Piloto.

(**) Certifico que a fl. 11 v. do liv. 1^o que serve de receita a José Joaquim Barbosa da Silva, Commissario desta fragata, se acha carregado, pertencente á galera presa *Prazer e Alegria*, em data de 24 de Setembro de 1823, o seguinte: aguardente 4 pipas, e nada mais se continha na dita receita pertencente á dita presa; e por me ser pedido passei a presente certidão e duas mais no mesmo theor. Bordo da fragata *Nitherohy* surta no Lameirão de Pernambuco, aos 25 de Maio de 1824. E eu *João Pinto Drumond*, Escrivão da sobredita a fiz e assignei.

Que importavam estas manifestações se o interesse dos que cercavam o imperador era o de desgostar e arredar do serviço nacional todos os estrangeiros que se acham na marinha!

O mais encarniçado inimigo delles era o Ministro da Marinha Villela Barbosa, Marquez de Paranaguá, o homem que fora mandado de Lisboa, munido de cartas para o Imperador e outras pessoas para tratar da união dos dois paizes. Como deputado ás Córtes chegou a dizer «que tinha vergonha de ter nascido no Brazil e que tal era a sua raiva, que estava prompto, posto que velho, a marchar, ainda que fosse á nado, com a espada na bocca para castigar os degenerados brasileiros, que queriam a separação, e obrigar-os a volver á salutar união com Portugal.»

Não só da Bahia como do Pará appareceram representações em favor da permanencia de Taylor ao nosso serviço.

O governo em cumprimento de seu dever, apoiado nestas manifestações dirigio-se ao governo Britannico, escrevendo ao Ministro Charles Stuart a seguinte Carta Official: «Illm. Exm. Snr. — Permitta V. Ex. que eu tenha a honra de solicitar os bons officios de V. Ex. para com o Governo de Sua

Magestade Britannica em favor de John Taylor a quem Sua Magestade Imperial por consideração ás reclamações do mesmo Governo Dimittira do Posto de Capitão de Mar e Guerra da Marinha Brasileira.

«Pela exposição que este individuo dirigio a V. Ex. á cerca do seu caso, não são desconhecidas a V. Ex. as suas circumstancias para se recomendar por si mesmo á bondade de V. Ex.

«O desgosto do Ministerio de Sua Magestade Imperial, vendo demittido este bravo Official, e em occasião que elle acabava de fazer os mais importantes serviços ao Brazil, e pelos quaes se constituiu credor á Benevolencia de Sua Magestade Imperial e á estimação de toda a Nação Brasileira, chegando algumas Provincias do Imperio a dirigirem representações e supplicas a Sua Magestade o Imperador para que o conservasse na Marinha Brasileira só pôde ser inferior ao Desejo de Sua Magestade Imperial de condescender com o de Sua Magestade Britannica, querendo Sua Magestade Imperial constantemente manter a melhor intelligencia, e a mais perfeita amizade entre as duas Nações.

«Seria porém hoje confiar muito pouco da Justiça e generosidade Britannica se depois de tão pontual satisfação da parte do Governo Brasileiro e á vista das novas circumstancias que tem occorrido, achando-se o mencionado Official casado com uma senhora das mais ricas e principaes familias desta Corte, e por consequente na situação de naturalizar-se Cidadão do Brazil, acreditasse o Ministerio Brasileiro que a sua reintegração ao serviço deste Imperio seria ainda olhada desagradavelmente pelo Governo de Sua Magestade Britannica.

«N'este conceito pois, rogando a intervenção de V. Ex. a bem da conclusão de semelhante negocio, eu viso esperar o mais favoravel resultado; assegurando a V. Ex. que será considerado por Sua Magestade Imperial e por toda a Nação Brasileira como uma prova dos generosos sentimentos e amigaveis disposições do Governo Britannico para com o deste Imperio.

«Aproveito esta occasião para protestar a V. Ex. a mais distincta consideração, e respeito que tributo á V. Ex. Snr. Charles Stuart, mui seguro e certo servidor *Francisco Villela Barbosa*. Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1825.

Ao nosso ministro em Londres ordenou o Governo que empregasse todos os esforços para que o Governo Inglez desistisse de sua exigencia.

Obteve em resposta o que se segue: Tendo tido a honra de receber o despacho de V. Ex. de 21 de Agosto, tratei de cumprir com as Imperiaes Determinações sobre a admissão de João Taylor ao serviço da Armada Nacional e Imperial.

O meu primeiro passo foi dirigir-me a Sir Charles Stuart á quem V. Ex. communicou haver dirigido a Nota que annexa remetteu, porém elle me certificou terem sido inuteis todos os seus esforços, na solicitação deste negocio, não podendo nada alcançar deste Governo, em favor do dito João Taylor persistindo em suas já repetidas razões: E mediando apenas poucos dias entre a chegada do paquete pelo qual V. Ex. transmittê esta Imperial Resolução, e a sahida do deste mez, não me tem ainda sido possivel reproduzir perante este Governo a justiça desta Causa, o que farei com a maior brevidade e energia que em mim couberem, não deixando de allegar a ponderosa razão de estar este official naturalisado Brasileiro pelas Leis do Imperio, e de instar na ultimação deste negocio, como tanto convém ao Decoro do Ministerio de Sua Magestade o Imperador, e da utilidade que este official pôde ser ao Serviço Nacional e Imperial em as actuaes circumstancias. Deus Guarde V. Ex. Londres, 5 de Dezembro de 1824 — *João Antonio Pereira da Cunha*.

Annuindo por fim o governo britannico ás solicitações do nosso, foi reintegrado no serviço do Brazil o Capitão de Mar e Guerra João Taylor, com a graduação de Chefe de Divisão da Armada Nacional e Imperial pelo seguinte decreto :

«Hei por bem admittir ao serviço da Armada Nacional e Imperial a João Taylor no Posto de Capitão de Mar e Guerra, Graduado em Chefe de Divisão.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido.

Palacio do Rio de Janeiro, 1º de Dezembro de 1825.

Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial. *Visconde de Paranaguá.*»

A admissão do commandante João Taylor na nossa marinha, prende-se não somente ao desejo de auxiliar os brasilienses como a uma condição que impoz, qual a de realisar a sua maior aspiração, que era a do seu casamento com d. Maria Thereza da Fonseca Costa, descendente de illustre familia que pelos seus dotes de belleza, attrahiram e prenderam o bravo official. A difficuldade porém estava em que a donairosa dama estava promettida a seu primo o futuro marquez da Gavea Manoel Antonio da Fonseca Costa.

Chegando o facto ao conhecimento de D. Pedro I, tão bem soube conciliar os sentimentos de ambos que os desejos de João Taylor, se realisaram. Assim mais á nova patria, ligou-se o provento homem do mar, que não teve necessidade de recorrer ao *shilling* que lhe deixára seo pae em testamento.

Dous dias depois de sua readmissão, mandou-lhe o governo continuar o abono da gratificação que anteriormente recebia.

Por aviso da mesma data de sua readmissão foi nomeado para servir na esquadra no Rio da Prata. Não o aceitou porém João Taylor, porque lhe estava destinado o commando de uma pequena divisão composta de quatro hiates na Lagoa Mirim, até então commandada por um segundo tenente; Não o perdoou o ministro da marinha pelo seu gesto de altivez.

Em vista da recusa foi por Aviso de 5 de Dezembro do mesmo anno tornado sem effeito a sua nomeação.

Para castigal-o de assim proceder, por aviso de 12 de Dezembro do mesmo anno se ordenou que até ulterior deliberação cessasse o abono do soldo e gratificação. Na inactividade conservou-se João Taylor. Seu rijo caracter não se alquebrou. Pacientemente esperou que melhores tempos succedessem ao que soffrera todo o Brasil.

A transformação politica pela qual passára o Brasil, depois da abdicção do primeiro imperador, veio exigir os serviços do illustre official.

Quando em 6 de outubro de 1831, instigada pela politica, revoltou-se a artilharia de marinha na ilha das Cobras, ao romper o fogo contra aquella praça de guerra a bateria de seis boccas de fogo assestada no adro do convento de S. Bento, coube, ao chefe de divisão João Taylor no commando dos navios de guerra, pelo lado do mar secundar o ataque.

Assim é que por aviso de 14 de outubro de 1831 foi nomeado Ajudante de Ordens e Encarregado do Quartel General de Marinha. Sendo nomeado commandante dos navios desarmados surtos no porto da Capital, deixou o expediente do Quartel General por aviso de 28 de Fevereiro de 1832, continuando no de Ajudante d'ordens de que foi exonerado por aviso de 25 de agosto de 1832.

Em 17 de abril de 1832 o partido dirigido pela *Sociedade Conservadora* que pretendia restabelecer D. Pedro, no throno que havia sido por sua politica obrigado a abdicar, tentou um golpe de estado.

Os conspiradores tendo-se embarcado no caes da Gloria em uma falua, dirigiram-se á bordo da fragata *Imperatriz*, e servindo-se de um papel em que havia a assignatura do chefe de divisão João Taylor, formulavam uma ordem em nome desse official, requisitando 50 marinheiros. Deu cumprimento a ordem o commandante, entregando as praças armadas, porém desconfiando de alguma traição, officiou ao governo, communicando o facto. Providenciou o governo e taes disposições tomou que fez abortar o plano. Reconhecendo os officiaes e marinheiros mandados pelo commandante da fragata que eram illudidos; abandonaram a falua e se recolheram á bordo.

A ordem apocrypha apresentada pelos conspiradores servio para que se accusasse o chefe João Taylor de connivencia com elles; devido a esse facto, e para se justificar, depois que foi exonerado do cargo que occupava, pediu a nomeação de um conselho de guerra, para apurar a sua responsabilidade.

Para juizes de seu conselho foram nomeados os brigadeiros Antonio José Rodrigues, Conde de Beaurepaire e Henrique Isidoro Xavier de Brito em 23 de Fevereiro de 1833. No mesmo processo estarem incluídos o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, capitão tenente Joaquim Leão da Silva Machado e capitão Luiz Henrique Tóta e o ex-tenente Antonio Saldanha da Gama.

Por aviso de 27 do novembro de 1832 se lhe mandou formar o conselho de guerra, que requereo, para se justificar e cuja sentença foi reformada pelo Conselho Supremo Militar e de Justiça de 23 de abril de 1833, na parte em que se julga apocripha e falsificada a ordem que fez objecto da justificação, mandando que em attenção aos seus serviços seja considerado o conteúdo deste assentamento sem quebra de sua reputação militar.

Nomeado commandante da fragata *Bahianna* por aviso de 24 de Junho de 1833, della desembarcou a 24 do mez seguinte afim de gozar de uma licença para tratar de seus interesses. Tendo-se apresentado foi nomeado a 23 de dezembro do mesmo anno para commandar a fragata *Príncipe Imperial*, fazendo n'este navios diversas commissões e entre ellas a de viagem de instrucção com os guardas marinhas.

Desse navio desembarcou em 24 Janeiro de 1835.

No commando deste navio, teve occasião João Taylor de modo bem significativo demonstrar como se pôde fazer lembrar o cumprimento da palavra empenhada.

Era habito, por não haver navegação regular, fazérem os navios de guerra a condução dos deputados para o Rio de Janeiro e depois de terminadas as sessões annuaes, ás suas provincias.

Sabido era que nos transportes tinham os passageiros regulares accommodações e alimentação especial o que não se dava nos navios de guerra propriamente, cujos officiaes, nestas condições eram obrigados a deixarem suas commodidades, sujeitos ás rações fornecidas.

Não dispunham do mesmo modo os commandantes de gratificações especiaes nem tão pouco de soldo avantajado, para á sua custa, em longas viagens á vela, dar alimentação ás pessoas embarcadas.

Tendo o commandante João Taylor recebido diversos representantes da Nação para conduzi-los ao Rio de Janeiro, com toda a boa vontade alojou-os em sua camara e do melhor modo que pôde forneceu-lhes alimentação á sua custa.

Em conversa com os deputados fez-lhes ver as necessidades da marinha, cujo descuido por parte do Governo a levava a não poder cumprir sua missão. Chamou a attenção para os minguados soldos dos officiaes e marinheiros, miseravelmente pagos.

A todas as ponderações feitas pelo commandante Taylor achavam justissimas os deputados os quaes formalmente se comprometteram a fazer com que se tornassem leis.

Uma vez porém na Camara nem siquer uma palavra sobre o assumpto foi dada.

Chegada a época do regresso, lembraram-se os deputados do bom tratamento recebido pelo commandante Taylor; empenharam-se, pois, para que o mesmo os reconduzisse.

Chegou porém a vez de pregar-lhes uma boa lição o fleugmatico marinheiro.

Preparou o seu navio e de rancho para os passageiros não se preocupou, a não ser das rações que lhes fornecia o governo.

E diariamente a carne de balso, o feijão, a bolachia e os grãos de bico vinham á meza.

Reclamaram os deputados com azedume.

Sem se alterar disse-lhes o commandante que sendo pobre, dispondo de mingoado soldo nada mais lhes podia fornecer além do que marcava atabella de bordo. A grita contra o commandante o azedou; aproveitando-se de mau tempo e vento rijo, mandou largar todo panno, fazendo o navio, com mar de pôpa, dar trancos furiosos. Quando protestavam os deputados, emper-turbavelmente e risonho dizia-lhes — *Digam apoiado agora!*

Por esse motivo foi exonerado do commando.

Na provincia do Pará, como em outras do norte, o espirito revolucionario campeava com furia. A' braços com diversas rebelliões fomentadas pelo espirito partidario ou melhor pela politica dos capitães-môres, que só olhavam para o seu interesse e não para um ideal, via-se a Regencia em verdadeiros apuros para debellal-as. Sem forças para manter o prestigio do governo, tinha que fazer concessões e uma vez feita uma, novas exigencias appareciam. O resultado era o enfraquecimento da lei, a anarchia que se observava por toda a parte.

Sem o prestigio da força não podia imperar a justiça.

Para commandar a fragata *Campista* e commandar a divisão naval no Pará, foi nomeado a 30 de Março de 1835. Ali chegando em 11 de abril encontrou a provincia completamente deflagrada, entregue a uma verdadeira anarchia. Os grupos que se succediam, fermentos ainda das commoções havidas desde a independencia, se degladiavam ferozmente para a posse do poder.

Na desordem e anarchia procuravam os ambiciosos lograrem o seu desgnio de dominio. Assim Francisco Vinagre presidente intruso do Pará, negava-se a entregar o governo ao vice-presidente Angelo Corrêa.

Por aviso de 11 de agosto foi dispensado João Taylor do commando da *Campista*, conservando porém o da divisão.

Durante todo o tempo que durou a sua commissão no Pará não descançou um só momento para pacificar a provincia, organisando expedicções para o interior: assim á ilha da Conceição onde foram derrotados os *cabanos*, á Itapoan, á Abaetés. Noutros pontos.

Como interesse historico damos o officio que dirigio ao Governo sobre os successos no Pará:

Ilmo. Exmo. Sr. «..... A maneira pacífica e agasalhadora com que saltamos n'esta Capital julgou-se seria hum meio effizaz de acalmar os facciosos, conter na ordem seus Cheffes, e obrigar-los a conciliação com os Amigos da ordem.

«Por esta razão erão bem acolhidos em Palacio e em minha caza os ditos Cheffes, principalmente Francisco Vinagre e Eduardo Seára de entre elles os mais influentes. O Marechal naturalmente sincero, ou porque quizesse fazer de ladrão fiel, pensou dissolver as reunioens dos Caboculos armados que havião por fóra, servindo-se por isso d'aquelles homens que por varias vezes forão incumbidos dessas diligencias, mas sem fructo.

«Eu mesmo me persuadia que, visto não se poder dispôr de forças para as bater, que este meio seria bastante proveitoso, muito principalmente porque esses mesmos homens a cada hora protestavão seus dezejos de harmonia e pacificação, e ainda mais porque sendo elles os que mais tinham a confiança dos Caboculos, erão os que melhor os podião acomodar quando elles fossem sinceros. Eu por pouco tempo me illudi; pois que percebi que bem longe de hirem desmanchar esses ajuntamentos dos malvados, elles os fã animar em seus planos.

«Comuniquei isto ao Marechal e propuz-lhe a prisão desses cabeças visto se acharem todos na cidade, mas elle Presidente não assentio á minha proposição, esperando talvez tirar alguma vantagem no emprego d'aquelles desordeiros em taes commissões. Emquanto pois, isto se passava na Capital, estes Cheffes dos rebeldes continuavão a ser bem tratados por mim, e pelo Marechal e por todos os officiaes da expedição; elles nos atraçoavão e nos armavão ciladas, pois erão elles os mesmos que ordenavão as reunioens, e as cruentas hostilidades, as destruições e roubos das fazendas e lugares proximos da Cidade.

«Os principaes pontos onde os *cabanos* tem maiores forças são o do rio Mojú, de Conde e Beja e Pinheiro, foi deste ultimo ponto que sahirão esses monstros que forão atacar a populosa e fiel Villa da Vigia que por elles foi assaltada em numero de oitocentos e tantos que fizerão succumbir os habitantes d'aquella Villa que não estavão prevenidos para hum tão forte ataque, tendo sido mortos quanto n'ella forão encontrados. Estes malvados arronbavão todas as casas e as saqueavão, bem como a Igreja, e depois de taes estragos se retiravão para o mesmo lugar. De ordem do Presidente de combinação commigo, fiz sahir a escuna *Bella Maria*, logo que se soube que os *cabanos* se preparavam para hir atacar a Vigia, mas já ella não chegou a tempo de remediar o mal pela demora que teve em caminho como V. Ex. verá pela copia do officio do commandante da mesma escuna. A noticia desta ultima scena de horror encheo de consternação esta Cidade; immediatamente ás minhas instancias, e de outros, o Marechal, já conhecendo os enganos e traçoens dos Cheffes dos malvados, se decidiu a tomar medidas energicas e a dar ao negocio a importancia que merecia. Esta noticia chegou na noite do dia 27 do mez proximo passado e ao romper do dia já sahião patrulhas, a prender os influentes dos revoltosos que se achavão na Cidade, dando-se buscas em suas casas sobre armamento e munições. Porém já a este tempo não existião na Cidade os principaes cabeças dos revolucionarios que havia, quatro ou cinco dias se tinhão retirado para fóra a dirigirem os *cabanos* segundo o plano de novo assalto a esta Capital, e por isso dos principaes só forão presos João Aranha (*) e Francisco Vinagre, e este por não querer deixar a companhia da celebre prostituta Maria Amalia.

(*) 1º tenente da Armada que se havia passado para os rebeldes.

«Muitas armas nacionaes foram achadas em diversas casas dos indigitados cumplices da revolução porque alguns existião na Cidade preparados para operarem de accordo na occasião do assalto. Por esta parte pois ficou des-assombrada esta Capital e se acha em huma attitudo mais respeitosa para os inimigos. Os Cidadãos que antes destas medidas estavam frios e descontentes hoje entusiasmados se prestão ao serviço das Armas, e tem formado hum Corpo de Voluntarios de quatrocentos e tantos, se bem que nos faltão armas.

«Os Consules estrangeiros, os Commandantes das Corvetas Ingleza e Portuguesa com sua gente estão promptos a coadjuvar-nos na occasião de perigo, o que tem dado maior calor á nossa gente. Pela minha parte eu tenho feito por desempenhar a confiança que V. Ex. fez em mim quando me nomeou para Commandar em Cheffe as forças de Mar que devião operar n'esta expedição e não só me tenho dado a todo trabalho dos arranjos maritimos como tenho cooperado para quasi todos os negocios de terra, por isso que o Presidente de muitos delles me tem encarregado.

«Algumas outras medidas se tem tomado para a defesa da Cidade e entre outras as que constão da Acta de hum Conselho militar a que eu presidi no impedimento do Marechal e de que envio copia a V. Ex. Convem levar ao conhecimento de V. Ex. a copia da Carta que Antonio Vinagre irmão do ex-Presidente intruso dirigio ao marechal para que V. Ex. faça idéa da ouzadia dos malvados que a não serem destruidos por huma força respeitosa ameação destruir a Provincia inteira. Tal he a desgraça do Pará que essa celebre prostituta de quem já fallei, tambem proclamou aos Paraenses e por huma maneira que parece ter sido para isso rogada pelo Governo! nada mais vergonhoso e digno de punição!

«Cousa nenhuma hoje se teria feito se o Presidente tivesse deixado todos os negocios correrem por via dos Juizes de Paz que estavam servindo n'esta Capital; porque conniventes com os malvados erão estes os obstaculos maiores que se podião oppôr ás mais bem concertadas medidas de prevenção ou policia.

«Permitta-me agora V. Ex. que eu expendo algumas reflexoens á vista da posição actual da Provincia, de seus grandes males, e da necessidade de os remediar o que reduzirei a hum breve quadro. O estado da Provincia he assáz critico e lamentavel; grandes são os seus males, e tanto mais deploraveis por isso que os meios faltão para os remediar. Mais se o estado actual das cousas offecerem hum aspectó terrivel, ainda mais medonho se me antolha o futuro, se o Governo central não enviar quanto antes forças capazes de destruir os revoltosos que dia a dia engrossão mais o seu partido. He-me bastante dolorozo ver as nossas pequenas forças circumscripitas n'esta Capital; não as posso deixar sem defesa, para hirem bater os malvados nos diversos pontos em que se achão reunidos. Porém se o governo da Provincia mal pôde segurar e defender a Cidade, como mandará bater os Cabanos que passão em numero de trez mil quando as nossas forças apenas montão a mil entre marinhagem, Tropa e Cidadãos? E tal he a desgraça ao governo desta Capital que nem mesmo aos districtos que se achão pacificos têm podido obter gente, já porque alguns se recusão com a desculpa de ver a Legalidade ainda pouco segura, já porque são precisos nos mesmos districtos para se defenderem da sorte infausta que teve a grande Villa da Vigia, e praza aos Céos que elles possam escapar de infortunio igual. Tal he o populoso districto de Cametá, que tem estado em huma especie de observação ou neutralidade e donde não tem vindo gente nenhuma, apesar de ser o primeiro lugar para onde o Presidente officiou a este respeito. He preciso que V. Ex. faça ver ao Governo que sem huma força externa,

isto hé, tropa que venha de fóra desta Provincia não se póde dar remedio aos males que as destroem, e esta força não deverá ser menos de mil homens, ou mais, sem isto a Provincia toda se perderá, e a mesma Capital custará bem a sustentar-se porque sitiada por todos os lados padecerá as maiores necessidades de viveres, pois que tudo vem do interior em canoas.

«Digo sitiada pois que o plano dos malvados he apoderarem-se da Ilha de Marajó, ou nella extinguirem todo o gado, e privarem a Cidade de mantimentos.

«He em consequencia deste plano, que estão destruindo as fazendas dos districtos visinhos á Cidade, onde tem acabado com tudo quanto he gado e criação.

«E n'estas incursões não ha sorte de violencias que elles não tenham praticado. Tudo isso porém nada será á vista do fucturo se não virem com brevidade forças sufficientes para desbaratar esses Lobos esfaimados, ou ferozes inimigos da humanidade, porque se esta peste tocar os Tocantins, Amazonas, então está perdido o Pará, e será preciso de novo conquistá-lo, e não será já com dous, nem com trez mil homens, nem com a facilidade dos primeiros Indigenas ou aborigenas fugião de hum mais pequeno tiro, e estes atrevidos já encarão com as ballas.

«He preciso que V. Ex. considere, ou reflecta hum pouco sobre a população desta Provincia que he composta pela maior parte de negros libertos cafuzes, mulatos, mamelucos e Indios ou tapuias que de entre as outras castas he melhor porque tão susceptível he de seguir o bem como o mal, conforme os seus directores, mas já não sahe assim as outras castas que inteiramente desmoralizadas e sem o desinteresse dos Indios tem combinado o mesmo plano dos Haitianos e nem se deixão levar por Chefes que não pensão do mesmo modo que elles.

«Se os Vinagres não fossem da mesma opinião já teriam sido mortos. O fim da revolução de 7 de janeiro do p. p. está inteiramente mudado, a lucta então foi por interesses particulares; forão inveja e a cubiça que assassinarão a Ley; hoje porém he a guerra d'aquellas diversas castas combinadas contra as vidas e propriedades dos homens brancos sobre o pretexto de ser o paiz sua propriedade.

«Mais he de notar que os tapuias, como eu já disse, são os menos entusiasmados n'este negocio. O Presidente de combinação commigo tem feito quanto póde para salvar a Capital e o que falta he o principal, só póde vir do Governo Central. Eu tenho porém a honra de ponderar a V. Ex. que para esta Provincia esquadras não servem, mas sim tropas de terra que possam perseguir o inimigo pelo interior dos rios em barcas e Escunas, V. Ex. estou certo, que cooperará pela sua parte para a salvação de huma Provincia, a mais bella, a mais extensa e a mais rica do Imperio. Será porém bom que o Governo não torne a calcular suas medidas sobre a hypothese de serem elles capazes de arrendimentos, ou d'algunha acção, ou pensamento justo ou nobre ou da menor sombra de boa fé e sinceridade, porque em seus corações está extincto todo o germen da virtude.

Nada mais eu posso dizer sobre esta infeliz Provincia: O quadro em geral que a tenho representado he pura verdade.

«Nesta occasião remetto a V. Ex. os mappas dos differentes Navios sob o meo commando em chefe, das gentes destacadas em Lanchas, nos Hiates *Mandurucú* e *Independencia*, ficando a fragata *Imperatriz* com 140 praças incluindo officiaes e grumetes de menor idade e criados.

«A corveta *Defensora* tem falta de 92 praças, numero das doentes que se achão em huma caza que está servindo de Hospital, he de 60; a maior parte doentes de huma desintheria de sangue da qual já 7 forão victimas. A corveta *Regeneração*, como tenho representado a V. Ex., além de ter 60 praças de menos para o completo de sua guarnição em tempo de paz o que tem he faltas de subordinação, e sinto muito incluir neste numero hum official o 1.^o Tenente João José da Motta, que sem brio se abandonou ao partido do Vinagre, Chefes dos revoltosos e vociferando contra os actos do Governo e a tal ponto chegou a sua insubordinação que tambem se portou commigo de huma maneira muito insolente sobre a tolda da dita Fragata, digo da dita Corveta, pelo que o prendi, e logo que tenha respondido a Conselho de Investigação o remetterei para essa Côrte. Ha dias que o contramestre da Fragata *Campista* por nome Potter se fez chefe de hum motim contra os seus officiaes, pondo-se athé a testa dos marinheiros Inglezes que hia tendo funestas consequencias se eu não fosse logo suffocar tão criminoso procedimento, e agora vai passar por hum conselho de guerra.

«O conselho de investigação dos officiaes que devião regressar para a Côrte, vai com muita demora em consequencia dos officiaes membros do Conselho serem continuamente interrompidos em serviços de summa necessidade e os officiaes que deverião regressar para a Côrte todos se achão huns destacados em Lanchas, outros a bordo das Embarcações fazendo serviço e em terra, outros com a marinhagem fazendo guardas, *excepto o 1.^o Tenente Aranha que não está empregado em serviço algum por ter sido desde o principio unido aos rebeldes e cabanos e com elles convivido e prezentemente á bordo doente.*

Tenho continuado a empregar os Navios pequenos no serviço mais util a Provincia, e tambem as Lanchas de todos os Navios, e particulamente para conservar livre a comunicação com a Ilha de Marajó, donde vem todo o gado para a Cidade, assim como tambem fiz partir huma Lancha commandada pelo 2.^o Tenente Veiga com tres canoas grandes e 50 homens armados a desembarçar nos rios de Bujurú, donde vem muita farinha. Sinto muito ter que participar a V. Ex. que o Commandante do hiate *Mandurucú* o 2.^o Tenente Manoel Lopes Pinhel foi gravemente ferido pelos rebeldes: e em consequencia de hum officio ao Exm. Sr. Marechal, datada de 28 de julho proximo passado, cuja copia remetto, julguei do meu dever nomear outra vez, o 1.^o Tenente Francisco de Borja para tomar o Commando.

«Em consequencia da deliberação deste Conselho Militar de que fallei a V. Ex., e por ordem do Presidente a Corveta *Defensora* passou a ser presinganga, pois há mais de 150 presos dos revoltosos, e não sei qual o destino que o mesmo Presidente lhe quer dar, pois em minha opinião já os principaes delles devião ter sido punidos de morte, não só para expiarem os seus enormes crimes, como para servir de exemplo e aterrar os malvados que atrevidos com tanta impunidade, não temem ser justicados no cadafalso, ou então com huma amnistia que os colloque a par dos homens honrados e amigos da ordem. Em 1823 Grenfell unido ao Governo de então não accommodaria de certo tão grandes dezordens se não fuzilar cinco dos mais influentes da sedição. E se em tal occasião essa resolução aproveitou tanto, como huma medida semelhante não seria vantajosa nesta aviso, em que o mal incomparavelmente mais horroroso, e ameaçados de completa ruina da Provincia.

«Com o supplicio de uma duzia destes monstros, talvez se poupasse milhares de innocentes victimas. Elles matão quantos homens bons apanhão nos lugares que infestão, entretanto que os delles são presos, são poupados para se rirem talvez do sangue que derramarão.

«Eu continuarei a lembrar ao Ex. Presidente que a corveta *Defensora* não obstante ser presinganga póde continuar a ser concertada para seguir viagem para Bahia.

«Duvido muito conforme as informações dos primeiros praticos que a Fragata *Imperatriz* possa sahir d'aquí sem grande risco, senão em Fevereiro do anno proximo futuro, navegando pelo mesmo canal por onde entrou entre os bancos da Tijoca e Bragança: pois pelo canal da saída por fóra da Tijoca se achão nos alfaques 3 1/2 braças escassas; e o Prático-mór me disse que não toma a responsabilidade sobre si.

«Tive a honra de receber os officios de V. Ex. datado, dois de 16 de Maio e outro de 21, e a copia do officio dirigido ao Ex. Presidente datado de 7 de maio.

He com bastante magoa que recebi a reprehensão enviada pela Regencia sobre o ter eu de accordo com o Ex. Presidente ficado na Bahia até o dia 17 de Maio, mais estou persuadido que agora V. Ex. me ha de fazer justiça a respeito do meu zelo no serviço Nacional, e o quanto foi bem acertado o ter apurado pela dita corveta, pois segundo os meus officios V. Ex. terá visto que em nada transtornou a demora da expedição porque cheguei ao Maranhão dias antes da Corveta.

«Tenho tambem a participar a V. Ex. que esta Provincia está muito falta de generos, para sustentar a Esquadra, pois a carne que havia a bordo dos Navios aqui estacionados antigamente era do Rio Grande do Sul, se acha toda podre, e que só a do Norte he muito mais duravel que outra qualquer e por este motivo rogo a V. Ex. o mandar remetter dessa carne para a Esquadra e para estar prompto para sahir qualquer navio em commissão, como tambem para completar dois ou tres mezes de mantimentos para os navios aqui estacionados, visto não haverem aqui nem em Maranhão semelhante genero; quanto a farinha ha bastante para todo o tempo que estivermos aqui.

Pelo Paquete Nacional *Brazilia* segue viagem o Capitão Tenente Pedro da Cunha, acompanha-o o Conselho de investigação, assim como hum Furiel da Escuna *Bella Maria* qae desertando se tinha unido aos rebeldes, como V. Ex. verá pelo officio incluso do Commandante.

He tudo quanto me offerece dizer sobre esta interessante mas infeliz e desgraçada Provincia.

Deus Guarde a V. Ex^a. Bordo da Fragata *Campista* surta no Pará, em 9 de Agosto de 1835. Ill^o Ex. Snr. José Pereira Pinto. Ministro e Secretario dos Negocios da Marinha. *João Taylor*.

No dia 14 de Agosto de 1835 atacaram os *cabanos* a capital do Pará. Pelas 10 horas da manhã de Palacio foi feito o signal para o desembarque do resto das forças navaes, repetido da fragata *Campista* aos demais navios da divisão.

De bordo da *Imperatriz* saltaram 30 praças, sob o commando do capitão de fragata Guilherme Eyre e reunidas á gente do capitão de fragata Jorge Mawson, a 100 voluntarios e alguns soldados de linha, marcharam pela estrada do Nazareth.

O tiroteio estabelecido desde ás 11 horas, só terminou á noute, nada podendo fazer as forças de desembarque para desalojar os revolucionarios que ficaram senhores de uma parte da cidade, embora a força legal fosse apoiada pelos destacamentos de uma corveta ingleza e de outra portugueza.

Continuando no dia seguinte o combate, perderam os revolucionarios algumas das posições de que se haviam apossado na vespera, porém em compensação se apossaram de outras.

O destacamento da corveta portugueza retirou-se para bordo por ter exgottado as munições e o da corveta ingleza continuou o tiroteio no flanco esquerdo da cidade.

No dia 16 ás 4^h 30^m da madrugada os revoltosos atacaram o Trem, porém o fogo da fragata *Campista*, corveta *Regeneração* e corveta ingleza, collocadas no flanco esquerdo da cidade e da fragata *Imperatriz* e da corveta luitana *Eliza*, postadas no flanco direito, obrigou a se retirarem ás 8 horas da manhã, deixando o largo das Mercês e a rua do Açougue juncadas de cadaveres. E durante o dia continuou na cidade o tiroteio, morrendo na acção no dia seguinte Eduardo Angelim, chefe da revolta que foi substituido por seu irmão, que continuou em desesperado combate.

Vendo o chefe Taylor que não podia contar com os voluntarios para sustentar as posições que, com sacrificio de vidas de suas guarnições, ia se apoderando, foi de opinião na reunião convocada em Palacio, a qual compareceram todos os officiaes mais graduados ds exercito e da armada, que as forças legaes abandonassem a capital e se embarcassem nos navios sob suas ordens. Fundamentou a sua opinião do seguinte modo: « que inteirado da opinião dos commandantes da esquadra, e tendo ouvido os das corvetas ingleza e portugueza, propunha que o presidente se retirasse para bordo porquanto eram já nove dias que se sustentava uma defesa vigorosa sem colher vantagens algumas: que elle chefe, pessoalmente, e o commandante da fragata *Campista*, Jorge Manson, tinham ido muitas vezes aos pontos onde havia fogo, encorajar os voluntarios, não tanto em entrar n'ella, como a sustentarem os pontos que se ganhava com vidas e sangue, e comquanto fossem elles commandados por officiaes de marinha e tropa, assim mesmo os desamparavam, de maneira que por nove dias se esteve na desgraçada alternativa de ganhar o perder posições; que se haviam armado cerca de 500 voluntarios, que tinham recebido armas com entusiasmo, mas que não appareciam e, em despeito das ordens, fugiam para o mar, em montarias e canoas, levando as armas; que as corvetas estrangeiras, presenciando este escandaloso e cobarde procedimento, tinham sustado o desembarque de suas forças. não devendo sacrifica-las emquanto aos proprios nacionaes não importava o estado da cidade: que o presidente só podia contar com 80 voluntarios bravos e capazes, mas que este numero era insufficiente para acudir aos pontos necessarios e defender o palacio, unico alvo dos rebeldes, porquanto dos marinheiros e tropa se achavam muitos mortos e feridos; que os rebeldes estavam senhores do quarteirão do palacio, do lado de leste, e seu fogo já prohibia a communicacão com o governo e o mar.»

Este parecer foi approvedo unanimemente, lavrando-se o competente termo. Em vista do que deu-se o embarque, começando pelos feridos que ainda se achavam em terra, depois as familias e por ultimo o presidente; o serviço foi dirigido pelo então 1º tenente Joaquim Marques Lisboa (marquez do Tamandaré por ultimo).

A força que guarnecia o Trem, que leve de sustentar tres ataques, sempre repellindo os rebeldes, foi conduzida pelos escaleres da fragata ingleza e por alguns escaleres nacionaes, sob o mando do proprio chefe João Talyor.

No dia seguinte 23, atacaram os revolucionarios o palacio da presidencia, ignorando ainda o seu abandono: furioso com isto dirigiram-se á margem do rio, onde assestaram canhões, e romperam fogo contra os navios. Estes responderam, até que dando-se a baixa mar e não podendo por essa razão visar as baterias inimigas, que lhe ficavam sobranceiras, afastaram-se mais de terra.

Em 20 de janeiro de 1836 communicava «que iam sendo melhores as noticias obtidas da capital da infeliz Provincia, devido ao concurso dos Abaetanos e Cametães terem muito trabalho; que os rebeldes estavam muito aterrados, e na Cidade na maior divergencia, estando a testa de um dos partidos (o maior) o escravo Jacintho Monteiro que se appellida Piri-roca-Cana, com titulo de Ten^{te}, C^{om} d'Artilharia: que Eduardo pouca influencia tinha então; constava ter elle uma escuna fundeada em frente á cidade prompta para n'ella dar á vela ao primeiro alarme para as cabeceiras do Acará, onde tenciona fortificar-se.

«A tropa chegada de Pernambuco ainda se achava na ilha Cutijuba, d'ella havia fallecido 5 e se achavam doentes 95: esta expedição havia chegado a 15 de janeiro distribuida por tres brigues mercantes, paquete *Constança* e Brigue-barca *Pirajá*.

Em 6 de fevereiro dando noticias de mais successos das forças legaes em Muaná, dizia que pela barca *Jaguarary* procedente de Macapá, para ali enviada em Dezembro anterior, os rebeldes haviam sido batidos; que ali aportara uma escuna americana conduzindo polvora, ballas, chumbo, pederneiras e armas segundo todas as apparencias para os revolucionarios d'aquelles districtos: que para ali mandára o 2^o Tte. Francisco de Paula Barreto para conduzir-a ao ancoradouro.

«Que haviam sido desalojados os rebeldes desde o Chapeo Virado até em frente do ancoradouro e que no dia 3 havia sabido uma expedição para a Villa da Vigia sob as ordens do capitão tenente Bartholomeu Hayden.

Foi felicissima esta expedição porque as famílias que se achavam asyadas na ilha da Tatuoca poderam desde então ser suppridas de farinha e peixe.

«Em 18 de janeiro mandou engrossar a expedição destinada ao ataque da villa de Collares, foco de assassinos, com as escunas *Leal Cometaense* e *Dez de Fevereiro*, sendo batidos em 22 de fevereiro.

«Em Cametá tudo ia bem: as expedições arrançadas pelo benemerito juiz de paz o padre Prudencio José das Mercês Tavares de accordo com o activo e intelligente official o 1^o Tenente Joaquim Marques de Lisboa (futuro Marquez do Tamandaré), deram os meliores resultados.

«Havia regressado depois de 80 dias o tenente José Felipe Pereira Leal, que fóra com uma partida em uma escuna mercante do Amazonas, donde trouxera um comboio de 42 barcos carregadas de generos no valor de 200 contos. Tanta satisfação causára na população que se fizeram luminarias.

«Outra expedição ás ordens do capitão Silva Guimarães, embarcada na escuna *Mundurucú*, em quatro barcas armadas, foi até a ilha Cogipó, formigueiro de malvados, cafuzes, mamelucos e alguns (poucos) indios que em numero superior a mil se acharem ali fortificadas em tres pontos.

«Atacado no dia 3 de janeiro o principal reducto foi tomado, ficando os demais bloqueados, até a vinda de soccorros.

«A villa de Muaná, d'onde ia o gado para Eduardo que se achava na cidade, foi guarnecida com gente legal.

«Assim a Província achava-se quasi reduzida á ordem á excepção do rio Guamá e a ilha de Marajó para onde ia seguir uma expedição para a villa Marajó-assu.

Eram essas as informações dadas pelo chefe Taylor em 20 de fevereiro.

Em 22 de fevereiro communicava o ataque á villa de Collares pelo commandante Hayden com as escunas *Rio da Prata*, *Bella Maria* e barcas armadas *Leal Cametãense*, *Jaguarary* e *Dez de Fevereiro*. Apesar de tão rebeldes resistirem ao ataque, foram por fim destróçados.

«Mallográra-se á tomada da ilha do Cogipó devido a traição de alguns cametãenses que se passaram para os rebeldes. Foram os navios salvos pela intrepidez do 1.º tenente commandante da *Mandurucú*, Francisco de Borges.

«Haviam a 10 de março atacado os rebeldes por mar e por terra com uma esquadilha o arraial de Abaeté: compunha-se esta de um hiate armado com um rodizio de bronze de calibre 9, tres batelões: um com uma peça de calibre 3 os outros dous, de calibre 6; tres igarités, uma com uma caronada de calibre um: um escaler e algumas montarias guarnecidas com 100 homens. Pretendiam abordar a barca *Independencia*, que protegia o porto; o 2.º tenente Gabriel Ferreira da Cruz que a commandava auxiliado por um hiate commandada pelo capitão de milicias José Francisco Alves, conseguiram derrotal-os aprisionando toda a esquadilha inimiga.

«Na repulsa ao ataque da villa Muaná, na illa de Marajó, em frente ao Tocantins, em que se distinguiram a escuna *Riograndense* e um pequeno hiate commandado pelo immediato d'aquella escuna, perderam os revoltosos no dia 13, uma caronada de calibre 18, 2 peças de ferro de calibre 6, uma de trez e dous morteiros e todos os batelões, canoas e quinze mortos.

«No dia 12 para 13 fundeára proximo á cidade uma divisão ingleza composta de uma fragata de 46 peças, dous brigues, um de 18 e outro de dez. Depois de entrar em correspondencia com o Presidente suspendeo e foi fundear em frente á cidade:

Encarregára a corveta *Regeneração*, de participar todos os movimentos de tal divisão, não deixando elle Chefe Taylor, de crer que o commandante inglez obrava contra todos os direitos maritimos, rompendo o bloqueio, visto ser o nosso proprio territorio».

Tendo o governo deliberado mandar uma expedição ao Pará, em vista da exposição feita pelo chefe João Taylor, confiou o commandante da mesma ao general Andrea, dando ao mesmo tempo substituto ao chefe Taylor, na pessoa do capitão de mar e guerra Frederico Mariath. Persistia ainda o azedume de Taylor contra os officiaes adhesistas, de quem tanto se queixava.

Levava instrucções o general Andrea, que ao Pará chegou a 9 de abril, para que se recolhesse ao Rio de Janeiro o chefe de divisão João Taylor que deveria fazer escalas pelo Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Do Pará sahio a 20 de abril, depois de fazer entrega do commando da divisão: em vista das más condições em que se achava o navio em que se transportava, prudentemente navegou. Seu navio estava com o mastro do traquete completamente podre e bem assim o panno. Ao Maranhão chegou a 3 de maio, donde sahio a 16, depois de receber mantimentos e refrescos para a guarnição que estava atacada de escorbuto. Sobrevindo-lhe calmaria, teve a viagem retardada, até que dobrado o cabo de S. Roque estando na

altura de Goyana, sobreveio-lhe ventos fortes do S. e SE. com grandes vagalhões. Devido aos balanços, no dia 5 de julho teve rendido o mastro da mesena e o mastaréu da gala e no seguinte o do traquete, em vista do que arribou a Parahyba no dia 7, com 52 dias de viagem.

Reparado o navio, continuou a viagem. Em 6 de outubro desembarcou da *Campista* no porto do Rio de Janeiro.

Promovido a Chefe de Esquadra graduado por Decreto de 18 de fevereiro de 1837. Conservou-se no Rio de Janeiro sempre a prestar serviços em diversas commissões, taes como de inspecção de armamento e outras. Em 3 de fevereiro de 1840 teve quatro mezes de licença, apresentando-se a 1 de julho do mesmo anno.

Por decreto de 14 de março de 1847 foi promovido á effectividade do posto de Chefe de Esquadra. Por aviso de 4 de julho de 1851, em virtude de consulta tomada a 25 de junho ao Conselho Supremo Militar se declarou que pelo officio do Presidente do Pará, general Manoel Jorge Rodrigues de 23 de agosto de 1835 este official na qualidade de commandante de esquadra ali em operações contra os rebeldes portou-se com merito, zelo e intelligencia e que na sustentação da defesa da capital da Provincia que teve lugar de 14 a 22 do mesmo mez prestou distinctos serviços, mostrando sempre muito valor.

Por decreto de 2 de dezembro de 1851 foi promovido a Vice-Almirante.

Não quiz a fortuna que o illustre e benemerito official, que tanta gloria deu ao paiz que adoptou como seu, chegasse ao pinaculo da escala na marinha de guerra, pois a 26 de novembro de 1855, falleceo. Espera que a geração vindoura reduza ao bronze, o seu veneravel busto que figurou na prôa da corveta *Nitheroy*, á demonstrar que sempre estava o seu espirito a guiar no caminho do valor, da honra e do patriotismo, aquelles que n'aquelle navio-escola fizeram a sua aprendizagem para que transmittisse aos demais os mesmos preceitos.



Jacintho Roque de Senna Pereira

Jacinto Roque de Senna Pereira

CHEFE DE DIVISÃO

Nasceu em Portugal em .. de e
falleceu em 7 de Junho de 1850.

Dos officiaes portuguezes que abraçaram com verdadeiro amor a causa brasiliense ao proclamar-se a nossa emancipação politica, é sem duvida alguma Jacinto Roque de Senna Pereira, um dos que mais serviços a ella prestaram e com extrema dedicação. Desde jovem, aprendeu a avaliar no meio dos filhos da colonia a razão destes em busca de Justiça, que lhes era sempre negada.

Nos confins meridionaes do Brasil, rio Uruguay acima, abandonado tambem, participou do soffrimento dos esquecidos soldados naturaes do paiz, principalmente os do Regimento dos *Barrigas Verdes* para lá mandados a servir de muralha a inviolabilidade da fronteira que lhes fôra confiada.

Na Academia de Marinha de Lisboa matriculou-se Senna Pereira, d'onde depois de completado o curso mathematico, embarcou como voluntario no bergantim *Real João* com outros companheiros que iam ser distribuidos pelos navios da esquadra chamada do Estreito. Sahio de Lisboa a 30 de março de 1802, passando a servir na dita esquadra desde 5 de junho até 4 de maio do anno seguinte, quando então teve embarque na fragata *S. João do Principe*. Em 23 do mesmo mez e anno foi mandado passar para a não *Vasco da Gama*, capitanea da esquadra, da qual desembarcou em 11 de maio de 1803. Regressou em 28 de julho de 1805 para o mesmo navio; d'elle destacou no mesmo dia para o brigue *Vingança*.

Em 3 de setembro voltou a seu navio e do qual finalmente desembarcou a 25 de novembro de 1807.

Ao preparar-se a esquadra que deveria transportar a familia real para o Brasil, na vespera da partida da mesma a 27 de outubro de 1808, foi mandado embarcar na não *Vasco da Gama*, e nesse navio que ficou no Tejo a ultimar-se seguio para o Estreito de Gibraltar.

Tendo D. João ordenado que do Rio de Janeiro seguisse para Lisboa o chefe de divisão Rodrigo Lobo, para assumir o commando de uma divisão que deveria guardar a entrada do estreito de Gibraltar, foi escolhida para Capitanea a *Vasco da Gama* e n'esse navio teve Senna Pereira que participar, como presenciaram os habitantes de Gibraltar em maio de 1810, da vergonha que soffreo o pavilhão portuguez, em deixar o chefe Rodrigo Lobo, livre passagem a duas fragatas argelinas que se apresentaram a disputar-lhe a sua esquadra, muito mais forte.

Em 9 de novembro passou a ter embarque no brigue *Gaiivota*, d'elle desembarcando em 17 de setembro do anno seguinte, tendo sido promovido ao posto de Segundo Tenente em 18 de março desse mesmo anno, depois de ter feito os exames exigidos.

Embarcado na corveta *Aurora*, em 29 de outubro de 1811, desembarcou no anno seguinte a 1 de julho, para embarcar no bergantim *Infante D. Pedro* em 27 de agosto, onde se conservou até 15 de janeiro, quando foi mandado servir no brigue *Principesinho*, em cujo navio se conservou até 31 de janeiro de 1814.

Em 2 de agosto desse anno teve o seu primeiro commando que foi o do bergantim *Falcão*, que o exerceo até 16 de janeiro de 1815, quando foi mandado embarcar na não *S. Sebastião* em 15 de março do commando do futuro almirante Conde de Souzel e que teve a missão de transportar a Cadiz as infantas noivas de Fernando VII e D. Carlos. Em 5 de agosto passou para a corveta *Benjamim* e em 28 de novembro para a fragata *Príncipe D. Pedro*.

Querendo D. Carlota Joaquina e seu sobrinho o infante D. Carlos, que fôra nomeado almirante general da Armada logo ao chegar ao Brasil, fazer valer no Rio da Prata seus pretensos direitos de herança, entraram em negociações para esse fim com diversas personalidades influentes ali: esse proceder, contrario á politica de D. João, que via nos manejos de sua esposa, destruidos os seus intentos de annexar a Banda Oriental, trouxe consequências funestas, pois a Inglaterra destruiu os desgnios de ambos.

A revolução que pela independencia dos provincias do Prata havia rebentado em 1810, terminára a 25 de maio de 1816 com a proclamação da republica e independencia do vice-reinado de Buenos Ayres, consagrada em 9 de julho do mesmo anno.

A intervenção portugueza na lucta entre Buenos Ayres e Montevidéo, com o seu exercito pacificador, só conseguira o esteril armistício de 1812 triste preludio do bem notavel tratado preliminar da paz de 1828, como disse o biographado, preparado e urdido pelo manejo, seducções e ameaças de Lord Ponsomby.

Este aproveitando-se da miseria moral da cõrte portugueza obrigára o enviado de D. João o conselheiro Rademaker a procedimento completamente opposto ás instrucções recebidas.

Acha-se como emigrado no Rio de Janeiro, D. Nicoláo Herrera, oriental de nascimento e que tinha sido ministro de estado em Buenos-Ayres; contando elle com o seu amigo o general Alvear, fugido tambem, depois de obrigado a deixar a dignidade de supremo director da republica, taes insinuações empregou, pondo em jogo o seu brilhante talento e recursos diplomaticos, que fez renascer na cõrte de D. João as perdidás esperanças de predominio, no Rio da Prata.

O plano proposto por d. Nicoláo Herrera era: tomar por sorpresa ou assalto a praça de Montevideo, obrigar Artigas que de armas na mão, protestava contra as pretensões luzitanas e buonaerenses a concentrar suas forças, com as quaes tantas depredações tinha feito sobre nossa fronteira, a acceitar combates campaes ou fazendo-o retirar sobre a provincia de Entre-Rios, então separada da Confederação; derrotal-o ali completamente, ou forçal-o a buscar guarida em Santa Fé, que por elle se havia declarado, guardando por ultimo a villa do Paraná sobre a margem do rio do mesmo nome.

Para pôr tal projecto em execução foi mandado preparar um exercito no Rio Grande composto de forças d'aquella Capitania e da de Santa Catharina e mandado vir de Portugal uma divisão militar, com o titulo de Voluntarios Reaes, composta de 4838 combatentes, que chegou ao Rio de Janeiro em 30 de março de 1816, commandada pelo brigadeiro Carlos Frederico Lecór, com boiada por uma divisão naval ao mando do chefe de divisão Rodriho Lobo.

A' força do almirante Rodrigo Lobo, foram reunidas outros navios e na capitanea que era a não *Vasco da Gama* foi mandado embarcar o tenente Senna Pereira no dia 3 de maio de 1816.

Começou desde então a pôr-se em destaque a figura de Senna Pereira, que tornou-se brilhante nos serviços prestados ao paiz que tomou como seu.

No dia 12 de junho desse anno partio a divisão de Voluntarios Reaes, embarcada parte em navios de guerra e parte em transportes. Em vez porém de seguir o plano estabelecido, a expedição debaixo de pretextos pouco fundados, «nos quaes teve sem duvida grande parte a incuria» e por ter receios dos pampeiros o chefe militar, arribou á Santa Catharina e por terra até o Rio Grande seguiu o general e a tropa. Ali chegada, para pagamento de soldos e supprimentos de munição de bocca, foi preciso recorrer á abertura de uma subscrição entre os filhos da capitania. Sempre o mesmo proceder de todos os tempos!

Emquanto isto cabia, em estado mais deploravel, haviam seguido as tropas nacionaes para as fronteiras do Uruguay e Quarahim. Ao regimento dos *Barrigas Verdes* mandado para as Missões no rigor do inverno devia-se-lhe dezoito mezes de soldo e alguns annos de fardamento.

Depois de pagas e suppridas as tropas da metropole, dirigiram-se para Castilhos, onde lizeram alto em 16 de novembro.

Em 20 de janeiro de 1817 entrou a divisão de Voluntarios Reaes em Montevideó, achando a praça abandonada, bloqueada por mar pelas forças do Conde de Vianna: enquanto isso as forças nacionaes, commandadas pelos generaes Curado e Chagas Santos, ambos brasilienses, batiam-se contra Artigas, Verdun e Sostel, affrontando toda especie de obstaculos.

Da não *Vasco da Gama* havia passado para a corveia *Calipso* em 15 de Janeiro o tenente Senna Pereira.

De triumpho em triumpho, a começar de Catalan, S. Borja, Itabiracahy, Carumbé, Arapehy, S. Carlos, Belém e outros, fez a sua marcha o exercito brasiliense pelas margens do rio Uruguay, parallelamente ao de Lecór pela costa do mar.

Separados como se achavam os dous exercitos foi preciso estabelecer communicações entre ambos, perturbado pelas guerrilhas espalhadas no espaço entre elles comprehendido. Veio d'ahi a idea da organização de uma frotilha para esse fim, pelo Uruguay.

Como Capitão de mar e terra, o general Lecór deliberou requisitar do almirante Lobo dous officiaes de marinha para seus auxiliares, um para em commissão secreta ir a Buenos Ayres entender-se com o Director Supremo e outro para commandar a flotilha que se ia organizar. Recahio a escolha para a primeira em Luis Barroso Pereira, illustre official brasiliense, distincto pelo seu caracter e illustração; para a segunda em Senna Pereira que leve a nomeação de commandante da escuna *Oriental* em 17 de março de 1817.

A missão de Barroso era a de fazer desaparecer suspeitas que se levantavam em Buenos Ayres em relação á conquista de Montivideó.

«Nas conferencias havidas com Barroso parecia que o governo de Buenos Ayres, estava de accôrdo com o general Lecór relativamente ao esmagamento de Artigas, que havia solemnemente declarado independente d'aquelle republica o Estado Oriental e que Buenos Ayres considerava como fazendo parte de confederação.

Não deixava contudo aquelle governo de fixar as bases sobre as quaes no futuro poderia levantar-se firmemente o edificio politico que serviria de forte antemural para combater a nova invasão á mão armada n'aquelle territorio.

«Os emissarios por vezes mandados a Montevideo, taes como o coronel Vedia e dr. Passos, conservando ali por longo tempo a d. Santiago Vasques, protestavam á Lecór que tal proceder nada tinha de positivo; o mesmo fazia o Director Supremo, á Barroso, que seu unico fim era tranquillisar as provincias do interior, já ciosas por nossa proximidade e pelos continuados triumphos adquiridos por nossas armas»

Para a passagem da esquadrilla organizada para o Uruguay pelo passo da ilha Martim Garcia, foram postos todos os obices e só foi concedida a permissão quando foi conhecido que mesmo com o emprego de força ella seria feita.

Promovido a Primeiro Tenente em 12 de outubro de 1817, no dia 2 de maio de 1818, pela primeira vez penetrou no Rio Uruguay a esquadrilla composta da escuna *Oriental* e das barcas *Cossaka*, *Mameluka* e *Infante D. Sebastião*.

A necessidade que tinha Senna Pereira de promptamente abrir communições com o exercito ao mando do general Curado levou-o adiantar-se com o *Oriental* e com a *Cossaka* que demandavam menos agua, em procura dos passos, vencendo as difficuldades por não conhecerem os praticos, nem tão pouco os commandantes aquella navegação.

Tres dias depois, tendo ordenado á *Cossaka* que descesse para pilotear os outros, seguiu só e ao chegar ao passo de *Vera* foi recebida pelo fogo de uma bateria á barbeta com tres bocas de fogo, situada em uma pequena abra. Travou-se o combate por tres quartos de hora, havendo intervallos nos quaes o fogo da *Oriental* fez calar o da bateria, desmontando-lhe uma peça com perda de alguns homens. Recebeo ella dous rombos no costado, uma bala cravada no mastro grande, algum panno furado e um homem levemente ferido. Depois disso abrigou-se a *Oriental* na costa uruguaia, junto de uma ilha proxima á margem esquerda. Mais de quinze leguas acima achava-se o general Curado e para ali chegar, seria preciso bater e forçar mais duas baterias collocadas do mesmo lado da costa do rio em frente á Paysandú e no arroyo Peruchioverne.

No dia 13, foram avistados alguns cavalleiros sobre as collinas visinhas e que se tornaram suspeitos; preparou-se a escuna e içou a bandeira a qual servio para que fosse saudada com estrepitosos vivas e salvas por aquelles homens que cautelosamente se approximavam em reconhecimento. Era que do acampamento do general Curado, onde foram ouvidos os tiros do combate, havia sahido a força para saber do que acontecia.

Quatro dias depois chegaram os demais navios, tendo sido avisados da existencia da bateria do *Passo de Vera*, com a qual trocaram alguns tiros em sua passagem.

Com a chegada da força naval, resolveo o general Curado projectar um ataque á Provincia de Entre-Rios, no lugar da costa onde Artigas havia estabelecido um deposito, defendido pelas tres baterias e guarnecidas por mais de 600 homens de infantaria ás ordens do coronel Aguiar.

No dia 18 foi intimado o commandante da bateria para que se rendesse e que a villa do arroyo da China seria tomada e saqueada, caso se negasse. A' noute fez-se a passagem de uma columna composta de 500 homens ao mando do Bento Manoel Ribeiro, e emquanto os navios da esquadrilla entretinham a bateria, os soldados flanquearam-na, aprisionando mais de 300 homens, inclusive o coronel Aguiar. E assim todas as baterias foram toma-

das e destruidas, sua artilharia embarcada, menos duas bocas de fogo de calibre 18 e 12 que por velhas e pesadas foram lançadas ao rio. Doze embarcações, uma lancha artilhada e um escaler, que Artigas havia tomado em Buenos Ayres foram apresadas em Peruchoverne. Serviram, como algumas da esquadilha, para n'ellas serem recolhidos os prisioneiros e todo o espolio.

Ao ter conhecimento D. Fructuoso Ramires, presidente da provincia o commandante das forças militares que se achava a doze leguas de distancia, pretendeo soccorrer o coronel Aguiar; conhecendo porém que nada mais havia a fazer, retirou-se abandonando 100 recrutas em poder de Bento Manoel, que lhes deu liberdade.

Depois de oito dias regressou Bento Manoel a reunir-se ao exercito trazendo boa cavallhada e livre a navegação do Uruguay.

Senna Pereira no dia immediato áquelle em que tudo se tinha embarcado, entrou na villa do Arroio do China, antes que Bento Manoel n'ella tivesse penetrado.

Alli chegado permittio Senna Pereira que se retirasse, excepção de algumas pertencentes a individuos compromettidos e empregados no exercito contrario, a maior parte das familias que alli se achavam enigradas por ordem de Artigas quando obrigou-as a evacuar as villas da Purificação e Paysandú, para deste modo pôr em penuria o nosso exercito que, á grande custo, conseguia unicamente o gado para sustento diario.

Accedendo os rogos d'ellas fel-as transportar, no que empregou quatro dias.

Na mesma villa se achava a esposa e uma irmã do general Lavallega cujo marido se achava prisioneiro no nosso exercito. Foram as duas senhoras conduzidas para bordo da escuna *Oriental*, onde o chefe as alojou em sua camara, posta á disposição.

Ao serem transportados os prisioneiros para Montevidéo, á disposição do general Lecór, mostrou-se Senna Pereira para com Lavallega, cavalheiroso e generoso. Os prisioneiros que costumavam estar ferrepeados, para evitar fuga e Lavallega só a noute algemado, ao chegar este á bordo, a meia noute n'aquellas condições, mandou soltar-o e jogar ao rio as algemas.

Para aquelle chefe inimigo foi de grande surpresa ver sua esposa e sua irmã alojadas na camara do commandante; cheio de gratidão manifestou o seu profundo reconhecimento, nunca desmentido.

«E dizer-se que tudo aquillo tinha conseguido o exercito brasiliense «que tinha por unico sustento carne de vacca sem sal, e muitas vezes pouca e magra; achando-se especialmente a brava legião de S. Paulo e o regimento de Santa Catharina tão exaustas de vestuario, que a infantaria apenas se cobria com um capote cuja trama assaz tenue deixava ver a olho nú menos indagador por baixo delle, as carnes n'as do soldado inteiramente descalço: dizia o general dando noticia circunstanciada do estado do exercito, que era seu dever dizer: tudo faltava áquella força, menos valor e disciplina. E emquanto isto os voluntarios reaes, aquartellados em Montevidéo tudo tinham!

Entre o general Lecór e seu accessor official d. Nicolás Herrera, com d. Rufino Bausá e d. Manoel Oribe foram estabelecidos pactos reservados depois de occupação de Montevidéo resultando delles que o corpo de artilharia oriental com todo o seu trem, bocas de fogo e mais armamento, batalhão esse que havia abandonado o seu chefe Artigas, seu paiz e causa que defendia, se deveria entregar ao general Lecór em dia e hora marcadas; que esse corpo depois de recebido, seria transportado para Buenos Ayres ficando ali livre e senhor das suas acções; que o mesmo corpo em geral e qualquer de suas praças em particular não poderiam em tempo algum hostilisar de qualquer modo que fosse as nossas forças na lucta em que se achavam empenhadas.

Embora fosse empregada a seducção para que o corpo ficasse em Montevideo quer no serviço das armas, quer como particulares, a pertinácia de d. Manoel Oribe, frustou todos os meios e na escuna *Oriental* coube a Senna Pereira a commissão de transportal-o á Buenos Ayres.

Oribe e Bausá, que trabalhavam por conta de Buenos Ayres e que não consideravam os naturaes dali como estrangeiros e que tinham suas ideas para pôl-as em pratica em occasião opportuna, retiraram-se dizendo que «não querendo servir ás ordens de um tyranno, o qual vencedor reduziria o seu paiz ao mais feroz barbarismo, e vencido o abandonaria ao estrangeiro, ao que elles, nem patriota algum, deviam sujeitar-se, lançavam mão do ultimo recurso que as mesmo tempo salvasse sua honra e seu patriotismo.

Ao chegarem os prisioneiros á Montevideo grande foi o regosijo publico; formou-se logo opinião para abrir-se desde logo a campanha para anniquilar de vez o inimigo.

No entretanto em Buenos Ayres se debatiam diversas correntes politicas: O governo estava em verdadeiros apuros; ao mesmo tempo que tinha que attender aos hespanhães, que senhores do Chile, alto e baixo Perú ameaçavam invadir Tucuman, não lhe convindo desguarnecer Buenos Ayres com receio de que Artigas, abandonando o Estado Oriental, auxiliado por Ramires e Vera cahisse sobre aquella cidade. Esperançado nas promessas dos emissarios britannicos de que Artigas voltasse novamente a associar-se á Argentina, para combinados cahir sobre as nossas, estava attento.

Nada porém foi conseguido de Artigas que cheio de odio aos portenhos, a quem havia batido, derrotado, fuzilado e expellido do territorio que havia declarado livre e independente, proclamando ao mesmo tempo a federação, com annuencia de Ramires, governador de Entre Rios, e Vera, de Santa Fé, ficando indeciso o de Corrientes. O proprio Paraguay tentava na occasião a sua independência.

Ordens foram dadas pelo general Lecór para que fosse preparado um comboio para abastecer o exercito do general Curado e levar instrucções segundo as quaes sahiriam de Montevideo duas columnas moveis para simultaneamente com o seu exercito terminar a campanha. Ao receber as instrucções, o experiente general Curado que desejava ardentemente entrar em campanha, tal impressão lhe causou que não deixou de surprehender o commandante Senna Pereira a quem declarou:

«Acho tão justas essas reflexões, como são aquellas em que me fundo para não estar satisfeito. O general Lecór desenvolve em sua communicação um plano de campanha bem combinado; mas não declara quando deve elle ter execução; isto me faz persuadir que tarde será elle; pretende-se-me entreter e conservar aqui em inacção; essa superabundancia de soccorros que se me remette, vem mal acostumar tropas habituadas á frugalidade e rigores da campanha, e todas essas cousas reunidas hão de por fim desmoralisar esta força que me custou a organizar e disciplinar, que tanta gloria tem dado á sua patria e que ainda pôde adquirir novos louros».

O futuro veio confirmar as suspeitas do brioso e patriota official.

Por essa occasião recebeu o commandante Senna Pereira um additamento ás suas instrucções para que nunca desamparasse o exercito, cujo flanco deveria sempre cobrir; guardaria o Uruguay impedindo as communicações de uma para outra margem, quer de forças, quer de individuos e que satisfizesse em tudo as requisições do general Curado.

Não ficou inactiva a frotilha servindo de apoio efficaz a todas as negociações entabuladas com o Supremo Director de Buenos Ayres pelo general Lecór, transmittidas e reforçadas pela habilidade de Barroso Pereira, que n'aquella capital era o representante. Servia tambem para transmissão de correspondencias diplomaticas.

Devido á presença da flotilha no ancoradouro de Buenos Ayres, nos foram entregues dous navios mercantes da navegação da India que haviam sido apresados pelos corsarios de Buenos Ayres, sob o pretexto de que esta vamos em guerra com aquella republica. Eram ellas a galera *Viscondessa do Rio Secco*, e o bergantim *Maria Carolina*.

Artigas que remettia cartas de corso a seus amigos de Buenos Ayres, fez desenvolver contra os navios portuguezes a cubiça de muitos, chegando mesmo a audacia á ataques a navios de guerra, como fez com o *Gaivota*; devido a isto teve a frotilha de desenvolver extraordinaria actividade e vigilancia; muitas correspondencias interessantes de Artigas para Ramires e deste para aquelle foram por ella interceptadas; deram a conhecer dos seus intentos e necessidades; seis patentes de corso, concedidas a um inglez residente em Buenos Ayres para armar corsarios contra nós, foram apprehendidas pelo commandante Senna Pereira e enviadas ao almirante Rodrigo Lobo:

O apresamento no Uruguay de uma balandra sahida de Montevidéo, despachada como conduzindo barricas de farinha de trigo, demonstrou que as ditas barricas eram de bala de fusil e chumbo em barra. A prisão ao saltar na costa de Entre Rios do proprio ajudante de ordens de Artigas, portador de ordens a Ramires para que lhe enviasse não só balas, como todo o chumbo e estanho que podesse conseguir, demonstra quanto era activa a vigilancia e fiscalização exercida pelos navios ao mando de Senna Pereira.

Em desacordo com a politica de D. João VI no Rio da Prata trabalhava sua mulher D. Carlota Joaquina; acoroçoava ella o pensamento de restituir á corôa de Castella as provincias sobre as quaes pretendia reinar.

Fazendo acreditar que as nossas forças de mar e terra não passavam de auxiliares que iam reivindicar os direitos de seu soberano, reuniram-se, auxiliados pelos recursos de dinheiro e joias que havia mandado aquella soberana, muitos dos hespanhões residentes no Brasil e em Buenos Ayres, sob ás ordens de D. João Vargas e tramavam. Infelizmente para elles o exercito hespanhol reunido na ilha de Leão, que deveria ser transportado ao Rio da Prata voltando as armas contra a autoridade legitima fez fracassar a empreza.

Procurou D. João, de accordo com as Provincias Unidas do Rio da Prata, frustar o plano e houve, diz-se, uma perfeita intelligencia entre ambos os governos. Disposições reservadas foram tomadas, como reservada foi a convenção: unicamente aos chefes militares se indicou secretamente que tivessem promptas as tropas para evacuar o territorio oriental e Rio da Prata, indo estacionar na fronteira, em quanto a esquadriha, reforçada com quantos navios podessem entrar á barra, iria occupar o porto do Rio Grande, Lagoa Mirim e Jaguarão e todas as lanchas armadas e demais embarcações que podessem vadear o salto grande do Uruguay se internariam até S. Borja, occupando o restante da nossa esquadra o porto de Santa Catharina.

Devido a este facto foram suspensas as hostilidades.

Esquecido ficou o general Curado, o qual cansado de esperar pela execução do promettido plano de campanha, com profundo desgosto via seu exercito, a desmoralisar-se pelo abandono em que se achava apesar das derrotas infligidas ao inimigo; devido á falta de cavallada e de outros recursos pensou em retirar-se para a nossa fronteira, o que communicou ao general Lecór.

Sobresaltou-se o general Lecór e á toda a pressa despachou uma embarcação com officios para aquelle general e para o commandante Senna Pereira para que este de viva vóz se empenhasse para que em vez daquelle general retirar-se, occupasse o rincão de Haldó na margem direita do Rio Negro.

Accedendo o general, á bordo das embarcações da esquadriha foram recebidos o trem pesado, doentes e familias que quizeram embarcar, e o exercito pôz se em marcha para o ponto determinado, costeando o Uruguay acompanhado pela força naval.

A retirada da familia real portugueza do Brasil e a consequente independencia da antiga colonia mais confusas se tornaram as intrigas. Por todos os meios procurava a metropole impedir que a Banda Oriental ficasse sendo parte integrante do Brasil: não podendo entregal-a á Hespanha, nem conserval-a como conquista, não consentia que o Brasil fizesse della uma provincia; conseguiu o seu intento. Como pomo da discórdia, deixou que as provincias Unidas do Prata e o Brasil por meio das armas decidissem de posse da Banda Oriental que a 31 de julho de 1821, por unanimidade de votos, havia sido incorporada á corôa de Portugal, com o nome de Provincia Cisplatina.

O capitão tenente Senna Pereira, commandante da flotilha hasteava o seu pavilhão na *Oriental*, commandada pelo 2º tenente João Cactano de Bulhões Leotti, declarou-se immediatamente pelo Brasil.

Devido ao facto da nossa independencia abrio-se scisão entre as tropas, luso-brasilienses que se achavam em Montevidéo: tomou o barão do Laguna general Lecór o partido do Brasil e o brigadeiro D. Alvaro de Macedo o da sua patria. As tropas portuguezas conservaram-se em Montevidéo indo as nossas aquartelar em Canelones, pondo áquellas em apertado cerco.

Tendo mandado Senna Pereira a escuna *Maria Izabel*, do commando do 2º tenente Germano Maximo de Souza Aranha a Montevidéo, apanhou ella no dia 13 de Dezembro as 4 1/2 da tarde em frente ao reducto de S. Pedro, na margem do Uruguay um forte pampeiro que a fez sossobrar. Falleceu neste naufragio a familia do 1º tenente D. Justo Esdras, composta de tres pessoas e um preto preso, sendo salva a guarnição pela balandra *S. José e Almas*.

Sabedor do facto Senna Pereira veio o Soriano, onde empregando esforços conseguiu salvar a escuna.

Ao communicar este facto o almirante Rodrigo Lobo levava ao conhecimento do governo que o Buenos Ayres, estava de outro parecer, em vista das noticias recebidas do Chile; lançavam já vistas para o futuro dizendo que ainda pretendiam passar á margem oriental; que haviam armado quatro grandes lanchões de bastante força e continuavam a armar bergantins. D. Alvaro, julgando encontrar apoio na população, vio-se isolado no entretanto, por ser ella toda favoravel á causa brasiliense; não surtira effeito a sua proclamação de que sendo a Cisplatina uma conquista portugueza não podia ella destacar-se da mãe patria.

A partida do Rio de Janeiro de uma divisão naval brasiliense sob o mando do capitão de mar e guerra David Jewett, com transportes para fazer embarcar as tropas lusitanas, e o conhecimento por D. Alvaro, que da vontade e politica das Côrtes em relação ao Brasil era fiel representante, entrou em negociações com as Provincias Unidas do Prata para a entrega da Cisplatina, em vez de fazel-o ao Brasil. Satisfazia assim D. Alvaro seu rancore e ambição argentina.

Começou desde então a influir na Cisplatina a política de Buenos Ayres, satisfazendo os desígnios de d. Alvaro; tão intensa se tornou ella que em 3 de outubro de 1822 escrevia o desembargador Curado a seu primo o General do mesmo nome, commandante das forças na fronteira — dizendo-lhe : « Para mim é indubitavel que Buenos Ayres influe na facção de D. Alvaro : até ouço que ia uma carta de Rivadavia, ministro em Buenos Ayres, ao tal Conselho Militar, em que lhe promette dinheiro e o mais preciso.»

Logo que deu fundo a divisão nacional em Montevideo, a bordo do capitanea apresentou-se o chefe de esquadra Rodrigo Lobo a receber ordens do Imperador e d'ella tomou o commando ; retirou-se depois de vinte dias David Jewelt para o Rio de Janeiro, depois de fazer entrega dos transportes segundo as instrucções que tinha.

Não querendo D. Alvaro abandonar Montevideo, retirou-se Rodrigo Lobo para a Colonia, então governada pelo coronel Manoel Jorge Rodrigues, o qual conservava a praça e o batalhão de Caçadores ás ordens de D. Pedro, concorrendo alem disso de intelligencia com o visconde de Laguna general Curado, Marques de Souza e Senna Pereira para que a Cisplatina, fizesse parte integrante do Imperio do Brasil.

D. Alvaro, a espera que do Rio Grande do Sul chegasse a Montevideo o brigadeiro Saldanha a quem pretendia acclamar chefe, no intento de revoltar estas tropas, mandou o capitão José de Vasconcellos Bandeira de Lemos, alferes José Felipe Jacome de Souza Pereira e Vasconcellos, Domingos Manoel Pereira de Barros, da divisão de Voluntarios Reaes, já antes havia partido o capitão tenente Bernardo Soares de Andrea; mal succedidos na empresa foram presos e remettidos ao presidente do Rio Grande. O capitão tenente Andrea levou ao conhecimento de D. Alvaro de tudo o que dizia respeito ás medidas tomadas pelo barão da Laguna e communicadas ao nosso agente diplomatico em Buenos Ayres Antonio Manoel Correa da Camara, violando para isso os officios de que era portador. As respostas enviadas por Correa da Camara, o foram por um terceiro expresso, por parecerem ao nosso agente não terem sido escriptos ou assignados alguns dos officios recebidos, não só pela differença de lettra, mas ainda porque lhe accusava ter recebido numeros que nunca lhe dirigira.

Mais alvoraçados ficaram os partidarios das Côrtes com a chegada em Buenos Ayres procedente do Rio de Janeiro do bergantim *Aguia de Douro* que tinha por mestre Antonio Rodrigues da Silva Lessa e encarregado pelos partidarios luzitanos do Rio de Janeiro para assoalhar noticias desagradaveis ao Brasil, entre ellas que por ordem de D. Pedro eram esbordoados todos aquelles que se lhe declarassem contrarios. Esse mesmo mestre no porto de Buenos Ayres, fez com que os nossos navios mercantes não embandeirassem no dia 12 de outubro o que levou o nosso agente diplomatico a dizer: que era cousa triste que todos ou quasi todos os mestres dos nossos barcos sejam portuguezes; muitos males nos poderão resultar para ao diante desse inconveniente: triste é termos os nossos maiores inimigos por guarda dos nossos tesouros; é confiar demasiado em os nossos adversarios. Em lugar de Portuguezes europeos muito ganhariamos se dessemos o commando dos nossos mercantes aos Estrangeiros, ainda que nos levassem mais meia soldada.

Enviou D. Alvaro instrucções ao 1º tenente José Maria de Souza Soares, commandante da escuna *Luiz de Camões* e 2º tenente João Caetano de Bulhões Leotti, commandante da escuna *Oriental*, capitanea da frotilha, para sublevar esta, prender o commandante, eliminando-o violentamente se preciso fosse, e proporcionar meio de transporte aos 1º e 2º batalhões de caçadores, que cortadas as communicações pelas forças de Sá e de Marques de Souza só pelo mar poderiam fazer.

As instrucções recebidas, enviadas por D. Alvaro áquelles officiaes, que em carta lhes dizia que unicamente dous officiaes de marinha se haviam distinguido e eram o Capitão Bernardo de Souza Soares de Andrea e o 1º tenente João dos Reis Portugal consistia em dar fundo a *Luiz de Camões* na boca do Jaguaru ou ao pé do Rincon, onde receberia o commandante da escuna *Oriental* que se havia de reunir com a sua guarnição ao commandante d'aquella, virem a Soriano com gente armada, apossarem-se da lancha artilhada n. 2, reunir todos os alliciados, baixarem a povoação em hora intempestiva, prenderem as autoridades, levarem á força o commandante do Povo, o major Saldanha, o commandante da Frotilha Capitão-Tenente Senna Pereira e o 1º tenente Frederico Mariath, do *D. Alvaro da Costa* e no caso que adherisse o 2º tenente João Francisco Regis, da escuna *Izabel Maria*, levarem-nos todos, tomando em Montevideo o tenente Soares o commando da fragata *Thetis*, guarnecida com os marinheiros trazidos da frotilha.

Sabedor do facto Senna Pereira destruiu todo o plano usando do seguinte estratagemá: encarregou a Soares de uma expedição a Paysandú, isto depois de reservadamente fazer conhecê-lo aos officiaes e á gente de sua confiança; com isto ficou satisfeito Soares, pois vinha-lhe facilitar a empreitada. Indo receber as ultimas ordens do chefe, foi então preso e remetido immediatamente á cavallo para a Colonia. O conselho a que foram Soares de Andrea e Leotti submettidos, revelou todo o sinistro plano.

D. Alvaro apertado por terra e por mar, organisou uma força com os navios que havia conseguido revoltar anteriormente, a corveta *Conde de Arcos*, de 26 canhões, corveta *General Lecor*, de 16 canhões, brigue *Liguri*, de 16 canhões e escuna *Maria Thereza* de 14 e pretendeo com ella bater a nossa, commandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Antonio Nunes, que içava o seu pavilhão na corveta *Liberal*.

Empenhado o combate a 21 de outubro, derrotado, abandonou o inimigo e campo de acção, recolhendo-se a Montevideo e no dia 18 de novembro capitulavam as forças portuguezas, tanto de terra como do mar.

Na vespera o Cabildo de Montevideo, influenciado pelo ouro e promessas de Rivadavia, o mais fervoroso instigador dos orientaes para uma revolta afim de poder fazer a reconstituição do antigo vice-reinado do Prata, declarou irritos e nullos os actos de annexação ao Brasil.

Apezar de assignada a convenção, protellava D. Alvaro a sua partida, na esperanza de que ainda poderia conseguir algum proveito. Só a 8 de março de 1824, zarpou a malfadada divisão dos Voluntarios Reaes d'El-Rei embarcando-se em nove navios mercantes deixando porem a Banda Oriental entregue a acção do governo de Buenos-Ayres, que exigia do Brasil a sua evacuação.

Encontrou o governo argentino no coronel Lavallega, expulso do nosso exercito como indisciplinado, um excellente elemento; este com mais 33 companheiros, embarcaram-se a meia noite de 18 de abril em dois lanchões e na costa oriental desembarcaram no dia seguinte. A 26 do mesmo mez, depois de se lhe ter juntado o coronel Julião Laguna, com seu batalhão, teve a ventura de *cercar e aprisionar* o regimiento da União, forte de mil homens, ao mando do brigadeiro Fructuoso Rivera, oriental ao nosso serviço, nomeado commandante geral da campanha.

E com Lavallega, seguio, Rivera trazendo mais a 30 de abril o regimento de dragões que guarnecia Durazno, que revoltou-se. De traições em traições foram-se com ellas avolumando-se as tropas de Lavallega.

A 11 de maio o Congresso das Províncias Unidas sancionava a lei que autorizava o seu governo a tomar medidas de segurança do paiz, em vista do que Las Heras creou um exercito de observação do Uruguay, forte de 8.000 homens, cujo commando foi confiado ao general Rodriguez.

Lavallega que havia iniciado o sitio a Colonia do Sacramento em 13 de maio, nada conseguiu.

Tendo sido nomeado o vice-almirante Rodrigo Lobo para substituir o capitão de mar e guerra Pedro Nunes e reclamar do governo Platino contra os constantes auxílios enviados aos revolucionarios, nada conseguiu este chefe.

Continuavam as acções entre as nossas tropas e as de Lavallega. Repelidas as de Rivera em Mercedes e as de Lavallega de Colonia e Arbolito tiveram no entretanto a 21 de setembro a vantagem de destruir 400 milicianos guaranis em Rincon de Gallinas. Senna Pereira obrigou no entretanto, com os certos tiros de sua esquadilha o inimigo a sustar a perseguição, transportando, pouco depois, para a villa do Salto trezentos soldados do general José de Abreo.

Servio este pequeno feito d'armas para alvoroçar os buenaerenses em manifestações contra o Brasil fazendo com que o seu governo mandasse uma nota pedindo a restituição da Cisplatina para sua final incorporação áquella Confederação.

Sendo necessario a cooperação de todos os navios em Montevideo, ordenou o almirante Rodrigo Lobo que a frotilha do Uruguay descesse donde estava.

Senna Pereira que havia sido promovido pelos serviços prestados nos ataques a Maldonado e Montevideo a primeiro tenente e depois ao de capitão tenente pelo que praticára no rio Uruguay, continuou no commando da mesma, foi condecorado com a medalha de mérito.

Nos primeiros dias de novembro de 1825 a frotilha do Uruguay sob as ordens de Senna Pereira, apresentou-se em frente a Paysandú, prompta a empregar seus canhões, contra as forças de Lavallega que occupavam aquelle ponto da costa Oriental.

Receoso Senna Pereira, conhecedor do caracter sanguinario de seu antigo prisioneiro, para não sacrificar muitos dos nossos conacionaes, deixou de atacar a villa. Certo estava de que a seguinte ameaça que lhe fora enviada no dia 4 seria fatalmente cumprida. «Faço saber ao Snr. Commandante da frotilha imperial, ancorada no porto de Paysandú que se hostilizar esta povoação pacifica com sua artilharia, *por cada tiro passarei á espada 50 prisioneiros dos mil e tantos que tenho em meo poder*, devendo prevenil-o que si se encontrar com energia bastante para bater-se com as minhas tropas, pôde desembarcar no ponto que desejar, porem se de bordo procurar offender este povoação pacifica e tranquilla, logo ao primeiro tiro que for disparado com bala não fallarei ao promettido».

Nesse mesmo dia 4 de novembro, em nome do Supremo Director da Confederação Argentina, Las Heras apresentava seu ministro Manoel José Garcia acreditado junto ao nosso governo uma nota na qual dizia que na conformidade com o voto uniforme das Províncias do Estado e de que deliberadamente reproduzio a Provincia Oriental, pelo orgam legitimo de seus representantes, na lei de 25 de agosto do presente anno: O Congresso, em nome dos povos que representa, e reconhece de facto incorporada á Republica das Províncias Unidas do Rio da Prata, a quem por direito pertenceu e deseja pertencer».

Desfivelava assim a mascara o governo argentino, com a chegada de Rivadavia da Inglaterra, onde havia ido pleitear o reconhecimento das pretensões argentinas sobre a Banda Oriental e comsigo trazendo Ramsay, official inglez, que antes estivera no Rio da Prata de estação, que teve a missão de fazer aquisição de navios, material de guerra para a campanha que se ia desenrollar.

Declarada a guerra em 21 de dezembro de 1825, ás provincias Unidas do Prata pela aberta protecção dispensada aos revolucionarios do Uruguay, sob a direcção infeliz de Rodrigo Lobo ficaram nossas forças navaes para ahí mandadas. Por sua vez o barão da Laguna, mais cuidando de seu patrimonio do que da missão politica e militar que lhe fôra confiada, deixou-se levar pela influencia de sua mulher D. Rosita, oriental de nascimento, compromettendo por fim a campanha, cujo final seria a independencia do Estado Oriental. O tratado de 1828 consequencia da politica opposta entre d. João VI e sua mulher d. Carlota Joaquina, teve como preludio a repentina viagem de um enviado plenipotenciario *ad hoc* o coronel João Rademaker, antigo embaixador de Portugal na Dinamarca, e aio do principe d. Pedro, o mesmo que se assegura, morrera em consequencia de veneno que lhe administrâra em o vinho de refeição um seu escravo favorito, em Botafogo, sua residencia, (Rev Walsh's Noticês of Brasil, 1828-1829), que a 21 de maio de 1812, assignou um armisticio tecido pelo visconde de Sandford, ministro inglez que acompanhou a côrte portugueza ao Brazil, destruindo assim a intriga de d. Carlota e as pretensões de d. João VI. Em consequencia do que o exercito portuguez evacuou a Banda Oriental, o mesmo exercito que Elio, vice-rei Montevideo por intermedio de Juan Baptista Estiller antigo secretario da Junta de Sevilha e então do vice-reinado, foi pedir a d. Carlota Joaquina, embarcando-se para isso a 19 de maio 1811 e que acto continuo se fez á vela para o Rio Grande.

O vice almirante Rodrigo Lobo infelizmente não era o homem que deveria ter sido mandado para dirigir as operações. Não sómente não gozava de sympathias como não tinha a franqueza de expôr ao governo as verdades dos factos. Enquanto o nosso ex-agente diplomatico em Buenos Ayres, expunha com toda a clareza e sobranceiramente o que pensava e julgava conveniente, o nosso almirante cheio de orgulho, deixava que o inimigo se fosse refazendo para a lucta. Em vez de pedir navios adequados ás operações n'aquelle estuario cheio de bancos e canaes, não se cansava em pedir fragatas.

Senna Pereira que no commando da frotilha continuava na sua missão de evitar a passagem de elementos de uma para outra margem do Uruguay, teve ordem, depois dos dous encontros que tiveram os nossos navios em Corales, a 9 de fevereiro, de vir com os seus navios encontrar-se junto a ilha de Martim Garcia, sendo reforçado com as barcas canhoneiras *Leal Paulistana*, *Numero 8* e a lancha *Montevideana*.

Comprehendendo o almirante argentino com quem tinha de haver-se, tornou-se ousado, foi atacar a Colonia do Sacramento. Não a soccorreo Rodrigo Lobo apesar de instado: se não fosse a galhardia do intemerato defensor o brigadeiro Manoel José Rodrigues auxiliado pelos commandantes do *Real Pedro*, *Pará*, *Liberdade do Sul* e *Conceição*, certamente o desastre soffrido pelo inimigo em vez seria nosso.

Em vista deste ataque ordenou Rodrigo Lobo que a frotilha deixasse o Uruguay, trazendo a guarnição da Ilha de Martim Garcia. A 15 de março chegava ella á Colonia.

Em vista destes insucessos, foi substituído Rodrigo Lobo e submettido a conselho de guerra.

Para substituí-lo foi nomeado o almirante Rodrigo Pinto Guedes.

Logo ao chegar este almirante ao Rio da Prata nomeado commandante em chefe das forças navaes brasilienses em operações de guerra, seu primeiro cuidado foi reorganisar a esquadra. Em quatro divisões a dividio, cabendo o commando da 3.^a divisão ou esquadilha do Uruguay ao capitão de fragata Senna Pereira, que tinha por incumbencia não só acudir a defesa da Colonia e Martin Garcia como tambem a policia dos rios Uruguay e Paraná. Compunha-se esta divisão das escunas: *Oriental*, de 11 canhões capitanea, *Bertioga*, de 8 canhões, commandada pelo 1.^o tenente Jorge Broom; *Leal Paulistana*, de 8 canhões, commandada pelo 2.^o tenente Antonio Carlos Ferreira, *D. Paula*, de 4 canhões, sob o commando do 1.^o tenente Antonio Leocadio de Oliveira; *Liberdade do Sul* de 1 canhão, *Itapoan*, de 1 canhão, hiates 9 de Janeiro, 7 de Setembro, 12 de Outubro e 1 de Dezembro.

No dia 6 de Junho Brown que se achava em Buenos Ayres depois da perseguição que soffrera da nossa 2.^a Divisão, suspendia ferro para com sua esquadra comboiar alguns transportes destinados á Banda Oriental.

No dia seguinte surgiu o inimigo em frente á ilha de Hornos seis milhas á barlavento, da nossa 2.^a Divisão. Senna Pereira ao avistal-a, da Colonia onde se achava, com sua divisão, fez-se de vela para ir-lhe ao encontro. Vendo porém Brown — *que este gran numero de buques se havia concertado para algum intento decisivo, resolveo prudentemente entrar á Los Pozos.*

E aproveitando-se do vento que lhe era favoravel e contrario aos nossos navios, alcançou o porto de Buenos Ayres, onde só ás 4 h. da tarde chegaram seus perseguidores, que fundeados ficaram de observação.

O capitão de mar e guerra James Norton, o mais temivel adversario de Brown, achava-se no commando da 2.^a divisão da nossa esquadra. Ao romper da manhã no dia 11 fez signal não só á sua como a divisão de Senna Pereira para que suspendessem de Quilmes onde se achavam desde a vespera. Ao meio dia já navegavam os nossos navios nas Balisas exteriores, isto é por fóra dos bancos dos Camarões e da Rada exterior, em frente á cidade, isto apezar do pouco andar das barcas-canhoneiras da 3.^a Divisão e ter havido necessidade de mandar rebocar as peiores d'ellas.

Diz em sua parte o chefe Norton. — « mandei a minha lancha sondar pela prôa e continuei com esta fragata (a *Nitherohy*) até quasi chegar a distancia de tiro de bala do inimigo, que estava fundeado em linha e com regeiras passadas: a falta d'agua para a fragata me obrigou a dar fundo, assim como á corveta *Maria da Gloria*; as mais embarcações seguiram: fiz signal de atacar o inimigo, e o fogo principiou: passei immediatamente a bordo da corveta *Itaparica* (que demanda 14 pés d'agua) e continuei n'ella e até que, quasi tocando o fundo, fui obrigado a virar. As corvetas *Liberal* e *Maceió*, os brigues *Pirajá*, 29 de Agosto, *Independencia* ou *Morte* tiveram que fazer o mesmo: deixei a *Itaparica* e passei a bordo do *Caboclo*, e de lá a bordo da *D. Paula*, onde estava o Snr. Jacintho (Senna Pereira), para combinar com elle atacar o inimigo com as embarcações pequenas; porém vendo que parte d'ellas, se achavam atrazadas e sotaventeadas, julgamos que o exito era, ao menos, duvidoso e portanto mandei as embarcações de pouca agua dar caça a barlavento ao resto da esquadra de Buenos Ayres; durante esse tempo, as canhoneiras inimigas que estavam fundeadas, julgando provavelmente que esta fragata estava encalhada (quando dei fundo, a cathedra-

de Buenos Ayres demorava a S W 4 1/2 S. distancia milhas) aproximaram-se a remos e fizeram algum fogo, porém foram obrigados a retirar-se. A' noite mandei reunir e incorporar as nossas forças e fui dar fundo com ellas nas balizas exteriores, na distancia de 2 1/2 a 3 millas do inimigo. No dia 12 pela manhã consultei com o Snr. Jacintho e os commandantes das embarcações maiores. Beaurepaire, Grenfell, Mariath, Hayden e Eyre e estivemos de unanime opinião que não se podia atacar o inimigo na posição que tinha tomado».

O almirante Brown, transformou este improficuo canhoneio em uma acção naval de alto valor, pois dizia que com forças muito menores havia repellido o ataque dos brasilienses.

Não disse que as canhoneiras nossas não tomaram parte nesse canhoneio pois se atrazaram e nenhum dos nossos navios de porte poudo chegar ao alcance dos navios argentinos. Possuia a nossa esquadra 195 caronadas e 38 a argentina, inuteis pois á distancia que só permittia o emprego de peças. Quanto a estas contavavam os nossos, incluídas as dos navios distanciados, fóra portanto de combate, 77, em quanto os argentinos dispunham de 88. Os navios que mais puderam approximar-se foram: a escuna *D. Paula*, em que se achavam Norton e Senna Pereira, *Providencia*, *Itaparica*, brigue *Caboclo* e brigue escuna *Januária*.

Tal foi a desordem entre os navios argentinos que a pequena escuna de guerra *Izabel Maria*, apresada dous mezes antes por Brown, poudo escapar-se sem ser incommodada e recolher-se a Montevideo no dia 13.

Não se atrevendo Brown a sahir do ancoradouro, onde ficou 48 dias, resolveo o almirante Pinto Guedes enfraquecer a divisão que o bloqueava, afim de animal-o a uma sortida.

Dos 31 navios, reduziu-os a 14; dez da 2.^a divisão e quatro da 3.^a arvorando o seu distinctivo Senna Pereira na *Leal Paulistana*. Em vista disto Brown, determinou atacar os nossos.

A's 10 1/2 horas da noute de 29 de julho, com brisa fresca de nor-nordeste sahio a esquadra argentina, cuja capitanea, pelo escuridão da noite abalroou a escuna *D. Paula* que com a sua companheira *Conceição* ambas á vela, guardavam a sahida.

Avisados os nossos rompeo o fogo e começou a perseguição com amuras e BB.

Mal sabia Senna Pereira que ia contemplar uma heroica acção cheia de brio praticada por um chefe abandonado pelos seus, que por fim, para salvar-se, buscou a fuga, que elle, algum tempo mais tarde teria que soffrer as mesmas amarguras devido a proceder identico de seus commandados.

A 25 de Mayo, capitanea argentina apercebendo-se que era seguida sómente pela escuna *Rio de la Plata*, do commando de Leonardo Rosales, conseguiu arribar e reunir-se aos demais navios, que se haviam sotaventado. Ao dar execução a esta manobra não se livrou da tenaz canhoneio do *Caboclo* e outros navios nossos. A *Nichterohy*, que navegava em gaweas, ao chegar a altura de Punta de Lara, fez signal — *União*, — para todos os nossos navios.

Ao amanhecer de 30 de julho, achavam-se reunidos n'aquelle ponto a *Nichterohy*, a corveta *Maria da Gloria* que viera trazer 14 praças á disposição de Senna Pereira, a *Itaparica*, *Maceió*, *Caboclo*, *Pirajá*, 29 de Agosto e *Leal Paulistana*, onde se achava Senna Pereira; mais á leste, distanciada, a *Liberal* e a sotavento, quasi de cascos alagados, os demais navios brasilienses.

Pela manhã, avistaram os nossos os navios inimigos seguintes: corveta *25 de Mayo*, de 36 canhões, capitanea, *Congresso* de 18, briges *Independencia*, de 22, *Republica*, de 16; *Bulwer* de 14, *Oriental-Argentino*, de 13; *Sarandi*, de 9 e *Pepa* de 1, e mais nove canhoneiras, que se achavam distanciadas.

As 6 ¹/₂, suspenderam e velejaram as duas esquadras a contra bordo uma de outra. Continuando a nossa a avançar e depois de ganhar barlavento aproveitando-se Norton da ocasião em que a inimiga virava em roda, e procurava orçar com amuras a boreste, ordenou cortar a linha inimiga, o que foi executado rapida e acertadamente.

Mettida a capitanea inimiga entre os fogos da *Nitherohy* e da *Caboclo*, já antes tendo o *Pirajá*, mandado valente bordada ao inimigo, metteo em cheio, para pôr-se a salvo. Vendo os outros navios inimigos a sua capitanea assim acossada, em vez de virem em seu auxilio, vergonhosamente a abandonaram: fugio o *Congresso* em direcção a Punta de Lara, seguido pelo *Republica*. Embora perseguido pelos nossos a força de vela, alcançaram os Pozos, o *Independencia* e o *Oriental Argentino*.

Na *25 de Mayo*, Brown e seu digno commandante Thomaz Espôra, levantavam bem alto o valor argentino, sustentando com galhardia o fogo da *Nitherohy* e da *Maria da Gloria*, seguidas de perto pelo *Liberal* e *29 de Agosto* que mais veleiros e de menos calado, apoiavam a caça.

Senna Pereira, na *Leal Paulistana*, a mais veleira das escunas, na esteira da *25 de Mayo*, com seus pequenos canhões, não abandonava a pôpa do inimigo, batendo-a com galhardia.

Deixou o *Caboclo* o campo de acção, porque teve o seu bravo commandante o braço direito decepado. A *Itaparica* do mesmo modo, por ter o mastro do velacho desarvorado e a *Liberal* pela sua pouca marcha, não podia secundar os esforços dos demais.

A capitanea inimiga, batendo-se valorosamente, desarvorada, fazendo uso unicamente do traquete, velacho e rabecca, secundada embora pela *Sarandy*, cujo commandante cheio de nobreza militar, veio-lhe em auxilio, procurou os bancos para se salvar.

Não lhes dão quartel a *Nitherohy*, a *Maria da Gloria*, a *29 de Agosto* e a *Leal Paulistana*, até que o pouco fundo não lhes permittiram mais o avanço, nem da *29 de Agosto*, cujo commandante é ferido gravemente. Foi encastrar a capitanea inimiga nos bancos da cidade e outros no banco de Camarones.

Narra um escriptor argentino: *La carniceria espanta. Apenas hay brazos para retirar los muertos y los heridos de que estan sembrados los puentes que, rebozando en sangre principiam já a derramarla por los embornales.*

Melhor relatam os officios do Almirante Pinto Guedes os successos alcançados pela divisão ao mando de Norton e de Senna Pereira. Ill. Ex^a Snr. Emquanto não recebo parte do Capitão de Mar e Guerra Norton, Commandante da Divisão sobre Buenos Ayres, e dos Commandantes das embarcações ali empregadas para dar a V. Ex^a miuda conta do combate que teve lugar entre a nossa Divisão e a Esquadra d'aquella Republica naoute de 29 de Julho e na manhã seguinte: posso adiantar a certeza de se haverem baido com forças iguaes, ou com pouca differença, porque eu as tinha posto assim, para baldar qualquer invenção, visto que o Inimigo não desferava do porto, não obstante a vista da cidade onde a nossa Divisão foi ancorar em frente da barra.

« Brown vio-se assim obrigado a aceitar a luva, e sahio á noute fazendo e recebendo algum fogo, e na manhã seguinte bateram-se sempre correndo, e fugindo com força de vela, sem admittir combate regular em distancia propria de quem sustenta o lugar o ponto de honra, e sempre perto dos Bancos para fugir em se vendo posto em aperto; e sem lhe importar o pundo-nor, que anda annexo aos Officiaes das marinhas regulares, toma sempre a vereda de *guerrilheiro*, ou salteador.

« Assim mesmo n'estas escaramuças, ficaram em tal estado, que elle por fim apenas respondia, ás bandas que lhe davam os nossos, com tiros interpolados, o que annunciava grande numero de mortos: a Corveta parecia um crivo, e a sua mastreação e velame consistia no mastro grande sem vergas nem mastarões, e na gata, velaxo, e traquete; e com estes restos dando á pôpa com vento forte approou á barra tão precipitadamente e em tal confusão que encalhou na entrada.

« Todos assim mais ou menos bem fustigados fugiram com o favor do vento, que se augmentou, e se fez tão forte pampeiro, que a nossa Divisão não o podendo supportar á vela deu fundo em frente do porto; e alli se conserva á excepção do *Caboclo* que passada a força, veiu a Montevideo, trazer o commandante.

Nós tivemos grande perda. Como o Bergantim *Caboclo*, por demandar menos agua podia chegar-se mais á barra, ia acoessando a Corveta, na fuga, e passando um dos Bergantins do Inimigo, que seguia, com os outros, a precipitada fugida da sua Almirante, disparou alguns tiros e vieram as ballas de uma piramide matar um marinheiro do Bergantim *Caboclo*, e ferir cinco pessoas; mas entre estas estava o valeroso e emprehendedor Grenfell, que ainda vive, porém mal pronosticado; e desta fórma nos fica um vacuo que senão encheria facilmente.

« O Tenente Taylor tambem foi passado no ventre pelo lado direito, com offensa de intestinos, e suppõe-se ferida mortal.

« O 1º Tenente Raphael José de Carvalho Commandante do Bergantim *Vinte e nove de Agosto* foi ferido com metralha no braço esquerdo.

Não me julguei habilitado a fazer uso da autoridade, que me foi concedida pela Carta Imperial de 10 de Abril deste anno, e mesmo alguns officiaes que se distinguiram estão em Patente de Capitães de Fragata, cujo accesso não comprehende a minha possibilidade: julgo contudo um dever de justiça propôr o Capitão de Mar e Guerra Graduado Norton, os capitães de Fragata Theodoro de Beaurepaire, Pascoe Grenfell, Jacintho Roque de Senna Pereira, Capitão tenente Eyre e o 1º tenente Antonio Carlos Ferreira, (que conduzio a *Leal Paulistana* com o mesmo valor com que o havia antes feito o Capitão de Fragata, Jacintho Roque de Senna Pereira, quando este passou para o Bergantim 29 de Agosto, depois da perda que o commandante recebeu) e o 2º tenente Thomaz Tompson, commandante da escuna *Conceição*, para que Sua Magestade o Imperador haja por bem conceder-lhe alguma mercê honorifica. Bordo da Fragata *Piranga*, 11 de Agosto de 1826. Ill^{mo}. Ex^{mo} Snr. Visconde de Paranaguá. *Rodrigo Pinto Guedes*.

Devido a esta informação a 13 de outubro obtive Jacintho Roque de Senna Pereira o officialato de ordem do Cruseiro.

Tendo o marquez de Barbacena, então commandante do nosso exercito, reclamado com razão do Visconde de Laguna, algumas embarcações de guerra, com o fim de interceptar a comunicação do Governo platino com seu exercito que estava na Banda Oriental, escasso de victualhas e apetrechos de guerra, foi n'esse pedido attendido pelo barão do Rio da Prata, como

se vê do agradecimento do referido marquez de 17 de fevereiro de 1827, que havia recebido ordem para attender, segnndo o aviso de 22 de outubro de 1826. Foi mandado então o capitão de fragata Senna Pereira, como conhededor perfeito do Rio Uruguay.

Ignorava de certo o almirante Pinto Guedes que houvesse Brown regressado do seu atrevido cruzeiro pela nossa costa até a Ilha Grande e que tanto mal fizera ao nosso commercio marítimo.

Compunha-se a frotilha sob o commando de Senna Pereira dos seguintes navios: Escuna *Oriental* (capitanea) de 11 canhões, commandada pelo proprio chefe, brigue escuna *D. Januaria*, de 14 canhões, sob o commando do 1º Tenente Antonio Pedro de Carvalho e tendo por immediato o guarda marinha Francisco Manoel Barroso; escuna *Bertioga*, de 8 canhões, do commando do 1º tenente Jorge Broon; escuna *D. Paula*, de 4 canhões, commandada pelo 1º Tenente Antonio Leocadio Oliveira, escuna *Liberdade do Sul*, de 1 canhão, do commando do 1º Tenente Augusto Wenceslão da Silva Lisboa; escuna *Sete de Março*, de 3 canhões, sob o mando do 1º Tenente de brigada de Marinha, Luis Cipriano Gonçalves; escuna *Itipoan*, de 1 rodizio, do commando do 1º Tenente Germano Maximo de Souza Aranha; barcas, canhoneiras *Paranaguá*, de 1 canhão, commandada pelo 1º Tenente Francisco de Paula Osorio, *Victoria da Colonia*, de 1 canhão, commandada pelo 2º tenente Antonio Velloso; *D. Sebastião* de 1 canhão. *Canineia* de 1 canhão, commandada pelo 2º Tenente Francisco da Silva Lobão; *Luiz de Camões*, por Aleixo Gomes Delgado de 6 canhões; hiates *Nove de Janeiro* de 2 canhões, *12 de Outubro*, de 2 canhões; *1º de Dezembro*, de 2 canhões, *Cutter 7 de Setembro*, 1 canhão; lancha *Atrevida* de 1 canhão.

A excepção da *Oriental*, *Bertioga* e do *D. Januaria*, todos os demais navios que formavam a frotilha, eram pequenos hiates do Rio Grande, ou saveiros da Alfandega do Rio de Janeiro, condecorados com o pomposo nome de canhoneiras. Montavam ao todo 61 bocas de fogo com 750 homens de guarnição.

Imprevidente ou illudido em suas vistas, levando sómente em consideração as operações a que se destinavam aquelles navios, deixou que partiissem com guarnições incompletas e mal servidos de commandantes, muitos dos quaes o tinham um mestre e um sargento ou furriel para dirigir a tropa do exercito que os tripulavam, alheios totalmente ao serviço marítimo. A organização dessa força é uma prova de que nunca houve a idéa de empregal-a em combate formal. Ainda assim, como por herança é habitual, para preparar esses navios, gastou-se quatro mezes e nenhuma reserva houve.

Brown, pelos seus agentes, cujo principal era seu irmão, que em Montevideo negociava, soube da missão que estava confiada a Senna Pereira, que era a de abrir communicação com o exercito do marquez de Barbacena e proteger a separação da Confederação de algumas das provincias do littoral, para o que levava dinheiro e impedir que os revolucionarios cisplatinos recebessem maiores auxilios de Buenos Ayres que desassombradamente continuava a fornecer-lhos.

Fez-se de vela Senna Pereira da Colonia do Sacramento nos primeiros dias de dezembro em demanda do Uruguay. Cheio de esperanças, apesar de tudo, no bom exito da empresa assim se expressava em carta de 16 do mesmo mez ao seu almirante: «Si cumprimos com o nosso dever só uma fatalidade nos ocasionará revezes:»

O ardiloso Brown, porém, ia destruir as fagueiras esperanças, pondo em jogo sua actividade e pericia.

No dia 21 de Dezembro, bordejando na altura de S. Juan a escuna *Rio de la Plata* (ex-*Aracutaba*), armada com um rodizio de calibre 12, foi caçada e aprisionada e retomada depois de curto combate, pela divisão de Senna Pereira.

Adoptado por Buenos Ayres, o plano de levar um ataque aquella frotilha, mal chegou de seu cruzeiro, preparou-se Brown com toda a rapidez, lançando mão das embarcações de menor calado, que se achavam no porto e secundado por officiaes distinctos como Espôra, Segui, Jorge, Masson, Hayman, Supische, Cõe, Grandville e outros, organisou a seguinte força naval: Brigue *Balcirra*, de 14 canhões, capitão Segui; escuna *Sarandi*, 7 canhões (capitanea), capitão John Cõe; escuna *Maldonado* (ex-*Leal Paulistana*), de 8 canhões, capitão Espôra; escuna *Guanaco*, de 8 canhões, capitão Grandville; escuna *Union*, de 10 canhões, capitão Shannon; escuna *Pepa*, de 2 canhões, capitão Silva; sumaca *Uruguay*, de 7 canhões, capitão Masson e mais oito canhoneiras, cada uma, com uma peça de calibre 18 e 24 á prôa. Contava esta força 69 canhões e 780 homens de guarnição, mais 8 peças e 30 homens do que a nossa.

Com esta força naval subio Brown o Uruguay a 28 e a 29 chegava ao Jaguary, no Rio Negro, proximo á 3ª divizão.

De regeira passada nas amarras estavam os nossos. Depois de trocadas algumas descargas cerradas, fundeu Brown dentro do alcance de tiro de peça e mandou o capitão Cõe com bandeira parlamentar, mais com o fim de espionar, intimar o chefe brasiliense á rendição.

Certo julgava o almirante argentino que bastaria o seu nome para abalar o animo de Senna Pereira; este, na ignorancia do regresso de Brown, mandou á bordo do capitanea inimigo um official para certificar-se, e assegurar que dentro em pouco voltaria Cõe com a resposta da intimação. Levou este official a communicação de Brown, que se dentro de uma hora não lhe fosse restituído o seu capitão de bandeira, um transfuga seja dito, começariam as hostilidades.

Tendo esperado inutilmente por mais de tres horas, persudio-se Brown que o chefe Senna Pereira havia violado as leis das nações, detendo o official; ordenon immediatamente o ataque, preparando-se, como disse, para tomar *séria venganza*.

No entretanto era motivo o forte pampeiro que havia cahido que impossibilitou o regresso do parlamentar.

Depois de uma hora de fogo, retirou-se Brown, desilludido de nada fazer; desceo o rio e foi para a ponta Gorda.

Sua primeira idéa foi apossar-se d'essa ponta, onde teria apoio vantajoso: ahi estabeleceo uma bateria de quatro peças; era o ponto mais estreito do rio.

Previamente havia desembarcado uma parte de sua gente na ilha do Biscayno, afim de matar todo o gado que ahi se achasse, e ordenou á milicia de S. Domingos Soriano, povoação proxima, que destruísse tudo quando podesse servir aos brasilienses, para privar-os de todos os auxilios com que contavam n'aquelles pontos.

De pouco lhe valeo a bateria que havia montado em Ponta Gorda, pois pouco depois, soube que os navios de Senna Pereira haviam avançado até o arroyo da China, 30 léguas acima do Rio Negro, por onde eram abastecidos, e, ali de accordo com as instrucções, por meio de emissarios que penetraram até Santa Fé, onde permaneciam sem ser inquietados os partidarios «já restabelecidos de seus primeiros sobresaltos, começavam a fallar com a sua habitual ousadia».

Tendo a junta de guerra de Buenos Ayres resolvido com muito acerto aproveitar-se do erro de Rodrigo Lobo em ordenar o abandono da ilha de Martim Garcia, ali deixando a artilharia, sobre ella volveo suas vistas como ponto strategico, e fortifical-o convenientemente, antes que o fizesse o almirante Pinto Guedes, que em reiteirados pedidos ao nosso governo fazia ver a necessidade de remediar a falta do seu antecessor. Nunca teve soluçao.

Brown que havia na *Sarandi* seguido para Buenos Ayres, acceitou tal medida por ter reconhecido a sua conveniencia, tanto mais que tendo chegado a Martim Chico, um chasque enviado de Montevideo com officios do almirante Pinto Guedes para Senna Pereira, a quem suppunha na altura de Soriano o mestre de tal embarcaçao, seduzido pelos emissarios platinos, em vez de procurar o chefe brasiliense, buscou as forças de Brown a quem deu conhecimento do conteúdo dos officios de que era portador. Sabedor do plano de Pindo Guedes que outro não era senão o de atacar Brown, simultaneamente com as forças de Senna Pereira e outra que mandou preparar sob a direcção de Mariath, deixou depois seguir a embarcaçao ao seu destino.

Assim a posse de Martim Garcia evitaria ser posto Brown entre dous jogos.

Considerando mais Brown, attento ao estado das provincias de Entre Rios e Santa Fé, que seria moroso trazer os nossos a uma acção e sabendo do desejo do almirante Pinto Guedes fortificar Martim Garcia, temendo isto, tratou de accelerar o embarque dos petrechos de guerra necessarios para fazel-o antes que o fizessem os nossos. Nas immediações d'ella pretendia aguardar a passagem dos nossos, levado ainda a esse movimento pela crença de que teriamos que passar por uma das innumeraveis bocas do Paraná para ir ao encalço.

Enquanto com enthusiasmo o governo das Provincias Unidas do Prata se apressava, cheio de fé e confiança no seu almirante e nos seus marinheiros, em cercal-os de todos os recursos por aquelle indicados, como indispensaveis para pôl-o á coberto de um desastre, e enquanto todos os patriotas, ajui-zando de que a honra das armas nacionaes dependia d'aquelle chefe, o contrario justamente se passava entre nós. Degladiavam-se os partidos politicos na ancia do poder e de competencias pessoas e todos, para impopularisar o chefe da nação, faziam crer ao povo que a guerra que sustentavamos contra Buenos Ayres, não tinha outro fim senão satisfazer a ambição de D. Pedro I. Na Camara e no Senado, as mais amargas accusações se faziam aos nossos chefes; apodos, exprobações de toda a sorte, sahiam da boca de homens julgados mentores de nossa nacionalidade, cegos porém pela paixão que os dominavam. Perturbavam a acção do governo e enfraqueciam a vontade de vencer. O tratado de 1828, foi como veremos, obra desses politicos que prepararam o terreno para acceitar condições e não dictal-as como tudo era de prever.

Levaram ainda a nação a soffrer insultos dos inglezes e francezes e ameações dos norte-americanos.

Para guarnecer Martim Garcia deu o governo de Buenos Ayres a Brown varias peças de artilharia e um corpo de caçadores ao mando de D. Juan Apostol Martinez, a quem se lhe deu o guarda da dita ilha, ficando o coronel Espóra, encarregado da força naval.

De facto logo que soube o almirante Pinto Guedes da partida do inimigo enviou, sob ás ordens do capitão de fragata Mariath, na pista de Brown, uma esquadilha composta de uma corveta, quatro brigues e cinco escunas, com o fim de mettel-o entre dous fogos.

Tendo conhecimento, porém que Brown havia regressado a Buenos Ayres, ordenou a vinda de dous brigues da divisão, tendo os demais, peio seu muito calado, para navegarem, lançado ao rio o seu lastro.

Brown, no dia 4 de janeiro, na *Sarandi*, em companhia de Rosales e de 40 artilheiros, fez-se de vela para reunir-se aos seus no Uruguay; ao chegar porém na costa oriental no canal que conduz á ilha, o do Inferno, encontrou-se com os navios de Mariath, constando na occasião de uma corveta, um brigue e tres escunas.

Fez então Rosales voltar na *Sarandi*, para Buenos Ayres afim de alivial-a da carga e poder subir pelo Paraná das Palmas enquanto elle n'uma baleeira desse navio foi reunir-se aos seus e activar a fortificação de Martim Garcia. Deixou elle sua primeira posição, estabelecendo uma avançada que deveria avisal-o em occasião de apresentarem-se as forças inimigas.

A esquadriha de Mariath, compunha-se da corveta *Macció*, de 20 canhões; brigues *Cubloco*, de 18 canhões; *Real João*, idem; escunas *Maria Thereza*, de 14; *Providencia*, de 3; *Conceição*, de 1; *Itaparica*, de 1 e *Primeiro de Dezembro* de 1. Em satisfação ás ordens recebidas, seguiram, dirigidos por praticos os navios, indo a escuna *Providencia* e o brigue *Real João*, flanqueando os demais navios, na distancia de tres amarras, para indicar as sondas; apesar porém destes cuidados e perigos dos bancos, avistou a 17 a esquadriha inimiga, na altura da Playo Honda ou Placer de las Palmas.

Ao cahir da noite, encalhou *Macció* e baldados foram os esforços para safal-a; reinava além disso máo tempo. Nada conseguindo Mariath, mandou forçar de vela e por sobre o banco pôde passar.

Pela manhã de 18, Brown, á força de remos, approximou-se da *Macció* com o *Balcarce*, brigue *Maldonado*, que nos tinha sido tomado com o nome de *Leal Paulistana* e escunas *Sarandi*, *Pepa* e *Union* e duas escunas, e sobre a nossa capitanea começou nutrido fogo. Mariath, pelo pouco alcance de seus canhões, não respondeo; deixou-os approximar. Quando julgou opportuno ordenou resolutamente a manobra: de lçar bujarrona. *Fogo por brigadas*, manobra essa necessaria para dar toda a banda. Apesar porém dessa rajada de fogo avançava sempre o inimigo, fazendo grande estrago no costado da corveta e nos tripulantes. Mandou então Mariath com mais firmeza carregar as peças com quatro munições depois do que, uma explosão de metralha recebeu o inimigo quasi a queima roupa. *Eran lo infierno las dos lincas*, diz uma testemunha argentina. A formidável dilaniação produzida pelas granadas atordoou o inimigo, pondo-o em confusão e atropelo: fel-o abandonar a acção. Heroicamente defendeo-se a *Macció*.

Sotaventeados os demais navios de Mariath não puderam socorrel-o.

Apoz essa valente e tremenda refrega retiraram-se os argentinos para junto de Martim Garcia, afim de repararem as avarias e cuidar Brown do artilhamento da ilha nas fortificações deixadas por nós, onde havia desembarcado os artilheiros por elle trazidos e determinado que a artilharia montada em Ponta Gorda para ali fosse transportada.

O commandante Espôra, destinado a estes trabalhos fez desen cravar duas peças de calibre 24 ali deixados quando abandonada a ilha por ordem de Rodrigo Lobo, tomando desde então com a chegada dos artilheiros e milicianos o aspecto de uma fortificação regular.

Commandava antes o tenente coronel Espôra a *Maldonado*; com a chegada e offerta de seus serviços do segundo tenente Henrique Drummond official ao nosso serviço, que havia fugido da presiganga, no Rio de Janeiro, onde se achava preso para responder á conselho de guerra, foi então substituido no commando e designado para commandar o forte *Constitucion*.

Receiando o governo argentino que o nosso almirante fizesse alguma tentativa para destruir os seus navios que se achavam em balisas interiores, ordenou a Rosales que tomasse o commando d'aquella força, despachando contudo a *Sarandy*, que poucos dias depois se reuniu á esquadra sem a menor novidade.

As obras de Martim Garcia adiantavam-se rapidamente e n'ellas tinha interesse Brown, como base de protecção á sua retaguarda, sendo ao mesmo tempo um ponto seguro para retirada, no caso de ser forçado a isso.

A inacção de Mariath muito convinha a Brown; dava tempo de sobra para preparar-se, á espera da força de Senna Pereira.

No dia 24 de janeiro foi avistada uma escuna fundeada a 6 milhas de distancia; mandou Brown sobre ella duas de suas barcas artilhadas, que o abordaram e conduziram á linha. Era o *S. José Americano*, armado com uma peça de bronze, dez espingardas, que se havia sotaventado por demais vinha cahir no meio do inimigo; conduzia 60 barris de pólvora e provisões destinadas á flotilha de Mariath. O official encarregado desta commissão escapou em um escaler, mas a guarnição em numero de 12 homens, inclusive o mestre um tal Martinez, argentino ou oriental e dous officiaes, ficaram prisioneiros.

Retirava-se Senna Pereira em principios de fevereiro com a sua frotilha tendo satisfeito completamente a sua commissão, muito diversa sem duvida, que a de bater-se com Brown, em vista dos elementos que a constituíam.

«Quasi inteiramente privada, é. força confessional-o em honra da verdade, dos principaes elementos de guerra, pericia, disciplina e valor, que o habilitassem para a sustentação de uma lucta, em que por ventura chegasse a empenhar-se, como aconteceo, e totalmente necessitado de mantimentos, veio encontrar-se com a esquadra de Brown. No dia 7, reuniu á bordo da Capitanea um conselho de commandantes para resolver sobre a escolha do canal que deviam tomar na passagem de Martim Garcia; ficou resolvido por maioria que seria o de sudoeste, por ser mais desembaraçado, apesar de muito estreito. Nesse mesmo dia soube Brown do movimento de descida da esquadrilla, pelo aviso de haver ella transposto a Ponta Gorda. Officiaes e marinheiros empregados nos trabalhos da ilha de Martim Garcia embarcaram immediatamente e a esquadra navegou pelo Uruguay a encontrar-se com a nossa.

No dia 8 chagara a frotilha de Senna Pereira á altura de Nueva Palmira ou Higueritas, avistando-se então as duas forças rivaes.

Suspenderam, donde haviam fundeado e com vento do quadrante norte continuaram a descida do rio, provavelmente em consequencia dos movimentos de Mariath e avançaram resolutamente. Pouco adiante encalhou a capitanea brasiliense, safando-se porém, depois de algum tempo, perdendo assim as circumstancias favoraveis por se lhe ter abonançado o vento ás 11^h 30 a.m: fundeou, por isso proximo ao inimigo, entre as ilhas do Juncal e Dos Hermanos. As 3^h da tarde começou o vento a soprar de SSE; aproveitando-se desta feliz casualidade investio Brown sobre os nossos. Orçou o brigue *Januaria* contra o que se lhe apresentou, vendo-se desde logo empenhado contra o *Balcace*, a *Sirandi* e tres lanchas canhoneiras. Nessa occasião encalhou a escuna *Liberdade do Sul*, do commando do 1º tenente Augusto Wenceslão Lisboa, official de pouco animo e pericia segundo o conceito do commandante da *Januaria*. Com ardor atacavam os platinos em presença de um perigo real para a nação emquanto o mesmo não se dava com os nossos pela maneira por que fôra constituida a esquadrilla. Rondando o

vento para N E conseguiu a nossa esquadriha tomar barlavento á inimiga esperando assim Senna Pereira tirar proveito dessa posição favoravel, Infelizmente o máo destino estava com elle: saltou o vento para o sul, desencadeando-se com trovoadas, violento pampeiro, fazendo com que de parte á parte fosse suspenso o fogo. Mal manobrados alguns dos nossos navios, por não terem á bordo pessoal idoneo, correram risco de sossobrar; outros foram obrigados a fundear a dous ferros e em confusão ficaram á sotavento do inimigo, á pequena distancia. Ao anouteceer tendo abrandado a tormenta, ordenou Senna Pereira que se fizessem de vela. Ainda uma vez demonstrou a nossa frotilha ao inimigo as suas condições de inferioridade manobreira, pois algumas embarcações que tinham seus ferros á pique não esperaram que as que os tinham a dous os suspendessem e velejaram, tomando assim grande dianteira.

Essa manobra ia custando a perda da escuna *Doze de Outubro* que quasi foi assaltada, e estaria perdida se não fosse acudida de prompto pela *Bertioga* e pela *Januaria*. Arrastada pela impetuosidade do vento para o campo inimigo, uma das embarcações que servia de hospital é aprisionada, della havia conseguido escapar-se Coe, favorecido pela escuridão e proximidades dos navios de Brown, levando a seu chefe preciosas informações sobre o estado de nossa força.

Pelas onze horas da noute, reunida toda a esquadriha fundeou proximo da ilha Sola ou Solis, a meia milha de divisão platina e na ordem que cada commandante quiz, enquanto a argentina toda reunida, a nossa ficou espalhada: junto do inimigo só permaneciam a *Oriental*, commandada por Senna Pereira, e *Bertioga* pelo 1º Tenente Jorge Broom e o *Januaria* pelo 1º Tenente Carvalho.

Nessa noute, diz o filho de Senna Pereira, e ao amanhecer do dia 9 foram alguns officiaes á bordo da escuna-chefe e pediram ao commandante que não accetasse o combate á vela, mas sim fundeados, porque só desse modo alguns commandantes se bateriam!

Não conseguindo dissuadi-los do seu empenho, apesar de ponderar-lhes os graves inconvenientes que poderiam resultar da adopção desse plano, prometteo-lhes fazer o que pediam por serem aquelles em quem depositava mais confiança.

«Diz Alcides Lima. Eram quasi oito da manhã quando, erguendo-se uma brisa de SE. a frota de Brown entrou em movimento e se estendeu em curva; dentro em pouco iniciou o fogo.

Vacillou o chefe Sena Pereira se devia pelejar fundeado, como na vespera lhe tinham ponderado varios commandantes, ou sob panno, como era seu parecer: por isso foram dados varios signaes — até que, firmado o vento muito a favor do contrario belligerante, e achando-se atrapalhados varios dos seus commandados, que nem conseguiam alinhar, ordenou orçassem sobre o inimigo, desfraldando o signal de *fazer uma linha* EO. Não obstante, porém, repetido o alludido signal pelo *Januaria*, as embarcações mais a sotavento, as quaes a capitanea chamava a que occupassem o lugar no alinhamento indicado, não obedeceram: umas arribaram em chicio a toda força de véla; outras deram fundo, entendendo os seus commandantes que a ordem era para a formatura de um corpo de reserva. Em vão Sena Pereira com a buzina na bocca bradava que mantivessem a ordem recommendada; mais tudo era atropello e balburdia; então o nosso capitão, pesando a apertura do momento, annullou o signal desattendido e içou o de receber o inimigo sobre véla; e, abrindo o exemplo, foi na orça sobre elle com amura a EB.

pondo-se resolutamente a perigo para incitar os seus subordinados a que evitassem o opprobrio que ameaçava as bandeiras nacionaes. De lado a lado as baterias começaram a laborar vivamente; e os commandantes subalternos, attendendo ao signal, tentaram secundar a energica offensiva emprehendida pela almiranta; contudo ou não souberam ou não puderam sustentar aquella iniciativa. Como fosse estreito o canal, necessitava mudar de amura, e ao virar, os navios menores, de fundo de prato e pequeno pontal, manobraram tão ineptamente que não conseguiram barlaventar e, de todas as imperfeições testemunhadas no decorrer do recontro, nenhuma foi mais fatal que essa.

«Mal feita a manobra, ficaram de permeio, entre aquellas unidades e a esquadra de Brown, a almiranta (escuna *Oriental*), o brigue-escuna *Januaria* e a charrua *Bertioga*, os unicos que conseguiram ficar a barlavento, mais em difficil posição, porque os demais não podiam fazer laborar os seus canhões, sem que offendessem essas tres naves. Amontoada e desalinhada se conservou a maioria das unidades brasileiras, sem que durante todo o combate lhes fosse possível compôr a linha.

«Eram precisamente o *Januaria*, a *Oriental* e a *Bertioga*, os tres melhores navios brasileiros, que desde o inicio da jornada oppugnavam o impetuoso ataque do inimigo, resistindo galhardamente, e contendo o ardor de um adversario a cavalleiro em tudo e por tudo. Foi nessa rude emergencia que o *Januaria* teve o mastaréu de velacho desarvorado e partida a verga de traquete, após passante duas horas de renhido fogo; Senna Pereira, querendo minorar a difficuldade daquelle terrivel situação, mandou que o tenente Velloso com a sua canhoneira dêsse reboque áquelle brigue; a ordem ia ser executada e a respectiva espia chegou a ser passada, mas só porque alguns tiros de metralha cruzaram perto, cortou o cabo e partiu em desairosa fugida. Os contemporaneos verberam energicamente, com os epithetos deprimentes, a indecorosa defeecção desse commandante covarde.

«Com galhardia e bravura dignas do verdadeiro militar, Senna Pereira revelava-se na alura das circumstancias, resgatando anteriores erros; em tão ingrata contingencia mantinha toda a serenidade e dava os mais salutareos exemplos de fidelidade ao posto de sacrificio que lhe fora confiado. Sem que tivesse podido impedir o duplo crime, de desobediencia e covardia, daquelle subordinado, tentou remediar a incuria encarregando a *Bertioga* de tomar posição na prôa do *Januaria*, emquanto elle, na *Oriental*, ia occupar a da pôpa, sem temor do fogo, ruidoso e incessante, sentido de todos os lados. Mas o brigue-escuna já patenteia ao inimigo toda a sua imprestabilidade, e este, correndo para junto da sua alheta, faz vivo empenho em pôl-o fóra de combate: é impossivel resistir, sem que seja rebocado: além de desarvorado, tem varios rombos ao lume d'agua; a trincheira desmontada em muitos lugares, tres canhões com as carretas partidas, e, sem nenhum auxilio de quem quer que fosse não deve ficar exposto a uma a bordagem. A *Bertioga* tenta dar-lhe reboque, mas uma certa bala argentina a desarvora do mastro grande, que rola sobre o tombadilho, juntamente com o pavilhão nacional nelle içado; Broom, o heroico official bretão, pratica nesse momento ingrato um feito de confortante bravura: elle mesmo sobe ao tope de prôa e arvora a signa de sua patria adoptiva.

Resolvido a abandonar o *Januaria*. Antonio Pedro manda encravar a artilharia, abrir os orificios mal tapados e lançar fogo no navio (incendio que os argentinos impediram que se propagasse, apagando-o), e logo toda a guarnição o abandona; são os ultimos a deixarem-no o commandante, o immediato, o cirurgião e mais o da *Bertioga* (que ali tinha ido a ajudar uma amputação), o mestre e dous marinheiros; os outros haviam escapado na lancha.

A despeito de tanta pusillanimidade, o nosso chefe diz um commentador, tentou tres vezes reunil-os, arribando para elles; mas teve sempre o desgosto de os ver arribar precipitadamente e com força de vela. Exasperado então com proceder tão improprio de militares de brio, orçou de novo decidido a não arribar mais e esperou o inimigo com o velacho sobre. Foi este proceder sem duvida que deu lugar ao dito do almirante Brown, que depois se vulgarizou. *A fé mia que ja o encontrado um portuguez con ganas de batir-se.*

«Desse momento em diante começou um combate renhidissimo sustentado unicamente pelas escunas *Oriental e Bertioga*, contra toda a esquadra argentina, pois o patacho *Januaria* foi abandonado pelo seu commandante, deixando-o em perfeito estado de combater como se sabe, fugindo valorosamente nas lanchas e levando comsigo a sua guarnição. Foi um combate formidável, terrível, desesperado e talvez unico em que necessariamente tinha de acontecer, o que aconteceu pela rigorosa lei da necessidade. Foi um combate infeliz, mas brilhante e glorioso, que nos legou uma lição igualmente, cruel que proveitosa e que deu um exemplo sublime de honra e dedicação aos fracos que não quizeram partilhar a gloria de dous bravos companheiros que sacrificavam de um modo injustificavel, preferindo antes fugir sem olhar para trás lastimosamente, estupidamente, fugir sem ver de que, que é o requinte da covardia!

«Assim terminou o combate! Os canhões de Brown não fizeram calar os nossos senão afogando-os com suas proprias balas. Os dous unicos navios que se bateram contra toda a esquadra argentina, não se renderam, succumbiram!

«E a nossa bandeira tremulou ufana nos mastros enquanto restou uma bala e um homem em circumstancias de combater! A força numerica subjugou o valor; o combate fôra demasiado longo para forças tão desiguaes: os nossos inimigos contaram a victoria; elles bateram-se com uma esquadra, nos batemo-nos com dous navios: seus marinheiros eram superiores aos nossos em experiencia, em descanso e em numero: tiveram officiaes para ganhar a peleja com grande vantagem, e nós tivemos apenas dous homens para se baterem com heroismo.

«O commandante da esquadrilla na escuna *Oriental* e o 1º tenente Broon na escuna *Bertioga* repetil-o-hemos ainda, pois temos nisto acerbo gosto, foram os unicos que fizeram face ao inimigo e não despreçaram como os outros commandantes os pannos de suas velas ao vento impetuoso da fuga mais vergonhosa e covarde!

«Cahido o commandante da esquadrilla ferido por um golpe de metralha, o valor que sua heroicidade communicava aos seus companheiros de gloria e infortunio não se apagou, suffocavam-no tambem, porque o navio estava já demasiadamente fraco para sustentar o peso das balas inimigas, mas os animos estavam ainda muito fortes e pouco dispostos a acceitarem a ignominia de uma intimação tão cruel, e por isso não havia a bordo um homem que ousasse arriar a bandeira nacional mesmo estando o chefe desacordado na camara do navio e preferir antes continuar a bater-se, protegendo com seus corpos contra o fogo do inimigo o pavilhão que haviam jurado defender. Finalmente um marinheiro, digamos sempre, estrangeiro, cortou a adriça da bandeira que cahio no convêz, pouco depois a escuna foi abordada como o fôra antes a *Bertioga*, cujo bravo commandante pregára com suas proprias mãos a bandeira no mastro que lhe havia cahido dentro, empachando-lhe a artilharia e impedindo-a de manobrar».

Em um memorial ou representação apresentada a S. M Imperial por este benemerito official, lemos que o almirante Brown admirando e apreciando a nobreza do sacrificio de seus dous unicos competidores ordenou ao declinar da lucta que não se fizesse mais fogo sobre elles, e que fossem saudados os victoriados, pelas tripulações da esquadra vencedora.

«Estas, que tinham presenciado com espanto a defesa desesperada e grandiosa, essa resistencia heroica do sacrificio contra o impossivel, como soldados que eram, apreciaram aquelle rasgo sublime de audacia e acceitaram presurosos o convite de seu chefe com essa alegria cordial e sympathica que sempre lhes inspira a intrepidez e a coragem; voaram ás enxarcias de seus respectivos navios dando entusiasticos vivas ao bravo chefe da esquadrilla brasileira o seu valente companheiro de armas e de gloria!

E' quanto basta ao fallecido commandante da esquadrilla para recompensar seu esforço e sacrificio, abandonado desastrada e parvamente por aquelles que perderam o titulo de seus irmãos de armas, almejando apenas uma recompensa deste genero; elle preferio na hora critica do perigo ficar esmagado no seu posto de honra, succumbir debaixo do peso de toda a esquadra inimiga, a confiar, como os outros, a sua reputação militar e sua dignidade de homem, e mesmo sua vida a ventarola incerta das flamulas de seus navios fugitivos. Nunca elle sentio as suas dragonas tão pesadas, porém nunca achou tão leve a espada.

Nesta acção empenhou todos os recursos de sua intelligencia, toda a energia de seu character, toda a grandeza de sua alma e todos os sacrificios de sua pessoa; bateo-se como quem tinha de vencer ou nada mais do que morrer. Foi vencido, porém, e em seu proprio leito lhe foi intimado a ordem de Brown para entregar sua espada, intimação a que respondeo cheio de um nobre gesto e consolador orgulho que lhe inundava a alma *que a encontrariam no logar em que fora derrubado.*

Diz um escriptor argentino: O exito de nossas armas era já um feito indestructivel; as alvoradas da victoria resoavam em todos os navios vencedores, e o valoroso chefe inimigo depois de ter feito o possivel para obter o louro do triumpho, caia á bordo do seu navio *Oriental*, empapado em seu proprio sangue, exclamando ao entregar a sua espada ao vencedor: «*Não fiz a bastante por minha causa, desde que sobrevivi a acção.*»

Rebatendo ainda o que diz o autor do *Memorandum das campanhas navaes argentinas*, diz o commentador:

«E' aqui o lugar de nos occuparmos com um facto desta guerra que não deve ficar esquecido, muito principalmente quando o autor do *Memorandum* na facilidade de seus juizos, não sabe prodigalisar sua justiça e menos sua benevolencia para com os factos, nem para com os homens que lhe são estranhos.

Ha nessa lucta dous factos chronologicamente separados, mas intimamente ligados por sua natureza, por seu interesse e por suas circumstancias, cujo paralelo é occasião de fazer-se!

A jornada do dia 9 de fevereiro de 1827 foi para os bravos da esquadrilla do Uruguay illuminada pelo mesmo sol de adversidade e heroismo que se reflectio nas velas do navio do almirante Brown acompanhado unicamente pela escuna *Rio*, commandada pelo capitão Rosales, na acção de 30 de julho de 1826.

No mesmo caso e em identicas circumstancias bateram-se elles em Buenos-Ayres com a nossa divisão bloqueadora, como as nossas duas embarcações se bateram, com sua esquadra, no Juncal.

Os papeis a representar eram os mesmos: as dificuldades a venerar igualmente poderosas, a lucta igualmente reforçada. Se no Juncal havia do lado inimigo valor e numero, do nosso lado havia coragem, dedicação e audacia; se em frente de Buenos Ayres os nossos canhões eram superiores, a posição arriscada dos adversarios não era menos palpitante, mas o desfecho foi inteiramente differente, o resultado inteiramente diverso.

Mas, se é verdade que a historia das nações póde e mesmo deve estudar se na historia de seus homens notaveis, se o character das personagens que representam n'um drama é uma fonte inexgotável de argumentos para comprovar os factos que elles assignalaram com seu nome de explicações que sirvam para ajuizar-se d'elles, parece justo que colloquemos n'esses lances extremos e semelhantes em que se achavam alternativamente empenhadas as forças que se bateram no Prata em frente um do outro, o dia 9 de fevereiro e o de 30 de julho, o chefe das forças argentinas desamparado de um modo injustificavel e o chefe das forças brasileiras abandonado tambem vergonhosamente, o almirante Brown enfim, e o chefe capitão de fragata Senna Pereira.

No dia 30 de julho, bateram-se uma corveta e uma escuna, a *25 de Mayo* e o *Rio da Prata*, diz o autor do *Memorandum*, com 11 navios brasileiros. No dia 9 de fevereiro, dizemos nós, bateram-se duas escunas a *Oriental* e *Bertioga* com 16 vasos da marinha argentina.

Sem querer fazer questão de superioridade dos vasos *25 de Mayo*, magnifica corveta de duas baterias e a bella escuna *Rio*, sempre notaremos que na contrariedade das posições houve mais atrevimento do commandante da esquadilha.

O almirante Brown achou-se unicamente acompanhado no combate pelo capitão Rosales. O 1º tenente Brown foi tambem o unico que corajosamente seguiu seu chefe. Os soldados de Brown desampararam-no no perigo, não se quizeram arriscar no combate. Os officiaes de Senna Pereira abandonaram no sem brio e fugiram panicamente do inimigo.

O procedimento dos primeiros abandonando seu chefe, foi indigno e miseravel.

O procedimento dos segundos, abandonando seu irmão d'armas, foi ignominioso e desleal.

Os officiaes argentinos, em sua maior parte aventureiros inglezes, não combatiam por uma nacionalidade, nem por um principio. Os officiaes brasileiros, (1) entre os quaes havia tambem alguns estrangeiros, batiam-se para vingar sua nacionalidade offendida e defender seus direitos postergados. Os primeiros procuravam nos perigos a fortuna, os segundos empenhavam a fortuna nos perigos. Por isso os primeiros merecem ser julgados menos medrosos e covardes, porém os segundos peor ainda, devem ser chamados poltrões.

Mas o almirante Brown, depois de sustentar por algum tempo um combate muito desigual, muito difficil, perdeu a esperança e retirou-se. Senna Pereira, em identidade de circumstancias perdeu tambem a esperança de vencer, mas julgou indigna a retirada, e bateu-se firme no seu posto até ficar vencido.

(1). Engana-se o commentador: eram portuguezes na sua quasi totalidade que havia adherido á nossa nacionalidade.

Qual foi o mais bravo? Talvez não seja fácil responder! Mas quem foi o heroe? Cremos que se pode apontar-o.

Um salvou-se por uma cuidadosa fuga, o outro, que não quiz adoptar o mesmo partido foi vencido, mas não subjugado como o provou mais tarde. Um recebeu os applausos de seus concidadãos pelo seu livramento inesperado: outro em paga de sua dedicação tão rara só teve pezares e sacrificios. Mas é que o sacrificio é a alma das grandes acções! Um livrou-se com seu esforço: o outro cahio com sua honra.

E como o autor do *Memorandum* que soube endeosar a feliz retirada de um, não soube respeitar ao menos a grandeza do sacrificio do outro? Por ventura a felicidade e a bravura do almirante argentino não deixavam lugar para a dedicação e o heroismo do chefe brasileiro?

O historiador imparcial que julgar estes acontecimentos, em que cabeça collocará a corôa de louro que recompensa as acções nobres e grandes? na fronte orgulhosa do feliz fugido de 30 de julho, ou na mão menos altiva do glorioso vencido de 9 de fevereiro? O que preferirá o homem de honra de um renome ambicioso de preclara gloria? Os applausos e as flores que cobriram o almirante Brown em sua entrada em Buenos Ayres perseguido de perto pelos nossos navios vencedores ou o martyrio honroso de Senna Pereira que envolto no pavilhão espedaçado que sustentava com seu sangue até o ultimo transe, foi passar ás longas e amargas noites na sua prisão guardado a vista em uma das salas da casa de policia de Buenos Ayres».

Como vimos Senna Pereira quando desceo o Uruguay, já lhe escasseavam os mantimentos, pois Brown havia cortado o gado que lhe era fornecido; apenas tinha munições de boca para vinte e quatro horas.

Esta circumstancia, diz ainda o seu defensor, tinha sido por ventura prevista e mesmo calculada pelo commandante da esquadilha, que, pouco confiado na pericia e talvez na coragem de uma parte dos officiaes que o acompanhavam, a aproveitára como um estimulo para obrigar os mais timoratos a não recuarem diante do perigo de uma posição arriscada. Collocados assim na rigorosa necessidade de vencer ou abrir passagem por entre o inimigo, empenhando sua dignidade de homens e sua honra de soldados, tinham elles tudo a alcançar, a gloria de uma victoria disputada, e a sua propria conservação, urgidos como eram a esse lance extremo, tendo a retaguarda cortada pela perspectiva da fome e ainda mais pela deshonra de uma fuga vergonhosa.

Nunca houve posição mais favoravel, por isso mesmo que era tão critica e mais capaz de infundir animo, coragem e audacia aquelles mesmos que não sentindo o coração pular-lhe indignado com a idéa aterradora da perda de uma reputação militar e de homem, ouvissem ao menos os brados poderosos do instincto de animalidade.

Mas isto é argumentar com a natureza conhecida, e a organização desses homens que não se lembraram da patria nem de si, que nem tiveram a virtude da dedicação, nem o egoismo do amor de si mesmo, era uma organização tão particular e estranha que não presta argumentos para sua desculpa, nem mesmo para sua condemnação!

Certamente mais cegos pelo refugio que de Entre Rios se lhe offerecia, do que pelo brilho de uma victoria, estava a maioria dos improvisados commandantes dos navios confiados a chefia de Senna Pereira. E' facto que pessoa de alto destaque de Entre Rios, em carta, que foi mostrada a diversos commandantes assegurou a Senna Pereira que dada a emergencia de algum revez ali encontraria todas as garantias. Como veremos confirmaram-se todos os vaticinios e promessas.

Na sua parte official, de 10 de fevereiro dizia Brown que se achava a reparar as avarias de seus navios e das prezas; de facto na acção sustentada tal foram as soffridas pela *Sarandi* que foi obrigada a retirar-se da acção, rebocada por uma canhoneira.

Se da parte dos nossos tivesse havido mais esforço, de certo o desastre soffrido pelas nossas armas ter-se-ia transformado em victoria, pois na força argentina já se sentia a falta de cartuchame, tanto assim que relata Cordovez: em seu navio for necessario o emprego das camisas dos marinheiros para a confecção d'elle.

Assim se dá conhecer ao publico a parte de Brown:

«Viva a Patria, e gloria ao bravo general Brown e a sua marinha.

«Bordo do brigue nacional de guerra no porto Juncal, 10 de fevereiro de 1827.

«Tenho de continuar do melhor modo que me é possível a relação dos successos que tiveram principio em 8 do corrente, afim de que cheguem sem perda de tempo ao conhecimento do Exm. Snr. ministro da guerra e marinha a quem respeitadamente se dirige o abaixo assignado. Com data de hontem participei a V. Exa. que logo que o resto da divisão inimiga se fez em fuga, despachei uma divisão para que fossem capturadas as embarcações mais atrasadas. Este objecto conseguiu-o em parte tomando duas canhoneiras, montando duas peças cada uma de calibres 12, 18 e 24: e não pôde levar a cabo a sua commissão por haver encalhado, e permaneceu ainda n'esta posição, mas sem perigo. Os navios apresados até esta data são seis de guerra e uma escuna mercante que servia de hospital. Não me foi possível Ex. Snr. seguir adiante com o meu empenho, por ter que concertar as presas e reparar as avarias da nossa esquadra. A baleeira, portadora d'esta, conduz prisioneiro o commandante da 3.^a divisão imperial J. R. da Senna Pereira, e á este respeito incluo a V. Exa. copia das communicações que lhe eu fiz pedindo explicações com referencia á conducta por elle observada com o nosso official parlamentar, detendo-o prisioneiro e bem assim a sua resposta datada de hoje: de sua importancia julgará o Ex. Snr. presidente da república. A correspondencia inimiga irá por outro conducto ás mãos dessa respeitavel autoridade.

O capitão Cõe, que foi o primeiro parlamentar está em nosso poder e foi restituído ao commando do seu antigo navio a escuna *Sarandy*.

A divisão inimiga (divisão auxiliadora) que se acha no canal de Martim Garcia está ameaçando: oxalá o verifique: deste modo Ex. Snr. a gloria será maior.

Alguns caixões de instrumentos pertencentes em sua maior parte á porção que o tenente coronel Thiolé perdeu na escuna *Rio* quando foi apresada, ficam a bordo deste navio á disposição do governo. A parte circunstanciada das operações contra o inimigo nos dias 8 e 9, será remettida a V. Exa. opportunamente. Estou inteiramente occupado em arranjar do melhor modo possível os commandos dos navios apresados, bem como as suas tripulações o que espero conseguir com approvação do governo. Os dous escaleres com 17 marinheiros ás ordens do capitão Toll, ficam reunidos á linha. Neste momento se me noticia que tres peças que se achavam encravadas á bordo do brigue prisioneiro só uma se pôde desencravar; para fazer o mesmo ás outras duas será preciso que V. Exa. se digne ordenar a remessa de um taladro o mais breve que fôr possível. Na parte de hontem por um esquecimento invo-

luntario não levei ao conhecimento de V. Exa. que á despeito do irregular procedimento do chefe inimigo prisioneiro com o nosso parlamentar, a sua bravura e intrepida defesa no ataque, me collocam no indeclinavel dever de recommendar-o mui particularmente ao Ex. Snr. ministro, por consideral-o um companheiro de armas. O que subscreve sauda ao Ex. Snr. ministro da guerra com toda a sua consideração e respeito. Assig. W. Brown. Ex. Snr. Ministro da Guerra e Marinha D. Francisco de la Cruz.

Justamente a 12 de fevereiro, ao amanhecer, apresentavam-se na Colonia do Sacramento oito marinheiros da escuna *Oriental*, que deram noticias do desastre do Juncal e ao meio dia o 1º tenente Carvalho commandante da *D. Januaria*, ali chegou, conforme se depreheende do séguinte trecho de um officio do commandante da praça da Colonia ao Barão de Villa Bella.

«Queira dispensar-me de dar a V. Exa. a dolorosa noticia de que hoje, das 3 para 4 horas da manhã, chegou a este porto uma *chalana* com 8 marinheiros fugidos, pertencentes á escuna *Oriental*, e ao meio dia o tenente Carvalho, commandante do brigue patacho (*Januaria*) e a sua tripulação, por terem sido tomados no dia 9 as ditas embarcações e a barca *Bertioga* depois de ferido o Jacintho, arrombadas e cheias d'agua as ditas embarcações, e abandonadas pelos mais ao fogo de 18 horas, retirando-se Uruguay acima.»

Brown no dia doze no intuito de capturar os outros navios que haviam abandonado a lucta, depois de ier preparado a sua esquadra, reparado ás avarias e tripulado as presas e despachado para Martim Garcia os navios de maior calado ás ordens de d. Juan Francisco Seguí, com oito embarcações menores singrou Uruguay acima.

Diz o *Memorandum* que o commandante do patacho *Januaria* escapou em uma grande lancha por uma das bocas do Paraná: e parte de sua gente e a guarnição de uma escuna se refugiaram em uma ilha, mas depois se renderam foram, conduzidos a Martim Garcia. O resto da esquadra vencida «continuu a sua fuga». Na boca do Paraná tomaram-se duas embarcações, outra com um lanchão escaparam pelos Palmas (são a *D. Paula* e a *Victoria da Colonia* que tomando pelo arroio Tinto, indo passar por Buenos Ayres, chegaram a Colonia no dia 14, e as nove restantes fugiram pelo Uruguay acima com tal precipitação que tres d'ellas encalharam sobre S. Salvador e foram queimadas para não cahirem nas mãos dos republicanos e as suas guarnições passaram-se para as outras que se dirigiram para Gualeguaychú.»

Lê-se em o officio do Governador da Colonia ao Chefe de Divisão Pedro Antonio Nunes, de 14 de Fevereiro de 1827, que o Primeiro Tenente Aranha consultou os Commandantes sobre o que se devia deliberar, a estes eram de parecer, que tomaram queimando as embarcações maiores, porém que particularmente o Consul Romão influio, para que fossem para Gualeguaychú que podia ser, ali achassem hospitalidade, inda mesmo não achando-a, queimavam as embarcações e se entregavam prisioneiros; mas elles firmes no seu projecto, quando se fizeram á vela, o puzeram em pratica. Observaram, que queimaram as tres Escunas *Itapoan*, *Liberdade do Sul* e *Sete de Março*, recebendo a gente para as 5 barcas, que lhe ficaram, seguiram para aquelle destino, as 2 Barcas que tinham entrado para o Guaçu com a *Brocoió* foram prisioneiras depois de todas fizeram resistencia, Luiz Cypriano morreu de um tiro de artilharia».

Continua o *Memorandum*: No porto de Orlando encontrou-se com um bote que lhes desertára no qual achavam-se dous marinheiros que haviam sido detidos com Cõe em 29 de dezembro. Esses homens informaram-nos que os fugitivos haviam entrado no pequeno rio Gualeguaychú, como dez

leguas acima do Rio Negro, tendo arrojado a agoa quasi toda a artilharia para alliviar as embarcações, de modo que podessem entrar pela barra e em seguida passaram á povoação do mesmo nome e se renderam ás autoridades d'aquella provincia como se havia previsto. Esses marinheiros deram tambem noticias das embarcações que se escaparam pelo Paraná entrando pela boca do Gutierrez.

Ao receber esta noticia Brown despachou duas embarcações no encalço dos que fugiam pelo Paraná, ordenando ao mesmo tempo que de Martim Garcia se destacassem cinco canhoneiras afim de tomar os passos de Caracoles e Palmas. Apesar da promptidão com que foram executadas estas medidas nada se conseguiu por serem tomadas demasiado tarde, e terem os fugitivos passado antes da chegada dos argentinos.

Brown com os outros navios se dirigio a Gualaguaychú e entrou no rio com barcos armados e tripulados, deixando os demais na barra.

Ao avistar as embarcações brasilienses approximou-se de terra e fallou a uma partida armada a cuja frente se achava o governador da provincia. A este entregou Brown officios explicando o fim de sua chegada e a exigencia da entrega das tripulações dos navios. Em resposta obteve do governador que só depois de consultadas as demais autoridades é que resolveria. Insistio Brown, e desta vez com ameaça, pois ordenou que escalares armadas se dirigissem para terra: repellidos, porém por algumas descargas approaram ao mesmo tempo Brown e Drummond ás duas escunas, as unicas que se conservavam armadas, com um rodizio de 24, pois as outras tinham alijado a sua artilharia, e dellas se apossaram. Desapontado desceo Brown com as cinco embarcações. Não quiz Entre Rios (diz-se que Rivera não fôra extranho esse humanitarismo) entregar os brasilienses. Diz o autor do *Memorandum*. «A conducta de Entre Rios, foi n'esta emergencia tão injustificavel como anti-patriotica, não só em proteger os brasilienses privando a força maritima da republica de uma tão consideravel addição, senão ainda em valer-se de uma politica caprichosa para arrebatarem aos vencedorees as presas que a sua galhardia e trabalho lhes haviam ganho».

Como elemento para a historia, ainda acompanhando o que diz o *Memorandum* citado, diremos: Logo que Mariath commandante da divisão que se achava abaixo de Martim Garcia avistou a 3ª divisão moveo-se e approximou-se da ilha com a fingida intenção de passar adiante e collocar a esquadra de Brown, entre dous fogos, mas ao chegar quasi a distancia de tiro de peça — tornou a fundear.

«O commandante da ilha, pois calculou que a intenção desse chefe era guarnecer os seus escaleres e dar um desembarque na ilha — e se bem que a força estacionada então na ilha fosse completamente adequada para sua defesa. Consistia então em 80 homens, dentre os quaes só 24 artilheiros e os outros de milicia civica.

«A' vista de tal guarnição pela maior parte bisonha julgava-se que o ponto seria fracamente defendido contra qualquer ataque por pouco vigoroso que elle fosse. O forte não estava concluido e o fosso só por dous lados: estas circumstancias punham em risco a segurança da posição.

Inesperadamente os que esperavam o ataque virão com a maior satisfação que em logar de escaleres cheios de tropas, se destacou uma escuna para intentar a passagem pelo canal do Inferno.

«A escuna encalhou, mas a tal distancia que não lhe chegavam as balas de uma peça de 9, levada a margem para batel-a, ao passo que seus tiros e de mais duas enviadas por Mariath em seu auxilio alcançavam até o lado opposto da ilha, tal era a superioridade da polvora e da artilharia brasileira.

Não podendo desencalhar a escuna ficou na mesma posição todo o resto do dia (à noite safou e com as outras duas incorporaram-se à esquadra (unicamente a *Mucciô*) que não deu um passo para diante, provavelmente pela presença de uma bateria de duas peças, collocada na extremidade NE da ilha, e de uma outra sobre o continente quasi ao seu costado.

«O que acabamos de referir resume a unica tentativa feita por Mariath para cooperar com a 3.^a divisão, á despeito de haver induzido o seu commandante a descer o rio com a esperança de achar n'elle um poderoso apoio — a assim devia ser, pois é verdade que os navios que tinha comsigo foram apparelhados em Montevideo expressamente para reforçar a esquadilha do Uruguay, apesar disto porém, jamais tão debil tentativa, foi mais debilmente sustentada.

«Mariath, logo que vio a bandeira argentina tremular e triumphante sobre a imperial e observou a fuga e dispensão de toda a esquadilha do Uruguay, fez-se de vela rio abaixo e não se reputou seguro senão depois de sua chegada a Colonia».

Sobre o proceder de Mariath, em defesa de seus pae, diz um filho de Senna Pereira, traductor e annotador do *Memorandum das Campanhas Navaes Argentinas*. As linhas que acabão de ler-se, e que versão particularmente sobre o capitão de fragata Fred. Mariath, commandante da forte *divisão auxiliadora*, mandada cooperar com a 3.^a divisão, e sobre o seu singular modo de proceder em face dos acontecimentos do Uruguay em fevereiro de 1827, contém sem duvida as mais graves censuras, e as accusações de maior importancia e alcance, e talvez as mais bem fundadas de quantas no *Memorandum* nos são feitas.

«Dizemos o que sabemos sobre ellas, uma vez que nos achamos com a penna na mão para dizer a verdade historica que referimos sem reservas e sem adornos e não para pactuar ou contemporisar com interesses e conveniências de quem quer que seja.

«Querendo o almirante barão do Rio da Prata assegurar o bom resultado do encontro que devia ter lugar, entre a 3.^a divisão e a esquadra argentina, e talvez mesmo arrastado pelos remorsos de haver negado ao commandante d'ella as providencias que lhe pedira com instancia, e a troca de alguns commandantes que não lhe mereciam confiança, organisou uma forte divisão, a que deu o nome de *auxiliadora*, a qual devia abrir communicação com a esquadilha do Uruguay, auxiliá-la como o proprio nome indica.

«Esta força chegou a Martim Garcia e ali estacou, tendo pouco depois lugar o combate de que se fallou. Depois desta data nada mais util se fez para o desempenho da commissão incumbida ao capitão de fragata Mariath, como bem affirma o autor desta memoria. Os dias volveram-se: as duas forças rivaes encontraram-se dentro do rio; bateram-se por dous dias successivos; a nossa esquadilha foi completamente derrotada: os nossos bravos sacrificados prisioneiros e encarcerados, tudo à vista da *Divisão auxiliadora*, que nada fez para prevenir ou remediar tantos males, o que era facil e de seu rigoroso dever, a menos que não se lhe leve em conta essa *ridicula fantástica e debil tentativa tão debilmente sustentada*, como diz a memoria.

«Nada disto teria acontecido se a *Divisão auxiliadora*, se houvesse approximado do lugar da acção fazendo calar na sua passagem a insignificante bateria da ilha, que *não podia causar-lhe o menor damno, como o proprio confessor, por achar-se construida em tanta elevação, que só poderia offender os navios que passassem em muita distancia e ella achava-se encaixada no verdadeiro canal, que passa encostado á ella, fundo, limpo e sem perigo algum*. Se isto se houvera feito no primeiro ou no segundo dia, as scenas ter-se-iam trocado; os fracos que comprometteram o resultado do combate abandonando

seu chefe teriam cobrado animo á vista de um auxiliar tão poderoso; a esquadra argentina ficaria toda em nosso poder sem recursos: o triumpho de nossas armas seria completo, porque teria mudado a face dessa guerra infeliz que terminou com o calamitoso e mal inspirado tratado de 1828.

«A paz seria então imposta por nós com as condições que nos approuvesse, pois com a esquadra teria perdido a republica o mais efficaz e importante elemento de guerra.

«Mas parece que não se quiz que o glorioso vencido do Uruguay, que por seu posto e antiguidade deveria commandar em chefe as duas forças brasileiras reunidas, tivesse as honras da victoria, parece que um ciúme cego, ou antes uma inveja criminosa o havia sentenciado a receber a gloriosa corôa do martyrio honroso. Sua morte, com que talvez se contava era uma vaga demais na escala e um emulo ou um rival de menos na carreira; era uma reputação militar esclarecida que se apagava para sempre, e uma sombra oportuna que desaparecia para nunca mais voltar.

«Certamente a victoria não podia ser mais completa, todavia a gloria podia ser mais preclára. Se as cousas se houvessem passado como diz o *Memorandum*, o resultado dessa jornada teria sido altamente glorioso para a esquadra argentina, pois teve-se egualdade numerica de forças com differenças pouco importantes em favor dos nossos inimigos.

Não foi porém a esta circumstancia que deveram a victoria.

«Imprevidente ou illudido em suas vistas, o almirante brasileiro ao organizar a 3ª divisão, não abrangeo em seus calculos a esphera das operações a que era destinada; partio ella portanto com guarnições pessimas e incompletas e muito mal servida de officiaes commandantes, como elle mesmo reconheceo mais tarde, emendando a mão infelizmente quando já não era tempo. Dizemos que já não era em attenção sómente ao resultado e não á possibilidade, pois já provamos em outra nota que o barão do Rio da Prata, justiliçou-se completamente fazendo cahir unicamente sobre Mariath a immensa responsabilidade do desastre e de suas tristissimas consequencias».

Era natural que todos os attingidos pelo labêo de covardes, mais tarde se quizessem justificar; não tendo sido mandado submeter a conselho de guerra taes officiaes, talvez mesmo para que não fossem apuradas responsabilidades, cadinho de honra por onde se pode avaliar da pureza de sentimentos de dignidade e brio, sobre Sena Pereira recahio a culpabilidade de todos: sobre elle foram jogadas as faltas.

Já em 1829 uma testemunha occular, referindo-se ao episodio da desordem que reinava na esquadrilla ao fundear proximo ao inimigo e junto a ilha de Solis, diz: «Reinou em toda a noite um silencio sepulchral que parecia que todos tinham morrido; não houve uma só ordem ou disposição. Um commandante me disse que tendo ido ás 11 1/2 da noite á bordo do chefe pedir uma vela grande por ter perdido a sua no combate antecedente, atracou a bordo sem ter sido sentido e que quando o viram estava em cima da tolda; que encontrou o commandante na sua camara deitado e que lhe disse estava com muitas dores de cabeça».

Em longo officio, de 21 de janeiro de 1828, o barão do Rio da Prata, desenvolveo ao vice-almirante Diogo Jorge de Brito, chamado ao Conselho da Corôa, na pasta da Marinha, considerações sobre a vantagem de fazer-se a paz, para evitar intervenção estrangeira, servindo de pretexto a privação do commercio, idéa essa alimentada pelos americanos, inglezes e commum á França, pois a linguagem sobre o assumpto era franca, quer em Montevidéo, quer em Buenos Ayres.

A politica ingleza no Rio da Prata era patente.

«Que os inglezes ainda não perderão a vontade de metter pé no Rio da Prata, dizia o nosso almirante, apesar dos grandes revêzes que tiveram, só cegos de entendimento não conhecerão; e também só estes duvidarão de que esta guerra veio de Londres com Rivadavia que conheceu o logro depois, depois de ter cahido na esparrella. A compra que os Inglezes pretendem fazer de tão grande porção de terras, para metter colonos demonstra o plano; e que serão mais perigosos visinhos que os actuaes é inquestionavel.

Em 17 de Fevereiro, respondendo o ministro ás considerações do almirante, dizia que ao receber o seu officio, havia com os demais ministros, concebido e arranjado um projecto de pacificação baseado nos mesmos principios: que era; a Provincia Cisplatina ficar sobre si, mas inteiramente desligada da federação de Buenos Ayres. Que Gordon, ministro da Inglaterra havia proposto novamente a mediação da Gran-Bretanha e que o Imperador havia acceitado.

Dizia mais que não obstante a preponderancia da Potencia mediadora, como seja possível por qualquer emprevista causa ou enfim por motivos que o almirante não desconhecia, se desse o mallogro da negociação, como acontecera já com o tratado levado por Garcia, procurava o Imperador por outra via, fazer conhecer aos povos da Banda Oriental a expontanea determinação em que estava de erigir a Cisplatina em Estado Livre, independente e separado.

Embora dissesse Diogo de Brito que esse desejo era expontaneo, os factos estavam a dizer que não era mais do que o coagido pela politica mesquinha que se havia apoderado do espirito dos nossos homens. O grito d'alma de Diogo de Brito exarado em officio de 16 de fevereiro é bem expressivo; elle reflecte a critica posição a que nos levaram os acontecimentos, apesar de dispormos de força sufficiente para faser valer os nossos direitos e o nosso ideal nacional: *Dizia elle... as reclamações e Notas diplomaticas da Inglaterra, França e Estado Unidos contra o bloqueio do Rio da Prata são de tal natureza imperiosas e arrogantes fundadas só no direito da força, que correspondem quasi a uma declaração de guerra. A insolidez do Imperio do Brasil por causas que V. Ex. bem conhece, o pouco ou nenhum espirito nacional que se observa, a indefferença para a Gloria ou desdouro das nossas Armas; a pouquissima cooperação das Provincias do Norte, quer em gente, quer em dinheiro; finalmente a fraqueza, com que se foi progressivamente accedendo a todas as requisições dos neutros, porém o actual Governo em dura posição. No principio de Novembro proximo passado exigio-se fiança a todos os navios estrangeiros de não entrarem nos portos da Republica de Buenos Ayres, porém deu causa a uma tempestade tão horrivel da parte da França e Inglaterra que S. Magestade Imperial para evitar maiores desaguisados achou necessario mandar annullar a ordem de exigencia das fianças, e por essa mesma via o Ministro ao Imperio dirige a D. Thomaz Garcia o competente aviso.*

«Consequentemente V. Ex. ficando nessa intelligencia ordenará as correspondentes alterações nas cartas de ordens destruidas aos nossos cruzadores». Para convencer os Cisplatinos de que era esse o pensamento do nosso Governo, e subtrahil-os a maior influencia de Potencias extranhas foi usado um plano indirecto, que no dizer de Diogo de Brito, requeriria finura e habilidade na execução. O Imperador a pretexto publico de reforma d'Alfandega e Administração de justiça em Montevidéo, havia encarregado a D. Nicoláo Herrera do desenvolvimento do plano para o que lhe foram dadas instrucções, e identicas ao almirante, a D. Thomaz Garcia, d. Fructuoso Lamby e Visconde de Laguna: O principal fim era particularmente e com destreza calar as ideias acima expendidas nos animos e corações dos Cis-

platinos, afim de que o Imperador, na certeza que elles ficassem satisfeitos, abraçassem voluntariamente a medida e podesse elle, de accordo com a Assembléa Legislativa promulgar a independencia delles.

Lembrava a intervenção de Jacintho Roque de Senna Pereira, por ser casado em Montividéo e ter adquirido muitas relações entre aquelle povo.

De facto por intermedio de parentes seus, tinha o nosso almirante informações seguras do que se passava. No mesmo officio em que lembrava a conveniencia de tratar da independencia Cisplatina dizia :

«Se comtudo fôr conveniente que a correspondencia columbiana continue, temos via muito segura.

«Jacintho Roque de Senna Pereira he cazado aqui: e hum tio da Mulher foi o unico mensageiro que lhe levou carta minha ao Uruguay, de quatro que mandei. Perguntei ao Jacinto se o tio de sua Mulher seria capaz de levar uma carta minha a Buenos Ayres; respondeu-me que tinha n'elle toda a confiança; oque bastaria fazel-o desembarcar em qualquer parte da costa, porque a Policia era nulla e o homem pratico do Paiz».

Prisioneiro de guerra foi levado para Buenos Ayres, onde lá se conservou. «Conseguindo fugir, a 25 de Dezembro apresentou-se ao commando da esquadra com 4 de janeiro de 1828. Com elle estavam o capitão tenente Jorge Brown, capitão de engenheiros Carlos Felipe Garzor Rievewich; os tenentes de mar Guilherme Muserle, Ricardo Vela, Eduardo José da Silva e José Francisco Carreirão e o secretario do chefe d. José Militon.

Sobre o combate do Juncal que desejaríamos explanar á luz dos depoimentos e documentos que podiam servir para o Conselho de guerra a que devia responder o capitão de fragata Jacintho Roque de Senna Pereira, nada podemos conseguir. Desemcaminharam-se bem com o Conselho de guerra.

A Senna Pereira, considerado pelo Barão do Rio da Prata, como official valoroso, apesar do desastre que soffrera, não por culpa sua, foi-lhe dado o commando da divisão que bloqueava o rio Salado. Içou o seu pavilhão no brigue *Constança*, capitanea de divisão, em 1 de fevereiro de 1828.

O governo argentino em vista dos poucos resultados que obtinha de sua esquadra resolveo transformar os seus navios em corsarios. As exigencias dos diplomatas americanos, inglezes e francezes para que continuasse a vigorar o preceito admittido pelo nosso governo, de poderem se approximar os navios d'aquellas nações de nossa linha de bloqueio para saberem se ainda achava-se de pé tal estado, favorecia em tudo a medida tomada. Por esse meio tornarem-se esses corsarios protectores dos navios forçadores do bloqueio, permittindo ao mesmo tempo que as presas feitas nas nossas costas emquanto se empenhavam elles em combates com os nossos navios para distrahil-os penetrassem aquellas no porto bloqueado. Nomeado a 22 de abril de 1828, commandante do brigue *Muranhão*, continuou como chefe da divisão.

Ao cahir da tarde de 27 de abril sahiram o brigue-escuna *Ocho de Febrero* ex-*D. Januaria*, armado então com 10 peças e commandante Espora e *Union*, armada com 6 canhões, ao mando de Guilherme Mendez, para operarem na costa do Rio Grande.

Perseguidos pelos nossos no dia 10, conseguiu escapar-se a *Ocho de Febrero*, graças ao seu calado, chegando porém a Buenos Ayres com serias avarias; a *Union*, essa procurado refugiar-se na costa Oriental, foi apresada em frente a Maldonado.

Veio o mez de Maio dar a divisão de Senna Pereira mais um motivo de satisfação. Cahia as suas mãos no dia 21 o corsario *Feliz*, capturado pelos brigues *Niger* e *Caboclo*.

A não ser corsários, mais ou menos atrevidos, que se aventuravam a certas empresas, tripulados e mandados por americanos e inglezes não contava o governo das Províncias Unidas com outros elementos marítimos para se oppôr ao nosso predomínio.

Accentuavam-se os desejos de dar fim a lucta; entrava o governo inglez o mais empenhado n'isso para poder firmar o seu predomínio commercial. Aceitavam-n'a os nossos políticos para mais facilmente prepararem dentro do paiz a lucta que não sabiam manter no exterior.

E o conseguiram. A 27 de Agosto de 1828 assignava-se a convenção preliminar que devia terminar a campanha ractificada pelo Imperador em 30 do mesmo mez e a 29 de setembro pelo Governador das Províncias Unidas D. Manoel Dorrego. Desde este dia ficou a Provincia Cisplatina separada do Brazil e constituida em Estado livre e independente, obrigando-se o Brazil e a Argentina a defender a sua independencia.

A guerra que se arrastava por falta de iniciativa de nossos politicos, mais preocupados com os interesses regionaes do que os nacionaes, poderia ser levada com energia.

Basta dizer que contavamos com material e pessoal bastante para uma acção prompta e energica. Infelizmente as operações terrestres não correspondiam do mesmo modo e pelos mesmos motivos ás esperanças.

Tinhamos na occasião, apesar de algumas perdas em naufragios, em combates e por inúteis as seguintes unidades em serviço: 1 não, 2 fragatas, 4 corvetas, 13 brígues, 7 brigue-escunas, 1 brigue, 9 escunas, 15 barcas canhoneiras, 1 cutter, 16 transportes e varios correios, prefazendo um total de 76 vasos com 975 peças de artilharia e 8.414 homens de guarnição. Em reparos 3 fragatas, 1 corveta, 1 galera, 3 brígues, 2 escunas, 3 lanchas, 1 correio á vapor e 1 transporte.

Em construcção: 1 não, 2 fragatas, 2 corvetas, 3 brígues e 1 bombardeira que deveriam ser artilhadas com 260 peças.

A imperial Brigada da Marinha tambem recebera nova organização ficando com o effectivo de 2.789 praças.

Em 20 de Dezembro communicava Senna Pereira, commandante da divisão em Montevideo, de bordo da capitanea, o brigue *Maranhão*, os acontecimentos havidos em Buenos Ayres em 1º de dezembro. Constava-lhe que a convenção de Santa Fé, favorecia as aspirações de B. Bustos, Governador de Cordova, delegaria nelle os poderes de Lavalle, extinctos com a morte de Dorrego; parecia-lhe inevitavel a guerra civil e que certamente se propagaria ao Estado do Uruguay, dividido como estava em tantas facções quanto os Caudillos.

Em 16 de fevereiro de 1829 de bordo do brigue *Pirajá*, capitanea da divisão naval desde 14 do mesmo mez, informava haver chegado a Montevideo o general San Martin, visto ter sido mal recebido pelos partidarios de Rivadavia de quem era inimigo, sendo no entretanto de Bustos, governador de Cordova e de Ibarra de S. João. A estes havia encarregado de organizar um exercito e atacar os hespanhões por Salta, quando havia elle occupado Lima; plano esse que fôra destruido por Rivadavia, receioso que tal exercito não fizesse, a favor de San Martin contra Buenos Ayres, o mesmo que Lavalle havia feito a seu favor, contra as demais provincias.

Dizia que pouco depois do desembarque de San Martin, vindo de Buenos Ayres, conduzido por um brigue de guerra, numerosas pessoas e de todos os partidos o buscarão sendo uma das primeiras Lavallega que o instruiu de tudo. Tudo fazia crer que os *Federaes* tinham o apoio de S. Martin. Que Fructuoso Ribeiro havia ganho a opinião em todo o Estado á custa de gado

das Missões que prodigalisava com extremo, e do partido que desejava destruir a Administração actual; Que estava cada vez mais persuadido que devia ratificar a sua informação anterior depois da apparição do periodico *Constitucional* redigido por Julião Alvares, Herrera e Obes, tres cunhados, o primeiro Deputado á Assembléa Constituinte, o segundo Presidente da Camara de Appellações e o terceiro Assessor privado de Fructuoso Ribeiro! buscava por todos os meios desacreditar os Brasileiros; o ponto de partida era o Visconde de Laguna; comtudo não se perdia a esperança de sacar do Brasil todo o proveito possivel a expensas do proprio Brasil.

A morte de Dorrego deu fim ao chefe do partido contrario a Rivadavia, que seria sem duvida San Martin se tivesse desembarcado.

Como procurador do Barão do Rio da Prata, no que se referia á presas, havia ficado Antonio José de Sz^a Vianna e como por aviso da Secretaria do do Estado dos Negocios da Marinha de 13 de fevereiro de 1829 fosse Senna Pereira autorisado a tomal-as a sua guarda, nesse sentido officiou áquelle detentor. Esquivou-se aquelle procurador de dar as informações exigidas, procurando embaraçal-o.

Quiz o consul inglez em Montevideó, indo a bordo da presa *Hellesponto*, mandar abrir as escotilhas que se achavam lacradas: contra este facto protestou e não consentio o encarregado della o 1º tenente Lamego Costa, proceder este que teve approvação do novo governo.

Em 4 de março, como havia proposto, sahio a escuna 1^a de *Dezembro* para Santa Fé e Paraná, afim de reclamar os prisioneiros que alli se achavam. Tal commissão mollogrou-se devido ao facto de, ao chegar no dia 13 no porto de S. Nicoláu dos Arroios, ali ter encontrado a divisão argentina ao mando do Coronel Leonardo Rozales a quem entregára o officio a elle dirigido por Senna Pereira. Pelas 3 horas da tarde respondia-lhe aquelle commandante que a 1^a de *Dezembro* deveria se fazer de vela ao mesmo tempo que as barcas de seu commando, por quem seria acompanhada até o porto da Baxada, e pelas cinco horas que a 1^a de *Dezembro* não poderia sahir sem ter recebido resposta de um officio dirigido ao Governador Lavalle que se achava acampado fôra.

No dia 16 a tarde recebeo o commandante da 1^a de *Dezembro* o 2º Tenente Candido Vicente Fernandes o seguinte officio

Goleta *Sarandi* al Ancla en S. Nicolas delos Arroyos Marzo 16 de 1829.

Com fecha de hoy me ordena el Superior Gobierno, no permita pase V. arriba con el buque de Grra de su mando perteneciente á S. M. I.; y que para reclamar los Prisioneros hay lugar endevida formal, socilitandolo al de Buenos Ayres y no al de Entrerrios y Santa Fé cujos Puertos se hallam Bloquados.

Saluda á V. com el Mejor afecto — *Leonardo Rosales*.

Snr Commandante dela Goleta de Grra de S. M. I.

Ignorava Senna Pereira tal facto, pois pela leitura dos periodicos o *Tempo* e *Pampeiro*, sabia que a esquadilha Buenairense se achava naquelles rios para evitar pirataria que era de consideração.

Tendo de se proceder a evacuação do territorio oriental ali chegára a fragata *Principe Imperial* a 31 de Março, tendo tres dias antes chegado o transporte 30 de *Agosto* para o mesmo fim: em vista da impossibilidade de embarcar a tropa, familias e volumes que ao todo contaram de, 28 officiaes, 352 soldados e 38 familias e 292 volumes, do regimento de granadeiros, 17 officiaes, 415 praças, 82 familias e 400 volumes do 7º batalhão; 4 officiaes,

123 praças, 82 famílias e 94 volumes do 8º; 3 officiaes, 94 praças, 9 famílias e 93 volumes do 3º soldados, 11 famílias, e 30 volumes da 1ª Companhia Fife 11 soldados 3 famílias da 2ª Companhia Fife 4 officiaes, 43 praças 28 famílias da 3ª Companhia Fife 11 soldados, 1 família da 4ª Companhia Fife 17 officiaes 297 praças, 44 famílias e 264 volumes da 5ª Companhia de Artilharia. 4 officiaes, 2 soldados, 9 famílias e 44 volumes do trem militar, 3 officiaes, 8 famílias e 33 volumes da Pagadoria, 5 officiaes, 41 famílias e 58 volumes do Commissariado. Ao todo 85 officiaes, 1382 praças, 289 pessoas e famílias e 1308 volumes.

Tendo o general Andrea enviado a Senna Pereira a relação das praças e famílias que deviam seguir para o Rio de Janeiro, excepção do destacamento do 9º batalhão que iria para o Rio Grande e do 8º para Santa Catharina, officiou a Senna Pereira em 27 de março do seguinte modo: que a bordo de sua divisão não poderia receber mais do que 450 praças e que não tinha ordem para fretar embarcações. Esperava conforme o aviso do ministerio da marinha de 23 de fevereiro, a chegada da fragata *Principe Imperial*, *Piranga* e charrua *Carioca* e transporte *30 de Agosto* para o fim de conduzir a guarnição da praça cumprindo assim a convenção Preliminar de Paz.

Com a chegada do *30 de Agosto* e pelo officio dirigido ao Chefe da Divisão Pedro Antonio Nunes, sobre o embarque, era elle no entretanto impraticavel: se porém houvesse consentimento de parte do Governo Provisorio para esperar a *Piranga* e a *Carioca*, havia detalhado do seguinte modo: nos dous casos.

1º Caso — 8º batalhão, no brigue *29 de Agosto* e *Corveta Dorrego*.

9º Dito — Brigue escuna *Januaria*, escuna *União*, *Despique Paulistana* e *Itaparica*.

Granadeiros: fragata *Principe Imperial*

5º Corpo de Artilharia — Idem Idem

7º Batalhão — *Corveta Muria Isabel* e *30 de agosto*.

4º Comp. fixa — brigue *Maranhão* e *Pirajá*

Hospital — *Patacho Justina*

No 2º caso — Brigadeiro, Pagadoria, e B. Grandeiros, na fragata *Principe Imperial*.

7º batalhão na *Piranga*; 5º Corpo de Artilharia e Hospital na charrua *Carioca*; 8º batalhão no brigue *22 de agosto* e *corveta Dorrego*; 4º Corpo fixas, no *Maranhão* e *Isabel* Commissariado e famílias no *Pirajá*; empregados do trem *Maranhão* e *Isabel*; ditas de marinha e famílias no *30 de Agosto* e 9º batalhão no lugar escuna *Januaria*, escuna *União*, *Despique*, *Paulistana*, *Itaparica* e *patacho Justina*.

No dia 3 de Abril de 1829 foi entregue a Praça de Montevideo, perdendo-a assim definitivamente o Brasil, devido a falta de comprehensão dos homens de governo.

Já em 12 de junho communicava ao nosso governo Senna Pereira, os receios de perturbação da ordem e por isso com tempo pedia instrucções se devia ou não dar auxilios ao governo legitimo ou excusar-se. Respondeo-lhe o governo que a partido algum.

Em data de 5 de julho, communicou Senna Pereira ao governo de que tinha officiado ao general Governador das Armas do Rio Grande sobre o que se fallava: embora não acreditasse, comtudo não deixava de avisar, devido ao espirito de que estavam possuidos os habitantes do Uruguay.

Vem demonstrar semelhante communicação que de longe vinham os successos que mais tarde se desenvolveriam no Rio Grande do Sul.

O officio dizia: Ill. Snr: «Neste momento se me communica a noticia de que varios officiaes de consideração nessa Provincia tratam de formar uma revolução contra S. M. I, e estão para isso de combinação com Fructuoso Ribeiro: isto foi dito ha coiza de um mez na villa do Arroio da China, logo que Fructuoso Ribeiro mandou alli um Official com communicações a Sollas, Governador: este, dizem que tem reunidos em Mandicobi, frente ao Salto 800 homens ás ordens de Espino: eu não sou credulo, e acho difficuldades tanto na noticia, como na execução, porém nem por isso deicho de communicallo: devo para esclarecimento dizer o que sei: em consequencia da guerra civil em Buenos Ayres, Fructuoso Ribeiro mandou a Entre-Rios communicações para que se não metam em favorecer aos do partido Federal e parece que ameaçou; e os de Entre-Rios firmes em dar auxilio, se prepararão a rezistir as invazões do Ribeiro, isto hé o que creio existe. Deus Guarde a V.Ex. m. a. Bordo do Brigue *Pirajá* em Montevideo, 2 de Julho de 1829.

Ill. Exmo. Snr. Manoel Jorge Roiz, Marechal de Campo e Governador das Armas da Provincia de S. Pedro do Sul. *Jacintho Roque de Senna Pereira*. Capitão Fragata Commandante».

Não cessava Senna Pereira de informar o nosso governo do que se passava em Montevideo, orientando-o do movimento politico: assim que havia feito sentir ao consul brasileiro para reclamar contra as expressões usadas por um orador sacro na matriz na occasião da entrada do governo oriental na praça de Montividéo, que taxára, entre outras cousas *de ambicioso o despota Imperador do Brasil*: que o *Universal*, redactado por Santiago Vasques e um tal Dias devia ser considerado como agente de Buenos Ayres e do partido *Unitario*; o *Oriental* redigido por um D. Miguel Barreiros, delegado de Artigas no Governo da Praça de Montevideo, quando foi tomada em 1817, e pelo padre Gadea, é o órgão do partido de Lavallega: e as questões ou *Cartas Orientaes* são de um tal Marques, hespanhol europeu, agora dedicado ao partido de Fructuoso Ribeiro: a *Gazeta* tinha por principal objecto exaltar o partido *Gazeta* de Buenos Ayres: seu autor escrevia por especulação e contemporizava quanto podia.

«Que nos ultimos dias o *Oriental* atacava o espirito de imperialismo que dividia em duas facções, uma dos que servião ao Imperio com Herrera e outros, e a segunda de anarchistas, e era a de Fructo que se approximava a combinar com a de Lavallega, que o partido Giróista trabalhava em separar. Que a constituição estava a concluir-se; dous partidos se degladiavam, uns queriam que fosse jurada com a maior brevidade afim de ser escolhido o governo permanente: outros dirigidos por Giró esforçavam-se para que permanecesse por mais tempo o provisorio, até que se restabelecesse o de Buenos Ayres. Os primeiros se empenhavam para estabelecer relações diplomaticas com o Imperio afim de rebater a inopportuna influencia de Buenos Ayres; os segundos querendo evitar esse caso a todo o transe para não dar importancia ao Brasil. Que os homens de instrucção e talento eram Obes no partido de Fructuoso Ribeiro; Santiago Vasques no do Giró e Barreiros e Herrera no de Lavallega bem como João Nicó, conselheiro privado e intimo amigo deste ultimo chefe.

«Que em vista do que se passava em Buenos Ayres, para alli havia enviado a escuna *Rio da Prata*, em 1 de Agosto, ás ordens do consul para prestar auxilios caso fosse preciso, e receber os prisioneiros de guerra da passada guerra e que haviam sido reclamados, estando contra a vontade a servir nos corpos de linha do exercito argentino».

Levantou-se forte discussão depois de concluída a constituição, sobre quem deveria representar a República junto ao nosso governo. Cada um dos tres partidos queria ter no Brasil um homem de sua confiança; desejava o governo que fosse Herrera, a que se opponha fortemente Barreiros. Dizia Senna Pereira, «se a nomeação recaísse sobre aquelle, nada tinha a dizer por ser bem conhecido na côrte, bem como os que tinham de obrar de Montevideó, Obes e Ribeiro: presumia que o principio e fim de todos era o mesmo, a differença estava nos meios. No tempo de Giró havia ouvido fallar na grande questão de limites e nova associação á Republica Argentina; agora julgava, se pensava em mais promover por meios alicientes a emigração dos habitantes de S. Pedro: chamar á associação deste Estado as Provincias de Entre-Rios e Corrientes, e com o tempo, depois de um estado viril, receber no gremio aquella parte do territorio brasiliense, que as lisonjeiras theorias de Rousseau tinham alucinado. Dizia que esta sua suposição nascia do empenho que via em proteger a immigração dos Guaranyes e a efficacia com que Ribeiro empenhava ao Consul Mello para que exigisse do Presidente de S. Pedro, licença franca a todos os individuos que quizessem transportar ao Uruguay suas familias e interesses; levado desta idea suspeitava muito da missão de Escalada em que já havia fallado.

«A respeito de Entre-Rios e Corrientes ouvira confessar na Assembléa que se ao governo se davão attribuições para fazer tratados de federação, era com o fim de attrahir as Provincias visinhas apartadas de Buenos Ayres e outros Estados; se esta idéa não venceo foi devido ao partido *Unitario* de Buenos Ayres prevalecer na Assembléa; isto mesmo estava retificado, no seo entender no Decreto do Governo publicado no *Universal* de 26 de setembro que estabelecia uma alfandega geral na embocadura do Uruguay, dizendo no ultimo artigo que se trataria com os governos de Entre-Rios e Corrientes. Com muito razão dizia que semelhante tratado chegasse a se verificar, bem provavel era que o Uruguay ficaria fechado para o nosso Commercio; o que seria de grande prejuizo, não só pelo que se poderia introduzia pela confluencia do Prata, como pelo que, com o tempo, poderia fazer-se descer das cabeceiras do Uruguay, principalmente se a navegação do Paraguay, continuasse a ficar interdicta para Buenos Ayres. Constava como certo que Herrera para justificar-se com os de Lavallega recordava a ultima comissão de que fôra encarregado pelo Imperador e que o conduzia a este destino no tempo de guerra.

Em 3 de novembro, communicava ao nosso Governo que deveria partir para o Brasil no paquete inglez D. Nicolas Herrera, encarregado de apresentar ao Imperador a Constituição votada e que já seachava em Buenos Ayres d. Santiago Vasques; todos esperavam que da partados Commissarios brasilienses, não houvesse impecilios e então jurar a Constituição no proximo anno de 1830, logo em janeiro. Em sua opinião relativamente ao Artigo em que se tratava do Territorio do novo Estado, havia sido redigido com estudo para não tocar no difficultoso ponto do Tratado de limites.

Em 24 de dezembro de 1839 referia-se á inimizade que começava a manifestar-se entre os exaltados federaes e a administração de Montevideó devido ao abrigo e favores dispensados aos *Unitarios* acolhidos no territorio uruguayo. O referido partido não perdia a esperanza de voltar-se ao antigo estado, para o que contava com meios physicos de Cordova, Salta e Tucuman e com os pecuniarios á sua disposição que comparativamente eram muito superiores aos dos seus contrarios.

Não deixavam de contar embora reservadamente com os auxilios, diziam, se preparavam no Estado Oriental, que a seu ver, eram precarios pela duplicidade de Obes e Ribeiro. Depois das pompas funebres praticadas naquelles

ultimos dias, não lhe restava duvida, que o partido unitario era consideravel n'aquella cidade; o odio parecia inextinguivel e a lucta indeterminada; o governo fazia todos os esforços para dar-se importancia e o almirante inglez o auxiliava nos seus projectos; o primeiro com a idéa de ganhar deste modo, força moral que conhecia lhe faltava e que tratão de ultimar-lhe os seus tenazes inimigos

«Pelo dito, julgava que se agitavam as negociações com o Imperio como que o consideravam como um visinho poderoso e necessario a quem buscavam illudir pondo em uso o character e principios alli geralmente adoptados. O ministerio actual é mixto e não agradava aos exaltados que querem o exterminio absoluto de seus adversarios e se contava com a subida de Guido e Garcia».

Esta questão, dizia Senna Pereira, ha de ser muito debatida pelo Governo de Buenos Ayres quer *Federal* quer *Unitario* porque nenhum destes partidos perde a esperanza de incorporar novamente este Territorio.

Sobre commercio julgava haver muito que attender á respeito da nossa fronteira; por ella se extrahem deste paiz muitas cavaliadas e gado vaccum, superior ao nosso, e por ella se introduzem a este Estado os fructos do Brasil recebidos, visto a distancia consideravel de Montevideo e Maldonado, e a difficuldade de conducções d'alli por terra; de sorte que a introdução dos nossos fructos por mar não excederá muito a que se possa fazer com actividade e acerto por terra, com auxilio da lagôa Mirim e diferentes arroios, conseguindo-se além da vantagem já mencionada a extracção da prata de cunho brasileiro, unica que circula por agora, em abundancia na Capital a preço de mil e cincoenta a mil setenta e cinco reis as tres patacas e pelo valor de novecentos e sessenta reis no interior e influe na administração».

Como vemos o capitão de mar guerra Senna Pereira promovido em 25 de outubro de 1829 com extraordinaria dedicação informava o nosso governo de todo o movimento politico dado tanto em Buenos Ayres como em Montevideo. Certamente se a nossa chancellaria não estivesse sujeita ás frequentes mudanças, tão nocivas á nossa politica internacional, não teríamos a lamentar o que se succedeo.

Entrou o anno de 1830 e tanto n'aquellas paragens como internamente as formentações partidarias mais males produziam. Enquanto os politicos platinos tinham um ideal, entre nós este não existia.

Senna Pereira sempre vigilante, dava alertas que não eram ouvidas. Absorvidos os nossos homens politicos com questões de predominio pessoal, não prestavam ouvidos aos reclamos nacionaes.

Em 7 de Março, communicava ter-se feito de vela de Montevideo no dia 27 de Fevereiro e chegado ás Balizas Exteriores de Buenos Ayres no dia 1 de março; que ao sahir de Montevideo soubera ser certa a participação que fizera sobre o proceder de Fructuoso Riberio com os habitantes do Rio Grande, obrigando-os a alistar-se no seu partido e que um tal D. Florencio Berea havia aberto relações com varios individuos orientaes, entre elles o general Lavalleja. O tal Berea tinha um character de duplicidade, no proceder em todo o tempo o manifestava; na sua opinião era de toda a suspeita.

Em Buenos Ayres, dizia, fôra informado de que as aspirações de Ribeiro e outros eram ainda maior e se contendia a incorporar ao Novo Estado Montevideoano as Provincias de Entre-Rios e Corrientes que fazem parte da Republica Argentina, objecto que tinha em grande cuidado o governo Argentino. As agitações em Buenos Ayres eram então muito consideraveis pela derrota completa soffrida pelo unico caudilho que sustentava em campo a causa da

Federação; que o partido *Unitario* estava reanimado e a verificar-se o que havia anunciado a deposição dos ministros Guido e Garcia, a mudança de outros empregados publicos n'aquelles dias; annunciava preparativos de resistencia e guerra que se prolongaria com exito vario, uma vez que a provincia de Santa Fé se decidisse por Buenos Ayres.

Mais tarde a 1 de Abril communicava que o Governador e Capitão General havia sahido da Capital para se entender com os governos limitrophes afim de pôr termo a desordem dos mestiços e a guerra civil, isto parecia veridico, tendo a partida se dado depois da derrota de Queiroga e ainda mais tinha por fim desvanecer intrigas fomentadas por individuos do Estado Oriental nas provincias de Entre Rios e Corrientes, convidadas estas para se incorporarem, separando-se da Republica Argentina. Tinha como certo, pela leitura de uma carta de Buenos Ayres dirigida a Lavalleja e assim confirmadas as suspeitas annunciadas em seo officio de 28 de Setembro do anno anterior quando decretou o governo oriental o estabelecimento de uma alfandega no Uruguay.

Teve occasião Senna Pereira, quando em Buenos Ayres de reclamar contra o facto da escuna argentina *Sarandi* ter içado, em dia de embandeiramento, a bandeira brasileira, por baixo da americana; sua reclamação foi attendida e saudada a nossa bandeira a 18 de abril de 1830, tendo o capitão do porto Francisco Erezcano se desculpado, como originada pela falta do official de bordo.

Tendo o Capitão de mar e guerra Senna Pereira sido despensado da commissão em que se achava, por haver pedido licença, entregou o commando da estação naval ao capitão de mar e guerra Francisco Bibiano de Castro no dia 18 de abril. Ao fazer-se de vela para o Rio de Janeiro, tendo conhecimento do movimento revolucionario estalado em Montevideo nos dias 16, 17 e 18 do mesmo mez, offereceo-se para levar quaesquer informações ao nosso governo; não houve no entretanto necessidade de sua partida.

Necessitando o governo de cuidar na Convenção de Limites com o Uruguay, foi por aviso de 20 de julho de 1830, requisitado pelo do Exterior ao Ministerio da Marinha, para fazer parte da commissão, o capitão de mar e guerra Senna Pereira.

Depois desta commissão foi nomeado para exercer o cargo de ajudante de ordens do ministro da marinha e encarregado do Expediente por decreto de 14 de dezembro de 1830, cargo que por pouco tempo exerceo, pois a 26 de abril de 1831, com a recomposição do ministerio, entregou-os ao capitão de mar e guerra Frederico Mariath.

Os successos que se desenvolveram no Brasil depois da abdicação de D. Pedro I, perturbaram de tal fôrma a marcha dos negocios publicos que muitos delles pode-se dizer paralyzaram completamente, e outros se anarchisaram como os referentes ao exercito e marinha. Debatiam-se as duas correntes nacionalistas e adhesistas em accessa lucta.

Preferiram muitos officiaes para se alhearem d'ella pedir licença, a espera de melhores tempos.

Assim pensou o capitão de mar Senna Pereira. Tendo familia e interesses no Estado Oriental, pediu licença por um anno para tratamento de saude a qual lhe foi concedida por aviso de 24 de dezembro de 1831, percebendo o respectivo soldo.

Não terminada ainda sua licença resolveo deixar a marinha e por isso pediu sua reforma, a qual lhe foi concedida ao posto de Chefe de Divisão, pela Resolução de 25 de setembro de 1832.

A politica no entretanto não o deixou permanecer esquecido, pois ao organisar-se o ministerio de 1839, foi nomeado por Decreto de 18 de abril d'aquelle anno para gerir a pasta da marinha, em substituição ao deputado Joaquim José Rodrigues Torres, em epocha em que ia bastante accesa a lucta civil no Rio Grande do Sul e em Santa Catharina, onde triumphava o elemento republicano. Coube-lhe organisar as forças navaes que na ultima das provincias operaram na Laguna e que a 15 de novembro d'aquelle anno fez terminar a ephemera Republica Catharinense.

A lucta politica travada n'aquellas difficeis emergencias para o Imperio trouxe muitas vezes á tribuna o illustre official na defeza dos meios empregados pelo governo para debellar o espirito de anarchia que lavrava por todas as provincias. Vivos torneios se estabeleceram em os quaes com galhardia sempre bem se sahio o velho almirante.

A queda do ministerio em 23 de maio do anno seguinte, logo depois da abertura das camaras, fez com que Senna Pereira entregasse a pasta a quem havia succedido.

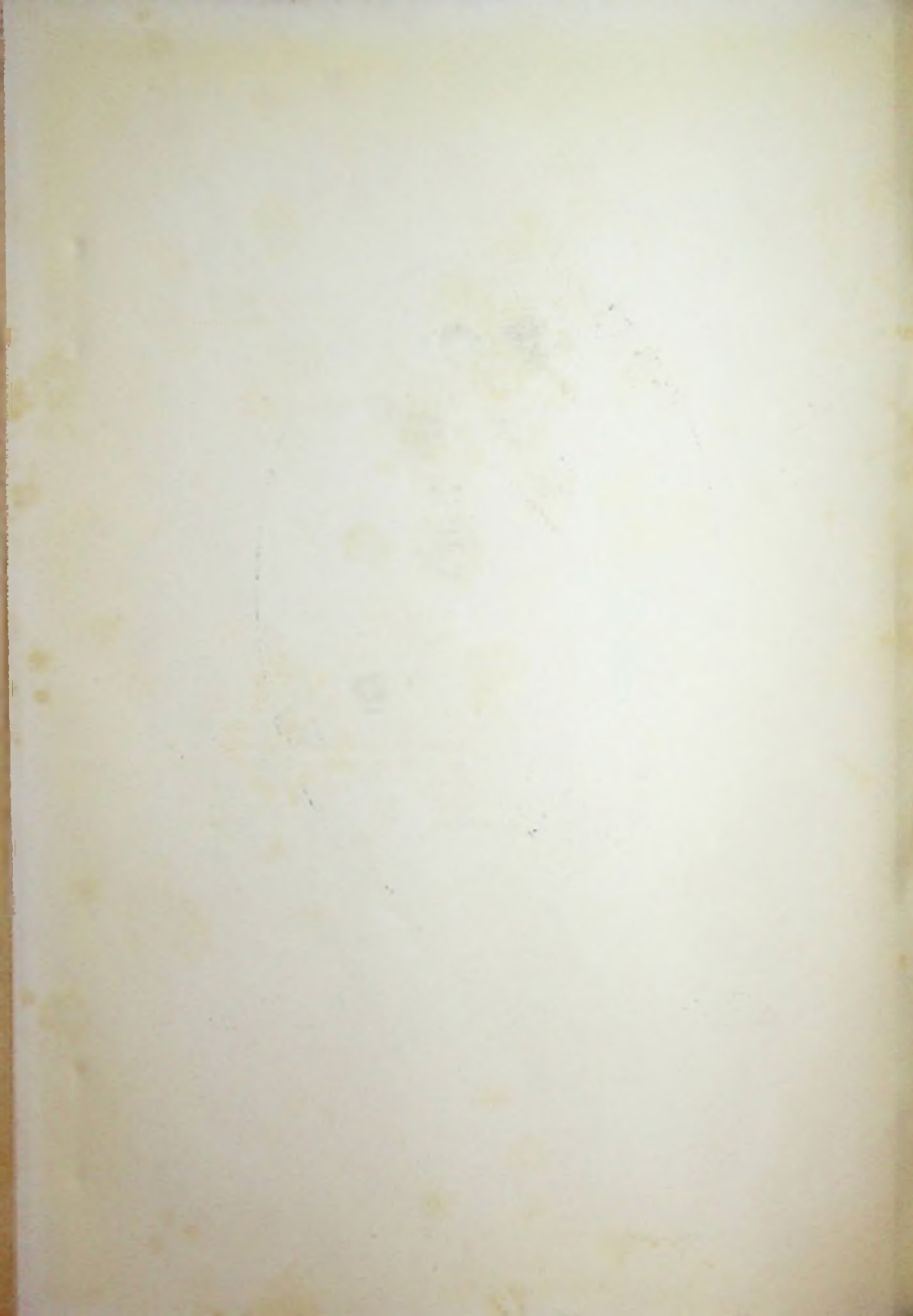
Pretendeo o chefe de Divisão Senna Pereira voltar ao serviço activo da armada: não encontrou sua pretensão apoio na Camara, que lhe era opposta.

Seus conhecimentos e sua educação militar e litteraria fizeram-n'o lembrar para dirigir a Academia de Marinha, para cujo logar foi nomeado por Decreto de 2 de junho de 1861. Como director da Academia teve occasião de sahir em viagem de instrucção com os aspirantes e guardas-marinhas. Sob o titulo de *Memorias e reflexões sobre o Rio da Prata*, começou Senna Pereira a escrever sobre a guerra na qual foi magna parte, e quando justamente ia-nos dar luz sobre a verdadeira causa do desastre acontecido com a frotilha de que era commandante nas tristes jornadas de 9 e 11 de fevereiro de 1827, conhecidapelo combate de Juncal, arrebatou-o a morte. E assim ainda mais uma vez na penumbra ficaram as causas que nos poderiam esclarecer sobre o desastre soffrido pela nossa marinha na embocadura do Uruguay.

A 27 de junho de 1850 fallecia no Rio de Janeiro o illustre homem do mar, deixando em legado um nome honrado e consciente de haver bem servido a sua patria de adopção. As medalhas e condecorações que ornavam seu peito o attestavam de sobra.



Vice-Almirante
Rodrigo Antonio de Moraes de Lameira



DAVID JEWETT

(Addenda)

Commandante da marinha dos Estados Unidos da America do Norte, ao dar-se a lucta entre as Provincias Unidas do Rio da Prata e a Hespanha apresentou-se em Buenos-Ayres em o bergantim de sua propriedade e commando o *Invencible*.

De 480 toneladas de arqueção, montava 20 canhões, 14 caronadas de 24 e 6 canhões de 12; tripulado por 180 homens e n'aquellas circumstancias não lhe foi difficil conseguir uma carta do corso.

Assim é que ao Supremo Governo dirigio David Jewett o seguinte pedido: Exm^o Snr. Dom David Jewett commandante na marinha dos Estados Unidos e residente na capital de Bnenos Ayres diante de VE. com o mais profundo respeito se apresenta e diz:

Que animado com a justa idea da liberdade e independencia inculcada pelas gloriosas instituições dos Estados Unidos da America e acostumado a seus justos direitos no serviço naval; e ao mesmo tempo incitado por um zelo entusiastico pela independencia destas provincias: Tem a honra de offerecer a VE. seus pequenos serviços na grande causa da emancipação e da independencia, esse armando um navio particular em guerra de uma força respeitavel e sob meu immediato mando e direcção: para cujo effeito:

«A VE. pede e supplica que se sirva mandar expedir a patente necessaria para o apresamento e destruição dos navios e propriedades dos inimigos d'estas provincias: E na mesma occasião para melhor effectuar este fim que se sirva a VE. dar-lhe uma protecção e passaporte para a tripulação; e se for possivel conceder-lhe o uso de 6 canhões de bronze de 12, para o melhor armamento do dito navio: graça que espera da conhecida generosidade de VEx.

Em resposta a esta solicitação teve a que se segue:

Buenos Ayres, Junho 22/815. O Exm^o Snr Director do Estado leu com satisfação a generosa exposição que se servio V. dirigir-lhe por intermedio do Ministerio a meu cargo, offerecendo sua pessoa ao serviço da justa causa da America do Sul: a proposta que V. teve em bem fazer para armar por sua conta um navio de guerra a corso contra os inimigos d'este estado mereceo a acceitação de S. E., em virtude do que tenho a honra de enviar-lhe, de sua superior ordem, o Despacho de commandante do Bergantim *Invencible*, patente de corso igualmente as instrucções reservadas que deverão reger VS. em tão importante commissão e as ordenanças geraes, a que fica obrigado».

S Ex, ha por bem dar a V. os agradecimentos por meu intermedio, e eu me lisongeo de enconirar esta oportunidade em manifestar-lhe a consideração com que tenho a honra de ser. De V. Seu obd. serviço.

Ex. Snr. *David Jewett* Buenos Ayres 22/8/15.

Em virtude das faculdades que me estão concedidas pela honoravel Junta de observação, aceita-se o generoso offercimento do commandante Jewett: em consequencia expeça-lhe Despacho de Commandante do Bergantim de sua propriedade o *Invencible* com a correspondente patente de Corso sujeitando-se o ás instrucções reservadas que serão entregues pela Ministro da Guerra e marinha, e de accordo com a ordenança hespanhola de Corso do anno de 1801, devendo archivar-se na dita Secretaria a segunda via das instrucções assignada por dom Jewett a quem se agradecerá por meu Secretario da Guerra e marinha. (Data). Ha uma rubrica BALCARCE.

Eram as seguintes as instrucções que lhe foram transmittidas:

«O Director Provisorio das Provincias Unidas do Rio da Prata: POR QUANTO se acha inteirado este Governo de que os actuaes Ministros da Hespanha não satisfeitos com os seis annos consecutivos de desgraças que têm causado ao Rey e á Nação, se propõem renovar a guerra devastadora que tem regado de sangue estes Paizes, armando em Cadiz uma expedição militar que todas as noticias coincidem para abordar as nossas costas; e convencido de que tanto os reclamos dos legitimos direitos da America dirigidos aos Generaes dos Exercitos Hespanhões que occupam accidentalmente varios pontos de nosso Territorio, como os que tem levado á diversos Governos d'aquella Nação outros Estados livres do novo Mundo, unidos por iguaes principios á Causa que sustenta este Paiz, não produziram até então pelos caminhos da moderação, de paz e da ordem estabelecida entre as Nações Civilisadas, nem menos por interposições respeitaveis, outros effectos do que a multiplicação dos males causados pelos Peninsulares ou seus Agentes: Portanto, é indifferente ao Soberano chamar á sua consideração as calamidades que tem affligido a este Continente, e escutando a vóz destes Povos, não se ponha termo á guerra de devastação e de sangue em que se vêm empenhados pela perversa politica dos mandões enviados pela Corte de Hespanha, havendo determinado tomar as medidas que considero necessarias para vingar a honra deste Estado, e procurar recompensa e satisfação a seus subditos injuriados, hei ordenado se concedam represaltas geraes contra os navios, effectos e vassallos do Rey de Hespanha, e não contra os Americanos Hespanhões que igualmente defendem seus direitos; de modo que tanto os Baixéis da Marinha nacional, como quaesquer outros que forem commissionados por Patente de Corso, e represalias geraes, apprehenderão, e podem legalmente embargar ou apresar os Navios e effectos pertencentes áquella Nação, e os subditos da mesma, excepto os referidos Americanos, trazendo áquelles a juizo perante este Governo, segundo as leis das Nações. Debaixo d'estes principios, considerando sufficientemente qualificado D. DAVID JEWETT, natural dos Estados Unidos do Norte America, que equipar, arma e abastece de viveres por sua conta o Bergantim «*Invencible*» de porte de quatrocentas e oito toneladas, estrutura estrangeira e armado com vinte peças de artilharia, a saber: quatorze Caronadas de vinte e quatro, e seis canhões de doze, com cento e oitenta homens de tripulação: e tendo-se conferido ao dito D. DAVID JEWETT por meu Despacho de Marinha as ordenanças geraes de Corso, e os instrucções particulares, a que fica obrigado, conforme o Documento archivado ao mesmo Despacho, hei convido em expedir e conceder pelo presente ao citado D. DAVID JEWETT Patente de Corso, autorisando-o, como autoriso, para que possa manifestar em estado de guerra o dito Bergantim *Invencible*, sob o seu proprio mando, podendo embagar e

tomar por força de armas os navios e effeitos pertencentes aos Hespanhóes Europeos da Península, excepto sómente dentro dos Portos, ou caminhos de Principes Neutros ou em amizade com este Estado, e trazer os mesmos para que sejam julgados, segundo as Leys das Provincias Unidas, e condemnadas que sejam por boa presa, poderá o dito D. DAVID JEWETT, vender ou dispôr de taes navios e effeitos, pelo modo por que fica sancionado perante este Governo, estipulado nas mencionadas instrucções, sujeitando-se a ellas no demais concernentes ao corso; e posto que nada deva ser feito pelo dito D. DAVID JEWETT, nem por algum dos officiaes ou marinheiros contrario ao verdadeiro sentido das presentes letras, mas sim que devem ser extrictamente observadas por elle e individualmente, para elles, em tudo respectivamente lhes possa pertencer. Portanto ordeno e mando a todos os commandantes dos navios da Armada das Provincias Unidas e mercantes dos Subditos do mesmo Estado lhe prestem todo auxilio ao dito D. DAVID JEWETT, e rogo e peço a todos os Reis, Principes, Potentados, Estados e Republicas amigas ou neutros, a quem toque ou pertença, não o ponham o menor embaraço, e lhe prestem todo o auxilio, assistencia e soccorro em seus Portos com o seu Bergatim Tripulação e Presas, offerecendo fazer o mesmo em todas as occasiões que assim se me pedir: em testemunho do que mandei fazer esta firmada por minha mão, sellada com o sello das Provincias Unidas, e referendada por meu Secretario de Guerra e Marinha.

Dada na Fortaleza de Buenos Ayres a vinte e tres de Junho de mil oitocentos e quinze. (Ha um sello). — Ignacio Alvarez Marcos Balcarce. Sr. de Grra.

No seu brigue fez-se David Jewett ao mar na faina de apresar navios hespanhóes que se dirigiam aos portos do Pacifico, arvorando a bandeira americana do Norte.

Pelo officio seguinte vê-se o que lhe aconteceu na Bahia, onde aportou a Bahia 25 de Setembro de 1815. A Sua Excellencia o Supremo Director das Provincias Unidas do Rio da Prata Excellentissimo Senhor — Em conformidade com as Instrucções de VE., tenho a honra de informar a VE. que o Bergantim que tenho a honra de commandar, ancorado presentemente n'este Porto sob a bandeira dos Estados Unidos, foi detido e desarmado e eu recolhido em Prisão por dezeseite dias, sob o pretexto que estava destinado para o serviço de Buenos Ayres, contra cujo Governo demonstram syntomas de hostilidade, e não ha duvida que existem negociações entre o Governo de Portugal e o de Hespanha, para fazer um movimento combinado contra as provincias Unidas. Não posso deixar de observar a VEx., que um systema de espionagem está estabelecido entre Buenos Ayres e o Brasil.

Tenho a honra de informar a VEx. meu proposito de seguir para os Estados Unidos afim de pôr em execução minhas intenções com redobrado vigor.

VEx. me dispensará ao annunciar-lhe que um zelo efficaz dirige o Snr. Consul dos Estados Unidos em Buenos Ayres, para dar informação dos movimentos Politicos do Governo de Buenos Ayres; pouco conforme aos interesses do Estado.

Sou com o mais-profundo respeito, de VEx., o mais humilde servidor
D. David Jewett.

Pelo que si lê nas *Companas Navales de la Republica Argentina* por Augel Carranza o corsario *Invencible* apresou, entre outras, a fragata *Santander* ex-*Los Santos Martyres*, capitão Juan Bautista Rentaria a 6 de maio de 1816 e que foi declarada boa presa em 29 de agosto: a polaca *Tita*, capitão Manoel Diaz, capturada em Março, e os bergantins *Jupiter* e *San Antonio*. Era seu fiador em Buenos Ayres o conhecido commerciante e ardoroso defensor dos interesses argentinos D. David C. Duforest.

Para que possamos mostrar como appareceu David Jewett, no Brasil, offerecendo á venda do seu brigue armado *Maipú*, e ao mesmo tempo accetando o serviço do Brasil, diremos que o bergantim *Maipú* antes *Vicunha* era um navio de porto de 284 toneladas, de 16 canhões de 18 e 100 homens de guarnição, de que era armador em Buenos Ayres d. Juan D. Daniels, cidadão norte americano, naturalisado argentino em 12 de Junho de 1818. Desejando seu proprietario fazer o corso, aproveitando-se dos facilidades dadas pelo governo de Buenos Ayres, em 16 de junho de 1818 representou que tendo chegado ao porto de Buenos Ayres no bergantim de sua propriedade chamado *Vicunã* e desejando dedical-o ao corso contra os hespanhóessob o pavilhão argentino, solicitava patente para dirigil-o aos mares da India com o nome de *Maipú* e por termo de dous annos.

Assemelhado a navio de guerra argentino por patente n. 176 pela necessidade em que se servia o seu commandante João D. Daniels no seu longo cruzeiro de tocar em portos estrangeiros e pôr-se a falla com os navios de guerra de outras noções, foi acceito como garantia de seu comportamento e fiador no valor de 10.000 pesos d. Guilherme P. Ford.

Foi dada a patente de sargento maior e commandante a J. D. Daniels, de capitão e immediato a Warven Humphreys; de tenentes a Samuel Elder, Hugh Iherwood, Eduard Greenwell, Joseph Kingsbury, Benjamin Hussey, durante o tempo do cruzeiro.

Fôra-lhe confiado a missão de persegñir o comboio que protegia a fragata *Raina Maria Izabel*, sahida de Cadiz a 21 de maio em direcção ao Pacifico.

De posse de todos os papeis, Daniels depois de ter obtido subrepticamente carta de corso expedida pelo caudilho Artigas, deixou patentes instrucções e despachos, á excepção das de capitães de corso dadas pelo governo argentino e fugio do porto.

Ao ter conhecimento desse proceder o governo de Buenos Ayres baixou o seguinte decreto: Havendo sahido deste porto á fiança do cidadão D. Guilherme J. Ford o bergantim corsario *Maipú* ex-*Vicunã* com carta patente concedida pelo governo supremo d'estas Provincias, seu capitão e dono D. João D. Daniels teve o arrojo de devolver do mar as patentes de corso e officialidade, com excepção das cinco de capitães de presas: consequentemente perpetrou os crimes constantes das partes de 30 de Junho ultimo, 2 do presente e representação do citado Ford que com decretos de hontem se vos devolveram com as diligencias referentes aos fins indicados pelo auditor geral do ramo; e considerando-se que sem prejuizo das actuações correspondentes é de necessidade fazer publica a criminosa conducta do sobredito Daniels, para não aventurar a segurança dos interesses dos commerciantes nacionaes e demais, me ordena o governo previna a V. que formando uma nota expressiva dos citados factos communique ao Consulado d'esta Capital e ao Governador Intendente da provincia como juiz de fôra para conhecimento dos consules com noticia exacta do porto do dito navio, seu armamento, tripulação e demais signaes que o distinguem, para que n'esta intelligencia e no conceito de dever-se reputar o citado corsario *Maipú* como um pirata, tome cada um respectivamente as precauções que estime opportunas em attenção aos interesses de sua incumbencia, no entretanto se poem em execução as providencias determinadas pela superioridade para evitar que adiante abusos e desordens de igual natureza. Buenos Ayres 4 de Julho de 1818 — *Matias Irigoyen*. Ao commandante interino da Marinha. Este decreto publicado na *Gazeta de Buenos Ayres* n.º 78 de 8 de Julho, teve desse jornal em seu numero 92 de 14 de outubro a seguinte referencia: «Todos sabem da escandalosa conducta e criminoso

comportamento de D. Juan A. Daniels, capitão e dono bergantem corsario *Maipú* que sahio deste porto com patente em favor de D. Guilhermis Ford. O decreto de 4 julho ultimo inserto na *Gaceta* de 8 do mesmo, n.º 78, em que, entre outras cousas, foi declarado pirata o dito corsario, dá bastante idéa de justa indignação que recebeo o Supremo Governo ao saber dos horrorosos attentados commettidos por aquelle navio. Desde então para cá tem posto em execução todo o seu zelo e conhecimento para evitar, tudo quanto está dentro da esphera de seu alcance, para que não se repitam para diante desordens de igual natureza.

Cingindo-se ao caso particular do *Maipú* não pôde fazer outra demonstração do que declarar-o pirata, prender o fiador Ford, e por ultimo compellir-o a entrega dos 10.000\$ em que estava afiançada o bom uso da patente, cuja somma foi paga com pontualidade.

Oxalá estivesse nos limites de seu poder fazer outras demonstrações capazes de desapprovar o direito das gentes honrosamente violado pelo procedimento d'aquelle navio! De todos os modos sirvam de satisfação as nações cultas os votos do Governo Supremo para reparar esta injuria publica e conservar o credito nacional de nosso Estado nascente. Elle acha com o maior dos contrastes que poderiam acontecer-lhe dar o menor passo falso que fosse capaz de tirar-lhe do nivel que guardam as potencias civilizadas, a cujo parallelo tem procurado collocar-se desde o principio de sua revolução gloriosa, e crê que será honrado, e haverá egealmente ao ficar admittido em seu numero».

De regresso de seu cruzeiro no *Invencible*, devolveo sua patente de tenente coronel em setembro de 1817.

Não ficou porém n'este o seu serviço ás Provincias Unidas do Prata. Em 9 de Agosto de 1819 ao ministerio da Marinha se apresentou o cidadão norte americano d. Patricio Lynch, solicitando patente de curso bem como armas e munições, de accordo com o artigo 5º das ordenanças do corso, para uma fragata de 175 toneladas, de 30 a 34 canhões que estava armando no porto de Buenos Ayres, que se chamaria *Thomaz Guido*, e que seria commandada por David Jewett.

Em 7 de Janeiro de 1820, dirigir o armador ao Ministro da Marinha a seguinte comunicação: Snr. D. Mathias Irygoen. Buenos Ayres 7 de janeiro de 1828. Sr. meu: achando-se a minha Fragata Corsario *Heroína* recebendo suas provisões, engajando sua tripulação, e preparando para se fazer de vela dentro de 15 dias. tomo a liberdade de dirigi-me a V. solicitando seus Despachos, os quaes espero serão outorgados na forma que anteriormente expressei a V, persuadido que por vosso intermedio se conseguirá um bom exhibit na Expedição, segurança nos interesses e credito ao Pavilhão Nacional.

O nome do navio será e acima citado se V não dispuzer de outro modo: sua Patente ou Commissão a de um Navio de guerra do Estado destinado a cruzar por um anno: o Despacho de seu Commandante d. David Jewett de Coronel do Extº, como se lhe prometteo, e como merece depois de ter merecido no Bergier *Invencible*, com o posto de Tenº Coronel com honra: e do 2º Comº d. João W. Adams, com o posto de Major. Penso dar-lhe seis Tenentes: porém ainda não me fixei entre os varios que solicitaram quaes hão de ser os primeiros, e quaes sejam os segundos; e por esta razão supplica a V, que me faça dar seus Despachos na fórma seguinte: o do primeiro Tenente com o posto de Capitão, e os demaes Tenentes 2º, 3º, 4º, 5º e 6º com seu posto, todos elles em branco, e o de um sub-tenente em favor de D. Luciano Cartelli. Não ponho Capitães de Pressas por que deverão ser com-

mandados por Tenentes e Contra-mestres pois assim todos fixarão serviço a bordo, quando os Capitães de Presas não fazem nenhum a bordo do Navio de guerra; se não as Presas quando são destinadas a ellas e porque não os ha nos navios de guerra.

Tambem supplico a V. sirvia-se mandar-me as instrucções geraes e particulares que S. E. tenha comunicar o Commandante de Fragata.

O navio se acha agora em uma condição admiravel, e eu confio que fará honra ao Paiz a que pertence; muito em extremo sinto que se faça ao mar sem ter estado V a seu bordo: é o melhor que até agora temos tido.

Um filho do Azevedo que servio na marinha Inglesa vae como Guarda-Marinha: na mesma cathogoria vae um sobrinho de Goyena que foi Guarda-Marinha na Hespanha; e vão varios jovens como Aventureiros.

Desejo destructe V. de saude e ordene quanto lhe apraz a este seu affm e obte sendo. Q. B. S. M. *Patricio Lynch.*

P. D. Parece-me ser bom autorisar a Jervett para que nomei seis cirugiões, e officiaes superiores. A razão de passar a chamar-se *Heroína* o navio foi o ter negado o governo a denominação de *Tomas Guido*, então funcionario subalterno, conforme se fez conhecer em 15 de Janeiro.

Pelo que se vae seguir ver-se-á que a *Heroína*, apesar dos reparos soffridos não estava em condições de aventurar-se a cruzeiro tão longo e que seu armador fora ludibriado não só na sua aquisição como na escolha do pessoal, de cujo proceder teve David Jervett de soffrer as consequências contribuindo talvez para o seu definitivo abandono da causa que havia abraçado — impellido, como dizia, pelas gloriosas instituições de seu paiz, que havia defendido nos mares a vir ainda pela liberdade de outro povo, alistar-se na pleiade que no Brasil, trabalhou por este ideal, cabendo-lhe sob a nova bandeira ser o primeiro a honral-a nos mares.

Logo que assumio o commando da *Heroína*, fez-se aos mares, largando dos Poços em frente a Buenos Ayres, e desde então começou a ser açoitado por temporaes. Abalado o navio pelos embate das ondas, começou a fazer agua e em tal quantidade que inutilisou a maior parte dos mantimentos e provisões de guerra.

Sigamos n'este cruzeiro o que diz Carrança nas *Campanãs Navales da Republica Argentina*.

Desde logo comprehendendo David Jervett que não poderia contar com o navio posto as suas ordens. De pouco andar, ronqueira, não tinha por consequencia as qualidades exigidas para o fim a que se destinava.

A tripulação compunha-se na quasi totalidade de elementos aos quaes falcia o menor fundo da moral. Aproveitando-se desta circumstancia começou desde logo a protestar e negar-se ao cumprimento dos deveres, «converteram em pouco tempo o da fragata em um ambiente irrespiravel, carregado de rebeldias e torpezas inconcebiveis que deram como fructo o fracasso na acção e a vergonha e a infamia do todo.»

David Jervett cujos antecedentes haviam demonstrado que era merecedor de todo o conceito, de reconhecida aptidão para o mando, não convinha á cafila que fora embarcada. Tinha para immediato um official digno o major Adams, que havia embarcado gravemente doente, impellido por seu elevado sentimento de dignidade, para não romper com sua palavra. Desde que zarpara a fragata não poude pisar o convez, até que a 26 de maio, receberam as aguas do Atlantico o seu corpo. Diz Carranza: «O primeiro Tenente José Hughes, era preso de depravação moral de sua alma e da ruindade physica de seu corpo carcomido pelos excessos alchoolicos, mais proprio

tumultuario, de que a cooperar com os esforços de seu superior para por para servir de agente e de instrumento a diffusão da indisciplina e espirito lhes freio: no entanto o segundo tenente, de alma candida, sem experiencia nem energias, era incapaz de ajudar a combater o mal ambiente que conspirava contra a ordem e a moral militar; e os demais officiaes, destituídos da consciencia de seus deveres e responsabilidade, se mantinham alheios ou indifferentes, em uma neutralidade inqualificavel, tirando a seu chefe um apoio que lhe deviam a que lhe teria sido utilisado para conter o desquecio que se desenvolveu potente contaminando-o. Desde aquelle momento a campanha estava perdida!

Proximo do Rio de Janeiro, se descobrio que os toneis de aguda devido ao seu máo estado, haviam perdido quasi todo o conteudo, e sendo necessario encher-os fez rumo á ilha da Trindade, onde conseguiram em escassa quantidade.

Para attestar a aguada no entender de Jervett, deveria-se desembarcar os toneis afim de concertal-os, aproveitando-se a occasião para fazer os reparos de que carecia o navio. N'aquella ilha não o poderia fazer e por isso entendeu seguir para a de Cabo Verde, em contrario do que queriam seus subordinados, que preferiam ir para os Estados Unidos.

Reparado o navio fez-se ao mar, rumando ás costas hespanholas, onde não deixavam escapar navio algum ao seu registro.

No dia 27 de julho pelas 10 horas da manhã, foi avistado um navio que mais tarde foi reconhecido como sendo uma fragata, começando desde logo a caça que foi alcançada á meia noite... Posto a meio tiro de fuzil d'ella, cuja silhueta se destacava claramente alumiada pela lua, confirmou a suspeita de sua qualidade de navio de combate. Sem trocar uma palavra, nem fazer signal que lhe procedesse, disparou um tiro de canhão, cuja bala passou por alto contra o mastro do traquete e o gupés. Não se lhe respondeo ao canhão, mas sim saudando á viva voz, não se ouvindo distinctamente a resposta. Parecia dizer que era portuguez. Ordenou-se-lhe que enviasse um official o que se recusou a isto; como insistisse na negativa foi notificado que se lhe faria fogo. Tão pouco se importou, pelo que Jervett ordenou ao tenente Edwards que disparasse do castello da coberta superior uma bala em direcção a seu castello de prôa. porém com elevação sufficiente para não offendel-o. O navio incognito respondeo com uma andaina de metralha e descarga de fuzilaria.

Todas as baterias da *Heroína* descarregáram sobre o inimigo com um fogo sustentado a que não resistiu o outro por mais de um quarto de hora. Feito silencio em suas baterias se ouviram distinctamente clamores e vozes lamentosas que moviam a compaixão, e Jervett, julgando-o rendido ordenou suspender o séo, porém passado dous ou tres minutos renovou aquelle, respondendo-se-lhe com duas terriveis andainas que, certamente apontadas, levaram o estrago á sua coberta. Então tornou-se a ouvir gritos pedindo — «quartel» e vozes que davam seguranças de rendição.

O tenente Edwards, despachado para isso com os officiaes e marinheiros necessarios, tomou posse do navio, que era a fragata *Carlota*, de 22 canhões com 62 homens de tripulação e 14 passageiros, procedente da Bahia de Todos os Santos, com carregamento destinado a Lisboa.

«Muitas razões obrigaram a Jewett a fazer proa de Sul e estando á visto de Fayal, nos Açores, a 6 de agosto, se dirigio com brisas leves e calmas a S E, rumo da ilha Madeira. Tinha viveres para oitenta dias, porém a maior parte de má qualidade ou em pessimo estado de conservação, reunindo-se a esta circumstancia o deploravel estado das pipas para a provisão de agua

potavel, o geral do navio, a falta do recursos de credito para abastecer-se na Europa ou Norte America, as calmas soffridas e outra infinidade de contra tempos ou inconvenientes o aconselharam seguir um plano differente companhia do primitivo, consistente em dirigir-se ás ilhas do Cabo Verde e dahi passar ás costas do Brasil, mantendo-se sobre ellas tanto quanto o estado do navio e a duração dos viveres lh'o permitissem.

Impediram-n'o poréni causas muito differentes que poem um maliz sombrio ás vicissitudes d'aquelle cruzeiro, destinado, parece, desde seu inicio, a ser uma sementeira de desgraças, contrastes e feitos vergonhosos.

Navegava-se em demanda d'aquellas ilhas, com ventos contrarios quando não escassos, que retardavam muito a marcha. As 11 horas da noite de 12 de agosto, dormiam, com muito poucas excepções, os officiaes, entregues ao descanso na mais absoluta confiança, e alheios a idéa de todo o perigo, e como os officiaes, a tripulação. Não destructava dessa tranquillidade o commandante Jewett, que desde horas antes se sentia inexplicavelmente impresionado pela vaga ameaça não bem discernida, de um perigo.

No entretanto, comprovando que ás oito p. m. as sentinellas se conservavam vigilantes, se deitou em sua macca sem despir-se. Seus esforços para serenar seu espirito foram vãos, e como se uma força mysteriosa superior á sua vontade de tranquillizar-se o impellia para o convez, deixou-se arrastar e decidio levantar-se uma hora depois e subir a ella.

Depois de permanencia ali, vio o primeiro piloto Thomas, de cabeça descoberta, abandonando o passadiço, passar ao castello de prôa d'ahi á pôpa, chega ao lugar onde descansava em sua macca o primeiro tenente Hughes e, occulto detraz de uma *frazeda* que fazia de cortina, conversa com este em voz baixa.

A Jewett lhe intrigou esta attitude.

Que causa occasionava ou que explicação dar-se áquella visita intempestiva e um tanto mysteriosa? Com esta cavilação regressou a seu camarote, no qual permaneceu até as 10. A esta hora, despido de seu uniforme, que substituiu por um disfarce, subio novamente ao convez e encontrou Thomas sentado a prôa de um dos escaleres, acompanhado de alguns marinheiros que o rodeavam e outros no castello de prôa. Thomas, notando a presença de Jewett, desceo o convéz; e o commandante regressou a sua camara com o espirito mais aprehensivo devido áquellas singulares occurrencias que não atinava a explicar satisfactoriamente.

O presentimento, esse movimento interior da alma que faz antever e presagiar o que ha de succeder, o trazia desvelado. Parecia que a camara o arrojara para fóra d'ella; ás 11 e 20 minutos pela terceira vez dirigio-se ao ao convéz: reinava profunda escuridão e silencio. Passou, sem que officiaes e marinheiros que estavam no tombadilho notassem sua presença, no corredor de boreste que estava como lhe parecia deserto. Nas trevas ouviu uma voz queda, velado de proposito, que lhe disse: «*Coronel cuidado: esta noite o atacarão*»... Dominando sua sorpresa, no mesmo tom baixo perguntou. *Quando?*... «*D'aqui a uma hora*» foi a resposta «*Quem dirige a conspiração?* «*O Snr. Thomas*» — e a pergunta quem eram os seus cumplices, não recebeu resposta, tratou de averiguar quem era o informante, porém não achou n'aquellas immedições pessoa alguma. Regressou a sua camara para armar-se e voltou logo. Quietude absoluta reinava no convéz: ninguém suspeitaria que ali, a distancia de uma pollegada de pinho, tramava-se uma horrivel confabulação de assassinos.

Jewett chamou o capitão da tropa de guarnição, d. Laureano Ansoategni, tenente da mesma d. Marcello Veiga 1^o) e tenente de bordo, Cornelia, e a quem informou do que suspeitara e sabia: ordenou-lhes dobrar as sentinellas e armar a tropa e feito isto, reduzir a prisão o supposto cabecilha, Thomas, collocando-lhe uma dupla barra de ferro e prender a todos os suspeitos de cumplicidade na conspiração. Distinguiram-se por esse zelo na repressão do attentado os officiaes de desembarque, senhores Ansoategni Vega e Castelli, assim como seus soldados cuja conducta jamais teve uma nota aggravante de disciplina e moral militar».

Formado o summario pelo capitão Ansoategni, comprovada a existencia de confabulação, se formou conselho de guerra pleno com os officiaes de bordo, o qual condemnou por unanimidade de votos, depois de ouvir a defeza pronunciada pelo major Thomas Curey, o piloto James Thomas á pena de morte, que foi applicada immediatamente e de accordo com a ordenança.

As desventuras de Jewett não estavam terminadas n'aquelle cruzeiro. Tendo irrompido com violencia o escorbuto, tanto á bordo da *Heroína*, como na presa *Carlota*, n'este no dia 28 de Agosto, com tal rapidez se propagou entre o pessoal, incluído os prisioneiros que em poucos dias, se contava para a manobra do panno apenas de reduzidissimo pessoal: houve um dia em que somente dez marinheiros puderam ser empregados e estes mesmos atacados da horrivel peste do mar.

A morte ceifou onze delles. «O quadro emocionante: com lentidão porém com inexoravel assiduidade a morte segou áquelles desgraçados. O mal iniciou com syntomas espantosos no navio portuguez, aniquilando em breve termo os mais robustos: os esforços para evitar a propagação e minorar seus effeitos foram inefficazes: tres vezes a maior parte da tripulação da fragata *Carlota* foi trasbordada para a *Heroína*, que mudou seu character de navio de guerra para o de hospital fluctuante que provia diariamente de um horrivel festim aos tubarões...

E como se tantos males que punham em apuros a situação tornando-a mais angustiosa cada dia parecessem pequenos aos máos fados que presidião seus destinos, teve Jewett conhecimento de tramarse a bordo uma combinação com o proposito de assassinar os officiaes da presa *Carlota* e apoderar-se d'ella; e como no anterior, coube-lhe em sorte suffocal-a em gestação, transbordando a seu navio os cumplices, convenientemente ferropedados.

A 20 de outubro, tres dias antes de chegar a flagellada nave a sonda do banco septentrional das Malvinas, lhes acoitou uma violenta borrasca de NO para O. Ambos os navios correram gravissimo perigo de naufragio, e a presa *Carlota* perdeu-se de vista. a *Heroína* porém, conseguiu entrar no porto da Soledade, em um estado que recordava ao vivo um dos quadros descriptos pela maravilhosa penna de Dante.

D'aquelles lobos do mar não restava uma duzia aptos para o serviço, executar as manobras, cuidar dos enfermos, assistir aos moribundos, lançar ao mar os mortos, e assediados todos por uma desasperadora falta de recursos agoniados pela impossibilidade do allivio de um soccorro, a enorme fadiga dos trabalhos, a desesperadora contemplação da obra diaria da morte que segava aquellas naturezas antes tão fortes e como o carvalho, pletoricas de vida que promettiam duradoura existencia.

Em taes condições entrou a *Heroína* na bahia a 22 de outubro ao declinar o dia, e não podendo alcançar o porto mandou seu commandante largar o ferro em uma passagem apropiada, a umas dez milhas da antiga povoação

de Soledade. No dia seguinte baixou a terra para conhecer o lugar e investigar as condições e recursos que poderia offerecer a sua tripulação, desfalçada pelas enfermidades e falta de alimentação sã e nutritiva, de carne fresca e legumes que a reduzira a misera situação.

Aquellas paragens, antes hospitaleiras, apresentavam um aspecto desolador.

Não havia refugio, nem recurso algum á excepção de escasas quartos de casa.

As velas do navio levadas a terra, com ellas se improvisaram tendas de campanha para resguardar os enfermos das injurias da intemperie, tão rude n'aquellas latitudes. A mudança repentina e radical de ambiente, precipitou em um a morte e em outros a melhora; porém em geral foram favoráveis os resultados da medida, que facilitou a restauração de forças dos enfermos. Entre estes figuravam varios dos implicados na pandilha ultimamente descoberta, circumstancia que obrigou o estabelecimento de uma guarda para sua custodia, que foi confiada ao tenente Vega, official de probidade e caracter e aquem posteriormente substituiu o capitão Ansoategni, chefe da tropa.

Apesar da angustiosissima situação em que se achava Jewett, apenas desafogada um pouco a sua tropa pela nova instalação, procedeo a exercer acto solemne de jurisdicção territorial sobre aquellas ilhas em nome do Soberano povo e governo argentino, que revela eloquentemente a fibra e valor moral d'aquelle homem tão distincto e tão desgraçado em sua cruzada.

Achava-se n'aquella occasião n'aquellas aguas o official de marinha britannica no commando do bergantim *Jane* senhor Weddell, em viagem ao polo Sul, e Jewett se apressou em dirigir-lhe, em data de 2 de novembro, a seguinte communicação que foi lida ao pé do pavilhão argentino, armado em terra, e com salva de 21 tiros em signal de tomada de posse: Senhor: Tenho a honra de informar a V. de minha chegada a este posto commisionado pelo Superior Governo das Provincias Unidas da America do Sul, para tomar posse destas ilhas em nome do paiz a que naturalmente pertencem.

«Ao desempenhar este dever desejo obrar com a maior deferencia e equidade para com todos os pavilhões amigos.

«Um dos objectos principaes é evitar esta abusiva destruição dos recursos tão uteis para aquelles, cujas necessidades os compellem ou convidam a visitar estas ilhas, e auxiliar aos que desejam abastecer-se com pouca despesa.

«Como seu objecto não é contravir a estas disposições, e como creio que póde resultar-nos alguma vantagem de sua entrevista pessoal, convido a V. para que venha á bordo de meu navio, onde poderei alojar-lhe todo o tempo que V. queira.

«Supplico a V. ao mesmo tempo que faça saber isto aos outros subditos britannicos que se acham n'estas paragens».

A outros moveis attribue o commandante do *Jane* o acto de posse das Malvinas.

Mez e meio depois, já convalescentes os enfermos, Jewett ordenou seu regresso para bordo, levar as velas que o vento havia acabado de destruir em terra, e retirar a guarda. Estas disposições, parece, desgostaram o capitão Ansoategni, e que desde certo tempo atrás mostrava um espirito inquieto e alevantidico e por isso tratou de infundir aos officiaes o pensamento de obrigar o commandante abandonar aquellas paragens e regressar a Buenos Ayres, ao que elles não se prestaram.

Pouco depois protestou publicamente em nome da tropa ás suas ordens e da tripulação da *Heroína* contra os agravos de seu chefe, acto qualificado de insubordinação e desacato e que foi desautorizado pelos mestres d'armas, contramestres, praticantes de pilotos, facto este que induzio Jewett a suspender-o do mando, deixando-o com liberdade de embarcar-se em um navio inglez que n'essa circumstancias chegou áquelle porto.

Todas estas causas, incidentes e occurrencias, a falta de harmonia entre os chefes e officiaes, a ausencia de disciplina e moral militar da tripulação, a convicção da impossibilidade de modificar a situação impondo a seus subalternos a lei do dever e o respeito e consideração que jámais guardaram, e que portanto sua acção era já absolutamente inefficaz, induziram a Jewett a solicitar sua substituição, em 1 de fevereiro de 1821 «persuadido de que suas desgraças bastariam para induzir o governo a tirar-lhe de estado tão penoso», pedindo para que enviassem um commandante de confiança para receber o navio.

Levou a Buenos Ayres este pedido o tenente d. Christovão Cornelia, que se embarcou a 17 de fevereiro na goleta americana *Ramper*, detida pela *Heroína* na altura das Malvinas, indo de Lima para Cadiz, consignada ao armador Snr. Lynch, e apresada por conduzir propriedade hespanhola.

Resolveo o governo attender a Jewett; nomeou em sua substituição o tenente coronel D. Guilherme Roberto Mason, para de conformidade com as ordenanças receber o commando da fragata e que Jewett «regressasse a capital afim de descansar de suas fadigas no seguro conceito de que o governo sensível á sua desgraça e pezares, lhe dispensaria a mesma boa acolhida que antes e a que se tinha feito duplamente credor por seus serviços ao paiz».

No bergantim hollandez *Dois Irmãos*, mandado a Soledade levar mantimentos, regressou David Jewett.

Em Buenos Ayres para se justificar dirigio David Jewett o seguinte requerimento: Exm^{ta} Snr. D. David Jewett. Coronel da Marinha da Patria deante de V. Ex^{ta}: e com meu maior respeito e na melhor fórma do direito me apresento e digo: Que achando-me como commandante da Fragata Corsario chamado *Heroína*, foi avisado de que alguns individuos da tripulação do navio formando uma conspiração com o fim de amotinar-se: Esta advertencia unida a outros varios antecedentes que me assistiam de ante-mão não deixaram de alarmar-me, infundindo-me vehementes suspeitas da certeza do attentado que se me annunciava; em taes circumstancias tratei de fazer as indagações correspondentes averiguando por meio de um officio do Capitão Commandante da tropa, D. Laureano Ansoategni levantasse summario na melhor maneira possivel e de accordo com a ordenança sobre o esclarecimento do crime enunciado e consignação de seus autores sendo o resultado das precedentes diligencias haver-se descoberto de modo inequivoco a trama de uma conspiração horrorosa, em que por desgraça se havia concertado e convindo a maior parte da tripulação seduzida pelos enganos e lisongeiras esperanças, com que haviam alucinado seus autores.

Recebida a confissão dos réos, foi mais classificada sua criminalidade, e se tornaram manifestas as consequencias fataes que deviam esperar-se, se a sublevação tivesse surtido effeito: a combinação do plano projectado era muito extensa a este se achava proximo de execução, de maneira que a segurança da nossa existencia corria assim notavel risco, demandava a prompta conclusão do inquerito: por cujo motivo nomeei um conselho de Guerra composto dos officiaes do mesmo navio para que em vista do Proccesso, e ouvidas previamente a accusação Fiscal, e a defesa dos conspirado-

res, se resolvesse o mais justo, tendo em vista o merito do expediente, resultando deste acto por conforme e unanime votação dos vogaes do conselho, que se impusesse a pena ultima aos corripheos do motim, diminuindo se proporcionalmente o Castigo em relação aos cúmplices, conforme a maior, menor gravidade de seus delictos.

A execução, o cumprimento da pena imposta, era não só justa, como necessaria e inevitavel; se apresentara por uma parte muito ao vivo, o proximo e eminente risco que tinhamos corrido, divisando-se o quadro das sangrentas scenas que deviam se executar, e de que nos viamos accidentamente livres; por outro lado vinha á consideração a impossibilidade de conservar suas pessoas com a competente segurança de incomunicabilidade para eludir uma nova coalisção que poderia organisar-se com melhor successo, de maneira que não se encontrava meio, nem arbitrio algum entre seu escarmento e nova ruina.

Eu me julgaria responsavel á Patria se menos zeloso nos deveres de meu cargo, tivesse desatendido a imperiosa voz da necessidade e da justiça, omitindo a execução da medida anteriormente proposta com prejuizo de nossos interesses e segurança: Disse anteriormente, e repito agora de novo que a omissão de por a pena devida aos criminosos arrastaria males de muita consideração e transcendencias: sendo muito provavel que renovassem seus antigos projectos, obrando mais advertidos e precauccionados, e procurando afastar as suspeitas que podessem recahir sobre suas pessoas, e n'este caso não pode VE. desconhecer quanto, e quão grandes scenas os desastres que se commetteriam, se realisando sua empresa estes homiẽs temerarios se houvessem erigido em Piratas, commettendo os maiores excessos, compromettendo o credito nacional.

Apesar da rectidão de minhas operações não faltam algumas pessoas que por um effeito de resentimento e emulação, ou por uma sensibilidade affectada espalhar rumores sediciosos sobre minha conducta: já pintando-me com as côres de um despota; já fazendo-me figurar como um homem sanguinario e caprichoso e embora estas especies não possam alterar a tranquillidade de meu espirito, satisfeito sempre com o cumprimento de meus deveres, não deixam de atacar a minha honra e reputação que sempre hei tratado de conservar sem a menor nota n'esta virtude, e para precaver toda interpretação sinistra á cerca de minha conducta dirijo a VEx. esta representação, para que examinado o processo dos successos acontecidos na fragata *Heroína*, e cujo expediente tive a honra de apresentar a VEx^a em testemunho, se sirva decretar, que se resultar contra mim alguma responsabilidade, ou reconvenção, se me faça processo da maneira que se achar conveniente, até o caso de abrir inquerito se for necessario: mas si pela contrario minha conducta se achar justificada e sem reparo algum que oppôr ás minhas operações, espero, e ainda supplico á vontade de V. Ex. se sirva declarar expressa, e terminantemente meus bons serviços, e haver preenchido com exatidão meus deveres na prosecução do conselho que deu causa a esta representação. Por tanto — A V. Ex. peço e supplico se sirva providenciar e determinar conforme solicito, por ser assim de justiça etc — Assig. *David Jewett*.

Esse requerimento teve o seguinte despacho: Decreto. Buenos Ayres. Setembro 21 de 1821 — Passe ao auditor geral com a causa de sua referencia — ha uma rubrica — CRUZ.

Parecer — Sentença do auditor — Ex^{mo}. Snr. Um mesmo crime affecto aos réos processados em differetes causas pelo intentado levante, conjuração

á bordo da Fragata Corsario *Heroína* e Corveta presa *Carlota* que se passaram ao julgamento da Auditoria Geral; sobre que deve se tratar em separado pelo differente estado em que se acham.

O motim premeditado na *Heroína*, que uma casualidade descobrio e fez evitar, se acha sufficientemente comprovado em seus autores; aos que se puzeram a testa delles, ou foram os instrumentos, para formar-lhe e manter-lhe, e ainda falta de requisito essencial da confissão em muitos dos réos e em todos a assistencia de Defensor, si exceptuarmos a Jayme Thomas, para quem unicamente se nomeou na qualidade de tal, o major Thomas Carey f. 44 v. não obstante como as circumstancias d'esse navio n'aquella occasião eram pouco menos que desesperadas, achando-se a seu bordo tantos levantados a maior parte da gente escorbutada, a pouca sã tendo que guardar os presos, cobrir os postos arriscados; marinhar com escassos viveres e estes máos, comprehende o expositor; que o caso foi extraordinario para que não se tivesse que attender em refazer o processo chegado este deste modo a sua conclusão, encontrar a sentença do Conselho a f. 52, enquanto ás penas expressas conforme o Artigo 7 e 8 em sua epigraphie das penas por delictos communs do Regulamento do réo de 15 de Mayo de 817 correspondente — 9 e 10 tel. 31 da Ordenança Naval de 802 Mas no que respeita a pena pecuniaria exclusiva de sua parte de presa ou processados disconforme com o dito Art. 7 e 9 — que impõe por esse crime, e com os 20 - 21 e 22 eguaes aos 47 - 48 e 49 da citada ordenança que só a confissão ou outros de que fallam tanto mais quanto que o 2º m 3 — sobre feitos dessa ultima classe procede unicamente contra outros individuos differentes d'aquelles, devendo pelo mesmo V Ex. remetter ao Tribunal de presas com testemunho de sua Superior resolução que recalia, para que ali surta seus effeitos na declaração de bôa e má presa da corveta *Carlota*.

A outra causa sobre motim no Navio presa não tem sido julgada pelo Conselho que para isso se fez e deve reservar-se para opportunamente para poder-se lograr a apprehensão dos réos, que se acham ausentes, remettedo-se n'esta occasião a sentença suspensa contra D. Christovão Cornelia segundo o que se vê as f. 52 V Ex. não obstante determinará o mais que convier.

Buenos Ayres e Outubro 10 de 1821. *Villegas*.

Decreto. Buenos Ayres Novembro 6 de 1821.

Visto este processo feito em consequencia do intentado levante a conspiração á bordo da Fragata Corsario *Heroína*, e Corveta presa *Carlota*. Conformando-me em seu merito com o parecer de Auditor Geral de Guerra, datado de 10 de outubro ultimo, venho confirmar e confirmo a sentença pronunciada pelo Conselho a f. 52, só enquanto as penas corporaes que ella designa, e não a pecuniaria de exclusão da parte da presa nos julgados por não conforme as leis sobre a materia; transcreva-se esta minha resolução ao Tribunal de Presas para os effeitos que em seu caso tenha lugar, reservando-se o processo sobre motim no navio presa *Carlota* sua oppurtunidade imprima-se para conhecimento dos interessados e avise-se o Commandante da dita Fragata Coronel D. David Jewett cuja conducta n'aquella causa se approva, por sua intelligencia e satisfação. A. B. ALDAIS — *Francisco de la Cruz*.

Entregue o commando de *Heroína* regressou Jewet a Buenos Ayres fazendo-se ao mar Mason, pretendendo operar nos mares do oriente:

Os temporaes que soffreo e as pessimas condições em que se achava o navio, fizeram-no desistir do proposito: navegou para as costas do Brasil onde o parallelo do Rio de Janeiro, a 14 de Junho, de 1821 encontrou o bergantim de guerra hespanhol *Maipú* de 18 canhões 103 homens de tripu-

lação, procedente do Callão para Cadiz e que havia arribado a capital brasiliense devido a falta de viveres. Intimado a parar, resistio e depois de fraca resistencia que não passou de meia duzia de tiros, rendeo-se á sorte.

Para commandar o *Maipú*, foi nomeado a 1º Tenente Custion Lapham, americano e como fosse tal o estado da *Heroína*, julgou conveniente o commandante Mason que o acompanhasse, o *Maipú*, para em caso de eminente perigo servir de refugio.

Cruzando ao norte de Cabo Frio até a Bahia, á espera de outros navios, deteve a fragata portugueza *Viscondessa do Rio Secco*, que se destinava ao commercio da Costa d'Africa, tendo porém duas cartas e instrucções, uma destinava o navio ao commercio de ouro em pó, marfim e azeite de palma, e outra ao de escravos, pois devia introduzil-os em Havana. Foi apresada e levada para S. Vicente, onde foi vendido o casco, remetendo o carregamento que consistia em fumo do Brasil pelo bergantim inglez *Hunter*.

No dia 8 de agosto descobrindo-se uma vela adeantou-se a reconhecel-a o *Maipú* arvorando a bandeira ingleza; era um bergantim portuguez de guerra que ao approximar-se aquelle deu-lhe trez tiros de bala. Ao arvorar a bandeira ingleza e içar a sua, recebeu o *Maipú* uma bordada de onze tiros. Durante 55 minutos empenharam-se os combatentes. De S. Vicente onde passaram seis semanas enquanto carregava a *Heroína*, foi o *Maipú* a S. Antonio fazer aguada e viveres, sendo recebido em principio a bala. De S. Vicente seguiram para os Canarias onde sabiam da existencia de uma fragata mercante, armada com vinte canhões; um temporal porem os surpreheendo, fazendo-os dispersar.

Durante cinco dias procurou o *Maipú* a sua companheira, ao termo dos quaes resolveo-se seguir para o Rio da Prata. Na altura do Rio de Janeiro a 13 de dezembro, apresou o bergantim portuguez *Maria Carolina*, levando-o por Buenos Ayres. A *Heroína* mais tarde foi apresada pela fragata portugueza *Perola*.



000000

40,00 (40000)

Clinto de nome

OK 7/02/07

